

10

dezembro • 2012

História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



História da Historiografia

issn 1983-9928

Conselho Executivo (2011-2013)

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)

Conselho Editorial

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Valdeci Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESP . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretaria

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Editoração, revisão técnica e capa

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Revisão de Língua Portuguesa

Rita Abreu

Revisão de Língua Portuguesa (Portugal)

Rita Almeida Simões

Revisão de Língua Espanhola

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”

Revisão de Língua Inglesa

Dermeval de Sena Aires Júnior

Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Apoio

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ Coodenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CNPq/CAPES)

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

Contato

Avenida Ipiranga, 8799/307 - Jardim Botânico • Porto Alegre - RS • 91530-001 • Brasil

www.ichs.ufop.br/rhh • historiografia@ufop.br • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e pretende estabelecer-se como uma referência para os estudiosos das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2012, número 10, dezembro, 2012, 380 p.

Quadrimestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

8

DOSSIÊ
DOSSIER

Diálogos historiográficos: Brasil e Portugal
Historiographical dialogues: Brazil and Portugal

Apresentação
Introduction

Iris Kantor e Tiago C. P. dos Reis Miranda

10

Trabalhar a história: o tempo de um mestre
Entrevista de Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011)

To work the history: the time of a master

Interview with Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011)

Alberto da Costa e Silva e Tiago C. P. dos Reis Miranda

14

Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX
Aspects of the history and historiography about Brazil and Portugal in the first decades of the nineteenth century

Andréa Lisly Gonçalves

32

Oliveira Martins e Afonso Arinos: regiões e tragicidades
Oliveira Martins and Afonso Arinos: regions and tragedies

José Adilçom Campigoto e Élio Cantalício Serpa

54

Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre
Iberism and Lusotropicalism in the work of Gilberto Freyre

Alberto Luiz Schneider

75

A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em *A Amazônia e a cobiça internacional* - anos de 1960
Arthur Reis's nationalist heroic narrative as a representative of the defense of the Amazon by the Portuguese and Luso-Brazilians in A Amazônia e a Cobiça Internacional (1960s)

Alexandre Pacheco

94

A historiografia do império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções
The historiography of the Portuguese empire in the 1960s: institutional frames and projections

Diogo Ramada Curto

111

Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia
Remembering April: the Brazilian and Portuguese historiographies, and the problem of the transition to democracy

Américo Oscar Guichard Freire e Francisco Carlos Palomanes Martinho

124

A internacionalização da historiografia em Portugal no século XXI
The internationalization of Portuguese historiography in the 21st century

Mafalda Soares da Cunha e Pedro Cardim

146

ARTIGOS ARTICLES

- The Traditional Forms of the “History of the Present” from Herodotus to Humanist Historians
Gonzalo Pasamar 165
- Mithistória do debate persa (Heródoto, III, 80-82)
Mythistory of the Persian Debate (Herodotus, III, 80-82)
Francisco Murari Pires 183
- Impostura historiográfica y desafío hermenéutico: la huella de Heidegger
Historiographic imposture and hermeneutic challenge: Heidegger’s footprint
Ruben Dario Salas 193
- Gramsci para historiadores
Gramsci for historians
Ricardo Salles 211
- Lucien Febvre reformador: notas em torno de *O problema da descrença no século XVI*
Lucien Febvre as a Reformer: notes on The Problem of Unbelief in the 16th Century
Marcos Antônio Lopes 229
- O eu do historiador
The historian’s self
Sabina Loriga 247
- Le moi de l’historien
The historian’s self
Sabina Loriga 260

RESENHAS REVIEW ESSAYS

- A história da historiografia brasileira e suas evidências
The history of Brazilian historiography and its evidences
GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 266 p.
Maria da Glória de Oliveira 274
- Ensaio com a história cultural
Essays on cultural history
MARTINS, William de Souza; SANGLARD, Gisele (orgs). *História cultural: ensaios sobre linguagens, identidades e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, 236 p.
Maria da Conceição Francisca Pires 279
- Clio no espelho
Clio in the mirror
FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de teoria da história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2011, 206 p.
Lidiane Soares Rodrigues 286
- Michel de Certeau: entre a história e a psicanálise
Michel de Certeau: between history and psychoanalysis
CERTAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, 256 p.
Raul Max Lucas da Costa 294

À sombra da tradição: produção, difusão e consumo do saber histórico no Brasil
In the shadow of tradition: production, distribution and consumption of historical knowledge in Brazil
FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro: Edições Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010, 308 p.
Rebeca Gontijo 300

Fontes históricas: desafios, propostas e debates
Historical sources: challenges, proposals and debates
PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, 333 p.
Fábio Henrique Lopes 315

TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO *HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT*

Paul Ricoeur e a representação historiadora: a marca do passado entre epistemologia e ontologia da história
Paul Ricoeur and the historical representation: the mark of the past between epistemology and ontology of history
Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica 324

A marca do passado
The sign of the past
Paul Ricoeur 329

ENTREVISTA *INTERVIEW*

Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente
Interview with François Hartog: history, historiography and present time
Henrique Estrada Rodrigues e Fernando Nicolazzi 351

PARECERISTAS DESTE NÚMERO *REVIEWERS OF THIS ISSUE* 373

NORMAS DE PUBLICAÇÃO *EDITORIAL GUIDELINES* 376

DIRETRIZES PARA AUTORES *GUIDELINES FOR AUTHORS* 380

Editorial

editorial

Em 2010, ocorreu um encontro internacional de revistas de história no Colégio do México, sob o título "Escribir y leer: lengua, autoridad y plataforma tecnológica em revistas de historia". O objetivo era discutir alguns desafios do trabalho acadêmico e da editoria de revistas científicas da área. O documento produzido foi intitulado *Declaración de el Colegio de Mexico* e divulgado no Brasil pela revista *Tempo* (UFF). Entre várias colocações relevantes, escolhemos destacar aqui uma constatação feita durante o encontro: a de que os níveis de interação entre as historiografias nacionais são muito limitados. Em parte, isso parece estar relacionado a outro aspecto apontado pelo documento: a forte autorreferencialidade, característica de toda disciplina monolíngue e nacional. Resta compreender os processos de difusão dos estudos históricos. Quais seriam os diálogos possíveis e o nível do conhecimento acerca da produção historiográfica de diferentes países que compartilham ou não o mesmo idioma? Haveria temas e problemas comuns capazes de suscitar diálogos internacionais e favorecer a constituição de redes de pesquisa?

Pensando nisso, este número apresenta o dossiê *Diálogos historiográficos: Brasil e Portugal*, organizado por Iris Kantor (Universidade de São Paulo) e Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade Nova de Lisboa), um convite à reflexão sobre questões, debates e formas de abordagem que marcaram as historiografias portuguesa e brasileira. É um modo de incentivar outros diálogos sobre novos e velhos temas, com base na identificação das confluências e dos distanciamentos, cujo desconhecimento, acreditamos, é um dos obstáculos à internacionalização da produção historiográfica. E na seção de artigos livres, oferecemos uma amostra das reflexões que historiadores de diversos países (Argentina, Brasil, Espanha e França) têm produzido sobre temas capazes de despertar interesse para além da língua e dos casos nacionais: a história do tempo presente e a problemática da memória; o jogo semântico entre mito e logos na escrita da história; a questão da subjetividade do historiador; a relação entre teoria e práxis na obra de Antonio Gramsci; a produção de uma obra clássica, *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle*, de Lucien Febvre; e o desafio hermenêutico frente à historiografia neopositivista. Todos os temas pertinentes para a compreensão dos problemas colocados aos historiadores de ontem e de hoje. Por fim, convidamos os leitores a explorar nossa seção de resenhas, cada vez mais importante, considerando a ampliação veloz e constante das publicações. Boa leitura!

Os editores,
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Julio Bentivoglio (UFES)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)

Dossiê

dossier

Diálogos historiográficos: Brasil e Portugal
Historiographical dialogues: Brazil and Portugal

Apresentação

Introduction

Iris Kantor

ikantor@usp.br
Professora adjunta
Universidade de São Paulo
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária
05508-900 - São Paulo - SP
Brasil

Tiago C. P. dos Reis Miranda

trmiranda@fcsh.unl.pt
Investigador integrado
Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores
Gabinete 2.19 - Edifício I&D - Avenida de Berna, 26-C
1069-061 - Lisboa
Portugal

10

No lançamento deste dossiê formulou-se um convite à reflexão sobre problemas, debates e formas de abordagem que de um modo ou de outro vêm caracterizando as historiografias portuguesa e brasileira desde meados do século XIX.

Os sócios fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro viveram o duplo dilema de construir uma historiografia de cariz "nacional", tendo por base um legado que se queria sobretudo "português" e um conjunto de fontes relativamente escassas, desorganizadas ou muito distantes. Vários esforços se empreenderam para ultrapassar esses obstáculos. E as sucessivas missões brasileiras a Portugal, inauguradas por Francisco Adolpho de Varnhagen, foram certamente de uma enorme importância. Ainda assim, oitenta anos mais tarde Caspistrano de Abreu confessava por carta ao seu amigo João Lúcio de Azevedo que, tanto pela dificuldade de acesso aos documentos, como pela falta de uma genuína tradição arquivística, a história do Brasil parecia ser "uma casa edificada na areia".

O arranque do Projeto Resgate "Barão do Rio Branco", na segunda metade da década de 1980, e do seu equivalente português, "Reencontro", um pouco depois, coincidiram com uma série de novos espaços de interação académica luso-brasileira. Já neste século, passaram a ser rotineiros jornadas, colóquios, seminários, congressos e exposições propostos e/ou frequentados por professores e alunos de ambos os países. Especialmente a partir do Brasil, multiplicaram-se as pós-graduações e os pós-doutoramentos nas universidades de Lisboa, do Porto, de Coimbra e até mesmo de Braga e de Évora. Sucede, no entanto, que a suposta partilha de um mesmo passado e de tudo o que envolve uma língua em comum não implica uma historiografia compartilhada.

Há que reconhecer a existência de tradições “escolares”, conceitos operativos, parâmetros semânticos e, sobretudo, pontos de vista bastante diversos. Por muito que o mundo de hoje relativize as distâncias e torne mais fácil a troca de dados, “os lugares” de onde se fala continuam a ser relevantes. Não o entender historicamente, nem o aceitar com tranquilidade origina falsos problemas e mal-entendidos.

Propôs-se aqui reunir um leque de trabalhos que estimulassem abordagens comparativas e ajudassem contextualizar as mais importantes polémicas que acompanharam o desenvolvimento das historiografias portuguesa e brasileira dos dois últimos séculos. Quais os seus territórios de confluência? Quais os motivos de maior distanciamento? Que obras tiveram um impacto mais duradouro na produção historiográfica de língua portuguesa? Como avaliar o peso relativo da diplomacia e de outras entidades governativas ou oficiais na construção de um horizonte comum? De que maneira as circunstâncias políticas (prisões, degredos, exílios) e académicas (peculiaridades administrativas, interesses corporativos, missões de “repatriamento” de documentação) marcaram o desenvolvimento da historiografia luso-brasileira?

Ao procurar definir a obra de Joaquim Barradas de Carvalho, num testemunho de homenagem, Fernand Braudel cogitou, com alguma ironia, que só se consegue de facto entender Portugal a partir do Brasil. Neste começo de terceiro milénio, poder-se-á sugerir formulação semelhante para explicar os novos caminhos da melhor historiografia brasileira?

Os sete artigos e a entrevista que integram o presente dossiê não oferecem respostas para todos, nem, decerto, sequer, para a maior parte dos problemas que levantámos, mas permitem tornar a abordá-los sob enfoques específicos e, em certa medida, ampliam os horizontes de reflexão. Nos dias que correm, muito se tem escrito sobre a necessidade de re-situar o legado da historiografia nacionalista, para alcançarmos visões mais abrangentes e “aterritoriais” dos processos históricos que marcaram a formação das sociedades portuguesa e brasileira. Gostaríamos de acreditar que damos aqui alguns passos nessa direção.

Iniciamos o nosso dossiê com uma versão revista e ampliada da última entrevista de Vitorino Magalhães Godinho, concedida a Alberto da Costa e Silva e Tiago C. P. dos Reis Miranda em novembro de 2010. Nela o leitor terá acesso a um itinerário de formação, docência e militância política de calibre inigualável. Paralelamente, ficará a conhecer as vicissitudes de um tempo em que algumas das melhores e mais profícuas oportunidades de diálogo entre cidades como Lisboa e São Paulo passavam por França e, em especial, por Paris.

As injunções e conexões entre a historiografia do império português e a política académica no Estado Novo são aqui objeto da análise metódica de Diogo Ramada Curto, que nos convida a refletir sobre os vieses ideológicos subjacentes à edição de diversas coleções de fontes manuscritas relativas à experiência ultramarina. A historiografia portuguesa e o seu esforço de afirmação no exterior são o assunto do denso trabalho de Mafalda Soares

da Cunha e Pedro Cardim. Vários problemas por eles apontados constituem também desafios que se levantam à historiografia do Brasil, onde, apesar de todos os incentivos oficiais, bastante mais antigos, numerosos e consistentes que os portugueses, ainda se nota uma grande dificuldade de efetiva inserção na bibliografia internacional.

Três artigos presentes neste dossiê propõem abordagens afeitas à uma "história da cultura intelectual" luso-brasileira. Entre eles, o texto de José Adilçom Campigoto e Élio Cantalício Serpa, sobre a repercussão do pensamento de Oliveira Martins na obra de Afonso Arinos de Mello e Franco. Igualmente, Alberto Luiz Schneider identificou pontos de contacto entre o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre e as obras de Miguel de Unamuno, Ángel Ganivet e José Ortega y Gasset, na esteira de outros ensaios recentes, como, por exemplo, os de Maria Helena Rolim Capelato, Ana Lúcia Lana Nemi e Kátia Gerab Baggio. A heroicidade da narrativa de Arthur César Ferreira Reis, referência incontornável da historiografia amazonense, foi objeto de atento escrutínio no trabalho de Alexandre Pacheco.

Um dos mais importantes propósitos deste dossiê consistiu em estimular o exercício de uma história não apenas comparada, mas plenamente coetânea dos processos históricos em Portugal e no Brasil, tendo em vista a desconstrução de perspectivas que se edificaram sobretudo a partir de meados do século XIX. Neste sentido, as contribuições de Andréa Lisly Gonçalves e Francisco Carlos Palomanes Martinho/ Américo Oscar Guichard Freire revelam-se verdadeiramente auspiciosas e apontam a viabilidade de uma nova atitude na formulação de problemas e na escrita de uma história luso-brasileira, desvestida de trajes e cores apenas nacionais. Trata-se já de escrever uma história compartilhada.

Diversas outras propostas não chegaram ao fim do caminho, pelas mais variadas razões. Esperamos, no entanto, sinceramente, que os seus autores persistam no estudo dos problemas que enunciámos. Porque, se queremos ser melhor conhecidos e mais reconhecidos à escala mundial, temos de saber explorar o que temos em comum. E, nessa tarefa, ainda há lugar para muitos voluntários.

O fato de terem caído em desuso os estudos académicos sobre "o caráter" das populações nacionais não nos deve fazer ignorar a duradoura vigência de estratégias de afirmação identitária bastante diversas, mas, a seu modo, igualmente importantes e consequentes. Como nos lembra Eduardo Lourenço, em Portugal há uma clara tendência para a valorização excessiva de densos traços "nacionais" que se teriam forjado mais ou menos no mesmo sentido, ao longo de séculos, sob a *pulsão da aventura* transoceânica. No Brasil moderno, pós-'22, o ser "nacional" surge associado a juventude, complexidade, robustez e miscigenação. Roberto DaMatta gosta de ilustrar a ideia com a célebre frase de Tom Jobim: "O Brasil não é para principiantes".

De ambos os lados existem, portanto, robustos fatores de resistência à compreensão do "estrangeiro". Mesmo se esse estrangeiro se sente "de casa" e, praticamente, da própria família. Ou, sobretudo, e principalmente, quando assim é. Como há tempos bem escreveu o embaixador Alberto da Costa e Silva, ao

sublinhar os afetos que ligam brasileiros e portugueses, “no espaço e no tempo, tendemos a buscar-nos como nos imaginamos e não como realmente somos. Num e noutro caso, ficamos [...] com o gosto do insuficiente e do incompleto”.

Se esse for também o sentimento de quem se aventure até ao final deste dossiê, talvez não seja apenas por falta de engenho dos seus organizadores.

Trabalhar a história: o tempo de um mestre

Entrevista de Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011)*

To work the history: the time of a master
Interview with Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011)

Alberto da Costa e Silva

acostaesilva@uol.com.br

Membro

Academia Brasileira de Letras

Sócio titular

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Avenida Presidente Wilson, 203

20030-021 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Tiago C. P. dos Reis Miranda

trmiranda@fcsh.unl.pt

Investigador integrado

Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores

Gabinete 2.19 - Edifício I&D - Avenida de Berna, 26-C

1069-061 - Lisboa

Portugal

14

Palavras-chave

Formação académica; Atividade cívica; Biografia.

Keywords

Academic education; Civic activity; Biography.

Recebido em: 4/12/2012

Autores convidados

* Já na fase de revisão deste texto, optou-se por seguir a ortografia mais adequada a cada interveniente. Convivem, assim, a variante brasileira e a variante portuguesa do Acordo Ortográfico de 1990, nas intervenções de ACS e TRM, respetivamente, e a norma ortográfica portuguesa de 1973, nas respostas de VMG, por respeito da forte oposição que sempre manifestou ao dito acordo.

Em meados de 2010, numa das reuniões do conselho editorial da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, de que então fazia parte, comuniquei que me estava preparando para passar alguns dias em Lisboa. Luciano Figueiredo, que editava a *Revista* com entusiasmo e competência, sugeriu que se aproveitasse a minha viagem para uma entrevista com Vitorino Magalhães Godinho, com quem ele sabia que eu tinha velhas e boas relações. Prometeu-me, então, contatar o jovem historiador Tiago Miranda para ser meu parceiro e redigir a matéria.

Nos últimos anos, havíamos, Godinho e eu, trocado algumas cartas, mas não tinha o seu telefone. Apelei para o José Carlos de Vasconcelos, que se adiantou e procurou saber como ele reagiria à ideia de nos dar uma entrevista. Quando lhe telefonei, ele me atendeu com alegria, com o “sim” na ponta da língua, e lembrando que havia mais de 20 anos não nos víamos. Nossa camaradagem datava de 1961 ou 1962, quando fomos convocados, em Lisboa, por Augusto e João Sá da Costa para elaborar a edição em língua portuguesa da *Enciclopédia Internacional Focus*: ele era um dos diretores da obra, e eu, o coordenador da parte brasileira. Depois, a vida nos deu poucos encontros, mas neles se reforçou a minha admiração pela riqueza de sua pessoa.

Na tarde marcada, Tiago Miranda levou-me à casa de Godinho. Este não nos fez esperar. Embora suas pernas pedissem a ajuda de um andador, tinha o ar decidido de sempre e comandou o encontro. No início, falava baixo e devagar. À medida que a conversa se foi desenrolando, sua voz ganhou velocidade e volume. Parecia, em seu gosto de ser quem era, ignorar os estragos na saúde e os castigos da idade. Na sala muito clara, os papéis sobre a mesa indicavam que, para afastar de si as despedidas, continuava a trabalhar com afinco e a fazer planos para depois de amanhã. Não escondia que lhe dava prazer conversar conosco e que se divertia com a nossa surpresa, cada vez que se indignava. Terminada a entrevista, veio até a porta, afetuoso e risonho, dizer-nos adeus.

ACS

* * *

Vitorino Magalhães Godinho foi o historiador português que, no seu tempo, teve por certo a mais alargada projeção internacional. Depois de um brilhante início de carreira docente e do inevitável conflito com o Estado Novo, foi descobrir trabalho em Paris e passou a integrar o círculo de dinamizadores dos *Annales*. Voltando a Lisboa no fim da década de 50, tornou a encontrar um ambiente político e acadêmico pouco profícuo. Saiu, então, novamente, de Portugal, e assumiu um lugar de professor associado na Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Clermont-Ferrand. Aí se manteve até ao momento das grandes promessas do 25 de abril de 1974.

Boa parte dos anos que se seguiram, passou-os em atividades ligadas à renovação do ensino e da investigação científica. Foi ministro da Educação e Cultura (1974), professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1975-1988) e diretor da Biblioteca Nacional (1984). Sempre que pôde, participou nos mais importantes debates

cívicos e culturais do país e da Europa. Das distinções que conquistou, merece destaque o Prix International Balzan – Histoire (1991).

Em 1988, Fernando Tomaz preparou-lhe uma cuidada bibliografia, dividida em quatro secções: Teoria e Metodologia do Conhecimento; História; Pedagogia – Educação; e Política – Intervenção Cívica. Já nessa altura, entre artigos e livros, contavam-se, ao todo, cerca de 130 notáveis trabalhos, a que se juntavam resenhas, traduções, a coordenação de revistas, coleções e obras coletivas, colaborações em dicionários e enciclopédias, bem como largas dezenas de conferências, sessões de trabalho, palestras, cursos livres, comunicações em colóquios, congressos e outras sessões académicas.¹ Nos anos seguintes, publicaria igualmente reedições aumentadas de obras antigas e o resultado de várias novas pesquisas e inquietudes, que se estenderam quase desde os primeiros indícios da nacionalidade até aos dias de hoje.

Diversas foram, também, as entrevistas escritas na última fase da sua vida. Entre as mais relevantes, figuram a de 5, 12 e 19 de julho de 1988, ao *Jornal de Letras* (GODINHO 1989); de 10 de janeiro de 1989, a Jorge Pedreira e Margarida Marques (MARQUES; PEDREIRA 1989); de 7 de janeiro de 2004 e de 18 de junho de 2008, mais uma vez ao JL.

A conversa que aqui se apresenta realizou-se aos 20 de novembro de 2010, e acabou por ser a última do velho mestre. Um conjunto de extratos da primeira versão saiu publicado postumamente no *dossier* de homenagem que promoveu José Carlos de Vasconcelos (INÉDITO 2011). Poucas semanas depois, a *Revista de História da Biblioteca Nacional* deu a lume a matéria encomendada ao embaixador Alberto da Costa e Silva (COSTA E SILVA; MIRANDA 2011). Algumas passagens da transcrição foram excluídas e vários parágrafos, reformulados; tanto num caso, como no outro, por razões editoriais. A oportunidade de organizar este *dossier* de diálogos historiográficos luso-brasileiros permite agora uma segunda e definitiva versão.

Cabe dizer que a gravação daquela tarde de outono, à Estefânia, não decorreu nas melhores condições. E que foi extremamente difícil transpor para o papel os sons registados por um modesto aparelho analógico com microfone embutido. Algumas lacunas acabaram por ser, inclusive, praticamente impossíveis de colmatar. De qualquer forma, o texto que segue resulta de um longo processo, que procurou, sobretudo, assegurar a fidelidade ao intento e ao sentido das respostas do entrevistado. Eliminaram-se as pausas de hesitação, ideias não concluídas e três ou quatro perguntas ou comentários irrelevantes para a coerência do todo. Num ou noutro momento, houve também algum rearranjo na ordem da exposição, tentando garantir uma leitura mais linear. Mas, de um modo geral, pouco se alteraram as palavras que o gravador registou.

As notas de rodapé visam esclarecer meia dúzia de aspetos e identificar pontualmente as referências bibliográficas e pessoais. Muito embora possam, talvez, parecer excessivas, ficam como um estímulo adicional às novas gerações, para que de facto conheçam o pensamento e frequentem a obra de um dos mais ilustres oficiais da história de expressão portuguesa.

TRM

¹ Ver in MAGALHÃES; ALBUQUERQUE 1988, p. 17-41.

1. *Alberto da Costa e Silva: Como o senhor começou a se interessar pela história? E por que trocou a filosofia, principal interesse do início da sua vida académica, pelo estudo da história?*

Vitorino Magalhães Godinho: Quando eu ainda era garoto de instrução primária, havia em casa de meu pai a *História de Portugal* de Pinheiro Chagas, em oito volumes.² Eu entretinha-me a ler essa história, que está muito esquecida, mas que tem, apesar de tudo, muita informação que continua válida. E teve a capacidade de me despertar para esses problemas que só pela história conseguimos percindir. Depois, no liceu, graças ao facto de o fascismo ainda não ter moldado inteiramente a forma de ensino, tive professores de grande valor, essencialmente ligados ao grupo da Seara Nova. Um deles, que não era pessoa de grande cultura, mas era homem de bom senso e sabia distinguir o essencial, pôs de parte os compêndios escolares e disse-nos "Leiam Guizot! Leiam a *História da civilização na Europa*, que está traduzida pelo marquês de Sousa Holstein!".³ Isso abriu o meu caminho. Aos 15 anos, já frequentava a Seara Nova. Conhecia, lia e conversava com Antonio Sérgio, com Bento de Jesus Caraça,⁴ com Azevedo Gomes⁵... toda uma elite. Já estava à sombra de Jaime Cortesão,⁶ e, portanto, também, do historiador. Todo esse ambiente foi-se "firmando", pelo facto de, na minha família, especialmente do lado Barbosa Magalhães,⁷ haver uma esplêndida biblioteca de livros franceses e em outras línguas, perfeitamente acessíveis. Meu tio⁸ pediu-me inclusive para ser uma espécie de bibliotecário...

17

2. *ACS: Isso é uma coisa extraordinária!*

VMG: Pelos meus 16 anos, estava decidido a ser engenheiro, mas reflecti que a profissão de professor seria muito importante para ajudar a transformar a Humanidade. Um mito de jovem... Mas julgo que é útil que a juventude tenha mitos! Decidi-me a seguir o curso de História e Filosofia, graças à influência desse notável Newton de Macedo,⁹ que foi quem introduziu a psicologia científica em Portugal. Seguidamente, tive também como professor Delfim Santos,¹⁰ reconhecido filósofo. Assim, tive sempre um pé na filosofia e outro na história. A minha tese de licenciatura foi uma tese de filosofia do conhecimento, ligada à lógica matemática, à lógica moderna. Mas chama-se *Razão e história*.¹¹ E teve, na altura, um certo impacto. Porque a actividade cultural sob o salazarismo não era muito acarinhada...

² A *História de Portugal* de Manuel Pinheiro Chagas foi ideada a partir de um plano de Ferdinand Denis, e teve uma primeira edição em 8 volumes publicada em Lisboa, na Typographia Franco-Portuguesa, a partir de 1867. Mais tarde, houve várias outras edições em 12 e 14 volumes, sendo que a da Empresa da História de Portugal, entre 1899 e 1909, foi continuada por Marques Gomes, Alfredo Gallis e José Barbosa Colen.

³ François Guizot (1787-1874). Cf. GUIZOT 1875. A *História da civilização na Europa* teve depois, pelo menos, uma segunda edição portuguesa, em 1907 (Coleção António Maria Pereira, n.ºs 62-63).

⁴ Bento de Jesus Caraça (1901-1948).

⁵ Mário de Azevedo Gomes (1885-1965).

⁶ Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960).

⁷ Referência à casa da família materna, do avô José Maria Barbosa de Magalhães.

⁸ José Maria de Vilhena Barbosa de Magalhães (1879-1959), filho do anterior.

⁹ Francisco Romano Newton de Macedo (1894-1944).

¹⁰ Delfim Pinto dos Santos (1907-1966).

¹¹ Publicada com o subtítulo "Introdução a um problema" (GODINHO 1940).

3. ACS: *O senhor falou em Jaime Cortesão. Eu trabalhei com Jaime Cortesão na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Foi o homem mais "príncipe" que eu conheci na vida. Vou dizer mais: foi o homem mais bonito que eu conheci na vida! [risos] O que é que o senhor achava do Jaime Cortesão?*

VMG: Achava uma personalidade invulgar, de facto: que se impunha, com uma extraordinária capacidade de compreensão e de abertura. Por vezes, entusiasmante; de certas ideias um pouco para além daquilo que a documentação permitia concluir... Uma personalidade cívica que se impôs. Que foi fundamental no meio português. No meu caso, tive uma decisiva influência de Jaime Cortesão, mas também de Duarte Leite.¹²

4. ACS: *Duarte Leite foi muito importante para o senhor.*

VMG: Para mim, são eles os autores das duas obras-chave da cultura portuguesa do século XX. A partir da conjugação do rigor do Duarte Leite e da capacidade de ilustração, de compreensão global, de Jaime Cortesão, é que se formou a minha personalidade. Tudo isso é interessante, estando eu a trabalhar em lógica moderna, na lógica matemática, como aliás estava Óscar Lopes na lógica linguística;¹³ e assim caldearam-se essas influências. Acontece também que, por acaso, tive acesso a obras históricas de uma importância enorme. Era a guerra: 1940. Raros livros chegavam a Portugal. Raros livros circulavam pela Europa. E, no entanto, nas livrarias havia alguns que apareciam. Apareceu *O capital* de Marx, em inglês. O facto de ser em inglês foi muito importante: como a censura felizmente era estúpida e inculta, não sabia inglês. [risos] E não a riscaram. Riscaram pelo bom espanhol, e não em francês [sic].¹⁴ Apareceu-me também uma obra de Lucien Febvre,¹⁵ *Problème de l'incroyance au XVI^e siècle* (1942), que foi para mim uma grande descoberta. E na Biblioteca Nacional de Lisboa tive a sorte de encontrar uma colecção dos *Annales. Economie, Société et Civilization*.¹⁶ Ninguém a consultava... [risos] De modo que eu tive-a para mim e pude lê-la...

5. ACS: *Teve a coleção como se fosse sua!*

VMG: ... como se fosse minha! Como vê, há um caldear das duas disciplinas: da história e da filosofia. Eu continuo a pensar que a história é uma ciência, ou uma actividade cientificamente conduzida, mas que tem todo o interesse em ser

¹² Duarte Leite Pereira da Silva (1864-1950).

¹³ Óscar Luso de Freitas Lopes (1917-). Autor, entre muitos outros, de *Lógica gramatical e lógica simbólica* (LOPES 1958).

¹⁴ Há aqui uma incongruência que não foi possível resolver. A biblioteca particular de Vitorino Magalhães Godinho, doada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, ainda não está disponível para consulta. E os discípulos que noutras vezes também escutaram esta história não se lembram agora se o exemplar que escapou à censura estava de facto em inglês ou em francês. Talvez mais tarde se consiga uma resposta.

¹⁵ Lucien Paul Victor Febvre (1878-1956).

¹⁶ A revista teve vários nomes, consecutivos: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-1937); *Annales d'histoire sociale* (1939-1941); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-1944); *Annales d'histoire sociale* (1945), e *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* (1946-1993). Desde então, chama-se *Annales. Histoire, Sciences Sociales*.

completada por uma reflexão filosófica, pelo conjunto das ciências humanas. Não a metafísica, que, aliás, agora, está outra vez na moda, graças à física moderna e às tentativas de conciliação da física com o *Génesis*, que é uma metafísica, enfim, de qualidade muito discutível... Mas a reflexão filosófica esclarece-nos, orienta-nos, dá o sentido profundo das coisas. De modo que mesmo o segundo volume dos meus *Ensaio*s tem uma larga parte que é filosófica (GODINHO 2009). Ainda no que toca à minha formação, não posso esquecer que tive a sorte de não ser *persona grata* do ilustre chefe Salazar.¹⁷ E “tive a sorte” porque fui demitido. Encontrei-me em grandes dificuldades económicas, que a convivência francesa resolveu... Porque fui para França, trabalhar no CNRS,¹⁸ sob a direcção de Lucien Febvre, directamente, com Braudel,¹⁹ com Marcel Bataillon,²⁰ com sociólogos como Georges Gurvicht,²¹ com economistas... etc. E essa “Escola de Altos Estudos” era pluridisciplinar. Tive também, inclusive, professores não franceses, como Radcliffe-Brown.²² Uma sorte, que penso que única, de abertura, em todos os sentidos.

6. ACS: Bem diferente do ambiente que havia em Portugal.

VMG: Foi a minha sorte. Devo dizer-lhe que estou muito grato a Salazar por me ter obrigado a emigrar. Claro que lá trabalhei para o custeio geral possível, obtive o meu doutoramento e, portanto, o direito de ser professor de universidades francesas, o que assustou aqui o ditadorzeco de Santa Comba, que mandou um professor convidar-me a vir para Portugal.²³ Vim sem ilusões, e tentei uma primeira experiência no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina [*sic*].²⁴ Mais tarde, voltei a sair do país e trabalhei como professor da Universidade de Clermont-Ferrand. Com o 25 de Abril houve uma hesitação, que eu não escondo, entre a França e Portugal. Problemas familiares convenceram-me, mais do que outros, a ficar em Portugal, onde tentei fazer alguma coisa de análogo ao que havia em Paris, na École des Hautes Etudes. E estávamos em bom caminho... E como estávamos em bom caminho, um governo dito já democrático, que tanto serve para a cultura como os governos salazaristas, acabou com a experiência e voltou a um sistema de faculdade tradicional, com os seus departamentos.²⁵ Consegui que o meu departamento, apesar de tudo, pequenino, fosse pluridisciplinar. Tínhamos lá a geografia, tínhamos a sociologia, tínhamos a economia, tínhamos a estatística... e a matemática. Tínhamos a história. E, essencialmente, a economia e sociologia histórica, como grande coluna vertebral dessa organização. Eu consegui reunir um grupo de jovens de excepcional qualidade, que julgo que marcam a cultura portuguesa e a nossa historiografia e ciências sociais, como é o caso do Romero

¹⁷ António de Oliveira Salazar (1889-1970).

¹⁸ Centre National de la Recherche Scientifique.

¹⁹ Ferdinand Braudel (1902-1985).

²⁰ Marcel Bataillon (1895-1977).

²¹ Georges Gurvicht (1894-1965).

²² Alfred Radcliffe-Brown (1881-1955).

²³ O nome omitido é o de Adriano José Alves Moreira (1922-).

²⁴ Na altura, Instituto Superior de Estudos Ultramarinos (ISEU).

²⁵ Referência à intervenção de Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia (1941-2006), ministro da Educação e Investigação Científica do I Governo Constitucional (1976-1978).

Magalhães,²⁶ do David Justino,²⁷ entre outros: Francisco Bethencourt,²⁸ que está na Inglaterra, etc. Essa experiência foi extremamente gratificante pelo que se conseguiu fazer; extremamente decepcionante pela incompreensão que encontrou da parte do meio académico. É preciso não esquecermos que, quando analisamos o Português historicamente, vemos que ele é alguém que quer mudar, para ficar tudo na mesma²⁹...

7. ACS: Professor: estamos comemorando os 100 anos da República portuguesa. Seu pai foi eminente prócere republicano. Como é que o senhor se sentiu ao escrever-lhe a biografia (GODINHO 2005)?

VMG: Eu escrevi essa biografia por várias razões. Uma delas é que fiquei na posse de um espólio precioso: a documentação do meu pai, não só política, de durante a guerra; fiquei, por exemplo, com os boletins secretos do Serviço de Informações do Corpo Expedicionário Português, e essas fontes são perfeitamente inacessíveis à maioria das pessoas. Mas fiquei não só com o espólio do meu pai, como com o do meu tio Maia Magalhães³⁰ e o do meu tio Barbosa de Magalhães. Uma documentação riquíssima. Pensei que depositá-la na Biblioteca Nacional seria o aconselhável. Mas como poderia ficar lá enterrada, era necessário utilizá-la para abordar problemas que estavam muito mal estudados.³¹ Porque a República foi objecto de muitas discussões, de conferências de propaganda, mas de análise rigorosa extremamente fraca. Tirado o livro do Oliveira Marques³² e as coisas do David Ferreira, que, pode-se dizer, era um *romance*³³ em grande medida mal orquestrado (FERREIRA 1973).³⁴ Ora, pela tradição familiar, vivia-se muito em casa dos meus pais esse ambiente republicano do meio político-cultural salazarista. Meu pai tinha sido perseguido pela PIDE³⁵ várias vezes. Mas eu lembro-me de que havia um ambiente republicano e um ideal não apenas de mudança do regime, nem, principalmente, mudança de regime, mas, sobretudo, de uma transformação do país: que o modernizasse; que o fizesse entrar no concerto das nações modernas e com os valores que a modernidade trouxe: da democracia, da cidadania, do desenvolvimento económico, etc. Ora, havia, portanto, a vida do meu pai, que era um exemplo de cidadania. De cidadania ímpolita: de alguém que soube, não só na sua profissão, mas também na sua actuação política, seguir uma linha rígida, que era a dos valores com os quais tinha militado na Assembleia;³⁶ com os quais tinha militado em França. Meu pai foi adido militar em Paris depois da guerra, e a família viveu quatro anos em Paris. A minha primeira estadia em França, tinha eu cinco anos de idade...

²⁶ Joaquim Antero Romero Magalhães (1942-).

²⁷ José David Gomes Justino (1953-).

²⁸ Francisco Tristão Bethencourt Conceição Rodrigues (1955-).

²⁹ Reelaboração da célebre frase de Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957): "Bisogna cambiare tutto per non cambiare nulla".

³⁰ Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães (1881-1932), tio materno de Vitorino Magalhães Godinho.

³¹ Todos esses espólios acabaram por ser integrados na BNP (Esp. E 47, N 72 e E 29), sendo facultados à consulta dos investigadores.

³² António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques (1933-2007), que, a bom rigor, escreveu mais de um livro sobre o assunto. Vitorino Magalhães Godinho devia querer referir-se a *A Primeira República Portuguesa*.

³³ Pronunciado à francesa.

³⁴ David Ferreira (1897-1989).

³⁵ Polícia Internacional de Defesa do Estado (1945-1969), depois transformada em Direcção-Geral de Segurança (DGS) (1969-1974).

³⁶ Referência ao facto de Vitorino Henriques Godinho ter sido deputado à Assembleia da República desde a Constituinte (1911).

8. ACS: *O senhor escreveu essa biografia emocionado ou crítico? Escreveu do ponto de vista do puro historiador ou também do filho?*

VMG: Não sei; não sei... Mas as informações que me chegaram, mesmo de colegas estrangeiros, foi que, realmente, aquilo que seria a maior qualidade do livro é que não se percebia que era o filho que o tinha escrito.

9. *Tiago C. P. dos Reis Miranda: Como historiador, como foi enfrentar esse desafio de escrever uma história de "uma personagem"? Como foi relacionar um percurso individual com quadros conjunturais e estruturais, mais abrangentes?*

VMG: Teve o fascínio de uma aventura! Eu sempre realizei, em geral, uma investigação histórica sobretudo estrutural e dinâmica – da sociedade, do conjunto –, embora não me possam acusar de ter esquecido das personalidades quando tratei dos Descobrimentos... Havia sempre esse sentido de que a história é um constante diálogo entre as personagens e as estruturas existentes. E que temos de abarcar umas e outras. Mesmo sobre o infante D. Henrique, julgo que trouxe elementos para a sua biografia, independentemente do seu papel dentro do que foram os Descobrimentos.³⁷ Havia a compreensão clara, e havia a indicação de Lucien Febvre – que, para mim, veja bem, é fundamental –, em que ele dizia que o problema fundamental da história era o da inserção da personalidade no devir histórico.³⁸

10. ACS: *Aliás, professor, lendo a sua grande obra, que é Os Descobrimentos e a Economia Mundial,³⁹ nota-se que o senhor trata dos assuntos sob vários enfoques. O senhor se situa, muitas vezes, da perspectiva do Terreiro do Paço, outra vez de Goa, outra vez da Fortaleza de São Jorge da Mina, e muitas vezes do próprio barco comerciante que está nas costas africanas ou nas costas asiáticas. Esta multiplicidade de vistas, como o senhor a conseguiu? Ela é magistral, no sentido de que nos permite ver o mundo de vários locais distintos.*

VMG: Vem, talvez, de uma abertura de espírito, que resultou de todos esses ambientes que eu tentei traçar, um bocado sumariamente. De facto, o convívio com Lucien Febvre, com Bataillon e outros abria-me uma série de enfoques possíveis, de modo a não ficar prisioneiro de uma receita. Um grande problema para o historiador, quando eu comecei a estudar, e para o historiador hoje, é estar prisioneiro de certos estrangimentos, certas coisas que limitavam o campo da profissão. Não é só a tendência, entre nós, para não considerar as ciências sociais. Quando eu comecei, a sociologia não era ensinada em Portugal. O primeiro curso de sociologia leccionado em Portugal foi feito por mim em 1970. Aliás, vai ser agora publicado (GODINHO 2011). Portanto, havia aqui umas reticências... Reticências que tiveram de ser ultrapassadas. Mas desviei-me um pouco da sua

³⁷ Ver, sobretudo, GODINHO 2008.

³⁸ Ver, a este propósito, FEBVRE 1928; 2011; 1944.

³⁹ *L'économie de l'empire portugais – XVème - XVIème siècles*, de 1969, com edição definitiva em português nos anos 80 (GODINHO 1981-1983).

pergunta [dirigindo-se a TRM]... Eu aprendi a analisar problemas com pessoas que tinham muitos pontos de vista diferentes e que discutiam civilizadamente. E esse ponto julgo que é muito importante: porque tive sempre o horror daquilo que hoje os portugueses tanto utilizam, que é a polémica. Eu sou absolutamente contrário à polémica, porque é a morte da discussão científica. Não digo que a pluralidade de pontos de vista seja o reconhecimento das nossas limitações; pelo contrário: acho que é um meio de superá-las. Parece-me, de facto, absolutamente fundamental ver os vários aspectos, de origens diversas, que convergem para uma explicação. É claro que escrever uma biografia não é o mesmo que escrever um livro sobre a história dos preços.⁴⁰ E foi nesse sentido que eu disse que “foi uma aventura” ou, como se diz agora, um desafio, escrever sobre o meu pai. Porque biografia... até onde?... Até onde temos nós o direito de “entrar” na personalidade dos outros? Esse problema, julgo que é fundamental. Tentar saber algo da vida íntima das pessoas não é saber a sua posição ideológica, a sua sensibilidade ou as suas tendências, a sua posição perante os acontecimentos. E isto é o que importa. Eu sistematicamente excluí o aspecto da vida em família. Mas a biografia depende, apesar disso tudo, do homem; do homem de carne e osso: atento, completo, sobretudo. Evidentemente, através dos vários contextos sociais em que ele se foi empenhando. Procurar encontrar o fio entre as suas condutas, o sistema ideológico que o orienta. E, através dele, compreender a evolução de Portugal. Porque tive a pretensão de, numa biografia, fazer uma história da República.

22

11. ACS: *Quais as grandes linhas, para o senhor, do século XX: esse século de que o senhor foi testemunha?*

VMG: Como é que eu definiria o século XX?... Bom, o Hobsbawm⁴¹ definiu-o como “o século dos extremos” (HOBSBAWM 1994). Eu diria, por um lado, a quem está a viver já um mundo diferente do século XX, que nessa altura nos sentíamos mais seguros. A vida quotidiana não tinha este trepidar que hoje tem, nem esta inquietação, nem este “estar sempre de atalaia”, que nos obriga a vida actual.

12. TRM: *E, no entanto, John Kenneth Galbraith, que escreveu um livro sobre a economia mundial desde meados do século XIX até ao terceiro quartel do século XX, chamou a esse período “a era da incerteza” (GALBRAITH 1977). Quer dizer que nós estamos a viver em tempos cada vez mais incertos?*

VMG: ... É claro que, pesando e “lendo” as guerras que houve, todas as convulsões sociais, políticas e outras, vemos que foi um século de extrema violência, sob certos aspectos... E, no entanto, da minha vida no século XX, eu não retenho a violência. Não me recordo da violência. É qualquer coisa que eu sei que é importante, mas no quotidiano, não. Ao passo que, hoje, o quotidiano de uma grande cidade tornou-se insuportável: nós saímos à porta e somos atacados!... Esse ambiente não existia:

⁴⁰ Recorde-se, por exemplo, GODINHO 1955a.

⁴¹ Eric John Ernest Hobsbawm (1917-2012).

não existia, em Portugal. Mas, enfim: foi um século paradoxal. Que começou com um conflito extremamente grave, um conflito que acabou com ilusões de uma sociedade que estava com a esperança de ser rica, mas com uma insuficiente realização em igualdade política e social; uma sociedade que tinha a ideia de ser possível um homem "novo", um homem diferente; uma sociedade que criava as oportunidades para ele se realizar plenamente. E, ao mesmo tempo, a impulsão de guerra... desencadeada pelos movimentos fascistas: regimes ditatoriais burocratizantes, que por completo condenavam esses ideais com que os homens se tinham comprometido. Nesse aspecto, foi um século contraditório. Até porque foi um século de ilusões extremas. Eu diria, enfim, parafraseando Hobsbawm, ilusões extremas porque, de facto, lembro-me, jovem, de idear um mundo novo, que vinha com um homem diferente, em que os conflitos seriam sanados: onde haveria a possibilidade de uma existência digna para todas as pessoas. E, depois, a evolução vai criando realidades novas... Os regimes fascistas são realidades novas, mas que têm um tipo de ideal diferente: um ideal de massas, de submissão, de violência, de preconceito racista, etc., que, de facto, destrói por completo essa ilusão de um "homem novo", que tivemos. E, no entanto, vários desses movimentos são feitos em nome de uma transformação do homem, como se fossem grandes ideais. Simplesmente, nós hoje temos informação suficiente para ver que, depois da era do totalitarismo triunfante, nós, em Portugal, não tínhamos a noção de que se passava por isso. Podíamos surpreender-nos com um ou outro aspecto, mas julgávamos que havia algo na sociedade, e, portanto, que havia um esforço de melhoria, de transformação, de abertura... que não existia! Todos caíram nessa ilusão da transformação...

23

13. ACS: Mas não foram só os portugueses. Foram todos: os franceses, os brasileiros, os americanos, os ingleses...

VMG: Pois... O mundo como eu o vivi, que é esse, é um caso espantoso de psicologia colectiva. Como é que o mundo, como é que largos milhões se deixaram viver na ilusão?... Hoje confrontamo-nos com a realidade, que foi hedionda. Basta ver imagens da altura... dos judeus... e desses selvagens⁴²... e dos regimes comunistas... para ver o que é que foi de macabro!... E, entretanto, André Malraux,⁴³ em 1926, tinha escrito o quanto selvagem sempre seria a transformação⁴⁴...

14: ACS: Professor: durante muito tempo o senhor teve como principal foco de sua atividade de historiador os séculos XV, XVI e XVII. Recentemente, o senhor escreveu um livro magistral, Portugal: a emergência de uma nação (GODINHO 2004). O que fez o senhor voltar para os séculos anteriores aos Descobrimentos? Qual foi o seu aguilhão?

VMG: Esse foi um livro que me deu prazer escrever. Que se integra numa reflexão mais ampla, sobre o meu país. O que é o meu país?... Como é que nasceu?

⁴² Palavra pronunciada de forma particularmente expressiva, para qualificar os nazis.

⁴³ André Malraux (1901-1976).

⁴⁴ Referência a MALRAUX 1926.

Como é que se formou? É importantíssimo respondermos a essas perguntas para compreendermos aquilo que somos. E também por uma necessidade de fazer um tipo de história que seja diferente das discussões académicas, muito ociosas, em que andam baralhados os problemas da origem de Portugal. O Herculano⁴⁵ teve de se desfazer dos mitos, das lendas, das abordagens simplistas, para tentar compreender o que é uma nação. Porque esse é hoje um grande problema para os políticos e os académicos, com essa organização burocrática da Europa. Os estadistas tiveram o cuidado meticuloso de destruir tudo aquilo que era ideal. No seu lugar, valorizam o quê?... Os mangas-de-alpaca. As coisas sem relevo. Meras cópias... Ora, hoje, Bruxelas quer mandar ver o orçamento do país antes de o próprio país se debruçar para aprovar esse orçamento. E quer determinar até o tamanho do carapau!... [risos] Os burocratas que estão à mesa, e lá à secretária em Bruxelas, são altas competências no tamanho do carapau!... [risos]

15. ACS: *Então, o senhor escreveu o livro para se vingar desses burocratas!*

VMG: É... [ri] Mas, hoje, fez-se um Tratado de Lisboa,⁴⁶ que é um horror!... Não, não há uma linha de rumo. Não há uma construção que obedeça a ideias claras e que tenha garantias, possibilidades para a acção eficiente.

16. ACS: *Por isso o senhor voltou ao século XIV?*

24

VMG: Voltei, para saber o que é uma nação. Porque eu acho que, hoje, temos que fazer uma Europa onde a nação não desapareça. O primeiro artigo de uma constituição europeia deve ser "que a União Europeia é um conjunto de nações-estados que partilham a sua soberania com um sistema de instituições comum". E isso para mim é que é o fundamental. Não podemos abdicar do que é nacional. Não podemos "pôr para as velharias" o chamado "amor da pátria". Porque o amor da terra, o amor da pátria, a delimitação dos poderes da nação, tudo isso é extremamente importante e é um legado fundamental para a organização das sociedades modernas. Não é possível organizá-las uniformemente... A estupidez mais absurda, que é a dos dirigentes da Europa, da União Europeia, e que leva a que se aplique a países com tradições tão diferentes, na economia, nos costumes, na língua, em tudo, como sejam a Letónia, a Estónia, Portugal, França, Inglaterra, etc, que se aplique a todos as mesmas receitas económicas, aprendidas num manual americano, que se vende, enfim, em larga escala, para ganhar dinheiro, e que é feito por um desses economistas mercenários que agora ajudam a governar o mundo!...

17. TRM: *Essa nação de que o senhor se ocupa nasce voltada, pouco depois, para a expansão. E vem a ser marcada, em boa medida, por esse movimento. Como é que esse Portugal de raízes ultramarinas consegue conviver com a Europa de hoje?*

⁴⁵ Alexandre Herculano (1810-1877). Para compreender um pouco melhor esta alusão, ver PIRES; SANTANA; GODINHO; DIAS 2010.

⁴⁶ Tratado subscrito em Lisboa por todos os membros da União Europeia, aos 13 de dezembro de 2007.

VMG: Portugal consegue conviver com a Europa porque tem havido uma obra de destruição cultural e de destruição económica sistemática, o que permite que a burocracia de Bruxelas e, por seu intermédio, as grandes potências, mandem em tudo. Em tudo quanto se passa. Em Portugal, hoje, fala-se pouco já dos descobrimentos. Mas não era por falar dos descobrimentos que nós, no fundo, estávamos enriquecidos, "irrigados", por isso. Porque se tinha tornado numa retórica... E retórica não leva a lado nenhum. Ora, hoje, ao invés dessa retórica, há uns "farrapos", que esvoaçam, às vezes, para fazer a propaganda de certas políticas. A política económica do governo pretende retomar o grande *élan* descobridor do século XVI! "Vamos para 'a inovação'!"... Descobriu-se a palavra "inovação"!... A descoberta da palavra inovação permite hoje fazer 99% das frases. Não há uma frase em que não haja "inovação". E por quê?... Porque um economista de grande valor, Schumpeter⁴⁷, criou uma teoria dos processos económicos em que se considera que as crises resultam da acumulação de inovações, invenções que são processadas industrialmente, que levam à morte do aparelho e do tecido industrial existente e à sua substituição por outro, novo. Isto, que é uma teoria explicativa, passou para...

18. ACS: *Normativa!...*

VMG: [acedendo]... para os políticos, para os economistas, entre os quais não sei quais são os mais ignorantes [risos], passou como se fosse uma norma. E, então, o que é preciso é "inovação". Seja no que for. O menino não vai à escola, porque é preciso é "inovação". A moeda faz ioiô? É preciso "inovação". Enfim: isto tudo esboroa, enfim, o significado da teoria de Schumpeter, por um lado, e também aquilo que pode ser uma herança cultural. Como, por exemplo, os Descobrimentos. Hoje, temos dificuldade em pensar. A nossa ciência está num estado de grande debilidade. Como se fosse a náutica astronómica do tempo das grandes navegações. A náutica astronómica era uma técnica, não era uma ciência. Ela utilizava a cosmogonia aristotélico-ptomolomaica, e não a copernicana sequer. A astronomia moderna não estava contida na náutica astronómica. Esse foi um dos problemas dos portugueses: é que criaram uma técnica, mas não souberam criar a ciência.

19. ACS: *Professor: no seu livro Mito e Mercadoria (GODINHO 1990), em última análise, o senhor faz uma história das inovações em Portugal.*

VMG: Sim.

20. ACS: *Não é uma contradição com o que o senhor acabou de dizer, em torno dos maus usos da teoria de Schumpeter?*

VMG: Não! Pelo contrário. A ideia de inovação introduzi-a eu na leitura da história dos Descobrimentos: generalizei a teoria do Schumpeter, desde o

⁴⁷ Joseph Alois Schumpeter (1883-1950).

século XV para cá. Eram elementos explicativos. Mas não o fiz com a intenção de ditar uma orientação económica para o futuro. Não podemos “orientar” a nossa economia no sentido da inovação. Pode ser mais útil não inovar do que inovar. Essa ideia, hoje, é tão frágil... Estamos numa crise total, que nenhum economista previu, nenhum político previu. E, modestamente, sem ninguém dar por isso – embora o escrevesse em vários pontos –, eu previ. E fui indicando como ia evoluindo.⁴⁸ E estou a indicar que estamos outra vez em em recessão, e não fora dela, como julgam. Isso implica, de facto, ser capaz de compreender novos estados do que se está a processar. Neste caso, é a crise. E a crise veio então levar ao que chamam eufemisticamente “mudança de paradigma” [risos]. Há, assim, umas palavras ou frases-chave muito impressionantes...

21. ACS: ... que servem para tudo.

VMG: Servem! São rabos de ciência.

22. ACS: *Professor: vou mudar um pouco de assunto. O senhor publicou "O 'Mediterrâneo' saariano e as caravanas do ouro" em São Paulo (GODINHO 1955b; 1955c; 1956).*⁴⁹ *O senhor tem, no Brasil, um grande número de leitores, e até de discípulos, entre os quais o Carlos Guilherme Mota,⁵⁰ por exemplo, que é nosso amigo comum. Como foram as suas relações com a academia brasileira?*

26

VMG: É curioso, mas a minha vida orientou-se pouco em relação ao Brasil. Talvez, também, porque eu fui ao Brasil porque estava em França. De Portugal, ir ao Brasil não era fácil. Curiosamente, embora tivesse boas relações com os historiadores brasileiros, não tive nenhum convite especial para ir – para fazer um curso em São Paulo, no Rio ou no Recife.

23. ACS: *Apesar dos amigos que o senhor lá tinha e dos leitores fervorosos.*

VMG: Apesar disso. É algo de um pouco estranho, não é?...

24. ACS: *Acho que ficaram com medo do senhor!* [risos]

VMG: Não... Mas, pensando retrospectivamente, tenho uma certa pena.

25. ACS: *Nós também.*

⁴⁸ Ver, por exemplo, GODINHO 2007.

⁴⁹ Editado em forma de livro na "Coleção da *Revista de História*", com o n.º VIII, em 1956. Os outros artigos publicados por Vitorino Magalhães Godinho na *Revista de História* da USP foram: A economia das Canárias nos séculos XIV e XV, n.º 10, a. III, 1952, p. 311-348; Fontes quatrocentistas para a geografia e economia do Sáara e Guiné, n.º 13, a. IV, 1953, p. 47-65; Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770), n.º 15, a. IV, 1953, p. 69-88; A historiografia portuguesa: orientações – problemas – perspectivas, n.º 21-22, a. VI, 1955, p. 3-21, e Os painéis de Nuno Gonçalves. Caminhos de pesquisa e hipóteses de trabalho, n.º 37, a. X, 1959, p. 149-154.

⁵⁰ Carlos Guilherme Santos Serôa da Mota (1941-). O seu *Atitudes de Inovação no Brasil (1789-1801)* foi incluído na coleção "Os Nossos Problemas. Para a História de Portugal e do Brasil", dirigida por Vitorino Magalhães Godinho.

VMG: Pois sim...

26. *TRM: Pode dizer-se que o senhor foi ao Brasil, mais especialmente a São Paulo, quase como um francês.*

VMG: Sim, fui na missão universitária francesa.⁵¹ Eramos três professores: o Pierre Monbeig,⁵² Maurice Lombard⁵³ e eu.

27. *TRM: Como o senhor acha que a historiografia portuguesa está a conviver com a historiografia brasileira, nos últimos tempos? O senhor deve ir acompanhando o aumento das missões de estudo, dos trabalhos conjuntos... O que lhe parece esse movimento?*

VMG: Bom, é verdade que recebo semanalmente, pelo correio, pacotes da Academia Brasileira de Letras... [risos]

28. *ACS: [irónico] Nós nos transformamos em grandes produtores de livros!... [risos] Mas o senhor é membro da Academia! Tem direito a receber tudo isso.*

VMG: Tenho direito, mas confesso que já não tenho espaço... [risos]

29. *ACS: Eu tampouco; eu tampouco... Somos dois. O senhor seleciona o que lhe interessa para ler.*

VMG: Bem... Tenho contacto com o Brasil por intermédio sobretudo do Carlos Guilherme. Mas também por ligação directa com Minas Gerais, com São Paulo, Rio, etc. Com várias pessoas. Inclusive eles estiveram em Paris, num seminário que foi consagrado à minha obra (LE PORTUGAL 2005)⁵⁴... Ali, naquela prateleira, está a *História do Brasil* que eles agora publicaram – o Carlos Guilherme e a mulher dele (LOPEZ; MOTA 2010).

30. *ACS: Nos últimos cinco, dez anos, Professor, tem havido algo que não havia no passado: uma troca mais fecunda de experiências e de informações entre historiadores brasileiros e portugueses. Sobretudo dos mais jovens. Eles trocam cópias de documentos. Muitas vezes nem é preciso viajar. Viajar custa muito caro...*

VMG: Pois; pois é. Mas é um prazer que se perde, essa viagem... Nós, agora, viajamos virtualmente...

31. *ACS: Mas não é a mesma coisa...*

⁵¹ Missão de 1954 à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

⁵² Pierre Monbeig (1908-1987).

⁵³ Maurice Lombard (1904-1965).

⁵⁴ Ocorrido em Paris entre os dias 12 e 13 de dezembro de 2003.

VMG: [irónico] A China?... Vai-se à Internet, e “Olha a China!”. Não se vai à China. Eu digo até que, hoje, os miúdos, para estudar em Portugal, já não vão para a rua com uma mala: sentam-se à secretária com um computador.

32. ACS: *Exato, exato...*

VMG: Vivemos num mundo virtual.

33. TRM: *Para essas novas gerações de historiadores, quais seriam os conselhos que o senhor deixaria? Sobretudo para quem esteja a começar, quais os seus conselhos?*

VMG: Eu penso que é fundamental uma boa bibliografia. E, nesse aspecto, não ter receio de estar “desactualizado”. Não é o mais recente que é necessariamente melhor. É fundamentalmente o que se fez nos anos 60, 70: esse período deixou obras que são inultrapassáveis, em boa medida, pelo seu carácter interdisciplinar. Ao mesmo tempo, julgo muito importante que se aprendam as regras do ofício: a boa erudição. Hoje, é-se um bocado leviano no que diz respeito à erudição. [irónico] Normas de publicação?!... Mais ou menos, não é?... Quando há que haver um respeito criterioso! Eu costumo dizer que as palavras são como monumentos para o historiador. Temos de as utilizar e ser capazes de as respeitar e de as compreender. Para isso, temos de saber determinar se há uma certa evolução, se não há um autor... enfim: fazer as operações históricas necessárias para determinar com rigor aquilo em que estamos de facto a basear-nos. Porque há uma certa ligeireza na maneira de aduzir textos de autores de várias épocas – como a seu tempo criticou Herculano – para provar isto, aquilo e aquilo outro, e que muitas vezes até nem sequer têm ligação com o texto ou com aquilo que se está de facto a estudar. Essa erudição implica ver como eram os trabalhos desenvolvidos outrora, como eram as grandes colecções documentais feitas com rigor, com cuidado; saber ir ao documento, saber lê-lo, com a ideia de que não vamos encontrar no documento a solução, nem um problema formulado. Nós é que temos de raciocinar, com toda a nossa bagagem cultural e pluralidade de pontos de vista. Nós é que vamos “construir” a nossa fonte histórica. E, através dessa fonte, formular questões bem formuladas... Não esquecer, portanto, essa base erudita. Ter essa formação geral, com as obras mestras da historiografia, sem receio de estar “desactualizado” e, ao mesmo tempo, estar alerta para os problemas do nosso tempo. Marc Bloch dava esse conselho, e eu também o dou.⁵⁵ Nós vivemos num determinado tempo e temos de enfrentar os seus problemas: perceber que isso faz parte da nossa formação para apreendermos o passado. Aliás, em relação à actualidade [dirige-se a ACS], eu vou-lhe oferecer uma coisa⁵⁶...

34. ACS: *Obrigado, Senhor Professor... Ah!, esse eu não conheço.*

⁵⁵ “[...] L’incompréhension du présent naît fatalement de l’ignorance du passé. Mais il n’est peut-être pas moins vain de s’épuiser à comprendre le passé, si l’on ne sait rien du présent [...]” (BLOCH 2006, p. 879).

⁵⁶ Saca de um exemplar de *Os problemas de Portugal: os problemas da Europa* (GODINHO 2010).

VMG: A única obra de intervenção que saiu em que se discutem sistematicamente os problemas que se põem a Portugal e à Europa!

35. ACS: *Obrigadíssimo, Professor. O que é que o Senhor está escrevendo agora?*

VMG: Neste momento estou em trabalho de revisão de provas, porque vai ser publicada uma nova edição dos *Documentos para a História dos Descobrimentos Portugueses*.

36. ACS: *Está esgotada há anos!*

VMG – Há sessenta anos que está esgotada (GODINHO [1943]-1956).

37. ACS: *E continua "base".*

VMG: Eram três volumes. Sai agora em dois. Já vi que está pronto o primeiro e tenho ali em cima o segundo: aquele monte de provas para ver. Uma boa semana de trabalho pela frente.⁵⁷

38. ACS: *E nós viemos interromper!...*

VMG: Não; nada, nada, nada... Nós não podemos estar encafuados, monasticamente... [risos].

29

Lisboa, 20 de novembro de 2010.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. Apologie pour l'histoire ou métier d'historien. In: _____. **L'Histoire, la guerre, la résistance**. Manchecourt: Gallimard, 2006.

FEBVRE, Lucien. **Un destin, Martin Luther**. Paris: Riede, 1928.

_____. **Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle**. La religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1942.

_____. **Autour de l'Heptaméron**: amour sacrée, amour profane. Paris: Les Éditions Gallimard, 1944.

_____. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Martinho Lutero, um destino**. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2011.

⁵⁷ A segunda edição, "correcta e acrescentada", saiu, de facto, em 2 volumes, pela Imprensa Nacional e Casa da Moeda, em 2011.

- FERREIRA, David. **História política da Primeira República**. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.
- GALBRAITH, John Kenneth. **The Age of Uncertainty**. Boston: Houghton Mifflin, 1977.
- _____. **A Era da incerteza: história das ideias económicas e suas consequências**. 2.^a ed. rev. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. **Razão e História: introdução a um problema**. Lisboa: s.n. [Imprensa Vitória], 1940.
- _____. **Documentos sobre a Expansão Portuguesa**. 3 Volumes. Lisboa: Gleba, Cosmos, [1943]-1956.
- _____. **Prix et monnaies au Portugal 1750-1850**. Paris: Librairie Armand Colin, 1955a.
- _____. O "Mediterrâneo" saariano e as caravanas do ouro, **Revista de História - USP**, n.º 23, a. VI, 1955b, p. 74-134.
- _____. O "Mediterrâneo" saariano e as caravanas de ouro (II) , **Revista de História - USP**, n.º 24, a. VI, 1955c, p. 307-353.
- _____. O "Mediterrâneo" saariano e as caravanas do ouro (conclusão), **Revista de História - USP**, n.º 25, a. VII, 1956, p. 59-107.
- _____. **L'économie de l'empire portugais – XV^{ème} - XVI^{ème} siècle**. Paris: SEVPEN, 1969.
- _____. **Os descobrimentos e a economia mundial**. 2.^a ed. correcta e ampliada. 4 Volumes. Lisboa: Presença, 1981-1983.
- _____. **Do ofício e da cidadania: combates por uma civilização da dignidade**. Lisboa: Edições Távola Redonda, 1989, p. 9-102.
- _____. **Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. **Portugal: a emergência de uma nação (das raízes a 1480)**. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004.
- _____. **Vitorino Henriques Godinho: pátria e república**. Lisboa: Assembleia da República; Dom Quixote, 2005.
- _____. **A Europa como projecto**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.
- _____. **A expansão Quatrocentista portuguesa**. 2.^a ed. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- _____. **Ensaio e estudos: compreender o mundo de hoje**. Ed. revista e ampliada. 2 Volumes. Lisboa: Sá da Costa, 2009.
- _____. **Os problemas de Portugal: os problemas da Europa**. Ed. revista e ampliada. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- _____. **Problematizar a sociedade**. Lisboa: Quetzal, 2011.

- GUIZOT, François. **História da Civilização na Europa**. Trad. de Souza Holstein. 2 Volumes. Lisboa: Livraria A. M. Pereira, 1875.
- HOBBSAWM, Eric. **The Age of extremes: the short twentieth century, 1914-1991**. London: Michael Joseph, 1994.
- _____. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1944].
- INÉDITO. **A última entrevista**. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 1059, 4 a 13 de maio de 2011, p. 30-31.
- LE PORTUGAL et le Monde. Lectures de l'oeuvre de Vitorino Magalhães Godinho. **Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian**. Vol. L. Lisboa, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- LOPES, Óscar Luso de Freitas. **Lógica gramatical e lógica simbólica**. Aveiro: A Lusitânia, 1958.
- LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil, uma interpretação**. São Paulo: Senac, 2010.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero; ALBUQUERQUE, Luís de. **Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988.
- MALRAUX, André. **La tentation de l'Occident**. Paris: B. Grasset, 1926.
- _____. **A tentação do Ocidente**. Lisboa: Livros do Brasil, 1959.
- MARQUES, Margarida; PEDREIRA, Jorge. Problemas da institucionalização e do desenvolvimento das ciências sociais e humanas em Portugal. Entrevista com o Prof. Doutor Vitorino Magalhães Godinho, **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, n.º 3, 1989, p. 13-48.
- PIRES, António M. B. Machado; SANTANA, Maria Helena; GODINHO Vitorino Magalhães; DIAS, Eurico Gomes (orgs.). **Alexandre Herculano: antologia**. 2 Volumes. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.
- SILVA, Alberto da Costa e; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Vitorino Magalhães Godinho: a última batalha, **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n.º 69, junho de 2011, p. 48-53.

Aspectos da história e da historiografia sobre o Brasil e Portugal das primeiras décadas do século XIX*

Aspects of the history and historiography about Brazil and Portugal in the first decades of the nineteenth century

Andréa Lisly Gonçalves

alisly@terra.com.br

Professora associada

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

Resumo

As reflexões apresentadas neste artigo resultam da pesquisa que venho desenvolvendo nos últimos anos, que aborda a trajetória de brasileiros, de diferentes províncias, que em solo lusitano lutaram contra o regime instalado com a subida de D. Miguel I ao trono português, em 1828. O entendimento da atuação dessas personagens só é possível a partir da abordagem da história e da historiografia sobre as relações entre Brasil e Portugal, nos anos que se seguem à independência do Brasil. Entre as categorias e conceitos eleitos como fio condutor da análise, o primeiro a ser tratado é o de Império luso-brasileiro, relacionado à categoria do absolutismo monárquico. Considerando os principais antagonistas, D. Pedro I e D. Miguel, e seus respectivos grupos de apoio, pretendeu-se discutir os diversos alinhamentos em torno da manutenção ou não do referido Império. A segunda parte do artigo trata do tema das mobilizações populares, principalmente as regressistas, nos dois contextos, à luz dos conceitos de contrarrevolução e restauração.

32

Palavras-chave

Revolução; Miguelismo; Estado Nacional.

Abstract

The reflections presented in this paper are the outcome of the research I have been developing in the recent years, following the footsteps of Brazilians from different provinces who have fought on Portuguese soil against the regime launched after Dom Miguel's rise to the Portuguese throne in 1828. An understanding of the behavior of these characters is only possible from the standpoint of the history and historiography on the relations between Brazil and Portugal in the years following the Brazilian independence. Among the categories and concepts adopted as the guiding thread of the analysis, the first one has to do with the Luso-Brazilian Empire, related to the category of monarchic absolutism. Considering the chief antagonists, Dom Pedro and Dom Miguel, and the respective groups supporting them, the paper has aimed at the discussion of the different stances concerning the maintenance or abolition of the above-mentioned Empire. The second part of the paper tackles the theme of popular mobilizations, especially regressive ones, in both contexts, in the light of the concepts of counterrevolution and restoration.

Keywords

Revolution; Miguelism; National State.

Recebido em: 7/8/2012

Aprovado em: 11/9/2012

* Bolsista do Programa Pesquisador Mineiro/FAPEMIG. A pesquisa contou com o apoio da Capes e do CNPq.

As reflexões desenvolvidas neste artigo partem de alguns aspectos das relações entre a história e a historiografia portuguesas e brasileiras sobre as décadas de 1820 e 1830. Constata-se, de início, que há, na historiografia brasileira, certa indiferença, principalmente quanto aos laços entre os dois países nos anos que se seguem à independência do Brasil. Já na historiografia portuguesa, a confluência do reinado de D. Miguel (1828-1833) com o contexto brasileiro também não tem sido um tema assíduo, com exceção das recentes histórias de Portugal publicadas nesse país (ARRUDA; TENGARRINHA 1999, p. 150-181). Ainda que pequena, essa produção de estudos sobre o período é de excepcional qualidade.¹ Menos recorrente ainda é o interesse acerca do reinado de D. Miguel entre os historiadores brasileiros.² Assim, optou-se pelo foco em temas afetos ao contexto português, com ênfase no período de 1823 a 1834, sem se descuidar do contexto brasileiro.

Entre categorias e conceitos eleitos como fio condutor nesta análise da relação da história e da historiografia do Brasil e Portugal no início do século XIX, o primeiro é o de Império luso-brasileiro, em sua relação com o absolutismo monárquico, ainda que não só. Partindo dos principais antagonistas, D. Pedro e D. Miguel, e seus grupos de apoio, pretendeu-se discutir as formas de alinhamento para a manutenção ou não do Império luso-brasileiro. A segunda parte do artigo trata dos temas das mobilizações populares, sobretudo as regressistas, à luz dos conceitos de contrarrevolução e de restauração.

Absolutismo monárquico e Império luso-brasileiro

Se a categoria Império luso-brasileiro é central para explicar as relações entre colônia e metrópole, sobretudo em fins do século XVIII e início do XIX, mais destaque ela ganha na conjuntura que vai desde a vinda da família real para a América até cerca de dez anos após a Independência do Brasil, tanto em Portugal quanto na sua ex-colônia.

Como sobejamente sabido pela historiografia, a ideia da criação de um grande império português foi acalentada pelo menos desde o século XVI (LYRA 1997; 2000). Mas é com o reformismo ilustrado que essa ideia se renova frente às disputas entre as grandes potências no plano internacional e os revezes do reino português durante e após a invasão napoleônica (CHAVES 2001).

Como não poderia deixar de ser, a categoria se articula com outros eixos aqui tomados para tratar das relações entre historiografia brasileira e portuguesa, com foco nas décadas de 1820 e 1830. Talvez um ponto menos estudado dessas articulações seja a associação dos opositores do crescimento desse império com os partidários da contrarrevolução em Portugal, assunto a ser tratado mais adiante.

Mais explorada é a percepção de como a ideia alentou os revolucionários de 1820, de aquém e de além-mar. E de como suas contradições surgiram no intrincado processo de formação dos Estados Nacionais, fosse em Portugal, fosse

¹ A título de exemplo, merecem ser citados: LOUSADA 1987; LOUSADA; FERREIRA 2009; MONTEIRO 1990.

² Exceção importante é o estudo de Guilherme Pereira das Neves (Cf. NEVES 2010, p. 25-44).

no Brasil. A questão que se impõe é o quanto conflitam, na teoria e na prática, a criação de Estados Modernos referidos a um território unificado e a noção de Império (JANCSÓ; PIMENTA 1999; JANCSÓ 2003). Abordar, porém, tema tão vasto foge aos limites deste artigo, já que tem sido tratado, detidamente, pela recente historiografia brasileira tributária da renovação da história política (COSTA; OLIVEIRA 2007; MELLO 2004; GONÇALVES 2008).

Um ponto que se destaca, aqui retomado, é a oposição entre D. Pedro I e D. Miguel e, claro, dos grupos em torno deles, quanto à manutenção ou não de um Império luso-brasileiro. Forçosamente, já que D. Miguel surge na cena política a partir de 1823, a ênfase se dará, mas não somente, nos anos logo após a Independência do Brasil.

Tratando-se do miguelismo,³ impõe-se a questão: a recomposição do Império era plano político de D. Miguel ou essa bandeira era do imperador do Brasil quando, já em Portugal, torna-se D. Pedro IV. O tema tem estrita ligação com os enredados meios de superação do absolutismo monárquico, notadamente na Europa, no chamado período das *restaurações*.

Mesmo D. Miguel assumindo o trono só em 1828, boa parte da historiografia portuguesa não parece questionar que 1823 marca o fim da primeira experiência liberal portuguesa (HESPANHA 2004; LOUSADA 1987). Nesse ano, o movimento Vila-Francada⁴ resultou no fechamento das Cortes por D. João VI a pretexto da convocação de uma constituinte, sempre adiada sem se cumprir. Assim, de 1823 a 1826, ano da morte de D. João VI, Portugal é marcado pela revogação da constituição “tida como subversiva e insubsistente” (HESPANHA 2004, p. 153), seguida por “medidas restauracionistas e retaliatórias” retomando-se os “estilos e formas legislativas do absolutismo”. Entre outras medidas, restauram-se as comunidades religiosas suprimidas em 1822 com a respectiva devolução de bens, retornando as tradicionais ordenanças com dissolução da Guarda Nacional e introdução das “legiões nacionais” (HESPANHA 2004, p. 154).

A imprensa realista, ao traduzir os atos de D. João VI, não tinha dúvidas de que seu retorno visava restaurar o poder do Trono e do Altar e, quem sabe, preservar, assim, a Monarquia luso-brasileira:

O Senhor D. João VI, de gloriosa memória, quando partiu do Rio de Janeiro para Portugal, *para o salvar da Revolução de 1820* (ação que só por si bastava para fazer eterna a gratidão dos verdadeiros portugueses) deixou na mesma Corte, e Reino do Brasil, ao Senhor D. Pedro seu Augusto Filho, como Regente do mesmo Estado, que fazia uma parte integrante da Monarquia (PERIÓDICO 1828, n.1, p.3, grifo no original).

³ O “miguelismo designa os partidários da legitimidade de D. Miguel face a D. Pedro, após a morte de D. João VI” (LOUSADA 1987, p. 1). Miguelistas, realistas, ultras, ultrarrealistas, corcundas são modos de se referir aos que se opunham à vigência da Carta constitucional em Portugal.

⁴ Ainda que, como tradicionalmente apresentada, a Vila-Francada seja, na origem, um pronunciamento militar contrarrevolucionário que D. Miguel liderou, deu-se como um golpe ambíguo, sobrepondo-se dois golpes de Estado (o de D. Miguel e o de D. João VI) e por fim tornou-se uma coalisão de liberais moderados e partidários da monarquia tradicional (LOUSADA; FERREIRA 2009, p. 50). Para alguns autores, a atitude do rei foi de contemporização. A nomeação de D. Miguel comandante do exército em Vila-Francada, ato explícito do apoio de D. João ao movimento contrarrevolucionário encabeçado por seu filho mais moço, seria compensada pela disposição real em outorgar uma nova constituição ao país (PEDREIRA; COSTA 2006, p. 18). Em ambas as interpretações, porém, prevalece a ideia de que a atitude de D. João VI foi “hesitante”.

Não há consenso, na historiografia sobre o período, se tais medidas assinalaram de fato a volta do absolutismo ao país. Nem mesmo o regime que D. Miguel instituiu dois anos após a morte de seu pai é identificado, sem ressalvas, ao absolutismo monárquico. Mesmo os que afirmam que “o governo e o discurso miguelista têm como objetivo principal o extermínio do liberalismo/liberais e a restauração dos ‘antigos privilégios’, usos e costumes” não admitem, sem reservas, tratar-se da restauração do Estado Absolutista (LOUSADA 1987, p. 1).

Assim se manifesta Fernando Campos para quem no miguelismo “apenas existe uma doutrina contrarrevolucionária cujo projeto político passa pela restauração das ‘nossas mais genuínas tradições políticas e religiosas’. D. Miguel encarnará este projeto que não se confundia com o absolutismo” (LOUSADA 1987, p. 13). Sérgio Buarque de Holanda por sua vez tinha por certo o caráter absolutista do regime instalado por D. Miguel ao afirmar que o infante D. Miguel usurpara o trono português “instaurando ali um regime absolutista, marcado por uma sucessão de atos despóticos” (HOLANDA 2010, p. 20). Muitos adeptos de D. Miguel estavam certos do caráter absolutista do novo reinado. Pelo que dizem alguns periódicos da época: “entraram a dar Vivas ao Senhor D. Miguel: [...] o povo fiel dizia = Viva El Rei Absoluto” (PERIÓDICO 1828, n. 4, p. 1). Talvez a constatação de que os miguelistas não puderam prescindir de meios “modernos” na execução de suas políticas tenha contribuído para dividir as opiniões sobre a sua natureza absolutista desde os golpes que intentaram a partir de 1823. Como bem exemplificam os periódicos.

Marco Morel destaca que nas monarquias absolutas, para divulgar ideias, sobretudo as sediciosas, prevaleciam panfletos e pasquins anônimos afixados nas portas (MOREL 2002). Já no contexto do liberalismo, tais práticas serão substituídas por intensa produção jornalística, mesmo se se considera que no Brasil e em Portugal os periódicos tinham vida efêmera (TENGARRINHA 1989). No reinado de D. Miguel, a edição de periódicos foi das mais intensas. Ressalte-se, porém, que os jornais sofriam forte censura não havendo lugar para a imprensa liberal. Essa, ao contrário, à exceção dos exilados que publicavam no exterior, teria que repetir a tradição absolutista dos panfletos e pasquins anônimos.

Em síntese, como vê Nuno Monteiro:

os miguelistas tentaram suscitar uma mobilização ‘popular’ e ‘nacional’ contra os liberais, remanescente da de 1808 contra os franceses – usando as ordenanças e o clero, mas também os recursos do espaço público criado pelo regime liberal (imprensa, ‘clubes’, voluntários) [MONTEIRO 1990, p. 854].

De acordo com certos autores que admitem o caráter absolutista da conjuntura inaugurada com o retorno de D. João VI, os ventos absolutistas que sopravam de Portugal tiveram impacto direto no Brasil desde a entrada em cena do futuro rei. É a percepção de Maria de Lourdes Lyra: “a restauração do absolutismo em Portugal [...] – quando o rei dissolveu as Cortes Legislativas e Constituintes – provocara mudanças significativas no posicionamento dos liberais do Brasil com relação às atribuições do Executivo” (LYRA 2000, p. 31-32).

No mesmo período reunia-se a Assembleia Constituinte no Brasil. O que acontecia em Portugal pôs em alerta os constituintes, notadamente para a possível ameaça das ações do pai sobre os desígnios do Primeiro Imperador. O alerta teve peso e deve ter reforçado o impacto do fechamento da Assembleia Constituinte e a outorga da constituição em 1824 dentro das correntes liberais. Afinal, tudo poderia parecer adesão ao regime português cuja guinada para o absolutismo era inequívoca e que “rasgara a Carta constitucional” em torno da qual, no Brasil, se construíra o consenso possível entre os vários grupos de poder.⁵

Assim, a ideia de um Império luso-brasileiro também teve, no Brasil, implicações nos rumos da constituinte de 1823 e na outorga da Carta de 1824. Duas das mudanças mais sensíveis no projeto dos constituintes de 1823 e na constituição que irá vigorar até a República foram exatamente na cláusula que previa a não definição do território brasileiro e de suas províncias abrindo espaço para que se estendessem além-mar e na que proibia ao imperador e ao “herdeiro do Império suceder em Coroa estrangeira” (LYRA 2000, p. 37). Não é preciso insistir que tais propostas abriam “enorme brecha para uma possível reunificação da Coroa portuguesa, indicando a retomada do projeto de unidade luso-brasileira[...]” (LYRA 2000, p. 37).

A outorga da constituição brasileira a Portugal em 1826 também prende-se à ideia de reunificação do Império, mais evidente nas opiniões de publicistas e da imprensa que na ex-metrópole defendia cada vez mais a subida de D. Miguel ao trono. Nesse caso, e no intuito de exagerar o argumento, a restauração de um Império luso-brasileiro resvalará para a acusação de que a outorga da Carta implicava um Portugal colonizado por sua ex-colônia.

Em brochura denominada *Demonstração dos direitos do Senhor D. Miguel à Coroa de Portugal*, o autor anônimo afirmava sobre a outorga da Carta Constitucional por D. Pedro que “Ela [a nação portuguesa] nunca foi, nem jamais deve ser um vice-reinado. Foi sempre um reino poderoso, livre e independente, e com vice-reinados nas três partes do mundo”. O passadismo do autor revela-se, parece, até mesmo no uso de um termo em voga apenas no tempo da União Ibérica, ainda que governadores gerais, em certos casos, seguissem designados como vice-reis.

Os liberais lusitanos e o Império do Brasil seriam tão afins que segundo a imprensa realista em algumas localidades, com a notícia da eclosão da Revolução liberal do Porto, em 1828, “Logo se cantará o Hino Brasileiro” (PERIÓDICO 1828, n. 4, p. 1).

Além disso, para alguns legitimistas a culpa pela emancipação cabia toda aos revolucionários do Porto, desta vez aos de 1820:

Aqueles insultos e ultrajes [à família real em 1820] serviram de pretexto para o Brasil se emancipar, e para o Senhor D. Pedro Regente, aceitar o Título de Imperador, com perpétua independência, e absoluta separação dos dois Estados, declarando o Brasil guerra a Portugal [...] e Portugal sofreu tanto dano sem motivos, sem razão, e só por ser vítima de uma facção revolucionária (PERIÓDICO 1828, n. 1, p. 4).

⁵ Sobre a construção de um consenso possível entre as diversas forças políticas em torno do texto constitucional, no processo de construção do Estado Nacional, ver SLEMIAN (2006).

Assim, com a possível vitória miguelista alguns setores minoritários viam a perspectiva de retomar o Brasil, porém como colônia: “e até a mesma separação do Brasil, se poderia tornar a consagrar, com decididos interesses de ambos os Estados, visto terem cessado os motivos, que pretextaram a separação e a guerra”.⁶ Mas, nesse caso, não era a perda do grande império luso-brasileiro que notadamente os ultrarrealistas lamentavam. Para os corcundas mais ferrenhos o Brasil não deixara de ser colônia de Portugal, nem em 1815 nem após 1822. Nas diatribes a D. Pedro I no folheto anônimo “Quem é o legítimo rei?”, se a ideia de Reino Unido aparece, é para ser negada tenazmente. Afinal:

A maior ou menor duração política de uma colônia não muda, nem pode mudar, a qualidade de colônia, um século, três séculos de existência não a tiram da categoria de colônia; sempre é colônia, sempre é dos descobridores, conquistadores e instituidores. Certo número de anos não a pode tirar do seu lugar, sempre é colônia, não é pessoa, a quem uma determinada idade dá o Direito de emancipação. O primeiro passo que a colônia der para a independência é o primeiro que dá para a rebelião (FOLHETO 1828, p. 25).

A mesma posição foi emitida pelo ministro do reino, Leite Barros, “que afirmou ser uma infâmia continuar Portugal a ser colônia do Brasil” (*apud* LOUSADA; FERREIRA 2009, p. 153). Tais manifestações, mesmo que retóricas, apontam as objeções que a restauração da unidade entre Brasil e Portugal sofria por parte de grupos de certa expressão no reino.

A historiografia sobre o período tende a não pôr em dúvida que as intenções políticas de D. Miguel não incluíam a reunificação do Brasil, fosse como Reino Unido, fosse como colônia de Portugal. Pesaram para isso, claro, fatores conjunturais como a instabilidade do seu curto governo, boa parte sob guerra civil, exigindo do governante toda a atenção para os assuntos internos, situação agravada pela própria separação, já que o comércio com o Brasil teve drástica redução. Ou seja, de modo paradoxal, a independência tornava remota, ao menos nesse momento, a reanexação do Brasil a Portugal.⁷

Como observa Valentim Alexandre, com o Brasil emancipado o Império português reduziu-se a “pequenos enclaves espalhados pelo continente africano e pelo oriente, para além dos arquipélagos atlânticos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe” (ALEXANDRE 2008, p. 105).

Na África, todo o esforço da ex-metrópole se concentrava em tentar reduzir a influência do Brasil nas possessões lusitanas naquele continente, que a elas se ligava pelo tráfico de escravos. Caso extremo era o de Angola: parte da Junta Governativa instalada em Luanda pós-Revolução do Porto era a favor da junção Angola e Brasil, posição de mais de um dos deputados por Angola nas Cortes de Lisboa (MOURÃO 1999). O que demonstra que o assunto, também quanto à

⁶ Na documentação pesquisada, produzida pelos realistas (PERIÓDICO 1828, n. 1, p. 4), não foi encontrada menção à proposta política de instauração de uma monarquia dual.

⁷ Os esforços que a reanexação do Brasil exigia não passaram despercebidos aos articulistas pró-D. Miguel: “Lembra-se o Brasil de quando proclamou a sua independência, sendo antes dependente; que não fará um Reino de quem não era dependente, quando o queiram reduzir ao estado de dependência (PERIÓDICO 1828, n. 4, p. 22).

África, não deve ser visto de modo unilateral. Deve-se ter em conta, sobretudo, a existência de vários grupos na África e no Oriente que resistiam, com maior ou menor sucesso, a manter os vínculos imperiais: "Zonas periféricas do antigo sistema luso-brasileiro, todas elas ofereciam resistência à recolonização, aos novos circuitos mercantis que o reino português desejava impor, em detrimento dos interesses e das forças já enraizadas" (ALEXANDRE 2008, p. 107).

Outro aspecto da questão das pretensões ou não de D. Miguel em reanexar o Brasil refere-se ao nacionalismo, ideologia que sustentou o trono português àquela altura e que se unia aos princípios políticos do grupo que ocupou o poder em 1828.

Às vezes visto como sinônimo de patriotismo em Portugal, não é fácil definir a modernidade ou o caráter tradicional desse fundamento político mobilizado por D. Miguel. A questão é importante, pois pode ajudar a discutir até que ponto a emergência da Nação tem seu *turning point* nos Estados da era contemporânea. Ela ajuda a entender como as mudanças operadas no célere tempo da conjuntura da década de 1820 e início da de 1830 acabam por combinar meios pretéritos e modernos de abordar a questão da Nação, além de elucidar pontos aqui tratados sobre as ideias de preservação ou desagregação do Império luso-brasileiro.

Sobre isso, António Manuel Hespanha faz importante observação. Para o autor a definição moderna de Nação como convenção voluntária não conflitava com a concepção tradicional de nação, visto que "portugueses eram os que naturalmente o eram – por um vínculo de pertença, consubstanciado nomeadamente nos direitos de sangue – e não aqueles que satisfizessem as condições estabelecidas arbitrariamente por uma lei" (HESPANHA 2004, p. 156). Já a ideia de soberania da Nação, essa sim, seria inadmissível para os partidários do absolutismo monárquico.⁸

Wilma Peres Costa, no artigo Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América, soma considerações importantes ao tema da emergência dos Estados Nacionais na Espanha, em Portugal, no Brasil e na América Hispânica (COSTA 2010).⁹

Após apontar especificidades do processo em um e outro continente no que chama de "movimento de olhares cruzados, de experiências mutuamente referidas e de avaliações reciprocamente refletidas", ela afirma que quanto às metrópoles ibéricas observou-se a sua *periferização* (COSTA 2010, p. 3). Na raiz da posição secundária de Portugal e Espanha no cenário europeu estaria exatamente a perda de suas colônias no Novo Mundo. A abordagem mostra o quanto imbricam na península, a crise, inclusive a econômica, e a emergência de ideias e práticas que acalentam a volta à Antiga Ordem. A autora ajuda a esclarecer ainda as dificuldades de recompor o Império após surgirem os Estados Nacionais:

Nas emergentes nações americanas os termos passam a operar em registros opostos – a afirmação da condição nacional emergindo do rompimento com a condição de colônia, suplantando significados anteriormente vigentes que

⁸ "Querer limitar o poder dos reis debaixo de certas instituições suscetíveis a serem alteradas pelas assembleias populares ou mistas independente, ou quase independente do seu consentimento, é aonde visivelmente se desenvolve este princípio execrando [da soberania da Nação]" (A LEGÍTIMA 1828, p. 11).

⁹ O artigo foi comentado por Cezar (2010).

incorporavam possibilidades de composição entre identidades nacionais e o sistema imperial ibérico (COSTA 2010, p. 4).

Outro ponto a ressaltar é que as mobilizações populares no contexto do miguelismo teriam forte apelo patriótico.¹⁰ Para esses setores a adesão a D. Miguel explicava-se pelo combate às pressões estrangeiras sobre Portugal, viessem do Brasil, da Inglaterra ou da França. O miguelista Aires Pinto de Sousa¹¹ registrou em ofício o que considerava as principais qualidades do reinado de D. Miguel. Junto à constatação de que as forças militares sofriam resistência para conter levantes liberais e à opinião de que só “díscolos”, “cismáticos”, não queriam aclamar o irmão de D. Pedro, destacava a “componente patriótica das ações populares, pois a elas parece que a ordem de coisas é fruto da pressão estrangeira” (*apud* LOUSADA; FERREIRA 2009, p. 148). Nesse sentido, o reforço da ideia de nação parece incompatível com a de reanexação da ex-colônia brasileira.¹²

Contrário à anexação ou recolonização por Portugal, mas convencido das pretensões de D. Miguel contra a autonomia do Império do Brasil, Sá da Bandeira¹³ alertava o Primeiro Imperador sobre essa ameaça contra a nova Nação. Antimiguelista exilado por algum tempo no Brasil, muito próximo de Pedro I, Sá da Bandeira chegou a apontar planos muito concretos concertados por D. Miguel e Fernando II da Espanha.¹⁴

Considerar que havia razões para se temer as pretensões dos dois reis ibéricos indica, em suma, mais uma face interessante da questão: a dos distintos projetos de Império luso-brasileiro. O de D. Pedro, regido por uma constituição que garantiria a autonomia dos reinos; o de D. Miguel, de caráter absolutista com mais aspirações recolonizadoras. Se fossem reais tais pretensões de D. Miguel – o que, parece, a historiografia não sustenta – e se lograssem tais resultados, teriam sensível impacto sobre o quadro europeu.

A reunificação do Império poderia preocupar mais os brasileiros já convictos de que era imperioso manter a Independência do seu país, entre 1831 e 1834, com a abdicação de Pedro I e instalada a Regência. Para Holanda, findo o primeiro reinado no Brasil, a ascensão de D. Miguel ao trono assustava os políticos da Santa Aliança, pois a eles a Regência brasileira parecia um “sistema híbrido”,

¹⁰ “em Espanha e Portugal [séc. XIX] [...] em nome de um patriotismo mediado pela fidelidade à aliança entre o trono e o altar, ocorrem levantes populares” (CATROGA 2010, p. 43). Para questões relativas a “realidades de tipo nacional anteriores à formação da nação moderna”, ver SOBRAL; VALA (2010, p. 20).

¹¹ “O brigadeiro Pinto de Sousa fora governador das justiças do Porto e exonerado do cargo na regência de Isabel Maria [1826-1828]. O governo de D. Miguel restituiu-o ao lugar e no dia 16 de abril [1828] voltou ao Porto” (LOUSADA; FERREIRA 2009, p. 148).

¹² Talvez esse seja um elemento a mais para que governos posteriores, alguns bem mais tarde, como o próprio Estado Novo salazarista, insistissem na ideia de que as possessões na África formam a Nação portuguesa e não seu império. Sobre as implicações dessas questões na cidadania dos povos africanos, ver HESPANHA (2010) e SILVA (2010).

¹³ Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (Santarém, 1795 – Lisboa, 1876) foi moço fidalgo da Casa Real, par do reino, marechal de campo. Resistente de primeira hora ao golpe de D. Miguel, exilou-se no Brasil. Seu diário traz anotações e ilustrações preciosas desse exílio. Em 1854 tornou-se marquês de Sá da Bandeira. Empreendeu destacada luta para abolir a escravidão nos domínios portugueses, sobretudo na África. Em 28 de abril de 1858 assinou decreto fixando em 20 anos o prazo para a abolição total da escravidão nas colônias de Portugal.

¹⁴ Diário de Bernardo de Sá Nogueira sobre o “Estado do Brasil”. Lisboa, Arquivo Histórico Militar. PT AHM/DIV/3/18/11/17/03. Parte dos registros feitos por Sá da Bandeira vê-se reunida em TENGARRINHA (1975).

uma “pseudomonarquia ou monarquia às vezes republicanizante, jacobinizante” como a definira Metternich (HOLANDA 2010, p. 20).

A preocupação dos representantes de potências europeias era de que o regime instalado no Brasil tomasse “Portugal, de Portugal a Espanha, depois a Itália e a França e, enfim, alastrar-se como um incêndio pelo restante da Europa”.¹⁵ O Rio de Janeiro seria “o epicentro de tremendas convulsões” (HOLANDA 2010, p. 20-21). Para detê-las, ninguém melhor do que quem fora, não sem contradições, o defensor da monarquia constitucional brasileira e que após renunciar ao trono partira para lutar até a vitória na ex-metrópole em defesa da Carta: D. Pedro IV.

Fosse por faltar meios, afinal a guerra civil exigia todos os esforços contra D. Miguel, fosse porque os movimentos restauradores no Brasil Regencial não alcançaram importância a ponto de sustentar tal projeto, e até mesmo face à morte prematura de D. Pedro IV, em 1834, o fato é que o governo dos anos iniciais das Regências não teve que se preocupar muito com questões relativas à ideia de revivificação do Império luso-brasileiro.

Revolução, contrarrevolução e restauração

O marquês da Fronteira anotou em suas Memórias que em 1820 “as ideias de revolução eram gerais. Rapazes e velhos, frades e seculares, todos a desejavam. Uns, que conheciam as vantagens do governo representativo, queriam este governo; e todos queriam a corte em Lisboa, porque odiavam a ideia de serem colônia de uma colônia” (BARRETO 1861).

No trecho transcrito, a ideia de revolução¹⁶ se liga não apenas ao fim do absolutismo como à volta de D. João VI para Lisboa, já que a presença da Corte no Reino Unido do Brasil, mesmo após Portugal expulsar as tropas francesas, significava verdadeira inversão entre metrópole e colônia a que só a revolução poderia dar fim.

Mais adiante, o memorialista acrescenta que também “os fidalgos das províncias do Norte se pronunciaram, em geral, pelo governo revolucionário” para, anos depois, se tornarem “os campeões” do absolutismo. Essa reviravolta será abordada por vários autores a partir da ideia da contrarrevolução.¹⁷ Assim, os estudos sobre o miguelismo em Portugal, como aqueles sobre o carlismo na Espanha – lembrando que o carlismo nunca foi poder –, serão interpretados a partir desse conceito.

¹⁵ Outra não seria a percepção de alguns ultras, ainda que para período precedente, quando da outorga da carta de 1826: “Porque estabeleceu [D. Pedro] e adotou para o seu Império uma constituição diametralmente oposta aos princípios da política europeia, pois que nela se acha admitido o princípio monstruoso da soberania nacional, que tem sido por vezes a causa do transtorno geral em toda ou quase toda a Europa” (FOLHETO 1828, p. 9).

¹⁶ A abordagem do tema das revoluções de fins do século XVIII e início do XIX tem se renovado, sobretudo a partir dos métodos próprios à história dos conceitos. Aqui, o assunto será abordado apenas em contraponto à ideia de contrarrevolução e restauração em Portugal e no Brasil. Ver, para o Brasil, PIMENTA (2009) e NEVES (2003) e, para Portugal, FERREIRA (2010).

¹⁷ O pensamento contrarrevolucionário português inspirou-se em Barruel, Joseph de Maistre e De Bonald “publicistas que, contra a tendência monopolizadora do novo patriotismo cívico e nacional da Revolução Francesa [...] queriam o regresso às constituições históricas [...]” (CATROGA 2010, p. 52-53). Segundo os autores, Portugal não teria dado contribuição original ao conceito de contrarrevolução, ainda que seus ideólogos tivessem peso considerável desde o fim do primeiro liberalismo em 1823 (ANDRADE 2004a; 2004b).

O que não implica o emprego unívoco do termo. Um exemplo é o sentido que D. João VI atribuía à contrarrevolução: uma “reconciliação, sem ajustes de contas” (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO 2009, p. 475-476). Talvez não seja, então, só coincidência que a vinda da família real para sua colônia na América pôde ser vista como ação contrarrevolucionária, já que “A mudança da sede da Corte para o Brasil significou também uma estratégia da política reformista ilustrada no sentido de resguardar a monarquia portuguesa das mudanças apregoadas nos ideais revolucionários e provocadores de ‘convulsões’ sociais ‘conturbadoras’ da ordem” (LYRA 2000, p. 11).

Por outro lado, o que mostra a indefinição que havia quanto ao uso dos termos, os que eram acusados de revolucionários poderiam intitular-se contrarrevolucionários, deixando recair sobre seus opositores, portanto, a pecha de revolucionários.

Um bom exemplo é dado pelo título da obra de autoria do bacharel Pedro da Fonseca Serrão Veloso:

Coleção de listas, que contém os nomes das pessoas, que ficaram pronunciadas nas devassas, e sumários, a que mandou proceder o Governo Usurpador depois da heroica contrarrevolução, que arreventou na mui nobre, e leal Cidade do Porto em 16 de maio de 1828, nas quais se faz menção do destino, que a Alçada, criada pelo mesmo Governo para as julgar, de a cada uma delas (VELOSO 1833).¹⁸

Se o termo contrarrevolução consta do título da *Coleção*, em outros trechos do documento, porém, o autor não cuida de distinguir revolução de contrarrevolução mostrando a indefinição dos dois termos naquela conjuntura. É o que se constata quando aponta suas razões para listar os nomes dos integrantes do movimento que eclodiu ao norte de Portugal, em 1828. Serrão Veloso escrevia “Contra as imposturas de que a revolução que arreventou no Porto teria sido obra de uma facção militar” para, a seguir, acrescentar que na “contrarrevolução” de 1828 na cidade do Porto tomou parte “grande número de pessoas de todas as classes e sexos” (VELOSO 1833, p.1).

Os realistas, por sua vez, não tinham qualquer dúvida em apontar o movimento como revolucionário (e militar, “acusação” que o autor da *Coleção* se empenhou em desmentir). Num pronunciamento real em 14 de julho de 1828 – D. Miguel fora aclamado rei a 16 de maio de 1828 – transcrito no Correio do Porto de 22 de julho de 1828,¹⁹ lê-se que a agitação no Porto tinha por agravante o fato de se mostrar “em tudo, mesmo nas pequenas circunstâncias, uma reprodução da que teve lugar no ano de 1820, e não ter outro fim senão como aquela (suposto que debaixo de fingida aparência ao contrário) a total aniquilação do Trono e da Religião”.²⁰ E prossegue insistindo que o que tivera lugar na cidade do Porto era a continuidade

¹⁸ Agradeço a Nuno Gonçalo Monteiro pela cópia impressa do documento.

¹⁹ Jornal absolutista que circulou de 1820 a 1834 citado em VELOSO (1833, p. 2)

²⁰ Num artigo bem representativo da historiografia sobre o tema na década de 1980, afirma Rui Casção sobre os acontecimentos do Porto em 1828: “o movimento iniciado em Maio de 1828 não é uma revolução, muito embora se insira num fenómeno mais vasto [...] – a implantação do regime liberal em Portugal – [...] que poderá ser qualificado como *revolução*, ainda que a aceitação de semelhante ideia esteja longe de ser pacífica” (CASÇÃO 1985, p. 113; grifo no original).

do que se dera em 1820, sendo imperioso acabar “de uma vez com a revolução que em Portugal, ou encoberta, ou declaradamente, dura desde o referido 1820”.

Alguns especialistas tendem a distinguir contrarrevolução de antirrevolução (FERREIRA 2002, p. 18). O último termo definiria movimentos populares de natureza regressista alinhados a lideranças conservadoras. Para autores como Colin Lucas antirrevolução seria mais adequado, já que “o conceito de contrarrevolução [...] implicaria em um grau de estruturação ideológica e política inacessível à maioria da população”. Contrarrevolucionários seriam os grupos da linha de frente no apoio às personagens reais empenhadas em preservar o Antigo Regime (LUCAS, *apud* FERREIRA 2002, p. 18).

Tal concepção traduz, sem dúvida, as perspectivas e, por que não, os prejuízos de um tipo de abordagem que vigorou em certo período, mas que hoje seria difícil de sustentar. Ela embute a ideia de que só as classes superiores (com o termo classe usado aqui a propósito) teriam um nível político mais elaborado. De todo modo, a distinção do tipo de engajamento nos diferentes setores sociais pode ajudar a entender o alinhamento de grupos populares com o miguelismo.

Na tradição historiográfica brasileira, o conceito de contrarrevolução é pouco encontrado, o que vale para o contexto político das décadas iniciais do século XIX. A exceção mais notável é a dos três volumes que José Honório Rodrigues publicou sob o título: *Independência: revolução e contrarrevolução*.²¹

Maria de Lourdes Lyra, como já mencionado, também interpretou a vinda da família real para o Brasil a partir do conceito de contrarrevolução e o fez afirmando que a Corte se afastava dos ventos revolucionários soprados da França. Em outro trecho, a autora aponta mais uma face da contrarrevolução, agora ligada à elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal no ano de 1815. O Brasil foi elevado a Reino numa conjuntura em que as possessões espanholas e da América do Norte se encaminhavam para a independência pela adoção do regime republicano (LYRA 2002, p. 12). Por isso mesmo, passados dois anos, a Corte no Rio de Janeiro sufocara as aspirações revolucionárias e republicanas da província de Pernambuco. O papel de baluarte da contrarrevolução ocupado pelo Reino do Brasil, àquela altura, talvez explique a violência da repressão sofrida pelos revolucionários de 1817 (BERNARDES 2006).

A ligação da contrarrevolução entre Brasil e Europa realizava-se na figura da imperatriz Leopoldina.²² Coube a ela comunicar ao pai que na constituição outorgada por D. Pedro I fora adotado o princípio bicameral e garantido ao Imperador o poder de veto absoluto (LYRA 2002, p. 26; HESPANHA 2004, p. 198-200). Havia, assim, quem zelasse pela aliança entre a casa de Bragança e

²¹ João Paulo Pimenta observa: “No plano do pensamento crítico, mais especificamente no da historiografia da Independência, uma importante manifestação contrária ao regime veio com a obra de José Honório Rodrigues, *Independência: revolução e contrarrevolução* (1975), uma extensa, detalhada e bem documentada análise da ruptura política entre Brasil e Portugal. Nela, como o próprio título indica, a Independência é vista como uma revolução, mas dessa vez cheia de novidades interpretativas [...] e na qual Dom Pedro e a monarquia teriam desempenhado papel secundário, meros coadjuvantes de instituições supostamente representativas e democráticas como o parlamento e as forças armadas” (PIMENTA 2009, p. 64)

²² “E na conjuntura inicial do século XIX a imperatriz Leopoldina seria personagem-chave por sua atuação na defesa do pensamento contrarrevolucionário no contexto das relações políticas e dos interesses então estabelecidos” (LYRA 2002, p. 13).

a de Habsburgo preservando ao mesmo tempo o sistema monárquico no Brasil e o seu fortalecimento na Europa, ao menos na conjuntura das *restaurações*.²³

Assim, ao contrário da historiografia portuguesa e com foco no Primeiro Reinado, entre os historiadores brasileiros que se ocuparam do período é mais corrente o uso do termo restauração. É a partir dele que os autores caracterizam a posição política dos opositores à solução constitucional ou, pelo menos, que apoiavam o poder do “trono” na solução dos dilemas enfrentados pelos agentes políticos no início da construção do Estado Nacional.

A Sérgio Buarque não passou despercebida a incongruência entre os contextos brasileiro e português. Na ex-metrópole, restauradores eram os partidários da carta constitucional, liberais dos mais variados tons. Na ex-colônia, porém, eram os defensores da ordem vigente antes da revolução do Porto em 1820. Ser partidário da restauração no Brasil era defender a volta do estatuto colonial, do exclusivo metropolitano, de um *ethos* político ligado ao “Antigo Regime”. A forma oposta no uso do termo reforça – como afirmou István Jancsó – o caráter *desviante* e *replicante* da América Portuguesa em relação a Portugal (JANCSÓ 2005, p. 24).

A situação mostra-se mais complexa ainda pós-abdicação de D. Pedro I. Após o “7 de Abril”, esses setores serão vistos como defensores do retorno do Primeiro Imperador, o que significava opor-se ao liberalismo e ao constitucionalismo. O mesmo Imperador que em Portugal, já como D. Pedro IV, enfrentará uma guerra civil para que um regime constitucional fosse vitorioso e o absolutismo extirpado em definitivo...

A categoria antirrevolução, ao que parece, também não serviu para os historiadores brasileiros caracterizarem algumas das revoltas populares que eclodiram no país, sobretudo na Regência e mesmo uma década após, com os motins, sedições, assuadas e revoltas, consideradas pela historiografia como restauradoras (não anti ou contrarrevolucionárias).²⁴

Aqui, como além-mar, os liberais parecem ter demonstrado certa “inapetência” por mobilizar setores sociais ínfimos em apoio às suas bandeiras e demandas. Ao contrário dos chamados restauradores que, seguros dos vínculos clientelares com seus dependentes, às vezes forros e mestiços, e com escravos mais próximos, chegaram a armá-los contra seus opositores.

Os movimentos populares de apoio ao projeto da contrarrevolução em Portugal tiveram proporções muito maiores do que os das décadas de 1820 e 1830 no Brasil. Mesmo ressalvando que a natureza, a origem e o número superdimensionado de adeptos das classes ínfimas a D. Miguel vieram a ser criação de memorialistas e historiadores liberais que, mais ou menos à mesma época dos fatos, buscavam “desqualificar” o inimigo, não resta dúvida de que

²³ O sentido, por assim dizer, “progressista” do termo restauração em Portugal parece não ter correspondente no restante do contexto europeu nem no americano. Segundo Valdeci Araujo, o termo vai perdendo prestígio pelo menos desde 1819, mais e mais substituído por regeneração. Tal se deve, ainda segundo o autor, pelo fato de que restauração se associa muito mais à monarquia do que regeneração (ARAUJO 2008).

²⁴ Sobre os movimentos restauradores ver: GONÇALVES (2008); SILVA (1999); BASILE (2001; 2004); RIBEIRO (2002); CANO (2002); MOREL (2011, p. 149-171) .

foi um regime político mobilizador.²⁵ Para Maria de Fátima Sá, as dúvidas sobre a legitimidade dinástica do Infante, no plano internacional e no plano interno, ajudariam a explicar os traços de modernidade do regime, o que, somado ao seu caráter mobilizador, “têm justificado inclusivamente o paralelismo com regimes [...] de direita do século XX” (FERREIRA 2002, p. 18).

Enquanto tentavam desacreditar os miguelistas insistindo que seus adeptos entre o povo eram a escória social, os liberais se esforçavam também para demonstrar que os partidários da carta constitucional tinham apoio popular, sobretudo de camponeses e artesãos. Isso fica patente na *Coleção* elaborada por Serrão Veloso, já vista. Aliás, outro não fora o propósito do bacharel Veloso senão o de mostrar que a Revolução do Porto de 1828 contou com setores populares e não apenas com os militares como queriam seus opositores. De fato, e a depender da regionalização dos quadros liberais egressos das classes subalternas, preponderavam artesãos e camponeses, gente pobre, mas enraizada na sociedade (MONTEIRO 1999, p. 147). Porém, qualquer generalização sobre o tema esbarra nas diferenças locais: “A sua presença e o seu peso numérico [dos artesãos] nas devassas miguelistas de 1828 mostram um importante comprometimento anterior com o liberalismo que não se restringe aos maiores centros urbanos” (FERREIRA 2003, p. 63).

Porém, nas regiões onde as lideranças miguelistas recrutavam bandoleiros, rapazes jovens sem vínculos com a terra ou com uma profissão mais estável, D. Miguel, consciente dos riscos da cooptação e/ou adesão desses setores ao seu projeto, atentava para que “levantai-vos em massa, mas respeitai a propriedade, escutai sempre a voz das autoridades, e cooperai com o meu valente exército, no qual estou à frente” (LOUSADA 1987, p. 3-4).

44

Era preciso recorrer a essa gente “rota”, com “espírito de pilhagem”, como diziam os liberais, já que a própria aclamação do irmão de Pedro I, como se deu, carecia de legitimidade. Afinal, os miguelistas buscavam afastar as acusações de que seu rei chegara ao poder através de um golpe. O Rei não cumprira o juramento da constituição nem desposara a sobrinha, D. Maria da Glória, acordos firmados com o Imperador do Brasil.²⁶

Por outro lado, a resposta desses setores sociais ao chamado do rei e seu grupo teria explicação nas relações de dependência da sociedade portuguesa da época:

Na capital, uma grande parte desta ‘plebe’ era composta de dependentes da grande nobreza e das instituições eclesiásticas, que empregavam muitos criados e alimentavam muita gente sem ocupação. Isso pode ter facilitado o recurso à ‘gente baixa’, pelos miguelistas, tal como aconteceu com os partidários do infante D. Carlos em Espanha (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO 2009, p. 484).

²⁵ Juan Linz distingue os regimes autoritários dos totalitários pelo caráter mobilizador do grupo no poder no caso do totalitarismo. Ou seja, nos regimes ditatoriais, a expectativa é de que o apoio popular ao governo seja tácito, já nos totalitários, adesão deve ser explícita, pública e coletiva (LINZ 1980).

²⁶ O episódio do juramento da constituição é um caso à parte: “Uns dizem que jurou – e é uma realidade que a cerimônia teve lugar. Outros dizem que fingiu jurar, ou mesmo que não o chegou a fazer, ou que o juramento não era válido: o livro não era a Bíblia, mas um exemplar de Os Burros de José Agostinho de Macedo, D. Miguel só movera os lábios sem pronunciar as palavras, falara tão baixo que ninguém ouvira, etc.” (LOUSADA; FERREIRA 2009, p. 138). Assim, em 1828 D. Miguel assume o poder sem realizar os esponsais, convocando as antigas Cortes e anulando a constituição.

O que não quer dizer que a historiografia portuguesa, sobretudo a contemporânea, não tenha ciência de que as opções políticas não refletiam diretamente as situações sociais. O que não significa que não se tente estabelecer relações entre alinhamento político e origem social. E mais, que as análises com esse objetivo não divirjam.

É o caso, por exemplo, da definição de origem social dos partidários da contrarrevolução em relação às classes superiores. Há os que defendem que "O constitucionalismo dividiu as elites da sociedade portuguesa, na corte e na província." (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO 2009, p. 483) e outros que as grandes casas titulares e o alto clero compunham com os miguelistas (LOUSADA 1987; LOUSADA; FERREIRA 2009).

Para alguns publicistas o clero foi o responsável por mobilizar os setores ínfimos. Afinal, "Foram os hábitos, as roupetas, e os homens de réo-réo do canto-chão, que deram os conselhos, que facilitaram o dinheiro, que fanatizaram o povo, e arranjaram o exército que sustentava D. Miguel." Esse excerto de uma brochura publicada no estilo epistolar foi escrito por Valentim Marcellino dos Santos, formado em direito pela Universidade de Coimbra. Antimiguelista, participou ativamente das disputas entre os liberais após a deposição de D. Miguel (SANTOS s/d.).

No Brasil também há tentativas de se relacionar os alinhamentos políticos com a origem social no período aqui abordado. Porém, os autores estão cada vez mais certos de que a condição social não é, nem de longe, suficiente para explicar as opções políticas da época.²⁷

Tanto liberais de diversos matizes quanto conservadores e restauradores possuíam escravos, envolviam-se no seu tráfico, interno e externo, e eram donos de grandes extensões de terra. Fatores como a geração, a origem, se portugueses ou nascidos no Brasil, a região ou a formação intelectual poderiam contar tanto quanto as atividades econômicas.

Porém, isolando a variável econômica, o que igualava as "classes superiores" no Brasil, diversamente do que se via em Portugal, é claro, era posse de escravos. Muitas das posições desses setores frente às ideias – e práticas – de revolução partiam dessa condição.

Teria sido assim já nas Cortes constituintes de Lisboa quando a representação se apoiava na manutenção da ordem em uma sociedade escravista para preservar a unidade do Império, o que nos remete ao primeiro tópico deste artigo. Alguns desses deputados não ignoravam algo que a historiografia de boa parte do século XX no Brasil pareceu desdenhar: que a colonização não pretendeu ou não pôde unir as capitanias, depois províncias com a elevação do Brasil a Reino, e que não havia unidade, muito menos centralização política, fosse em Salvador ou, mais tarde, no Rio de Janeiro. Por isso acreditavam que o único modo de a ex-colônia evitar esfacelar-se, como ocorreu na América Hispânica, seria exatamente manter-se unida a Portugal, ponto de convergência do verdadeiro mosaico (termo emprestado a Jancsó e Pimenta) que era a América Portuguesa.

²⁷ Pioneiros, nesse sentido, foram CARVALHO (1996), LENHARO (1993) e MATTOS (1999). Sobre o mesmo tema ver: GONÇALVES (2008) e ANDRADE (2008).

Sem Lisboa, “polo comum e fonte de forças militares, o Brasil” não só se esfacelaria como “seria assoberbado por revoltas de escravos, como tinha sido, no século XVIII, a colônia francesa da ilha de São Domingos (Haiti), de onde os europeus haviam acabado por ser expulsos” (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO 2009, p. 471). Ou seja, o grande contingente de escravos tornava o Brasil refém de Portugal.

Que o fantasma do Haiti com sua revolução, por excelência, de escravos assombrou a elite brasileira ao longo do século XIX está bem reportado pela historiografia brasileira.²⁸ Menos recorrente, porém, sobretudo na literatura nacional sobre o tema, é como uma República negra repercutiu entre as potências europeias. Talvez exagerando no seu temor, Chateaubriand alertava reis e governantes para a ameaça representada por um “estado negro independente” lado a lado com as repúblicas da ex-América Hispânica, em termos de influência, inclusive diplomática, sobre as “velhas monarquias da Europa” (COSTA 2010, p. 20).

No contexto português, parece incomum o exemplo do Haiti como recurso de ação política apontando o caminho da revolução. O que não quer dizer que estivesse ausente, como nas *Reflexões de Graco a Tullia*,²⁹ mesmo que não passasse de bravata:

Brando vento impilla [*sic*] essas ondas voláteis que pairam na atmosfera, mas se essas nuvens senão rarearem sobre o tufão das Antilhas, e o terremoto de S. Domingos trague o lupanar aonde se acouta essa meia dúzia de monstros que nos querem flagelar, oprimir e degradar (RIBEIRO s/d.).

46

Seu autor nasceu no Rio de Janeiro, no início do século XIX, mas passou quase toda sua vida no Reino. Foi fidalgo e comendador da Ordem de Cristo, ministro residente de Portugal nas Cortes da Dinamarca e Suécia e deputado às Cortes em várias legislaturas. Sua obra, por sua contundência, era muito apreciada e se esgotava tão logo impressa.

Por outro lado, há que considerar que os setores populares no Brasil não se resumiam aos escravos. Especialmente nos centros urbanos, entre a população pobre livre, mestiça ou branca, muitas vezes pertencendo às milícias, havia um segmento que protagonizou tumultos e motins. A grande contradição em várias dessas revoltas mostrava-se na oposição a portugueses que ocupavam vagas no pequeno comércio ou monopolizavam chances de ascensão, mesmo modestas, na carreira militar. Tais contradições eclodem na conjuntura que analisamos e revela peculiaridades de um contexto colonial, superado havia pouco tempo, em que boa parte das rivalidades era entre brasileiros natos e reinóis (RIBEIRO 2002; RIBEIRO 2011, p. 229-261).

²⁸ Já no início da década de 1970, Antônio Barros de Castro escrevia “na passagem do século XVIII para o XIX, existe um São Domingos inscrito como possibilidade em cada sociedade escravista” (CASTRO 1980). São muitos os trabalhos que tratam do tema: REIS (1995; 1996); GOMES (1995; 1996); MOREL (2005).

²⁹ Graco, assim como Cícero, é *topoi* muito recorrente no século XIX. O uso de personagens da Antiguidade, então, poderia sugerir autoridade, validação do discurso ou mero ornato e erudição; eram ainda usados para indicar passadismo. Exemplo dos mais notórios desse recurso no Brasil, em textos epistolares, como destinatários e/ou remetentes, é o das Cartas de Pítia a Damião, publicadas por Cipriano Barata ao longo de 1823 no *Correio do Rio de Janeiro*. Agradeço a Helena Mollo e Valdei Araujo as informações que permitiram a composição dessa nota.

Por fim, uma questão original levantada pela historiografia portuguesa, embora não isenta de polêmica,³⁰ é a de que as mudanças trazidas pelo liberalismo em Portugal a partir de 1820 não se efetivaram na vida de camponeses, artesãos e pequenos proprietários urbanos (MONTEIRO 1999). A constatação é relevante por apontar que as mobilizações pró-D. Miguel não podem ser atribuídas aos efeitos da ação de partidários da Constituição sobre o cotidiano da “plebe” no curto período em que ocuparam o poder, antes do golpe miguelista, pondo em questão o viés contrarrevolucionário dessas manifestações.

Questão parecida talvez possa ser proposta quanto aos setores populares no Brasil. Esses setores, ao que tudo indica, também não tinham muito a temer com a transição do absolutismo para o liberalismo. Verdade é que as lideranças restauradoras tentaram usar a seu favor ameaças atribuídas aos liberais, cuja eficácia é difícil averiguar, de que o novo regime reescravizaria os mestiços e que a Guarda Nacional seria criada para estender o recrutamento forçado à maioria da população (GONÇALVES 2008).³¹

Considerações finais

Desde que me interessei pelo tema da ação política dos restauradores nas décadas iniciais do Brasil independente, o que me levou ao estudo do miguelismo, em nenhum momento deparei-me com o uso da categoria *retradicionalização* na análise dos fenômenos abordados.

É Geertz, evocando Mannheim, quem melhor elucida o fenômeno histórico que o conceito ilumina. Para esse autor não haveria contradição no fato de as ideologias formais, como ele chama as que surgem em contextos de crise e buscam apontar a direção, “desejarem impor [...] um revigoramento dos costumes, ou reimpor a hegemonia religiosa” (GEERTZ 1998, p. 124). Segundo ele, em sua leitura de Mannheim, “só se constroem argumentos para a tradição quando suas credenciais foram questionadas. Na medida em que tais apelos são bem-sucedidos, eles trazem de volta não um tradicionalismo ingênuo, mas uma retradicionalização ideológica – algo totalmente diferente” (GEERTZ 1998, p. 124).

Se o conceito não encontra ressonância nos estudos aqui analisados, nem por isso certas interpretações deixam de evocarem-no muito de perto. É o caso, mais uma vez, de Holanda, na avaliação geral que faz da conjuntura europeia do início dos Oitocentos:

O que em realidade podia acontecer era que as ideias e fraseados de importação passariam a ser reinterpretados no contexto das estruturas herdadas. Não seria caso único esse, em que o apelo ao arcaico e a elementos endógenos acabem por fundir-se num só todo, quando se unem a formulações modernas, dando-lhes mesmo reforço (HOLANDA 2010, p. 22).

³⁰ Pelo menos dois setores parecem ter sido afetados por medidas liberais. O das ordenanças, muito hostilizadas pelos liberais, culminando em sua extinção enquanto vigorou a carta para serem restauradas em 1823 como admite Nuno Monteiro (MONTEIRO 1999, p. 131). E o das corporações de ofício cujos mestres reclamavam da erosão que elas vinham sofrendo com a criação da Junta de Comércio e pela expectativa de que o novo poder confirmasse seus antigos privilégios.

³¹ Algo parecido verificou-se em Portugal: “Para agitar a população, correram boatos aterradores sobre o que a Carta ia trazer ao país: ‘a constituição manda que todas as mulheres que trouxerem cabelo atado pagarão 80 réis’, que ‘as missas só as haverá de 2 em 2 léguas e que ‘podem casar irmãos com irmãs’” (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO 2009, p.466).

E evoca ninguém menos que Marx para cancelar seu argumento a partir do movimento gaditano;

Foi o que pode ocorrer, por exemplo, na Espanha de 1812, como nos mostra uma análise feita por Marx da Constituinte de Cadiz que recebeu, por sinal, o nome obsoleto de Cortes, já caído em longo desuso, ao passo que os partidários de reformas políticas se intitularam 'restauradores', como quem quer dizer que tornava radioso um passado em que a nação não fora despojada ainda de suas glórias imortais, por obra de reis absolutos e ministérios despóticos (HOLANDA 2010, p. 23).

Para concluir que o que se deu em Portugal não fora diferente: "O mesmo nome de restauradores ou mais ainda, de 'regeneradores', obedecerá a iguais motivos entre os liberais portugueses de 1820".

Suas conclusões se incidem sobre as duas revoluções liberais da Península Ibérica, podem bem se estender um pouco mais até a década de 1830, em especial para o período de 1828 a 1833 em Portugal. O caráter moderno e arcaico do reinado de D. Miguel indicava, no mesmo sentido que as permanências apontadas por Holanda em relação a Cádiz e à revolução do Porto, não a volta à Antiga Ordem, mas um momento em que a tradição havia sido, talvez, mais que questionada. Não era o caso de defesa de um "tradicionalismo ingênuo", mas de um processo claro de retraditionalização ideológica. No Brasil, tais tentativas foram mais tímidas, mas nem por isso ingênuas.

48

Referências bibliográficas

- A LEGÍTIMA sucessão comprovada pela legalidade dos fatos: análise política. Lisboa: Impressão de Eugênio Augusto, 1828.
- ALEXANDRE, Valentim. **A questão colonial no Parlamento, 1821-1910**. Vol.1. Lisboa: Quixote, 2008.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - campanha da princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ANDRADE, Maria Ivone de Ornelas de. **José Agostinho de Macedo: um iluminista paradoxal**. Vol.1. Lisboa: Colibri, 2004a.
- _____. **A contrarrevolução em Português**: José Agostinho de Macedo. Vol. 2. Lisboa: Colibri, 2004b.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas. **Memórias do marquês de Fronteira e de Alorna** ditadas por ele em 1861. Digitalizada em: http://purl.pt/12114/4/hg-29872-v/hg-29872-v_item4/index.html.

BASILE, Marcello Otávio Néri de Campos. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império, **Topoi**, Rio de Janeiro: v. 3, p. 91-130, 2001.

_____. **O Império em construção**: projetos de Brasil e ação política na corte regencial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Tese de doutorado.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo; Recife: Hucitec; Fapesp; UFPE, 2006.

CASCÃO, Rui. A revolta de maio de 1828 na Comarca de Coimbra. Contribuição para uma sociologia da revolução liberal, **Revista de História das Ideias**, n. 7, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1985, p.111-153.

CASTRO, Antônio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107.

CATROGA, Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: SOBRAL, José Manuel; VALA, Jorge. **Identidade nacional, inclusão e exclusão social**. Lisboa: ICS, 2010.

CANO, Jefferson. Áticos e beócios na república das Letras. Aspectos da opinião pública no Rio de Janeiro (1836-1836), **Cadernos AEL**, Campinas, v. 9, n. 16/17, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem, **Almanack Braziliense**, São Paulo: Ieb/USP, n. 11, p. 26-33, maio 2010.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **"Melhoramentos no Brazil"**: integração e mercado na América portuguesa. Niterói: UFF, 2001. Tese de doutorado.

COSTA, Wilma Peres. Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América, **Almanack Braziliense**, São Paulo: Ieb/USP, n.11. p. 5-25, mai. 2010.

_____; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (orgs.). **De um império a outro**: formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2007.

DEMONSTRAÇÃO dos direitos do Senhor D. Miguel à Coroa de Portugal. Lisboa: Imprensa Régia, 1828.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. **Rebeldes e insubmissos**: resistências populares ao liberalismo (1834-1844). Porto: Afrontamento, 2002.

_____. Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX. In: VIEIRA, Benedicta Maria Duque (org.). **Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX**. Lisboa: ISCTE, 2003, p. 53-64.

- _____. O conceito de Revolução no Portugal do Oitocentos. In: CARVALHO, José Murilo de, PEREIRA, Miriam Halpern, RIBEIRO, Gladys Sabina, VAZ, Maria João (orgs.). **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 81-98.
- FOLHETO quem é o legítimo rei? Vitoriosamente vindicado das frívolas impugnações de um português residente em Londres; confutação política. Lisboa: Imprensa Régia, 1828.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- GOMES, Flávio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outra história de mocambos na Amazônia, **Revista USP**, São Paulo: USP, (28): 40-55, dezembro/fevereiro, 95/96.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro**: Minas Gerais, 1831-1835. São Paulo: Hucitec, 2008.
- HESPANHA, António Manuel. **Guiando a mão invisível**: direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico português. Coimbra: Almedina, 2004.
- _____. Um relatório inédito sobre as violências portuguesas na frente moçambicana da I Grande Guerra, **Africana Studia**, Porto: CEAUP, 2010, p. 163-197.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- JANCSÓ, István (org.). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. São Paulo; Unijuí: Hucitec; Fapesp, 2003.
- _____. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.
- _____.; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC, 1999.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1993.
- LINZ, Juan J. Regimes autoritários. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). **O Estado autoritário e os movimentos populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LOUSADA, Maria Alexandre. **O miguelismo (1828-1834)**: o discurso político e o apoio da nobreza titulada. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trabalho de síntese. Lisboa: 1987.

- _____; FERREIRA, Maria de Fátima Sé e Melo. **D. Miguel**. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e culturas de expressão portuguesa, 2009.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso Império**. Portugal e Brasil: bastidores da política. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- _____. **O Império em construção**: Primeiro Reinado e Regências. São Paulo: Atual, 2000.
- MANNHEIM, Karl. **Essays on sociology and social psychology**. New York: Oxford University Press, 1953.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MELLO, João Cabral de. **A outra independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Societa rural i actituds polítiques a Portugal (1820-34). In: FRADERA, Josep Maria; MILLAN, Jesús; GARRABOU, Ramon (eds.). **Carlisme i moviments absolutistes**. Capellades: Eumo Editorial, 1990.
- MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830, **Topoi**, Rio de Janeiro: UFRJ, mar. 2002, p. 39-58.
- _____. O abade Grégoire, o Haiti e o Brasil: repercussões no raiar do século XIX, **Almanack Braziliense**, São Paulo: Ieb/USP, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2005.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A evolução de Luanda: aspectos socio-demográficos em Relação à Independência do Brasil e ao fim do tráfico. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra. **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Ilusões acalentadas: Miguel Antônio de Melo e seu projeto de uma lei fundamental para Portugal em 1827/1828. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. (orgs.). **Linguagens e práticas da cidadania no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 25-44.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.
- PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. **D. João VI**. Lisboa: Círculo de Leitores/ Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.
- PERIÓDICO para os bons realistas. **Jornal Histórico, político e noticioso**. n. 1, terça-feira, 10 de junho, 1828. Na nova Impressão Silviana. Ano de 1828. Com licença. Travessa da Portaria das Freiras de Santa Ana.

- _____. **Jornal Histórico, político e noticioso**. n. 4, terça-feira, 17 de junho, 1828. Na nova Impressão Silviana. Ano de 1828. Com licença. Travessa da Portaria das Freiras de Santa Ana.
- PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de uma tese clássica, **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 3, setembro, 2009, p. 52-82.
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **História de Portugal**. Lisboa: A esfera dos Livros, 2009.
- REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil: "nos achamos em campo a tratar da liberdade", **Revista USP**, São Paulo, 28, Dezembro/ Fevereiro 95-96, p.14-39.
- RIBEIRO, Antônio da C. S. M. Gomes. **Reflexões de Graco a Tullia**. Tunes: Typographia de Amurat de Beg, s/d.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Faperj; Relume Dumará, 2002.
- _____. "A opinião pública tem sido o molho do pasteleiro": o Caramuru e a conservação. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 227-262.
- SANTOS, Valentim Marcellino dos. **Cartas** de Valentim Marcellino dos Santos ao Sr. Francisco Jerônimo da Silva acerca da Archi-confraria do Santíssimo Coração de Maria. Porto: Typografia de Sousa & Faria, s/d.
- SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do ano da fumaça e a afirmação moderada na província de Minas, **Locus**, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 105-118, 1998.
- SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira da. **Constitucionalismo e Império**: a cidadania no ultramar português. Coimbra, Almedina, 2010.
- SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis**: constituição e unidade na formação do Brasil, (1822-1834). São Paulo: FFLCH, 2006. Tese de doutorado.
- SOBRAL, José Manuel; VALA, Jorge (orgs). **Introdução**: identidade nacional, inclusão e exclusão social. Lisboa: ICS, 2010.
- TENGARRINHA, José Manuel. **História da imprensa periódica portuguesa**. 2ª edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho, 1989.
- _____. **Sá da Bandeira**. Lisboa: Seara Nova, 1975/1976.
- VELOSO, Pedro da Fonseca Serrão. **Coleção de listas**, que contém os nomes das pessoas, que ficaram pronunciadas nas devassas, e sumários, a que mandou proceder o Governo Usurpador depois da heroica contrarrevolução, que arreventou na mui nobre, e leal Cidade do Porto em 16 de maio de

1828, nas quais se faz menção do destino, que a Alçada, criada pelo mesmo Governo para as julgar, de a cada uma delas. Porto: Tipografia da Viúva Álvares Ribeiro e Filhos, 1833.

Oliveira Martins e Afonso Arinos: regiões e tragédias

Oliveira Martins and Afonso Arinos: regions and tragedies

José Adilçom Campigoto

ja.cam.pi@hotmail.com

Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
Rua José Freitas dos Santos - Engenheiro Gutierrez
84500-000 - Irati - PR
Brasil

Élio Cantalício Serpa

ecserpa@gmail.com

Universidade Federal de Goiás
Rua 53, 256/603 - Jardim Goiás
74810-210 - Goiânia - GO
Brasil

54

Resumo

Nessa pesquisa sobre os temas região e tragicidade, em textos publicados em Portugal e no Brasil dos séculos XIX e XX, elegemos algumas obras de dois autores: Oliveira Martins e Afonso Arinos. O ferramental adotado para realizarmos essa investigação foi extraído do campo da hermenêutica filosófica, tentando-se perceber o movimento que estes intérpretes do Brasil e de Portugal realizaram em função de compreender a realidade. A obra *História da civilização ibérica* de autoria de Oliveira Martins e a coletânea intitulada como *Notas do dia* e o livro *Lendas e tradições brasileiras* escritas por Afonso Arinos serviram como fontes. Conclui-se, entre outras coisas, que a Península Ibérica é tomada, nesses textos, como totalidade (geográfica, histórica e espiritual), esquema transposto, em certa medida, para a escrita de Arinos sobre o Brasil.

Palavras-chave

Civilização; Hermenêutica; Regionalismo.

Abstract

In this research about the themes of region and tragedy in texts published in Portugal and in Brazil in the 19th and 20th century, we selected a number of works written by two authors: Oliveira Martins and Afonso Arinos. The adopted tools to accomplish this research were taken from the field of philosophical hermeneutics, in the attempt to perceive the movement that these interpreters of Brazil and Portugal undertook to understand reality. The book *História da civilização ibérica* ("History of the Iberian Civilization") by Oliveira Martins, along with the compilation entitled *Notas do Dia* ("Notes of the Day") and the book *Lendas e tradições brasileiras* ("Brazilian Legends and Traditions") by Afonso Arinos became our sources. We conclude, among other things, that the Iberian Peninsula is considered in these texts as (geographical, historical and spiritual) totality, and that such scheme was transposed, to some extent, to Arino's writing about Brazil.

Keywords

Civilization; Hermeneutic; Regionalism.

Enviado em: 6/5/2012

Aprovado em: 14/11/2012

Joaquim Pedro de Oliveira Martins,¹ destacado político e não menos considerável cientista social português, desenvolveu certas reflexões que marcaram sucessivas gerações de intelectuais. Suas cogitações influenciaram diversos escritores portugueses do século XX, tais como Antônio Sérgio, Eduardo Lourenço e Antônio Sardinha. Elemento animador da Geração de 70² revelou elevada plasticidade em relação às múltiplas correntes de ideias que atravessaram o século em que viveu. Colaborou com os principais jornais literários e científicos de Portugal, assim como escreveu para periódicos socialistas. A vasta produção de Oliveira Martins iniciou por meio do romance *Febo Moniz*, publicado em 1867 e estendeu-se até a sua morte, ocorrida em 1894. A preocupação com o valor e com os limites do conhecimento científico levou-o a materializar o projeto da Biblioteca das Ciências Sociais (1879). A reflexão acerca desse 'programa' está no artigo "Da natureza e do lugar das ciências sociais" (1881). Compõem esta biblioteca os seguintes trabalhos de sua autoria: *O Helenismo e a civilização cristã* (1878), *História da civilização ibérica* (1879), *História de Portugal* (1879), *Elementos da antropologia* (1880), *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880), *Portugal contemporâneo* (1881), *As raças humanas e as civilizações primitivas* (1881), *Da natureza e o lugar das ciências sociais* (1881), *Sistema de mitos religiosos* (1882), *Quadro das instituições primitivas* (1883), *O regime das riquezas* (1883), *Tábuas de cronologia e geografia histórica* (1884), *História da república romana* (1885) [CATROGA 1986, p. 126]. A obra de Oliveira Martins suscitou muitas controvérsias, tendo influenciado a vida política portuguesa, mas também historiadores, críticos e literatos do seu tempo e do século XX.

55

Além das mencionadas repercussões resultantes das propostas de Martins, podemos deduzir que certos escritos de autoria desse pensador lusitano tornaram-se referências para intelectuais brasileiros que lhe eram contemporâneos. Tal é o caso de Afonso Arinos de Melo Franco³ de quem consideramos a obra como um elemento subsidiário para certas interpretações do Brasil e para algumas compreensões do 'nosso tecido humano e social'.⁴

Arinos, por citar Martins, tornou-se um dos focos de interesse deste breve⁵ estudo a respeito do tratamento dispensado aos temas *região e tragicidade*⁶ em

¹ Joaquim Pedro de Oliveira Martins, intelectual português, nascido em Lisboa, a 30 de abril de 1845, tendo falecido nesta mesma cidade a 24 de agosto de 1894. Em 1880 foi eleito presidente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto e, quatro anos depois, diretor do Museu Industrial e Comercial do Porto. Mais tarde fez parte da comissão executiva da Exposição Industrial Portuguesa. Foi deputado em 1883, eleito por Viana do Castelo, e em 1889 pelo círculo do Porto. Em 1892 foi convidado para a pasta da Fazenda, no ministério que se organizou sob a presidência de Dias Ferreira, e em 1893 foi nomeado vice-presidente da Junta do Crédito Público.

² Sobre a Geração 70 portuguesa ver: PIRES 1992, p. 295-312. Neste livro, o papel de Oliveira Martins na Geração 70 é discutido em dois subtítulos, a saber: "A simbólica de Oliveira Martins" e "Uma retórica da decadência em Oliveira Martins", CATROGA 1996, p. 80-83.

³ Afonso Arinos de Melo Franco (não confundir com o 'sobrinho', nem com o 'filho', todos com o mesmo nome) nasceu em Paracatu, em 1º de maio de 1868 e faleceu em Barcelona a 19 de fevereiro de 1916. Foi jornalista e escritor, tendo ocupado a cadeira de número quarenta da Academia Brasileira de Letras. Publicou vários trabalhos na *Revista do Brasil* e na *Revista brasileira* durante a década de 1890. Foi um representante da corrente regionalista.

⁴ Arinos escreveu as seguintes obras: *Pelo sertão* (1898), *Os jagunços* (1898), *Notas do dia* (1900), *O contratador de diamantes* (1917), *A unidade da pátria* (1917), *Lendas e tradições brasileiras* (1917), *O mestre de campo* (1918) e *Histórias e paisagens* (1921).

⁵ Breve por tratar de poucas obras.

⁶ Entendida como pessimismo trágico, ou visão dramática de história, isto é, encadeamento de momentos transcendentais inscritos num percurso histórico imanente, sem algum final seguramente previsível.

textos de autores brasileiros e portugueses, publicados desde a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX. Quanto à área de conhecimento a que os escritos selecionados vinculam-se, podemos dizer que, de forma geral, transitam nas fronteiras das disciplinas pertencentes à categoria das ciências humanas. Os textos de Oliveira Martins, por exemplo, percorrem as sendas da literatura, da filosofia, das ciências política, da sociologia, da antropologia e, destacadamente, as veredas da história. A obra de Arinos, igualmente, extrapola, em muito, às classificações tradicionais com bases disciplinares, talvez, por ser ele um profissional ligado aos campos do jornalismo, da jurisprudência e da literatura.

Este artigo resulta, portanto, da investigação acerca de um objeto localizado na região fronteira das disciplinas atualmente estabelecidas. Como já mencionado, trata-se de investigar alguns escritos a propósito dos temas região e tragicidade, publicados em Portugal e no Brasil no período que compreende a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX. Embora o escopo seja mais amplo, com veremos adiante, exploramos a ideia de que Arinos, ao classificar o desembarque de Colombo na América como o início do 'drama americano' seguiu a perspectiva trágica da história proposta por Oliveira Martins.

56

De fato, Martins fixou algumas teses sobre a história que, de certa forma, permanecerão até o final de sua vida. Trata-se de temas que, até a presente data, são alvo de polêmicas, principalmente, no que se refere às relações entre história e ficção. Nos aportes sobre as discussões acaloradas que se faziam em torno do positivismo, do naturalismo, do evolucionismo e de outros sistemas explicativos, principalmente no interior da intelectualidade portuguesa, Martins asseverava a impossibilidade das ciências sociais, calcadas nos pressupostos positivistas, oferecerem a explicação total do universo para demonstrar o sentido do devir humano. Para ele, todo o conhecimento histórico necessitaria de alguma base metafísica, pois, somente assim, a razão humana poderia captar o significado último da evolução cósmica universal. Então, a mesma razão rejeitava a ideia de que o conhecimento histórico fosse a única via de acesso ao saber. O autor falava da existência de quatro tipos de conhecimentos: o empírico, o teórico histórico, o técnico e o sintético. O primeiro, considerado como "a origem de todos os saberes" e o sintético era o "lugar por excelência da filosofia", tendo como ponto de partida os resultados parcelares todas as ciências (CATROGA 1996, p. 121).

Conforme a leitura que Fernando Catroga faz do trabalho intelectual de Oliveira Martins, a concepção trágico/dramática de história do pensador lusitano assenta-se no pressuposto de que esta

[...] No seu próprio ser, no seu aparecimento deriva do ímpeto da força, que em busca de uma plena realização, exige a luta, a finitude e a morte. Do ponto de vista ôntico, a história surgiu a partir do momento em que o homem animal social acrescentou à sua base antropológica-natural a capacidade de criar línguas, mitos símbolos, instituições, riqueza (CATROGA 1996, p. 122).

Melhor dizendo e, fazendo uso das palavras de Martins, o domínio da história, no seu entendimento, é aquele momento em que, por motivos animais e étnicos, aparecem as injunções conscientes, ou seja, os preceitos da filosofia, reverberados na legislação e na arte de governar dos estadistas; surgem os prognósticos dos políticos e, concomitantemente, os dogmas das religiões e o poder do sacerdócio.

À maneira de Michelet, Martins concebia o ofício do historiador como uma ressurreição, na qual o labor artístico e sintético é sempre bem vindo e necessário. Reconhecia a presença do indeterminado e do fortuito no fenômeno histórico, confrontando-se com o pressuposto advindo da "história ciência", alicerçada no modelo das ciências experimentais, de que existem leis que regem os elementos sociais, prevendo o desenvolvimento futuro da sociedade (MATOS 2000, p. 159-160). Martins, em os Filhos de D. João I, por exemplo, observa o seguinte:

O que domina, sobretudo a história são os motivos morais, e esses motivos parecem verdadeiros ou falsos conforme as épocas e os lugares. Assim a história há de ser objetiva, sob pena de as obras do artista não passarem de criações fantásticas do seu espírito. E há de, por outro lado, assentar sobre a base de um saber solidamente minucioso, de um conhecimento exato e erudito dos fatos e condições reais, sob pena de, em vez de se escrever história, inventarem-se romances. Arena amplíssima onde o artista e o erudito, o pensador e o crítico se encontram e se confundem; o jurista para indagar com escrúpulos, o psicólogo para avaliar sua sutileza, a história, se não é a forma culminante das manifestações intelectuais do homem, é sem dúvida a mais complexa e a mais compreensiva (MARTINS 1983, p. 8-9).

57

Ao fim e ao cabo, a história era concebida pelo autor como sucessão necessária cuja objetivação engendra o mergulho em probabilidades e, por conseguinte, apresenta a dimensão trágica como característica prosaica, pois o devir está sempre permeado pela ameaça da degeneração e da morte. A história, nessa concepção, é parte de uma totalidade constituída pela razão humana, o campo geral dos saberes, arena apropriada a captar o significado último da evolução universal. Essa totalidade, como qualquer outra de que se possa ter compreensão, seria constituída por quatro frações correspondentes aos tipos de conhecimento apontados por Martins: o empírico, o técnico, o sintético e o teórico histórico. Nota-se, portanto, o recurso do cientista português ao procedimento geral da hermenêutica (relacionar parte e todo), situando o saber histórico no quadro do conhecimento e de certa forma, fundamentando sua proposta de concepção histórica.

O ferramental escolhido por nós a fim do propósito já exposto, originou-se, igualmente, no campo da hermenêutica. Pressuporemos então, por tratar-se da hermenêutica gadameriana, que o ato de interpretar⁷ equivale ao que se expressa na língua portuguesa por meio do vocábulo 'compreender'. Segue que, intérprete é todo sujeito que compreende algo e não apenas quem entra em

⁷ Sobre interpretação e compreensão ver GADAMER 1977.

contato com certos conteúdos expressos numa língua desconhecida, por exemplo, e os converte para um idioma compreensível (este era, antigamente, o língua).⁸

O resultado primeiro da adoção dessa perspectiva para a discussão a que nos propusemos implica, por exemplo, que os autores das obras aqui interpretadas não serão considerados como sujeitos que fazem análises, ou realizam leituras automáticas⁹ ou, ainda, percebem os objetos fenomenologicamente.¹⁰ Dizemos assim devido ao 'nosso' pressuposto de que a interpretação configura-se como um movimento específico.¹¹ Então, interpretar não é fazer análise, ou seja, distingue-se do procedimento especializado no recorte do objeto. Nem é percepção, no sentido de experiência corpórea, ao modo das reflexões fenomenológicas desenvolvidas no seguimento de Edmund Husserl.¹² Compreensão é, 'redundantemente', o fazer compreensivo: relacionar parte e todo, todo e parte, até que o sentido se complete; mas, não é tudo...

Será importante esclarecer que, também, guardamos as distâncias impostas, desde esta perspectiva, entre o ato de interpretar e a prática da leitura. Como se verá, então, nesta pesquisa evitou-se considerar Portugal, Península Ibérica e a Europa – espaços amplamente evocados por Martins, assim como a América e o Brasil, lugares referenciados por Arinos – como regiões naturalmente estabelecidas, ou seja, como textos dados a ler. Fazê-lo, implicaria a redução do fenômeno da interpretação (ou da compreensão) a apenas um de seus procedimentos metodológicos – a contextualização.¹³ Elegemos um ponto de partida mais geral: a tese de que "[...] o sentido se completa sempre que a compreensão se efetua, ou seja, o ato de compreender segue uma dinâmica estável, isto é, o movimento que vai da parte ao todo e do todo à parte" (CAMPIGOTO; BONNA 2009, p. 134). Este deslocamento circular, chamado por Gadamer de regra de ouro da compreensão, realiza-se no e por atuação do intérprete, todas as vezes que se desencadeia a energia necessária para a compreensão de algo. Deriva dessa premissa o pressuposto de que toda interpretação caracteriza-se pela historicidade, ou seja, que não há interpretação fora da história e nem história fora da interpretação.

58

⁸ O termo *língua* é o mais utilizado durante o período dos descobrimentos e da expansão portuguesa, para designar o intérprete. Ver a obra de Carlos Castilho Pais.

⁹ Nesse artigo recorreremos a alguns textos lidos por Arinos porque nos fornecem elementos sobre o tratamento acerca de certas totalidades e de partes. Vale dizer, que não se trata de buscar a origem das ideias de Arinos em uma gênese escriturária. Não recorreremos à filiação textual porque precisaríamos buscar a ideia expressa por Arinos em outro autor, que se filia a outro e a outro e a um anterior ainda, e assim por diante. Sobre esta questão, ver a crítica de Foucault à história das ideias, por exemplo, em FOUCAULT 2009.

¹⁰ Concepção filosófico-metodológica segundo a qual o modo pelo qual o conhecimento do mundo se realiza é um objeto de investigação mais importante do que o próprio conhecimento do mundo, quer seja ele objetivo ou subjetivo. O procedimento chama-se redução fenomenológica e implica a suspensão de todo o saber das coisas do mundo exterior, a fim de captar o objeto na forma como ele se nos apresenta. Nossa proposta adota a perspectiva fenomenológica, mas acrescenta-lhe a tese de que o fazer interpretativo não se dá a partir do nada, pois o intérprete sempre se move num horizonte de compreensão dado de antemão.

¹¹ Pressuposto da hermenêutica gadameriana.

¹² Edmund Gustav Albrecht Husserl (1859 – 1943) era matemático e filósofo e tornou-se mais conhecido como fundador da fenomenologia.

¹³ Um dos procedimentos metodológicos da hermenêutica, apontados por Gadamer, consiste em confrontar o texto com o contexto em que foi produzido para que o sentido se efetue. O problema deste método consiste em que os contextos são construídos pelos próprios intérpretes. Não negamos o valor deste método – até o utilizamos em algumas situações. Nossa proposta, seguindo a hermenêutica filosófica, consiste em ir além os limites contextuais.

Metodologicamente, convém ainda dizer que qualquer coisa que possa ser dividida em partes, por ser fração de uma totalidade maior, pode servir como outro 'todo' para efeito compreensivo. Nesse jogo da compreensão, em se tratando de texto escrito, o percurso efetuado fica registrado na expressão textual, o que nos permite recuperar os passos do escritor. Isso implica que, para além da evidência literária ou estilística, por tratar-se de um trabalho datado e 'datável', toda interpretação é histórica. Não será, pois necessário ligar cada efetuação de sentido ao contexto em que se efetiva, embora este seja um recurso que venha enriquecer nossa compreensão dos acontecimentos.

Pretendemos, então, investigar as evidências de tal procedimento no trabalho realizado por Martins e Arinos, tendo como fonte monumental: a obra intitulada como *História da civilização ibérica* e de Oliveira Martins e a coletânea *Notas do dia* e a obra *Lendas e tradições brasileiras* de Afonso Arinos. Em outras palavras, o objetivo desse artigo consiste em descrever os movimentos compreensivos realizados por Arinos e Oliveira Martins no que diz respeito aos temas da tragicidade e região.

Regiões e recortes

O texto de Arinos pelo qual iniciamos esta discussão é resultante de uma conferência realizada na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, no dia doze de outubro de 1895. Na versão escrita daquele pronunciamento, publicada como primeiro texto da coletânea *Notas do dia*, o palestrante celebrava a figura de Cristovão Colombo. A preleção expressava, literalmente, a ideia de que, após o ano de 1492, "desenvolve-se o drama do Novo Mundo" (ARINOS 1900, p. 56). Certo movimento compreensivo principia, então, a esboçar-se porque Arinos divide o todo (mundo) em duas partes, portanto, regiões (o novo mundo e o velho mundo). Evidentemente, não fora ele o propositor de tais expressões, nem mesmo o sujeito a empregá-las pela vez primeira, mas o detalhe a destacar consiste em que uma dessas frações da totalidade é qualificada como espaço em que se desenrola um episódio dramático. O drama enunciado, assim sendo, não se desenrola na totalidade do globo e sim numa de suas partes.

O termo drama será, aqui, considerado como conceito que incorpora aspectos da comédia e como especialidade peculiar à arte de narrar, porque a história, em Arinos, frequentemente, é considerada sob o modo de 'fluxo acontecimental extasiado'.¹⁴ Essa mesma noção de 'drama' parece reiterar-se em algumas leituras feitas por Arinos e, também, em certos escritos históricos coevos a exemplo dos elaborados por Alexandre Herculano. Nesses aplicavam-se conceitos similares. Trata-se, por exemplo, de expressões operacionais (ou conceituais) tais como decadência e ascensão. Nesse caso, notamos certa alternância de polaridade no que tange ao ferramental analítico, indicando, ainda que vagamente, a aplicação de algum esquema pessimista ao campo da escrita da história.¹⁵

¹⁴ Patético.

¹⁵ O pessimismo trágico é a perspectiva adotada por Oliveira Martins. Consiste em pensar a história como encadeamento de eventos sem um final visível.

Arinos iniciou a exposição¹⁶ relacionando regiões: o continente americano e o globo terrestre. A esfera geográfica aparecia, então, sob a forma do palco em que ocorre o processo de constituição da civilização brasileira. A América, nessa montagem, representa um dos componentes fundamentais; a outra parte é simulada pela Europa. Dizemos simulada porque os dois continentes, na sequência, são fracionados como que num movimento de aproximação, gerando o esboço da narrativa. Na conformação resultante dessa operação, a parte da Europa destacada é a Península Ibérica. Arinos assevera que a

[...] Península ibérica, mística e cavalheiresca, bárbara e generosa, burlesca e sublime; esse gênio peninsular, formado com os elementos africanos, gótico e latino, elaborado e robustecido em dez séculos de luta, vai desprender-se de seu ninho alpestre, do meio de seus broncos penedos e entregar-se, como a procelária, às asas da borrasca (ARINOS 1900, p. 56).

60

A afinidade com os textos de Oliveira Martins começa a esboçar-se, pois, segundo Vamirech Chacon, Martins realçou na *História da civilização ibérica* o substrato comum destes povos considerados, por ele, como inseparáveis devido à localização geográfica e à cultura. Nas contendas sobre iberismo ou não, insistiu nas convergências. O iberismo de Oliveira Martins não teve itinerário linear, oscilou, transformou-se, passou por fases, foi pessimista. Sua defesa iberista básica aflorou na *História da civilização ibérica*, no *Portugal contemporâneo*, em *Os povos peninsulares e a civilização moderna* entre outros. “Em *Portugal contemporâneo* Martins fez uma discussão sobre o Iberismo, amalgamando as projeções dos iberistas dizendo que: à maneira, porém, que o tempo se obliterava a lembrança das crises sucessivas, renascia, com as complicações dinásticas, o pensamento natural da união”. Concluía, em 1888, temer que a Espanha, entre as grandes potências, se situasse num quadro no qual Portugal equivaleria a uma menor Holanda! (CHACON 2005, p. 142-145). Não há dúvida de que Oliveira Martins e sua geração trabalharam com a ideia de que o entendimento da história de Portugal era inseparável da inserção no destino dos demais países ibéricos. Sua perspectiva não era só iberocêntrica, de acordo com sua concepção antropológica. A Ibéria é uma das fases da mundialização ariana. Esta centralidade só atinge seu significado último se for sobredeterminada pelo arianocêntrismo, ideia que estrutura a sua “teoria da história universal” (CATROGA 1996, p. 137).

Consideramos a Península, na obra de Martins, como fração de um ‘*interpretandum*’ (PESSIS-PASTERNAK 1993, p. 67) representada, na obra de Arinos, por meio da figura de uma ave que se lança ao voo. A alegoria¹⁷ é digna de nota, pois Arinos era autor ligado ao realismo e representante do movimento regionalista no âmbito da literatura brasileira. O movimento interpretativo

¹⁶ A palestra aconteceu no Ginásio Mineiro, criado em primeiro de dezembro de 1890.

¹⁷ Vamos considerar este excerto como um recurso retórico em que se faz corresponder sistematicamente, os significados literais e aos sentidos figurados. Vamos interpretá-la como uma metáfora prolongada e, por isso, geradora de significados.

realizado por esse escritor mineiro a respeito do desembarque de Colombo no continente americano permite-nos entrever que a principal totalidade estabelecida, no caso, é a Península Ibérica. As partes são representadas pelo pássaro, o oceano, a tempestade e o voo.¹⁸ Ela é parte de outra totalidade mais ampla, o globo terrestre, incluindo-se, obviamente, outros territórios-partes, tais como a Europa, a América e as "Índias". O dia em que o território americano é avistado torna-se, por assim dizer, um ponto de articulação e passagem das totalidades para as partes e vice e versa.

Colombo é, então, descrito como herói ibérico na citada conferência; mas, na nota do dia vinte e um de abril de 1895, Carlos V é arrolado, também, como um dos vultos peninsulares da conquista das Índias (ARINOS 1900, p. 36). Arinos considera-os como beatos.

A Península, naquele texto/fragmento, aparece como uma região geográfica que, na constituição dos sentidos, paulatinamente, transforma-se em figura representativa do *gênio* ou do caráter de uma população originária: *a raça ibérica*. Nesse mesmo fragmento de texto/conferência, evidenciam-se outras partes da nova *totalidade*: africanos, godos e latinos.

A região peninsular torna-se, então, entidade a transpor a simples circunscrição territorial, passando a representar 'o gênero', ou seja, a atitude, o estilo, a maneira, o modo de ser ibérico. Para Arinos (1900, p. 56) trata-se de um estilo: *místico e cavalheiresco, bárbaro e generoso, burlesco e sublime*. Podemos dizer que o autor considerava-a como um conjunto de saberes cultivados, adquiridos ou transmitidos, um tipo de patrimônio, elaborado e robustecido em *dez séculos de combate* (alusão à ocupação árabe).

A reunião destes elementos, situada no cenário de luta contra os 'mouros', indica que, *Notas do dia* está fundamentada em certos textos de história a respeito da Península Ibérica, em excertos de obras, às mais das vezes, como veremos, genericamente referenciadas. Isso vale, especialmente, para a alegoria do voo da ave. Podemos dizer da generalidade porque as chamadas de excertos e paráfrases utilizadas pelo autor seguem determinado padrão, tal como: 'disse um grande historiador', 'conforme um grande sábio' e assim por diante. Encontram-se, no entanto, algumas referências diretas às narrativas de Alexandre Herculano (ARINOS 1900, p. 112), com menção explícita ao 'líder'.¹⁹ O autor cita, diretamente, Joaquim Pedro de Oliveira Martins e Hippolyte Taine,²⁰ especialistas ligados ao campo da história e da literatura.

Um inventário das menções, citações e alusões, por abreviado que seja, evidenciará certa afinidade entre os textos de Arinos e outros autores que trataram o território e o espírito nacional como totalidades. Oliveira Martins destaca-se, aqui, por abordar a história como tragicidade.

¹⁸ Vale dizer, que na época em que se realizou a conferência no Ginásio Mineiro, o dia do descobrimento da América ainda não fora estabelecido como efeméride consagrada à 'raça espanhola', o que ocorreu em 1913. A instituição desse dia (da raça hispânica) é atribuída ao professor e acadêmico da *Real Academia de Ciencias Morales y Políticas*, Faustino Rodríguez-San Pedro. Desde 1935, 12 de outubro é o dia da *hispanidad*.

¹⁹ *A morte do líder*, um dos contos de Alexandre Herculano é considerado como texto fundador das narrativas históricas em Portugal.

²⁰ Os escritos de Taine são apontados como referências teóricas para a introdução do realismo em Portugal.

A analogia que podemos estabelecer entre as obras de Arinos e a de Oliveira, a julgar por certas discussões feitas na área da história da literatura, é pressuposta como relação intermediada pelas teses de Taine. Esse cientista francês teria proposto uma teoria da história marcadamente positivista e determinista. Tal suposição é, às vezes, tomada como verdade, e adotada por alguns estudiosos da história da literatura, notadamente, que investigam a vida e a obra de Euclides da Cunha. Para ilustrar, Francisco José Alves argumenta que os historiadores ocupam um lugar de destaque na ordem explicativa do livro *Os sertões* e que Euclides fundamentou-se nos textos de Taine “almejando ser um escritor sincero” (ALVES 2006, p. 187-188).

Consideramos como razoável a interpretação²¹ feita por Alves, mas o problema consiste em que o autor recorre ao método schleiermachiano,²² tentando imaginar o que se passava na mente do autor, no caso, Euclides. Esse procedimento psicologista apresenta sérios entraves porque, primeiramente, resta a seguinte dúvida: a intenção de Euclides era mesmo ser um escritor sincero? Tudo leva a crer que sim... Todavia, o problema é demonstrar; mas, isso não é tudo. O embaraço maior, ainda, consiste no seguinte: se aceitamos a tese nunca comprovada de que a intenção de Euclides era ser franco, podemos facilmente acolher outras conjeturas tão dúbias quanto a proposta por Alves.²³ Vejamos o seguinte.

Para Alves, por exemplo,

62

Euclides da Cunha é um lídimo representante da historiografia naturalista. Ele, como outros representantes de seu tempo, acreditava que a história devia seguir os ditames da natureza. Sob esta diretriz, estes historiadores viam no meio e na raça as forças motrizes da história. Na história e na raça reinava o mais absoluto determinismo. Os homens (agentes) eram meros títeres destas forças impessoais. Uma das evidências da influência de Taine sobre o autor de *Os sertões* é a divisão tripartite da obra. A terra, O homem e A luta. Adotando este esquema Euclides da Cunha traduz o esquema causal tainiano da raça, meio e momento (ALVES 2006, p. 187-188).

Conforme esses pressupostos, digamos bem aceito academicamente, os termos *raça, meio e momento*, detectáveis nos escritos de Taine, são equivalentes a certos subtemas de *Os sertões*, tais como *terra, homem e luta*. Julgamos não ser necessário demonstrar a debilidade dessa correspondência; mas faltaria, ainda, especificar o seguinte ponto: em conformidade às proposições feitas pelo escritor francês, qual seria mesmo o fenômeno determinado pela raça, pelo meio e pelo momento.²⁴ Hippolyte Taine é, frequentemente, considerado como um pensador que exerceu forte influência sobre o movimento realista por meio de uma suposta teoria da história²⁵ em que o meio, a raça e o momento determinam

²¹ Interpretação no sentido de que, tomando-se *Os sertões* como totalidade, Taine será uma das partes. O sentido da montagem está, conforme Alves, na intenção, ou seja, no que ocorria na mente de Euclides – ser um escritor sincero.

²² Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher (1768-1834) foi o proponente do método hermenêutico psicológico pelo qual se deduz o sentido de um texto a partir das intenções do autor.

²³ O problema não consiste em duvidar das intenções do autor de *Os sertões*, mas em abrir flancos para aceitar pressuposições sem comprovação.

²⁴ Não haveria, aí, novidade alguma, pois a concepção de que o meio físico influencia a fisiologia e a psicologia humana existe desde a antiguidade clássica.

²⁵ Suposta porque não há elementos documentais convincentes de que Taine tenha elaborado tal teoria. Ademais,

o comportamento humano. Arinos é um escritor filiado ao realismo e cita Taine,²⁶ autor que juntamente com Proudhon, é considerado como proponente das teses básicas adotadas pelos adeptos do movimento literário realista português. Martins, ao lado de Antero de Quental e Eça de Queirós, é tido como representante da geração de 1870, uma das bases para a introdução do realismo em Portugal.²⁷

Nesses textos de Arinos, porém, Oliveira Martins é o literato realista português mais citado, corroborando o que têm concluído alguns especialistas no assunto tais como Ana Lúcia Lana Nemi:

O ciclo decadentista moderno português teria, também, caracterizado os primórdios da colonização brasileira, segundo diagnóstico peninsular que aqui chegou por meio da circulação de textos e das sociabilidades entre letrados dos dois lados do Atlântico no século XIX. No Brasil essa preocupação com o enraizamento do que fora moderno por meio da recolha do que fora tradicional também se manifestou no século XIX e invadiu o século XX (NEMI 2008, s/p.).

Podemos dizer que, de forma geral, destaca-se a influência exercida por Antero de Quental e por Alexandre Herculano. Este historiador²⁸ teria proposto

[...]Uma filosofia da história na qual atuam dois princípios norteadores, a liberdade e a desigualdade, princípios que circunscrevem e explicam as institucionalidades possíveis, as escolhas políticas e as representações culturais. No mesmo sentido, o autor advoga a constante existência de dois ciclos fundadores da história de Portugal, um de ascensão e outro de decadência (NEMI 2008, s/p.).

63

Os conceitos de ascensão e decadência, ao menos de forma vaga, estão presentes na obra de Arinos, mas podemos considerar como certa a sua opção por Oliveira Martins, tanto é assim que Alexandre Herculano é pouquíssimo citado em *Notas do dia*. A visão histórica então destacada é trágica e dramática²⁹ e outros serão os princípios a circunscrever e explicar a história nos textos de Arinos aqui examinados.

Alexandre e Oliveira Martins, embora não pertencendo à mesma geração intelectual, fizeram parte do movimento dos intelectuais portugueses do 'pós-derrota' de Napoleão que, como alega Nemi, se atribuíam a tarefa de

ele nem é costumeiramente citado como pensador de destaque em termos de correntes historiográficas.

²⁶ As referências a Taine encontram-se nas páginas 101 e 290 de *Notas do dia* e tratam da revolução francesa – período do terror – e da história romana.

²⁷ Na ótica da história das ideias, Eça teria sido o introdutor da nova corrente literária, por meio da fusão de duas vertentes intelectuais: a proposta de Taine e a perspectiva anarquista de Pierre-Joseph Proudhon. No âmbito desta proposição lusitana aí surgida, a arte perderia os tradicionais motivos diletantes, ensejos característicos do Romantismo, para se tornar parte de um programa de regeneração social. Os procedimentos artísticos consoantes ao que propunha a Geração 70 deveriam evidenciar, fidedignamente, a realidade, visando o diagnóstico de situações problemas e possíveis formas para saná-las. Tal aproximação ao dito mundo autêntico é, frequentemente, considerada como a característica tendência objetivista do Realismo. A objetividade, a bem da compreensão, vincula-se aos procedimentos marcadamente cientificistas, métodos considerados como modelos vigorosos, da época. Na mesma perspectiva historiográfica das correntes de pensamento, Alfredo Bosi afirma que "Os mestres desta subjetividade seriam os franceses: Flaubert, Maupassant, Zola e Anatole, na ficção; os parnasianos, na poesia. Comte, Taine e Renan, no pensamento e na história. Em segundo plano, os portugueses, Eça de Queirós, Ramalho Urtigão e Antero de Quental, que travavam, em Coimbra, uma luta paralela no sentido de abalar velhas estruturas mentais". Advertimos, de imediato, que Taine, Comte e Renan representam os pilares do pensamento e da história, pelo menos, na perspectiva do realismo literário e que os portugueses são alocados, por Bosi, num plano secundário. Ver BOSI 1976.

²⁸ Alexandre Herculano.

²⁹ Dramática quando inclui o elemento cômico.

[...] encontrar o caminho para a legitimação do liberalismo na Península [...] inventariar e conhecer a história nacional [...] repensar a experiência medieval e encontrar um sentido para a história nacional que estabelecesse os nexos entre passado, presente e futuro (NEMI 2008, s/p.).

Por conta de igual empreitada

O interesse pelas tradições medievais povoou os textos dos acadêmicos europeus do século XIX. No caso das nações peninsulares, o estudo das tradições políticas medievais, conforme sugeriu Almeida Garrett, e também outros autores como Antero de Quental e Oliveira Martins deveria ser retomado[...] (NEMI 2008, s/p.).

Além de desenvolverem atividades no âmbito da investigação de 'memórias', alguns republicanos peninsulares, a exemplo de Teófilo Braga, lançaram-se ao trabalho de recolher contos populares naquela região da Europa tomada como totalidade por Arinos e Oliveira.³⁰ Afonso Arinos é considerado como um monarquista convicto, mas a obra intitulada como *Lendas e tradições brasileiras* segue, basicamente, a mesma lógica republicana portuguesa, e como Oliveira Martins, o literato mineiro escreveu a respeito das ditas tradições e lendas estabelecendo, assim, o vínculo entre a região geográfica e a 'cultura popular'. Afirma que

Não é fácil colhê-las ao vivo porque o povo não se abre senão com os que com ele ombreiam na labuta cotidiana. É geralmente num serão ou num eito, quando as almas, irmanadas pelo sofrimento e trabalhos comuns, desabafam na melodia das canções as penas ignoradas ou desabrocham ao sorriso da esperança que as lendas se entretecem e a memória das tradições se aviva (ARINOS 1937, p. 28).

64

O autor classificou as narrativas coletadas conforme as seguintes categorias: as de origem portuguesa, as de origem indígena, as 'lendas dos negros da África' e as brasileiras (ARINOS 1937, p. 19). O problema de enquadramento, Arinos identificou-o na aplicação da quarta categoria porque o brasileiro não é mais, exclusivamente, indígena, nem africano e nem português. Logo, lenda brasileira será a que, sendo 'estrangeira', foi adaptada às condições do meio,³¹ isto é, no processo de colonização, foi amoldada pelos '*criolos e caboclos*' (ARINOS 1937, p. 20). Para o autor, as narrativas indígenas são estrangeiras e as 'dos negros', além de exóticas, são pouco numerosas; ambas muito mais pobres do que as peninsulares. *A fortiori*, as da região peninsular são consideradas como *mais numerosas* e as *mais ricas*, sob o argumento de que 'o componente luso é preponderante' em nossa cultura (ARINOS 1937, p. 20). Podemos, portanto, verificar que, no movimento compreensivo, a totalidade que permite completar o sentido é a Península Ibérica, região que também pode ser considerada como horizonte de sentido para Arinos.

³⁰ Teófilo é representante da geração de 1870.

³¹ Arinos joga com dois tipos de saberes: as coisas que os povos aprendem pelo contato com outros; e os conhecimentos que são resultados do meio, ou seja, que são criações originais do lugar. Aqui mais uma evidência de que estes autores usavam o termo 'meio' para designar outras questões que não apenas o geográfico.

Conforme o *Lendas e tradições brasileiras* os conhecimentos transmitidos se avivam no entretecer das lendas; logo, Arinos concebe a tradição como um 'fundo de memória', uma espécie de arquivo, de onde as narrativas populares procedem. Como memória, a tradição provém de uma história vivida. O interesse por 'lendas' e por tradições populares pode ser considerado como vínculo entre a produção de Arinos e a dos realistas portugueses, pois implica a constituição da Península e do Brasil como totalidades reais e vividas, portanto, não somente geográfica, mas, também históricas.

Considere-se que a primeira das obras históricas escritas por Oliveira Martins foi intitulada como *História da civilização ibérica*. Nela, o desenvolvimento 'espiritual' de um povo é visto como totalidade, muito embora, a introdução do livro, ele dividiu-a em três partes: o Território, a Raça e o Caráter/história. Espectro de Taine? Pode ser... Mas, digamos que, classificar a proposta de Oliveira Martins como determinismo ou naturalismo seria uma grosseira redução de sua amplitude, coisa que se contesta por meio do simples exame do sumário.

A estrutura capitular da obra evidencia a concepção de história subjacente, pois o livro primeiro trata da constituição da sociedade; o segundo, da dissolução da Espanha antiga; o livro terceiro, da formação da nacionalidade; o quarto, do império da Espanha; e o quinto, leva o título: as ruínas. Então, o sumário mesmo já ratifica a concepção trágica de história adotada pelo autor: jogo de potências contrárias tais como constituição e dissolução, formação do império e ruína. Assim, a Península, totalidade geográfica, passa a adquirir uma configuração de totalidade histórica, da qual, na obra de Arinos, o Brasil é uma parte.

O livro terceiro, da obra de Oliveira – intitulado como a formação da nacionalidade – vincula-se, bem assim, à palestra de Arinos proferida no dia doze de outubro, dia da *hispanidad*. A data em que Colombo chegou à América seria elevada, mais tarde, a marco da reconquista espanhola, mas conforme Elisabete da Costa Leal (2006, p. 79), no Brasil deste período, não havia consenso a respeito de que o personagem a ser homenageado em função do descobrimento do nosso país deveria ser Colombo ou Cabral.

Seja como for, Oliveira dera ao terceiro livro o título *de desenvolvimento espontâneo das nações peninsulares* e, numa das subdivisões, se evidencia aquele que, pressupomos ter sido o texto/inspiração para a sobredita conferência de Ouro Preto. Oliveira narrou e Arinos citou que

O movimento de reconquista começara no próprio dia em que a monarquia visigótica tombou na batalha de Crisso. Um grupo de soldados comandados por Pelaio (718-37 ou 731-50) protestou contra a submissão universal da Espanha. Foragidos nas serras das Astúrias preferiram uma vida de bandidos aos doces cômodos que podiam gozar, aceitando a lei do vencedor. Fácilmente [*sic*] haviam agregado a si a população mais ou menos rara das montanhas; e, formado o primeiro núcleo do exército, desciam de seus ninhos, como as águias vêm da crista das serras cair, de repente, sobre as presas nos vales (MARTINS 1973, p. 164-165).

As 'águias das Astúrias' ou o 'bando' de Pelayo, representa, para Oliveira Martins, a totalidade original, assim como a evidência de um regresso à vida

primitiva, uma vez que os componentes do grupo “Vivem como feras; nunca lavam o corpo, nem os fatos que nunca mudam, conservando-os até que de velhos caem a pedaços” (MARTINS 1973, p. 181). O autor atribuiu tal descrição a um anônimo cronista árabe, mas a queda/regresso a um nível primitivo de vida representa a decadência causada pelas potências da história: visão trágica do devir.

Esta concepção historiográfica da totalidade fica ainda mais evidenciada no seguinte texto do mesmo livro três, em que o escritor lusitano convida seus leitores a

[...] Observar a outra face da Idade Média peninsular – ser bifronte que obedece, em ambos os seus aspectos e de um modo simultâneo e paralelo, à influência de causas, geradoras primeiro e destruidoras depois, mas sempre irmãs e constantes (MARTINS 1973, p. 180).

O ser bifronte é Jano, deus romano de face dupla. Às vezes considerado como metáfora da história, representa melhor a visão romana do devir. A face dupla não é, aqui, sinônimo de máscara a esconder o verdadeiro ou o falso. Pode ser compreendida como totalidade temporal dividida em duas partes: passado e presente, e também, criação e destruição.³² Assim, a história é concebida como tragédia, cadeia de acontecimentos da qual não se vislumbra o fim. Mas, também, tanto para Martins quanto para Arinos é drama porque nela evidencia-se o aspecto da comédia, como veremos adiante. Trata-se, em todo caso, de uma totalidade melhor divisada a partir dos efeitos resultante do próprio desenvolvimento.

66

Na conferência de Ouro Preto, o adepto do regionalismo mineiro dizia que

A história mede as ações humanas por suas consequências, e, além disso, ‘uma grande descoberta, no dizer de um sábio, não se produz espontaneamente; é precedida de notícias, ou informações de factos diferentes, que dela se aproximam, mais ou menos, que são seus precursores, suas vedetas’ (ARINOS 1900, p. 49-50).

As notícias de que outros navegadores teriam aportado na América antes de Colombo de nada valeriam para Arinos porque, tais eventos mesmo que tenham efetivamente ocorrido, não fazem parte da história. Ou seja, eles não compõem a tragicidade, pois nenhuma consequência houve; tampouco, evidenciam a atuação das aludidas potências criadoras e destrutivas. Então, esses supostos episódios se igualariam aos da ‘história pré-colombiana das Américas’.

O desembarque de Colombo, porém, seria considerado, por Arinos, como marco inicial da história porque desse evento se conhecem os resultados e as evidências. E, então, o autor passa a falar das forças geradoras e das energias aniquiladoras.³³ Elenca as partes da totalidade temporal, na forma de episódios significativos. Os protagonistas desses acontecimentos são arrolados: Cortez, Pizarro, Almagro, Valdivia, Orellana, Nunez, Yrala, Balboa, Cabot, Hojeda, Cano, Garcia, Solis e tantos outros que se infiltraram pelo interior do continente

³² Jano não é como Clio, a musa grega que registra pela escrita os que merecem a fama. Jano convida à reflexão.

³³ Tais termos são aqui usados por referência a Oliveira Martins.

americano. Para Arinos, o que acontece, então, é uma história de contrastes entre atos heróicos e atitudes covardes (ARINOS 1900, p. 57). Trata-se da perspectiva dramática que Arinos deve ter incorporado por meio de citações e menções ao autor da *História da civilização ibérica*, pois as atitudes classificadas como covardes representam o elemento cômico. Note-se que Oliveira Martins também se referia a certa fração cômica da história Ibérica, tomando a Península na forma de totalidade ampla. Escreveu que

O drama castelhano, ao mesmo tempo bufo e trágico encantador de meiguice e sombrio de terrores; esse drama onde o sorriso e o sangue e o aço, que é a língua de Toledo... e as flores, que nunca faltam nas tranças das mulheres; onde o sacrilégio e a devoção, a blasfêmia e o cilício, todas as antíteses e todos os contrastes se acotovelam; o drama castelhano representa-se todos os dias neste palco vasto e deslumbrante das Índias Ocidentais (ARINOS *apud* MARTINS 1973, p. 270- 271).

O drama (aspecto tragicômico) é, então, episódio/elemento representativo da própria história procedente da Europa que, por intermédio da Península Ibérica, estende-se para a América. O toque dramático colocado em perspectiva histórica, podemos dizer, consiste no recurso de Oliveira a uma nova totalidade, agora espiritual, composta de impetuosidade e misticismo (partes do 'espírito ibérico'). Tal espírito desenvolvido, 'lá na origem', para Arinos é "[...] aliado intimamente à fé cristã, sobrevivente nas últimas tiufadias visigóticas reunidas sob a bandeira de Pelaio, [que] produziu – sabem-no todos – a cavalaria *a lo divino* e a cavalaria do mar" (ARINOS 1900, p. 13).

Como se depreende do texto, a 'bandeira de Pelaio' foi 'aglutinada' na composição dos sentidos empreendida por Arinos. Tal energia místico-aventureira encontra-se partida em duas frentes de ação, ambas envolvidas no 'drama de além-mar' iniciado por Colombo. O autor destaca-lhe os seguintes aspectos:

As descobertas foram obras da cavalaria do mar; e esse gênio aventureiro não podia deixar de atuar muito profundamente nas conquistas das colônias portuguesas e espanholas. Todos esses marujos afoitos traziam no fundo da pupila, habituada a pesquisar as solidões marinhas, uma quimera que os levou a cometer heroísmos e atrocidades, empresas benéficas e uteis ao mesmo passo que ações ridículas (ARINOS 1900, p. 14).

Essa 'cavalaria' foi influenciada, segundo Arinos, pela 'ilusão do Eldorado', que tornou mais dramática a tragédia devido aos atos cômicos decorrentes. E assim, a América Latina será a reprodução e a destruição da civilização ibérica. As águias das Astúrias são também caricatas procelárias.³⁴

Totalidades e dramaticidades

Ainda na conferência direcionada ao público do Ginásio Mineiro, o palestrante expressou a seguinte saudação: "[...] daqui, de um trecho apartado desta grande

³⁴ A procelária, também, representa um elemento cômico nessa alegoria, se comparada aos símbolos orníticos das conquistas imperiais, quase sempre a águia. A procelária tem o pé espalmado, ao contrário das simbólicas garras aquilinas.

terra americana, de junto destes montes, cujos píncaros outrora chamuscaram as almenáras do bandeirante atrevido, eu elevo o meu Ave, não ao guerreiro audaz – mas ao grande benfeitor dos homens” (ARINOS 1900, p. 68).

Trata-se de uma felicitação a Colombo, o personagem que teria iniciado a história '*drama do novo mundo*'. O Brasil desenha-se, então, como uma parte desta totalidade (América ibérica) um tanto obscura, região, agora histórica, porque os eventos se encadeiam sem que se possa prever, senão, finais provisórios. Pode-se dizer que, na perspectiva de Arinos, Colombo inaugura uma nova região da temporalidade, pois, até então, não havia como perspectivar cadeias de eventos ibero-americanos. Uma área, no entanto, sem limites claramente definitivos, uma vez que, finais vitoriosos e ou previsíveis seriam mais compatíveis com a história escrita em estilo épico.³⁵

O escritor mineiro detalhava, em *Notas do dia*, certos episódios dessa '*dramática tragédia*': Fernando Cortez destrói o império inca; Francisco Pizarro conquista o Peru; Diego de Almagro e Pedro de Valdivia ocupam o Chile; Francisco de Orellana explora o Amazonas e Juan Manuel de Ayala entra na região do México.

Nessa perspectiva a história torna-se comovente e ridícula, uma tempestade rasgada pela luminosidade dos relâmpagos, a clarear fugazmente “[...] esse todo escuro de onde mais tarde haveremos de surgir” (ARINOS 1900, p. 58). A borrasca, às asas da qual a procelária que se desprende do 'penedo original' se entrega, é esse efêmero arremate de episódio, constituído pelo deslocamento, ou seja, a travessia do oceano. Acabamento que representa o início, por ser também, a estreia de certa história sempre obscura, nunca previsível (ARINOS 1900, p. 58), mas em movimento.

O autor destaca, então, os seguintes eventos: a revolta vitoriosa do índio Caupolicán,³⁶ herói nacional chileno; a abnegação e a grandeza dos missionários espanhóis em defesa dos índios e as expedições dos sonhadores que se atiraram às regiões desconhecidas em busca do Eldorado (ARINOS 1900, p. 58). Tais fragmentos, na perspectiva da tragicidade, são representados como virtuosidades destrutivas do gênio ibérico e energias criadoras de uma '*nova civilização*', da qual o Brasil representa uma parte. Aqui, conforme o autor de *Notas do dia* escreveu na nota de vinte e um de abril de 1895, em texto intitulado como *O passado de Minas e a Inconfidência*, uma série de acontecimentos desenvolvia-se, configurando a história.

A origem localiza-se na primeira expedição realizada em território hoje brasileiro, chefiada por Francisco Chaves, no ano de 1531; na sequência, as '*entradas*' do final do século XVI, comandadas por Antônio Dias Adorno e por Sebastião Fernandes Tourinho; então, seguiu-se a expedição de Don Francisco de Souza e dos Salvadores Correa de Sá. Já havia mineração no Paraná em 1598, mas, diz Arinos, nenhum povo reproduziu mais fielmente o '*espírito ibérico*', "*do que o povo paulista*". A '*alma peninsular*', a '*bandeira*' de Peláio, os heróis beatos, as cavalarias, a quimera, as expedições marinhas e terrestres... A tragédia, que também é drama prossegue.

³⁵ Ver a obra intitulada como *O estilo corrente em Camões*.

³⁶ Chefe militar mapuche célebre por sua luta contra os espanhóis no século XVI.

Devido a problemas de falta de braços para o trabalho, os

[...] Sertanistas atrevidos derramaram-se pelo interior à caça de trabalhadores indígenas. Refere Pizarro que em 1630 chegaram até Santa Cruz de la Sierra, no alto Peru; no ano seguinte atingiram o Gurupá, na Amazônia. Se pudesse haver epopeia nacional, esta seria a dos bandeirantes (ARINOS 1900, p. 16).

Na perspectiva adotada por Arinos a natureza apresenta-se como paisagem tremendamente adversa, composta de bosques inacessíveis, de serras escarpadas, de rios caudalosos, de abismos e despenhadeiros que abrigam répteis letais. Os índios são representados como seres bravios, traiçoeiros e antropófagos. Os bandeirantes são classificados como homens impetuosos, destemidos, aventureiros, determinados, persistentes, inabaláveis, ambiciosos e corajosos. Raízes de árvores, cobras, lagartos e sapos servem-lhes de alimento, e se falta água, escreve o autor,

Sugavam o sangue dos animais que matavam, mascavam folhas silvestres, ou frutos acres do campo. Já eram homens meio bárbaros, quase desprendidos da sociedade, falando a linguagem dos índios, adotando muito de seus costumes, seguindo muito de suas crenças, admirando a sua vida, procurando imitá-los (ARINOS 1900, p. 17-18).

Podemos dizer que a história dramática se evidencia aqui porque o início do movimento da conquista do sertão – tal qual a reconquista ibérica – apresenta-se de um modo ‘perfeitamente bárbaro’ – o civilizado europeu regressa, um tanto comicamente, à ‘vida primitiva’ (MARTINS 1973, p. 180).

Arinos escreveu, nessa mesma esquematização narrativa, que Tourinho e Adorno haviam chegado ao território mineiro no século XVI e que Marcos Azevedo atingira aquele espaço em 1650. A glória do descobrimento das Minas, no entanto, é atribuída a Fernão Dias Paes Leme,³⁷ que pode evocar alguma figura tal como um ‘*Don Pelayo da América Portuguesa*’. Nem faltaria a este ‘*herói beato*’ um monte Auseva³⁸ porque Fernão Dias é o explorador do *Ibituruhy*.³⁹ A ‘montanha original das Astúrias’ torna-se, desse modo, equivalente ao acidente geográfico localizado em Minas Gerais.

O esquema da história/drama repete-se no território mineiro descrito por Arinos, semelhantemente ao ocorrido na região da Península retratada por Martins. Da mesma forma, tanto na Ibéria quanto no Brasil, um período de confusão e anarquia tem lugar na sequência do evento fundador. Assim, o autor mineiro alinhou a narrativa das ‘instituições primeiras do Brasil’ e a da ‘civilização ibérica’.

³⁷ Fernão Dias teria chegado à região das minas depois de Tourinho e Adorno, pois em julho de 1674. Dias partiu de São Paulo à frente da bandeira das esmeraldas, da qual faziam parte o genro Manuel da Borba Gato e os filhos Garcia Rodrigues Pais e José Dias Pais.

³⁸ O monte Auseva localiza-se nos Picos de Europa a leste do principado de Astúrias. Teria sido nas imediações deste monte que Don Pelayo e seus soldados derrotaram os mouros na batalha de Covadonga iniciando a história da reconquista.

³⁹ *Ibituruna* – montanha localizada na atual cidade de Governador Valadares, Minas Gerais. *Ibituruhy*, na língua tupi: *Ibitira* = montanha + *una* = preto + *Y* = água ou rio. Pode ser uma alusão ao Rio Doce, acidente geográfico geralmente associado ao Ibituruna.

Tal disposição fica bem evidenciada considerando-se que, para Oliveira Martins, a história peninsular ocorrera como movimentação espontânea em que os reis, os bispos e os nobres instituíam povoações e outorgavam *cartas pueblas*, ou *cartas de foral*. Tal seria uma das peculiaridades ibéricas que haveria impedido a vigência de um sistema feudal puro na Espanha. Teria oferecido as condições necessárias, isso sim, para a transformação do modelo aristocrático (dos visigodos) em sistema democrático-federal (pós-reconquista). Este meio (poderíamos dizer contexto) teria proporcionado à Península um caráter *sui generis* de civilização e história (MARTINS 1973, p. 66 -172).

A respeito das ocorrências semelhantes no Brasil, Arinos (1900, p. 25-26) apresenta os levantes das câmaras e das juntas mineiras contra certas medidas legislativas cortesãs. A decadência da mineração teria provocado o episódio conhecido como Inconfidência Mineira. Na visão dramática do autor brasileiro, tratou-se de agitação encabeçada por gente opulenta e ilustrada, pois “[...] não foi nem uma conspiração, nem uma revolta, mas uma propaganda em ação” (ARINOS 1900, p. 52). Para Arinos, Tiradentes “o lendário sertanejo tinha na alma o fanatismo que faz os heróis e que é ao mesmo tempo o facho da propaganda e a força viva, a mola poderosa do propagandista” (1900, p. 52). O herói republicano, no texto de Arinos, é bufo, diante da figura dos imperadores.

A nação/civilização brasileira origina-se, então, com as primeiras bandeiras, mas surge como totalidade a partir de acontecimento trágico (destrutivo e construtor) no sete de setembro, com o grito da independência. Segue que, na visão de Arinos, caberia a Dom Pedro I o mérito devido à constituição da nação como “[...] pátria una e não apenas uma denominação geográfica para uma porção territorial da América do Sul” (ARINOS 1900, p. 121-122).

O Brasil é, para o autor, essa unidade/totalidade nacional devida às figuras dos imperadores, de suas linhagens vinculadas ao gênio peninsular que alçou o voo no rumo das Américas. Unidade que é singularidade brasileira comparada ao fracionamento territorial dos vice-reinados da Prata e do Peru; ao fracasso das tentativas unificadoras de Bolívar e Miranda e ao malogro da Confederação do Equador. A Proclamação da República apresenta-se como evento resultante das energias destrutivas das quais os republicanos são considerados como representantes cômicos.

Arinos protestava contra algumas ocorrências do dia, pois, segundo ele, os republicanos haviam arrancado a estátua de Dom Pedro I localizada no largo do Rocio, mudado o nome da Estrada de Ferro Dom Pedro II e quebrado as grades do jardim do Campo de Santana. A notícia sobre este movimento de ‘danação da memória dos imperadores’ foi publicada por Arinos em forma de denúncia. Em seguida veio a nota sobre outra forma de manifestação com o título – *Campanha de Canudos: o epílogo da guerra*. Era nove de outubro de 1897, e, no dia anterior, fora comemorada a derrota do ‘movimento armado da Bahia’.

Podemos dizer que, seguindo o ponto de vista proposto por Martins, Arinos considerou Canudos como ação das potências criativas, um acontecimento equivalente ao ciclo dos Niebelungos e às façanhas realizadas pelos guerreiros homéricos (ARINOS 1900, p. 154). A Campanha de Canudos teve um epílogo

não vitorioso em termos bélicos porque se tratava de um episódio pertencente a uma totalidade maior, uma luta entre raças: a dos nórdicos contra a dos ligúricos (MARTINS 1893, p. 244-246).

A ideia de disputa contínua, entre a raça branca e a ligúrica, pelo predomínio mundial ratificou a visão trágica da história derivada de Oliveira Martins. Conforme Eduardo Lourenço, Martins escreveu numa época genericamente eufórica e culturalmente humanista, propondo uma perspectiva intermediária entre Schopenhauer e Nietzsche

[...] Uma espécie de pessimismo não niilista, mas trágico pelo papel que confere aos indivíduos – e em particular os representativos – de responder à fatalidade em termos de vontade e de energia, introduzindo assim o humano, mesmo se precário ou vão, ao não humano [...] Essa racionalidade é constituída por uma coleção significativa, mas não fatal de momentos transcendentais inscritos num percurso sem transcendência alguma em que a vontade e a energia pessoais ou coletivas se afirmam perante o silêncio de Deus, silêncio definitivo de uma história em que nenhum fim absoluto se vê (LOURENÇO 1995, p. 20).

As reflexões de Oliveira Martins podem ter contribuído para que Arinos considerasse o líder dos sertanejos com um desses sujeitos representativos. Em todo caso, serviram como referência para que o escritor mineiro escrevesse que “[...] eles realizam, no terreno social, o milagre que Oliveira Martins compara ao mistério religioso da encarnação de Deus; eles encarnam a alma do povo, ou de um simples agrupamento humano” (ARINOS 1900, p. 154). Escreveu, também, que Canudos não era um movimento político nem mero banditismo, mas sim uma manifestação de fanatismo, que nunca se tornou ofensiva, esperando que o cerco do exército nacional se fechasse sobre si, e daí, veio a derrota. Drama da América, herdeira do espírito aventureiro e místico, heroico e beato, a alma da Civilização Ibérica.

Na nota a propósito do *Epílogo da guerra de Canudos*, Arinos apresenta clássica saída trágica: Canudos é um dos momentos transcendentais do percurso sem transcendência de nossa história. Então, as energias destrutivas congregam, em si, a força da criatividade, transformando a derrota de Canudos (uma parte do sertão como região, história e espírito) na vitória dos sertanejos (totalidade, ou seja, todos os sertanejos).

Ao modo de conclusão, podemos dizer que Afonso Arinos e Oliveira Martins utilizaram o conceito de região e a perspectiva histórica da tragicidade. Arinos era leitor de Oliveira Martins e, este, por sua vez, vinculava-se à produção filosófica do chamado niilismo alemão, por meio de Schopenhauer e Nietzsche. As obras aqui analisadas, *História da civilização ibérica* de Oliveira Martins e *Notas do dia*, bem como *Lendas e tradições brasileiras* de Afonso Arinos foram produzidas e publicadas, respectivamente, em Portugal e Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX. Evidencia-se certa afinidade entre os escritos de Arinos e os de Oliveira Martins, pois nos textos do literato mineiro o cientista social português é o mais citado. Arinos aponta que o desembarque de Colombo na América é o início do ‘drama americano’, uma história que será

constituída por um encadeamento de momentos transcendentais, inscritos num percurso histórico imanente, sem final seguramente previsível; mas incluindo certos aspectos cômicos, por exemplo, a figura de Tiradentes e dos republicanos, para Arinos. Os partidários do regime republicano, cômicos, por se dedicarem, na época, à depredação de certos monumentos imperiais brasileiros.

Nessa série de tragicidades históricas enquadram-se os acontecimentos destacáveis da região ibérica e brasileira, tais como, as *'tiufadias visigóticas'* e o Movimento de Canudos. Pode-se dizer que os textos de Oliveira Martins serviram, em certa medida, como ferramental reflexivo para Arinos no âmbito da visão trágica de história, também vista como expressão dramática por implicação do elemento cômico. Essa 'dupla' perspectiva (tragicômica) estava presente na obra de Oliveira Martins, mas podemos dizer que aparece realçada na interpretação que Arinos empreendeu da história das navegações, da América e do Brasil.

No movimento interpretativo realizado por Oliveira Martins e seguido, em certa medida, por Arinos, a Península Ibérica é tomada como totalidade geográfica, que, por sua vez, faz implica outra: o globo terrestre. A região peninsular é representada como nascedouro da civilização ibérica, cuja história se difunde para a totalidade do globo terrestre no tempo das navegações e da colonização. A história que se desenvolve na região ibérica é representada, também, como um todo, dividido em frações/episódios de criação e destruição. O evento instituidor, nesse caso, consiste no movimento de reconquista espanhola, iniciado no século VIII, quando da batalha de Crisso. A destruição é representada por meio da queda da monarquia visigótica. O conjunto destas partes (eventos de gênese e destruição) formaria outra totalidade histórica constituída por africanos, godos e latinos que, num movimento de luta contra os invasores (árabes), forjam o espírito da Ibéria – totalidade 'mental' – composta de impetuosidade e misticismo. A energia que daí emana, para Arinos, forma nova totalidade, dividida em cavalaria *'a lo divino'* e cavalaria do mar. Tais entidades teriam executado a transposição do mesmo drama vivido na Península para as Américas.

Para Arinos, o evento fundador da 'civilização brasileira' seria a primeira expedição realizada em nosso país, por Francisco Chaves, no ano de 1531. A nação/civilização brasileira, no entanto, surgira como totalidade no sete de setembro, a partir do grito de independência, pois as figuras dos imperadores garantiriam a unidade territorial, histórica e espiritual do país. A proclamação da República representa, para Arinos, uma fragmentação no âmbito da linhagem e do 'impulso vital ibérico', que pode ser novamente vislumbrado em movimentos históricos tais como a *Campanha de Canudos*. Esta, ainda que debelada pelas forças oficiais, representa uma parte de mesma totalidade por colocar os sertanejos na ordem (*Notas*) do dia.

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

ALVES, Francisco José. D'os sertões como obra historiográfica. In: GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editoras, 2006.

- ARINOS, Afonso. **Lendas e tradições brasileiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cª Editores, 1937.
- _____. **Notas do dia**. São Paulo: Typologia Andrade, Mello & Companhia, 1900.
- CAMPIGOTO, José Adilçom; BONA, Aldo Nelson. A hermenêutica e a origem dos faxinais. **Revista de história regional**. 14 (2): 127-153, inverno 2009. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2355>. Acesso em dezembro de 2011.
- CATROGA, Fernando. Alexandre Herculano e historicismo romântico. In: TORGAL, Luís Reis *et al.* **História da história em Portugal: sécs. XIX-XX**. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1996.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y método**. 5ª ed. Salamanca: Editora Sígueme, 1993.
- _____. **Fundamentos de uma hermenêutica filosófica**. Salamanca: Editora Sígueme, 1977.
- FARIAS, Leonardo Bruno. **Quem conta um conto imprime luz em algum canto**: a arte de contar histórias no ensino de história. Monografia (História). Campina Grande - UFPB, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- LEAL, Elisabete da Costa. O calendário Republicano e a festa cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista, **História**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.
- LOURENÇO, Eduardo. Lembrança de Oliveira Martin – História e mito. Portugal. Biblioteca Nacional. In: _____. **Oliveira Martins e os críticos da história de Portugal**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- MARTINS, Oliveira. **História da civilização ibérica**. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1973.
- _____. **As raças humanas e a civilização primitiva**. 2ª ed. Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1893.
- MAUSS, Marcel. **The nature of sociology**. Oxford; New York: Berghahn Books, 2005.
- NEMI, Ana Lúcia Lana. Decadência e singularidade na historiografia ibérica. Decadência e singularidade na historiografia ibérica. In: **Anais do XIX Encontro Regional de História da Anpuh: poder, violência e exclusão na Teoria da História e na Historiografia**. São Paulo: DH/FFLCH/Fapesp, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Ana%20Lucia%20Lana%20Nemi.pdf>
- PAIS, Carlos Castilhos. **Nomear o intérprete**. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/olingua/01/lingua2.html>.
- PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **Do caos à inteligência artificial**: quando os cientistas se interrogam. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

PIRES, António Machado. **A ideia de decadência na Geração de 70**. Lisboa: Editora Vegas, 1992.

SEGURADO E CAMPOS, J. A. O estilo corrente de Camões. **Revista humanitas**. Lisboa. Vol. XLV, 1993.

VIANA, Natércia Micheletti. **Juventude, cidade e educação**: experiência do Ginásio Mineiro em Belo Horizonte (1898-1914). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre*

Iberism and Lusotropicalism in the work of Gilberto Freyre

Alberto Luiz Schneider

alberto.ls@uol.com.br

Pós-doutorando

Universidade de São Paulo

Rua Vergueiro, 266/267 - bloco 2 - Liberdade

01504-000 - São Paulo - SP

Brasil

Resumo

O artigo discute o luso-tropicalismo, assunto que mobilizou o pensamento de Gilberto Freyre entre as décadas de 1940 e 1960. A caudalosa produção intelectual gilbertiana – marcada pela aproximação com a ditadura de António Salazar e com o esforço português de manter suas colônias na África – somente é inteligível a partir da crítica à modernidade ocidental que Freyre recolheu do pensamento espanhol de fins do século XIX e princípio do século XX. Autores como Miguel de Unamuno, Ángel Ganivet e José Ortega y Gasset refletiram sobre a especificidade da cultura ibérica, percebendo-a como substancialmente diferente da moderna tradição anglo-saxã. Para Gilberto Freyre, os ibéricos, em particular os portugueses, seriam capazes de compreender os trópicos e as suas gentes e com eles transigir, conviver e miscigenar. Tal entendimento o levou, ao menos nos seus momentos mais ideológicos, a defender e justificar o colonialismo português, apesar dos ventos descolonizadores que sopravam desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

75

Palavras-chave

Brasil; História intelectual; Portugal.

Abstract

This article discusses the Luso-Tropicalism trend, a subject that moved the thought Gilberto Freyre from the 1940s to the 1960s. The prolific intellectual production of Prof. Freyre – marked by an approximation with the dictatorship of António Salazar and with the Portuguese effort to maintain colonies in Africa – can only be understood on the basis of a criticism of Western modernity, which Freyre had absorbed from the Spanish thought of the final decades of the 19th and early 20th centuries. Authors such as Miguel de Unamuno, Ángel Ganivet and José Ortega y Gasset reflected on the particularities of Iberian Culture, perceived as basically different from the modern Anglo-Saxon culture. The Iberians, for Gilberto Freyre, and the Portuguese in particular, were capable of understanding the tropics and their people, and were able to live and experience miscigenation and compromise with them. Such an understanding led him to defend, at least in his more ideological moments, as well as to justify Portuguese colonialism, despite the winds of change blowing in favor of decolonization after the end of the Second World War.

Keywords

Brazil; Intellectual history; Portugal.

Recebido em: 30/4/2012

Aprovado em: 5/8/2012

* Esta pesquisa foi desenvolvida com financiamento da FAPESP.

Casa-grande e senzala (1933) foi um livro de enorme impacto quando da sua publicação, época em que o racismo ainda gozava de aceitação intelectual e política em todo o Ocidente, mas de modo muito particular nos Estados Unidos e na Alemanha, países de tradição protestante. No Brasil, a "mistura de raças" e a presença de grande contingente negro eram fontes de constrangimento nacional entre as elites letradas. Em direção contrária, *Casa-grande* valoriza a mestiçagem e identifica positivamente a cultura de origem africana. O "mestiço" é apresentado como um homem moderno, adaptado aos trópicos e vital ao triunfo da civilização. Freyre elogia a plasticidade, a versatilidade e a vocação dos portugueses para a miscigenação. Ao contrário dos europeus do norte, os lusitanos seriam desprovidos de orgulho racial, como atestaria sua prática colonizadora em zonas tropicais do globo, capazes de criar um ambiente de interpenetração cultural e étnica. Logo na abertura, Freyre menciona "a singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos", ancorada no "seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África" (FREYRE 2002, p. 80). A "bicontinentalidade" dos portugueses teria evitado "preconceitos inflexíveis".

O escravocrata terrível que só faltou transportar da África para a América, em navios imundos, que de longe se adivinhavam pela inhaca, a população inteira de negros, foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as chamadas raças inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos (FREYRE 2002, p. 255).

76

Ricardo Benzaquen de Araújo mostra como a obra de Freyre mescla raça e cultura baseando-se:

[...] na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientes, enfatizando acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características na sua – variada, discreta e localizada – interação com o meio físico (ARAÚJO 1994, p. 39).

O contato sexual, como decorrência da interpenetração cultural, teria atenuado a polaridade entre a casa-grande e a senzala, abrindo caminho para a integração dos negros na cultura e na sociedade brasileira. Essa percepção, nota Antonio Candido, fez de Gilberto Freyre, nos anos de 1930 e 1940, um "mestre da radicalidade".

Esse Gilberto Freyre da nossa mocidade, cujo grande livro sacudiu uma geração inteira, provocando nela um deslumbramento como deve ter havido poucos na história mental do Brasil [...] misturando à linhagem aristocrática uma grande simpatia pelo povo, que o levava a combater as ditaduras e acreditar nas virtudes da mestiçagem como fator democrático, que deveria produzir nestes trópicos uma civilização ao mesmo tempo requintada e popular, herdeira da Europa e criadora de um nobre timbre próprio. [...] Depois disso, no correr dos anos mudou bastante. Mudou demais (CANDIDO 1993, p. 82).

A vocação dos portugueses para a mestiçagem e a transigência em relação aos povos tropicais teriam sido adquiridas na convivência com árabes e judeus na Península Ibérica ao longo do medievo e, mais tarde, no contato com os próprios negros escravos trazidos da África para trabalhar na agricultura lusitana. A tolerância de origem árabe e a plasticidade do homem comum português – alheio à lógica moderna do mundo e alimentado pela mensagem cristã-católica-romana – são vistas em oposição ao individualismo protestante. Os ibéricos, em particular os portugueses, teriam produzido um contato “cristocêntrico”, mais gregário e comunitário, o inverso do cálculo moderno e do interesse econômico dos europeus do norte.

O antagonismo entre a modernidade ocidental e a tradição – inclusive as antigas tradições ibérico-mestiças, lastreadas no catolicismo peninsular – compõe o universo de oposições – nunca absolutas – caras ao pensamento gilbertiano: casa-grande e senzala, sobrados e mucambos, oriente e ocidente, jazigos e covas rasas (BASTOS 2001, p. 49-50).¹

O iberismo em Gilberto Freyre

A obra de Gilberto Freyre, múltipla e diversa, comporta um traço recorrente, marcado pela crítica à modernidade ocidental. As tradições foram identificadas não apenas como legítimas, mas portadoras de saberes e valores válidos, sob o risco da avassaladora onda modernizante que partia da Europa Ocidental e, sobretudo, dos Estados Unidos. A reflexão gilbertiana, entre outras matrizes, é tributária do pensamento espanhol do fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Não se trata de um aporte aleatório. Os intelectuais espanhóis daquela virada de século estavam atordoados com uma já antiga questão ibérica, que remonta ao século XVIII: a percepção da decadência dos povos peninsulares.²

O ano de 1898 é um emblema desse debate. A entrada dos Estados Unidos na guerra de independência cubana com a conseqüente derrota da Espanha – que haveria de culminar na perda de Cuba, bem como de Porto Rico e das Filipinas – liquidaria o império espanhol na América e na Ásia. Na América Latina a desconfiança em relação aos Estados Unidos ensejou o “ariélismo” – alusão ao *Ariel*, livro do uruguaio José Enrique Rodó, publicado em 1900 – que, nas suas vertentes mais “aristocráticas”, incomodava-se com o utilitarismo, a emergência da cultura de massa e da própria democracia liberal.

Os povos peninsulares e os países de origem ibérica nas Américas não haviam incorporado alguns dos traços mais marcantes da modernidade ocidental, como a existência de uma burguesia urbana ilustrada, os progressos tecnológicos e industriais, os avanços educacionais e intelectuais – identificados com as revoluções burguesas –, tampouco possuíam grandes projetos políticos

¹ *Jazigos e covas rasas* é o livro que Freyre nunca escreveu. Trataria da morte e seria o último volume de sua *Introdução à história da sociedade patriarcal*.

² Desde fins do século XVII e, sobretudo, no decorrer do século XVIII – em função das “Luzes”, mas não apenas –, o sul da Europa passou a ser visto e a sentir-se como inferiorizado em relação ao norte, especialmente à Inglaterra e à França, porém também aos Países Baixos e à Prússia. Ver: HAZARD 1948.

fundamentados na democracia liberal. A Espanha e grande parte dos países hispano-americanos permaneciam rurais e mantinham fortes laços com o catolicismo e o militarismo. A “civilização hispânica” estava em crise, deveria buscar forças na tradição ou aderir à modernidade, transformando o “caráter espanhol” (CAPELATO 2003, p. 39).

Essas questões alimentaram as inquietações de intelectuais da “geração de 1898”, como Miguel de Unamuno (1864-1936), Ángel Ganivet (1865-1898), Pío Baroja (1872-1956), Ramiro de Maeztu (1875-1936), Antonio Machado (1875-1939), e, anos mais tarde, de intelectuais da “geração de 1914”, como Américo de Castro (1885-1972) e José Ortega y Gasset (1883-1955), os quais buscaram, por diferentes caminhos, discutir o assunto.³ Gilberto Freyre conhecia muito bem tais autores, especialmente Miguel de Unamuno e Ortega y Gasset.⁴

O debate entre o hispanismo (ou iberismo) e o europeísmo – nos termos que os espanhóis empregavam – ou entre tradição e modernidade – como preferiram os latinos – é anterior a *Casa-grande e senzala*. Como Miguel de Unamuno o fez na Espanha, Freyre desde muito cedo se colocou na defesa da tradição, vendo na modernidade uma imposição alienígena, destruidora de ricas e antigas culturas. Em *Livro do nordeste*, de 1925, organizado para comemorar o centenário do *Diário de Pernambuco*, Gilberto Freyre já expressava uma sensibilidade crítica à modernidade. O jovem, recém-chegado dos Estados Unidos e da Europa, mostrou-se pesaroso com a desagregação da “harmonia”, ameaçada pela modernização.

78

À vida nos engenhos faltam as condições de permanência e o ritmo patriarcal de outrora. Os proprietários vivem a deslocar-se para as cidades, para os balneários, para o Rio; vivem a fazer leilões de móveis numa volúpia de renovação; melhor lhes fora, talvez, morar em *wagons* de cigano do que em casa. Suas relações com os aderentes e a parentela e com os padres perderam todo o caráter patriarcal: rareiam hoje os senhores de engenho verdadeiramente donos de suas terras. As usinas de firmas comerciais trouxeram para a indústria do açúcar mecanismo das fábricas burguesas: as relações entre patrões que fumam charutos enormes como nas caricaturas de ‘Simplicimus’ e operários que só conhecem o patrão de vista. Dominam estas relações em vez da subserviência como que filial dos antigos trabalhadores aos senhores de engenho – tipos de uma fidalguia rústica. [...] As licenças de hoje, certos americanismos e modos de Hollywood, contrastam com os recatos daquelas nossas bisavós, que namoravam romanticamente às furtadelas e por meio de sinais de leques de renda e marfim (FREYRE 1979, p. 79-82).

A defesa da tradição e de antigas “harmonias” socioculturais não passa apenas pela esfera da vida privada, mas pelas instituições políticas e pela estrutura econômica. Assim como muitos intelectuais iberistas, Freyre recusou os esboços democráticos em defesa de modelos autoritários lastreados na tradição e no catolicismo. Ángel Ganivet – um dos hispanistas mais admirados

³ Sobre a relação entre a obra de Gilberto Freyre e o pensamento hispanista, ver: BASTOS 2003, CRESPO 2003, BAGGIO 2012.

⁴ A influência de Unamuno e Ortega y Gasset é vasta e espraiada por toda a obra de Freyre, mas explícita e perfeitamente assumida em *Como e por que sou e não sou sociólogo* (1968).

por Freyre – afirmava que “la conservación de nuestra supremacía ideal sobre los pueblos que por nosotros nacieron a la vida es algo más noble y trascendental que la construcción de una red de ferrocarriles” (*apud* PINEDO 2001, p. 84). Trata-se de uma evidente crítica à modernização que inferiorizava a Espanha em relação aos seus vizinhos do norte. Ganivet combateu a europeização da Espanha, afirmando que a resolução dos seus problemas estaria na afirmação do seu passado. Se o progresso material de outros países europeus havia sido maior, a Espanha, por sua vez, teria triunfado espiritualmente.

Em *Interpretação do Brasil* (1947), Gilberto Freyre sintetiza as teses centrais de *Casa-grande e senzala*, *Sobrados e mucambos* e *Livro do nordeste*. O livro se originou de uma conferência proferida em 1944, na Universidade do Estado de Indiana, e o seu subtítulo é elucidativo: “aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas”. No texto, Freyre delinea as especificidades da sociedade brasileira, apresentado-a como uma formação que transcende as heranças ocidentais. Esse *não europeísmo* remontaria à própria Península Ibérica. Citando Ganivet, afirma que Portugal e Espanha haviam encontrado na África “a chave do seu futuro e a explicação do seu ethos” (FREYRE 1947, p. 42). A península representaria uma transição entre Oriente e Ocidente.

[...] a experiência de bicontinentalismo étnico e cultural começada há séculos em Portugal tomou nova dimensão no Brasil: três raças e três culturas se fundem em condições que, de modo geral, são socialmente democráticas, ainda que até agora permitindo apenas um tipo ainda imperfeito de democracia social; imperfeito tanto na sua base econômica como nas suas formas políticas de expressão (FREYRE 1947, p. 189-190).

79

A ideia de democracia social e racial, herdeira de antigas tradições comunitárias, na qual a convivência não exclui a hierarquia, é apresentada por Gilberto Freyre como uma criação (ibérica, particularmente luso-brasileira) mais rica e mais legítima do que a moderna democracia política. Não só a democracia política e, por consequência, o sufrágio universal não seduziam Gilberto Freyre. Outras instâncias culturais identificadas com a racionalidade burguesa também o incomodavam, entre elas o alfabetismo, que – argumenta em texto de 1923, acerca da obra de Agripino Grieco – levaria à “mediania” e à homogeneização.

Do ideal de alfabetismo escrevi que o resultado era a mediania de cultura. [...] Da instrução universal resultam as Suíças, as Finlândias e o muito que têm de ‘bon enfant’ os Estados Unidos. Democracias de cidadãos lavados, barbeados e bem penteados, irritantemente parecidos uns aos outros, medianos em tudo. [...] No artigo do Sr. Agripino Grieco [...] vêm ideias parecidas a estas. [...] Muito justo me parece o íntimo parentesco que entre os daninhos ideais de ‘sufrágio universal’ e ‘instrução universal’ estabelece o Sr. Grieco (FREYRE 1979, p. 305-306).

É importante o leitor contemporâneo não tomar as sentenças mais vibrantes e peremptórias de Freyre como absolutas e, sobretudo, como representativas de seu pensamento, no qual modernidade e tradição, progressismo e conservadorismo

convivem de modo tenso, não raro contraditório. Muitos de seus comentários foram feitos no calor na hora, destinados a jornais, onde o autor empenhava-se em criticar a penetração de uma modernidade muitas vezes destrutiva, como soava aos olhos de Freyre, um homem que não escondia sua simpatia pelas tradições assentadas nas velhas zonas açucareiras do “norte”. No entanto, a defesa das tradições de matriz ibérica – regionais, populares e patriarcais – levou-o a desvalorizar, nos anos vinte, o sufrágio universal, a alfabetização e o “industrialismo”, lidos como pilares das formas de vida e cultura desenvolvidas pela Europa Ocidental e pelos Estados Unidos.

Em *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins* – reunião de artigos escritos durante viagem a Uruguai, Argentina e Paraguai, entre 1941 e 1942, originalmente publicados em jornais do Rio de Janeiro e de Recife –, como em tantos outros escritos, Freyre rejeita a irrestrita adesão latino-americana aos valores da “Europa carbonífera e burguesa” e “do imperialismo dos Estados Unidos” (FREYRE 2003, p. 45). Durante a viagem, Freyre escreveu, um curioso texto sobre a capital do Paraguai, país apresentado como símbolo da América “Hispano-Índia”. Assunção teria preservado as tradições mais profundas da sua cultura – tropicais, regionais e populares. Uma “cidade aristocrática”, semelhante aos “burgos sossegados do extremo norte brasileiro, mais presos ao passado e ao sangue luso-ameríndio”, e muito diferente de Buenos Aires e de São Paulo, descritas por Freyre como metrópoles progressistas e descaracterizadas.⁵ Assunção aparece na pena gilbertiana comparável a Charleston, a “quase estagnada” capital da Carolina do Sul.

80

[...] a cidade de modos e gostos mais aristocráticos dos Estados Unidos. Cidade animada ainda hoje, de um desdém soberano pelos *yankees* que venceram a Guerra Civil e tornaram-se donos das indústrias, do comércio e das companhias de navegação do sul patriarcal (FREYRE 2003, p. 64).

O elogio a Assunção e Charleston obedece ao mesmo signo que alimenta a crítica à modernização da cidade do Recife ou a “industrialização carbonífera”, assim como se coaduna com a sua sempre renovada defesa da “democracia social” – da qual o Brasil seria o paradigma –, em oposição à “democracia política” – encarnada na forma mais radical pela experiência norte-americana. A tese do iberismo conduz a uma crítica à modernidade, cujas consequências mais profundas foram a desconfiança em relação à democracia liberal e a crença de que a formação social brasileira – por herança do colonizador luso, já mestiço e bicontinental, capaz de conviver e transigir com os povos tropicais – seria imune ao racismo, pelo menos ao racismo mais violento, que Freyre associava aos povos anglo-germânicos.

Como aponta Maria Lúcia Pallares-Burke, a Universidade de Oxford – onde Freyre esteve em 1922, após passagens pelas universidades norte-americanas de Baylor e Columbia –, pareceu ao autor a “modernidade dentro da tradição”. Na velha universidade, Freyre consolidou a sua profunda paixão por certa tradição

⁵ Sobre a relação entre Gilberto Freyre e a América hispânica, ver: BAGGIO 2012.

intelectual inglesa e vitoriana, enamorando-se de uma Inglaterra que povoou sua cabeça ao longo dos anos – e que não deixava de ser uma idealização, capaz de “conciliar” estabilidade social e desigualdade, liberdade e conformidade, tradição e modernidade. Freyre recolheu a noção de “equilíbrio” em Carlyle e Spencer e outros ensaístas ingleses. A perspectiva de uma miscigenação conciliadora, capaz de legar algum equilíbrio ao Brasil, teria vindo daí. Não só Carlyle e Spencer – mas também Walter Pater, Lafcadio Hearn, George Santayana, Gilbert K. Chesterton, William Butler Yeats – teriam desenvolvido em Freyre uma profunda sensibilidade para o valor e a legitimidade das tradições culturais, populares ou aristocráticas. Lafcadio Hearn, em *Two years in the French West Indies*, com os seus elogios à mestiçagem e aos trópicos, foi-lhe particularmente importante (PALLARES-BURKE 2005, p. 53-147).

Curiosamente, Freyre visitou ou viveu em cidades como Nova Iorque, Londres e Paris antes de estar no Rio de Janeiro e em São Paulo, o que fez apenas em 1926. Sob esse aspecto, vale pensar em *Verdad y perspectiva* (1916), artigo de Ortega y Gasset, que defende a ideia de que não é possível ver a realidade senão de um lugar determinado. Freyre leu o Brasil a partir do Recife, dispensando o filtro cultural das duas grandes capitais brasileiras. Em outras palavras, Freyre é signatário de outro modernismo, “regionalista e tradicionalista”, como afirma na coletânea intitulada, significativamente, *Região e tradição* (1941).

A construção das teses luso-tropicais, nas décadas de 1950 e 1960, não representa pura e simplesmente uma traição ao Gilberto Freyre antirracista de *Casa-grande e senzala* (antirracismo moderno, biologizante), mas conecta-se à reflexão assumida pelo autor, fundada na valorização da formação ibérica, entre o Oriente e o Ocidente,⁶ entre a Europa e a África. À luz deste enredo, a aproximação entre Gilberto Freyre e o salazarismo, pela via da luso-tropicologia, se torna menos surpreendente, na medida em que os ibéricos, em particular os portugueses, seriam capazes de compreender os trópicos e as suas gentes e com eles transigir, diferentemente dos povos modernos e protestantes.

81

A luso-tropicologia e o salazarismo

A luso-tropicologia é incompreensível sem levar-se em conta o longo e profundo debate ibérico que Gilberto Freyre assumiu desde a década de 1920 – embora as teses luso-tropicais tenham sido delineadas apenas em *O mundo que o português criou* (1940), escrito a partir de uma série de conferências proferidas em Londres, no *King's College*, e nas universidades portuguesas de Lisboa, Porto e Coimbra, em 1937. A grande novidade do livro está no alargamento espacial da análise gilbertiana, então abrangendo todas as áreas de colonização portuguesa. Freyre justifica a operação dizendo que Portugal, o Brasil, as ilhas atlânticas (Madeira, Açores e Cabo Verde), a África e a Índia portuguesa

⁶ Essa tese Gilberto Freyre busca em Ortega y Gasset, especialmente em *Meditaciones del Quijote* (1914). Para Ortega y Gasset, a Espanha (e por extensão toda a Península Ibérica) era cenário do choque e de mediação entre as culturas oriental e ocidental. A Ibéria não seria uma cultura latina, senão mediterrânica. Ver: ORTEGA Y GASSET 1987, BASTOS 2003.

constituíam “uma unidade de sentimentos e de cultura” (FREYRE 1947, p. 189-190). O autor generaliza a sua interpretação do Nordeste açucareiro para as outras áreas de ocupação portuguesa, ocorrida em tempos históricos não necessariamente coincidentes, insistindo no “mestiço” como a síntese do “novo homem nos trópicos”, capaz de incorporar elementos da modernidade ocidental com o equilíbrio cultural, biológico e ecológico do indígena.

Se *Casa-grande e senzala* é um livro bem documentado, conceitualmente elaborado e portador de perspectivas inovadoras, não se pode dizer o mesmo acerca de *O mundo que o português criou*. Em primeiro lugar, porque repete a tese de *Casa-grande e senzala*, mas sem a sofisticação analítica e empírica do livro de 1933.⁷ Além de expandir geográfica e temporalmente a sua interpretação, Freyre enfatiza que os portugueses triunfaram onde os outros europeus falharam. Eis, precisamente, as raízes mais profundas do luso-tropicalismo.

[...] de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de retardarem, como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses. Outros europeus, estes brancos puros, dólico-louros habitantes de clima frio, ao primeiro contato com a América equatorial sucumbiriam ou perderiam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, mesmo a mais rija, como os puritanos colonizadores de Old Providence, os quais, da mesma fibra que os pioneiros da Nova Inglaterra, na ilha tropical se deixaram espapaçar nuns dissolutos e moleirões. Não foi outro o resultado da emigração de loyalistas ingleses da Geórgia, e de outros novos Estados da União Americana, para as ilhas Bahamas – duros ingleses que o clima tropical em menos de cem anos amolengou em ‘*poor white trash*’. O português, não; por todas aquelas predisposições de raça, de mesologia e de cultura a que nós nos referimos, não só conseguiu vencer as condições de clima e solo desfavoráveis ao estabelecimento de europeus nos trópicos, como suprir a extrema penúria de gente branca para a tarefa colonizadora, unindo-se com mulher de cor... O colonizador português foi o primeiro, de entre os colonizadores modernos, a deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal – o ouro, a prata, a madeira, o âmbar, o marfim – para a criação local de riqueza (FREYRE 1940, p. 14-15).

82

Nos anos 1930 e 1940, as teses de Freyre foram ignoradas ou rejeitadas pelo salazarismo e o seu entorno, em função da importância conferida à mestiçagem e à herança árabe, judaica e africana na formação do povo português. Se os fascismos do sul da Europa não exibiam o mesmo furor racial da Alemanha nazista, o orgulho racial e o racismo compunham a paisagem dos nacionalismos italiano, espanhol e português. Razão pela qual o “Estado Novo” liderado por António Salazar não poderia dedicar maior entusiasmo às formulações gilbertianas, apesar da visão positiva do passado português presente em *Casa-grande e senzala*. Aos poucos, porém, a tese acerca da vocação portuguesa para os trópicos foi penetrando nos círculos intelectuais e políticos portugueses. Percebeu-se a

⁷ Convém lembrar que Gilberto Freyre havia estado na África apenas por dois dias, a caminho da Europa, em 1930, quando visitou Dacar. Na ocasião, acreditou ter “sentido e visto vivamente o Brasil em algumas de suas origens africanas”. Ver: DÁVILA 2011, p. 23-54.

utilidade da formulação de Gilberto Freyre, uma figura de reputação internacional, cujas ideias serviriam aos setores interessados em modernizar (para manter) a presença portuguesa na África, tornando-a compatível com os novos tempos – tempos de pressões anticoloniais vindas de toda parte. A derrota do nazi-fascismo avolumou as críticas à ditadura portuguesa, que só cresceram com a força dos movimentos de independência na África. Lembre-se que os Estados Unidos e a União Soviética – as potências hegemônicas consolidadas no pós-guerra – não tinham compromisso com o velho colonialismo europeu, que, na década de 1950, começava a se desmanchar celeremente. Portugal, mais do que qualquer outro colonizador europeu, necessitava das colônias ultramarinas, das quais a sua economia, de estrutura pré-industrial, dependia largamente. Acerca dessa questão, as palavras de Kenneth Maxwell são elucidativas.

O regime [...] era movido por uma engrenagem composta de intelectuais conservadores e semifascistas, uma brutal política e um punhado de grandes empresas familiares monopolistas. No país como um todo, o regime buscava o apoio da Igreja católica, dos pequenos camponeses do Norte rural, dos grandes proprietários de terra do Sul e dos funcionários subalternos que dominavam a burocracia [...]. Arcaico, isolado e puritano, rejeitando a industrialização por considerá-la um arauto de conflito de classe e problemas trabalhistas, o Portugal salazarista estava firmemente escorado contra o século XX (MAXWELL 2006, p. 35-36).

O fim da Segunda Guerra Mundial marcou o término de um tempo e a abertura de outro. O ano de 1945 inaugurou um novo sistema econômico, político (e, sobretudo, geopolítico) no plano internacional. A partir da fundação da ONU (1945), foram definidos os princípios que orientariam o pós-guerra, entre eles a “libertação de todas as tiranias” e o “autogoverno para todos os povos e nações” (RAMPINELLI 2004, p. 21). Por mais que esses primados não fossem seguidos, havia pressões nessa direção. Portugal foi compelido a responder ao crescente movimento anticolonial e a reformular a sua política imperial. A abolição do “Ato Colonial”,⁸ a substituição em documentos jurídicos do termo “colônias” por “províncias ultramarinas” e a introdução da retórica da “assimilação” concorreram para a aproximação entre as demandas políticas do salazarismo e a produção intelectual de Gilberto Freyre.

A Constituição de 1951, uma resposta do regime ao progressivo isolamento internacional, afirmava a nação como “una, pluricontinental e multirracial”, formulação desenhada para que pátria e império se identificassem. O luso-tropicalismo desempenhou um papel considerável nesse momento. Um indício disso é a imposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a partir de meados da década de 1950, de que os diplomatas

⁸ O Ato Colonial – baixado em 1930 e confirmado na Constituição de 1933 – foi um instrumento jurídico destinado a regular o relacionamento entre a metrópole e as colônias. O documento afirma: “É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adstrita pelo Padroado do Oriente” (art. 2º). Sustenta, ainda, que “os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colônias e constituem o Império Colonial Português” (art. 3º) e “proíbe a alienação de qualquer parte dos territórios e direitos coloniais de Portugal (art. 7º)”. Sobre o tema, ver: CASTELO 1999, p. 46.

portugueses se dedicassem ao estudo das teses luso-tropicais formuladas por Gilberto Freyre, munindo-os de argumentos ditos científicos, a fim de legitimar a presença de Portugal na África e na Ásia (CASTELO 1999, p. 46).

Desde *O mundo que o português criou*, uma viagem à África e à Ásia poderia ser altamente conveniente à formulação de Gilberto Freyre. As suas ideias já circulavam no ambiente intelectual português, levando o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sarmento Rodrigues, leitor de Freyre, a convidar o sociólogo brasileiro para uma longa viagem a Portugal e às colônias, com o devido aval de Salazar. A viagem aconteceu entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952, gerando os livros *Aventura e rotina* (1953a) e *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953b). O primeiro, um diário de viagem escrito no calor da hora, é o mais significativo, pois Freyre narra as suas impressões de viagem, sempre em favor das suas teses. O segundo é a reunião de palestras, algumas delas já publicadas em jornais, nas quais Freyre retoma formulações já esboçadas.

A excursão foi cuidadosamente organizada pelo governo, de modo que Freyre visse no ultramar português as suas teorias.⁹ Encontros com líderes opositores foram permitidos, o que conferia ao governo uma aura de liberalidade. Além disso, a oposição a Salazar fazia uma leitura progressista de Freyre em função da sua postura antirracista. Convém lembrar também que parte significativa da oposição ao regime, por muito tempo, acreditou na viabilidade de um Portugal transcontinental. É significativo, ainda, que um ensaísta da qualidade de António Sérgio, crítico severo do salazarismo, tenha escrito o prefácio de *O mundo que o português criou*. José Luís de Oliveira Cabaço afirma que “*Aventura e rotina* é um livro importante para se compreender a forma como o colonialismo se apropriou de Freyre, bem como a maneira como o autor deixou-se apropriar pelo regime português” (2007, p. 248).

Gilberto Freyre tinha plena consciência das implicações políticas da sua viagem, defendendo-a como uma espécie de imersão antropológica “apolítica”. A propósito, afirmou também: “a simples democracia política cada dia me interessa menos” (FREYRE 1953a, p. 41). Na sua obra “apolítica”, há um detalhe curioso. Freyre grafa “províncias ultramarinas” e não “colônias”, em conformidade com a nova semântica empregada pelo Estado português.¹⁰ Não é menos singular o fato de que, ao voltar ao Brasil, Freyre foi encarregado pelo governo português de entregar pessoalmente uma edição de *Os Lusíadas* – com encadernação adornada em prata e pedras preciosas – ao presidente Getúlio Vargas, cujas relações com o salazarismo eram excelentes, o que atraiu a atenção das imprensas brasileira e portuguesa (DÁVILA 2011, p. 40).

Não faltou quem considerasse *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas* pura e simples propaganda salazarista. Freyre, porém, mesmo

⁹ Na viagem de pouco mais de seis meses, Freyre visitou, em Portugal, o Algarve, Trás-os-Montes, o Alentejo, o Ribatejo, o Minho, o Douro, além de Lisboa, Porto, Coimbra e Alcobaca. Nas ilhas, foi a Cabo-Verde e São Tomé. Na África, percorreu a Guiné portuguesa (hoje Bissau), Angola, Senegal e Moçambique. Na Ásia, visitou Goa, Diu, Damão, Bombaim, Manica e Sofala. Não visitou Macau e Timor. Onde chegava, havia um comitê encarregado de recepcioná-lo.

¹⁰ Quando Freyre se deparou com uma situação de evidente exploração e segregação, como as minas de diamantes em Angola, que dependiam de trabalho semiescravo, reconheceu nisso “alguma coisa irredutivelmente belga” (FREYRE 1953a, p. 270).

em fase desbragadamente ideológica, é mais complexo do que isso. Há, como se pretendeu demonstrar, vasos comunicantes entre a reflexão do primeiro Gilberto Freyre e a sua verve luso-tropical, animada por uma potente crítica à modernidade ocidental, os quais o conduzem a posições políticas frequentemente conservadoras, embora a sua obra, talvez pela mesma razão, recuse o paradigma moderno da objetividade, do cientificismo e do economicismo, abrindo-se para temas inovadores – como a sexualidade, a criança, a família, o cotidiano, a festa, a casa, a comida. Freyre não foi, em seu tempo, o único crítico de uma epistemologia objetivista, nem de um prisma economicista, mas não se pode negar que sua desconfiança em relação aos fundamentos da modernidade enriqueceu seu olhar.

Em *Aventura e rotina*, o autor desenvolve a ideia de que as noções de tempo dos ibéricos e dos povos tropicais guardavam certas semelhanças, em função da herança oriental dos povos peninsulares, de modo que uns e outros não sacrificavam o presente em nome do futuro, isto é, não compartilhavam da percepção de que “*time is money*”, como os povos protestantes do norte da Europa, mais utilitaristas e previdentes. Ibéricos e tropicais partilhavam a noção do *tempo criativo*, em que passado, presente e futuro são estágios temporais intercomunicáveis. Um tempo social miscível, capaz de integrar três camadas de tempo em uma só, predominando, por vezes, um ou outro estágio, mas existindo de modo exclusivo. O “tempo trípico” – noção que Gilberto Freyre recolheu em Unamuno e Ortega y Gasset – era uma singularidade do tempo ibérico (diferente do tempo europeu), que conectava os povos peninsulares às culturas tropicais e orientais. Essa discussão reaparece em vários outros livros, além dos mencionados.¹¹ Não é o caso de discutir tais ideias nos limites deste artigo, mas vale notar que as formulações guardam parentesco com a questão das singularidades ibéricas exploradas por Richard Morse (1995).

Alberto da Costa e Silva, no prefácio da edição de 2001 de *Aventura e rotina*, afirma que Freyre foi “prisioneiro de seu sonho”, idealizando o colonialismo português ao reconhecer nos colonizadores portugueses na África do século XX, anacronicamente, paralelos de plasticidade e comportamento miscigenador com os portugueses instalados em Pernambuco e na Bahia nos séculos XVI ou XVII. De fato, Gilberto Freyre viu nos africanos da Guiné de meados do século XX os negros escravizados no Brasil colonial, entendendo os guineenses “parados no tempo” como um verdadeiro “museu vivo” (FREYRE 1953a, p. 260).

Na década de 1950, a reputação internacional de Gilberto Freyre e o prestígio das suas teses eram ainda consideráveis, a ponto de a Assembleia Geral da ONU, em 1954, convocá-lo para que preparasse um relatório sobre o *apartheid* na África do Sul. O documento contextualiza a política de segregação a partir da expansão da civilização europeia pelo globo que, segundo o intelectual, obedeceria a dois grandes traços: de um lado, o sistema colonial inglês e holandês e, de outro, o sistema colonial ibérico, cujo exemplo mais eloquente seria justamente o Brasil. Para Freyre, o mundo anglo-saxônico não reconhecia

¹¹ Ver: FREYRE 1973, 1988.

distinções entre civilização e raça ao acreditar que apenas os brancos eram capazes de viabilizar a civilização e o progresso; ao contrário dos ibéricos, para quem a civilização seria transmissível aos não europeus. Negros, índios e mestiços, quando se tornavam cristãos e católicos, integravam-se na vida comunitária, transformavam-se em espanhóis ou portugueses.

A partir dessas premissas, Gilberto Freyre se mostrou cético quanto à possibilidade de coibir, pela força da lei, a discriminação racial, sugerindo como antídoto a mudança de hábitos e costumes. Ou seja, não seria o Estado democrático e igualitário que promoveria a mudança, mas uma cultura antropológicamente aberta – a qual poderia ser fomentada por campanhas educativas –, segundo os moldes das sociedades latino-americanas (DÁVILA 2010, p. 23-54). A América Latina, de sociedade “atrasada”, incapaz de instaurar a democracia e o moderno capitalismo, virou paradigma de convivência pluriétnica.

Se o relatório é profundamente representativo das ideias de Gilberto Freyre, também evidencia o quão proveitoso foi o investimento da diplomacia portuguesa em acolher e incensar o luso-tropicalismo. Naquele momento, o sociólogo tinha abdicado de realizar apenas uma leitura luso-tropical da história da expansão portuguesa, mas havia se engajado deliberadamente no presente, defendendo a experiência portuguesa na África, quando a descolonização estava na ordem do dia.

O “brasilocentrismo” de Gilberto Freyre

86

O pano de fundo das teses luso-tropicais é a comparação entre as formas de colonização lusitana e anglo-saxônica, a partir da compreensão de Gilberto Freyre acerca das experiências portuguesas e inglesas nas Américas. O autor antepõe a civilização católica e mestiça à protestante e utilitária. De certo modo, *Aventura e rotina* remete a *Sobrados e mucambos*, livro no qual Freyre desenvolve a ideia de que a europeização do Brasil no século XIX foi a imposição de uma civilização artificial, importada pelas elites liberais, e acabou por acarretar a interrupção de um processo “natural” de acomodação, que estaria em curso nos três séculos de experiência colonial. Nas colônias inglesas, havia tão somente a imposição de uma civilização ocidental e do capitalismo, arrasadoramente; ao passo que, na colonização lusitana, havia indefinição, assimilação e trocas, numa “eterna incorporação de influências” (FREYRE 1953a, p. 208).

Em lugar da descaracterização postiça da modernização forçada, anglo-saxã, deveria predominar a conciliação das tradições locais com a civilização europeia, de matriz ibérica. Essa plasticidade e esse espírito de acomodação estavam entre as “constantes portuguesas de caráter e ação”, já vivenciadas no Brasil (FREYRE 1953a, p. 216). A arte lusitana da adaptação às terras quentes, permeada pelas trocas, inclusive sexuais e matrimoniais, remontava ao segundo vice-rei português da Índia, Afonso de Albuquerque (1462-1515), pioneiro na promoção de uma política de casamentos mistos no estado da Índia (FREYRE 1958, p. 57-58). O que Freyre não disse é que a política de Afonso de Albuquerque foi uma exceção e jamais uma regularidade (XAVIER 2008).

O olhar gilbertiano, portanto, partiu da premissa de que as colônias portuguesas na África seriam *Brasis* na infância. Esse olhar estava interessado em flagrar a miscigenação. Por essa razão, Freyre se decepcionou em Cabo Verde, “predominantemente africana na cor, no aspecto e nos costumes” (FREYRE 1953a, p. 266). Mas a produção literária cabo-verdiana o consolou, pois encontrou nela “a mais viva literatura luso-tropical, depois da do Brasil” (FREYRE 1953a, p. 280). Em Angola, o autor se sentiu mais confortável com a população assimilada de Luanda, que se percebia portuguesa, segundo afirmou. O futebol angolano lembrava a ginga brasileira.

Freyre comenta, ainda, as semelhanças entre as transformações sofridas pela língua portuguesa em contato com o clima, a vegetação e o homem tropical. A língua e os gestos em Goa eram mais próximos da linguagem brasileira do que das linguagens africanas.

[...] o mesmo, o seu sorriso que não tem a exuberância do africano nem as reservas do europeu. Também a fala: [...] a ação tropical sobre a língua europeia parece vir sendo a mesma nas duas áreas; a mesma, também, a simplificação, na língua do invasor português, das duras complexidades de sons, para que os povos tropicais mais facilmente os vinham adquirindo e conservando (FREYRE 1953a, p. 320).

Como se pode notar, Freyre estava mais interessado em compreender a atuação dos portugueses nos trópicos do que entender o modo de vida dos africanos em face da experiência colonial portuguesa. É expressivo notar que as teses luso-tropicais são antes *brasilocêntricas* do que *lusocêntricas*. A identificação entre o “ser brasileiro” e o “modo português de estar no mundo” mostra-se explícita.

É principalmente com os olhos de brasileiro que não sabe separar o destino do Brasil do de Portugal que vejo a Guiné portuguesa. Sinto-me aqui numa espécie de Alto Amazonas ou de Alto Mato Grosso Português, que sendo já antigo território lusitano, só agora começasse a realmente aporluguesar-se (FREYRE 1953a, p. 281).

Definido como um modelo de civilização moderna para os trópicos, o Brasil de Freyre é, por excelência, identificado como uma invenção portuguesa, talvez a sua maior obra histórica, que deveria se repetir na África e na Ásia, tanto quanto haveria de continuar no Brasil profundo, que tinha ainda “Guinés verdíssimas dentro de si”, afirmou o autor em referência a regiões do Amazonas e do Mato Grosso (FREYRE 1953a, p. 266). A crença de que o Brasil era um modelo de civilização tropical, tida como uma “democracia étnica e social”, é inequívoca, de acordo com a sua declaração à imprensa, já no Recife, após a viagem às colônias portuguesas.

A impressão mais viva que trago é que o português continua a ser um povo criador. Às realizações do passado, algumas monumentais, ele acrescenta uma vasta obra, moderna, nos trópicos: no Oriente e na África. Essa obra não faz má figura ao lado daquela que, como descendente e continuador português, o brasileiro realiza na América. E a esses dois grandes

esforços [...] anima um espírito comum caracterizado principalmente pelo sentimento e pela prática de uma, não direi perfeita, mas bastante avançada democracia étnica e social (FREYRE 1952).

Gilberto Freyre escreveu ainda duas outras obras acerca das teses luso-tropicais: *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961). A segunda obra – publicada pela Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique – é a sua produção mais ideológica. Os livros não apresentam nada substancialmente novo. O tom, porém, é cada vez mais político e menos sociológico. Freyre pretendeu tornar a luso-tropicologia programática e funcional, o que acabou por significar apoio ao projeto salazarista – ou ao menos a aspectos dele –, como, inquestionavelmente, se pode ver.

Político na acepção de uma política de cultura e de uma política de migração dentro do mundo luso-tropical. No sentido, também, de uma política econômica. No sentido, ainda, de afirmação ou reafirmação de uma política de democracia étnica que avigore em todos os membros da comunidade luso-tropical a resistência aos etnocentrismos vindos de povos vizinhos ou de minorias étnico-culturais que se concentrem dentro da própria comunidade, em desarmonia com as tradições e os sentimentos castiçamente lusitanos (FREYRE 1958, p. 64).

88

O luso e o trópico reúne uma série de ensaios que haviam sido apresentados na forma de conferências e artigos. No prefácio, Freyre afirma que esses escritos servem para comemorar o início da aventura lusitana, outrora esposada pelo Infante D. Henrique. Aliás, o governo português se empenhara em assinalar a passagem do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, indivíduo que, sustenta Freyre, “concorreu decisivamente para dar às relações de europeus com não europeus, de brancos com povos de cor, um rumo peculiarmente luso-cristão” (FREYRE 1961, p. 3). De modo geral, o autor continuou a raciocinar nos termos expostos em *O mundo que o português criou*, mas radicalizou a sua aposta interpretativa: estaria em curso a formação de um “terceiro homem” ou de uma “terceira cultura”, o luso-tropical. Uma civilização que não tinha sido considerada na tipologia de Toynbee, afirmou Gilberto Freyre.

A luso-tropicologia de Gilberto Freyre penetrou também no âmbito acadêmico português. Em *O luso e o trópico*, há menção aos expoentes da luso-tropicologia em Portugal. Eram eles Orlando Ribeiro nos estudos de ecologia e geografia tropical, Henrique de Barros na agronomia, Marcelo Caetano no direito, Adriano Moreira na ciência política, Jorge Dias na antropologia e Mário Chicó na história da arte.¹² Na década de 1950, Adriano Moreira, que dirigia a Escola Superior Colonial, introduziu, no segundo ano do curso de administração colonial, o estudo do luso-tropicalismo. Moreira e outros agentes políticos e intelectuais se empenharam na renovação da ditadura, operando a aproximação entre as

¹² Segundo Cláudia Castelo, a adesão de acadêmicos ao luso-tropicalismo esconde, em alguns casos, uma consciência crítica em relação ao que ocorria nas colônias. Em relatórios confidenciais, Orlando Ribeiro e Jorge Dias deixaram clara a enorme distância entre a ação colonial e a teoria luso-tropical. Ver: CASTELO 1999.

ideias de Freyre e o salazarismo do pós-guerra, pois perceberam a utilidade do luso-tropicalismo no novo contexto, uma vez que a “democracia racial” insinuada por Freyre não demandava democracia política (THOMAZ 2002a, p. 260).

O luso-tropicalismo não contraria em termos teóricos a aspiração pela independência política das colônias portuguesas, afinal, Freyre sempre propugnou por uma “unidade de sentimento e de cultura”. Se isso é verdade, também o é a evidente antipatia de Freyre em relação aos movimentos anticoloniais, pelo menos na década de 1950 e início da década de 1960. Não resta dúvida de que o luso-tropicalismo, no contexto histórico em que foi formulado, serviu aos interesses do regime, fornecendo-lhe argumentos políticos e ideológicos, além de dignidade intelectual para combater os partidários da descolonização africana. A rica retórica gilbertiana, por certo, prestou-se como um poderoso arsenal verbal, de maneira que os críticos do regime não poderiam deixar de ser também críticos de Gilberto Freyre, que permitiu tal associação. Foi o caso do historiador inglês Boxer – em *Race relations in the Portuguese Empire, 1415-1825*, publicado em 1963 –, que, por um lado, contestou politicamente o salazarismo e, por outro, questionou intelectualmente a obra de Freyre (BOXER 1963).

É tentador afirmar – como já se afirmou – que não foi Gilberto Freyre quem aderiu ao regime, mas o salazarismo do pós-guerra que adotou, seletiva e ideologicamente, as ideias do sociólogo brasileiro (LEONARD 2001). Talvez seja mais acurado considerar que o regime aderiu a Freyre, tanto quanto Freyre ao regime. Os meandros das relações entre o intelectual pernambucano e o salazarismo, embora tenham recebido crescente atenção, merecem novos estudos.

A formulação gilbertiana, evidentemente, não impactou apenas o universo intelectual e político português, porém ainda mais o universo brasileiro. Conquanto não seja do interesse deste artigo mensurar o alcance e a repercussão de Gilberto Freyre das décadas de 1950 e 1960, certamente, eles foram imensos. A sua visão do Brasil influenciou uma geração de diplomatas brasileiros da época, inclusive aqueles que eram abertamente favoráveis à descolonização. A grande imprensa, na qual Freyre tinha trânsito fácil, era, majoritariamente, simpática ao salazarismo – e o sociólogo teve um papel destacado nesse processo. Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários associados*, foi notório defensor do regime, a ponto de Salazar homenageá-lo com o nome de uma rua em Lisboa (MORAIS 1994, p. 586). O governo de Getúlio Vargas foi também favorável a Salazar. Até mesmo Juscelino Kubitschek, com toda a sua simbologia progressista, moderna e democrática, manteve uma política externa ativamente pró-Portugal e a sua luta para preservar o império. Juscelino Kubitschek, inclusive, participou em pessoa das comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (1960), evento para o qual Gilberto Freyre e as suas ideias concorreram ativamente.

A posse de Jânio Quadros, em 1961, marcou uma inflexão na política externa brasileira, caracterizada pelo distanciamento de Portugal (e dos Estados Unidos) e pelo apoio, na ONU, à descolonização.¹³ Gilberto Freyre, coerentemente, criticou

¹³ Sobre diplomacia, luso-tropicalismo e relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX, ver: DÁVILA 2010, RAMPINELLI 2004, CABRAL 2010, GONÇALVES 2003, GUIMARÃES 2009.

a política externa de Jânio Quadros, o que considerou uma irresponsabilidade do Brasil perante a democracia étnica. Lamentou a anexação de Goa pela Índia e afirmou que “uma ferida portuguesa é uma dor brasileira” (FREYRE 1963, p. 56). Afonso Arinos, o arquiteto da política exterior do curto período de governo de Jânio Quadros, porém, manteve intacta a imagem gilbertiana do Brasil, segundo a qual o país era, conforme artigo assinado pelo próprio presidente, na prestigiosa revista *Foreign affairs*, o “exemplo mais bem sucedido de coexistência e integração racial que a história já conheceu” (DÁVILA 2010, p. 52).

De *Casa-grande e senzala* (1933) ao início da década de 1960, Gilberto Freyre gozou de um prestígio que poucos autores alcançaram em toda a história das letras brasileiras. Como observa Fábio Franzini, o projeto gilbertiano de interpretar o Brasil foi “assimilado pela crítica e, até onde é possível perceber, pelo público”. A obra de Freyre “passava de proposta a modelo de uma história ‘social’ ou mesmo ‘cultural’” (FRANZINI 2010, p. 190). A “questão racial” se constituiu em um dos capítulos essenciais da intervenção do autor, contribuindo na maneira como o país pensou a sua diversidade étnica e social. Gilberto Freyre foi, de longe, o mais importante ativista, teórico e animador dessa corrente de opinião, fundamental para fixar nos círculos letrados uma imagem do Brasil baseada na posituação da miscigenação, ou o que o sociólogo chamou de “democracia étnica e social”. Além de fomentar a aceitação interna da tese, o pensamento gilbertiano serviu como um contraponto ao racismo predominante em países como Estados Unidos e África do Sul, levando os brasileiros a acreditarem na condição não racista do país, muito em função da “natureza” miscigenadora da colonização portuguesa.

90

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- BAGGIO, Kátia Gerab. Iberismo, hispanismo e latino-americanismo no pensamento de Gilberto Freyre. **Estudios del ISHIR**, Rosario, a. 2, v. 2, 2012, p. 109-131.
- BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e o Alonso El Bueno**. Bauru: Edusc, 2003.
- _____. Brasil, um outro Ocidente? Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. **Cia & Tópicos**, Recife, v. 29, n. 1, p. 33-59, jan./jun, 2001.
- BEIRED. José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina, 1914-1945**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BOXER, Charles. **The Portuguese seaborne Empire, 1415-1825**. London/ New York: Hutchinson/Knopf, 1969.
- _____. **O império marítimo português, 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- _____. **Race relations in the Portuguese Colonial Empire, 1415-1825.** London: Oxford, University Press, 1963.
- _____. **Relações raciais no império colonial português, 1415-1825.** Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1967.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.** São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) - FFLCH-USP.
- CANDIDO, Antonio. **Recortes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. **História**, São Paulo, v. 22, n. 2, 2003, p. 35-58.
- CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961.** Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- CRESPO, Regina Aída. Gilberto Freyre e suas relações com o universo cultural hispânico. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (orgs.). **Gilberto Freyre em quatro tempos.** Bauru: EDUSC; São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- D'ANDREA, Moema Selma. **Tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura modernista.** Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e os desafios da descolonização africana, 1950-1980.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano. **História Social: revista dos pós-graduandos em história da Unicamp**, Campinas, n. 19, 2010, p. 135-150.
- DIMAS, Antonio. Um manifesto guloso. In: KOSMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (org.). **Gilberto Freyre em quatro tempos.** Bauru: EDUSC; São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- _____. Prefácio. **Gilberto Freyre: manifesto regionalista.** Recife: Massangana, 1996.
- DUTRA, Francis. Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna. **Tempo**, Niterói, n. 30, 2011, p. 101-114.
- FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959).** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.
- FREYRE, Gilberto. **O mundo que o português criou.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.
- _____. **Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- _____. Declarações de Gilberto Freyre ao chegar ao Brasil. **Novidades**, Lisboa, 18 de fevereiro, 1952.

- _____. **Aventura e rotina**: sugestões de uma viagem à procura de constantes portuguesas de caráter e ação. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953a.
- _____. **Um brasileiro em terras portuguesas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953b.
- _____. **Integração portuguesa nos trópicos**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958.
- _____. **O luso e o trópico**. Lisboa: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- _____. **O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças**: conferência proferida no gabinete português de leitura do Rio de Janeiro. Lisboa: [s.n.], 1963.
- _____. Mais sobre o caso do major Boxer. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 23 jan. 1965.
- _____. **Como e porque sou e não sou sociólogo**. Brasília: Editora da UnB, 1968.
- _____. **Além do apenas moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- _____. **Tempo de aprendiz**. São Paulo: IBRASA/INL-MEC, 1979.
- _____. **Manifesto regionalista**. Recife: Massangana, 1996. [1925]
- _____. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2002. [1933]
- _____. **Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins**. Brasília: Editora da UnB, 2003.
- IÑIGUEZ, Carlos Pinheiro. **Sueños paralelos**: Gilberto Freyre y el luso-tropicalismo: identidad, cultura y política en Brasil y Portugal. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1999.
- JOÃO, Maria Isabel. **Memória e império**: comemorações em Portugal (1880-1960). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- LEONARD, Yves. Immuable et changeant, le lusotropicalisme au Portugal. In: **Le Portugal et l'Atlantique**. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, v. XLII, Lisboa/Paris, 2001.
- MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado**: revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O ovo de Colombo Gilbertino. In: FALCÃO, J.; ARAUJO, R. M. B. de (orgs.). **O imperador das ideias**: Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- MORAIS, Fernando. **Chatô**: rei do Brasil. São Paulo: Círculo do Livro, 1994.
- MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**: cultura e ideia nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Meditaciones del Quijote**. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- PINEDO, Javier. Ser otro sin dejar de ser uno mismo: España, identidad y modernidad en la generación del 98. In: ZEA, L.; SANTANA, A. (comp.). **El 98 y su impacto en Latinoamérica**. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas telas e textos**. São Paulo: Edusp, 2004.
- QUIJADA, Mónica. Latinos y anglosajones: el 98 en el fin de siglo sudamericano. **Hispania**, v. LVII/2, n. 196, 1997, p. 589-609.
- RAMPINELLI, Waldir José. **As duas faces da moeda: as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- RODÓ, José Enrique. **Ariel**. Madri: Cátedra, 2004.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. **Ecos do atlântico sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002a.
- _____. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V. de; FELDMAN-BIANCO, B. (coord.). **Trânsito coloniais: diálogos luso-brasileiros**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2002b.
- _____. O luso-tropicalismo: paisagens, sentidos, identidades. In: **Seminário de Tropicologia: o Brasil e o século XXI: desafios e perspectivas**, 2001. Disponível em: http://www.tropicologia.org.br/conferencia/2001luso_tropicalismo.html. Acesso em: 20 mar. 2012.
- XAVIER, Ângela Barreto. Dissolver a diferença: mestiçagem e conversão no império português. In: CABRAL, M. V.; WALL, K. et al. **Itinerários**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em *A Amazônia e a cobiça internacional* - anos de 1960

Arthur Reis's nationalist heroic narrative as a representative of the defense of the Amazon by the Portuguese and Luso-Brazilians in *A Amazônia e a Cobiça Internacional* (1960s)

Alexandre Pacheco

nelsonfonseca4@hotmail.com

Professor Adjunto IV

Universidade Federal de Rondônia

Rua Vaticano, 4285 - Igarapé

76824-372 - Porto Velho - RO

Brasil

Resumo

Neste texto analisaremos como a narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis em *A Amazônia e a cobiça internacional* se transformou em denúncia e ao mesmo tempo julgamento sobre o passado de cobiça dos povos estrangeiros em relação à Amazônia. Arthur Reis sistematicamente se posicionou a favor dos portugueses e dos luso-brasileiros em suas lutas para defesa da região, considerando-os como verdadeiros heróis. Neste sentido, os fatos relacionados a essas ações seriam apreendidos a partir da observação deles como dados para uma investigação histórica objetiva, que verificados e comprovados revelariam ensinamentos patrióticos para a Nação brasileira, sobretudo em relação à manutenção de nossa soberania sobre a Amazônia em meio aos anos de 1960.

Palavras-chave

Narrativa historiográfica; América portuguesa; Nacionalismo.

Abstract

This study analyzes Arthur Reis's *A Amazonia e a Cobiça Internacional* ("The Amazon and International Greed") as a heroic-nationalist narrative. We argue that the work has become a denunciation and at the same time a judgment about the greedy past of foreign peoples in relation to the Amazon. Arthur Reis consistently spoke in favor of the Portuguese and Luso Brazilians in their struggles to defend the region, considering them as true heroes. In this sense, the facts related to these actions are analyzed as relevant data for an objective historical research. Such data, after verified and proven, would reveal patriotic teachings to the Brazilian nation, especially in relation to the maintenance of our sovereignty over the Amazon in the mid-1960s.

Keywords

Historiographical narrative; Portuguese America; Nationalism.

Recebido em: 20/11/2011

Aprovado em: 11/10/2012

O processo de modernização capitalista na Amazônia se deu a partir de vários avanços e retrocessos que puderam ser verificados, sobretudo no transcurso da inserção nacional e internacional da economia da borracha nos séculos XIX e XX. Problemas relativos a uma dependência dos investimentos estrangeiros e de mercados externos, se, por um lado, foram fatores responsáveis pela decadência econômica da região, outros fatores como a resistência das elites locais promoveram a produção da borracha em “bases mais capitalistas” e a inação do Estado em intervir nesse processo de modernização, não devem ser menos considerados (WEINSTEIN 1993, p. 15-18).

Na última metade do século XX, porém, após um período de recomposição da economia da borracha nos anos 1940, em que novamente as elites locais não se prepararam para enfrentar as fragilidades de uma economia de exportação frente ao mercado internacional, a decadência novamente se fez presente. A partir dos anos 1950 e, sobretudo a partir dos anos 1960, o Estado brasileiro percebendo as dificuldades históricas dessa região em se integrar em bases mais sólidas ao restante da economia nacional, lançou mão de uma série de instrumentos estatais de intervenção. Dentre eles podemos destacar a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA),¹ a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (IANNI 1979, p. 55-62).

Dessa forma, ao contrário da economia extrativista que se desenvolveu na região e que permitiu espasmos de desenvolvimento econômico, a intervenção do Estado brasileiro a partir das décadas de 1950 e 1960 fez com que o capitalismo avançasse de forma menos ininterrupta na região. Concomitantemente a esse movimento de intervenção do Estado brasileiro, os anseios das elites locais em torno de um processo de redenção da economia regional puderam ser verificados, por exemplo, através de projetos como o da criação no Amazonas, nos anos 1950, de um porto franco em Manaus. Projeto que sofreu várias alterações até se transformar, em 1957, na Zona Franca de Manaus. Zona Franca que só se efetivou a partir de 1967 (SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 101).

Nesse contexto de expectativas, entretanto, surgiram figuras como Arthur César Ferreira Reis² e Leandro Tocantins, intelectuais que influenciaram os destinos da Amazônia ao se tornaram homens públicos à frente de órgãos como a SPVEA³ e o governo do Estado do Amazonas, nos anos 1950 e 1960. A partir de seus estudos lançaram as bases dos problemas históricos que sempre impediram a integração da Amazônia às regiões mais desenvolvidas do país

¹ Órgão federal que se pautou por ações nacionalistas até o ano de 1966. Ações que estiveram voltadas não só para a integração econômica da região, através de um aproveitamento maior de seus recursos naturais, sobretudo através de uma associação entre o capital estatal e o capital privado nacional, mas também através da valorização dos aspectos de suas particularidades sociais e até culturais (CARDOSO; MÜLLER 1978, p. 109-115).

² Arthur César Ferreira Reis, segundo Gaitano Antonaccio, nasceu em Manaus a 8 de janeiro de 1906. cursou Direito em Belém e no Rio de Janeiro nos anos 1920. No final dessa década, retornou para Manaus e tornou-se redator do periódico dirigido por seu pai Vicente Torres da Silva Reis: o *Jornal do Comércio*. Arthur César Ferreira Reis foi também o primeiro presidente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, nomeado por Getúlio Vargas. Tornou-se a seguir, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). De perfil político extremamente conservador, foi em 27 de junho de 1964, nomeado pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, governador do Estado do Amazonas. Arthur César Ferreira Reis faleceu em 1993 na cidade do Rio de Janeiro.

³ Nos anos 1950, Arthur Reis foi o primeiro presidente do órgão.

e do mundo, representando pelo menos parte dos anseios e interesses das elites esclarecidas do Amazonas e da Amazônia que desejavam solucionar as fragilidades herdadas do passado colonial extrativista. Sendo que obras como *A Amazônia e a cobiça internacional* (1960), *Como governei o Amazonas* (1967), *A Amazônia e a integridade do Brasil* (1967), de Arthur César Reis, e *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1960), de Leandro Tocantins, tornaram-se livros emblemáticos de tais anseios.⁴

A Amazônia e a cobiça internacional, por exemplo, desvela a preocupação do autor com a problemática que envolve o subdesenvolvimento da Amazônia em relação ao restante do país e suas possíveis consequências no tocante à manutenção da soberania do Estado brasileiro sobre o imenso território amazônico. Ressalte-se que essa manutenção sempre teve de enfrentar a cobiça internacional sobre a região e o capítulo "Mundo tropical e empório de matérias primas", assim como outros, destaca essa problemática. Isso fica evidente, sobretudo quando o autor aponta os fatores que entendeu serem os mais responsáveis pelo subdesenvolvimento enfrentado pela Amazônia no presente: as dificuldades históricas encontradas pelos colonizadores para exploração das riquezas naturais do imenso território amazônico e a falta de uma intervenção efetiva – através de projetos de desenvolvimento – por parte do Estado brasileiro na região. É de se evidenciar que o autor – a despeito das políticas intervencionistas da SPVEA – lançou em *A Amazônia e a cobiça internacional*⁵ uma série de dúvidas sobre a manutenção da soberania brasileira sobre a Amazônia, ao afirmar que ela continuava a ser uma "reserva a ser explorada no futuro". Futuro no qual estariam os grandes perigos sobre ela (REIS 1982, p. 21).

Diante deste quadro pessimista em relação aos destinos da região, vejamos nas páginas de *A Amazônia e a cobiça internacional*⁶ como o autor opera uma mudança de perspectiva a ponto de tentar encontrar no passado, sobretudo nos capítulos relativos ao período colonial, certas lições para o presente incerto da Amazônia a partir da defesa e integração dela pelas mãos dos portugueses e luso-brasileiros.

Vamos a ela.

⁴ Após Arthur Reis ter estado à frente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – órgão que foi produto de um contexto em que se pretendia tratar os problemas da região a partir de uma unidade denominada Amazônia Legal – e do Instituto de Pesquisas da Amazônia, publicou em 1960 o livro *A Amazônia e a cobiça internacional*.

⁵ Optamos por utilizar a quinta edição da obra *A Amazônia e a cobiça internacional* publicada em 1982 pela Editora Civilização Brasileira/SUFRAMA por reunir todos os prefácios das edições anteriores, que não só reafirmam o nacionalismo acendrado do autor sobre a problemática em tela, mas também nos ajudam a perceber o percurso da obra sobre o que o autor entendeu ser a crescente "consciência brasileira" sobre a Amazônia, sobretudo entre os anos 1960 e os anos 1980. Nesta edição o autor optou por acrescentar alguns tópicos no que se convencionou como o último capítulo das obras anteriores e que se intitula "A pressão dos interesses universais". Acrescentou também algumas notas de rodapé nos capítulos relativos à Amazônia pós-colonial e mais um capítulo no final do livro intitulado "O pacto amazônico".

⁶ A primeira publicação da obra *A Amazônia e a cobiça internacional* foi realizada no ano de 1960 pela Companhia Editora Nacional. As publicações seguintes foram: segunda edição: Editora Edinova, 1965; terceira edição: Editora Record, 1968; quarta edição: Companhia Editora Americana, 1973; quinta edição: Editora Civilização Brasileira/SUFRAMA, 1982. O crítico literário Silvano Santiago considera *A Amazônia e a cobiça internacional* como estando entre as dez principais obras que a partir dos anos 1960 analisaram a experiência brasileira, não só em termos do entendimento de seu processo histórico, mas também em relação à compreensão da "[...] alma de seus viventes" (SANTIAGO 2011).

A defesa e a conquista da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros como exemplo de esforço de integração da Amazônia para os contemporâneos de Arthur Reis

Nos capítulos iniciais de *A Amazônia e a cobiça internacional* há uma clara intenção por parte de Arthur Reis em utilizar os relatos de viagens como elemento propulsor da cobiça pela Amazônia desde o século XVI. Essa intenção fica evidente no capítulo "Ingleses, irlandeses e holandeses tentam a primeira surtida", em que Arthur Reis afirma que os relatos literários surgidos com a expedição de Pedro de Ursua em sua trajetória de penetração da Amazônia através do Peru, serviram menos à ação efetiva de conquista dos espanhóis e mais aos propósitos de invasão dos ingleses e holandeses sobre a região. Povos que "[...] dirigiram suas visitas, inicialmente, para as Antilhas [...] assentando os primeiros golpes no poderio espanhol e demonstrando-lhe que a concorrência a que se atiravam não se reduzia a uma operação militar" (REIS 1982, p. 24).

Diante do exposto, cabe questionar sobre quem foram, no plano narrativo de Arthur Reis, os heróis que apareceram para libertar a Amazônia. Considere-se que os espanhóis além de não terem tido cuidado com a divulgação das notícias sobre a região, também não a defenderam da presença de ingleses e holandeses. Estes, vindos das Antilhas, instalaram-se, a partir do final do século XVI e inícios do século XVII, nas costas venezuelanas e das guianas, entre os rios Orenoco e Oiapoque e, logo em seguida, penetraram o Amazonas (REIS 1982, p. 24-25).

A resposta incide sobre os portugueses e os luso-brasileiros que, mesmo a serviço da Espanha, defenderam o território com esforço e coragem decisivos para destruir, ao longo dos anos de 1616 a 1648, todas as tentativas de penetração e conquista que ingleses e holandeses pretenderam realizar na Amazônia. Isso a despeito do fato de que em pleno território amazônico estavam a levar desvantagem diante das posições estratégicas dos britânicos no Cabo do Norte e dos batavos em Gurupa, Xingu e Macapá, inclusive com a simpatia e ajuda dos indígenas destas regiões. Constituindo-se tal façanha como o "[...] primeiro esforço para evitar que a cobiça internacional se fosse cevando a região" (REIS 1982, p. 28-29).

Na sequência de sua narrativa, Arthur Reis expressará uma visão sobre os feitos dos colonizadores na defesa e conquista da Amazônia. Irá considerá-los como feitos de povos que não teriam agido apenas por impulso e de forma provisória, ao sabor do contato com as mais adversas situações impostas por uma natureza indomável, pelo elemento indígena e pelos estrangeiros. Para Arthur Reis, se muitas ações dos colonizadores teriam sido meras respostas imediatas a um ambiente hostil, outras ações seriam fruto de "um estado de espírito consciente", de "decisões coletivas", programas, enfim, previamente estabelecidos para a efetiva conquista da região (REIS 2001, p. 12). Representação que muito refletiu a ideia de que o espírito português teria se submetido aos ditames de condutas e deveres impostos pela missão superior de conquista, que o autor entendeu ter sido relegada pelo próprio devir histórico. Posição confirmada, inclusive, em sua obra *A Amazônia e a integridade do Brasil*, em que afirmou que Francisco I da França "[...] não pudera ver o testamento de Adão para

aceitar a tese de que o Novo Mundo, realmente, devia ser uma realização ou façanha ibérica” (REIS 2001, p. 9).

Não sendo outra coisa o que vemos no capítulo “Os portugueses não cederam ao meio nem aos concorrentes” de *A Amazônia e a cobiça internacional*, em passagem que o autor descreve como o avanço para o norte, oeste e sul da Amazônia, ao longo do século XVII, foi realizado por religiosos, soldados, autoridades civis e sertanistas a partir de ordens expressas da Coroa Portuguesa. Ordens que sempre tiveram o objetivo de alargamento das fronteiras do Império português em direção ao Oiapoque, pelo mar, e em direção ao *Marañon*, através da subida da calha central do Amazonas e Solimões (REIS 1982, p. 46). Arthur Reis não teve dúvida em afirmar que os autores dessas façanhas agiram estritamente “[...] em obediência a instruções emanadas da alta administração portuguesa” (REIS 1982, p. 46, grifos nossos).

Mas a conduta que expressa a objetividade maior da conquista diante das intempéries do meio, do elemento indígena e dos concorrentes, expressa também o dever de defesa daquilo que foi conquistado, através da realização de um verdadeiro inventário sobre as riquezas naturais da Amazônia. Inclusive a partir das preocupações acerca do valor científico que tais riquezas poderiam possuir. Fato que podemos notar no capítulo “Expedições científicas escondiam propósitos” (REIS 1982, p. 79).

Os portugueses, nesse sentido, não teriam fechado o território apenas para explorar as riquezas de forma aleatória, improvisada, sem preocupações que denotassem interesses menos materiais. Ao contrário e no intuito de demonstrar Portugal como exemplo para os propósitos de intervenção do Estado em sua contemporaneidade, Arthur Reis procurou valorizar os inquéritos sobre as riquezas naturais realizados pelo que chamou de “pessoal de alta qualificação científica”. Isso, como forma de afirmar que Portugal não esteve alheio a outros inquéritos semelhantes que foram realizados no restante da América (REIS 1982, p. 79).⁷

Como essa análise do historiador sobre o passado, entretanto, poderia expressar algum tipo de lição, já que de acordo com Lademe Correia de Souza, em dissertação de mestrado intitulada *Arthur Reis e a história do Amazonas*: um começo em grande estilo, nosso autor sempre procurou realizar uma leitura dos documentos com o intuito de trazer ao presente às virtudes que o passado pudesse reverter ao “espírito dos homens” (SOUZA 2009, p. 73). Entre as lições passíveis de serem verificadas a partir de relatos posteriores como o realizado no prefácio à sua obra *A Amazônia e a integridade do Brasil*, em 1966, destaca-se a que demonstrou como a façanha portuguesa e luso-brasileira teria muito a ensinar sobre a efetiva integração não só territorial como também cultural da Amazônia. Contribuição que refletiu a mesma manifestação engendrada pelos portugueses e luso-brasileiros em termos dos “[...] vínculos de sangue, dos sentimentos

⁷ Entre os trabalhos ditos científicos que foram realizados durante o período colonial, de acordo com Arthur Reis (2001, p. 217), podemos destacar a *História dos animais e plantas do Maranhão*, do padre franciscano Cristovão de Lisboa; a *História natural do Grão-Pará*, escrita por Antônio José Landi; a *Zoologia paraense e a Flora paraense maranhense*, de Antônio Correa Lacerda; como também as memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira.

sempre objetivando a uma mais intensa solidariedade de tipos, de classes, de ordem social [...]” que concorreram para a unidade que se consubstanciou como plural em termos de aspectos físicos e produção diversificada no restante do Brasil (REIS 2001, p. 13).

Isso, sobretudo se percebermos como anteriormente, nos anos 1950, o autor entendeu ter sido essa contribuição fundamental para a conquista da Amazônia em menos de oitenta anos, no transcurso do século XVII. Conquista que em termos de base física só seria alterada com a anexação do Acre. Façanha que se “[...] processara como um empreendimento do Estado, como conquista espiritual e aventura econômica” (REIS 2001, p. 21).⁸ Empreendimento de Estado que incutiu não só no colonizador, como também nos brasileiros que procuraram defender a Amazônia, uma verdadeira consciência de soberania e nacionalidade. Pois o que Arthur Reis chamou de política de dilatação do território realizado pelo Estado português como uma constante, que para ele refletiu um “estado de espírito”, “uma decisão coletiva”, verificados, por exemplo, na criação de Estados como o do Maranhão e Grão-Pará, não se restringiria a “[...] um pensamento e ações regionais [...]” (REIS 2001, p. 12).

Mas Arthur Reis fez a seguinte ressalva: as políticas do governo federal visando à unidade territorial da Amazônia Legal, mais que do que se inspirar nos atos de coragem dos colonizadores, deveriam intervir na elaboração efetiva de planos que realmente consubstanciassem a ocupação da região. Afirmando, inclusive, que tais políticas deveriam aprofundar a pesquisa sobre as riquezas da região a partir de bases científicas que realmente a inventariassem. Considerando-se tal quadro, é pertinente vislumbrar os caminhos percorridos pela escrita de *A Amazônia e a cobiça internacional*, para que outras lições provindas do “passado glorioso” dos colonizadores sejam evidenciadas.

99

As intervenções do Estado português na Amazônia como projeção do espírito nacionalista-modernizador de Arthur Reis

Na sequência de nossa análise sobre o capítulo intitulado “Portugal não cedeu ao meio nem aos concorrentes”, vê-se novamente Arthur Reis retratar os feitos dos portugueses na contenção de outras investidas dos ingleses, holandeses e franceses sobre o vale amazônico. Isso, a partir de ideia de que o sucesso deles na contenção dos estrangeiros não só ocorreu devido à simbiose que souberam estabelecer com a natureza e com o elemento humano presente nela, como também teve profundas ligações com o fato de terem tido uma espécie de “programa” para a efetiva conquista da Amazônia (REIS 1982, p. 44-48).

De acordo com Arthur Reis, a paisagem amazônica causou surpresa e encantamento aos portugueses que se defrontaram pela primeira vez, em 1616, com a grandiosidade de seus imensos rios, flora exuberante e fauna diversificada (REIS 1982, p. 44-45). Assim, o “estado de alma” surgido teria despertado

⁸ Afirmações feitas em palestra realizada à época em que foi diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, nos anos 1950. Palestra que foi publicada com o título “Amazônia: conceito, sua evolução histórica” no livro *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Obra que teve sua primeira edição publicada em 1966 em Manaus.

neles uma consciência política pragmática para a posse e defesa de todo o novo território praticamente desprotegido. Para sustentar essa tese, Arthur Reis afirma que o exame de parte da vasta documentação sobre o descobrimento e a ocupação da Amazônia seria suficiente (REIS 1982, p. 45).

Investiu, assim como já havia investido em outras obras, de acordo com Lademe Correia de Souza (2009, p. 39), o “documento de autoridade”, para poder comprovar “[...] que esse estado de consciência cedo se apoderou dos portugueses que vieram fazer a Amazônia” (REIS 1982, p. 45). E para isso citou seus livros *Limites e demarcações na Amazônia brasileira* e *O processo histórico da economia amazonense* como forma de remeter às fontes que se relacionariam com suas afirmações, permitindo ao autor demonstrar que essa consciência política poderia ser notada a partir da forma como

[...] Colonos e autoridades locais, como metropolitanas, não demoraram em compreender a extensão da terra nova, sua importância como área ocupável e a necessidade de exercer-se, sem delongas e com muita objetividade, uma política visando ampliar incessantemente a conquista e extrair da Colônia quanto pudesse fornecer para o desenvolvimento da Nação. Nesse particular, ao exame mais rápido e mais simples que se faça, fica-se prontamente na certeza de que esse entendimento ocorreu logo (REIS 1982, p. 45, grifo nosso).

100

Por outro lado, o que esteve implícito nessa forma de julgar, com firmeza de opinião, o estado de consciência dos portugueses deve ser questionado. Vale lembrar que desde sua obra inaugural, *História do Amazonas*, Arthur Reis, de acordo com Lademe Correia de Souza, sempre procurou pautar suas argumentações e deduções a partir de provas documentais que, segundo ele, deveriam deixar pouca margem a questionamentos, a fim de que se pudesse alcançar certa objetividade na narrativa (SOUZA 2009, p. 39).

A partir dessa perspectiva da “autoridade” do documento histórico, vislumbra-se como Arthur Reis impôs objetivamente as realizações dos portugueses na Amazônia como feitos de uma nação que deveria ser considerada precursora da nação brasileira. Tal fato é perceptível quando o autor escreve a palavra Nação, com a letra ‘n’ em maiúsculo, para designar com mais ênfase Portugal e seu espírito de defesa e bravura, exemplo a ser seguido pelos brasileiros. Essa ideia de que a nação brasileira deveria se reconhecer como continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa, entretanto, deve ser entendida dentro do contexto em que Arthur Reis sofreu influências das práticas historiográficas do IHGB (SOUZA 2009, p. 26).

Ressalte-se que a perspectiva sobre a qual não deveria haver descontinuidade entre a metrópole e o novo país, que surgiu após o processo de independência para a construção de um perfil da nação brasileira (SOUZA 2009, p. 26), está presente também no autor de *A Amazônia e a cobiça internacional*, quando da instituição de raça e meio como pontos determinantes de suas análises. Perspectiva, ainda de acordo com Lademe Correia de Souza, que o aproximou mais de Varnhagen do que de Capistrano de Abreu, historiador que passou a adotar novos preceitos na tentativa de ultrapassar o determinismo evolucionista

muito presente nas análises historiográficas do período (SOUZA 2009, p. 31).

Atente-se que Arthur Reis procurou relativizar a política intervencionista dos estados modernos, a empresa portuguesa na Amazônia. De forma que lançou a seguinte pergunta: os portugueses haviam realmente tido um plano para domínio dos territórios internos do Brasil ou suas ações seriam fruto do imediatismo de iniciativas aleatórias ou mesmo individuais diante da impossibilidade do financiamento efetivo de tamanha empresa nos trópicos? Ou como o próprio autor também sugeriu: “[...] a criação da base territorial [...] seria uma resultante de planejamento, de propósito firme ou teria sido apenas o exercício do impulso, do espírito bandeirante dos mamelucos de São Paulo, do Nordeste e da Amazônia? [...]” (REIS 1982, p. 46).

É possível que o planejamento, como o entendemos hoje, para enfrentar a solução de graves problemas do Estado ou mesmo das cousas privadas, não seria cogitação a marcar aqueles períodos distantes da história. O que se pode e deve aceitar como existente é o propósito firme da formação do império lusitano na Sul-América, tendo por fundo do quadro a base territorial, realizada por incentivo do Estado ou por ele aplaudida, criação de uma humanidade em função dos rigores do meio, a defesa intransigente do espaço, alargado sem desfalecimentos [...] (REIS 1982, p. 46).⁹

Dessa forma, podemos observar que essa representação sobre os colonizadores seria a prova de que Arthur Reis pretendeu demonstrar para seus contemporâneos que certas ações de intervenção na Amazônia não poderiam prescindir do olhar sobre a capacidade exploratória e organizativa que o espírito português havia tido. Pretensão que pôde ser confirmada a partir de relato de nosso *scholar*¹⁰ à época em que foi presidente da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. Nessa ocasião, afirmou que a condução de uma série programas visando à instauração de trabalhos materiais para modernização da região, só poderia obter êxito na medida em que muito do que se imaginava sobre a realística de seu território fosse confirmada (REIS 2001, p. 226). De modo que para que se passasse à formulação dessa política de intervenção a ser executada, de acordo ainda com o autor nos anos 1950, deveria se vencer obstáculos que desde o passado recente interferiam no ritmo de implantação de um efetivo processo civilizatório na região. Dentre eles, ressaltam-se os problemas com a alimentação, com a produção das matérias-primas e sua industrialização, transportes, distribuição do capital, saúde, nível cultural (REIS 2001, p. 226).¹¹

101

⁹ Essa visão sobre a “criação de uma humanidade” nos trópicos se deu a partir de uma perspectiva não dialética, já que o elemento indígena só foi valorizado pelo autor nos casos em que esteve a serviço da obra civilizadora da colonização. Gilberto Freyre (2006, p. 162-163) ao relatar em *Casa-grande e senzala* que a população de portugueses que veio para o Brasil no início da colonização não seria suficiente para a realização da conquista de nosso território, construiu uma visão diferenciada da relação do português com o indígena. Ao contrário de uma missão superior que os lusos conseguiriam impor sobre os gentios, para Freyre o que estava por trás do sucesso da empresa colonizadora portuguesa era o pragmatismo que o elemento luso demonstrou em seu processo de miscigenação com o indígena, como resposta à necessidade de enfrentamento tanto do clima quanto da natureza nos trópicos.

¹⁰ De acordo com artigo do Correio Brasiliense de 18 de novembro de 1983, Arthur Reis através de seu saber intelectual teria garantido “[...] a iniciativa de grandes trabalhos materiais pela Amazônia, desde a Sudam ao Governo do Amazonas. Também raros os *scholars* com esta felicidade” (A HILEIA 1983).

¹¹ Afirmações feitas em palestra realizada à época em que o autor estava iniciando os trabalhos de intervenção

Por outro lado, a partir dessa ênfase dada à capacidade organizativa dos colonizadores, é curioso notar como o autor procurou atenuar os feitos dos paulistas na empresa do alargamento do território no que seria a porção amazônica, quando fez a pergunta que acima expusemos: “[...] a criação da base territorial, [...] seria uma resultante de planejamento, de propósito firme ou teria sido apenas o exercício do impulso, do espírito bandeirante dos mamelucos de São Paulo, do Nordeste e da Amazônia? [...]” (REIS 1982, p. 45-46). Atenuação que parece corroborar a tese acerca do propósito consciente dos lusitanos com relação à Amazônia, já que a empresa dos paulistas, apesar de importante, teria possuído conotação aleatória. Destarte, a própria expressão “mamelucos de São Paulo” teve o efeito, por um lado, de diminuir a importância que a empresa de homens mestiços teve para a ocupação da Amazônia, e, por outro, valorizar os portugueses como os legítimos portadores de uma missão civilizatória superior e capaz de estabelecer simbiose com o meio e com o elemento humano presente nele.

José Honório Rodrigues nos fornece um interessante contraponto a essa visão de Arthur Reis sobre os bandeirantes. Longe de desvalorizá-los, afirma em seu livro *História da história do Brasil* que embora as bandeiras não tenham possuído objetivos políticos explícitos de alargamento do território (em verdade, se concentraram na caça a homens fosse onde estivessem), esse movimento proporcionou o surgimento de uma cadeia “[...] indissolúvel, porque reconheciam a terra, e caçavam índio, [indispensáveis] como mão de obra, [...] ou procuravam o ouro e os diamantes, sedução que sempre os impulsionou, desde as primeiras horas” (RODRIGUES 1979, p. 113). E neste sentido José Honório Rodrigues acentua sua perspectiva histórica diferenciada dos bandeirantes ao demonstrá-los como portadores de um sentido histórico universal, já que a expansão territorial e o ouro intervíram de forma profunda tanto na evolução da América do Sul como da Grã-Bretanha (RODRIGUES 1979, p. 114).

Carlos Guilherme Mota (1988, p. 109) em sua análise da crítica que José Honório Rodrigues realizou do conservadorismo historiográfico brasileiro, em *História da história do Brasil*, fez com que entendêssemos como o conservadorismo de Arthur Reis, em parte herdado do IHGB e de Varnhagen, esteve intimamente relacionado à tradição da historiografia oficial que sempre se encantou com os aspectos externos da defesa de Portugal na América. Sendo que de acordo com José Honório Rodrigues essa historiografia oficial “[...] não podia ou não queria exaltar a obra feita contra ordens expressas da Coroa, por iniciativas de colonos, especialmente quando a seduzia a magnificência [...]” de batalhas como a que os portugueses travaram contra os holandeses no Brasil (RODRIGUES 1979, p. 115).

Assim, em Arthur Reis, a busca por uma verdade objetiva a partir da análise histórica do passado colonial amazônico, de acordo com Lademe Correia de Souza, foi influenciada pelo classicismo, tendo procurado julgar o passado a partir de sua intenção em responder perguntas intimamente relacionadas com

da SPVEA, como presidente deste órgão, nos anos 1950. Palestra que foi publicada com o título “A valorização da Amazônia e a cooperação técnica”, no livro *A Amazônia e a integridade do Brasil*, obra que teve sua primeira edição publicada em 1966, em Manaus.

a concepção que possuiu do presente. E neste sentido, pouco apreço devotou ao problema da imparcialidade já que seu objetivo foi o de “impor verdades” que visassem à consolidação de determinados “[...] valores ético-pedagógicos. A história que escreveu, assim como a de Varnhagen, tinha a liberdade de julgar os atos das personagens históricas à luz dos valores morais de sua contemporaneidade” (SOUZA 2009, p. 37-42). Vemos, assim, como passado e presente se iluminam constantemente, já que o olhar sobre a capacidade organizativa dos lusos não deixou também de projetar sobre eles o “espírito de modernização” de nosso intelectual (SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 108-109).

Para Pere Petit em sua obra *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas*, Arthur Reis sempre teria recorrido à história do Brasil para expressar suas preocupações concernentes ao processo de inserção da Amazônia no cenário nacional e internacional e, a partir disso, sua constante crítica à ausência do Estado brasileiro na região. Ainda segundo o autor, Arthur Reis tentou evidenciar como esse processo de inserção foi constantemente fragilizado, sobretudo após o período de predominância dos portugueses na região, devido aos interesses da iniciativa privada sempre terem prevalecido nas épocas da economia de extração da borracha. Arthur Reis entenderia que para “[...] corrigir essa omissão, o governo brasileiro deveria promover o desenvolvimento regional, através de uma política de substituição das importações, que visasse o redimensionamento da divisão – nacional – do trabalho entre as macrorregiões e estados brasileiros” (PETIT 2003, p. 75).

Como governador, no entanto, Arthur Reis também não deixou de reconhecer a influência que a capacidade organizativa dos lusos possuiu no sentido de forjar nos povos amazônicos uma humanidade capaz de enfrentar o “[...] peso da fêrula negativa envolvente dos trópicos [...]” (REIS 1967, p. 15), que não demonstrou ser tão forte a ponto de esses povos terem simplesmente se submetido a ela. Ao contrário, demonstraram que um destino sobre os rigores de uma natureza quase indomável seria possível, devido ao fato de terem herdado a capacidade e o êxito dos colonizadores. Colonizadores, enfim, que efetivamente marcaram presença permanente na terra.

Mas o intelectual, como governador, também reconheceu que “o sentido de acampamento” a partir de uma economia predatória, não mais deveria continuar a prevalecer, já que essa situação continuava a impor à Amazônia a condição de exportadora de produtos primários. Condição herdada dos portugueses, mas aprofundada pelos brasileiros que passaram a desenvolver a economia da borracha. Sendo que o próprio intelectual, como governador, confessou que as raízes de muitas de suas ações à frente do Estado, para superação desse atraso econômico e social, deveram ao exame que procedeu desse passado de economia predatória, de forma que as transformações que conseguisse realizar no Amazonas deveriam fazer com que as novas gerações passassem a ter “[...] uma consciência mais firme e mais civicamente despertada [...]” para a continuação da tarefa que iniciou (REIS 1967, p. 15).

Pois bem, após essa exposição das relações entre o passado de glória dos colonizadores e o “espírito modernizador” de Arthur Reis, que tipo de verdade

pode-se encontrar por trás de sua visão sobre os portugueses e luso-brasileiros como precursores de um tipo de conduta ética e de dever moral que deveria inspirar o que o autor defendeu como as ações de intervenção do Estado brasileiro na Amazônia? De acordo com Angela de Castro Gomes, parte dos intelectuais da geração dos anos 1930 e 1940, que foi influenciada pelo que chamou de cultura política presente principalmente no Estado Novo, procurou cultivar o “espírito de uma nacionalidade” que seria fruto de um “constructo” formado a partir da “recuperação” e “valorização” dos méritos e deméritos do passado histórico (GOMES 2007, p. 52-55). Passado esse, entendido como um “manancial de inspiração” revelador de tradições, costumes, língua, religião, raça. Aspectos que reunidos forneceria condições para a construção do que seria uma consciência nacional.

Arthur Reis não foi diferente, procurou também expressar determinado “espírito de nacionalidade” em sua escrita, a partir do julgamento do passado colonial no sentido de encontrar nele certas verdades que poderiam estar contidas no empreendimento civilizatório realizado pelo branco colonizador para seus contemporâneos (SOUZA 2009, p. 43). Fato que revela, por outro lado, como a expressão desse nacionalismo se manifestou no sistema de interpretação histórica de Arthur Reis como valor, como princípio que alimentou o significado das “virtudes” inscritas nos feitos heroicos dos portugueses na Amazônia.

104

Neste sentido, a “ideia de nacionalidade” em Arthur Reis se assemelhou muito ao que Hayden White prescreveu para Leopold Von Ranke. Ou seja, como uma ideia em que os homens ou os povos poderiam ter como princípio fundamental para a própria organização do progresso constante das sociedades. Neste sentido, da mesma forma que a “ideia de nacionalidade” em Leopold Von Ranke não se apresentou apenas como um dado histórico, mas um valor, “um princípio em virtude” a que tudo na história poderia ser atribuído um significado (positivo ou negativo), vemos esse valor se manifestar de forma semelhante no sistema de interpretação histórica de Reis (WHITE 2008, p. 184).

Lademe Correia de Souza, por outro lado, em seu trabalho de análise sobre a escrita de Arthur Reis em *História do Amazonas*, deixou de anotar como as virtudes proferidas como heroicas por nosso autor, representariam, por outro lado, dentro da chamada “economia da mercê”, qualidades que deveriam ser reconhecidas pelos reis de Portugal através de uma “justiça distributiva” de condecorações, cargos e recursos materiais (BICALHO 2005, p. 21-23). Assim, a partir de estudos mais recentes sobre a cultura política do Antigo Regime na América Portuguesa, passou-se a se perceber que a expansão de territórios através da conquista dentro da cultura política do antigo regime português não seria apenas fruto de um espírito heroico, mas, sobretudo a partir do século XV, como uma qualidade representativa da disposição tanto da nobreza reinol como da nobreza das terras brasileiras em defenderem os interesses do rei de Portugal além-mar.

E neste sentido, por trás muitas vezes da motivação das ações heroicas de figuras como Bento Maciel Parente, Pedro de Teixeira e Jerônimo Fragoso de

Albuquerque, destacadas por Arthur Reis, estiveram mercês que receberam pelos serviços que prestaram através de suas conquistas bélicas (RAMINELLI 2006, p. 2-6). Dessa forma, os feitos heroicos dos portugueses e luso-brasileiros, em capítulos como "Portugal não cedeu nem ao meio nem aos concorrentes", foram representados também como expressões de virtudes provindas de um sentimento nacionalista já presente na Amazônia colonial. Sentimento nacionalista por trás das virtudes, que para o autor, foram responsáveis pela condução de uma série de programas visando a conquista e a dominação da terra. Sentimento, enfim, que deveria ser herdado pelos contemporâneos do autor de *A Amazônia e a cobiça internacional*, que representou em plena década de 1960, não só a reafirmação da filiação da obra dele à historiografia de Varnhagen e do IHGB, mas também incorporou a ideia de nacionalismo de Arthur Reis, que entendeu que esse sentimento percebido no passado não poderia deixar de estar por trás das ações dos agentes que estivessem à frente das medidas de intervenção do Estado brasileiro sobre a região.

A crítica à inação das elites locais e do Estado brasileiro no processo de integração da Amazônia

Se tivéssemos que definir um enredo para a narrativa de exaltação dos portugueses e luso-brasileiros, não só em *A Amazônia e a cobiça internacional*, mas também para obras como *A política de Portugal no vale amazônico* e *A Amazônia e a integridade do Brasil* poderíamos dizer que ele giraria em torno do tema¹² da heroica tenacidade desses povos em sua missão de defesa e conquista da Amazônia, a despeito de todas as intempéries e dificuldades que tiveram de enfrentar. Assim, a busca de uma historicidade possível para o tema acima exposto girou em torno da possibilidade que o mesmo possuiu (e isso demonstramos ao longo de todo nosso texto) em expressar uma "alma cívica" por parte dos colonizadores que, de acordo com Lademe Correia de Souza (2009, p. 43-45), deveria servir para a "nova geração" da terra de Arthur Reis.

Intenção que o próprio Arthur Reis confirmou em *A Amazônia e a integridade do Brasil*, nos anos 1960, ao afirmar que a criação do corpo físico amazônico foi fruto de uma participação cheia de interesses por parte dos antepassados. Tudo isso para que pudesse indicar aos seus "[...] possíveis leitores, em particular a mocidade do ensino médio e das universidades, todo o propósito de nossos antepassados para a integração da Amazônia ao patrimônio territorial e cultural do Brasil" (REIS 2001, p. 12).

No entanto, se nos reportarmos ao período pós-colonial retratado não só em *A Amazônia e a cobiça internacional*, mas também em obras como *A Amazônia e a integridade do Brasil*, tem-se uma representação da falta de confiança do autor em relação a uma efetiva tomada de posição da sociedade tradicional local

¹² Ou seja, de como o autor se utiliza desses recursos literários e históricos para construir "uma narrativa genérica" capaz de dar conta da explicação dos fatos relativos à sua história sobre a cobiça da Amazônia. Stephen Bann afirma que os recursos literários e históricos mobilizados pelos historiadores acabam por projetar significados secundários para a composição de "narrativas genéricas" ou "modelos conceituais" por trás das representações sobre o passado (BANN 1994, p. 63-77).

e do Estado brasileiro em retomarem a obra de defesa e integração que havia sido iniciada pelos colonizadores. Representação que se evidencia em capítulos como "A navegação do Amazonas", "Investimentos e concessão de terras", "O episódio da Hileia", entre outros, de *A Amazônia e a cobiça internacional*.

No capítulo "Investimentos e concessão de terras", por exemplo, Arthur Reis procurou denunciar o que seria a falta de iniciativa de parte das elites do Estado do Amazonas, a partir da década de 1920, em criarem alternativas a uma economia extrativista decadente. Situação tão lastimável que levou governadores como Rego Monteiro, em 1922, a tentar contrair empréstimos ao estrangeiro que colocariam em perigo a soberania brasileira sobre a região (REIS 1982, p. 136). Empréstimos, entretanto, que foram vetados pela União, já que diante das ingenuidades das classes dirigentes locais, evitou que "[...] não só se agravassem as condições dos Estados, cheios de compromissos no exterior, como se pusesse em perigo a própria soberania nacional nas regiões para onde se dirigissem esses capitais. [...]" (REIS 1982, p. 141).

Por outro lado, a representação da falta de confiança do autor em relação às posições do Estado brasileiro sobre a região, durante os anos 1950, se deu, sobretudo em capítulos como "O episódio da Hileia", de *A Amazônia e a cobiça internacional*. O autor sugere que a falta de consciência sobre a realística da natureza amazônica, dos obstáculos impostos por ela, foi o que fez com que o parlamento brasileiro e homens como Artur Bernardes impedissem a criação do Instituto da Hileia Amazônica,¹³ no final dos anos 1940. Projeto amplamente defendido por Arthur Reis em anos anteriores à escrita de *A Amazônia e a cobiça internacional*.

106

Arthur Reis ao narrar essa situação procurou desqualificar o motivo que teria levado ao impedimento da criação do Instituto. E nesse sentido procurou criticar, sobretudo o ex-presidente Artur Bernardes e os nacionalistas que o apoiaram, por terem se baseado de forma superficial no argumento de que a perspectiva internacional do Instituto poderia colocar em perigo a soberania brasileira na região (REIS 1982, p. 164-165). Fato que muito contrariava as reais intenções do Instituto, que para Arthur Reis teria a função de sensibilizar os homens que quisessem se debruçar sobre a realística da região de que "[...] a imensa planície cortada de caudais e recoberta de matas é um sistema vivo, em que os solos, águas, plantas, os animais, e o homem se integram numa vasta simbiose [...]" (REIS 1982, p. 156).

Neste sentido, para o autor de *A Amazônia e a Cobiça Internacional* atitudes como a de Arthur Bernardes e dos nacionalistas ligados a ele¹⁴ continuavam a impor sobre a região o não entendimento do problema amazônico a partir da plenitude acima discutida. Não entendimento que reduziu "[...] muitos dos seus

¹³ Esse Instituto teria como objeto a promoção, condução, coordenação e divulgação dos "[...] estudos sobre a mencionada zona geográfica, em que possuem território a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a França, a Grã-Bretanha, os Países Baixos, o Peru e a Venezuela. [...]" (REIS 1982, p. 156-160).

¹⁴ Barbosa Lima Sobrinho ao ter lido "O episódio da Hileia", nos anos 1960, afirmou que Arthur Reis não teria percebido ao criticar Artur Bernardes, que o ex-presidente contou com as orientações de certos membros das forças armadas para o combate à criação do Instituto da Hileia. Forças armadas que temiam pela interferência de potências estrangeiras na Amazônia, após a criação do citado órgão (SOBRINHO 1965).

mais ilustres estudiosos 'a geniais escrevedores de monografias', nos termos precisos do comentário de Euclides da Cunha [...]" (REIS 1982, p. 164-165).

Falta de confiança que também constatamos através da frustração presente em relato do autor quando esteve à frente do primeiro plano quinquenal da SPVEA. Comportamento, aliás, não estranho à frustração que setores da sociedade local amazonense e mesmo da Amazônia possuíram no tocante à espera de medidas federais que permitissem a redinamização econômica da região. Relato em que procurou denunciar, entre outras coisas, a imposição do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, em detrimento do Instituto da Hileia Amazônica, demonstrava a persistente falta de conhecimento e consciência dos "homens públicos nacionais" em relação à realística da região, já que essa substituição não corresponderia aos legítimos interesses nacionais sobre ela.

Vejamos, neste sentido, as palavras mais do que elucidativas da representação que o próprio Arthur Reis, nos anos 1960, realizou da expectativa que possuiu, nos anos 1950, em relação às posições do governo federal para a região:

Encerrado o conflito (a II Guerra Mundial), voltamos ao desinteresse mais intenso ou mais incisivo. As medidas descontinuadas que se decretaram não surtiram efeito de maior monta. Criou-se por determinação constitucional, uma Superintendência para o Plano Quinquenal que deveria executar-se para a valorização regional. Devo prestar um depoimento. Além de Getúlio Vargas, que presidia o Brasil, em nenhum homem público nacional com responsabilidade no governo, encontrei a menor ressonância. Se não havia má vontade, havia desinteresse, despreocupação, ignorância da matéria, falta de consciência de qualquer espécie. Toda sorte de obstáculos tive de enfrentar. Tudo se fez para que a Superintendência [do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA] falhasse, desmoralizando-se a iniciativa. Aconteceu o mesmo com relação ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, criado como resposta brasileira ao Instituto da Hileia, sugerido pelo Brasil, mas projetado para finalidades contrárias aos nossos mais legítimos interesses (REIS 1969, p. 302 *apud* SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 102).¹⁵

107

Para José Seráfico e Marcelo Seráfico, a constante crítica de Arthur Reis em relação a não continuidade das políticas do governo federal para a Amazônia, a falta de interesse, a não preocupação, a falta de conhecimento e de consciência por parte dos dirigentes do Estado brasileiro são representativos da forma como Arthur Reis compreendeu os "[...] limites da dinâmica do projeto de capitalismo nacional no que concernia à integração da região à nação [...]" (SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 102).

De acordo ainda com tais autores, esses limites foram engendrados pelo "[...] modelo de desenvolvimento orientado pela industrialização via estratégia de substituição de importações e fundado na política de massas, no dirigismo estatal e na política externa independente". Modelo que reservou para a

¹⁵ Quando governador, Arthur Reis também havia se queixado da antiga Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. De acordo com ele, em 1967: "A contribuição da antiga SPVEA não foi ponderável. Os convênios firmados não nos ministraram recursos substanciais. Deve-nos aquele extinto órgão federal mais de oito bilhões de cruzeiros. Somente no período em que o dirigimos, o Amazonas recebeu integralmente os recursos que lhe haviam sido destinados" (REIS 1967, p. 27).

Amazônia “[...] uma posição secundária no processo de dinamização econômica que instaurou e no projeto de formação social que engendrou” (SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 102).

Dessa forma e para encerrarmos essa parte, uma historicidade possível para a representação menos entusiasmada de nosso autor sobre as ações que os próprios brasileiros realizaram no sentido da defesa e integração da Amazônia ao restante do país deve ser buscada em obras como *A Amazônia e a cobiça internacional*, mas também, por exemplo, em outras como *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Neste sentido, a historicidade presente nessa representação expressou as relações que existiram entre, de um lado, a crítica que o autor realizou no tocante à inação das elites locais no processo de superação do atraso econômico e social e às políticas historicamente descontinuas do Estado brasileiro para a Amazônia; e, de outro lado, a própria experiência de desilusão que o autor teve ao estar à frente de órgãos de governo que efetivamente não contaram com o apoio das forças sociais acima citadas, durante os anos 1950.

A impressão que se tem é que para Arthur Reis faltaria às elites locais como ao Estado brasileiro o espírito cívico necessário à superação das adversidades visando o desenvolvimento da região, que os portugueses haviam tido no passado. Representação, enfim, que evidenciamos acima em capítulos como “Investimentos e concessão de terras” e o “Episódio da Hileia” de *A Amazônia e a cobiça internacional*.

108

À guisa de conclusão, pode-se dizer que foi através de um enredo heroico elaborado a partir de enunciados que procuraram valorizar a forma como os portugueses e luso-brasileiros enfrentaram, com absoluta tenacidade, as incertezas, a superação das dificuldades e expulsão dos estrangeiros, que o autor dotou sua consciência de instrumentos capazes de organizar os fatos relativos às ações históricas de defesa do território amazônico em seus relatos. Arthur Reis, neste sentido, promoveu em sua história um enredo dramático que constantemente pôs à prova os poderes espirituais e morais dos portugueses e luso-brasileiros diante do meio hostil amazônico e contra as adversidades impostas pelos estrangeiros. Enredo, enfim, que foi capaz de constituir as cores formadoras de sua denúncia sobre a situação da Amazônia colonial, como a denúncia de um intelectual nacionalista que pretendeu demonstrar como as ações passadas dos colonizadores na região teriam muito a ensinar sobre a continuação do processo de integração da Amazônia, nos anos 1960.

Referências bibliográficas

A HILEIA redescoberta. **Correio Brasiliense**, Brasília, 18 nov. 1983. Hemeroteca Arthur César Reis. Disponível em: http://200.208.241.123/prg_012.jsp. Acesso em 23 mai. 2008.

BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Edunesp, 1994.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do antigo regime. **Almanaque brasileiro**, São Paulo, n. 2, p. 21-34, nov. 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/almanack.pdf>. Acesso em: 27 de abr. 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Global Editora: São Paulo, 2006.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.2 n.3, p. 107-110, set./dez, 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300008. Acesso em: 14 de agosto de 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. In: Simpósio Nacional de História, 20, 1999; Florianópolis. **Anais...** São Paulo: Humanitas/USP: 1999, vol. 2, p. 819-829.

RAMINELLI, Ronald. Mameluco, paulista e cavaleiro da ordem de cristo In: Simpósio Regional de História – ANPUH: Usos do passado, 12, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH/UFF, 2006, p. 01-08. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view>. Acesso em: 27 de abr. 2012.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982.

_____. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2001.

_____. **Como governei o Amazonas**. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação do Governo do Amazonas, 1967.

RODRIGUES, José Honório. **História da historiografia do Brasil**: historiografia colonial. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

SANTIAGO, Silviano. A Amazônia e a cobiça internacional. Arthur Cezar F. Reis (1960): o recorrente olhar de desejo dos estrangeiros. **O Brasil das Letras**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/ilb/BrasilDasLetras/index.html>. Acesso em: 17 nov. 2011.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos avançados**. São Paulo, v.19, n.54, p. 99-113, mai/

ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 23 jun. 2012.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O publicista, o governador e a Amazônia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 mai. 1965. Hemeroteca Arthur César Reis. Disponível em: http://200.208.241.123/prg_012.jsp. Acesso em: 23 mai. 2008.

SOUZA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a história do Amazonas: um começo em grande estilo**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2008.

A historiografia do império português na década de 1960: formas de institucionalização e projeções

The historiography of the Portuguese empire in the 1960s: institutional frames and projections

Diogo Ramada Curto

dcur@fcsh.unl.pt

Investigador integrado CesNova

Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26 C

1069-061 - Lisboa

Portugal

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar um balanço da historiografia acerca do império português produzida em Portugal no século xx. No artigo buscam desenvolver-se dois argumentos. De um lado, o de que, desde os anos 1960, a universidade tendeu a monopolizar o campo intelectual português e a constituir-se como centro da produção historiográfica sobre o império ultramarino e, em especial, sobre a temática dos Descobrimentos. De outro, intenta-se refletir sobre esta institucionalização da produção de conhecimento e a maneira como esse processo acabou por construir um saber sobre o passado que não foi produzido de forma autónoma, mas sim sujeito a agendas e conotações de natureza política, que moldaram o recorte e seleção das fontes, bem como a constituição de temáticas e abordagens.

111

Palavras-chave

Historiografia portuguesa; Portugal; Campo historiográfico.

Abstract

The aim of the present article is to provide an evaluation of the historiography on the Portuguese empire as produced in Portugal in the twentieth century. I seek to develop two specific lines of reasoning. On the one hand, I affirm that since the 1960s, the academia tended to monopolize the Portuguese intellectual arena and to establish itself as the center of the historiography on the overseas empire, and, in particular, on the subject of overseas expansion. On the other, I intend to reflect on this institutionalization of knowledge production and on how this process eventually built a knowledge of the past that was not produced independently, but rather subordinated to agendas and political connotations that have shaped the clipping and selection of sources, as well as the constitution of different topics and approaches.

Keywords

Portuguese historiography; Portugal; Historiographical filed.

Recebido em: 19/9/2012

Aprovado em: 3/10/2012

Qualquer balanço sobre a historiografia do império português nos últimos 50 anos debate-se com a questão da utilização política do passado. O ano de 1961 já assinala – com raras exceções – um momento de não-retorno no extremar das posições com o início da guerra de libertação de Angola, no primeiro trimestre, e a libertação de Goa, no mês de dezembro. Políticos e intelectuais interessados na história e provenientes de diferentes domínios escreveram sobre o passado, por vezes em relação a um período longínquo de cinco séculos, interpelando o presente. De facto, a história dos Descobrimentos, da Expansão, do império ou das antigas colónias definiu provavelmente o campo de maior intensidade, onde se determinou uma profusão de trabalhos por diferentes modos de politização. Ou seja, a história do império correspondeu a pontos de uma agenda política e, mesmo quando se procurou demarcar dela, reivindicando autonomia e capacidade de objetivação, acabou por nela se enredar. De qualquer modo, o argumento de carácter analítico que pretendo desenvolver não considera que a politização da história foi um dado novo dos anos 1960, pois estivera igualmente presente em configurações anteriores. A novidade desses mesmos anos – durante os quais encontramos uma genealogia de condições e de ideias que chega até nós –, há que procurá-la em duas ordens de fatores. Por um lado, nos acontecimentos que marcam a referida guerra, a começar, no que aos portugueses diz respeito, pela intensa militarização do Estado colonial. Por outro lado, numa alteração dos quadros mais institucionalizados da produção dos saberes relacionados com o império. Que tal passagem teve o carácter de uma mudança conjuntural ou mesmo estrutural, envolvendo uma cronologia que pode recuar à década de 1950, é uma afirmação que carece de demonstração.¹

112

Noutro lugar, descrevi como é que se configurou o campo de estudos sobre a história do império no período posterior à Segunda Guerra Mundial (CURTO 2007, p. 107-113). Identifiquei, então, três grandes grupos capazes de definir áreas de atuação: primeiro, o dos eclesiásticos e missionários orientados para o estudo das práticas religiosas; segundo, o dos homens de ciência, cujo arquétipo se poderia encontrar na figura do oficial de marinha; e, por último, o dos universitários que, espalhados por diferentes instituições académicas, ainda estariam longe de ter assumido a condução mais dinâmica do campo de estudos em causa. Como se o “arquivo” colonial pudesse ser considerado transparente, em todas essas áreas se manifestou um enorme interesse pela publicação de documentos: das coleções organizadas pelos padres António Silva Rego, António Brásio e Basílio de Sá à recolha de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica* (6 volumes, 1960). Paralelamente, assistiu-se a uma entrada, neste mesmo campo, de historiadores e cientistas sociais estrangeiros, bem como ao duplo movimento de emigração de alguns historiadores portugueses e de permeabilidade aos ensinamentos do que se considerava ser um novo modo de fazer a história, com base na construção de séries e de uma maior atenção concedida aos mares. A este panorama,

¹ Para a mesma relação entre ideologia colonial e produção de conhecimento, cf. HENRIQUES 1997, p. 18-19, 27-104.

acrescentaria agora que, no final dos anos 1950 e inícios da década de 1960, se formou uma nova configuração: a universidade, associada a uma série de instituições estatais, de programas comemorativos e tendo como sua expressão máxima as publicações de alguns centros de investigação, assumiu uma centralidade até então inédita; por sua vez, as editoras comerciais entraram no campo, criando, a partir das lógicas de mercado e de uma procura real, uma alternativa às iniciativas estatais; por último, multiplicaram-se os sinais de uma internacionalização da história, mau grado os atrasos e os bloqueios criados a nível oficial e institucional.

Compreender essa nova configuração, que deixou marcas evidentes até aos nossos dias, a ponto de podermos considerar que ainda fazemos parte dela, implicaria um conhecimento mais aprofundado de uma história social dos intelectuais portugueses que se encontra por fazer. A este respeito, há pelo menos três aspectos que futuras agendas de investigação deverão retomar. Primeiro: mesmo correndo o risco de ultrapassarmos os limites de uma história do império, será necessário verificar de que modo a institucionalização académica dos saberes tendeu a monopolizar a vida intelectual, impondo níveis de especialização e convenções que romperam com hábitos anteriores. Na história, nas ciências sociais e nas humanidades, um tal processo de monopolização universitária rompeu com sociabilidades dispersas pelos mais diversos círculos e pôs fim a formas de comunicação que tinham no ensaio um dos seus géneros privilegiados. Segundo aspecto: passou a ser decisivo o contributo das universidades e dos programas das instituições estatais no assegurar das condições de vida e de estabilidade financeira que permitiam assumir, à escala individual, um trabalho intelectual. Logo, os excluídos da academia – demitidos por motivos políticos, obrigados ao exílio, desempregados ou remetidos para ocupações consideradas menos prestigiantes, incluindo a categoria de professor de liceu – continuaram, na maioria dos casos, a gravitar em torno dos valores de consagração e dos modelos universitários. Porventura mais evidente, na formação de saberes e de formas de consciência anticoloniais, é o caso da literatura, da ficção à poesia, em que o papel em Lisboa da Casa dos Estudantes do Império revelou, até na formação de um discurso de resistência, a força da universidade através dos seus estudantes. Em terceiro e último lugar: uma história social dos intelectuais portugueses desde os anos 1960 terá de ultrapassar as divisões maniqueístas em que incorrem muitos dos discursos de combate, tanto dos mais ortodoxos, como dos que eram à época tidos como mais heterodoxos. Sobretudo, afigura-se necessário encontrar, no interior das instituições afectas ao regime, as figuras e os sinais, mesmo que raros, de dissensão; bem como atenuar os efeitos daqueles cujo conservadorismo pode ser confundido com uma qualquer visão aparentemente progressista; ou, ainda, identificar os que se reclamavam de um progressismo de princípio sem nunca conseguirem levar à prática esse espírito.

A enunciação de fatores e o estabelecimento de agendas para investigações futuras só podem ser feitos à luz da atuação concreta e do trabalho dos próprios historiadores. Uma seleção de algumas ocorrências tem valor indicativo da

nova configuração criada na década de 1960. Assim, em 1961, o doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Coimbra de Armando Cortesão assinala a já referida centralidade da universidade. A sua formação de base tinha sido feita em Agronomia, e fora a partir de uma base científica que se afirmara, desde o primeiro quartel do século xx, como agente do pensamento modernizador nas colónias e um dos seus mais acérrimos defensores em âmbito internacional. Em S. Tomé, colaborou com Sacadura Cabral, em trabalhos de levantamento cartográfico e, a exemplo do seu mestre, transferiu, depois, para a investigação sobre a história da cartografia e da náutica os seus interesses. O reconhecimento da Universidade de Coimbra aconteceu na sequência da publicação da já citada coletânea cartográfica. Se, através dela, o objetivo político era justificar a presença de Portugal no mundo, velha de cinco séculos mas sempre associada à produção de conhecimentos científicos, o gesto da academia coimbrã não era o de simples correia de transmissão de um regime ditatorial. Por parte da universidade, tratava-se, sobretudo, de uma apropriação dos saberes científicos e coloniais ensaiados por um agrónomo e cientista, herdeiro e colaborador de oficiais da marinha. No ato do seu doutoramento, o facto de um dos oradores ter sido Luís de Albuquerque, de créditos firmados em matemática e história da ciência, à época já reconhecido pelas suas posições de esquerda, revela que a universidade se sentia autorizada a constituir a ciência como um campo autónomo, capaz de pairar acima dos seus usos políticos. No entanto, tal como sucedera no passado, Armando Cortesão não hesitou em percorrer o caminho oposto, pondo o seu prestígio e experiências – em situação colonial e nos foros internacionais – ao serviço da defesa do regime que já se encontrava envolvido numa guerra de libertação (CORTESÃO 1962, 1975, p. 179, 224-225).

114

Se um ato de consagração ocorrido na Universidade de Coimbra em 1961 é um traço de um processo de apropriação universitária da dimensão científica associada aos estudos de história da cartografia e da náutica, tem também a vantagem de evocar, a partir de um momento fundador e de um ritual de passagem, o recorrente uso político de um discurso científico associado aos Descobrimentos e à Expansão imperial. Assim, quando na década de 1990 encontrou em Luís de Albuquerque uma das suas fontes de credibilização, a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses limitou-se a reproduzir a ideia de que a ciência associada ao império permitia articular história com modernização e, simultaneamente, era capaz de gerar consensos muito superiores a disputas ideológicas.

Mas nem por sombras se julgue que a universidade dos anos 1960, nos seus centros de maior dinamismo, se reduzia a Coimbra. Em Lisboa, o jovem Adriano Moreira sucedera a António Mendes Correia na direção da antiga Escola Colonial, que passou a atuar no interior de uma constelação de instituições, juntas e missões associadas às políticas ultramarinas, todas elas orientadas para a produção de um saber colonial. Como ele próprio veio a argumentar, foi com base nessa constelação de saberes e instituições que o ministro pretendeu pautar a sua atuação como subsecretário de Estado da Administração Ultramarina e ministro do Ultramar. Se a formação jurídica de Moreira o levava a estudar o

sistema penitenciário em contexto colonial, talvez na mira de ser reconhecido no centro de maior prestígio dos saberes à época, a Faculdade de Direito de Lisboa, quando lhe foi vedada a entrada, acabou por mostrar uma permeabilidade, até então inédita nos círculos de juristas, às ciências sociais, história e psicologia – sobretudo quando estavam em causa usos práticos das mesmas em contexto colonial, incluindo ações psicológicas.

A ampla renovação universitária empreendida por A. Moreira conseguiu mobilizar recursos financeiros de monta. Em paralelo, assistiram-se a outras tentativas universitárias de renovação e aproximação às ciências sociais. Por exemplo, pela mesma altura, Adérito Sedas Nunes procurava, no âmbito da segunda arrancada do corporativismo, desenvolver investigações e promover a formação de uma nova geração de sociólogos e cientistas sociais. Orlando Ribeiro empreendia, no Centro de Estudos de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, um projeto paralelo de estudo da sociedade, prestando particular atenção às continuidades de uma sociedade tradicionalmente rural, mas envolvendo-se igualmente no estudo do Ultramar. Por último, no Instituto Superior de Agronomia, um pequeno grupo de economistas e sociólogos rurais, representado por Eugénio de Castro Caldas, desenvolvia os mesmos interesses recorrendo a outra linguagem e enfoque disciplinar. Se trago à colação todos estes casos é porque eles exemplificam uma espécie de bolsas de modernização protagonizadas publicamente pela universidade e centros financiados – os quais procuravam, através de uma aproximação às ciências sociais, a formação, mesmo que episódica, de consensos. A passagem, embora breve (motivos políticos levaram-no à demissão), de Vitorino Magalhães Godinho pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, dirigido por Adriano Moreira, constitui um dos exemplos do mesmo processo.

De facto, a experiência e os contactos internacionais de Godinho, tal como de Luís de Matos e Jorge Dias, suscitaram o interesse daquela que seria uma das maiores fontes de dinamismo universitário na época, o já referido Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.² Porém a vinda de Godinho, de França, para ingressar no quadro dos docentes dessa instituição, sucedeu imediatamente à sua tese de doutoramento de Estado, que veio a ser publicada primeiro em português, com o título *Os descobrimentos e a economia mundial*.³ Tratava-se, como é bem sabido, de um dos exemplos mais elaborados das orientações da denominada escola dos *Annales*: o estudo da economia do império português era integrado numa visão de história global e total, desafiando visões patrioteiras dos Descobrimentos. De passagem, sublinhe-se que Godinho não só adotava as orientações dos seus colegas franceses, mas também retomava a uma nova luz alguns dos ensinamentos de António Sérgio e de Jaime Cortesão. Porém, a resistência e oposição sem quebras de Godinho à ditadura do medo ficaram bem demonstradas na documentação que publicou, mais recentemente, na

² Criado em 1954 para substituir a antiga Escola Colonial, integrado em 1961 na Universidade Técnica de Lisboa, e a partir de 1962 denominado Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

³ A primeira edição portuguesa é de 1963-1971, a edição portuguesa revista é de 1983-1984 e a edição francesa é de 1966.

introdução à segunda edição de *A expansão Quatrocentista portuguesa* (2008). Um inquérito mais vasto das condições de instabilidade e precariedade em que Godinho trabalhou após ter sido demitido levar-nos-ia a compreender o modo como o mercado editorial funcionou, garantindo condições mínimas de estabilidade financeira para quem tinha sido votado ao desemprego. A universidade, neste caso a de Clermont-Ferrand na longínqua Auvergne, voltou a atrair Godinho, mas só passada cerca de uma década. Se uma conceção da história elaborada no contacto com as ciências sociais fora assumida por Godinho como um combate a travar pela renovação da história dos Descobrimentos e do império, também outros historiadores procuraram a mesma abertura às ciências sociais e às perspetivas interdisciplinares dos *Annales*. Foram os casos de José Gentil da Silva, Joaquim Barradas de Carvalho e Alfredo Margarido. Entre os que permaneceram em Portugal, tendo-lhes sido vedada a entrada na universidade, Joel Serrão e António José Saraiva (este do lado exclusivo da história da literatura) partilharam dos mesmos interesses e tiveram papel de relevo no lançamento de obras de grande difusão editorial.

116

Porém, os historiadores de orientação progressista não foram os únicos a manifestar interesse pelos ventos que corriam de França animados pelos herdeiros e seguidores de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel. Na verdade, não foram só os historiadores que emigraram – votados ao exílio ou marginais ao sistema, alguns desempregados e, por isso, movidos pela necessidade urgente de angariar uma fonte de subsistência, na sua maioria tomados como novos estrangeirados – que se interessaram pelos *Annales*. Numa época em que a universidade se constituía em principal centro das dinâmicas da produção historiográfica, Virgínia Rau – professora da Faculdade de Letras de Lisboa cujas condições de vida lhe permitiam circular pelos colóquios internacionais, interessada tanto na Idade Média, como na Moderna, apoiada e simultaneamente instigadora do labor de Jorge Borges de Macedo, seu assistente – levou para a academia os ensinamentos da história económica e social francesa. O seu interesse pelas feiras, o sal, ou o estudo do comércio portuário encontrou fonte de inspiração na história francesa. Porque abraçava, então, uma universidade conservadora que só acolhia os que pactuavam com a ditadura do medo as ideias renovadas da historiografia francesa? Se aceitarmos tal atração como um movimento sincero, podemos reconhecer que se tratava, mais uma vez, de gerar consenso em torno de um programa ou de um conjunto de ideias inovadoras. As instituições do regime autoritário, em geral, preferiam ser conotadas com o que existia de moderno, não com o que era tido por arcaico. Porém, há um outro modo de responder à pergunta: para os que se encontravam dentro da universidade portuguesa, tratava-se, pura e simplesmente, de uma apropriação de renovadas formas de fazer a história, sem que tal implicasse uma adesão a qualquer tipo de visão progressista da sociedade; os conservadores, alinhados com as ortodoxias, vinham assim resgatar as ideias ao terreno dos heterodoxos. Não foi, porém, por mero acaso que Borges de Macedo, na sua intenção de criticar as ideias que mal se adaptavam à compreensão das dinâmicas consideradas exclusivas da sociedade portuguesa, acabou por depreciar, já no início da

década de 1970, o papel histórico dos estrangeirados. Ontem como hoje, para ortodoxos e conservadores, a exposição ao exterior parece ser sobretudo um verniz a benefício de inventário e para consumo interno.

Aliás, as visões ideológicas coloniais – que contavam, como um dos seus principais recursos, com a produção historiográfica sobre os Descobrimentos, a Expansão e as sociedades ultramarinas fundadas na plasticidade luso-tropical – temiam as incursões do exterior, protagonizadas por historiadores, cientistas sociais e africanistas estrangeiros. Mais conhecido é, a este respeito, o nome de Charles Boxer, o historiador inglês, especialista nos impérios português e holandês, que se envolveu num debate contra um propalado não-racismo ou propensão dos portugueses para a mestiçagem, no interior de uma mais generalizada capacidade de integração e aculturação. Estão, ainda, por descobrir muitos dos fios desse debate, que só por simplismo pode ser tomado como um confronto entre Gilberto Freyre e o referido Boxer. Porém, mais desconhecidas ainda são as intervenções e as reações dos americanos James Duffy, historiador, Marvin Harris, conhecido antropólogo com trabalho de campo em Moçambique, e do conhecido africanista britânico Basil Davidson (HARRIS 1958, 1959, 1960, 1964; DAVIDSON 1962). Instituições e círculos oficiais também procuraram captar a atenção de autores estrangeiros de inegável prestígio. Por exemplo, o conhecido historiador e filósofo da história Arnold Toynbee proferiu uma conferência no Instituto de Altos Estudos Militares, em 1959 ou 1960, que mereceu o aplauso de Marcelo Caetano. Nessa mesma conferência, o historiador britânico referiu-se ao império português em termos hipotéticos:

117

Suponho que a tradição portuguesa de liberalidade sobre a questão da mistura de raças é uma das causas de notável durabilidade do império colonial português no presente século. O Império português não é só o primeiro dos impérios coloniais da Europa Ocidental; é também aquele que sofreu as primeiras perdas. Estas suas perdas foram pesadas no século dezassete e dezoito; os então crescentes impérios coloniais britânico, francês e holandês foram, em parte, edificados com ex-possessões portuguesas. A partir de 1945, estes três impérios coloniais mais jovens da Europa Ocidental derreteram-se como se fossem "icebergs" impelidos para os mares tropicais. Contrariamente, o remanescente do império português não foi diminuído. Será isto porque, nos territórios ultramarinos portugueses, tem sido feita a interpenetração numa escala bastante grande que permite criar um elo muito sólido de simpatia (TOYNBEE 1960, p. 63-82, *maxime* 79)?

Da interpretação de Toynbee – que lançava a interrogação sobre o problema da mistura racial, associada às potencialidades de integração pela conversão religiosa criadas por portugueses, espanhóis e muçulmanos, tudo temas do luso-tropicalismo de Freyre –, Marcelo Caetano reteve sobretudo uma ideia bem voluntarista, capaz de servir de justificação a uma guerra colonial que se adivinhava iminente. De facto, para o antigo ministro das Colónias, os ensinamentos de Toynbee revelavam que a vitalidade das civilizações se encontrava na sua capacidade de resposta aos desafios que enfrentavam. Estes últimos eram lançados tanto às civilizações, como às

nações, “pelo meio físico, por outras civilizações ou por grupos humanos rivais” (CAETANO 1971, p. 71).⁴

Com efeito, desde os anos 1950, estavam em curso dois grandes debates políticos relativos à história do império colonial português, cuja identidade se encontrava em fase de revisão pelo recurso a expressões como “ultramar”, “além-mar”, “espaço português” ou “províncias ultramarinas”.⁵ Afonso Rodrigues Queiró, professor catedrático da Universidade de Coimbra e um dos juristas com responsabilidades na conceção corporativa e ultramarina do Estado Novo, escreveu algumas das páginas mais perversas a este respeito. Nelas, considerou que os processos de anticolonialismo e descolonização, então em curso e tidos como inevitáveis, não se aplicavam a Portugal, dado o carácter excecional da presença ultramarina dos portugueses (QUEIRÓ 1961). Pode, por isso, dizer-se que porventura tão importante como o tema do luso-tropicalismo, nos círculos oficiais, foi a invenção de uma suposta tradição política portuguesa fundada na descentralização e na autonomia, ambas representadas pela força política das elites locais (CAETANO 1970, p. 24).⁶ Luso-tropicalismo e descentralização foram, talvez, os dois argumentos principais, as duas teses, de uma ideologia colonial oficial construída desde a década de 1950, com a qual se pretendia escamotear o evidente racismo colonial e desviar as atenções internacionais

⁴ Entre as vozes que se ergueram, na época, em defesa da integração e referindo a ausência histórica de “problemas raciais” em Portugal, encontra-se DIAS 1960. Também Orlando Ribeiro falava peremptoriamente do sonho de construir em Angola “uma terra ampla onde todas as raças vivam em paz, na dignidade e no respeito mútuo, baseados na tolerância e na equidade”, e acrescentava em nota que os acontecimentos recentes de 1961 em nada alteravam o seu pensamento RIBEIRO 1962, p. 120.

⁵ “As resoluções tomadas pelas Nações Unidas, desde 1945, levaram à formação de alternativas à noção de colónia, a qual implicava um tipo de controlo internacional a que Portugal pretendia escapar” (Cf. SILVA 1961).

⁶ “[...] anunciei nos discursos que fiz em África os pontos fundamentais da nossa política: consolidação das sociedades multirraciais que cultivamos e das quais está ausente toda e qualquer discriminação de cor, raça, ou religião; *autonomia progressiva do governo das províncias*, de acordo, segundo a Constituição, com o respectivo estado de desenvolvimento e os seus recursos próprios; participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas; fomento dos territórios com ampla abertura à iniciativa, à técnica, ao capital de todos os países sob a única condição de se proporem valorizar a terra e a gente, e não explorá-las” (CUNHA 1971, p. 3-4, grifos nosso). “Quem conhece a história do direito público e da administração do ultramar sabe que tem sido preocupação dos Poderes Públicos em todas as épocas acompanhar a evolução das províncias (e procurar ir até à frente dela), adaptando os sistemas políticos e administrativos às realidades do seu meio social para que este possa contar com o apoio de instituições que lhe não tolham o desenvolvimento, antes o incentivem, permitindo que os responsáveis pela administração disponham de instrumentos de direção adequados e facultando às populações maior intervenção na gestão das coisas públicas. Constitui excepção a esta regra um curto período da nossa história, a partir das revoluções do princípio do século passado, em que as doutrinas individualista e liberal nascidas do ideário de 1789 levaram a tentar implantar um regime político-administrativo que, em relação ao ultramar, se caracterizava pela eliminação de todos os particularismos dos sistemas administrativos e das leis nele vigentes, que deveriam ser os mesmos em todo o território nacional. Foi uma experiência curta e desastrosa, logo abandonada quando um contacto mais directo com as realidades mostrou aos responsáveis que os territórios nacionais fora da Europa só podiam governar-se com leis que tivessem em conta a especialidade dos seus meios humano, geográfico e económico. Foi uma verdade que se impôs à brilhante geração de administradores e oficiais de África do século passado, em que avultam nomes como os de António Enes, Mouzinho de Albuquerque, Eduardo Costa, Paiva Couceiro e Aires de Ornelas [...]” (CUNHA 1971, p. 13). “Esta tradição só se quebrou com a influência das doutrinas liberais (essas, sim, de origem estrangeira e que estranhamente alguns parecem querer pôr de novo em prática!)” (CUNHA 1972, p. 11). “terá v. Ex.^a também de a todos garantir participação na vida pública, consoante os seus méritos e aptidões. Terá de criar condições que assegurem que as instituições políticas e administrativas (entre as quais assumem posição de especial relevo, como verdadeiras escolas de formação de políticos e de administradores, os órgãos locais de administração autárquica), possam desempenhar, em toda a sua plenitude, as funções que as leis lhes atribuem” (CUNHA 1972). No cumprimento do mesmo programa de invenção de uma tradição, destacam-se, desde a década de 1950, os trabalhos eruditos de António Alberto Banha de Andrade, por exemplo: ANDRADE 1971; bem como o exemplo da edição de REGO 1974. Também o P. António Silva Rego considerava que “o instinto nacional” soubera “sempre conservar as linhas mestras da administração metropolitana”, logo um dos métodos da colonização portuguesa consistia em copiar, “tanto quanto possível, no Ultramar a orgânica municipalista metropolitana” (REGO 1963, p. 25).

das mais diversas formas de trabalho forçado. Não esqueçamos que, a partir da eclosão da guerra em Angola, a defesa de uma política de “concentração de poderes” e, claro está, de militarização do Estado colonial se traduziu em inúmeros projetos destinados a aterrorizar as populações e a exercer sobre elas uma sistemática “ação psicológica” (MOREIRA 1961a). Ao longo da década de 1960, contra a existência da referida tradição política de descentralização, acrescentou-se, ainda, a doutrina relativa à necessidade de um Estado forte, capaz de levar a cabo uma missão civilizadora de desenvolvimento, único tipo de ação que poderia justificar a presença portuguesa em África (NUNES 1965).⁷ Este breve inventário de linhas de orientação política não ficaria completo sem uma última referência aos estudos antropológicos e de contacto de culturas, que permitiram dar a conhecer grupos de indígenas, na sua configuração tribal; a constatação do seu baixo nível de civilização, próprio de povos selvagens ou primitivos incapazes de autogoverno, justificava que fossem tutelados, competindo ao Estado colonial assimilar essas mesmas entidades políticas (MOREIRA 1961b).⁸

Se, no seu estudo sobre a discriminação racial, Boxer pusera em causa um dos temas caros ao regime de Salazar, ao dedicar-se ao estudo dos municípios pareceu aproximar-se dele. Claro que o historiador inglês estava bem a par das ricas discussões ocorridas no Brasil acerca do papel das câmaras: funcionavam elas como representação do povo ou, simplesmente, de uma oligarquia egoísta e autoperpetuada? Estariam investidas de autonomia ou não passariam de mera caixa de ressonância de governadores e vice-reis (BOXER 1969, p. 170-171)?⁹ De qualquer forma, o modo como os portugueses organizaram as suas instituições, construindo um sistema cruzado de controle no interior da qual haveria espaço para a representação política das elites locais, brancas ou portuguesas, surgiu como uma espécie de modelo posto em prática na Rodésia de Ian Smith, independente desde 1965.¹⁰ Publicada no mesmo ano, a história dos municípios nos trópicos pode ser lida como uma espécie de projeção ou forma de legitimação pelo passado das discussões ocorridas em Angola no início dos anos 1960. Boxer andara por Luanda nesse período, a pesquisar nos arquivos. Mas a sua erudição não deixava de corresponder a preocupações

⁷ Está por fazer uma recolha sistemática das doutrinas modernizadoras e dos discursos respeitantes à necessidade do progresso determinado pela ação governativa; a título de exemplo, cf.: CUNHA 1966, 1968.

⁸ Como exemplo de estudo monográfico: DIAS 1964 (volume reeditado em 1998, com importante estudo introdutório de Rui M. Pereira).

⁹ Está por fazer a história da utilização das câmaras municipais enquanto instrumentos de representação política. Capistrano de Abreu confessou o seu ceticismo a respeito da relevância das mesmas, conforme pode ser documentado numa das suas cartas a Lúcio de Azevedo: Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 1917 (RODRIGUES 1954, p. 28). Na mesma linha, pronunciaram-se Caio Prado Júnior (1948, p. 348 e ss.); VIANA 1948, p. 165; FAORO 1991, p. 207-211, 267. Tal ponto de vista tinha antecedentes, por exemplo, nas comparações entre o papel das câmaras nos impérios português e britânico, conforme se pode ver em GRACIAS 1894, p. 124-125. Frente a este ponto de vista, vários foram os historiadores portugueses que, remontando à inspiração de Alexandre Herculano, defenderam o papel crucial das câmaras portuguesas como expressão de uma burguesia empreendedora e de uma representação política, ora democrática ora oligárquica. Cf. CORTESÃO 1971, p. 40-41, a propósito de Macau.

¹⁰ “The first attempt to restore order in Angola – the announcement of impending administrative reforms which would lead to limited autonomy – apparently convinced neither the African opposition nor critics abroad, but it aroused the white settlers in Angola and brought them to support whatever repressive measures the government is presently taking in Angola” (DUFFY 1962, p. 25-26).

políticas contemporâneas, as quais cobriam um espectro que ia dos modelos de descolonização branca às ideias que circulavam no interior dos círculos mais politizados das elites angolanas. Tudo isto tendo no horizonte uma aproximação ancestral a modelos de governo baseados na autorrepresentação e favorecidos pela administração colonial britânica.

O argumento de caráter analítico que procurei desenvolver até aqui parte de uma dupla constatação. Por um lado, desde os anos 1960, a universidade, num movimento generalizado de monopolização da vida intelectual, tendeu a constituir-se em centro da produção historiográfica e dos Descobrimentos em particular. Por outro lado, esse mesmo processo de institucionalização, em parte suscitado por sucessivas políticas comemorativas, longe de ter criado as condições para a elaboração de um saber autónomo, sujeitou a produção historiográfica a agendas ou a conotações de natureza política. Quais os principais temas da historiografia do império politicamente conotada? Como foi sugerido até aqui, qualquer inventário dos temas associados aos diferentes modos de escrever a história dos Descobrimentos e do império deverá começar por atender às publicações documentais e ao trabalho sobre as fontes primárias – tal como se, na positividade dos documentos, pudesse existir um sistema de prova capaz de gerar um reconhecimento natural e consensual. Em segundo lugar, a ciência – a começar pela atenção dada aos temas da náutica e da cartografia e a terminar nos métodos renovados de uma historiografia atenta aos aspetos materiais e às orientações económicas e sociais – constituiu-se numa base de convergência. Sobretudo nos círculos académicos mais afetos ao regime de Salazar, a elaboração de discursos sobre ou com base na ciência permitiu uma ligação ao que era considerado constitutivo de um pensamento moderno. Em terceiro lugar, haverá que considerar a atração e o envolvimento de alguns historiadores e intelectuais estrangeiros, e ainda o modo como contribuíram para a fixação de agendas de investigação. A este respeito, sublinhe-se que a passagem de Toynbee, com todo o seu prestígio, pelo Instituto de Altos Estudos Militares merece ser explorada. Em quarto lugar, há que considerar de forma cruzada os temas da miscigenação e da autonomia, esta última representada por cidades e câmaras capazes de protagonizar uma espécie de tradição política à escala do império português. Em quinto e último lugar, porventura o menos evidente do ponto de vista dos caminhos sinuosos da pesquisa histórica, será reparar no modo como a noção de concentração de poderes – posta ao serviço tanto de políticas militares de aterrorização das populações, como de projetos de modernização económica – foi objeto de uma apropriação renovada nos círculos de historiadores.

O elenco de temas acabado de referir tem valor indicativo e meramente exploratório. Pois, se estamos longe de ter entendido as diferentes componentes de uma ideologia colonial, como poderemos analisar o modo como a investigação histórica – de base académica e protegida por programas lançados pelo Estado – foi condicionada por essa mesma ideologia e pelas respostas que obteve por parte daqueles que se lhe opunham?

Referências bibliográficas

- ANDRADE, António Alberto Banha de. O Regimento do fundador de Benguela (1615) e o sentido humano e científico dessa "Conquista". Sep. de **Stvdia**, n.º 33, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971.
- BOXER, Charles. **A Idade do Ouro do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969 [1962].
- CAETANO, Marcelo. **Razões da presença de Portugal no Ultramar**. Lisboa: [s.n.], 1970.
- _____. A África e o futuro. In: _____. **Ensaios pouco políticos**. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- CORTESÃO, Armando. **Realidades e desvarios africanos**. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1962.
- _____. **Esparsos**. Vol. II. [Coimbra]: Por ordem da Universidade, 1975.
- CORTESÃO, Jaime. **O Ultramar português depois da Restauração**. Lisboa: Portugália, 1971.
- CUNHA, J. M. da Silva. Obras públicas condição do progresso. Discurso do Ministro do Ultramar, em 31 de Outubro de 1966, na posse do secretario provincial de Obras Públicas e Comunicações de Moçambique. Sep. do **Boletim Geral do Ultramar**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1966.
- _____. **Os deveres dos governadores**: discurso proferido em Lisboa, no dia 20 de Maio de 1968, pelo Ministro do Ultramar, Prof. Dr. Joaquim M. da Silva Cunha, na cerimónia de posse do novo governador da Guiné, Brigadeiro António Sebastião Ribeiro de Spínola. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- _____. Descentralização e autonomia na tradição ultramarina de Portugal. Sep. de **Garcia de Orta**: revista da Junta de Investigações do Ultramar, v. 19, n.ºs 1-4, Lisboa, 1971.
- _____. **O progresso de Angola continua**: discurso proferido pelo Ministro do Ultramar... no acto de posse do governador-geral de Angola, Eng. Fernando Augusto Santos e Castro, no salão nobre do Ministério do Ultramar, em 20 de Outubro de 1972. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.
- CURTO, Diogo Ramada. **As múltiplas faces da história**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- DAVIDSON, Basil. The Oldest Alliance Faces a Crisis. MASON, Philip *et al.* **Angola**: a Symposium. Views of a Revolt. London: Institute of Race Relations; Oxford University Press, 1962, p. 132-160.
- DIAS, Jorge. Convívio entre pretos e brancos nas Províncias Ultramarinas Portuguesas, **Estudos Ultramarinos**, n.º 3 – Problemas políticos, 1960, p. 21-32.

- DIAS, Jorge. **Os Macondes de Moçambique**. Vol. I: aspectos históricos e económicos. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar; Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1964.
- DUFFY, James. **Portugal's African territories**: Present Realities. Occasional Paper, n.º 1. Nova York: Carnegie Endowment for International Peace, 1962.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Vol. I. São Paulo: Editora Globo, 1991 [1958].
- GRACIAS, J. A. Ismael. **Decreto de 1 de Dezembro de 1869**: carta orgânica das Instituições administrativas nas Províncias Ultramarinas. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1894.
- HARRIS, Marvin. Portugal's African "Wards". A First-Hand Report on Labor and Education in Moçambique, **Africa Today**, v. 5, 1958.
- _____. Labour Emigration Among the Moçambique Thonga: Cultural and Political Factors, **Africa: Journal of the International African Institute**. v. XXIX, 1, 1959.
- _____. Labour Emigration Among the Moçambique Thonga: A Reply to Sr. Rita-Ferreira, **Africa, Journal of the International African Institute**, v. XXX, 3, 1960.
- _____. Raça, conflito e reforma em Moçambique, **Política externa independente**, vol. I, 3, Rio de Janeiro, 1964, p. 8-39.
- HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos da modernidade em Angola**: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Trad. A. Margarido. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.
- JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. 3.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1948.
- MOREIRA, Adriano. **Concentração de Poderes**: discursos proferidos pelo Ministro do Ultramar Prof. Dr. Adriano Moreira, em 31 de Maio e 17 de Junho, nos actos de posse do governador-geral de Moçambique, Contra-Almirante Manuel Maria Sarmiento-Rodrigues e do governador-geral de Angola, General Venâncio Augusto Deslandes. Lisboa: Bertrand, 1961a.
- _____. **A unidade política e o estatuto das populações**: conferência proferida pelo subsecretário de Estado da Administração Ultramarina..., na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 18 de Março de 1960, por iniciativa da Associação Académica desta Universidade. Lisboa: Bertrand, 1961b.
- NUNES, Adérito Sedas. Prefácio. In: SOUSA, Alfredo de. **Economia e sociedade em África**. Lisboa: Livraria Moraes, 1965.
- QUEIRÓ, Afonso Rodrigues. Portugal e a descolonização, Sep. de **Estudos**, v. I, n.º 38, Coimbra, 1961.

- REGO, A. Silva. Annaes do Municipio de Mossamedes, Sep. de **Stvdia**, n.º 38, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974.
- REGO, A. Silva. **Princípios e métodos da colonização portuguesa**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1963.
- RIBEIRO, Orlando. **Aspectos e problemas da expansão portuguesa**, n.º 59 – Estudos de Ciências Políticas e Sociais. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1962.
- RODRIGUES, José Honório (ed.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Vol. II. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- SILVA, J. M. da Cunha. O caso português perante as Nações Unidas, Sep. de **Ultramar**, n.º 4, 1961.
- TOYNBEE, A. O Ocidente e o futuro. **Conferências proferidas em 1959-60**: Instituto de Altos Estudos Militares. Vol. 1. Caxias: [s.n.], 1960.
- VIANA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**. Vol. I. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia

Remembering April: the Brazilian and Portuguese historiographies, and the problem of the transition to democracy

Américo Oscar Guichard Freire

americo.freire@fgv.br

Professor associado

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Rua Joaquim Nabuco, 43/92 - Copacabana

22080-030 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Francisco Carlos Palomanes Martinho

fcpmartinho@gmail.com

Professor doutor

Universidade de São Paulo

Rua Urano, 65/94B - Aclimação

01529-010 - São Paulo - SP

Brasil

124 **Resumo**

O objetivo deste texto é situar e analisar algumas questões que têm marcado a produção historiográfica brasileira e portuguesa acerca do tema da transição democrática. Discute-se como os estudos históricos têm lidado com a memória social a respeito da experiência autoritária nos dois países. Em seguida, examinam-se correntes interpretativas que colocam em questão o significado e a profundidade das mudanças desencadeadas na esteira da transição democrática. Não caberá aqui uma intercalação de teses, umas mais *modernas*, em substituição a outras, *arcaicas*, e sim chamar atenção para um debate que, marcado pelos impactos do tempo presente, está longe de se esgotar.

Palavras-chave

Historiografia; Memória; Transição.

Abstract

The objective of this text is to analyze a number of questions that have been important for the Brazilian and Portuguese historiographical production on the theme of the democratic transition. It discusses how the history-studies have been dealing with the social memory related to the authoritarian experience in both countries, and examines different interpretations that question the meaning of the changes that happened as a consequence of the democratic transition. There will be no place for an intercalation of authors, with some *more modern* as a replacement for others, *more ancient* ones; instead, the text draws attention to a debate that, marked by the present time, is still far from exhausted.

Keywords

Historiography; Cultural memory; Transition.

Enviado em: 16/5/2012

Aprovado em: 5/7/2012

Na madrugada do dia 31 de março para 1º de abril de 1964 um golpe de Estado pôs fim à experiência democrática brasileira que se iniciara com a redemocratização de 1945-1946. Também através de um golpe de Estado dez anos depois, a ditadura corporativa portuguesa era derrubada abrindo caminho para o processo revolucionário da Revolução dos Cravos. Semelhanças e diferenças nos dois casos não deixam de ser instigantes. No Brasil e em Portugal, o protagonismo das Forças Armadas. Ainda assim, no primeiro episódio a ação das altas patentes dava início a uma ditadura de quase duas décadas, enquanto que no segundo a conspiração de capitães e majores, sobretudo, abria caminho para o processo de redemocratização português. Para os historiadores e demais cientistas sociais, a instauração da ditadura brasileira e a transição portuguesa provocaram debates, organizações de congressos e publicações diversas. Como pano de fundo, perspectivas teóricas diversas e a memória das ditaduras e das transições, momento de maior ou menor perspectiva crítica com relação ao comportamento das instituições e da sociedade de um modo geral.

Brasil: entre memórias, atores, pactos e rupturas

Os governos brasileiros, oriundos da transição negociada de fim dos anos 1970 e do começo da década seguinte, têm procurado adotar uma postura discreta em torno das comemorações que partidários do antigo regime, militares e civis, vêm promovendo em torno da chamada *Revolução de 31 de março de 1964*. Daí a adoção de medidas no sentido de retirar qualquer caráter oficial de eventos que fossem realizados no interior de unidades militares ou em clubes ou associações castrenses. Em 2011, o Ministério da Defesa foi mais longe e baixou resolução que retirou a data do calendário oficial das Forças Armadas, o que na prática inviabiliza o uso de espaços oficiais para os que porventura estivessem interessados em rememorar 1964. Em resposta, correligionários do regime anterior realizaram uma série de atos de protesto em espaços públicos e clubes militares em várias cidades do país às vésperas do 31 de março de 2012. No Rio de Janeiro, a comemoração no Clube Militar foi recebida por uma manifestação levada a efeito por militantes de diferentes partidos e entidades de esquerda que, na ocasião, chamaram a atenção da opinião pública para os crimes e a tortura no regime militar, ao mesmo tempo em que propugnaram por medidas de punição aos torturadores e a imediata constituição de uma Comissão da Verdade (GÓES; BRUNO 2012).

Se nos meios políticos e sociais, a memória sobre o março/abril de 1964 está sendo disputada na imprensa, nos *blogs* e nas ruas, sob o olhar preocupado e cauteloso do atual governo, nos meios acadêmicos o que se assiste nas últimas décadas é um crescimento exponencial da produção relativa a 1964 e ao regime militar, dando curso a um fenômeno que o historiador Carlos Fico já registrara em 2004 (FICO 2004, p. 30). Razões não faltam para explicar esse fenômeno que, como se sabe, não diz respeito apenas ao Brasil. Basta uma breve consulta a programas de congressos internacionais que tratam de temáticas contemporâneas para se verificar a presença de um sem número de trabalhos dirigidos para a análise de temas e problemáticas relativas às experiências

dramáticas vividas por indivíduos e grupos de diferentes sociedades sob o jugo de regimes ditatoriais.

Na agenda de estudos relativos à ditadura brasileira, um campo que tem sido privilegiado recentemente pelos historiadores é o que examina a transição política e suas implicações para a instauração de uma ordem democrática no país. Em diálogo com a tradição de estudos da ciência política sobre o tema, alguns historiadores têm penetrado nessa seara com vistas a produzir interpretações que busquem situar a experiência brasileira em um tempo mais largo quando comparado aos estudos de conjuntura dos politólogos, sem se descuidar da importância do exame de acontecimentos-chave, como, por exemplo, o relativo à aprovação da Lei de Anistia parcial e recíproca no país, em 1979.

Grosso modo, é possível afirmar que há um chão comum nessa leva de estudos de historiadores que tem tido como objeto a transição política brasileira, ainda que suas conclusões não sejam necessariamente as mesmas. Em primeiro lugar, nota-se que há uma certa confluência de objetivos e de tratamento do objeto com uma literatura advinda da própria ciência política. Guy Hermet é um dos principais cientistas políticos que tratam desta temática. Em sua obra é colocada em xeque a maneira pela qual muitos dos chamados *transitólogos* e *consolidólogos* formulam e aplicam suas teorias em torno dos processos de transição na América Latina e na Europa Oriental ex-comunista, tomando por base valores e modelos ocidentais de democracia. Sob essa perspectiva, registra Hermet, as conclusões desses estudos não poderiam ser outras:

126

Assim, a causa [da democracia] da maior parte da América Latina e também da Europa pós-comunista está perdida, sem esperança de melhoria, e, quando muito, suas 'democracias delegativas' são relegadas ao purgatório dos simulacros. Pior ainda, os critérios de homologação utilizados nessa perspectiva finalmente se revelam tão exigentes que, se quiséssemos aplicá-los a todas as democracias, não sobraria mais nenhuma (HERMET 2001).

Para Hermet, interessado em criar instrumentos de análise com vistas a empreender estudos macropolíticos relativos aos processos de democratização, faz-se necessário definir algumas diretrizes, por ele denominadas precauções, no sentido de se buscar uma compreensão mais ampla desses fenômenos. Cabe aqui o registro de duas delas: 1) o alerta para se evitar o uso de *juízos normativos* sobre cada uma das *performances* democráticas do Sul e do Leste; 2) não considerar a América Latina e o Leste

como se fossem entidades isoladas do mundo, como se outras regiões do planeta não tivessem também efetuando suas próprias democratizações no decorrer deste mesmo século XX e como se não pudéssemos delas extrair ensinamentos para o nosso propósito (HERMET 1994, p. 18).

Os recentes estudos produzidos por historiadores sobre o tema da transição política brasileira, ainda que não estabeleçam um diálogo direto com Hermet e mesmo com outras vertentes das ciências sociais francesas que têm

sido importantes no estudo de vários temas da história política daquele país (OFFERLÉ 1993; CANEDO 2005), mostram-se coerentes com as preocupações acima levantadas pelo politólogo francês, uma vez que têm procurado evitar análises de cunho teleológico e finalístico, sejam as voltadas para o exame de *performances* democráticas, sejam as dirigidas para os diferentes atributos do se que têm chamado *qualidade democrática*, com óbvia e necessária referência ao modelo ocidental. Por outro lado, pouco têm avançado no tratamento conceitual do uso de noções como *transição política* ou mesmo *transição democrática*, o que faz com que haja uma certa indiferenciação entre essas expressões e mesmo entre *democracia* e *democracia liberal*. Retomaremos este ponto à frente.

Quanto à filiação historiográfica dos trabalhos em tela, cremos que, a título de hipótese, pode-se afirmar que eles vêm sendo alimentados fundamentalmente por três fontes do vasto território dos estudos políticos contemporâneos, a saber: pelo *mainstream* da história política francesa, daí a menção frequente de noções e categorias como *político*, *geração*, *cultura política*, formuladas, revisadas e/ou divulgadas por autores como René Rémond, Pierre Rosanvallon, Jean François Sirinelli, Serge Berstein e outros; pela leva de trabalhos que dirigem seu olhar para a dinâmica das relações entre história, memória e esquecimento; e finalmente, por áreas específicas do campo do direito, as quais têm sido acionadas por diferentes autores no sentido de melhor compreender as bases do nosso sistema judicial, como também permitir um exame mais da chamada *justiça de transição* no país.

Dito isso, podemos agora passar para um rápido exame de algumas obras que bem exemplificam o estado da arte sobre o tema da transição, sob a ótica dos historiadores. Duas vertentes aqui serão examinadas. A primeira delas reúne trabalhos que produzem um olhar sobre o tema e exploram questões como reconstrução de memória, esquecimento, *metamorfoses*, permanências e continuidades. Já a segunda, concentra o foco de análise nos processos políticos endógenos e no posicionamento dos diferentes atores que atuaram no *jogo político* da transição, fossem eles militares ou civis.

127

Construção de memória(s) e os limites da transição brasileira

No campo dos estudos sobre a transição, ou na chamada *transitologia*, uma das questões recorrentes é a que diz respeito ao móvel e ao sentido da mudança, isto é, ao analista cabe apresentar a variável que tenha sido determinante pela passagem de um regime para o outro. As perguntas geralmente seguem o mesmo *script*, a saber: A quem cabe a iniciativa da mudança? Quem determina a transição? Quais são os seus condicionantes?

Outra variável importante é a que se refere ao caráter da transição, ou seja, a maneira pela qual ela foi ou é conduzida – se *por cima*, isto é, pelo governo em alguma espécie de acordo com grupos opositores, a qual costuma ser designada como *transição pactuada* – ou *por colapso*, na qual o regime vem a ser derrubado pelas forças opositores, com maior ou menor envolvimento de setores populares.

No caso específico da transição política brasileira, na qual coube ao próprio regime produzir designações preñes de sentido no intuito de demarcar o seu papel nesse processo, donde o uso de noções como *distensão* e *abertura*, foi importante para muitos analistas, geralmente cientistas sociais, estabelecer distinções claras entre as medidas de caráter mudancista de origem governamental e as pressões que porventura tivessem origem em demandas da sociedade civil com vistas a conduzir o país para a superação do autoritarismo. Esse foi o caso de Luiz Carlos Bresser Pereira que, com base em proposições de Guilherme O'Donnell e Phillippe Schmitter, registra que, em seu entender, a *abertura* devia ser concebida como "uma estratégia dos detentores do poder para conceder sempre o menos possível, postergando a democratização." Já o termo "democratização" é visto como o "processo real de transição do regime autoritário para o regime democrático exigido pela sociedade civil" (PEREIRA 1982, p. 20-21).

Quanto ao caráter da transição política brasileira, há amplo consenso entre os analistas acerca da capacidade que o regime militar reuniu para estabelecer o ritmo e os contornos da mudança que se processou em direção ao governo civil (SOARES; D'ARAUJO; CASTRO 1995). O problema que se colocava para os estudiosos dos anos 1980 e 1990, e que ainda perdura, é exatamente acerca das bases e do alcance desse pacto para a constituição de um regime "realmente democrático" no país.

128

Como bem nos alerta Carlos Fico, os historiadores ingressaram tarde nos estudos sobre o regime militar, por volta dos anos 1980-1990 (FICO 2004, p. 20-21). E mais tarde ainda, diríamos nós, na seara dos que têm como objeto a democratização brasileira do último quartel do século passado e do começo deste. Uma vez mais, nossos colegas das ciências sociais estão a abrir picadas que, depois, mais seguros, trilhamos com as questões típicas do campo historiográfico.

Em 2000, Daniel Aarão Reis publicou um livro no qual toma como objeto as esquerdas brasileiras em sua relação com a ditadura e com a sociedade brasileira. Nele, o autor assesta suas baterias para vários alvos: a soberba e os equívocos das esquerdas revolucionárias em seu projeto de assalto ao poder; às análises que se mostram incapazes de perceber o processo de modernização empreendido pelo regime militar, ainda visto como *arcaico*; e ainda, aos que só conseguem enxergar os anos 1970 pelas lentes dos *anos de chumbo*. Diz o autor:

Eles [anos 1970] precisam ser revisitados, pois foram também anos de ouro, descortinando horizontes, abrindo fronteiras, geográficas e econômicas, movendo as pessoas em todas as direções dos pontos cardeais, para cima e para baixo nas escalas sociais, anos obscuros para quem descia, mas cintilantes para os que ascendiam (REIS 2000, p. 61).

No que concerne à transição, Reis examina o fenômeno em uma dupla dimensão e é exatamente isso que aqui mais nos interessa. No plano propriamente político-institucional, o autor compreende o "processo de liberalização" empreendido pelo regime como uma *retirada*, "a operação militar mais delicada; qualquer descuido, vira debandada". Diante da resistência das direitas e das

esquerdas mais radicais, e do fortalecimento político das oposições moderadas, o presidente Geisel, aos “cachações”, conduziu a distensão por meio de variados instrumentos – da dura repressão aos partidos comunistas; da neutralização do golpismo militar pela demissão do seu ministro do Exército; pelo uso do AI-5 para fechar o Congresso Nacional e fazer aprovar medidas no sentido de assegurar o controle do Colégio Eleitoral; e, finalmente, pelo fim do AI-5, em dezembro de 1978. Para o autor, a medida fez com que o país ingressasse no Estado de Direito – porta de entrada para a democracia.

No plano simbólico, todo esse processo veio acompanhado de importantes deslocamentos de sentido. A memória do regime militar começava a ser reconstruída, seja pela iniciativa dos correligionários do regime, seja pela dos seus opositores. Um desses deslocamentos, registra o autor, deu-se no sentido de reposicionar as esquerdas revolucionárias para o interior do campo democrático, isto é, colocá-las como linha de frente, como “braço armado” de uma ampla coalizão política que teria tido como objetivo combater a ditadura com vistas a estabelecer um regime democrático no país. Dessa forma, sublinha Reis, “apagou-se a perspectiva ofensiva que havia moldado aquelas esquerdas. E o fato de que elas não eram de modo nenhum apaixonadas pela democracia, francamente desprezada em seus textos” (REIS 2000, p. 70).

O segundo deslocamento, este promovido pelos partidários da ditadura, foi no sentido de produzir um discurso de que teria havido no Brasil não um mero conflito político, mas uma “guerra revolucionária” entre as forças oficiais e os guerrilheiros de esquerda. Nesse caso, a anistia, para ser efetiva e reconciliar o país, deveria ser recíproca, de forma a beneficiar também os agentes do Estado que haviam se envolvido nessa guerra de alguma forma. Com isso, foram introduzidos mecanismos na lei que “garantiram a figura da *anistia recíproca*, em que torturadores foram anistiados com os torturados” (REIS 2000, p. 70).

Finalmente, Reis aponta para um fenômeno mais geral: em meio ao recuo do governo e à maré democrática do fim dos anos 1970, a sociedade brasileira *metamorfoseada* rompe as pontes com o regime. Ou melhor, não há mais partidários do regime e a ditadura transforma-se em corpo estranho:

Desapareceram as pontes e as cumplicidades tecidas entre a sociedade e a ditadura ao longo dos anos 1970, e que, no limite, constituíram os fundamentos do próprio processo de abertura lenta, segura e gradual. [...] A sociedade brasileira não só resistira à ditadura, mas a vencera. Difícil imaginar poção melhor para revigorar a autoestima (REIS 2000, p. 71).

Em 2004, em meio aos eventos relativos aos 40 anos do golpe de 1964, Reis não apenas manteve como avançou nesse conjunto de proposições que não visa apenas a examinar a trajetória das esquerdas revolucionárias durante o regime militar, objeto tradicional de seus trabalhos, ou mesmo discutir os problemas de algumas análises que não conseguiram dar conta das mudanças por que passara o país em pleno regime militar. cremos que seus textos, antes de tudo, vão no sentido de chamar a atenção para a importância desse processo de deslocamento semântico que se expressou em um pacto político selado nos estertores da

ditadura, que teria envolvido o poder, diferentes forças políticas oposicionistas, inclusive de esquerda, e amplos setores da sociedade brasileira. Em outras palavras, em nossa opinião, o que o autor sugere é o desenvolvimento de uma nova agenda de pesquisa que, ao interpretar e interpelar esses deslocamentos de sentido, crie condições para a produção de estudos que tenham como eixo o reexame das complexas relações da sociedade brasileira com o regime militar. Talvez não fosse exagero dizer que o repto de Reis tem encontrado ressonância na historiografia sobre o regime militar e, em particular, sobre a transição política. Basta ver, por exemplo, a importante coleção lançada recentemente em torno do tema da construção social dos regimes autoritários, organizado pelas historiadoras Denise Rollemberg e Samanta Quadrat (2010), assim como o crescente avanço de estudos acerca da temática da anistia no país.

Na década de 2000, a historiografia sobre o regime militar – e consequentemente sobre a transição política – ganhou fôlego e avança a olhos vistos, acompanhando *pari passu* o debate público que há bastante tempo vem sendo travado em torno da revisão da Lei da Anistia no país. Nesse contexto foram publicadas algumas obras que têm produzido um juízo bastante crítico acerca da maneira pela qual foi conduzido o processo de transição e o consequente estabelecimento de um regime em bases democráticas no país. Como exemplo, cabe mencionar duas delas cujos títulos são autoexplicativos: *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, organizada por Cecília MacDowell dos Santos, Edson Telles e Janaína Telles e publicada em 2009, e *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, organizada por Edson Telles e Vladimir Safatle e publicada no ano seguinte (SANTOS; TELLES; TELLES 2009; TELLES; SAFATLE 2010).¹

130

Com o fito de situar algumas linhas de força dessa produção, ainda que de forma breve e talvez mesmo esquemática, fiquemos aqui com dois textos que foram publicados no volume II da obra *Desarquivando a ditadura* e que estão reunidos com outros trabalhos sob o título “Imaginando a democracia com uma memória livre”. São eles: “A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade” de Zilda Iokoi e “Anistia anamnese vs. anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia” de Heloísa Greco.

Começemos por Zilda Iokoi. A autora põe em questão a maneira pela qual a categoria *transição* tem sido convencionalmente aplicada no Brasil. Em diferentes vertentes teóricas, registra Iokoi, *transição* é uma categoria teórico-analítica que “implica a decodificação entre os objetivos a serem alcançados por diferentes lutas sociais e as reais conquistas obtidas ao longo do processo histórico” (IOKOI 2009, p. 501). Já no Brasil, afirma, seu uso convencionalmente diz respeito a processos em que o “velho contemporiza com o novo para abrir mão das radicalidades necessárias aos tempos revolucionárias.” Ou seja, trata-se da “*transição metaforizada*, indicativa de retóricas da modernização sem mudança.” E assevera:

Ao projetar os conflitos dessa maneira, os analistas formulam os termos e atribuem a si a definição da história como um caminho único, um tempo sem intervalos, rupturas [...]. A prudência aparece como valor a ser

¹ Cf.: resenha sobre primeira obra em FREIRE 2011.

perseguido, indicando para muitos a esperteza das negociações, sempre pelo alto, afastando as *démarches* populares do campo das decisões e acordos que levam à sua manutenção (IOKOI 2009, p. 501-502).

Iokoi afirma:

Essas reservas impulsionam um freio prévio e um temor em relação à explicitação dos conflitos [...], impondo uma cultura do medo e a reafirmação dos traumas recalcados na longa tradição colonial (IOKOI 2009, p. 501-502).

Definido o seu quadro analítico, a autora discorre sobre diferentes momentos do processo político brasileiro que foram marcados pelo amortecimento dos conflitos por meio de mecanismos de conciliação/*transição*. Quanto ao tempo da *transição* do autoritarismo para a democracia, Iokoi é categórica:

O reencontro do caminho democrático que só começou com a anistia, alcançada em 1979, mostra os impasses, limites e ambiguidades ainda em aberto na democracia brasileira. Eles são fruto da cultura política que forjou nos brasileiros a acomodação dentro da ordem e ao mesmo tempo a perseverança em prosseguir nos combates em momentos de maior acumulação de forças (IOKOI 2009, p. 521).

O tema da *transição*, assim conceituado pela autora, pouco diz respeito a mudanças de fundo na sociedade brasileira. Ainda subsiste, segundo ela, em sociedades fundadas em democracias tímidas, descontínuas, de *baixa intensidade*, como nos termos de Boaventura Santos. Nesses casos, são fenômenos parciais, não verdadeiros, em que não há quebra de paradigmas. Dessa forma, conclui:

aos soluços produzimos momentos de grande rebeldia, seguidos por longos intervalos de silêncio negociados com o poder constituído. [...] Assim, o tema da transição tem indicado mais o perigo de retorno a termos sombrios, do que de avanço do poder popular e da autonomização dos sujeitos livres (IOKOI 2009, p. 522).

Em seu texto, Heloísa Greco também registra questões relativas ao caráter inconcluso e conservador da transição brasileira. Nele, a autora examina a luta política de significados que foi e tem sido empreendida no interior da sociedade brasileira em torno da questão da anistia, desde meados da década de 1970, e toma como ponto de partida um severo diagnóstico acerca da maneira pela qual amplas parcelas da historiografia têm lidado com o tema da anistia. Diz ela:

[a anistia] é abordada apenas tangencialmente e quase exclusivamente na perspectiva do *instituído*, enfoque de recorte nitidamente conservador: o que prevalece é o jogo parlamentar, quase como se não tivesse havido sujeitos – logo, ação – fora do espaço institucional, o que contrasta de maneira gritante com a evocação dos que participaram diretamente do *acontecimento* (GRECO 2009, p. 524-525, grifos no original).

Ao colocar o problema sob esse prisma – e não sob a perspectiva da sociedade civil organizada em entidades como os Comitês Brasileiro de Anistia, entre outras –, a produção acadêmica termina por capitular frente à produção memorial da ditadura em torno da lei de anistia, que, antes de tudo, deveria ser – e, portanto, passava a ser – sinônimo de *esquecimento*, *conciliação*, *consenso*. Diz a autora:

Seu dispositivo operacional [da Lei da Anistia] é a produção do silêncio a partir da lógica do *generoso consenso*, cujo núcleo é a tríplice equação *controle/compromisso/concessão*, articulada a partir da institucionalização do grande repertório dos meios de coerção levado a cabo pelo projeto de *normalização defeituosa* do regime, o mesmo que forjou a longa transição ainda em andamento (GRECO 2009, p. 528, grifos no original).

Greco discorre sobre os diversos e diferentes fatores que estiveram na base e ainda contribuem para a consolidação da *estratégia do esquecimento* no país. Ela registra, entre outros, “a diluição da memória coletiva dos eventos da repressão”; o papel ativo e passivo da sociedade em não procurar reverter esse quadro; o papel central dos grandes jornais na disseminação dessa estratégia junto à opinião pública; além do processo de “estranha metamorfose das esquerdas” em direção a um feitiço de atuação “equilibrada”, moderada e baseada no trabalho institucional. O campo das esquerdas, segundo a autora, “por excelência, passa a ser o espaço do *instituído* em detrimento do *instituinte*; a sua interlocução passa a ser feita pelo poder” (GRECO 2009, p. 530-531, grifos no original).

132

Por fim, Greco não deixa também de assinalar as ambiguidades dos últimos governos ao lidar com questões que colocam à prova essa *estratégia de esquecimento*. A autora coloca em questão o alcance das políticas de reparação de cunho fundamentalmente administrativo a respeito dos atingidos pelos atos de exceção; denuncia as dificuldades em torno do acesso dos arquivos da ditadura; e alerta para o que chama de o nó górdio da Lei de Anistia: “a instituição tortura, a questão dos mortos e desaparecidos e a mal chamada reciprocidade” (GRECO 2009, p. 536).

A transição brasileira: agentes políticos e aberturas

Mudemos um pouco o vocabulário e a abordagem e passemos nesta seção a colocar o foco no *jogo político* da transição. Os temas agora são: os contextos internacional e nacional; as principais personagens; a lógica político-institucional, muito importante naquela quadra; as estratégias e as interações político-sociais. Para lidar com tudo isso, tomemos por base um dos melhores estudos da lavra de historiadores sobre o tema em tela: “Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985”, de Francisco Carlos Teixeira da Silva (SILVA 2003, p. 243-282).

Publicado em um volume da coleção *Brasil Republicano* e voltado para um público amplo, Teixeira da Silva apresenta um estudo de síntese acerca da maneira pela qual se processou o processo de *abertura política* no país. Para tal,

toma como ponto de partida algumas das questões acima levantadas por Greco: a necessidade de se interpelar as *estratégias de esquecimento*; a importância de se assegurar a multiplicidade dos lugares de fala dos diferentes atores presentes naquele contexto; a necessidade do engajamento na preservação e no acesso aos arquivos do regime militar (SILVA 2003, p. 245-246). Feito o alerta, o autor opta por concentrar sua análise em um período histórico determinado – entre os governos Geisel e Figueiredo –, sem avançar em análises ou diagnósticos acerca do impacto da transição para o processo de democratização brasileiro. Nesse caso, como se poderá perceber, se distingue sobremaneira dos textos das autoras acima sumariados.

Para o autor, os principais atores que compuseram o jogo político da transição foram:

a pressão externa e os condicionantes da economia mundial, na qual o Brasil já se inseria de forma determinante e definitiva; *os militares e seus condicionantes institucionais*, compreendidos como a *corporação e seus organismos e, por fim, a oposição, representada pelo MDB e seus condicionantes inscritos na cultura política envolvente* (SILVA 2003, p. 249, grifos no original).

Fiquemos aqui tão somente com o núcleo geral dos seus argumentos, registrando alguns aspectos nos quais as proposições do autor podem inspirar novas linhas de investigação.

Quanto aos atores e condicionantes internacionais, Teixeira da Silva menciona, em primeiro lugar, a importância da nova política externa adotada pelo governo do presidente norte-americano Jimmy Carter no sentido de não mais avalizar a permanência de ditaduras militares na América Latina, ajudando a encerrar o longo período autoritário na região. O autor, ao mesmo tempo, registra que:

o *turning-point* da política americana não explica, isoladamente, as diversas aberturas latino-americanas a partir do início da década de 1980, como da mesma forma não é o único *ator externo* no processo de abertura brasileiro. Na verdade, o continente fora fortemente batido pela crise e a recessão da economia mundial, os chamados *condicionantes externos* (SILVA 2003, p. 252, grifos no original).

A esse respeito em particular, Teixeira da Silva propõe um tipo de abordagem que destoa bastante das análises que costumam estabelecer conexões diretas entre a crise de petróleo, seu imediato impacto no Brasil e o deflagrar da abertura política levado a cabo pelo presidente Geisel. Segundo o autor, essa relação de causa e efeito deve ser examinada com cuidado:

Em fins de 1973, quando se consolida a *opção Geisel* de sucessão a Médici [...], a crise [econômica] não é um dado presente, e o Brasil apresenta índices de crescimento superiores a 10% ao ano. Na verdade o cenário econômico otimista [...] tenderia a facilitar a transição (SILVA 2003, p. 254, grifos no original).

E conclui: "A crise econômica irá, sem dúvida, condicionar o ritmo da abertura, levando a opinião pública a voltar-se em sua maioria contra o regime militar" (SILVA 2003, p. 254).

Já no plano do estudo dos atores internos, o autor inicialmente concentra o foco de análise nos militares e busca desenvolver a hipótese, ainda insuficientemente explorada pela historiografia, da ocorrência de vários ensaios de reconstitucionalização do regime, tentados pelo poder militar e, em seguida, malogrados (SILVA 2003, p. 256). Na verdade, segundo o autor, a abertura de Geisel/Figueiredo fora precedida de duas outras: a dos tempos de Castelo Branco, abortada quando da ascensão de Costa e Silva e da *linha dura*; e a do fim dos anos Médici, quando o regime estava forte e a economia a pleno vapor. Na versão de um líder militar, Leônidas Pires Gonçalves, ex-ministro do Exército do governo Sarney, a abertura não foi feita naquela ocasião por causa "das guerrilhas, assaltos a banco, greves. Isso atrasou a abertura" (SILVA 2003, p. 259).

Sobre a *terceira abertura*, Teixeira da Silva desvia-se de abordagens que ora buscam explicar a dinâmica da transição por obra e graça do poder, ora pela pressão desencadeada pelos movimentos sociais sobre os poderes constituídos, e propõe a seguinte periodização. Uma primeira fase de abertura controlada cuja iniciativa e primazia coube aos governos militares e que teria se estendido dos anos Geisel até o início da década de 1980, mais particularmente até o atentado do Riocentro (1981) e a doença do presidente Figueiredo (1983). A partir daí abre-se uma nova fase do processo de abertura na qual a iniciativa "passaria das mãos do poder militar para a sociedade civil, ensejando as grandes mobilizações de massa para a campanha das *Diretas Já!* ou da eleição de Tancredo Neves, com o governo perdendo a iniciativa das reformas" (SILVA 2003, p. 265).

Sobre a primeira fase da abertura, Teixeira da Silva fecha o foco de análise no governo do presidente Geisel com vistas a acompanhar a maneira pela qual o "ditador da abertura" conduziu seu projeto de distensão. Para isso, o autor vale-se bastante de fontes orais, em particular da entrevista que o próprio Geisel concedeu a pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Em seguida, avança pelos anos do general Figueiredo, assinalando o duplo propósito do governo da decretação da Lei de Anistia de 1979: assegurar que não haveria qualquer ameaça de revanchismo no futuro e retirar da oposição sua bandeira de mobilização popular. Para o autor, coube à direita militar e não às esquerdas, "o maior contundente ataque à autoridade do general Figueiredo". Aqui, Teixeira da Silva refere-se aos atentados terroristas que marcaram a vida política brasileira entre 1979 e 1981 e que pouco têm sido estudados pela historiografia.

Para lidar com a fase final da abertura, o autor abre o objeto de análise com vistas a melhor situar o processo brasileiro naquela quadra internacional marcada por transições políticas. Com base nos estudos de Guilherme O'Donnell, Teixeira da Silva busca distinguir o caso brasileiro entre a *transição por colapso* e a *transição pactuada*. Segundo o autor, "o primeiro caso ocorreu na Grécia,

Argentina e Bolívia. O segundo tipo, de *transição acordada ou pactuada*, deu-se na Espanha, Chile e Brasil” (SILVA 2003, p. 273).²

O autor situa os termos dessa *transição acordada* da seguinte maneira. De um lado, um governo e um regime esgotados e acoitados por crescentes manifestações de massa que exigiam o fim da ditadura. De outro, o conjunto das oposições ganhando iniciativa e fôlego para começar a agendar o ritmo e a natureza da transição. Com a derrota da campanha das *Diretas Já* e a afirmação da candidatura de Tancredo Neves, o caminho estava aberto para o fechamento de um acordo que configurasse a entrega do poder aos civis. Diz o autor:

É nesse momento, diante do vazio de ação, com o presidente fechado no Planalto e sem iniciativas, que os partidos políticos tomam a direção do processo de abertura. Não era mais a abertura de Geisel e Golbery, mas a abertura dirigida por um colegiado de cardeais, com anos de política, de vários partidos: Sarney, Tancredo, Aureliano, Franco Montoro, Brizola, Miguel Arraes, Antônio Carlos Magalhães, entre outros, se unem para evitar retrocessos e rupturas (SILVA 2003, p. 275).

Portugal: entre a Alvorada e o Crepúsculo

O golpe de Estado de 25 de abril de 1974 derrubou uma das ditaduras mais duradouras da história do Ocidente. Iniciada em 28 de março de 1926 como regime militar, sua longa durabilidade acompanhada do relativo atraso econômico e cultural português fizeram com que a queda do Estado Novo, já sob o consulado de Marcello Caetano, provocasse tanto surpresa quanto curiosidade na opinião pública internacional. Segundo Fernando Rosas, é indiscutível o susto causado pela Revolução dos Cravos nas chancelarias e na administração americana. Neste último caso, parece que a “antena da CIA em Lisboa estaria desativada” (ROSAS 2004a, p. 129-130). A seguir ao golpe, logo surgiram análises, ora acerca da natureza da ditadura derrubada ora acerca do processo revolucionário e do regime democrático que veio a seguir. Os primeiros estudos tenderam a compreender a transição portuguesa como um fenômeno ligado às demais transições do sul da Europa, de Espanha e de Grécia (O’DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD 1988; SCHMITTER 1999). Importantes estudiosos portugueses, em trabalhos subsequentes, continuam a perceber a redemocratização como parte integrante da “vaga democrática” de meados da década de 1970 (PINTO; TEIXEIRA 2005).

Sem descaracterizar estas interpretações “transnacionais”, seguramente importantes, procuraremos nos ater às análises que pensam a transição portuguesa a partir de suas características endógenas, internas à política portuguesa do final da década de 1960 e a primeira metade da década seguinte. Discutiremos, igualmente, as interpretações acerca do legado da Revolução dos Cravos no Portugal contemporâneo.

Grosso modo, dois modelos de análise estão presentes nos textos que aqui utilizaremos. O primeiro modelo privilegia a análise da gestão de Marcello Caetano e dos limites e potenciais da modernização por ele implementada nos cinco anos e meio em que esteve à frente do Executivo português. Neste sentido

² A análise do autor é baseada em LINZ; STEPAN 1999.

os enfoques incidem sobre a correlação de forças do marcelismo, o peso dos conservadores e dos reformistas, bem como o comportamento de Caetano frente a cada um dos lados. O segundo modelo procura fazer uma análise da historiografia da transição, do peso maior ou menor da Revolução e de suas consequências para o processo constitucional. O papel mais ou menos peculiar do marcelismo e o sentido da revolução a seguir ao 25 de Abril são temas tanto mais controversos quanto menos estudados. Daí a nossa escolha.

A modernização marcelista: limites e possibilidades

É relativamente consensual entre os historiadores que o consulado de Marcello Caetano viveu uma “experiência de modernidade”, para utilizarmos a expressão de Marshall Berman (BERMAN 1986). Seu significado, entretanto, variou. Enquanto alguns tenderam a ver o marcelismo como um processo de transição *falhado* ou *bloqueado* outros, em sentido inverso apontaram para a inexistência de qualquer intenção liberalizante ou mesmo reformadora.

Sobre o tema, Fernando Rosas alerta para dois perigos recorrentes na historiografia do último governo do Estado Novo. Em primeiro lugar a tendência em ver o marcelismo exclusivamente a partir de seu colapso, desconsiderando as nuances ou os anúncios de alteração de rumo do início do governo Marcello Caetano. Em segundo lugar a tentação em ver o marcelismo a partir do currículo de Caetano e de seu histórico de permanente compromisso, ainda que crítico com o Estado Novo.

136

No primeiro caso, este tipo de abordagem desconsidera que o marcelismo está para além da conjuntura de 1968-1974. Foi, na verdade, um “partido informal”, constituído lenta e continuamente, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1940. Ao mesmo tempo em que aspiravam chegar ao poder legalmente, por dentro das instituições da ditadura, apontavam para um projeto modernizante e tecnocrático, de reformas que ultrapassavam a mera continuidade com relação a Salazar. Mesmo a seguir à saída de Marcello Caetano do governo em 1958 e sua “travessia no deserto” por dez anos, os marcelistas estiveram presentes com destaque no regime, particularmente em seu último ministério, o que teria influenciado decisivamente a nomeação de Caetano quando da impossibilidade física do velho ditador. A questão que se coloca, segundo Rosas é: por qual motivo as tímidas reformas anunciadas em 1968-1969 não tiveram continuidade e foram bloqueadas? Deste modo, a seu ver, havia uma intenção reformista que não chegou às suas últimas consequências (ROSAS 2004b, p. 10-12).

No segundo caso, as condições de ideólogo e quadro do regime não devem, para Rosas, ser entendidas como impedimento para alguma descontinuidade. Claro está que Marcello Caetano nunca foi um democrata. Ainda assim, em vários episódios de sua vida demarcou-se de Salazar, mesmo que lhe rendendo fidelidade. E demarcou-se principalmente em uma concepção mais “moderna” de organização do Estado e da sociedade. Era, em outras palavras, mais urbano que seu antecessor. Lembra ainda Rosas que personagens como Adolfo Suárez, ex-chefe do partido único franquista, ou Mihail Gorbachov, ex-chefe da KGB,

foram personagens de transições cujos currículos em nada apontavam para uma descompressão das ditaduras espanhola e soviética, respectivamente (ROSAS 2004b, p. 12-13).

Com esta perspectiva não concorda Luis Reis Torgal. Em artigo sobre o marcelismo e o Estado Novo, indaga a respeito da correção de utilizarmos o sufixo *ismo* para a caracterização do consulado de Marcello Caetano. Afinal de contas, ele significaria uma ação ou uma forma de agir e pensar original em comparação ao passado. Afirma que mantém o emprego do "marcelismo" pois, ainda que discutível o seu emprego, "alguma coisa de diferente aconteceu" e, ao mesmo tempo, ele se tornou tão corrente que torna-se difícil conter o seu emprego (TORRAL 2009, p. 615-616).

Para a análise do que foi o período Marcello Caetano, no entanto, Torgal diverge de Rosas em dois aspectos importantes. O primeiro é que para ele as interpretações historiográficas que tenderam ver nos anos 1968-1974 alguma tentativa de transição liberalizante esquecem o passado de Marcello Caetano, abdicam de uma "perspectiva mais alargada" do último presidente do Conselho, a seu ver "fundamental para entender o marcelismo". Por este motivo procura destacar a origem integralista de Marcello Caetano desde a sua participação – aos vinte anos de idade! – na revista *Ordem nova*, seu papel como ideólogo do corporativismo e seu entusiasmo quanto ao papel da Mocidade Portuguesa (MP) na formação de uma elite, de novos dirigentes, responsável pela afirmação do "espírito heroico contra o espírito burguês", como súmula de todos os princípios da "revolução", entre os quais destacamos a "unidade nacional contra o espírito de partido ou de classe" e "a disciplina e a lealdade ao Chefe contra a desordem de um Estado acéfalo e de mil opiniões diversas" (ROSAS 2004b, p. 633-661).

Estes valores manter-se-iam quando de sua governação. Em nada tentara mudar de fato, a não ser do ponto de vista "cosmético", qual seja, as alterações de nome da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) para Direção Geral de Segurança (DGS) sem qualquer abrandamento do aparato repressivo. Ou ainda a também mudança de nome da União Nacional para Ação Nacional Popular, entendida como uma "organização antipartidária" (ROSAS 2004b, p. 671-673). Aliás, no que concerne à questão da organização do Estado, Torgal ressalta a recusa de Marcello Caetano ao sufrágio universal, que subordina a sociedade ao indivíduo. Desta forma, a *Revolução Corporativa* era o projeto de organização institucional que o Estado Novo deveria realizar de fato e radicalmente (ROSAS 2004b, p. 649-654).

Do ponto de vista da ação governativa, Torgal lembra as medidas "espetaculares" como os retornos a Portugal do bispo do Porto e de Mário Soares (ROSAS 2004b, p. 621), o que não impediu, por exemplo, a repressão da DGS à vigília pela paz realizada por católicos progressistas na Capela do Rato, em Lisboa, em dezembro de 1972 (ROSAS 2004b, p. 623-624). Por fim, para Torgal, a entrada dos liberais na Assembleia Nacional não teve em nada o intuito de criar "condições favoráveis ao debate político" (ROSAS 2004b, p. 621). Daí a frustração de seus membros e a rápida migração destes para o campo oposicionista. É certo que Marcello Caetano sofreu a oposição tanto da

esquerda como da ultradireita, de modo que a imagem de "liberal" não foi inventada após sua queda ou nos anos a seguir ao 25 de Abril. Ela já existia e causava incômodo em setores mais conservadores e tradicionalistas do regime (MARCHI 2009). Esta situação teria provocado um rápido isolamento de Marcello Caetano, cercado que estava pelos dois lados diametralmente opostos do campo ideológico. Na feliz expressão de Reis Torgal, não estava "orgulhosamente só", como antes pronunciara Salazar, mas "tristemente só" (TORGAL 2009, p. 624). Esta condição, entretanto, não altera o fato de que inexistia, da parte do último presidente do Conselho qualquer vontade de implementar uma transição, daí a seu ver o título infeliz do livro de Fernando Rosas e Pedro Ayres de Oliveira, *A transição falhada*. Não foi em nada falhada, pois sequer havia projeto de transição (ROSAS 2004b, p. 617). Assim, o marcelismo não passou, para Torgal, de um Estado Novo sem Salazar. Deste modo, o anúncio da "renovação na continuidade" feito por Marcello Caetano em seu discurso de posse, foi na prática mais "continuidade" do que "renovação" (ROSAS 2004b, p. 673).

A nosso ver, a questão da continuidade/descontinuidade durante o período marcelista deve ser vista a partir de duas perspectivas. Em primeiro lugar, devemos analisar em que medida a governação de Marcello Caetano foi vista pelos historiadores como um momento de alteração de rumo do ponto de vista das estruturas econômicas e sociais vigentes até então. Em segundo lugar, na medida em que seu governo se constituía a partir de um legado autoritário, as interpretações acerca do papel de Caetano em favor de reformas liberais merecem análise.

138

Quanto ao primeiro aspecto parece não haver dúvidas de que existia um empenho de fato no sentido de reformas modernizantes. As mudanças econômicas, mesmo que contraditórias, foram reais. David Corkill defende a tese de que ainda que não tenha sido a razão principal, o desempenho da economia portuguesa foi também um fator contribuinte na queda do Estado Novo. Para este historiador, o rápido desenvolvimento econômico iniciado na década de 1960 (início da "abertura à Europa") registrou taxas de crescimento próximas dos 8% ao ano. Apesar de uma historiografia que no imediato pós-25 de Abril exagerava nas tintas a respeito do atraso econômico, a adesão à Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) em 1960, os investimentos em infraestrutura nas áreas de energia e eletrificação e, por fim, a ainda que limitada abertura ao capital estrangeiro, teriam sido responsáveis por sensíveis alterações no quadro econômico português. A seguir à saída da Inglaterra da AELC, Portugal tratou de imediatamente estabelecer uma parceria com a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Ao mesmo tempo, é fato que o legado de uma longa ditadura com um modelo de gestão econômico profundamente autárquico nunca foi de todo superado. Ao mesmo tempo, a crise do petróleo de 1973 foi capital para um país que, em nome dos investimentos na industrialização, dependia crescentemente do produto. Soma-se a isso a permanência de uma mão de obra desqualificada, uma agricultura atrasada e pouco produtiva e um mercado colonial nada exigente (CORKILL 2004, p. 213-232). Apesar desses problemas tradicionais, as consequências da crise dos anos 1970 foram inerentes a um país "em processo de modernização". Exatamente o contrário da crise de

1929 e de seus impactos em Portugal, não somente retardados como também profundamente acanhados (MARTINHO 2009, p. 305-330; ROSAS 2000). Este Portugal dos anos 1930 mantinha-se presente quarenta anos depois. Ao mesmo tempo, um país mais integrado no sistema econômico mundial necessariamente sofria consequências mais diretas de suas eventuais crises. Seria então um país dual? Este é um tema que merece investigações futuras e que ainda não foi devidamente debatido pelos historiadores. De qualquer modo o regime ainda não se encontrava disposto a abrir mão do modelo autárquico e corporativo. A modernização emperrada evidenciava o contraste entre segmentos que, mantenedores da ditadura, demonstravam descompasso quanto à forma de geri-la (CORKILL 2004, p. 231).

Um outro aspecto que merece destaque no sentido de evidenciar o esforço de Caetano em favor da modernização portuguesa é a política educacional e as reformas implantadas pelo ministro da Educação José Veiga Simão. Ainda que as alterações no campo educativo tenham incidido também sobre os ensinos básico e liceal, a maioria dos estudiosos aponta sobretudo para as alterações ocorridas no ensino superior a marca de maior importância na gerência de Veiga Simão. O novo ministro utilizava-se de um discurso que fazia corar os segmentos mais conservadores. Apontava para a necessidade de uma universidade crítica onde podiam conviver pacificamente “professores e estudantes das mais diversas formações ideológicas”. Ao mesmo tempo, Simão defendia uma reforma na carreira docente que, por exemplo, contemplasse o reconhecimento do grau de doutor obtido em universidades estrangeiras (PROENÇA 2004, p. 243). O processo de europeização, portanto, ia para além da gestão econômica. De acordo com Cândida Proença, a perspectiva de Veiga Simão era parte integrante dos discursos originários do liberalismo, quando a implantação de um sistema nacional de ensino era determinante para a “participação consciente na vida pública”, necessária a todos os cidadãos. Este discurso, originário da geração de 1870, teria perdido sua continuidade com a ditadura inaugurada em 1926, sobretudo a partir da ascensão de Oliveira Salazar ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros (PROENÇA 2004, p. 258-259). Neste caso, percebemos uma alteração no campo dos valores *por dentro* do próprio regime, na medida em que um ministro de Estado era porta-voz de um discurso que havia sido em parte a razão do golpe militar que derrubara o regime republicano de 1910-1926. No entanto, tratava-se de um discurso em nada unânime, razão de seu bloqueio no campo político. É curioso, pois, que parte de seu projeto voluntarioso e otimista tenha sido levado à prática apenas quando da democratização pós 25 de Abril (PROENÇA 2004, p. 260). Em termos práticos, as medidas objetivadas por Veiga Simão e realizadas *a posteriori* eram, entre outras: institucionalização da carreira de investigação científica ligada à carreira docente; fomento e intercâmbio científico com centros estrangeiros de renome internacional; preenchimento das vagas de professores até então ociosas, etc (PROENÇA 2004, p. 248-249).

A despeito das objeções de Torgal parece, pois, que uma experiência de modernidade durante a governação de Marcello Caetano, mesmo *bloqueada*, foi percebida pela maioria dos historiadores portugueses. Apontam para uma

proximidade maior frente à Europa, uma política de quebra – ou de flexibilização – do modelo autárquico estatista e as reformas do ensino protagonizadas por seu ministro da Educação Nacional.

A transição política portuguesa, vista a partir dos eventuais esforços modernizantes de Marcello Caetano é entendida, pois, pela historiografia de forma ambivalente. Por um lado, é reconhecido um certo empenho no sentido de alteração do atraso estrutural do país. Alteração esta que veio acompanhada inclusive, como no caso de seu ministro da Educação, de algum discurso democratizante ou ao menos *participativo* da sociedade. Mas a tensão modernizadora do regime a partir do final da década de 1960 não é necessariamente democrática, haja vista a existência de inúmeras correntes, ainda que modernizadoras, em nada comprometidas com a democracia. Em outras palavras, ser *moderno* não significa ser democrático.³ Por outro lado, permanece a indagação acerca das reais intenções democratizantes de Marcello Caetano. Já sabemos que a história é pródiga em exemplos de reformistas com passado autoritário e de autoritários com passado reformista. Caetano foi responsável pelo retorno ao país de importantes opositores do regime então exilados. Aproximou-se, ainda que com reservas, da Europa ocidental. No entanto é fato também que foi responsável pelo bloqueio de qualquer possibilidade pluralista ou democrática. E que a incorporação de *modernos* junto aos quadros do regime não objetivava mais que a intenção de controlá-los. Quem sabe, então, não é exatamente esta ambivalência a chave para o entendimento do marcelismo?

140

A historiografia da transição: qual Revolução?

Se a transição portuguesa, vista a partir do consulado de Marcello Caetano é ambígua do ponto de vista das análises historiográficas e, não menos complexas são as interpretações acerca do caráter do 25 de Abril e de seus desdobramentos e consequências para o Portugal contemporâneo. Os problemas interpretativos têm início no próprio conceito de Revolução. Afinal de contas, conforme lembra Maria Manuela Cruzeiro, o termo *revolução*, entendido como *ruptura* ou de *marco zero*, data apenas do final do século XVIII, inaugurado pela Revolução Francesa. Até então, *revolução* era entendida como um percuso circular, de permanente retorno, de “regresso ao ponto de partida”. E os movimentos políticos e/ou sociais marcados pela ação violenta recebiam o nome de revolta, rebelião, agitação ou guerra civil. Nos dois últimos séculos movimentos de matrizes e origens diversas foram entendidos como *Revolução*. Trata-se, pois, de uma polissemia que merece atenção por parte dos estudiosos (CRUZEIRO 2011, p. 97-99). Outro problema, ainda de caráter metodológico, levantado por Rui Martins, encontra-se na concepção de *transição* que deve ser entendida a seu ver (e remetendo a Reinhart Koselleck), como um momento histórico marcado pela simultaneidade de histórias, ritmos e valores diversos (MARTINS 2011, p. 19). Martins afirma ainda que esta simultaneidade não se extingue completamente a partir do momento em que a transição é concluída. Daí as

³ Sobre a relação modernidade/autoritarismo, ver: SILVA 1993.

dificuldades e os problemas teóricos para o estabelecimento de um *tempo novo* (MARTINS 2011, p. 21-22).

Ainda assim, alguns historiadores insistem na demarcação. É o caso, por exemplo, da já citada Maria Manuela Cruzeiro. Sua análise começa por criticar os modelos analíticos de Hanna Arendt e de François Furet acerca da ideia de revolução. Tanto a filósofa alemã quanto o historiador francês seriam responsáveis por um tipo de revisionismo histórico que vê na Revolução Francesa um modelo inaugural dos males que conduziram tanto ao terror de 1793-1794 quanto ao Gulag soviético (CRUZEIRO 2011, p. 111-112). Esta literatura e os valores nela contidos teria chegado a Portugal. Cruzeiro cita o recente trabalho de Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal* (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO 2010). Critica a concepção presente no referido livro de que a Revolução portuguesa nada mais fora que um desimportante sobressalto, "um desvio de rota a tempo corrigido". A democracia viria, pois naturalmente, sem o risco de implantação de uma outra ditadura. A seu ver, no lugar de Michellet, Rui Ramos (o responsável pela análise do Portugal contemporâneo no livro), seria o Tocqueville português na medida em que o discurso da ruptura não passaria de uma ilusão de mudança (CRUZEIRO 2011, p. 126-127). Se há continuidades entre o Antigo Regime e Bonaparte, entre o tzarismo e o regime soviético, por que não haveria igualmente traços continuidade entre o Estado Novo e o consulado de Vasco Gonçalves, por exemplo? Cruzeiro faz questão de afirmar a revolução portuguesa como um novo tempo na história de Portugal. Ironias da vida, seu artigo encontra-se no mesmo livro organizado por Martins, com todas as suas questões a respeito da simultaneidade e da transição. Ao mesmo tempo em que afirma a ruptura, Cruzeiro critica aqueles que se afastam crescentemente dos "ideais de Abril" (CRUZEIRO 2011, p. 123). Curiosa análise essa que vê homogeneidade nos projetos que levaram à Revolução dos Cravos. É como se Mário Soares, Álvaro Cunhal, Otelo Saraiva de Carvalho ou Ernesto de Melo Antunes compartilhassem todos da mesma agenda política. Ou haveria entre eles sinceros e insinceros? Estaria esta historiadora a defender a existência de um *verdadeiro* 25 de Abril?

Menos esquemático que Cruzeiro, mas ainda assim defensor da tese de ruptura, mesmo que parcialmente bloqueada, é Fernando Rosas. Afirma mesmo que a democracia institucionalizada em 1976, com a aprovação da nova Constituição portuguesa "é por ela – a Revolução dos Cravos – genética e decisivamente marcada". Por este motivo, e assim como Cruzeiro, critica os diversos revisionismos que tentam tirar-lhe esta marca (ROSAS 2004a, p. 138). A universalização dos direitos, a integração à Europa e as diversas formas de poder local posteriormente consagrados institucionalmente foram conquistas que se mantiveram apesar da legalidade jurídica que se impôs sobre a legalidade revolucionária. Sobretudo porque a democracia portuguesa, longe de ter sido outorgada, foi conquistada na rua, na *revolução* que se seguiu ao golpe de 25 de abril de 1974 (ROSAS 2004a, p. 154-155). Esta conquista democrática pode ser exemplificada no comportamento popular a partir da queda do regime: invasão da sede da PIDE, dos órgãos de censura, concentração em frente aos fortes

de Peniche e Caxias exigindo a libertação de todos os presos políticos. Por fim, as conquistas das liberdades fundamentais que se mantiveram após 1976. Em diversos aspectos e momentos, a radicalização popular ultrapassou a vontade e os programas dos partidos políticos, que em muitos casos tentaram conter a ação "autônoma" da população (ROSAS 2004a, p. 138-143). Isto para não falar das lutas em torno da reforma agrária e da ocupação de apartamentos e casas nos centros urbanos, nomeadamente Lisboa (ALMEIDA 2006; HAMMOND 1988).

As análises acima apresentadas, umas mais outras menos esquemáticas apontam, pois, para o 25 de Abril como um momento de ruptura para com o passado. Um novo tempo que surgia. Muito provavelmente não deixam de ter razão. Ainda assim, necessário é atentar para a *construção histórica* deste marco zero. O fato de a tradição ser *inventada*, como dizem Hobsbawm e Ranger (HANGER; HOBBSAWM 1984), não significa que seja ela ilegítima. Esta é a perspectiva apontada por António Costa Pinto. Para ele, a revolução portuguesa foi um processo marcado por ambiguidades e contradições. Por projetos que tanto se aproximavam quanto divergiam. Por este motivo, o olhar e o comportamento sobre a data inaugural, o 25 de Abril, foram alterados de acordo com a conjuntura. Assim, permanece um discurso generalizante a respeito do 25 de Abril como uma data símbolo, merecedora do feriado que lhe foi outorgado em substituição ao 28 de maio. No entanto, a hegemonia de setores mais ou menos radicais, mais ou menos moderados ou mais ou menos conservadores permitiram ações que se alteraram com o tempo. Saneamentos contra funcionários do "regime fascista" ou anistias políticas, criação de espaços de memória, como é o caso do Museu da Resistência, ou a alteração do nome da ponte 25 de Abril (antes Oliveira Salazar) decorrem de disputas pela memória. Sempre inconclusas ou em busca de uma legitimidade que necessariamente se altera com o passar do tempo e dos anos (COSTA PINTO 2004, p. 87-153). Como pano de fundo para o entendimento do 25 de Abril, o fato de que a Revolução ocorre a partir de uma "crise do Estado", ao contrário, por exemplo, das transições espanhola ou brasileira. Não se trata, pois, de uma transição melhor ou pior, mas de outra forma de transição. Esta é, entretanto, uma perspectiva de análise ainda pouco explorada, mas que aponta no sentido da quebra da forçada dicotomia entre *verdadeira* e *falsa* revolução.

142

Conclusão

As análises aqui apresentadas a respeito dos autoritarismos e das transições brasileira e portuguesa, naturalmente que não se esgotam em si. Temas como os do processo de modernização do capitalismo brasileiro ou do colonialismo português (ambos mereceriam um texto à parte) foram propositadamente deixados de lado. Procuramos, neste balanço inicial, apresentar as principais investigações que abordam, criticamente, os problemas conceituais da *transição* e da natureza dos regimes autoritários e democráticos. Em particular, preocupou-nos os debates acerca da memória produzida pelas sociedades bem como sua influência nos discursos historiográficos. Ao mesmo tempo, reconhecemos o estágio desigual de ambas as historiografias sobre suas experiências autoritárias, bem como a

respeito de suas respectivas redemocratizações. No caso português, experiência que remete à década de 1930, a comparação do Estado Novo com os modelos fascistas só mais recentemente veio a ser criticada de modo sistemático. No Brasil, o tema mais recorrente tem sido a questão do papel maior ou menor da sociedade-civil. Daí as polêmicas em torno dos termos “ditadura militar” e “ditadura civil-militar”. Quanto ao processo de redemocratização, durante anos a transição portuguesa foi encarada como um modelo de ruptura e, portanto, como um modelo mais “verdadeiro” que o brasileiro, marcado pelo pacto com suas elites (uma transição, neste caso, à espanhola). Este modelo interpretativo sofreu suas primeiras críticas na década de 1990 e aos poucos as transições portuguesa e brasileira têm sido vistas a partir de suas especificidades, não sendo uma “melhor” ou mais “verdadeira” que a outra. Recentemente, ambas as historiografias têm trabalhado, em estágios a nosso ver aproximados, a respeito das memórias e dos legados dos seus regimes autoritários. Mas trata-se de preocupações ainda novas, com resultados ainda bastante provisórios. Esperamos, pois, que os legados do abril brasileiro e do abril português continuem a ser motivo de novas investigações e análises de historiadores e de cientistas sociais.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. A. P. **A revolução no Alentejo**: memória e trauma da reforma agrária em Aviz. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CANEDO, L. B. **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- CARVALHO, O. S. **Alvorada em abril**. 3ª edição. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- CARVALHO, R. A. A definição do marcelismo à luz da revisão constitucional. In: ROSAS, F.; OLIVEIRA, P. A. (coord.). **A transição falhada**: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 27-89.
- CORKIL, D. O desenvolvimento económico português no fim do Estado Novo. In: ROSAS, F.; OLIVEIRA, P. A. (coord.). **A transição falhada**: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974). Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 213-232.
- CRUZEIRO, M. M. “Revolução” e revisionismo historiográfico: o 25 de Abril visto da História. In: MARTINS, R. C. (coord.). **Portugal, 1974**: transição política em perspectiva histórica. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 97-134.
- FICO, C. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24. nº 47, 2004.

- FREIRE, A. Ditadura, democracia e estado de exceção. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 47, jan-jun., 2011, p. 223-226.
- GÓES, Bruno; BRUNO, Cássio. Comemoração de militares termina em pancadaria no Centro do Rio de Janeiro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/comemoracao-de-militares-termina-em-pancadaria-no-centro-do-rio-4446158>.
- GRECO, H. A. Anistia anamnese vs. anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína (orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. Vol.II. São Paulo: Hucitec, 2009.
- HAMMOND, J. L. **Building popular power**: workers' and neighborhood movements in the Portuguese revolution. New York: Montly Review Press, 1988.
- HERMET, G. As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). **Transição em fragmentos**: desafios da democracia no final do século XX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- IOKOI, Z. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína (orgs.). **Desarquivando a ditadura**: memória e justiça no Brasil. Vol. II. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MARCHI, R. **Império, Nação, Revolução**: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974). Lisboa: Texto Editores, 2009.
- MARTINHO, F. C. P. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise. In: MARTINHO, F. C. P.; LIMONCIC, F. (orgs.). **A grande depressão**: política e economia na década de 1930 – Europa, Américas, África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 305-330.
- MARTINS, R. C. Problemática da mudança política. In: MARTINS, Rui Cunha (coord.). **Portugal, 1974**: transição política em perspectiva histórica. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2011, p. 19-29.
- O'DONNELL, G. Delegative democracy. **Journal of Democracy**, vol. 5, nº 1, 1994, p. 55-69.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C; WHITEHEAD, L. (ed.). **Transições do regime autoritário**: Sul da Europa. São Paulo: Vértice, 1988.
- OFFERLÉ, M. **Un homme, une voix?** Historie du suffrage universel. Paris: Gallimard, 1993.
- PEREIRA, L. C. B. Os limites da 'abertura' e a sociedade civil. In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

- PINTO, A. C. Ajustando as contas com o passado na transição para a democracia em Portugal. In: BRITO, A. B; GONZÁLEZ-ENRÍQUEZ, C; FERNÁNDEZ, P. A. (coord.). **Política da memória: verdade e justiça na transição para a democracia**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004, p. 87-153.
- PINTO, A. C.; TEIXEIRA, N. S. **A Europa do Sul e a construção da União Europeia (1945-2000)**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- PROENÇA, M. C.. A reforma educativa de Veiga Simão. In: ROSAS, F.; OLIVEIRA, P. A. (coord.). **A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 233-261.
- RAMOS, R.; SOUSA, B. V.; MONTEIRO, N. **História de Portugal**. 5ª edição. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. V. (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. 3 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ROSAS, F. **Pensamento e acção política: Portugal, século XX (1890-1976)**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004a.
- _____. Marcelismo: ser ou não ser. In: ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Ayres de (coord.). **A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)**. Lisboa: Editorial Notícias, 2004b, p. 09-26.
- SANTOS, C. M; TELLES, E.; TELLES, J. (orgs.) **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. 2 vol. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SCHMITTER, P. C. **Portugal: do autoritarismo à democracia**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- SOARES, G.; D'ARAUJO, M. C.; CASTRO, C. (org.). **A volta aos quartéis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- SILVA, F. C T. da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura militar no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.) **O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Europa ou o concerto das nações: ideias conservadoras e política internacional na obra de Leopold von Ranke (1795-1886)**. Tese apresentada ao Concurso Público para Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 1993.
- TELLES, E.; SAFATLE, V. (orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- TORGAL, L. R. Marcelismo, "Estado social" e Marcello Caetano. In: _____. **Estado Novo, Estados Novos**. Volume I. Coimbra: Editora Universidade de Coimbra, 2009, p. 615-673.

A internacionalização da historiografia em Portugal no século XXI*

The internationalization of Portuguese historiography in the 21st century

Mafalda Soares da Cunha

mafaldascunha@gmail.com
Professora
Universidade de Évora
Palácio do Vimioso, apartado 94
7002-554 - Évora
Portugal

Pedro Cardim

pedro.cardim@fcsh.unl.pt
Professor
Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna, 26C
1069-061 - Lisboa
Portugal

146

Resumo

Este texto pretende apresentar as condições institucionais da internacionalização da produção historiográfica em Portugal nos últimos 20 anos e propor explicações para o facto de a comunidade historiográfica internacional deter ainda um deficiente conhecimento sobre as realidades históricas portuguesas e sobre o trabalho dos historiadores portugueses. Após um diagnóstico inicial em que se resumem os principais contributos de um debate que teve lugar no *e-Journal of Portuguese History* em 2003, apresentam-se dados de balanço sobre a evolução posterior, com destaque para as temáticas de investigação onde a internacionalização tem sido conseguida de forma mais consistente.

Palavras-chave

Práticas científicas; Historiografia portuguesa; Investigação.

Abstract

This article focuses on the institutional conditions for the internationalization of Portuguese historiography in the past 20 years. Its aim is to explain why the international historiographical community still has a limited knowledge about the Portuguese historical reality, and about the work carried out by Portuguese historians. The first part is comprised by a discussion of the contributions that were made within a debate promoted in 2003 by the *e-Journal of Portuguese History*. The second part of this article discusses the subsequent evolution of the Portuguese historiographical milieu, emphasizing the areas in which its internationalization has been more successful.

Keywords

Scientific practices; Portuguese historiography; Investigation.

Recebido em: 3/8/2012

Aprovado em: 24/9/2012

* Uma versão abreviada deste texto, "From periphery to centre: the internationalization of the historiography of Portugal", foi publicada em CARDIM; CUNHA 2007.

Resumo de um debate

Há cerca de oito anos, por ocasião do lançamento da revista *on-line e-Journal of Portuguese History* (http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph), foi publicado, nessa revista, um debate sobre a internacionalização da historiografia portuguesa.¹ Participaram nesse debate oito reputados historiadores que, embora com perspectivas diferenciadas, partilhavam a preocupação sobre o tema (FONSECA 2003; SCHAUB 2003; CURTO 2003; SANTOS 2003; PEDREIRA 2003; PINTO 2003; VAKIL 2003; LAINS 2003). O momento era particularmente propício, uma vez que um dos objetivos da criação dessa revista, exclusivamente *on-line* e em língua inglesa, era o da promoção internacional da historiografia sobre Portugal. Os editores do *e-JPH* reagem, assim, à constatação de que a comunidade historiográfica internacional detinha um deficiente conhecimento sobre as realidades históricas portuguesas, sobre o trabalho dos historiadores portugueses e dos que trabalhavam acerca do que se pode genericamente designar por realidades históricas de Portugal. O propósito dos editores da revista extravasava, porém, a mera intenção de disponibilizar esse conhecimento através de um meio e de uma língua de acesso quase universal; pretendiam fazê-lo, através da demonstração de que os estudos históricos sobre Portugal se inscreviam em problemáticas de âmbito geral, oferecendo matizes e perspectivas úteis para dar conta da diversidade dos contextos, das práticas ou das soluções encontrados ao longo da história europeia e extraeuropeia. Ao fazê-lo, pretendiam colocar Portugal nos itinerários habituais da historiografia e assim ultrapassar o crónico ostracismo a que o país era votado.

A reflexão apresentada pelos oito historiadores procurava, sobretudo, explicações para o baixo nível de internacionalização dos historiadores portugueses e das suas instituições. O diagnóstico foi bastante exaustivo. No essencial, encontrou nas condições internas da produção historiográfica e no tipo de estímulos a que esta estava sujeita uma das principais justificações da dificuldade de os historiadores de língua portuguesa ultrapassarem quer os limites geográficos e temáticos da história de Portugal e do seu império, quer as resistências nacionalistas fundadas no argumento da especificidade da evolução e da trajetória nacionais. Ou seja, responsabilizavam prioritariamente a falta de incentivos institucionais (organização interna das universidades e estrutura das carreiras), as características da avaliação curricular e, ainda, a ausência consistente de apoios financeiros especificamente orientados para a mobilidade e para a internacionalização. Do mesmo modo, assinalaram que a maioria das

147

¹ A ideia da criação desta revista partiu de quatro historiadores portugueses que na época trabalhavam em universidades portuguesas, sobre diferentes períodos e temáticas históricas – Luís Adão da Fonseca, História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; José Luís Cardoso, História do Pensamento Económico, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa; António Costa Pinto, História Contemporânea, no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa; e Mafalda Soares da Cunha, História Moderna na Universidade de Évora – e foi, de imediato, acolhida por Onésimo T. Almeida da Brown University. Surgiu, assim, uma parceria para efeitos de produção da revista entre a Universidade do Porto e a Brown University, ao abrigo da qual se publicam dois números por ano em regime de livre acesso. A revista tem demonstrado ser um instrumento muito útil na divulgação da mais recente historiografia sobre Portugal, não apenas pelos artigos que publica, mas pela inclusão de listas das dissertações de mestrado e teses de doutoramento defendidas em universidades portuguesas, das instituições responsáveis pela investigação em História e de alguns projetos de investigação em curso.

revistas especializadas em História, em Portugal, ainda não tinha um sistema de arbitragem científica pelos pares (*single or double-blind refereeing*).

Entre as outras questões notadas no âmbito deste debate, destaca-se o facto de, na historiografia portuguesa, predominarem temas de história nacional e os historiadores portugueses não demonstrarem grande disponibilidade para estudar temas não-portugueses. Esta tendência, notavam, era reforçada pela existência de poucas bolsas e diminutos recursos financeiros para estudar temas estrangeiros, e também pela circunstância de as instituições privilegiarem o estudo de temas direta ou indiretamente relacionados com Portugal. Igualmente relevante para os participantes nesse debate era o facto de, no mundo académico português, a especialização em história não-portuguesa inviabilizar, ou pelo menos dificultar, carreiras universitárias. Mais uma vez, os problemas que foram apontados radicavam na organização das universidades portuguesas, cujos lugares de quadro estavam informalmente relacionados com a especialização em história de Portugal.

Embora reconhecendo que, nos cursos de licenciatura em História ministrados em Portugal, existiam, desde há algum tempo, disciplinas sobre a história de outros países e, inclusivamente, sobre países não-europeus, os participantes do debate defenderam que tais disciplinas, apesar de lecionadas por historiadores portugueses, jamais geraram áreas de investigação autónomas, uma vez que esses historiadores continuaram a ter na história de Portugal a sua principal área de investigação. Quando muito, aproveitaram este conhecimento mais geral para promover abordagens de história comparativa. No que respeita às disciplinas sobre *world history* ou história transnacional, os participantes no debate em referência assinalaram que elas só recentemente tinham começado a aparecer nos cursos de pós-graduação, embora todos esses estudos tivessem sempre uma qualquer ligação ou articulação com a história de Portugal.

148

Em síntese, este conjunto de historiadores reconhecia que a fraca dimensão “internacional” na avaliação global dos resultados dos historiadores e das instituições académicas explicava, em grande medida, o isolacionismo e o imobilismo da comunidade historiográfica portuguesa.

Como elementos complementares para a persistência desta “guetização” da historiografia portuguesa, nesse debate foram igualmente apresentados argumentos associados ao carácter periférico de Portugal e à sua marginalidade na explicação da mudança histórica mais global e, ainda, motivos como a questão linguística, a escassez demográfica e a baixa dimensão da sua comunidade historiográfica.

Com efeito, atualmente, das 13 universidades públicas portuguesas, só oito têm cursos de licenciatura em História e, entre as diversas universidades privadas, apenas três oferecem cursos com essas características. No total existem cerca de 300 académicos profissionais que lecionam em todos os domínios e cronologias (e incluem-se neste cômputo não apenas estes historiadores, mas também aqueles que pertencem a departamentos de História ligados a faculdades de Economia ou a departamentos de Sociologia e de Geografia). Seja como for, o número é sem dúvida exíguo, sendo disso um bom exemplo o facto de em 2012 existirem, em todo o país, apenas seis catedráticos em História Medieval

e cinco em História Moderna e Expansão Portuguesa. A história contemporânea desperta, todavia, maior interesse.

Quanto a teses de doutoramento, só muito recentemente se terão ultrapassado as cerca de 15 teses por ano defendidas em Portugal e que constam de listas elaboradas pela direção do *e-JPH* a partir de dados disponibilizados pelo Ministério da Ciência relativamente ao período entre 1975 e 2005.² O facto de, até há pouco tempo, as teses de doutoramento serem maioritariamente elaboradas por investigadores ligados à docência universitária explica o número reduzido de dissertações defendidas anualmente. Contudo, esta é uma tendência que se está a alterar, em resultado do aparecimento de programas de doutoramento nas universidades e da atribuição de bolsas a jovens investigadores sem qualquer vínculo estável ao ensino universitário.

Dito de outro modo, o fraco interesse da comunidade internacional sobre a generalidade dos temas da história de Portugal tenderia a reforçar a propensão para o isolamento e para a persistência de esquemas endógenos de reprodução do sistema académico.

O tom geral das observações destes oito historiadores – emitidas, convém lembrar, em 2003-2004 – era, assim, bastante pessimista, embora qualquer deles preconizasse vias para integrar a historiografia portuguesa nas agendas de investigação internacional. Determinantes, parecia-lhes ser tanto a alteração das exigências institucionais relativamente aos resultados curriculares, quanto a orientação das pesquisas em função de grandes problemáticas historiográficas comuns às agendas internacionais da investigação.

149

Balanço de uma evolução

Acreditamos que os últimos anos têm vindo a consolidar e a dar visibilidade a alguns dos esforços institucionais iniciados na década de 1990 e que parte dos problemas identificados no debate atrás referido está a ser resolvida. Entre os esforços desenvolvidos, destaca-se a integração da grande maioria dos historiadores em centros de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência), cujos resultados são periodicamente avaliados por painéis internacionais.

Em Portugal, a criação de um sistema científico de sistemático apoio à investigação, com financiamento plurianual, data de meados dos anos 1990 e constitui, sem dúvida, uma mudança profunda nas condições de pesquisa na área das ciências sociais e humanas, e da história em particular. Atualmente existem 20 centros de investigação e desenvolvimento (I&D), todos eles acolhidos por universidades e integrando tanto docentes dessas instituições quanto estudantes e bolseiros em formação pós-graduada, e ainda investigadores externos. Em 2007 os doutorados integrados nessas unidades de investigação rondavam os 500, sendo atualmente bastante mais. O principal objetivo dessas unidades de I&D é a promoção da investigação em história e em arqueologia. Até ao momento, os centros têm auferido de financiamento plurianual cujo montante

² *e-Journal of Portuguese History*, v. 3, n. 1 e n. 2 (2005), e v. 4, n. 2 (2006).

resulta do número de investigadores doutorados que integram e da classificação atribuída por um painel de avaliação internacional que até 2007 se reunia a cada três anos.³ Este modelo está a ser repensado pelo atual poder político, e a escassa informação de que até agora se dispõe sugere que o financiamento será efetuado num futuro próximo, em outros moldes.

Os centros financiam atividades ligadas à investigação (deslocações ao estrangeiro e traduções; publicação de trabalhos científicos; organização de encontros científicos). O acentuado crescimento do número de investigadores doutorados integrados nos centros de investigação a que se assistiu nos últimos anos provocou um aumento dos custos fixos de financiamento, que conduziu a alterações na política científica. Deste modo, a política dominante de incentivo ao crescimento do sistema científico tem vindo a ser substituída por uma estratégia assente em critérios mais seletivos, indutores da redução do número de unidades de investigação através da concentração das equipas existentes, com vista à criação de centros de maior dimensão que racionalizem os recursos e se tornem capazes de competir a nível internacional. Atualmente, e perante a situação de crise económica generalizada, em Portugal e na zona euro, a agenda política parece pretender alterar de forma ainda mais substantiva as condições de financiamento das unidades de investigação. A via proposta aposta na competitividade das equipas à escala internacional e no aumento da dependência entre a excelência da investigação reconhecida e a possibilidade de oferecer formação pós-graduada. Além disso, tudo leva a crer que, nos próximos anos, as unidades de I&D portuguesas que quiserem desfrutar de financiamento terão cada vez mais de se candidatar a programas de apoio à escala europeia, concorrendo diretamente com colegas de toda a Europa. A seu tempo se verá que efeitos essa mudança vai ter.

150

Também a abertura anual de concursos tanto para bolsas de investigação pós-graduadas, quanto para projetos de investigação, incutiu entre os membros da comunidade hábitos de avaliação externa. Dado que um dos critérios de análise tem sido a pertinência dos objetos de estudo, em que a comparabilidade e a difusão internacional dos resultados são ponderados, os estímulos à publicação dos resultados no exterior têm-se feito sentir positivamente.

Isto aplica-se não só na avaliação dos centros, mas também no concurso anual de financiamento de projetos de investigação e na atribuição de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento. Todos estes apoios resultam da avaliação de painéis internacionais (para o caso dos centros e dos projetos) e nacionais (para o caso das bolsas), e entram em linha de conta com o volume de publicações internacionais, que no caso da História não se cinge às revistas citadas na Web of Science. Importa dizer que o leque de critérios utilizados nestas avaliações ainda não está rigorosamente definido, uma vez que, em Portugal, não existem *rankings* das publicações nacionais nem acesso direto aos *rankings* elaborados por outros países, embora a hierarquização dos centros de investigação já tenha reflexos na avaliação das candidaturas para bolsas de formação pós-graduada.

³ Para uma lista completa desses centros e respetiva avaliação, veja-se: <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2007/areas.phtml.pt?aid=%7B212AA982-4AAA-4A53-B0FF-1464873DBA45%7D>.

Os dados quantitativos disponibilizados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, entre 2000 e 2010, para o domínio científico das Humanidades permitem uma reflexão sobre esta questão, que deve ser analisada em dois níveis. Constatou-se, por um lado, que o investimento na formação doutoral foi privilegiado relativamente ao pós-doutoramento, já que, em valores absolutos, as bolsas pós-doutorais não chegam a um terço do total das bolsas de doutoramento concedidas ao longo do período (5967 e 18993, respetivamente). Todavia, a tendência de incremento na atribuição de bolsas de pós-doutoramento é superior, pois apresenta valores de crescimento anual médio de 1,38%, face aos 1,13% das bolsas de doutoramento. A explicação talvez resida no facto de o poder político ter consciência de que, para os doutores em Humanidades, as alternativas profissionais são escassas, tornando-se a bolsa de pós-doutoramento uma forma de adiar o problema. Por outro lado, se compararmos estes valores da área de Humanidades com os do conjunto do sistema científico, verificamos que o apoio concedido pela FCT a este campo de estudos está acima da média, uma vez que o crescimento anual médio do total das bolsas de doutoramento é de 1,11%, enquanto o das bolsas de pós-doutoramento é de 1,22%. Tal sugere-nos que o dinamismo da área de Humanidades tem colhido o apoio político para a sustentação dessa área de estudos. Note-se que, entre 2000 e 2010, as bolsas de doutoramento nas Humanidades aumentaram de 11,5% para 15,5% do total das bolsas concedidas, enquanto nas bolsas de pós-doutoramento o crescimento ainda foi superior, pois saltou de 5,6% para 13%.

151

Este panorama relativamente luminoso obscurece-se quando passamos à análise dos apoios concedidos aos projetos de I&D por domínio científico no mesmo intervalo cronológico. Só 5% do total do financiamento total atribuído respeita à área de Humanidades, o que corresponde a 7% do número total de projetos financiados. A ausência de variação significativa ao longo desta década revela a continuidade de uma política científica de constante subalternização financeira das Humanidades. Em contrapartida, a competitividade dentro da área aumentou exponencialmente nos últimos anos. Com efeito, se em 2000 54% dos projetos de Humanidades candidatados foram homologados, em 2009 e em 2010 só 7% (em cada ano) das candidaturas beneficiaram de financiamento. Para além de indicar uma maior participação da comunidade científica deste domínio na busca de recursos para a investigação, deu-se uma contração dos montantes globais para financiamento de projetos de I&D por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O ano de 2009 foi o momento dessa viragem brusca e em baixa (cerca de 50% do montante total concedido em 2008).

Existem ainda outras instituições portuguesas que apoiam regularmente deslocações para a participação em conferências internacionais ou para investigação em bibliotecas e arquivos estrangeiros (Fundação Calouste Gulbenkian, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Fundação Oriente, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, etc.). No entanto, e no atual quadro de crise económico-financeira da zona euro, nos últimos dois anos registou-se uma redução drástica dos apoios concedidos por essas

instituições, ao ponto de algumas delas terem mesmo suspenso as linhas de financiamento, caso da FCT e da Fundação Calouste Gulbenkian.

É importante mencionar que, no que respeita à avaliação curricular individual no seio das universidades, o critério da internacionalização tem sido utilizado cada vez com maior frequência, repercutindo-se nas promoções dos académicos. Refira-se que, a partir de 2011, a legislação determinou que o desempenho dos docentes das universidades portuguesas passaria a ser avaliado trianualmente, definindo-se critérios de aferição da atividade científica em que a internacionalização ocupa um lugar de destaque. Cumpre igualmente assinalar que a FCT teve um papel relevante na difusão do sistema de arbitragem científica nas revistas portuguesas especializadas em História. Aliás, atualmente poucas serão as revistas portuguesas especializadas em História que não se pautarão por esse modelo de aferição da qualidade dos textos submetidos, o que representa, sem dúvida, uma enorme mudança em relação ao que existia há uma década.

Tais evidências, se demonstram a pertinência do argumento sobre os condicionalismos institucionais invocado pelos participantes do debate do *e-JPH*, também comprovam a adequação das medidas adotadas pelo poder político.

Igualmente positivo – embora mais pontual – foi, até ao momento, o incentivo de instituições europeias como a European Science Foundation (ESF),⁴ sobretudo para promover equipas de investigação organizadas em redes transnacionais europeias. De qualquer modo, há alguma incógnita quanto à continuidade desse esforço, pois de momento verifica-se uma certa incerteza a respeito do futuro da ESF, ao mesmo tempo que, pelo contrário, o European Research Council – e em particular as Ações Marie Curie – se afirma como o principal centro de financiamento para a investigação científica na zona europeia. Nesse quadro, os investigadores portugueses que quiserem aceder a financiamento terão de tornar a sua pesquisa consonante com as quatro prioridades definidas pelo *Work Programme THE PEOPLE – 2012*, no que respeita ao financiamento europeu à ciência para os próximos anos: em primeiro lugar, o fortalecimento do potencial humano na investigação e desenvolvimento tecnológico na área de investigação da Europa (ERA); depois, o encorajamento dos investigadores europeus a permanecer na área de investigação da Europa; em terceiro lugar, a atração para a área de investigação da Europa dos melhores investigadores das diversas partes do mundo; em quarto e último lugar, o fomento da cooperação internacional entre a área de investigação da Europa e as demais zonas do mundo, tendo em vista a transferência de conhecimento entre a Europa e os outros continentes, apostando numa forte mobilidade transnacional.

Todavia, e a respeito do futuro financiamento, ainda não é claro qual será a parcela direcionada para as ciências sociais e humanas.

Seja como for, o estímulo que até agora foi dado à colaboração internacional gerou uma movimentação muito intensa na comunidade historiográfica europeia para promover contactos nos diversos países, movimento, esse, em que Portugal se inseriu. Nalguns casos as redes incluíram ligações a países extraeuropeus,

⁴ <https://www2.esf.org/asp/ERIH/Foreword/index.asp>.

o que contribuiu para a extensão dessas articulações a outras comunidades historiográficas, sobretudo da América Latina. Este tipo de financiamento europeu talvez explique o motivo pelo qual a internacionalização da historiografia portuguesa tenha sido realizada mais no mundo continental europeu do que na historiografia anglo-saxónica. Por outro lado, há que reconhecer que a forma como a própria área disciplinar organiza a investigação e a divulgação dos seus resultados, tanto em Portugal, quanto em outros países, tem impedido que esta evolução possa ser eficazmente medida através do indicador utilizado por um dos intervenientes nesse debate – a publicação em periódicos internacionais.

De facto, ao contrário do que sucede na maior parte das ciências sociais – em que os resultados são maioritariamente canalizados para revistas –, no âmbito da História (talvez com a exceção do mundo anglo-saxónico) encontra-se muito generalizado o hábito de promover colóquios e congressos e, posteriormente, publicar as respetivas atas. Outra modalidade que tem vindo a ganhar terreno é a de os projetos de investigação incluírem nos seus objetivos a publicação de obras coletivas. Estas práticas acabam por desviar das revistas internacionais uma parte significativa dos resultados da investigação, embora as publicações possam ser efetivamente internacionais. Bons exemplos do esforço coletivo que marcou a historiografia portuguesa dos últimos anos, perfeitamente alinhado com as mais recentes tendências internacionais, são a publicação, na década de 1990, da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso (MATTOSO 1992-1994), da *História da expansão portuguesa*, dirigida por K. Chaudhuri e F. Bethencourt (CHAUDHURI; BETHENCOURT 1997-1999), e da *Nova história de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (SERRÃO; MARQUES 1987-), mas também, e já nos últimos 10 anos, a publicação de obras como a *Nova história militar de Portugal*, dirigida por Nuno Severiano Teixeira e M. Themudo Barata (TEIXEIRA; BARATA 2003-2004), a *História religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira de Azevedo (AZEVEDO 2000-2002), a *História económica de Portugal*, dirigida por Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Lains (SILVA; LAINS 2005) ou, ainda, a *História da vida privada*, dirigida por José Mattoso (MATTOSO 2010-2011). E ainda as recentes coleções de biografias dos reis e rainhas de Portugal elaboradas por académicos profissionais com um número substancial de conexões no exterior e em que a preocupação comparativa é quase sempre evidente.⁵

Deste modo, parece-nos que uma quantificação de indicadores como o número de participações em congressos internacionais ou a publicação em obras coletivas ofereceria uma visão menos negativa da internacionalização no campo da História. E uma vez que as principais bases de dados de referência são produzidas por instituições norte-americanas e se reportam quase exclusivamente a publicações periódicas em língua inglesa, esta recente dinâmica de internacionalização tende a ficar oculta se recorrermos apenas a esses instrumentos de avaliação. Apesar de em diversos países europeus ter sido desenvolvido, nos últimos anos, um esforço para estabelecer uma hierarquia

⁵ São 34 volumes, correspondentes aos 34 reis de Portugal, escritos por cerca de 40 historiadores e publicados pelo Círculo de Leitores entre 2005 e 2007, e 18 volumes referentes a 29 rainhas, da autoria de 28 investigadores, com publicação iniciada em 2012 e ainda em curso.

entre as suas publicações especializadas e entre as suas instituições académicas, o acesso a essa informação nem sempre é fácil para os investigadores de outros países. A criação de instrumentos de difusão desse tipo de dados capazes de oferecer parâmetros de avaliação complementares aos anglo-saxónicos está já em marcha à escala da Europa para as Humanidades, através da ESF, embora seja de apontar que o nível de consenso na comunidade académica em relação ao *ranking* apresentado não é total. As listas revelam, em todo o caso, um maior equilíbrio e uma maior abrangência do que as bases de dados anglo-saxónicas, porque incorporam publicações periódicas de origem e idiomas bastante mais variados.

Estamos, por isso, totalmente de acordo com José Mariano Gago, antigo ministro da Ciência, quando, em recente entrevista a João de Pina Cabral, alertou para os excessos da exagerada bibliometria, descrevendo mesmo esse tipo de práticas como “uma visão ansiosa e infantil que tudo pretende classificar (revistas, artigos, livros...) de forma ‘automática’, a partir de regulamentos e algoritmos, faz lembrar a ilusão dos cabalistas para esconjurar a incerteza do mundo” (GAGO 2011, p. 407).

Em qualquer caso, para além das dificuldades em encontrar indicadores adequados para medir a difusão internacional dos resultados, não se pode ignorar que existem, ainda, reais dificuldades de internacionalização. Algumas dessas dificuldades são persistências de longa data, outras têm a ver com recentes alterações da estrutura social portuguesa.

154

Quanto às continuidades, mantém-se na historiografia portuguesa o predomínio de temas de história exclusivamente nacional. Para tal contribuem certamente as deficientes condições de trabalho dos investigadores, nomeadamente a acessibilidade a bibliografia estrangeira. As bibliotecas universitárias permanecem deficientes, com horários pouco adequados, fundos bibliográficos incompletos e com pouca abrangência temática e cronológica, o que dificulta o conhecimento das agendas de investigação internacionais. É certo que, graças ao investimento realizado nos últimos anos, o panorama melhorou um pouco. Por outro lado, a Internet e as grandes bases de dados internacionais também contribuíram para minorar o problema, até porque muitas instituições já assinam as grandes bases de dados bibliográficas internacionais de acesso *on-line*. Os seus elevados custos continuam no entanto a ser entraves sérios, pelo que existem riscos concretos de estas recentes acessibilidades serem absolutamente efémeras, impedindo a consolidação de hábitos de trabalho na comunidade científica. Menos dependente das oscilações de financiamento é a recente tendência de as universidades criarem repositórios digitais de acesso aberto (*open access*) para a disseminação dos resultados da investigação dos seus docentes e investigadores, e onde se incluem também os textos completos das dissertações de mestrado e teses de doutoramento. É verdade que estes instrumentos não têm ainda o carácter sistemático que já adquiriram noutros países, mas estão a implantar-se de forma consistente, revelando uma indiscutível utilidade na difusão alargada da produção científica.

As revistas de acesso aberto inscrevem-se nesta mesma linha de facilitação do acesso à produção científica. As Humanidades e em particular a área de

História têm demonstrado alguma permeabilidade à criação de novas revistas especializadas *on-line*, que, de resto, se pautam pelos mesmos critérios de avaliação por pares que as suas congêneres em papel. Em Portugal existem algumas experiências dessas, como é o caso do já mencionado *e-JPH*, mas também do *HoST: journal of history of science and technology*⁶ ou ainda da *Revista medievalista*.⁷ Em todo o caso, vale dizer que, para muitos historiadores, a desmaterialização da publicação dos seus textos ainda é vista de forma antipática, preferindo eles por isso publicá-los em revistas em formato convencional. Uma combinação destes dois modelos é oferecida por algumas publicações, como a *Análise social*,⁸ a *População e sociedade*,⁹ a *Penélope*¹⁰ e a *História: revista da FLUP*,¹¹ que disponibilizam igualmente os seus números em acesso aberto. Estas referências não são exaustivas, mas já assinalam a tendência de busca de maior eficácia na disseminação dos resultados da investigação por parte da comunidade académica no campo da História.

Por outro lado, é inegável que os historiadores portugueses continuam a não demonstrar grande disponibilidade para estudar temas não-nacionais. Para além dos constrangimentos institucionais acima referidos, é indiscutível a centralidade do quadro nacional no exercício do ofício de historiador em Portugal. Tudo leva a crer que, a este nível, Portugal não se distingue da maior parte das historiografias europeias de menor dimensão. O que sem dúvida parece distinguir a realidade portuguesa é o peso deste fenómeno numa comunidade historiográfica muito pequena e sem abertura institucional para caminhos alternativos.

Talvez também por esse motivo, continua a ser muito reduzido o número de estrangeiros a ensinar História de Portugal em universidades portuguesas e de portugueses a ensinar temas não-portugueses em universidades estrangeiras. É certo que, ultimamente, a comunicação com investigadores estrangeiros em Portugal tem-se aprofundado, em especial pela inserção temporária de jovens investigadores em centros de investigação portugueses. Trata-se, sobretudo, de investigadores brasileiros e espanhóis que optam por realizar a sua investigação em arquivos e bibliotecas portuguesas. Os seus objetos de estudo foram evoluindo em função da alteração das tendências historiográficas. Assim, inicialmente os investigadores estrangeiros procuravam sobretudo estudar Portugal no contexto do seu império ultramarino; depois, e já a partir dos anos de 1980, um número crescente de investigadores estrangeiros procurou nos arquivos portugueses materiais para a história dos seus próprios países (caso da Espanha e do Brasil, para citar apenas os exemplos mais evidentes), acabando, por essa via, por interagir com a comunidade historiográfica portuguesa; finalmente, hoje em dia verifica-se o aparecimento

⁶ *HoST: journal of history of science and technology*, ISSN: 1646-7752, disponível em: <http://www.johost.eu>.

⁷ *Revista medievalista*, ISSN 1646-740X, disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista>.

⁸ *Análise social: revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>.

⁹ *População e sociedade*, disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/tt-populacao-e-sociedade>.

¹⁰ *Penélope: fazer e desfazer a história; Penélope: revista de história e ciências sociais*, disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt>.

¹¹ *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim>.

das primeiras abordagens transnacionais. Uma vez que a presença implica um enquadramento institucional, isto significa que a comunidade internacional reconhece existirem em Portugal competências instaladas para a formação, das quais os estudantes em fase de formação podem tirar partido. Diga-se, porém, que a recíproca já não é tão verdadeira, porventura em resultado do reduzido número de estudantes de pós-graduação em História.

Todavia, continua a haver muito poucos estudantes de pós-doutoramento portugueses a trabalhar em instituições estrangeiras sobre temas não-portugueses. Com efeito, um dos aspetos que recentemente mais têm dificultado a internacionalização da historiografia portuguesa prende-se com a reduzidíssima dimensão da comunidade historiográfica portuguesa e a exiguidade de estudantes em programas de formação graduada e pós-graduada. Este dado, que é verificável pela redução da procura das licenciaturas em História e o decréscimo do número de académicos nesta área, afeta de forma dramática a capacidade reprodutiva da comunidade historiográfica em Portugal. Este quadro bastante negro – que a História partilha com outras ciências humanas – decorre da ação combinada da quebra demográfica e da própria estrutura do mercado de trabalho, a qual tende a absorver os licenciados em Humanísticas quase só em postos de docência. Essa situação também tem, porém, outras implicações no desenvolvimento das atividades académicas dos historiadores. Ao reduzir-se a oferta de investigadores qualificados, multiplicam-se-lhes as solicitações dentro do próprio mercado interno, o que pressiona os poucos académicos disponíveis a desdobrarem-se numa variedade de tarefas que os desvia dos mais morosos e complicados processos conducentes à internacionalização do seu trabalho. Sublinhe-se que o mercado editorial em Portugal é bastante ativo e tem sido prolífero em matéria de iniciativas com grande dimensão – histórias de Portugal, histórias da Expansão Portuguesa, biografias de grupos políticos e socioprofissionais, para mencionar apenas algumas – que absorvem boa parte das energias disponíveis.

156

Algumas das obras coletivas atrás referidas são exemplo de uma historiografia de boa qualidade, devendo-se a sua fraca visibilidade internacional essencialmente à inércia das editoras ou à falta de contacto das casas editoriais portuguesas com as suas congéneres estrangeiras. Há, sem dúvida, casos em que obras de historiadores portugueses foram traduzidas, mas tal deveu-se sobretudo à iniciativa dos próprios autores – e a um financiamento muito pesado retirado dos orçamentos de projetos de investigação (em detrimento de mais bolsas) –, uma vez que em Portugal faltam apoios financeiros à tradução de obras de referência.

Boas práticas para a internacionalização

A internacionalização não pode nem deve ser vista como um fim em si mesmo, mas apenas como um meio de elevar os patamares médios de qualidade da produção através da aferição dos pares. É, pois, fundamental distinguir diversos tipos de internacionalização. Por um lado, existe aquela que assenta em iniciativas mais ou menos individuais e que se concretiza em contactos com

investigadores que estudam temas afins. Deste tipo de internacionalização não resulta, necessariamente, a elevação de padrões de qualidade da comunidade historiográfica, mas apenas, e eventualmente, vantagens individuais.

Mais decisiva pode ser a internacionalização coletiva ou institucional, através do estabelecimento de relações duradouras com instituições de referência, materializadas em agendas de investigação comuns; na circulação de investigadores seniores e juniores; na realização de reuniões científicas; na organização de programas articulados de formação pós-graduada; na realização de publicações conjuntas; etc. Para além de propiciar uma elevação dos padrões de qualidade, este tipo de internacionalização permite também a aquisição de um certo "cosmopolitismo" científico, ou seja, familiaridade com os diversos meios académicos, conhecimento das suas preocupações, dos seus conceitos, das suas categorias e dos seus protocolos científicos.

No fundo, o que está em jogo é distinguir a internacionalização voluntarista e puramente individual, e aquela que tem foros mais institucionais. É esta última a que tem mais potencial para exercer um impacto positivo nos padrões de qualidade das comunidades historiográficas nacionais. Mas, para que isso ocorra, torna-se também indispensável ter em conta os interlocutores escolhidos para o diálogo. Mais do que uma massificação das relações com o estrangeiro, cumpre ser criterioso na escolha dos parceiros, pois também nesse terreno há hierarquias de qualidade que é preciso conhecer e reconhecer. Não é irrelevante onde se publica, quer em matéria de periódicos, quer em matéria de editoras, e nem todas as instituições têm a mesma reputação em todas as áreas temáticas.

Da mesma forma, não se deve pensar que todas as investigações produzidas no estrangeiro são boas e que todas as que se desenvolvem em Portugal são de menor qualidade. Muitos trabalhos de história geral europeia refletem um desconhecimento de informação relevante e o uso fácil, quando não mesmo erróneo, de análise comparativa muito pouco fundamentada.

Um bom exemplo é a aplicação quase automática, ao caso português, de certos traços estruturais que se considera serem característicos de países da Europa do Sul (Itália ou Espanha). Catolicismo, intolerância, imobilismo social, atraso económico continuam a ser alguns dos estereótipos utilizados pela historiografia internacional para explicar o devir histórico de Portugal. Assim, ao prescindir da consulta de estudos mais atualizados que matizam ou contradizem tais "ideias feitas", a historiografia internacional frequentemente reproduz representações sobre a realidade portuguesa que se distinguem por serem bastante mal fundamentadas. E, neste caso concreto, a responsabilidade não pode ser assacada ao atraso da historiografia portuguesa, mas antes ao desinteresse ou à superficialidade com que os produtores de sínteses a nível internacional se relacionam com as historiografias periféricas.

A verdade é que a comunidade internacional em História nem sempre demonstra interesse em conhecer a pesquisa realizada em países mais periféricos e, em alguns casos, pode mesmo dizer-se que avalia mal os resultados das investigações sobre países com línguas de expressão menos universais. Este fenómeno contribuiu de forma não pouco relevante para a marginalidade

de historiografias de países mais periféricos, como é o caso de Portugal. Exemplos cabais continuam a ser as obras de conjunto editadas ou produzidas coletivamente que raramente incluem capítulos sobre Portugal. E, quando o fazem, utilizam como referência obras de autores não-portugueses ou apenas as que foram publicadas em línguas que os autores dominam. Raros são, por isso, os casos em que a bibliografia em língua portuguesa aparece convenientemente referenciada. Estas questões aplicam-se não só à comunidade historiográfica portuguesa, mas também à dos países lusófonos. O Brasil, nomeadamente.

De qualquer forma, o facto de os temas portugueses continuarem a ter um certo carácter periférico deve-se também à inexistência, na historiografia portuguesa, do costume de escrita de histórias de Portugal sintéticas, precisas e numa língua de maior projeção internacional, como o inglês, o francês ou o espanhol. Em todo o caso, esta situação parece estar a mudar, como demonstra a recente publicação de obras como *The Portuguese oceanic expansion, 1400-1800*, dirigida por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (BETHENCOURT; CURTO 2007), a *História económica de Portugal (1143-2010)* de Pedro Lains, Leonor Freire Costa e Susana Münch Miranda (LAINS; COSTA; MIRANDA 2011), ou a *História de Portugal* da autoria de Rui Ramos, Nuno Gonçalo Monteiro e Bernardo Vasconcelos e Sousa (RAMOS; MONTEIRO; SOUSA 2010). Trata-se de obras que assentam numa agenda historiográfica atualizada e numa grelha de questões perfeitamente familiar para qualquer historiador estrangeiro, proporcionando um olhar simultaneamente panorâmico e problematizador de temas significativos, em que a história nacional é integrada em quadros de análise mais amplos.

158

Acresce a isto o facto de estarem pouco implantadas, em Portugal, as abordagens de questões gerais, analisadas a uma macroescala e cobrindo arcos cronológicos muito amplos. Um conjunto de obras com estas características, caso existisse, poderia contribuir para que a comunidade historiográfica internacional tivesse um maior conhecimento do passado português, evitando as omissões atrás enunciadas e fomentando a interlocução entre os historiadores portugueses e a comunidade historiográfica internacional.

Não se deve, portanto, daqui inferir que a historiografia não-internacionalizada é necessariamente de menor qualidade, ou que a internacionalização, *per se*, garante sempre bons resultados. Antes pelo contrário. Em Portugal existem numerosos estudos de elevada qualidade que têm tido escassíssima difusão internacional. É esse o caso de muitas das teses de doutoramento produzidas nos anos de 1980 e 1990 em Portugal. Em vários casos, tais trabalhos constituem exemplos de estudos perfeitamente enquadrados nas tendências metodológicas e historiográficas do seu tempo.¹² No entanto, apesar de terem sido publicadas em Portugal, tiveram um impacto mínimo na historiografia internacional, a qual continua, por vezes, a repetir estereótipos e banalidades oriundas de obras traduzidas até à década de 1970 (LANDES 1998). Tal acontece porque

¹² Cfr. lista das teses de doutoramento defendidas em Portugal desde a década de 1970 em vários dos volumes do *e-Journal of Portuguese History*, disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph.

muitos historiadores portugueses não cultivam contactos com outros meios historiográficos, atitude essa que é fundada na convicção de que tal diálogo traz pouco valor acrescentado à sua investigação. Esta atitude surge tanto entre historiadores que trabalham sobre épocas mais recuadas, quanto entre os que investigam a história contemporânea de Portugal, e tende a ter um maior peso entre historiadores com uma formação mais marcada pelo *curriculum* das Humanidades. Cumpre sublinhar que este tipo de opções decorre, sobretudo, de posições ideológicas que apostam na irredutibilidade do fenómeno nacional, acentuando por isso as dimensões particularistas e singulares da evolução histórica de Portugal, atribuindo a esta um excecionalismo que, na maioria dos casos, nunca existiu. Noutros casos, esta história mais paroquial serve simplesmente objetivos de afirmação local ou regional.

Mais uma vez, esta questão não distingue o caso português de outras historiografias. Em Portugal a tendência para a crença num suposto excecionalismo português terá sido acentuada pelo prolongado isolamento político e intelectual decorrente do regime autoritário que governou o país até 1974. Na verdade, salvo algumas exceções, o predomínio do quadro nacional acabou por se estender até meados da década de 1980, e só a partir dessa altura surgiu um maior número de estudos que, sem perder de vista a realidade nacional, a tomaram como ponto de partida para análises comparadas. Para além de ter contribuído para uma compreensão mais aprofundada do caso nacional, este tipo de abordagens proporcionou uma consciência mais aguda da sua especificidade, mas também da sua semelhança com outros casos, permitindo um diálogo científico mais intenso com historiografias de outros países, como o Brasil, a Espanha, o Reino Unido, os Estados Unidos e, ainda, a França e a Holanda. Todavia, ainda assim raros foram os casos em que os historiadores tomaram Portugal como mero estudo de caso para explicar processos de mudança social, fenómenos ligados ao desenvolvimento económico, às estruturas de poder, etc., no quadro mais geral da evolução histórica da Europa.

A vulgarização deste tipo de abordagem talvez permitisse contrariar a ideia – cada vez mais discutível – de que, devido ao seu carácter periférico, Portugal apresenta um leque muito reduzido de temas suscetíveis de atrair o interesse do público internacional. Durante muito tempo, considerou-se que apenas a expansão portuguesa, ou os temas do regime salazarista e das transições democráticas despertavam interesse na comunidade académica estrangeira. Esta noção fundava-se no facto de estas áreas temáticas terem suscitado estudos de reputados historiadores estrangeiros, como por exemplo Charles R. Boxer e Frédéric Mauro, ou mais recentemente Stuart Schwartz, A. J. R. Russell-Wood, Dauril Alden, Kenneth Maxwell, Douglas Wheeler, Kirti Chaudhuri, Stanley G. Payne ou Stuart Woolf. No entanto, a maneira como estudaram estes temas foi bem diferente das abordagens predominantes em Portugal. Ao invés de analisarem tais fenómenos numa ótica estritamente nacional, integraram-nos em movimentos mais gerais e encaram-nos como estudos de caso significantes para explicar, por exemplo, o colonialismo europeu ou os regimes autoritários do século xx. Idêntica *démarche* foi assumida por diversas investigações portuguesas na área da história

económica de Portugal dos períodos moderno e contemporâneo, as quais não só assumiram uma dimensão internacional como, sem grande dificuldade, captaram o interesse de estudiosos dos mais diversos países.

Se em relação ao autoritarismo salazarista e à transição para a democracia, mais pela via da ciência política do que pela história, a historiografia portuguesa se inseriu rapidamente nos debates internacionais, o mesmo não ocorreu no âmbito da história do chamado “império português”. A este fenómeno não é alheio o facto de o tema ter sido durante muito tempo dominado pelas representações da história portuguesa veiculadas pelo Estado Novo, o que fez com que nas duas décadas seguintes à revolução de 1974 ele tenha sido mais ou menos esquecido. Com efeito, só recentemente surgiu um renovado interesse pela expansão e pelo colonialismo português, abrindo-se novas perspectivas de análise que, sem perder de vista a dimensão nacional, colocam novas questões e surgem mais abertas à comparação com fenómenos análogos protagonizados por outras nações europeias.

O que também explica que, nos últimos 20 anos, o intercâmbio com a historiografia brasileira se tenha tornado particularmente intenso, materializando-se num crescente número de investigações e de publicações conjuntas. Como resultado desta dinâmica, assiste-se a uma maior integração entre a história europeia e a história do colonialismo europeu nas épocas moderna e contemporânea. Ainda mais recentemente e seguindo as agendas internacionais dos estudos pós-coloniais, começaram a proliferar trabalhos sobre os domínios ultramarinos em África. Um outro bom exemplo do efeito da mudança de enfoque é o conjunto de estudos sobre o tempo em que Portugal integrou a monarquia dos Habsburgos espanhóis (1581-1640). Até meados da década de 1980, este foi um período pouco estudado pela historiografia portuguesa e, sempre que era alvo de investigações, nele predominavam as abordagens estritamente nacionais. No entanto, o surgimento de uma série de estudos realizados por historiadores estrangeiros revolucionou a maneira como o tema era abordado. Matizando o peso do quadro nacional e comparando o caso português com o de outros territórios que também integraram a monarquia dos Habsburgos, esses estudos acabaram por impulsionar a investigação realizada em Portugal. Desse modo, surgiu uma historiografia sintonizada com as tendências mais internacionais e na qual se verifica que muitos dos fenómenos que até hoje se pensava serem exclusivos da realidade portuguesa são, afinal, semelhantes a todos os territórios que compunham a monarquia. Um exemplo recente do que acabou de ser dito é *El mundo de los Virreyes en las monarquías de España y Portugal*, dirigido por Joan-Lluís Palos e Pedro Cardim (CARDIM; PALOS 2012). Seria, no entanto, necessário levar mais longe a agenda transnacional no estudo de realidades como a monarquia hispânica, designadamente através do estabelecimento de grelhas de inquérito comuns a todos os territórios, de forma a criar modelos de análise e permitir comparações sistemáticas. Como é óbvio, este tipo de análise é perfeitamente passível de ser aplicado a outras cronologias e temáticas, e a evidência retira qualquer espécie de fundamento à eleição de temas preferenciais para a internacionalização.

Nada do que foi dito não põe em causa a utilidade e a pertinência de uma historiografia mais centrada na explicação do devir histórico de cada um dos países. Aquilo que se defende é que a historiografia com um objeto estritamente nacional tem a ganhar com a circulação de ideias e de modelos de análise inerente à internacionalização. Talvez a mudança passe, no fundo, por romper com determinadas rotinas desde há muito implantadas na academia portuguesa. O facto de, tradicionalmente, a história de referência europeia ter sido construída a partir de Inglaterra ou de França provocou enviesamentos e levou muitos a pensar que Portugal, por ser periférico, era menos interessante ou menos arquetípico do que outros países. No entanto, a partir do momento em que se pensar a história europeia a partir de outras centralidades temáticas, logo emergirão outros quadros de referências onde, por exemplo, as experiências históricas protagonizadas pelos países e regiões do Sul assumem uma relevância indiscutível na compreensão do mundo contemporâneo.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Carlos Moreira de. **História religiosa de Portugal**. 7 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002.

BETHENCOURT, F.; CURTO, Diogo Ramada (org.). **The Portuguese oceanic expansion, 1400-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CARDIM, Pedro; PALOS, Joan-Lluís (org.). **El mundo de los Virreyes en las monarquías de España y Portugal**. Madrid: Iberoamericana Vervuert; CHAM, 2012.

_____; CUNHA, Mafalda Soares da. From periphery to centre: the internationalization of the historiography of Portugal, **Historisk Tidskrift**, v. 127, n. 4, 2007, p. 643-658.

CHAUDHURI, K.; BETHENCOURT, F. (dir.). **História da expansão portuguesa**. 5 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997-1999.

CURTO, Diogo Ramada. Is there a trend towards internationalization in Portuguese historiography? [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Summer03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.

FONSECA, Luís Adão da. The internationalization of Portuguese historiography: a challenging opportunity [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Summer03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.

GAGO, José Mariano. Entrevista de João de Pina-Cabral, **Análise Social**, v. XLVI, n. 200, 3 trim., 2011, p. 388-413.

- LAINS, Pedro. The internationalization of Portuguese historiography: the view from economic history [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- _____; COSTA, Leonor Freire; MIRANDA, Susana Münch. **História económica de Portugal (1143-2010)**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.
- LANDES, David S. **The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor**. New York: W. W. Norton, 1998.
- MATTOSO, José (dir.). **História da vida privada**. 4 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010-2011 [v. 1, *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e SOUSA; v. 2, *A Idade Moderna*, coord. Nuno Gonçalo MONTEIRO; v. 3, *Época Contemporânea*, coord. Irene VAQUINHAS; e v. 4, *Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de ALMEIDA].
- MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. 8 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992-1994.
- PEDREIRA, Jorge. The internationalization of Portuguese historiography and its discontents [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- PINTO, António Costa. The internationalization of Portuguese historiography [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. **História de Portugal**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- SANTOS, Rui. The internationalization of Portuguese historiography: basic data and educated guesses [dossier "On the Internationalization of Portuguese Historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. The internationalization of Portuguese historiography [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Summer03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). **Nova história de Portugal**. Lisboa: Presença, 1987-.

SILVA, Álvaro Ferreira da; LAINS, Pedro (ed.). **História económica de Portugal, 1700-2000**. 3 Volumes. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; BARATA, M. Themudo (dir.). **Nova história militar de Portugal**. 5 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003-2004.

VAKIL, Abdoolkarim. The name of the game; or what's in a name. Teaching, research and critical agendas in the "internationalization" of Portuguese historiography [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.

Artigos

articles

The Traditional Forms of the “History of the Present” from Herodotus to Humanist Historians*

Gonzalo Pasamar

gpasamar@unizar.es

Professor

Universidad de Zaragoza

Calle de Pedro Cerbuna, 12

50009 - Zaragoza

Spain

Abstract

The present article revolves around the interest in contemporary history from ancient writers to humanist historians. Its objective, which forms part of a broader purpose devoted to elucidating the characteristics of the so-called History of the Present, is to examine the forms this interest has traditionally adopted. In this way, we put for consideration the following hypothesis: from classical historians onwards, the concern with contemporary history was always considered a hard and inevitable task to be undertaken, since it affected rulers and living people. Nevertheless, the long-standing doctrine of history as memory of events for centuries had prevented historians from facing paradoxes that result from the interest in contemporary past; in other words, how can historians confront the political uses, memories and demands of public opinion to deal with the recent past without jeopardizing historical truth?

Keywords

History of present time, *Historia magistra vitae*, Cultural memory.

165

Received in: 5/17/2012

Approved in: 9/4/2012

* This article is part of the Project of Research, “Economía y política en la construcción del Estado español moderno, 1650-1808” [“Economy and politics in the construction of the modern State in Spain, 1650-1808”], supported by the Spanish Ministry of Science and Innovation (code, HAR2008-01074/HIST).

The "History of the Present" is one of the most visible "new histories" in the current panorama of historiography. To this trend neither reasons for an alleged lack of perspective to tackle recent facts, nor the nineteenth-century prejudice that confined the historian to establishing the basic facts of the past, have been convincing arguments to eschew the study of contemporary events. On the contrary, this has shifted from being considered a reference or fixed period, too close to claim the attention of historians, to being seen as one of variable extension simply interesting for being informed by the existence of living actors and witnesses (AROSTEGUI 2004, p. 101-107). However, as various authors have pointed out, the History of the Present, understood in this sense, is not exactly an invention of recent historians, given that interest in witnessing close events dates back to Antiquity (KOSELLECK 1988, p. 17-31). In this article, I shall discuss the following hypothesis: from classical historians onwards, the concern with contemporary history was always considered a hard and inevitable task to be undertaken, since it affected rulers and living people. Nevertheless, the long-standing doctrine of history as memory of events, which extends as far as the sixteenth century, for centuries prevented that task from being the subject of discussion. The rest of the hypothesis, which I have presented in other works (PASAMAR 2008, p. 147-169, PASAMAR 2010, p. 86-103), runs as follows: only with the emergence of history as a science and discipline, during the eighteenth and nineteenth centuries, was the interest in narrating contemporary history to grapple with its main paradoxes, namely how can historians confront the political uses, memories and demands of public opinion to deal with the recent past without jeopardizing historical truth. Therefore, the rise of History of the Present as a field of research can be considered, in this way, as the response given by current historians to this traditional challenge.

Herodotus, Thucydides and oral tradition

The most ancient forms of contemporary history emerged through the priority given to oral tradition, memory and rhetoric that evolved in Greek society in the fifth and fourth centuries BC, and in the Roman world. As is well-known, the expression "history" in the Herodotean sense (*"ἱστορία"*) referred to the narration of *"logoi"* (stories) that Herodotus himself would have likely compiled at the end of his life to make the wars against the Persians known to his compatriots. With these stories, Herodotus intended to demonstrate that the Medean wars would have largely contributed to shaping Greek identity: albeit divided, the Greeks were capable of bravely resisting the conquest of the Persians, the most notorious of "barbarian nations", people whose customs were in stark contrast with Greek institutions. To that end, Herodotus composed a cohesive narrative for which he has traditionally merited the honor to be called "the father of History", the founder of Western historiography. Yet, to understand what represented Herodotus' work to contemporary Greek society (where written culture remained in the hands of a small elite), recent specialists have played down traditional interpretations, clearing the way for other perspectives.

One must start by observing that in his *Histories*, Herodotus by no means introduces himself as a historian in the proper sense of the word, except maybe at the beginning, when he justifies his work to prevent certain exploits from fading from memory. Rather he makes his presence felt with his broad curiosity, together with numerous observations, opinions, references to trips and visits to places, from which he makes descriptions of customs, geographical features, monuments and stories, relating what he regards more useful and relevant to narrative purposes, whether believable or not (MEISTER 1998, p. 24-25). Technically, Herodotus' *Histories* are not “contemporary history” strictly speaking. The Medean wars had been events that dated back at least two generations prior to the epoch of the author, and had ended in 479 BC when he was still practically a child. In total the *Histories* mirror an interval of time that ranges over 230 years (from about 700 BC to 479 BC), and half of the work is devoted to the period comprising the previous thirty years (501-480 BC), that is, the time of generations of parents and grandparents (CARBONELL 1985, p. 142-144). In this stretch of time closer to Herodotus' own epoch, the rhythm of narration is akin to that of earlier periods, and information is as detailed as that used by the author to refer to remote history. This precise reckoning and the assessment of the homogeneity of Herodotus' account largely coincide with what is held today by Herodotean studies, influenced by the research into memory and anthropology. According to anthropologists, oral tradition, the main function of which is to transmit “chains of testimonies”, also marks the limits of the use of memories in a time-span of about 150-200 years. From this standpoint, Herodotus' work still appears to be closer to that of a storyteller devoted to remembrance (and to amusement) than that of a historian concerned with the exact reference to his sources, their origins, or the account of political events of his own time (HARTOG 2003, p. 57-75; PÉREZ MARTÍN 2002, p. 126-127).

Behind Herodotus' narrative, recent specialists have discovered a diligent work of compilation of sources, most of them taken from oral tradition. Apart from news from Homer and storytellers, lists of Egyptians kings, and several inscriptions and maps, the bulk of the sources Herodotus used to transmit information is composed of family memories, mainland political traditions (e.g. those from Delphi's priests), and a great many stories of Egyptians, Persians, etc. coming from these countries (LURAGHI 2001, p. 138-160). Because of his work as a storyteller, Herodotus never needed to expound on those sources. His *Histories*, aimed as they were at a Greek audience who enjoyed “*logoi*” or stories of their forefathers, were barely concerned with reliability of contents, nor were they interested in being given an overview of the present. Not only did Herodotus address an audience unconcerned with the origins of such information; people who heard him did not likely take too much interest in knowing whether he had been an eyewitness of the facts he related. As specialists point out, Herodotus preferred to give priority to the heard, even to hearsay, rather than to the seen as an eyewitness. His role as an eyewitness is mostly confined to describing monuments and geographical features. At various moments, when he suspects a story is a fable or considers it difficult to believe, he makes excuses

by asserting, "My rule in this history is that I record what is said by all as I have heard it" (HERODOTUS OF HALICARNASSUS 2010, book 2, p. 123).

The requirements introduced by Thucydides' *History of the Peloponnesian War* are proof that the writing of history had swiftly evolved since the time when Herodotus composed his *Histories*, about three decades earlier; or it is possible that in the Greek society of the fifth century BC, different ways of conceiving historiography already coexisted. Thucydides' work presents strictly contemporary events for the author, who, as himself asserts, was dedicated to compiling them after losing favor because of the Athenian defeat at Amphipolis (422 BC), a momentous event in the civil wars he describes (431-404 BC) (THUCYDIDES 1998, v. 2, p. 391-397). Remote history, the so-called Archaeology contained in the Proem, only concerns Thucydides insofar as he may demonstrate that the Peloponnesian war is the most important fight waged up to that time, and is the only one that merits being chosen to the detriment of other possible histories. This interest in recent events, absent in Herodotus, helps Thucydides clearly distinguish between expounding "*logoi*", supported by the heard (and hearsay), and narrating contemporary events relying on his work of inquiry as an eyewitness (THUCYDIDES 1991, v. 1, p. 39). Furthermore, specialists have long emphasized Thucydides' use of written materials. News from logographers, storytellers and historians such as Herodotus, Hellanicus of Lesbos and Philistos of Syracuse – these, coeval with Thucydides – several treaties of peace, in addition to charts and inscriptions, likely compose the bulk of these sources (GOMME 2001-2002, v. 1, pp. 29-41). However, Thucydides himself admits the importance given to audience in Greek society by asserting, for example, that "it may well be that the absence of the fabulous from my narrative will seem less pleasing to the ear" (THUCYDIDES 1991, v. 1, p. 39-41).

168

Yet, apart from his interest as an eyewitness, there is another aspect that clearly separates Thucydides' *History* from the work of logographers and storytellers: his ability to give a political purpose to the narrative. In his *Histories*, through the topic of enslavement, Herodotus had already warned his audience of the consequences of disunity for Greek people, who were caught by the Persian invasion. But servitude, although important, is a topic blended into many others, and Herodotus only clearly mentions it about ten times. Once again, Thucydides, who lived the period of the Athenian hegemony and was a witness of temptations to subjugate other city-states, is much more forthright. He takes up the story where Herodotus had interrupted it – with the capture of Sestos by the Athenians (479 BC) (THUCYDIDES 1991, v. 1, p. 149-151) – and echoes the Herodotean distinction, probably the norm in his epoch, between "Greeks" and "Barbarians". However, he does not hesitate to assure his readers and audiences that contemporary civil wars were events that were even more significant than the Median wars themselves, because "the Peloponnesian war was protracted to a great length and in the course of its disasters befell Hellas [Greece] the like of which had never occurred in any equal space of time" (THUCYDIDES 1991, v. 1, p. 41). For Thucydides, Athenian imperialism had resulted in a still more pitiful loss of freedom than that caused by the Persians, servitude much

more terrible because of the huge reverberations resounding in current times. The writing of contemporary history in Thucydides thus clearly surpassed the simple function of fixing memory through the mere record and the tradition of storytellers. If keeping memories was such an important task, this was because it enabled similar changes to be predicted for the future, thereby advancing the Cicero’s subsequent dictum: “*Historia magistra vitae*”.

Contemporary history in the Roman era

From the outset, the record of events (through lists, *Commentarii*, *Annales Maximi*, *elogia*, etc.) occupied a noteworthy place in Roman historiography. However, the writing and remembering of the past was never confined to a simple recording of events. As in classical Greece, to Romans both historiography and memory were also associated with rhetoric (taking part in this art) – and through it, with the possibility of addressing audiences interested in politics, moral and contemporary military feats, or of pleasing people who sought amusement. Lucian of Samosata, for instance, in his treatise on *The Way to Write History* (AD 166), the only work of this genre surviving from Antiquity, not only considers history as a written activity but still sees it as an account of events to be heard. Following Ciceronian premises to avoid eulogy, Lucian recommends the historian to write not for the “vulgar majority”, “who applaud till they crack their voices”, but rather for that “critical perhaps hypercritical audience (...) whom no slip can escape” (LUCIAN OF SAMOSATA 1905, book 2, p. 114).

Yet, this kind of reflections was by no means new to the Roman world. Rhetoricians had long been associating memory with historiography, and had considerations on the relationship between history and memory dating back to Greek philosophers. Decades after Thucydides – whom Lucian’s treatise explicitly quotes – had composed his *History*, Aristotle wrote on the place history and memory should occupy in the process of knowledge. To the philosopher of Stagira, remembering was a psych activity through which images of things are brought to mind, but the way in which rhetoricians and poets organized these images, and their purposes, clearly differed from that of historians. This difference is pointed out in the well-known passage where Aristotle asserts that history is a realm that is inferior to poetry, because if poetry expresses what may happen, history is confined to saying what this or that personage did (ARISTÓTELES 1974, p. 157-158). In this way, Aristotle presents the process of thinking and writing history divided into two strands that are to maintain ambiguous and complex relations for centuries. On the one hand, it is what is written by the historian, who is seen as a mere recorder of events; on the other, it is what is encouraged by the “rhetorician-cum-poet”, who, owing to their alleged acquaintanceship with human life, is authorized to draw moral lessons from past experiences to enlighten present and, above all, future generations (COLEMAN 1992, p. 15-38).

In the Roman world it was Cicero who summarized the requirements rhetoricians should observe to make good use of history, turning his considerations into paramount “rules of history” up to the Renaissance epoch. As in other

Roman writers, in Cicero the most important feature of the relationship between history and memory was the possibility of placing the art of mnemotechnics at the service of orators, for whom the evocation of the past was a crucial tool to boost eloquence and therefore to persuade the audience (CODOÑER 1995, p. 22 ff.). According to Cicero's conception of rhetoric, historiography had mainly to be reckoned as an "oratorical work" by eminent individuals who had achieved renown in their political and military careers and who, on their retirement or in their leisure time, were able to rescue – by fixing them in their speeches – great events from oblivion because of their experience as public men (CICERÓN 1989, p. 169-171). In *De Oratore* (55 BC), Cicero refers to those events as being "important and worthy of memory", whose treatment "is to eschew the least shadow of love and hatred". But such a task should not only be confined to preventing events from fading away. The writer or the orator, Cicero continues, "must know the preparations, after the execution, then the result" of such events. More specifically: he has "to show not only what is said or done, but also the way in which is said or done"; and as for the result, "to develop the causes exactly, emphasizing the part corresponding to chance, astuteness and rashness" (CICÉRON 1966, p. 63). In practice, this need to elucidate causes was only followed as long as these could aid the orator to better communicate with his audience, since the idea of cause itself had limited importance for Roman historians.

170

However, as deduced from Cicero's passages, the constricting Aristotelian position on historians was not followed literally because of the importance conferred on moral and eloquence. In the Roman world, a good deal of interest in history stemmed from provincial middle classes' tastes at the end of the Republic, and during the Augustan and subsequent epochs. As the most important Roman historians witnessed, these social strata enjoyed evoking deeds of great figures and military feats, where they could allegedly draw moral lessons and achieve amusement. In his treatises, Cicero exalts Greek historians and differentiates the mere annals from a "history of higher tone" characterized by embellishment and utility for the orator. Yet for political and cultural reasons, this kind of historiography was mainly devoted to keeping the memory of certain contemporary events alive.

Even the history of Rome *Ab Urbe Condita* by Livy (a model for the national histories emerging during the Renaissance period) was intended to show and remember recent events. Livy's History deals with events that range over more than seven hundred years, a narrative where the first book covers 240 years, and books II-V, 120 years. But to tell the story of the most recent 100 years (167-9 BC), the author devoted a total of 92 books, all of them lost, which is more than half of the 142 books that comprise the entire work (MELLOR 1999, p. 53-55). This is also the reason why Tacitus, for instance, takes care to distinguish the *Annales*, written to refer to a period prior to Emperor August, from the *Historiae*. His Histories, written around AD 104 (most of them also lost), spanned a recent living period, beginning with the "year of four emperors" (AD 69), after Nero's suicide, and ending with the Reign of Domitian (AD 96) – a period in which, according to surviving information, Tacitus had lost favor. Yet,

Tacitus could not simply start with a naked account of events. At the beginning of his *Histories*, after admitting he began his political career in the latter period, he is bound to also declare that this career was not to prevent him from speaking “without love and hatred” (TÁCITO 2006, book 1, 1; DAMON 2003, v. 1, p. 1-31). Beyond the difference between “annals” and “histories”, which does not seem to affect style in this case, Tacitus cannot help overlooking the fact that narrating contemporary history spelt trouble with his audience and merited further considerations. Another example to prove that narrating contemporary events was reckoned to be a perilous, although inevitable, activity is illustrated by the poet Horace. Thus, in one of the *Odes* devoted to a friend, the writer of tragedies Gaius Asinius Pollio, Horace encourages his friend to continue preparing a history of the war between Caesar and Pompey (a History that has been lost). But he also warns him that “it is a work full of dangerous ups and downs” in which “you move amid fires covered up by deceptive ashes” (HORACIO FLACO 2005, p. 18-19).

It is nevertheless interesting to observe that the most important Roman historians avoided writing history while they were on duty. This may be considered as a statement of impartiality, but also as a sign that historical knowledge, far from the modern concept of accuracy, had rather to do to with the importance of public life and memory. Sallust summarized it in a well-known passage of his *Conspiracy of Catilina*, where he explained that “I was confirmed in this resolution [to write a ‘history of the Roman people’] by the fact that my mind was free from hope, and fear, and partisanship” (SALUSTIO CRISPO 1995, p. 9; WOODMAN 1988, p. 74). This passage also makes it possible to understand why the relationship between history and politics remained largely ambiguous in the ancient world. Since political institutions were not directly concerned with encouraging historiography as a rhetoric and dramatic genre, the interest shown by rhetoricians never served to elucidate the status of political history. Its invention, albeit stimulated by Tacitean influence, is a feature that rather belongs to the modern world. Most ancient writers associated historiography with the need to construct moral patterns, by choosing deeds and figures as “*exempla*”, and by regarding history as “*magistra vitae*”, a master of life. But there was never a unique criterion to develop this premise. While Polybius, for instance, wrote that “the soundest education and training for a life of active politics is the study of History”, other authors were content to mainly read history “for my own amusement”, as Antonius, one of the characters in *De Oratore*, admits (POLIBIUS 1979, v. 1, p. 3; CICÉRON 1966, v. 2, p. 30).

On the other hand, behind the tendency to consider lives and events as “*exempla*”, also lies another characteristic that is no less important: an idea of time in which the modern concept of progress is absent, the main feature of that tendency being the impossibility of representing the idea of long-term change. As a modern specialist has explained taking the analysis of a single episode from the *Annals* of Tacitus, this historian is not interested in reconstructing the background where figures and deeds take place, even less the economic causes (AUERBACH 1996, p. 44-46). However, this feature, rather than seen as

a shortcoming, should be considered as a paramount aspect inherent in ancient historians, derived from their sense of time and change. It was about a conception of the passing of time, different from the modern concept of change, where the expectations of future, in one way, are confined to expressing the mere concern for the past. It is true that, as Momigliano asserts, ancient historians were not simply defenders of tradition, concerned as they were with moral patterns and “*exempla*” (MOMIGLIANO 1972, p. 279-293). But they definitively lacked any idea of progress. Such conception dates back to Greek historians, as proved in Thucydides, who, surpassing the mere recording of facts, had proposed his History for “whoever shall wish to have a clear view both of the events which have happened and of those which will some day, in all human probability, happen again in the same or similar way” (THUCYDIDES 1991, v. 1, p. 39). The fortune of this way of representing time during the early modern age is witnessed, for instance, by Renaissance writers, who followed the principle of “*similitudo temporum*” (similarity of times) in their works.

Memories, chronicles and histories in the Middle-Ages

172

During the Middle-Ages the importance of memory for the historical account not only remained in existence, but rather increased its primacy and diversified. The poetic and rhetorical use of the past invented by the Greeks and Romans by no means disappeared despite the fact that since the fourth century, with Christian historiography, the writing of history was increasingly sheltered in monasteries and abbeys. But the narration of histories and the record of deeds were guided by new necessities and topics. Moreover, themes and genres from Christianity, particularly ecclesiastic history, were endowed with an edifying purpose and evangelical message provided with a long-standing commemorative character; or remained in the service of both the ecclesiastic and the temporal power. Only Byzantine writers kept untouched the tradition of secular historiography handed down by classical historians. In the sixth century, Procopius of Caesarea, who fought side by side with General Belisarius the wars of Emperor Justinian against the Persians, Vandals and Ostrogoths from 527 onward, to recover the Roman Empire, wrote, for example, a *History of the Wars* (circa AD 550-51) followed by a *Secret History* (circa 551). He conceived them both as a “living testimony”, as a record of “*historiae sui temporis*” for future generations, in the Greek-Roman way (PROCOPIO DE CESAREA 2000, 33-36; PROCOPIO DE CAESAREA [b] 2000, 143-146).

On the other hand, as in the Greek and Roman models, in Christian historiography emphasis on the simple antiquity of institutions, both ecclesiastic and secular, was never sufficient resort for their legitimization. It was hugely important, too, in that there was a need to remember such institutions and therefore the possibility of relating the story up until one’s own time. It is true that, unlike ancient models, Christian historiography was connected with theological and eschatological patterns from the doctrine of the Bible and Fathers of the Church. However, this concern with eschatology did not prevent authors from being concerned with their own epoch, as it did not deter them from

denouncing contemporary prosecutions, recording calamities, or complaining of social decay. The founder of ecclesiastical history, Bishop Eusebius of Caesarea, for instance, devoted five of the ten books that make up his History (ended circa AD 323), a history dating back to the Apostles, to the preceding one hundred and fifty years. In that period, he targeted “contemporary events [the last thirty years] (that) merited being told in a special way”, since “one of the most necessary things was to hand them down to those who will come after us” (EUSÈBE DE CÉSARÉE 1993, v. 3, book 8, p. 3). With this interest in recent events, Eusebius attempted to explain that the Edict of Milan (AD 313) had brought a great opportunity, a turning point, for the Christian Church.

But universal history was only one possible topic among others. Once Eusebius’s model of ecclesiastical history was established, other writers could devote their histories to commemorating local church communities, with their respective saints, giving them a political tinge and expressing certain political purposes depending on the interests defended by their abbots and abbeys. The medieval genre of ecclesiastical history became thus the spotlight for authors who attempted to retain memory by writing on new themes in keeping with new times: the lives of saints and abbots, the history of the spread of Christianity in a single region or kingdom, the histories of bishops, records of natural phenomena, including the calamities, and deeds of the ruling dynasties, etc. The *Decem libros historiarum* (AD 594) by Bishop Gregory of Tours is, for instance, a record of miracles, persecutions, lives of saints, and heresies befallen to the Merovingian Kingdom used in pastoral activity and compiled to prevent them from falling into oblivion. Six of its ten books are devoted in a pessimistic tone to their own time (GOFFART 2005, p. 112-127). And the most important inheritor of Eusebius’ *Ecclesiastical History*, *A history of the English Church and People* (circa AD 731) by the Venerable Bede, is a narrative, which stands out because of its learning, of the setting-up of the Anglo-Saxon Church and the Kingdom of Northumbria, whose contemporary events are regretted by the author because of the civil wars and the “worldly character” of the monasteries. The purpose of the work, which was composed around AD 731 at the monastery of Jarrow, is to combine moral edification with commemoration (BEDE 1968, p. 33-35; GOFFART 2005, p. 240-328; GRANSDEN 1974, p. 13-28).

Despite the long-standing interest in telling stories, the heritage of classical writers was not the cultural aspect that concerned medieval historians the most. The strong development of written culture in the monastic world and the urgency to legitimize the rising monarchies, successors of the Roman Empire, brought new needs to fix the accounts of events, and to seek suitable ways of doing it. Not surprisingly, medieval intellectuals found in chronicles the most common way to establish memories, which turned this genre into the most popular form of historiography for centuries (BREISACH 1994, p. 103). Yet, specialists have observed that the importance given to history as a memory of events (local, national or extended to all, that is, universal Christianity) led medieval authors to use the terms “chronicle” (and implicitly “annals”, in reference to the Greek-Roman genre of the same name) and “history” in a much more ambiguous way

than one might imagine. According to Guenée, this distinction, more than being related to topics, geographical frameworks, and time and its extension (that is, a period framed by the story), was rather linked with the objective of the historical work itself. In this way, the term “chronicle” was to be destined for centuries to characterize the genre of historiography itself, that is, the writing of history as such, and the term “history” was to make its way, in the plural (histories), largely as a reference to the events themselves (GUENÉE 1973, p. 1003).

Whatever explanation is accepted for the differences between chronicle and history, the predominance of the former would demonstrate that the account of events set in chronological order had become an essential task by the Middle-Ages. Apart from recording events, some medieval authors even went so far as to evoke classical tradition and the fathers of Christian historiography, and to offer narratives with poetic license and figures of speech in order to facilitate memory and dramatization. This was the case of well-known authors such as the Venerable Bede, William of Poitiers, William of Malmesbury, Matthew Paris, Vincent de Beauvais and Otto of Freising. These writers, with a lifelong learning and a knowledge of Greek-Roman historians, went beyond the task of mere chroniclers and were well aware of it (in some cases they also wrote chronicles.) They were the ones that most merited the name of “*historiographus*”, a word of little use during the Middle-Ages (GUENÉE 1980, p. 44-45). But the need to fix the memory of events giving access to information as much as possible was the foremost element of medieval historiography; hence the great leeway chroniclers enjoyed with their works. Chronicles could register natural phenomena, record successions and genealogies of kings, their deeds, lives of saints and bishops, and even heroic poems. Furthermore, chronicles could be “living” and become a collective endeavor, to which different authors were to contribute with their style and intentions, and adopt the form of annals in some passages, or show theological purposes in others; and even assign “*marginalia*”, that is, blank spaces to add new information (GRANSDEN 1974, p. 30, 40 *passim.*). Yet, as much for chronicles and as for their “underlying” histories, the account of contemporary events was of capital importance.

174

In fact, to medieval authors the memory of events in chronicles and other genres was to identify itself with the events themselves, without giving leeway of any kind for any abstraction similar to modern historiographic concepts. Hence the meaning of the expression “*historiae sui temporis*” (histories of one’s own time), histories which converged to form a historiographic genre during the Renaissance but which had their roots in Antiquity and in the Middle Ages: i.e. accounts of memorable events – coeval with the events themselves (“*historiae*”) – which were presumed to have a close correspondence with their memory. Nor did the existence of written and oral sources suppose any contradiction to medieval authors. If the true historian could not lie, as Cicero’s dictum said in reference to the way that orators used history, then only writing – because letters (“*litterae*”) represented experiences obtained through the sense – could guarantee that memory was retained (COLEMAN 1992, p. 280-285). Only through writing, could witnesses be fixed; but in addition to Cicero, medieval

writers could also resort to the Bible. Isidore of Seville, in his *Etymologies* (AD 627-630), had asserted, for example, "Things to be seen can be narrated with no falsehood", or "This discipline [history] joins grammar because letters are to entrust what is worthy of memory". When subsequently talking about the types of history, Isidore uses a twofold criterion: on the one hand, the length of time, so that he divides historiography into "*Ephemeris*" (one day), "*Kalendaria*" (one month), and "*Annales*" (one year); on the other hand, the presence of an eyewitness, so that he calls "annals" the simple record of events of the past, and keeps the word "history" to refer to those accounts seen. It is obvious that "history" and "annals" were regarded as different approaches to dealing with the same challenge: the need to prevent memorable events from fading away (ISIDORO DE SEVILLA 1982, v. 1, p. 41-44).

To show interest in contemporary memory and in its ways of recording it, medieval authors used various expressions: "*nostrum seculum*", "*nostrum tempus*", "*nostra aetas*", "*aetas present*", etc. (GUENÉE 1980, p. 81). It is even possible to observe terms such as "*novus*" or "*novella*" in some historiographic titles. The monk Eadmer, who was hugely influenced by Bede, wrote, for example, a *Historia Novorum in Anglia*, between 1095 and 1123, and William of Malmesbury, who considered himself as Bede's successor, a *Historia Novella* at the end of his life (he died in 1143), a work which he left unfinished. The *Historia Novella* is a record of contemporary civil wars, where the author, who was influenced by classical historians, decides to adopt the form of annals and ignore the literary embellishments that he had used in his former works (GRANSDEN 1974, p. 139, 172-83). Yet, as these works demonstrate, the aforementioned terms lacked chronological precision and referred to the importance of keeping memory of one's own time. The adjective "*modernus*", which in Medieval Latin was in frequent use, has a similar imprecise meaning, tantamount to "belonging to one's own time" (MARAVALL 1986, p. 199 ff). The first time where the term "*modernitas*" refers to a fixed interval of time is to be found in the work of Walter Map at the end of the twelfth century. Map, a court satirist writer, who was very familiar with the classical tradition, confined the "*modernitas*" to one century in a passage, from *Courtiers' Trifles* (1181-92), that has drawn the attention of specialists: "The century which has passed I call modern times", because "of all of whose notable events the memory is fresh and clear enough" (MAP 1983, p. 122-25).

Yet, as Map's text shows, the word "*modernitas*", more than being a category describing an epoch proper, is a term used to refer to a span where close memory predominates. In fact, despite the interest in contemporary history shown by the authors, the "present" was never considered to be an autonomous period during the Middle-Ages, as it was not for Greek-Roman historians either. Among Christian historians, this situation intensified because of the importance of the so-called doctrine of "four monarchies", or "*translatio imperii*" as it was also known. Inspired by the idea of solidarity of the ages of the world and by the Book of the Prophet Daniel, this doctrine was to constitute the basis for the most important attempts to establish chronologies of universal history during the Middle-Ages.

The “*historiae ipsius temporis*” of humanist historians

The aforementioned eschatological thesis not only had staunch supporters during medieval times but it persisted during the Renaissance. Protestant writers, such as Abraham Bucholcerus and Philip Melancton, following in the steps of Luther, who had already written on the topic, worked hard to develop an apocalyptic literature devoted to establishing chronologies to demonstrate the temporal compression they perceived in their own time, and the imminence of the “*finem mundi*” (VEGA RAMOS 1974, p. 79-106). And yet, the search for new turning points to help examine the sixteenth and seventeenth centuries had necessarily resulted in the abandonment, even in the criticism, of that medieval idea. The refutation of the thesis of “four monarchies”, undertaken by Jean Bodin in Chapter 7 of his *Methodus ad facilem historiarum cognitionem* (1566), is well-known since it was the first of a long range of criticisms that reached their heyday during the eighteenth century (BODIN 1944, p. 291-302).

Beyond doctrinal debates, humanist historians were the first to establish certain bases of the modern “History of the Present”, thanks to their special interest in the “*historiae ipsius temporis*” – events coeval with the historian’s own time – which became a genre where traditional conceptions of contemporary history blended with new topics. Aided by the boost given to rhetoric, these humanist writers regarded history as a new literary genre (MERINO JEREZ 2007, p. 27-65) and, as privileged beholders – close to popes and monarchs – of the enormous changes brought about by the founding of modern empires, by discoveries, and by religious wars, they defended the fact that historiography provided comparisons and examples that philosophy and poetry did not (COTRONEO 1971, p. 184-190). Because of such interest, in the second half of the sixteenth century there began to emerge the so-called “perfect history”, an expression referring to the humanist paradigm of history, which, according to Francis Bacon’s later classification in *De dignitate et aumentis scientiarum* (1623), included “lives”, “relations”, and “histories of time” – the latter, considered as “the most complete and absolute kind of history” (BACON 1974, p. 72-73). In practice, the latter gave priority to the writer’s own time, resulting in the aforementioned “*historiae ipsius temporis*”, a genre subjected to intense public argument, in which political, national, European, and – because of their interest in Discoveries and extra-European Empires – universal aspects coexisted.

As the main sixteenth-century models demonstrated, that is, the *Historiarum sui temporis* by Paolo Giovio (Florence, 1550, 1552), and the *Storia d’Italia* by Francesco Guicciardini (Florence 1561, 1564), such forms of history became as well known as they were controversial. The fall of the House of Medici in Florence in 1494 and the resulting republican government had aroused unexpected concern with the history of the city. Machiavelli’s later work, his *Istorie Fiorentine* (1520-25), turn out to be a well-known product from this wider trend. Commissioned by Cardinal Guilio of Medici, Machiavelli used the work to approach the Medicis, who had returned to the government of the city in 1512. Logically the *Istorie* ends with the expulsion from Florence, in 1494, of the famous family (GILBERT 1974, p. 203-218, 226-240). Guicciardini’s

History, written in twenty books between 1537 and 1539, would become a much more controversial book because of the closeness to the facts it describes. Guicciardini wrote when he retired as governor and commander-in-chief of the Papal territories, covering the period from 1494 to the death in 1534 of Clement VII, for whom he had been working for many years. Furthermore, it was a history of Italy, but with a focus on the “regions beyond the mountains”, which included the main European monarchies and references to Discoveries. Still more ambitious was Giovio’s universal history, comprising forty-four books, some of them lost, which covered the periods from 1494 to 1498 and from 1513 to 1544. He was engaged in this task, as a defender of the Emperor, from practically all his public life, between 1515 and 1552, the year of his death. However, the political stimulus was, in both cases, the same: namely the notion that 1494 (when Charles VII of France’s troops occupied Florence) was “the most unhappy year for Italy” (GUICCIARDINI 1984, p. 32), and marked a turning point both for Italian cities and territorial States, and for Europe, giving way to the so-called epoch of “*la calamitá*” (COCHRANE 1981, p. 163-197).

The method and prestige of these books can help us understand the possibilities and limits of this kind of historiography. The works still retain elements of the long-standing idea of contemporary history. Giovio conceives his work as a set of “histories” or contemporary records. The use of the expression “histories” in the plural, referring to events themselves, was still in common use in the sixteenth century. On the other hand, Guicciardini introduced his History as being intended to avoid oblivion, as traditional historians did. Furthermore, from a formal point of view, both Giovio and Guicciardini were predominantly followers of Livy’s *Ab Urbe Condita*, and their concern with chronology divided into years is still reminiscent of the genre of chronicles. In fact, the moment when chronicles became national in scope, as a part of propaganda devoted to defending chancelleries, was the sixteenth century, a golden age for chroniclers, authors in the service of monarchs, popes and other patrons, who had turned into humanist writers (TATE 1995, p. 27-46; GRANSDEN 1982, p. 429-453; PASAMAR 2010, p. 14-30). However, Giovio and Guicciardini’s Histories – and their ensuing reputation – had also some interesting features that were moving closer to modern historiography. In both cases, Livy’s model played a modern function to help represent national narratives and concern with the establishment of political patterns (POCOCK 1975, p. 186-199). As far as Guicciardini is concerned, this used an unparalleled number of official documents (the archives of the Florentine Counsel of the Ten), for which he was warmly applauded (BODIN 1944, p. 73-74; RIDOLFI 1968, p. 258). And Giovio, on his turn, took his most important information from interviews with relevant figures, following the model of Thucydides, whom he admired. This circumstance was to accentuate a widespread fame of the venal writer in Giovio, a reputation also fuelled by his provocative attitude to contemporary personalities, with whom he would meet to ask for money in return for favorable treatment in his writings, an unusual behavior in the sixteenth-century historians and chroniclers (ZIMMERMANN 1995, p. 225 ff, 264-265). Yet Guicciardini did not escape from

being considered partial either: Florentine historians, for instance, reproached him for claiming the credit for many decisions that had saved Florence in difficult situations, and Venetian historians felt deeply humiliated by the submission to Emperor Maximilian, expressed in a speech and exposed in a book, supposedly delivered by the ambassador Giovanni Giustiniani; nor did they find it amusing that the Florentine historian described a Venice acting apart from the rest of Italy (LUCIANI 1936, p. 55-68, 83-93). In fact, both Giovio and Guicciardini were involved, without having wished it, in the early scene of national stereotypes, favored by the emerging national identities.

But difficulties in preparing a contemporary narrative – following Ciceronian premises – that could satisfy different points of view increased during the sixteenth and seventeenth centuries, as civil wars spread across Europe. Meanwhile, the “civil war” was becoming a central idea by means of which the sufferings and experience of fanatical religious struggles were precipitated (KOSELLECK 2004, p. 47). The best example of such trouble was the publication, in 1604, of the first books of the *Historiarum sui temporis* by the historian, poet and president of the Parliament of Paris, Jacques-Auguste De Thou. This monumental narrative of the wars of religion, which begins with the death of Francis I in 1547, is the foremost History produced by French Humanism. It is very significant that the completion of the work, comprising 138 books, was postponed as the controversy increased. First De Thou chose 1601, and then 1612, but finally the work remained unfinished, only going as far as the year 1607. He wrote this work in two periods, 1593 to 1603, and then 1612 to 1617, the year of his death (KINSER 1966, p. 80-85). He combined this activity with his work as magistrate and diplomat in defense of the rights of King Henry IV (DE THOU 2004, p. 217-255, *passim.*). As a confidant of this monarch, De Thou had participated in the most important political events that led to the ending of the French religious wars, especially the negotiations with the Huguenots and the writing of the Edict of Nantes (1598). The idea of narrating such events had arisen in his youth, strongly influenced by the Saint Bartholomew’s Day massacre of Parisian Huguenots (DE THOU 2004, p. 31-34). In his History, De Thou is particularly careful to claim impartiality, and in the Preface of the 1617 edition he dedicates an Ode entitled “*La Vérité*” to the new King Louis XIII. It even seems that he wrote the work in Latin to emphasize the idea of objectivity, following Cicero’s premises. In fact, De Thou’s History attempts to convey the idea that “*la patrie*”, symbolized in the laws issued by the monarchy, must be a safeguard against the violence of factions (DUBOIS 1977, p. 173-174). However, both his Catholicism and his claims of impartiality were to no avail, at least in his own epoch: because of his criticism of violence against the Huguenots, the first edition of the book was branded heretical by the Pope, and condemned by the Roman curia in 1610.

When De Thou published his *History*, the “histories of time” were being displaced by the so-called “accounts” and “particular histories” – according to Bacon’s aforementioned classification –, narratives less ambitious and politically more effective, which frequently focused on the topic of civil wars and

represented the most important seventeenth-century contemporary histories. Their authors, such as for example, the Paduan historian Arrigo Caterino Davila, the English Edward Hyde, Earl of Clarendon, who was a confidant of Charles I, and the Portuguese Francisco Manuel de Melo, who went along with the troops of the Spanish monarch Philip IV to suffocate the Catalan uprising in 1640, were privileged witnesses of deeds they recounted. However, the most important feature of their Histories was their “Tacitism”, that is, their concern with politics and propaganda (ANTÓN MARTÍNEZ 1992). In a period, such as the Baroque, when reputation was hugely important for chancelleries – with political topics such as the importance of persuasion and dissimulation – the possibility of going deeply into the causes and mechanisms of power had become crucial. But Tacitism also presented the beginning of the end of the traditional genre of “*historiae sui temporis*”. With the Enlightenment, it is hardly surprising that the traditional uses of contemporary history were to be sidestepped, once the time of the foundation of history as scientific knowledge had come.

Bibliography

- ANTÓN MARTÍNEZ, Beatriz. **El tacitismo en el siglo XVII en España**: el proceso de “receptio”. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1992. 195 p.
- ARISTÓTELES. **Aristoteloy peri poietikes. Aristotelis Ars Poetica**: Poética de Aristóteles. Ed. by Valentín García Yebra. Madrid: Gredos, 1974. 542 p.
- ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida**: sobre la historia del presente. Madrid: Alianza, 2004. 445 p.
- AUERBACH, Erich. **Mímesis. La representación de la realidad en la literatura occidental**. Translation by I. Villanueva; E. Imaz. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1996. 531 p.
- BACON, Francis, **The Advancement of Learning and New Atlantis**. Ed. by Arthur Johnston. Oxford: Clarendon Press, 1974. 297 p.
- BEDE, The Venerable. **A History of English Church and people**. Ed. by Leo Sherley-Price. London: Penguin, 1968. 363 p.
- BODIN, Jean. **Method for the easy Comprehension of History**. Ed. by Beatrice Reynolds. New York: Norton & Company, 1944. 402 p.
- BREISACH, Ernst. **Historiography**: Ancient, Medieval & Modern. Chicago and London: University of Chicago Press, 1994. 481 p.
- CARBONELL, Charles-Olivier. L’espace et le temps dans l’oeuvre d’Herodote. **Storia della Storiografía**, Milano, n. 7, p. 138-149. 1985.
- CICÉRON. **De l’orateur**. Translation by Edmond Courbaud. Paris: Société d’édition “Les Belles Lettres”, 1966, v. 2. 366 p.
- CICERÓN, Marco Tulio. **Las leyes**. Ed. by Roger Labrousse. Madrid: Alianza, 1989. 280 p.

- COCHRANE, Eric. **Historians and Historiography in the Italian Renaissance**. Chicago, London: University of Chicago Press, 1981. 649 p.
- CODOÑER, Carmen. Un modelo imitativo: la historiografía latina. **Studia Historica: Historia Moderna**, Universidad de Salamanca, v. 13, p. 15-26. 1995.
- COLEMAN, Janet. **Ancient and Medieval Memories: Studies in the Reconstruction of the Past**. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1992. 646 p.
- COTRONEO, Girolamo. **I trattatisti dell' "Ars Historica"**. Napoli: Giannini editore, 1971. 481 p.
- DAMON, Cynthia. Introduction to Tacitus. In: **Histories**. Cambridge, 2003. v. 1, p. 1-31.
- DE THOU, Jacques-Auguste. **Mémoires, 1553-1601**. Ed. by Éric de Bussac; Pascal Dumaih. Paris: Paleo, 2004. 312 p.
- DUBOIS, Claude-Gilbert. **La conception de l'Histoire en France au XVI^e siècle (1560-1610)**. Paris: Nizet, 1977. 668 p.
- EUSÈBE DE CÉSARÉE, **Histoire Ecclesiastic**. Translation by Gustav Bardy. Paris: Les Éditions du Cerf, 1993, v. 3. 177 p.
- GILBERT, Felix. **Machiavelli and Guicciardini: Politics and History in the Sixteenth Century Florence**. New York: Norton & Company, 1984. 339 p.
- GOFFART, Walter. **The Narrators of Barbarian History (A.D. 550-800): Jordanes, Gregory of Tours, Bede, and Paul Deacon**. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2005. 491 p.
- GOMME A. W. **A Historical Commentary on Thucydides**. Oxford: Clarendon Press, 2001-2002. v. 1.
- GRANSDEN, Antonia. **Historical Writing in England, c. 550-c. 1307**. London: Routledge & Kegan Paul, 1974. 610 p.
- _____. **Historical Writing in England II, c. 1307 to the Early Sixteenth Century**. London: Routledge & Kegan Paul, 1982. 644 p.
- GUENÉE, Bernard. Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. **Annales: économies, sociétés, civilisations**, Paris, n. 4, p. 997-1016. 1973.
- _____. **Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval**. Paris: Aubier Montaigne, 1980. 446 p.
- GUICCIARDINI, Francesco. **The History of Italy**. Ed. by Sidney Alexander. Princeton: Princeton University Press, 1984. 457 p.
- HARTOG, François. **El espejo de Heródoto: ensayo sobre la representación del otro**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. 363 p.
- HERODOTUS OF HALICARNASSUS. **The histories**. Oxford: Pax Librorum. Book 2. 2010. Available in: <http://www.paxlibrorum.com/books/histories> Accessed in: 31 October 2010.

- HORACIO FLACO, Quinto. **Odas. Edición bilingüe.** Ed. by Alejandro Bekes. Buenos Aires: Losada, 2005. 529 p.
- ISIDORO DE SEVILLA. **Etimologías. Edición bilingüe. Libros I-X.** Translation by José Oroz Reta; Manuel A. Marcos Casquero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982. v. 1. 853 p.
- KINSER, Samuel. **The Works of Jacques-Auguste de Thou.** The Hague: Martinus Nijhoff, 1966. 368 p.
- KOSELLECK, Reinhart. Begriffsgeschichte Anmerkungen zur Zeitgeschichte. In: CONZEMIUS, Victor; GRESCHAT, Martin; KOCHER, Hermann (ed.). **Die Zeit nach 1945 als Thema kirchlicher Zeitgeschichte.** Göttingen, 1988. p. 17-31.
- _____. **Futures Past: On the Semantics of Historical Time.** New York: Columbia University Press, 2004. 317 p.
- LUCIAN OF SAMOSATA. The Way to Write History. In: **The Works of Lucian of Samosata.** Translation by H. W. Fowler and F. G. Fowler. Oxford: The Clarendon Press, 1905. v. 4. Available in: <http://www.sacred-texts.com/cla/luc/wl2/wl210.htm>. Accessed in: 7 November 2010.
- LUCIANI, Vicent. **Francesco Guicciardini and his European Reputation.** New York: Karl Otto and Company, 1936. 437 p.
- LURAGHI, Nino (ed.). **The Historian's Craft in the Age of Herodotus.** Oxford: Oxford University Press, 2001. 340 p.
- MAP, Walter. **De nugis curialium: Courtiers' Trifles.** Translation by M. R. James. Oxford: Clarendon Press, 1983. 545 p.
- MARAVALL, José Antonio. **Antiguos y modernos: visión de la historia e idea de progreso hasta el Renacimiento.** Madrid: Alianza, 1986. 628 p.
- MEISTER, Klaus. **La storiografia greca: dalle origini alla fine dell'Ellenismo.** Rome: Laterza, 1998. 298 p.
- MELLOR, Ronald. **The Roman Historians.** London: Routledge, 1999. 212 p.
- MERINO JEREZ, Luis. "Sobre la historia" en los *Rhetoricum libri quinque* de Jorge de Trebisonda: introducción, edición, traducción, notas e índice. **Talia Dixit**, Universidad de Extremadura, n. 2, p. 27-65. 2007.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Tradition and the Classical Historian. **History and Theory**, Wesleyan University, n. 11, p. 279-93. 1972.
- PASAMAR, Gonzalo. Formas tradicionales y formas modernas de la "Historia del Presente". **Historia Social**, Valencia, n. 62, p. 147-69. 2008.
- _____. Origins and Forms of the History of the Present: An Historical and Theoretical Approach. **Storia della Storiografia**, n. 58, p. 86-103. 2010.
- _____. **Apologia and Criticism: Historians and the History of Spain (1500-2000).** Oxford, Peter Lang, 2010. 293 p.

- PÉREZ MARTÍN, Inmaculada. Lectores y público de la historiografía griega. **Estudios Clásicos**, Madrid, v. 44, n. 121, p. 121-148. 2002.
- POCOCK, J. G. A. **The Machiavellian Moment**: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. Princeton: Princeton University Press, 1975. 602 p.
- POLIBIUS. **The Histories**. Translation by W. E. Paton. Cambridge (Mass.): Harvard University Press; London: William Heinemann, v. 1, 1979. 425 p.
- PROCOPIO DE CESAREA. **Historia de las guerras. Libros I-II. Guerra persa**. Translation and ed. by Francisco Antonio García Romero. Madrid: Gredos, 2000a. 321 p.
- _____. **Historia Secreta**. Translation and ed. by Juan Signes Codoñer. Madrid: Gredos, 2000b. 350 p.
- RIDOLFI, Roberto. **The Life of Francesco Guicciardini**. Translation by Cecil Grayson. New York: A. A. Knopf, 1968. 342 p.
- SALLUSTIO CRISPO, Cayo. **Sallust**. Translation by John C. Rolfe. London: William Heinemann; Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1995. 535 p.
- TÁCITO, Cornelio. **Historias**. Ed. by Juan Luis Conde. Madrid: Cátedra, 2006. 320 p.
- TATE, R. B. Los trabajos del cronista cuatrocentista. **Stvdia Storica-Historia Moderna**, Universidad de Salamanca, v. 13, 1995, p. 27-46.
- 182 THUCYDIDES. **History of the Peloponnesian War**. Ed. by Ch. F. Smith, v. 1-2. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1991, 1998. 449 p.
- VEGA RAMOS, María José. *Comptativm Omnivm Temporum*. La edad del mundo en la Historiografía reformista. In: CODOÑER, Carmen; IGLESIAS, Juan Antonio González (ed.). **Antonio de Nebrija**: Edad Media y Renacimiento. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1994, p. 97-106.
- WOODMAN, J. **Rhetoric in Classical Historiography**: Four Studies. London: Croom Helm, 1988. 226 p.
- ZIMMERMANN, T. C Price. **Paolo Giovio**: The Historian and the Crisis of the Sixteenth-Century Italy. Princeton: Princeton University Press, 1995. 391 p.

Mithistória do debate persa (Heródoto, III, 80-82)

Mythistory of the Persian Debate (Herodotus, III, 80-82)

Francisco Murari Pires

murari@usp.br

Professor titular

Universidade de São Paulo

Av. Prof. Lineu Prestes - Cidade Universitária

05508-900 - São Paulo - SP

Brasil

Resumo

É predominante a tese de que o debate persa fala grego e diz a realidade histórica da *pólis* consoante o horizonte mental do *lógos* helênico. Todavia, o *lógos* herodoteano suscitou perplexidades que intrigam o melhor entendimento do texto, a denunciar ou indefinições ou ambiguidades ou mesmo inconsistências, que os críticos intentam equacionar por meios de (in) certos desvios analíticos. O presente artigo, considerando que o desenvolvimento narrativo antitético construído retoricamente pelo *Debate* contrapõe os antagonismos das formas políticas segundo uma estratégia argumentativa de significações cumulativas, propõe aproximar sua semântica conceitual de uma correspondente narrativa consagrada, entretanto, em registro de *mythos*. Assim relido o Debate a integrar a semântica mítica, propõe-se que a hermenêutica do texto herodoteano supõe a dualidade complementar de um jogo semântico: a afirmação do *lógos dominante* da linguagem em que ele se exprime ocultaria como *recessiva* a memória da linguagem do *mito* que seria (im)perceptivelmente elidido.

183

Palavras-chave

Heródoto; Historiografia; Historiografia antiga.

Abstract

A predominant thesis is that the Persian debate speaks Greek and expresses the historical reality of the *polis* according to the mental horizon of the Hellenic *logos*. However, the Herodotean *logos* has raised perplexities that call for a better understanding of the text. These perplexities point at the existence of indefinite issues, ambiguities and even inconsistencies, which the critics attempt to solve by means of (un)certain analytic makeshifts. Considering that the antithetical narrative development that is rhetorically constructed by the *Debate* works with oppositions of the political forms according to an argumentative strategy of cumulative significations, this article has the proposal of bringing its conceptual semantics closer to a *mythos*-based narrative. Under this light, in which the Debate is seen through the mythical semantics, it is proposed that the hermeneutics of the Herodotean text presupposes the complementary duality of a semantic game: the affirmation of the language's *dominant logos*, in which it finds its expression, would conceal the memory of the *myth*-language, imperceptibly suppressed, as a *recessive* memory.

Keywords

Herodotus; Historiography; Ancient historiography.

Enviado em: 19/7/2012

Aprovado em: 11/9/2012

É predominante, entre os críticos modernos, a tese de que o debate persa fala grego¹ e diz a(s) realidade(s) histórica(s) da *pólis*.² O cenário é situado por Heródoto no mundo oriental e os oradores são apresentados como nobres persas. Porém, os valores, as instituições, as ideias e as concepções pelos quais eles discorrem e refletem sobre as formas de governo remetem todos para o horizonte do mundo histórico da Grécia do século V.³ Trata-se do horizonte mental do *lógos* helênico que o texto de Heródoto assim projeta sobre a história aquemênida. Ele transpira a ambiência dos fundamentos retóricos da sofística.⁴ Ele discute e teoriza pelo debate as formas que estruturam a política,⁵ já bem consciente da evolução democrática cujos princípios virtuosos (isonomia, liberdade, mérito e responsabilidade cívica) são resolutamente contrastados com os vícios despóticos e transgressores dos bárbaros. O texto de Heródoto pensa, portanto, os avatares da história do Estado pelo enquadramento da experiência helênica, porque a *stásis* e a anarquia definem o contexto histórico de advento do tirano apresentado como o protetor do povo.

E, todavia, um tal *lógos* herodoteano suscitou também, entre seus intérpretes modernos, algumas perplexidades que intrigam o melhor entendimento do texto, a assim nele denunciar ou indefinições ou ambiguidades ou mesmo inconsistências. Pois, como se harmonizaria, então, essa confluência entre, de um lado, a valorização da democracia, ideal tido por antes próprio do mundo da *pólis* grega, e, de outro lado, a vitória final da monarquia, que define o resultado do debate? Poderiam as preferências políticas de Heródoto ter-se inclinado em favor de um outro regime que não a democracia,⁶ tida por consagrada em Atenas pela hegemonia de seu amigo Péricles?

184

Face a tais dificuldades, discerniram-se dois desvios analíticos. Seguindo por um deles, busca-se minimizar a significação discursiva conferida à vitória da monarquia então apreciada, no quadro histórico da realeza persa, como a melhor forma de regime:⁷ tal vitória não passaria de um simples recurso de

¹ Veja-se, em especial, François Hartog: "Assim, essa prova, exibida por Heródoto, é nada mais que uma prova de que Otanes *fala grego* [...] Todos os dois [Otanes e Megabizo] *falam grego* [...] Se Otanes e Megabizo *falam grego*, Dario fala, ao mesmo tempo, grego e persa" (HARTOG 1999, p. 329). Para demais indicações mais completas atinentes ao debate persa, confira-se a tese de Paulo Angelo Menezes de Souza.

² Cf. MOLES 1993, p. 118-120; FORNARA 1988, p. 164; WATERS 1985, p. 78; ERODOTO 1990, p. 197.

³ Confirmam-se especialmente as considerações de François Hartog: "Todos os dois [Otanes e Megabizo] *falam grego*, *falam* completamente do interior da cidade: suas posições não têm sentido, com efeito, senão em relação com o modelo político da cidade" (HARTOG 1999, p. 329).

⁴ Especialmente argumentado por François Lasserre (LASSERRE 1976) que identifica em Protágoras o nexo de conceitos e ideias presentes na narrativa herodoteana. Mais recentemente David Asheri questionou tal tese: "Era predominante un tempo la teoria che i ter discorsi appartenessero a un trattato sofistico attico, inserito da Erodoto nel suo testo con adattamenti minimi. Si pretendeva perfino di conoscere il nome dell'autore del trattato: Protagora, Ippia, Antifonte, Prodico. Come reazione, sono state messe in rilievo tracce stilistiche di prosa scientifica jonia, la mancanza di vere antinomie e di argomentazioni simmetriche tipicamente sofistiche, la presenza di idee religiose arcaiche e di dottrine politiche non specificamente attiche" (ERODOTO 1990, p. 196).

⁵ Confirmam-se: "Here we explore the programmatic significance of the political arguments for the larger historical narrative" Lateiner (LATEINER 199, p. 167); "La classificazione fu poi ripresa, ampliata e modificata in senso diverso da filosofi, oratori e storici (p. es., Platone, Aristotele, Isocrate, Polibio), restando alla base delle teorie politiche occidentali antiche, medievali e moderne" (ERODOTO 1990, p. 196).

⁶ "Herodotus endorses the thesis of Otanes, in other speeches or on his own authority, namely that tyranny is incompatible with good government or justice" (LATEINER 1991, p. 171).

⁷ Confirmam-se: "Dario não refuta a tese de Otanes (monarquia = tirania), demonstrando que a monarquia difere da tirania. Toda a sua intervenção mostra como a questão, para ele, simplesmente não se levanta: a monarquia é o melhor regime porque é a monarquia – ponto final" (HARTOG 1999, p. 330); "Darius' brittle argument is as notable for what it omits as for what it includes" (LATEINER 1991, p. 169).

ajustamento textual empregue pelo historiador para conciliar os desígnios do debate teórico com o imperativo do fato histórico então narrado, uma vez que fora Dario quem ascendera ao trono da Pérsia.⁸ Seguindo já pelo outro desvio, a análise do texto inclina-se antes no sentido de negar que o debate projete qualquer tese proclamando um regime ideal, assim apreciado como o melhor de todos. O debate, então, apenas apresentaria em esboço um panorama das transmutações das formas de governo, configurando propriamente uma evolução cíclica.⁹ A exaltação da monarquia pronunciada por Dario ao final do debate se (re)articulária de volta com as censuras de que ela, entretanto, fora objeto pelo pronunciamento de Otanes ao início do debate. O fim do texto, portanto, (re)põe o início.

Operada, então, a leitura do texto herodoteano pelo enquadramento suposto de nele ver uma plena realização discursiva do *lógos* helênico, assim entendendo que ele fala estritamente o grego e que ele diz apenas o mundo clássico da *pólis*, pode-se bem apreciar o debate como um exemplar de discurso teórico sobre as formas de governo. Nisso residiria o alcance de seu sentido histórico.

Por essa perspectiva o debate respeita, portanto, à distinção das formas de regime em termos do número de agentes que detêm o poder, assim definindo a célebre tríade (monarquia, oligarquia, democracia), ou mesmo já, para alguns críticos, prefigurando também sua variação em seis formas segundo a oposição entre formas boas e formas ruins. O debate discerne, conseqüentemente, tanto os critérios quanto os princípios que fundamentam cada uma dessas formas, mais essencialmente opondo a isonomia, que igualiza todos os cidadãos na democracia, ao mérito e à excelência individual, que antes diferenciaria os

⁸ "Após terem assassinado o usurpador, os conjurados se reúnem e debatem sobre o regime a implantar: Otanes é partidário da isonomia; Megabizo deseja uma oligarquia; e Dario (*poderia ser de outro modo?*) quer estabelecer a monarquia" (HARTOGG 1999, p. 328, grifos nossos). Norma Thompson sustenta aparentemente a tese inversa: "Darius succeeds because he matters the peremptory rhetoric of a Great King. *It is not that the Persians could not have acted differently on this occasion*" (THOMPSON 1996, p. 72, grifos nossos). Todavia desenvolve argumento tautológico de pobre alternativa hermenêutica que acaba reproduzindo os modos de que alega se contrapor ("Because this is a Persian debate with no opportunities for rebuttal, the last speech is intrinsically the accented one" (THOMPSON 1996, p. 75), inclusive, por outro lado, se aproximando da reflexão de Hartog que acusa a inconsistência da retórica de Dario ("Darius is out to persuade his listeners that monarchy is the best regime possible, and he draws on Persian tradition to support this argument" (THOMPSON 1996, p. 67); confira-se a citação de Hartog na nota 8 acima). Já James Romm dilui a relevância retórica do Debate, reduzindo sua estratégia argumentativa a uma mera razão de tese pragmática ("That is, Herodotus allows a pragmatic, non-ideological argument to tilt the scales in an otherwise equal contest: autocracy wins the day among the Persians because, by and large, it had *worked*, increasing the power and prestige of each member of the society" (ROMM 1998, p. 178). Stewart Flory argumenta sustentando a propriedade e consistência retórica do debate ("Darius' arguments in favor of monarchy win because they are convincing to the other conspirators (except for Otanes and Megabyzus). The purpose of the debate is to present a true discussion on the merits of three system of rule and not to sate an obvious point, namely, Darius did become king, and arguments in favor of monarchy (if there was a question of a change) must have prevailed. The debate is a real contest" FLORY 1987, p. 134), porém interpreta o texto de Heródoto em sentido divergente do proposto por nós, antes entendendo a concepção apresentada por Dario como aproximação (antecipada) da noção de "filósofo rei" e, situando-a, pois, integrada ao horizonte do *lógos* ("In fact, all three of the speeches in this debate as well as the circumstances in which the debate occurs shed light on the motif of the philosopher king[...]" FLORY 1987, p. 128-129).

⁹ "Les trois interventions qui composent cette discussion (ou plutôt la somme de celles-ci) font apparaître une même hypothèse: toute forme de constitution politique dégénère en sa face négative; ce processus de dégénérescence donne naissance à un cycle tel que, dans l'histoire, on passe d'un régime à un autre" (CANFORA 1993, p. 200). Confirma-se sua análise do texto de Heródoto assim intitulada: "la théorie cyclickue" (CANFORA 1993, p. 200-204), especialmente a seguinte passagem: "Darius sort vainqueur: mais il l'est sur le plan historique, no sur celui de la dialectique. Du point de vue de la démonstration, ses arguments viennent s'ajouter à ceux développés par les deux interlocuteurs précédents, ils ne les annulent pas. Sur le plan dialectique, le débat n'a ni vainqueurs ni vaincus; et il ne peut qu'en être ainsi, puisque cette conclusion ouverte correspond à la succession cyclique des constitutions, chacune sur les ruines des la précédente et grâce à ses défauts, suivant une évolution qui ne peut avoir de fin, voire de conclusion" (CANFORA 1993, p. 202).

cidadãos em âmbito de alguma pluralidade na oligarquia ou de estrita singularidade na monarquia. O debate também assim compara especialmente tais formas pela consideração de suas respectivas virtudes em contraste com seus vícios, ao avaliar que efeitos sobre a natureza humana eles inerentemente teriam.

Uma tal teorização tem por fundamento uma espécie de semântica política que traduz a experiência histórica da *pólis* grega que Heródoto conhecia, assim formulada por uma rede de abstrações conceituais (natureza humana, orgulho, inveja, despotismo, tirania, desmedida (*hybris*), transgressão, degenerescência, etc.). Trata-se, pois, de um discurso estruturado em termos de uma razão conceitual homogênea, de modo que a monarquia referida por Otanes suporia justamente o mesmo conceito que a aludida por Dario.¹⁰

Similarmente ocorre no que respeita às ideias acerca do homem e sua natureza: estariam em jogo as mesmas significações e as mesmas implicações, seja para a fala de um discurso seja para a do outro, fosse quando Otanes reflete a propósito “daquele que poderia ser o melhor homem”, fosse quando é Dario quem o diz. A hermenêutica do discurso se organiza, portanto, considerando que as referências feitas pelos diferentes oradores supõem todas um mesmo e único plano lógico de significação conceitual, de maneira a conseqüentemente apreciar suas diferenças em termos de virtudes contra vícios respectivos.

186

Um componente da arquitetura retórica do discurso permanece, entretanto, senão ignorado, pelo menos algo desconsiderado por essa hermenêutica: o desenvolvimento narrativo antitético que contrapõe os antagonismos das formas políticas segundo uma estratégia argumentativa de significações cumulativas. A trama retórica tecida pelo primeiro orador, Otanes, começa sua argumentação obrando o processo de uma forma viciosa primeira (a monarquia-tirania), para então terminar proclamando o elogio da forma virtuosa que, a seus olhos, lhe é contraposta: a democracia que a supera. Megabizo, em seguida, reproduz esta estratégia, mas amplificando-a na medida em que ele está de acordo com as críticas feitas por seu predecessor contra o primeiro regime denunciado (a monarquia). Porém, diverge de seu elogio em prol da segunda forma (a democracia), que se torna, ela também, objeto de crítica, para, então, finalizar tecendo o elogio da terceira forma, a oligarquia por ele apreciada como regime superior. Por último, Dario reproduz a mesma estratégia, mas ampliando ainda mais o alcance de sua crítica, pois ele a faz agora valer seja contra a primeira forma (a democracia de Otanes), ao dar acolhida às críticas que Megabizo já lhe dirigira e acrescentar outras mais, seja contra a segunda (a oligarquia que fora exaltada por este seu predecessor), para, por fim, bater-se em prol de uma forma, monarquia, que é a melhor em um grau ainda superior. O desenvolvimento da argumentação articula-se, portanto, segundo um movimento em espiral, com cada proposição de forma de regime glorificada sendo situada num plano de superioridade sobre a(s) proposta(s) anteriormente exposta(s) a ela.

¹⁰ “Otanes and Darius present parallel but opposite arguments. The former deliberately focuses on the reality of autocracy and the ideal democracy; the latter on the ideal autocracy and the reality of democracy. Their arguments complement rather than refute each other” (LATEINER 1991, p. 170).

Encontra-se uma similar formulação de arquitetura retórica (pre)figurada já no domínio do discurso mítico da epopeia. Assim, por exemplo, considere-se o debate travado pelos Deuses no Conselho Olímpico a fim de decidir a sorte honorífica que seria concedida ao cadáver de Heitor, então ultrajado por um Aquiles em furor colérico contra os troianos.¹¹ Apolo reprovava o comportamento híbrido de Aquiles, reclamando que se deveriam observar as honras devidas à figura de Heitor. Hera anuiu a essa razão aventada pelo deus, porém contestou o procedimento que o filho de Zeus tinha proposto (o rapto, ou furto, do corpo à maneira de Hermes). Reclamou, por sua vez, que honras que eram devidas aos dois heróis, Heitor e Aquiles, não se situavam num mesmo plano, de modo que as que fossem concedidas em prol do primeiro, Heitor, não poderiam nem negar nem tampouco igualizar as que seriam concedidas ao segundo, Aquiles. Zeus, por fim, interveio a tomar a boa decisão que, acolhendo as razões argumentadas pelos dois outros oradores divinos, deslindava os embaraços de suas tramas antagônicas, de maneira a assim harmonizar todas as reclamações e todas as críticas. Príamo iria condignamente honrar Aquiles por súplicas e pagamento de um esplêndido resgate a obter a devolução do cadáver, o qual poderia então receber as honras que lhe eram devidas em Troia.

Na tessitura dessa modalidade de arquitetura textual, o debate herodoteano opera com uma lógica de atribuição cumulativa de excelência, a qual termina por ordenar a hierarquia dos regimes políticos. É assim que, primeiramente, Otanes faz preferir a democracia à monarquia. Esta, monarquia, realiza a pior das formas políticas na medida mesma em que ela concentra todo o poder nas mãos de uma só pessoa, potencializando ao máximo seus efeitos corruptores ao atuar sobre os vícios e as paixões que estigmatizam a natureza humana. É bem melhor um regime que, pelo contrário, busque dissipar tais efeitos dispersando o exercício do poder graças à instituição de uma pluralidade de cargos e funções governamentais que sejam acessíveis a todos os cidadãos, ainda reprimindo os abusos de autoridade por meio de controles institucionais sobrepostos ao exercício de tais cargos e funções.

Megabizo, em seguida, começa concordando com seu predecessor no que respeita à crítica da monarquia, assim denunciada como o pior dos regimes. Porém, ele assim procede exatamente para então fazer voltar agora sua argumentação contra a democracia que fora defendida por Otanes. Sua fala faz agora intervir no debate a consideração de uma outra razão, que fora, todavia, ignorada por seu predecessor: a questão da sapiência humana. A ignorância que estigmatiza a multidão, as massas, só torna as coisas piores, agravando conseqüentemente as deformações e corrupções que já se faziam sentir com a monarquia, a qual, pelo menos, supunha, não obstante, (alg)um fundamento de sabedoria, se bem que condicionado pelo acaso de uma única pessoa que fosse sábia. Haveria, portanto, que refletir sobre a questão de qual era a melhor forma de regime atentando também para este critério e princípio que o fundamenta em termos da

¹¹ Confira-se a análise do texto homérico feita por Paulo Angelo de Meneses Sousa (SOUSA 2001, p. 142-147).

competência de uma direção sábia. O regime ideal seria, conseqüentemente, a oligarquia, cujo exercício do poder cabe justo àqueles poucos homens que são os melhores.

Já Dario, encerrando o debate, conduz esta estratégia argumentativa a seu alcance extremo. Contra a oligarquia de Megabizo, ele pondera que o critério da sapiência, que este considerara em termos de sua forma humana múltipla (os poucos), ficava anulado pela falta ou deficiência que fora acusada já no discurso de Otanes, a saber, o fato de que ela acirra as disputas e rivalidades na detenção do poder. Pois, ao ensejo do que são as piores paixões da natureza humana em seus ódios inflamados, acaba por desembocar em uma situação caótica de *stasis* tão aguda que a restauração da boa ordem política por ela suprimida reclama, como única via de solução, o (re)estabelecimento da monarquia.

Contra a democracia sustentada por Otanes, Dario retoma o argumento que fora empregue já por Megabizo: a carência total de excelência que caracteriza um tal regime faz dele o império da malignidade humana. Se, para a oligarquia, a *stasis* resultava de discórdias, de ódios e de dissensões afloradas no meio dos *oligoi*, cada um deles pretendendo ser melhor que seus parceiros, para a democracia, o reino da violência se espalharia por toda a cidade justamente devido à razão inversa. As amizades solidárias que se estabelecem entre aqueles que, ao se reconhecerem todos como iguais entre si, opor-se-iam às pretensões hegemônicas dos reputados como melhores. De maneira que, também neste caso da democracia, a *stasis* resultante conduziria novamente ao reclamo do (re)estabelecimento da monarquia, o qual agora supõe, da parte do povo, a necessidade que ele sente de encontrar um protetor que o salva do caos.

188

Não, argumenta Dario, é preciso refletir sobre esta questão considerando a fundo o princípio da excelência: bem discernir aquele que merece absolutamente deter o poder porque é considerado o "melhor homem". É assim que ele proclama logo de início: "do que um homem excelente, nada seria melhor" (*andròs gàr henòs toũ arístou oudèn ámeionon àn phanéie*).¹²

Um tal homem excelente, assim absolutamente superior a todos os outros, deve mesmo fazer de si, de seu saber e de suas virtudes, o centro de todo pensamento e decisão política: ele é sua própria medida de discernimento e deliberação, como diria Aristóteles. Eis então o fundamento último da razão política que assegura a superioridade da monarquia, pelo que nos dá a entender a fala discursiva de Dario. A esta razão, o discurso acrescentará ainda, na sequência, duas outras. Primeiro, o fato mesmo da evolução histórica dos regimes, a qual termina sempre desembocando no (re)estabelecimento da monarquia; e, em segundo lugar, o modelo de homem enquanto governante e ancestral que seria necessário considerar: o verdadeiramente melhor, isto é, o virtuoso e respeitador, Ciro, antes do que o pior, o degenerado e transgressor, qual seja, Cambises.

¹² "Rien ne saurait se montrer préférable à un gouvernement unique, s'il est le meilleur" (tradução francesa de Ph.-E. Legrand para a edição da Belles Lettres, HÉRODOTE 1967, p. 133). "I mean, if you have a single person, and he is the best person in the world, how could you improve on that?" (tradução inglesa de Robin Waterfield, HERODOTUS 1998, p. 205). "Nulla, infatti, può apparire meglio di un suolo uomo quando sia il migliore" (tradução italiana de Augusto Fraschetti, para a edição de David Asheri, ERODOTO 1990, p. 115).

Pode-se, certamente, apreciar a trama discursiva do texto herodoteano de maneira a fazer voltar contra a argumentação de Dario, o qual acabara de defender o governo do “melhor dos homens”, as denúncias precedentemente arrazoadas pelo discurso de Otanes, o qual justamente condenava a monarquia. Tal operação de circularidade hermenêutica na leitura do texto dá por homogêneos todos os conceitos por ele consignados, de maneira que a referência ao “melhor homem” feita por Otanes suponha o mesmo tipo e natureza da similar alusão implicada pelo discurso de Dario. O debate, assim lido e interpretado, não chegaria propriamente a uma (re)solução lógica, uma vez que faria transitar interminavelmente sua proposição de um regime ideal. Um percurso em círculo nas transmutações das três formas de regime, indo da monarquia para a democracia, desta para a oligarquia e então desta última (retornando) à monarquia, de modo a indefinir fim e começo porque assim coincidentes e confundidos.

Mas, talvez se possa abordar a leitura do texto considerando a concatenação dos três discursos polarizada antes por sua trama agonística, que ordena hierarquicamente as correspondentes formas de regime propugnada por cada um deles. Considere-se, por exemplo, o esquema conceitual que estrutura a intriga de uma das lendas porque se glorificava a figuração dos Sete Sábios, mais precisamente aquela que contava a história da trípole que circulara entre eles. Alguns pescadores tendo-a arrastado por acaso em suas redes de pesca, e não sabendo então o que fazer com seu achado, terminaram por remeter a solução ao oráculo de Apolo, consultando-o a respeito. Este lhes ordenou que a dessem ao “mais sábio”. Foi, então, inicialmente oferecida a Tales de Mileto, assim reputado ao que acreditavam os milésios. Porém, eis que o sábio recusou a dignidade desse prêmio, afirmando que havia outro mais sábio do que ele, Bias de Priene, recomendando, pois, que a entregassem a este. Bias, entretanto, similarmente embaraçado com o prêmio que lhe era dedicado, disse também que não era ele o mais sábio, mas sim um outro, ao qual a trípole deveria ser oferecida. E assim a trípole foi circulando oferecida de um sábio a outro, acabando por retornar às mãos do primeiro, Tales. Pela (i)lógica da circularidade por que Tales é assim o princípio (con)fundido com o fim, ele é dito mais sábio do que ele mesmo! (I)lógica bem paradoxal de (in)determinação de uma sapiência pessoal superlativa que não chega a nenhuma conclusão, condenada, pois, a fazer circular interminavelmente a trípole entre as mãos dos Sete Sábios. Tales, porém, atinou a (re)solução compreendendo o problema implicado por aquela intriga oracular: que se consagrasse a trípole a Apolo em Delfos!

Assim, a primeira (in)compreensão da ordem oracular, ambígua como de costume, supunha a interpretação da questão referida ao nível dos homens comuns, ordinários, representados por uma sua denominação coletiva, “os milésios”. Eles traduziram a mensagem apolínea em termos exclusivamente humanos: quem seria o “mais sábio” dos homens? Bem naturalmente se decidiram a favor de um de seus compatriotas, justamente assim reputado. A seguir, o encaminhamento da questão é deslocado para um nível superior de entendimento, de maneira a serem contemplados agora apenas “alguns” homens, os “*oligoi*” do círculo dos Sete Sábios. Todavia, enquanto o entendimento da reflexão permanece preso aos horizontes do humano, ela não encontra desfecho

ou saída dos embaraços da lógica de circularidade que a enreda. É preciso, então, abandonar esta primeira suposição, encaminhada pelos “homens comuns”, a qual localizava a sabedoria superlativa no mundo deles mesmos, humanos. Não, ao que discerne a elite dos homens sábios, o “melhor” é sempre um deus, jamais um homem, nem mesmo os que, dentre eles, são sábios.

A arquitetura conceitual, porque se argumenta essa questão da excelência superlativa, ordena assim uma hierarquia em três planos, opondo o de nível mais baixo que integra *os homens* em geral, comuns e ordinários, ao dos *olígoi* ou *aristói* que lhe é imediatamente superior, para então superpor a este um outro, o mais alto de todos, concernente já aos *deuses*.

Então, na esteira destes enfoques, o quê a argumentação empregue por Dario parece implicar enquanto formulação de um pensamento sobre a excelência? Faria referência a uma figuração bem singular, qual seja, um certo homem, um homem bem excepcional, que não fosse estigmatizado por precisamente aqueles vícios e faltas que se assinalam na natureza humana em geral. Um homem, pois, que não estivesse sujeito às mesmas deficiências e degenerações típicas dos procedimentos e comportamentos que afetam todos os outros homens. Alguém, portanto, que, graças à sua consistência sapiencial e sua correspondente justiça ética, assim singulares e excepcionais, fosse como um deus entre os homens. Em suma, um *herói*, essa categoria conceitual de definição essencialmente ambígua que permite pensar uma equação, entretanto, contraditória na medida em que (con)funde divino com humano. O herói é humano porquanto mortal, de que a existência transcorre no domínio do mundo terrestre; porém, se qualifica também como divino justamente em razão da figura superlativa de excelência, sua *areté*, que o distingue e diferencia de todos os outros homens, situando-o superiormente a estes. Aquele que, entre os homens, aparece “como um deus”, assim reclamando, por e para sua pessoa, uma sinonímia de “realeza”, ao que arrazoar, pela representação mítica da epopeia homérica, Sarpédon a seu parceiro régio Glauco em meio aos combates troianos.

Tal seria, então, o fundamento, certamente *mítico*, intrigado para a plena compreensão do conceito de monarquia formulado pela fala de Dario enquanto forma de regime ideal. A formulação do debate persa suporia nesse caso a razão de uma diferença: sua narração diz Dario bem como um homem, mas a história que ele conta o apresenta antes como “*herói*”. Caso seja assim referida à figura de Dario tal categorização heroica, plenifica-se a coerência de disputa agonística de que a narração herodoteana compõe o cenário e ambiente. Seu discurso seria bem e justamente o vencedor de tal prova retórica na medida mesma em que por ele Dario afirmava sua superlativa sabedoria deliberativa, isto é, uma sapiência de ordem divina. Registro memorizado de excelência heroica que, na sequência da narrativa herodoteana, se complementa ainda no domínio da inteligência prática, no âmbito dos recursos e artes da *métis*, assim também o revelando manifestamente como o objeto humano da predileção divina.¹³

¹³ Confirmam-se as análises desenvolvidas por Paulo Angelo de Meneses Souza (SOUSA 2001, p. 152-173).

Nesse caso, a hermenêutica do texto de Heródoto suporia a dualidade complementar de um jogo semântico: a afirmação do *lógos dominante* da linguagem em que ele se exprime ocultaria como *recessiva* a memória da linguagem do *mito* que seria assim (im)perceptivelmente elidido.¹⁴

Referências bibliográficas

- ASSOUN, Paul-Laurent. **Marx e a repetição histórica**. Tradução de Wilson Sidney Lobato. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- CANFORA, Luciano. Le citoyen. In: VERNANT, Jean-Pierre (dir.). **L'homme grec**. Paris : Éditions du Seuil, 1993, p. 171-216.
- ERODOTO. **Le Storie**: volume III. Introduzione e commento di David Asheri, testo critico di Silvio M. Medaglia e traduzione di Augusto Fraschetti. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1990.
- FLORY, Stewart. **The archaic smile of Herodotus**. Detroit: Wayne State University Press, 1987.
- FORNARA, Charles William. **The nature of history in Ancient Greece and Rome**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1988.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte : Editora UFMG, 1999.
- HÉRODOTE. **Histoires**: livre III. Texte établi et traduit par Ph.-E. Legrand. Paris: Les Belles Lettres, 1967.
- HERÓDOTO. **História**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- HERODOTUS. **The histories**: a new translation by Robin Waterfield. Oxford-New York: Oxford University Press, 1998.

191

¹⁴ Jacob Stern (STERN 1989) busca identificar nas histórias de Heródoto os indícios de "desmitologização" porque se explicam e confundem as racionalizações historicizantes que as mesmas tentam consolidar. Nossa reflexão vale-se antes da ideia de que o processo de memorização histórica porque se dá a dialética entre mito e *lógos* pode ser equacionada em termos dos conceitos de *registro de memória e linguagem dominante versus recessivo*. Tais conceitos são utilizados no sentido de sua concepção propriamente genética como o supõe a reflexão formulada por Paul-Laurent Assoun em *Marx e a repetição histórica* (ASSOUN 1979, p. 11). Por outro lado, tal configuração hermenêutica de pensar no corpo do texto a conjugação de uma memória e sentido dominante conta outra recessiva que a formulação *mithistória* denotasse toma também inspiração em uma reflexão de Hannah Arendt elaborada em *Entre o passado e o futuro* de que aqui reproduzimos os teores por nós assim entendidos (consta no ensaio *O fardo e o fio* editado em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/>): "O que essa tradição revolucionária colocara como o fim da história nada mais é então, pela reflexão de Hannah Arendt, paradoxal e ironicamente o princípio, a *pólis* grega. É que, argumenta a teórica do pensamento político-filosófico, pesou contra Marx o que pesara também contra todos aqueles que, no século XIX (Kierkegard, Nietzsche), ousaram desafiar e investir contra a tradição. Para inverter a hierarquia conceitual da tradição, para por Hegel de cabeça para baixo, o prego pago como tributo foi o fato sub-reptício de ter que supor os próprios conceitos da tradição que se pretendia inverter. O desafio ambicioso que almeja destruir a tradição, ao operar sua crítica, o faz, todavia, nos quadros das categorias e conceitos justamente teorizados por essa tradição, sendo dela prisioneiro. De modo que a crítica movida pelos agentes destruidores da tradição no século XIX, embora teçam o fim da tradição, não rompem com ela, nem quebram sua existência, antes a prolongam e a desdobram, fazendo-a perdurar e persistir na crítica e pela própria crítica. Daí seu irônico paradoxo, verdadeira peripécia que se tem por um desfecho exatamente oposto, inverso, ao almejado e intentado. Os mortos, pelo que é assim argumentado, não enterram seus mortos e, pior, os mortos ainda vivem e se reproduzem nos corpos mesmos de seus assassinos". Transferimos livremente essa reflexão para a crítica do *mito* que a inauguração da *história* entre os antigos gregos com Hecateu, Heródoto e especialmente Tucídides intriga. Confira-se, precisamente nesse sentido, nossa obra *Mithistória* (1999).

- LASSERRE, François. Hérodote et Protagoras: Le débat sur les constitutions, **Museum Helveticum**, 13, 1976, p. 65-84.
- LATEINER, Donald. **The historical method of Herodotus**. Toronto; Buffalo; London: University of Toronto Press, 1991.
- MOLES, J. L. Truth and untruth in Herodotus and Thucydides. In: GILL, Christopher; WISEMAN, T.P. (ed.). **Lies and Fiction in the Ancient World**. Exeter: University of Exeter Press, 1993.
- MURARI PIRES, Francisco. **Mithistória**. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 1999.
- ROMM, James. **Herodotus**. Foreword by John Herington. New Haven and London: Yale University Press, 1998.
- SOUSA, Paulo Angelo de Meneses. **O debate persa em Heródoto (Histórias III,80-82)**. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 2001.
- STERN, Jacob. Demythologization in Herodotus: 5.92, **Eranos**, 87, 1989, p. 13-20.
- THOMPSON, Norma. **Herodotus and the origins of the political community: Arion's Leap**. New Haven and London: Yale University Press, 1996.
- WATERS, K.H. **Herodotus the historian: his Problems, methods and originality**. Norman: University of Oklahoma Press, 1985.

Impostura historiográfica y desafío hermenéutico: la huella de Heidegger*

Historiographic imposture and hermeneutic challenge: Heidegger's footprint

Rubén Dario Salas

rubendariosalas@gmail.com

Profesor titular

Universidad del Museo Social Argentino

Treinta y Tres Orientales, 970/ Pb "3"

1236 - Buenos Aires

Argentina

Resumen

Trata este texto del desafío hermenéutico frente a la historiografía neopositivista hegemónica; discurso de la microespecialidad; enfoque que desconoce el «todo» del discurso y sólo se reconoce en la «parte». *Objetivo general*: plantear como opción una hermenéutica ontológica tomando como referencia el pensamiento de Martín Heidegger, para quien el objeto de estudio se entiende como un «todo» de significación. *Objetivos específicos*: atienden a mostrar la impostura intelectual de los historiógrafos oficiales, quienes, desde distintos centros de «poder-saber» académico, reproducen la fragmentación cultural de la discursividad vigente. El *método* es hermenéutico y, por ende, obliga a leer un documento como texto, avanzando así hacia su ontología. Lo vertebrata un paradigma: *Ser y Tiempo* de Martín Heidegger, que devela el vacío de historicidad de la historiografía y su renuencia al entramado del saber. La *conclusión e hipótesis* están trazadas en una clave interrogativa heideggeriana: ¿corresponderá a la historiografía la ardua tarea de desentrañar la ciencia de la historia?

193

Palabras clave

Hermenéutica; Historiografía; Paradigma.

Abstract

This text *is about* the hermeneutic challenge against hegemonic neo-positivist historiography; its discourse is that of micro-speciality (micro-history); its approach ignores the "whole" about a discourse, and only recognizes itself in its «part». *Main objective*: to raise an ontological hermeneutics based on the thought of Martin Heidegger, for whom the object of study is understood as a «whole» of significance, as an option. *Specific objectives*: it attempts to expose the intellectual imposture of the official historiographers, who, from different «power-knowing» academic centres, have reproduced the cultural fragmentation of the existing discursivity. The *method* is Hermeneutic, and requires the reading of a document as a text in order to move forward towards his ontology. This sustains a paradigm: Martin Heidegger's *Being and Time*, which unveils the historicity of historiography and his reluctance to the fabric of knowledge. The *conclusion and hypotheses* are drawn in an interrogative Heideggerian key: could the arduous task of unravelling science from history correspond to historiography?

Keywords

Hermeneutics; Historiography; Paradigm.

Enviado el: 22/4/2012

Aprobado el: 16/8/2012

* Agradezco al Dr. Víctor Tau Anzoátegui su interés por las cuestiones aquí abordadas y a la Dra. Susana Ramella por haber proyectado algunas tesis aquí sustentadas en sus trabajos sobre El derecho a la diferencia.

Confesamos desde el inicio que nuestro trabajo adolece de limitaciones respecto de la materia que trata, puesto que el examen hermenéutico responde a perspectivas teóricas diversas, de las cuales nosotros escogimos una orientación: la *ontológica*. Otra limitación proviene de haber aplicado la hermenéutica a la Historia, ámbito que ofrece resistencia a lo que observa como intromisión invasora de toda teoría de raíz filosófica (MARROU 1968, p. 37, 12; FEBVRE 1993, p. 89-90; WHITE 1992, p. 361, 374, 380) lo cual significa (para el historiógrafo) aislarse de la auténtica comprensión y, por tanto, también de toda genuina posibilidad comprensora respecto de su objeto de estudio. Se trata, por tanto, de los primeros pasos de una exploración arqueológica, o sea, por los distintos niveles del saber y, a la vez, genealógica, recalando en el cruce de los mismos.

Hasta aquí la llamada de alerta para todo eventual lector.

Plantear la voz hermenéutica como *desafío* procura rescatar a ésta del carácter de artefacto lingüístico, útil para llenar el espacio de un escrito circunstancial. «Desafío» dice de compromiso frente a algo que se quiere abrir: lo hermenéutico es la actitud consciente del humano que, frente a la procura de un objeto de estudio, no sólo lo ve, sino que también lo mira.

Como definición, hermenéutica remite a «interpretación». Al decir esto, podemos inferir que no se trata del estudio del mero parecer acerca de algo, sino de la lectura consciente de ese algo; lectura que impone preguntar sobre su ontología. Es menos método que actitud ontológica de búsqueda: es inquietud filosófica. «Hermenéutica» no habla literalmente de «interpretación» en el sentido del cotidiano y vulgar «entiendo que...», «creo que...» y de toda la variedad de potenciales «podríamos afirmar que...», expresiones que rehuyen todo compromiso y disecan el objeto que supuestamente pretenden abrir. «Hermenéutica» refiere a «exégesis», es decir, al estremecimiento anímico que procura extraer una verdad aunque ésta resista a tal intento.

194

Acotaciones para una ontología o hermenéutica histórica

«Me resulta odioso todo aquello que sólo me instruye, sin alimentar a su vez mi actividad o vitalizarme de forma inminente» (NIETZSCHE 2006, p. 9). Con estas palabras de Goethe inicia Friedrich Nietzsche su *Segunda consideración intempestiva*. Necesitamos de la historia para la vida y la acción, afirma Nietzsche (2006, p. 9-10). Este trabajo pretende constituirse en una incitación en ese sentido, en tanto se observa a la historia vacía de significatividad presente, devenida en juego de escritorio de los historiógrafos, que fatigan las imprentas con escritos estériles o apenas fértiles para su cofradía. Ya los «padres fundadores» del orden postmoderno, nacidos a poco de concluir la última Gran Guerra, ya sus herederos de oficio en la «Post-Modernidad plena» (c.1970), vegetan desvinculados de todo compromiso con la comunidad de la que forman parte. Se trata, de manera especial en nuestro medio, de aquellas erudiciones centradas en las historias americanas y argentinas; expresiones eminentes de un positivismo devaluado.

Desde aquí ofrecemos (a manera de contribución) una opción de vida escrita en clave hermenéutica (inquisidora), dirigida a una comunidad

envuelta en vanidades varias y enferma de anemia cognitiva. La *hermenéutica ontológica* que Martín Heidegger desarrolló en su obra *Ser y tiempo* constituye el eje vertebrador de este trabajo. Esta obra pertenece al denominado «primer Heidegger» y constituye una teoría y praxis hermenéutica completa. Se trata de la disciplina que adquirió autonomía con Friedrich Schleiermacher en el siglo XVIII. La obra de Friedrich Nietzsche, *Segunda consideración intempestiva*, resulta emblemática en el planteo ontológico de Heidegger, pues expresa lúcidamente el carácter historicista (temporal) del ser como existencia, esto es, del «ser ahí» (*Dasein*). «Ahí» (*Da*) es «comprensión» y, como tal, define al ser (*Sein*) (Cf. GADAMER 2002, p. 257-258). El *Da* del *Dasein* es la «abertura del ente humano al ser» (FERRATER MORA 1975a, p. 611, s.v. «Existencia»; GAOS 1971, p. 23-24). La especificidad del ser del ente humano comporta para Martín Heidegger el eje de su análisis, que no se situará en el plano de la psicología o de la antropología (que consideran al hombre como un ente más), sino que lo hará en un plano ontológico, recibiendo tal análisis el nombre de «analítica existencial» (*esistenziale Analytik*) (Cf. FERRATER MORA 1975a, p. 618, s.v., «existencial»; GAOS 1971, p. 28-29). Para la ontología tradicional, contrariamente, el sentido del ser se entendía como un sistema de categorías válido para cualquier ente, al que no le era en absoluto inherente una comprensión de ese sentido del ser.

En la *analítica existencial* se trata de hallar los caracteres ontológicos relativos a aquel ente destacado precisamente por la comprensión de ese sentido del ser. Entendemos que sólo desde una comprensión ontológica del «ser» es dable arribar a la auténtica comprensión histórico-mundana del mismo. ¿Hace a la naturaleza humana el acto de interpretar? ¿Hace a su pertinencia o (contrariamente) constituye una actitud impertinente? ¿El conocimiento se abre con el acto interpretativo o se desvirtúa? ¿Puede el humano prescindir de la actitud hermenéutica o ésta se le impone porque es parte de su ser? Finalmente, de cara a la *historia*: la mirada *hermenéutica* ¿resulta propia o impropia?

En el siglo XIX (claramente en su segunda mitad), emerge la historia denominada «científica o crítica» dentro del marco del recién nacido *darwinismo*. Por vez primera se convierte en «vector de significación»: desde perspectivas distintas, tanto el Positivismo como el Materialismo dialéctico la encumbran. La Historia, asentada en el suelo de la Modernidad (triumfo de la «supremacía antropológica»), es elevada a la categoría de ciencia y, entonces, grita su nombre: *Historiografía*. Las ciencias habían delimitado su territorio y la historiografía hace lo propio. Wilhelm Dilthey, eco de su paradigma, bautiza como «ciencias» a las disciplinas que se ocupan particularmente del «espíritu». Frente a las «ciencias de la Naturaleza», nacen las «ciencias del espíritu», reservándose una región empírica exclusiva. Los textos históricos exudan erudición y, particularmente, trazos sociológicos, artísticos, literarios y filosóficos envuelven las distintas obras.

Hasta fines de la «Modernidad plena» (c. 1920), el historiógrafo decimonónico exhibirá el bagaje cultural que aún atesora su paradigma (NOIRIEL 1997, p. 150-153). Cuando ese paradigma inicie su declive, comenzará a cerrar sus fronteras (de manera contundente en el ámbito de la historiografía argentina y americana) y se replegará frente a las otras disciplinas del espíritu. La especialización del

saber, su fragmentación, influirá notablemente, de forma tal que, en pleno *paradigma postmoderno* (c.1970), lo que fuera repliegue táctico se traducirá en enclaustramiento. Ahora bien, hablar de historia es hablar de un ente amasado con tiempo. No obstante ello, los historiógrafos, aunque manipulan un ente temporal, muestran total despreocupación por una materia que entienden ajena a sus estudios. Si bien todo ser histórico es ontológicamente construcción temporal, el triunfo (en la segunda mitad del siglo XIX) de una vasta gama de materialismos ignoró el ámbito filosófico de la ontología y la metafísica y, con ello, el examen del tiempo, que es materia que las implica.

La concepción einsteniana de la relatividad del tiempo contribuyó en ese sentido en tanto se cerraba el ciclo de la física de Newton y su concepción eleática del tiempo. Los dos planos temporales de su física (el de lo inmutable y el mundano) se reducen a este último (ZUBIRI 1976, p. 7-47). Se afianza la visión puramente cronométrica del mismo definida por la «aceleración» y el «vértigo» (KOSELLECK 1993, p. 314-316; ZUBIRI 1976, p. 7-47). Como ocurriera con la Ontología y la Metafísica, el tema del «tiempo» resulta un tema menor dentro de los estudios filosóficos, objeto de la atención ocasional que algún estudioso de la Filosofía pudiera prodigarle. Sólo en el ámbito de la Física, en el siglo XX, adquiere significación (ELÍAS 1989, p. 12). En el terreno histórico, si bien se reconoce el sentido temporal de la historia, se impone la voz del paradigma de la Modernidad, que hace del tema «tiempo» materia de la región empírica llamada Filosofía.

196

Desde ese ámbito, asomará alguna voz aislada como la de Heidegger, quien retoma la cuestión ontológica, esto es, «la pregunta que interroga por el sentido del ser», aquella que «está hoy caída en el olvido», pues nadie se encuentra «perplejo por no comprenderla» (HEIDEGGER 2002, p. 11, 10). Su tesis, al plantearse como exégesis del ser y el tiempo, le lleva a atender a la cuestión del tiempo histórico-natural, que es el hombre, así como a la historia mundana, que le proyecta en el mundo, y a la historiografía, como ciencia que le aborda. Sorprende a Gianni Vattimo que Heidegger dedique un espacio relativamente amplio a la Historia, en apariencia ajena a la solución de su tesis, que se pregunta por la ontología del hombre (VATTIMO 1987). Sin embargo, puede advertirse que, si bien el centro de reflexión sobre la historia se centra en el debate entre Dilthey y el conde Yorck, este se encuentra precedido por un trayecto que alude a la *Segunda consideración intempestiva* de Nietzsche, quien «descubrió y dijo con inequívoca penetración lo esencial sobre el provecho y daño de la historiografía para la vida». El rescate de la obra de Nietzsche, quien «distingue tres formas de historiografía, la monumental, la anticuaria y la crítica», conduce al meollo del auténtico planteo historiográfico frente al pasado (HEIDEGGER 2002, § 76, p. 354); un sendero que Dilthey, desde una plataforma psicológica, no resuelve, como tampoco lo consigue la crítica de Yorck a Dilthey. Ambos no advierten que «la triplicidad de la historiografía tiene su base en la historicidad del "ser ahí"» y que «la historiografía *propia* no puede menos de ser la unidad tácticamente concreta de las tres posibilidades» (HEIDEGGER 2002, § 76, p. 354). «La división de Nietzsche no es casual», pues «en cuanto histórico,

sólo es posible el "ser ahí" sobre la base de la temporalidad». De allí «que el "ser ahí", ya antes de toda indagación temática, "cuenta con el tiempo" y se rige *por él*» (HEIDEGGER 2002, § 78, p. 360).

¿Cómo opera la historiografía? Dando cuenta de la existencia fáctica, la cual dice del tiempo sin comprenderlo ontológicamente (HEIDEGGER 2002, § 78, p. 361). Heidegger advierte que ni Dilthey ni Yorck logran dar el paso definitivo y reconocer que el tiempo óntico (fáctico) de la historia mundana deriva del tiempo «propio» (*eigen*), ontológico, de la historicidad. De cara al Positivismo y al Materialismo dialéctico, para Heidegger no hay en ellos un auténtico y decidido deslinde respecto de dos realidades esencialmente distintas: la primacía del ser del «ser ahí» como temporalidad, y la de ese otro tiempo «en el mundo», propio de la accidentalidad humana (cf. BOURDIEU 1999, p. 41-42). El actuar hermenéuticamente se constituye en *desafío* para el historiógrafo de las certezas absolutas, porque le enfrenta a la endeblez epistémica de una disciplina forjada en el molde de la «omnipotencia antropológica» postmoderna. Se trata de un historiógrafo que no advierte que, una vez reducido el ente histórico a fenómeno (apariencia, según Kant) de conocimiento, el ente muere (NIETZSCHE 2006, p. 27). La actitud hermenéutica le enfrenta además con el tiempo, esa sustancia que no alcanza a ver (porque no «ve discerniendo») como suelo en el que todo lo fáctico tiene lugar. No ve que al tiempo cotidiano lo mismo le da envolver a un objeto que a otro, que una realidad bien pudo mostrar otro rostro, que el tiempo de los acontecimientos tiene, como Jano, dos caras: en Waterloo, la derrota *pudo haber correspondido* al duque de Wellington. Entiéndase bien, en tanto tiempo de la Existencia, el tiempo del ser del «ser ahí» es ontológico; el «*pudo haber correspondido*» es eminentemente histórico-mundano, estrictamente óntico, impropio, mera contingencia, expreso decir inauténtico. El tiempo ontológico no se mide en fechas, como tampoco en «antes», «ahora» y «luego», sino que emana de un sujeto que es éxtasis temporal, vale decir, centro de proyección de todos los tiempos.

La *historia mundana* es siempre un juego de dados. De allí que el «érase una vez» de las historias surja para recordarle al ente humano «la verdadera índole de su Existencia, que es un imperfecto siempre inconcluso» (NIETZSCHE 2006, p. 15). Interpretarla impone al estudioso tomar conciencia de la «impropiedad» o inauténticidad existencial del hecho y de su propia inauténticidad básica, que requiere de la intencionalidad de ser superada. Le impone «elegirse existencialmente» (comprometerse) (FERRATER MORA 1975a, p. 406-407, s.v. «decisión») o perderse y no conquistarse en modo alguno. El «ser ahí» (*Dasein*) se rige por el «comprender», que no es dado y requiere de vocación para construirlo como conciencia. La Existencia óntica (*existenziell*) y ontológica (*Existenz*) no habitan en mundos diferentes: ambas se definen en el mundo del existir. No se trata aquí de hablar de una Existencia platónica (intemporal, eterna), por un lado, y de una existencia «imperfecta», abyecta, por el otro. En suma, el «ser ahí» puede decidir vivir sin «hacer frente», sin comprometerse, o sea, vivir en «estado de interpretado» y no resuelto de la inauténticidad (HEIDEGGER 2002, § 34, 38, p. 154, 165).

El historiógrafo neopositivista, en tanto eco de la práctica discursiva hegemónica del paradigma postmoderno, responde a esta aserción: como no impera en él impulso vital alguno, su instinto creador se encoge y deviene un tipo de tematización historiográfica inauténtica. Ser hombre es *ex-sistir*, vale decir, es un «estar afuera que sobrepasa la realidad simplemente presente en dirección de la posibilidad» (VATTIMO 1987). Ahora bien, decir que el hombre existe, necesariamente significa afirmar que es radicalmente finito, que, saliendo de sí mismo luego de «encontrarse», surge para sí mismo (de WAEHLENS 1955, p. 54-55). El «estado de abandono» es su primer rasgo y es su obligada lucha por comprenderse y comprender el «mundo» y a los «otros» aquello que lo convierte en un continuo «siendo». Es por ello que debe interpretarse la Historia como sirviendo a la vida, pues, de esa forma, «está al servicio de un poder no histórico» que es el que esteriliza todo «poder ser» (toda Existencia) (NIETZSCHE 2006, p. 28).

La hermenéutica, como fuerza de choque contra el historiógrafo de la «omnipotencia antropológica» postmoderna, consiste en señalarle su carácter de impropio repetidor del *factum* pretérito y no de inquisitivo pesquisador del mismo. Se repliega sobre sí mismo, renunciando al desafío del comprender-interpretando que surge del *acto interrogativo* (HEIDEGGER 2002, § 37, p. 163).

198

Ser y Tiempo es un libro escrito en *clave interrogativa* y quiere constituirse todo él en la «explicación de la pregunta que interroga por el sentido del ser». En la «preeminencia de la pregunta» radica la necesidad de comprender e interpretar. «Nos movemos siempre ya en cierta comprensión del ser. De ella brota la pregunta que interroga expresamente por el sentido del ser, y la tendencia a forjar el concepto correspondiente» (HEIDEGGER 2002, § 2, p. 14). Preguntar por algo es mantenerse en cierta comprensión de ese algo. «El preguntar tiene, en cuanto conducta de aquel que pregunta, un peculiar "carácter de ser"» (HEIDEGGER 2002, § 2, p. 14). Interrogar es la guía hacia la posibilidad de desembozar el objeto que se encuentra oculto por muchas capas de tradiciones, aquellas que el historiógrafo entiende que se explican «de suyo», y acaban cerrando el conocimiento.

El ente humano que construye su época de espaldas a cualquier inquietud ontológica «cae» forzosamente en una interpretación vulgar de todo acaecer, al serle indiferente el genuino comprender. ¿Puede constituirse en auténtico comprender-interpretar quien se desconoce esencialmente como pregunta? Para el historiógrafo, el acto de investigar se lleva a cabo o como un vago preguntar, o como un verdadero preguntar. La primera forma responde al «vulgar» y cotidiano preguntar por algo como espasmo psíquico; la segunda hace frente al objeto, busca abrirle y requiere ver «a través de», desde distintas direcciones del saber.

El primer abordaje desarrolla una indiferente comprensibilidad que cierra y encubre «los entes intramundanos» (sujetos que interactúan en el mundo) (Cf. HEIDEGGER 2002, § 16, p. 74). Articular la comprensión impone ver el «todo» y no prescindir de él o entenderlo como ya «interpretado», tal como se observa en el estudio de esas partículas atómicas denominadas «microespecialidades» (NOIRIEL 1997, p. 158-161; ANKERSMIT 2004, p. 241-242) que tanto encandilan

al historiógrafo. Y decimos «encandilan» porque él sólo ve aquel *factum* como algo «a la mano» (*zuhandenes*) y «ante los ojos» (*presente = vorhandenenes*). Desconociéndose como ente interrogativo que es (como expresión histórica), o sea, como estructura temporal, no puede exigírsele que vea «a través de» (que es hacerlo del «todo»), sino que sólo vea sin perturbarse, impertérrito, lo que está «ante los ojos». Desde nuestra perspectiva historiográfica, el acto de interpretar, como cadena interrogativa que es, no puede ni siquiera iniciar el «círculo hermenéutico» del comprender, pues el historiógrafo postmoderno-tipo se encuentra huérfano de tal posibilidad: su paradigma le ha amputado su más peculiar «poder ser». La hermenéutica conforma un círculo que parte de un comprender elemental, pero genuino y lo desarrolla hasta apropiarse plenamente del «conocimiento riguroso» (HEIDEGGER 2002, § 32, p. 144-145).

¿Acaso puede «ver a través de» y «en torno a» quien, padeciendo de ceguera cognitiva, entiende haber alcanzado la cima de su quehacer, acantonado en una unidad más pequeña que el átomo? ¿Puede hacerlo ese historiógrafo que, desde su «nicho académico» (antropológicamente hablando), se expresa bajo la modalidad postmoderna de las «obras colectivas»? Sirvan las siguientes como «muestras tipo»: «Las elecciones en el Estado de Buenos Aires: 1820-1840», «Las elecciones municipales porteñas de 1883» (ANNINO 1995, p. 65-105; 143-175).¹ Estas muestras reflejan a un relator escindido de las genuinas y originales relaciones del «ser relativamente al mundo» («ser-en-el-mundo» = *in-der-Welt-sein*) (HEIDEGGER, 2002, § 35, p. 159). Se trata de una «moda» en virtud de la cual varios narradores se convocan en torno a un tema único; en fin, sumatoria de parcialidades menores, cuya síntesis concluye en una parcialidad mayor: el libro; «moda» generalizada en el ámbito historiográfico inscripto en el discurso hegemónico del paradigma de la fragmentación (ANKERSMIT 2004, p. 342, 432). Se trata, en fin, de una representación de aquella otra constituida por la masa documentaria. Al atender a la «moda postmoderna» de los fragmentos documentarios, apunta Ankersmit:

En el pasado, los historiadores se ocupaban del tronco del árbol o de las ramas; sus sucesores posmodernos sólo se ocupan de las hojas de fragmentos minúsculos del pasado, que indagan de manera aislada, independientemente del contexto más o menos amplio (las ramas, el tronco) de que formaban parte (ANKERSMIT 1989, p. 143, 149-150 *apud* GINZBURG 2010, p. 386-387).

Actuar hermenéuticamente es más una actitud ante la vida que un método; el método vale si una actitud inquisitiva existencial (los modos de ser del *Dasein*) lo moviliza. De otra forma, se trata de mera técnica. La historiografía como hermenéutica impone amarrar la historia y la vida en un vínculo entre aquello *sido* y el presente desde el que está *siendo*. De la hermenéutica que hablamos es de una exégesis que se propone avanzar hacia la ontología del ente; se trata de una *hermenéutica ontológica*, que, por otra parte, supone previamente una hermenéutica «vulgar» o de la «cotidianidad» (*Alltäglichkeit*).

¹ Se trata de «muestras tipo» escogidas dentro de una variada producción historiográfica. Responden a la autoría de historiógrafos que reproducen la discursividad hegemónica postmoderna del «decir fragmentado».

Ahora bien, porque el «ser» es histórico en el fondo de él mismo es posible la historiografía. Por tanto, «la falta de historiografía no es una prueba en contra de la historicidad del “ser ahí”, sino [...] prueba de ella». Al pueblo griego en su momento de mayor esplendor le es indiferente la historiografía y eso no significa que sea *ahistórico*. «Ahistoriográfica sólo puede ser una edad por ser “histórica”» (HEIDEGGER 2002, § 6, p. 27). La prescindencia de esa historiografía impropia de cualquier inquietud ontológica descubre una patología cultural. A ese «ser ahí» postmoderno no le es dable advertir que no sólo tiene la propensión a «caer» en su mundo e interpretarse reflejamente desde él, sino que además lo arrastra en su caída y, como entiende su tradición comprendida «de suyo», se afianza en su ignorancia, perdiendo «la dirección de sí mismo, el preguntar y elegir». Nunca se concilia un posible regreso intelectual al pasado, en el sentido de una creadora apropiación, con quien persigue hacerse sólo del «aspecto del mundo» (HEIDEGGER 2002, § 6, p. 27-28; § 36, 161).

El desafío hermenéutico

¿Por qué planteamos este trabajo dentro del ámbito historiográfico bajo la forma de *desafío hermenéutico*?

(1) Porque la ortodoxia historiográfica neopositivista (aquella gestada al mediar el siglo XX) marginó toda historiografía de base hermenéutica en su sentido «propio», «auténtico», repudiada con silencio cómplice. Al hacerlo, la efectiva comprensión, que se define en términos de «círculo hermenéutico», queda invalidada (cf. GADAMER 1997, p. 577-578).

200

Calificamos como «neopositivistas» a esas verdades de certeza absoluta que emanan de una abundante producción historiográfica. De manera alguna remite esta voz a la filosofía neopositivista surgida en el siglo XX (FERRATER MORA 1975b, p. 455-457, s.v. «Positivismo»). Con la voz «neopositivismo» remitimos a una característica que entendemos atraviesa el paradigma postmoderno caracterizado por la «plebeyización» cultural,² aquel que conduce al absolutismo antropológico («el hombre es la medida de todas las cosas») y al dogmatismo cientificista. Ese «neopositivismo», identificado con la «generación auténticamente postmoderna», se emparenta con una modalidad del «relativismo» que pretende ser «un punto de referencia absoluto» y que brota de una actitud escéptica ante la vida. Es un escepticismo que la conciencia histórica (al decir de Dilthey), descartándolo en nombre del mentado conocimiento absoluto, disuelve dentro de sí misma.

En suma, en nuestro trabajo, decir «Neopositivismo» es hacerlo a un tiempo de Relativismo y Escepticismo absolutos como «concepción del mundo» en su sentido más primario (Cf. FERRATER MORA 1975b, 272; 557-558, s.v., «neopositivismo», «relativismo»; FERRATER MORA 1975a, p. 544-546, s.v., «escepticismo»). Al referirnos a la «generación auténticamente postmoderna» como abanderada del neopositivismo, lo hacemos respecto

² «La «plebeyización» significa [...] una vasta ampliación de la base social de la cultura moderna, pero en el mismo acto también una enorme disminución de su sustancia crítica» (ANDERSON 2000, p. 154).

de aquella que reproduce la práctica discursiva hegemónica del paradigma postmoderno. Se trata de la generación que adopta como propio el discurso académico esclerotizado y no de aquella que «hace frente» y, por tanto, resulta silenciada e ignorada por los historiógrafos «consagrados».

(2) Quien, en contra de la ortodoxia, opera con perspectiva hermenéutica, quien busca interpretar preguntándose avanzando ontológicamente hacia el objeto de estudio, actúa, para los historiadores acantonados en la «historia de los anticuarios», con actitud desafiante. «Interpretar hermenéuticamente», para los historiógrafos neopositivistas, forma parte de un léxico de herejía historiográfica (en el mejor de los casos) o a mero divague extravagante, para el séquito del alto mando historiográfico (cf. NOIRIEL 1997, p. 253; ECHEVERRÍA 1997, p. 317-326). Hablamos de quienes detentan el «poder-conocimiento» de su respectiva región empírica a través de una variada gama de instituciones (entiéndase el nivel escolástico universitario) (cf. NOIRIEL 1997, p. 43-50). Se trata, pues, de una rigurosa impostura intelectual (cf. FOUCAULT 199, p. 55-56; NOIRIEL 1997, p. 118, 222).

Respecto de la «Historia de los anticuarios», ésta remite a aquellos historiógrafos devotos del «fetichismo del archivo», instancia en que «la Historia sirve a la vida del pasado hasta el punto de momificarla antes de conservarla». El «historiógrafo anticuario» es aquel al que no le es dado «medir su entorno» y para quien «las cosas del pasado no tienen valores y proporciones que se correspondan entre sí», sino únicamente proporciones y valores que responden al sujeto que mira hacia atrás (NIETZSCHE 2006, p. 44-45).

(3) La dimensión humana es histórica, es decir, está «amasada con tiempo». De allí que pueda hablarse, hermenéuticamente, de la historicidad del ente humano. Importa no confundir la voz «*historicidad*» (*Geschichtlichkeit*) con el vocablo «*historicismo*». La primera refiere a la estructura del ser, arraigada en la temporalidad (*Zeitlichkeit*), tal como es empleada por Heidegger. La segunda sólo incluye marginalmente la visión heideggeriana de la historia.

No es de incumbencia de este artículo atender al *historicismo*, cuyas posiciones fueron sustentadas, entre otros, por la denominada «escuela filosófico-antropológica» en la que se inscriben posiciones tan disímiles como las de Dilthey, Marx, Troeltsch y Mannheim (Cf. FERRATER MORA 1975a, p. 851, s.v., «Historia»; FERRATER MORA 1975a, p. 857, s.v., «Historicidad», «Historicismo») Como la voz posee una semántica borrosa, habremos de sugerir con cautela que el historicismo influido «por las ciencias históricas» es «el historicismo antropológico, que adscribe la historicidad al hombre y a sus producciones» (FERRATER MORA 1975a, p. 858, s.v., «Historicismo»; PÉREZ AMUCHÁSTEGUI 1979, p. 30-34).

Consignemos ahora algunas conclusiones parciales de estos *desafíos hermenéuticos*. El *desafío hermenéutico* parte de entender que resulta imperativo para el historiógrafo plantearse la original pregunta por el «ser». Esta pregunta, axial para la filosofía, no puede quedar fuera del círculo comprensor-hermenéutico de éste, lanzado como se encuentra a la búsqueda de realidades que acontecieron en determinado momento del pasado. Se trata de una pregunta

filosófica de raíz histórica, pues el ser se define como *historicidad*, o sea es histórico en lo más profundo de su ser; es temporalidad original. Pero resulta una contundente realidad que tal pregunta quede fuera del ámbito de estudios del historiógrafo aun cuando le atañe hacer frente a un objeto pretérito.

La posibilidad de la búsqueda de tal objeto pretérito hace a su «poder ser» (*Sein-können*), que necesariamente se mueve dentro del «círculo hermenéutico», que es la manera de operar del comprender. Pero sucede que el historiógrafo no se reconoce como ser al que *le va* este mismo (*dem es in seinem Sein um dieses Selbst geht*) en su hacer. Por tanto, no podría exigírsele que reconozca las honduras del auténtico pesquisar pues sólo le es dable advertir el caparazón de la materialidad histórica. Al *comprender proprio* sólo podrá acceder en tanto se reconozca como ente al que *le va* su ser en dicho acto; ese *le va* (ese comprometerse) se define como *comprender*.

El análisis de la HISTORICIDAD del «ser ahí» trata de mostrar que este ente no es «temporal» por «estar dentro de la historia», sino que, a la inversa, sólo existe y puede existir históricamente por ser temporal en el fondo de su ser (HEIDEGGER, 2002, § 72, p. 337, énfasis en el original).

Hablamos de «desafío hermenéutico» porque el «historiógrafo-intérprete» no persigue encontrar (al enfrentar una realidad pasada) una sola fuente de conocimiento. Busca lo tematizado de la realidad en una *genealogía* que (por ser tal) es discontinua y recorre las distintas regiones del saber empírico, caprichosamente divididas. Hace del saber una *arqueología*.

202

Michel Foucault introdujo la voz «arqueología» para referir a una forma de análisis del saber que define los discursos bajo la forma de pensamientos, representaciones, imágenes, temas, «en tanto prácticas que obedecen a unas reglas». La *arqueología* pretende «definir los discursos en su especificidad», o sea, precisar los distintos órdenes del conocimiento: reconocer el suelo donde se entrecruzan esos órdenes (FOUCAULT 1997, p. 233-234; 265). La voz «genealogía», dentro del lenguaje filosófico, es de autoría de Nietzsche. Mientras la voz «origen» parece evocar siempre una «procedencia» única (*Ursprung*) sin fisuras, la «genealogía» habla de una «procedencia» donde pululan «mil sucesos perdidos hasta ahora» (*Herkunft*) (FOUCAULT 1969, p. 12). Atiende a una «procedencia» en la que todo es disperso, percibe los accidentes ínfimos. Opera como el «rizoma», metáfora que dice de raíces que se cruzan, que se confunden entre ellas, «de articulación de lo múltiple», como lo hace el cerebro a través de «todo un sistema aleatorio de posibilidades», de discontinuidad, de ruptura y de multiplicidad (cf. DELEUZE; GUATARRI 2010, p. 16, 30, 35-36).

La genealogía «remueve aquello que se percibía inmóvil; fragmenta lo que se pensaba unido; muestra la heterogeneidad de aquello que se imaginaba conforme a sí mismo» (FOUCAULT 1969, p. 13). A la «genealogía» le cabe perfectamente el interpretar, porque busca en lo intrincado para extraer alguna conclusión transparente, persigue ir al «fondo del fondo» (FERRATER MORA 1975a, p. 747, s.v. «genealogía»). Nietzsche designa, a veces, la «genealogía como la Historia real o efectiva (*wirkliche Historie*)» (NIETZSCHE 2002, § 7,

p. 272; FOUCAULT 1969, p. 18). «Verdadera historia» porque se trata de una «genealogía de los distintos modos posibles del ser», algo que es anterior «al preguntar óntico de las ciencias positivas». Se trata de retroceder hacia «una fuente más esencial» y el verdadero progreso hacia esa fuente esencial no lo proporciona la ingenua y rudimentaria investigación científica que sólo da cuenta de lo que cabe en su propia región científica. La indagación genealógica «tiene que ser anterior a las ciencias positivas», de allí que no sea «lo primario filosóficamente una teoría de la formación de los conceptos en la historiografía, ni la teoría del conocimiento historiográfico [...], sino la exégesis del ente peculiarmente histórico, en punto justamente a su historicidad» (HEIDEGGER 2002, § 3, p. 18-19). Proceder genealógicamente dice de avanzar hacia el objeto tematizado, unido el estudioso de conocimiento *propio*, esto es, abarcativo de sus distintas perspectivas y no acotado a una región empírica específica.

Hablamos de «desafío hermenéutico», por entender que la estructura del gestarse histórico supone adquirir una comprensión «ontológica» de la *historicidad*, que es hacerlo de la temporalidad original. En estos «orígenes» reside el lugar del problema de la historia, que ésta no debe buscar en la historiografía como ciencia de la historia (HEIDEGGER 2002, § 72, p. 336). «¿Cómo puede la historia venir a ser *objeto en general* de la Historiografía?» El cómo «es cosa que sólo cabe sacar de la forma de ser de lo histórico, de la historicidad, en cuanto arraigada en la temporalidad» (HEIDEGGER 2002, § 72, p. 336). De allí que toda posible tematización historiográfica encuentre su raíz en la historicidad. Es un *desafío hermenéutico*, porque exhibe las limitaciones del saber historiográfico y señala que el lugar de la auténtica historia reside en la *historicidad* y no en el *factum* cotidiano.

Comprender-interpretando es abrirse a las posibilidades del ente. Avanzar con esa intencionalidad permite hacerlo hacia el conocimiento auténtico del ente. Contrariamente, avanzar a través del vulgar y cotidiano constatar datos enhebrados unos con otros contribuye a cerrar toda posibilidad comprensora. Apuntar que este comprender *impropio* (*vulgar*) dice de operar «objetivamente» supone negar al sujeto como ente. Quien, frente a una sumatoria de «testamentos» pretéritos, los ve como simples presencias «ante los ojos» sin «ver en torno» sólo ha procedido a desenterrar fragmentos de un pasado cuyas cláusulas se cierran como fuentes quedando los mismos como testigos mudos de un tiempo *sido*. Nada se dice del por qué de la cuestión relevada, del para (qué) de la misma, del «mundo» construido por los entes que dejaron inscriptas determinadas voces. Sucede que sólo le importa al historiógrafo «tematizar» algo, ensamblar el conjunto y parafrasear alguna conclusión. Se trata, en fin, de clausurar toda posibilidad de auténtica comprensión.

El dominio empírico de la historia se impone, prescindiendo de los otros dominios: la realidad, al recortarse, deriva en algo impertinente, pues carece de pertinencia la exhibición de un tema donde el historiógrafo se desconoce como ente histórico; y esto dice aún más: desconoce que es un «ser» que se juega en su decir y en su hacer. «Ser yo no es ser objeto, sino ser aquello para lo que algo es objeto» (HUSSERL 1949a, p. 317).

Esa «cuestión testamentaria», convertida en tema de investigación, merece para este historiógrafo considerarse histórica por el simple hecho de constituir un tejido de fragmentos de legajos de archivo. A quien se lanza a ese trabajo viendo sólo lo que se encuentra «ante los ojos» fuera de todo «mundo», se le oculta por tanto que «aborda un mundo que ya no es» y, en consecuencia, que aquello tematizado resulta apenas un ente flotante. Ignora que lo tematizado (el *factum*) vale en tanto proyectado sobre un *fondo de mundo* al que no se puede obviar con el pretexto de la «especialización»; «especialización» que no resulta otra cosa que la mutilación del objeto abordado, a la vez que dice de mutilación de quien la aborda. Desconoce que un ente «es histórico porque pertenece a un mundo» y que ese ente es *comprensión* en su base. De allí que previo a todo pesquisar se le imponga al historiógrafo renunciar a su omnipotencia antropológica y «encontrarse», o sea, sentirse que es (GAOS 1971, p. 44; HEIDEGGER 2002, § 29, p. 128). Luego podrá (en conciencia) comenzar la tarea de «abrir» el objeto de estudio en una apertura que lo lanzará primero hacia ese mundo *sido* reducido a conciso esbozo temporal y, entonces, comenzar la exégesis de ese objeto que la tematización ocultó (HEIDEGGER 2002, § 69, p. 325-326). Se advierte, en fin, que el «ente mundano y el mundo pasado» no es dable rescatarlos preñados de sustantividad de manera alguna y que la tarea emprendida por ese historiógrafo no se salva en aras de la «objetividad» (cf. NOIRIEL 1997, p. 307) o «ilusión referencial» (BARTHES 1971, p. 16).

204

La tesis «el ser ahí» es histórico no mienta sólo el *factum* óptico de que el hombre represente un «átomo» más o menos importante en el tráfago de la historia del mundo, no pasando de ser el juguete de las circunstancias y los sucesos, sino que equivale a plantear este problema: *¿hasta qué punto y en razón de qué condiciones ontológicas es inherente a la subjetividad del sujeto «histórico» la historicidad como cuestión esencial?* (HEIDEGGER 2002, § 73, p. 341, énfasis en el original).

«Desafío hermenéutico» es desafío a la «objetividad». Con esa última palabra se denomina un estado en el que el historiador, distanciándose, observa un acontecimiento, así como a todos sus móviles y consecuencias, con tal pureza que deja de surtir un efecto sobre el sujeto (NIETZSCHE 2002, p. 82). Ese distanciamiento intencional resulta ofensivo debido a la vanidad del historiógrafo que ve en esa actitud de indiferencia la mentada objetividad (CF. NIETZSCHE 2002, p. 88; cf. GAY 1990, p. 177-180). Hablamos ya de «círculo hermenéutico», lo cual indica comprender sobre la base de un «tener previo» y un «ver previo», que concluye en un «concebir previo». Esta plataforma de «pre-conocimiento» constituye el comienzo del *abrir del objeto*, que deberá concluir con el arribo a la *genealogía* del mismo, es decir, a una instancia en la que comienza a abrirse desde distintas perspectivas del saber (cf. HEIDEGGER 2002, § 32, p. 142).

En suma, es esa interpretación «auténtica» de *algo como algo* la que le permite al intérprete avanzar ontológicamente hacia el objeto, abrirlo existencialmente. Eso es tanto como decir que ese objeto no se define en una

unidad histórica, sino dentro de un plexo de conocimientos que no pueden ser soslayados ni apartados (Cf. HEIDEGGER 2002, § 32, p. 141). Cuando los entes son «descubiertos, decimos que tienen sentido». Pero «lo comprendido no es el sentido, sino los entes». Ese sentido *por el que algo resulta comprensible como algo es el «sobre el fondo de qué» se encuentran proyectados el «tener», el «ver» y el «concebir» «previos»*. Sin ese «previo» nada resulta comprensible. El sentido es el «estado de abierto» inherente al comprender (HEIDEGGER 2002, § 32, p. 143). El ente es lo que comprendo y «la interpretación es el desarrollo del comprender». Interpretar es apropiarse de lo comprendido (HEIDEGGER 2002 § 32, p. 140; § 34, p. 150-151). Ese *desafío es desafío* de la comprensión e indica que algo debe ser comprendido de determinada manera. El simple «ver» es ya «en sí mismo interpretativo-comprensor» y ese «ver» «previo» es anterior a toda proposición temática. Sobre un cierto «documento» (antes de cualquier acercamiento explícito) hay lanzado un «previo» «ver» que luego se convertirá en base para la estructuración temática (HEIDEGGER 2002, § 32, p. 141).

La estructuración temática del historiógrafo debe contemplar el «documento» como una fuente discontinua, donde conviven regiones de saber que fueron arbitrariamente separadas y a las que debe *abrir*. En el simple «ver», que significa «dirigir la vista» a un cierto «contenido fáctico», éste ya aparece concebido como tal. Luego vendrá la interpretación articulada que supone el «ver a través de» y «en torno a», que impone aguzar la percepción dirigida a las distintas perspectivas del saber que reclaman sus derechos al acto de «apertura» del ente. Distintas capas de «ver», que alcanzan la forma de mirada, de comprensión, van acercando al historiógrafo al objeto que se propone abrir. Para que tal estado de apertura se produzca, él debe dejarse llevar por el acto comprensor que va más allá de sus herramientas metódicas, pues, librado sólo a ellas, lejos de abrir el objeto, contribuye a cerrarlo doblemente.

Se trata de un *desafío hermenéutico* que impone no regocijarse por el comprender «rigurosamente especializado» que adviene del recorte intencional sobre el «todo» de la especialidad que le ocupa. Atrincherarse en torno al objeto dice de la negación misma del comprender que interpreta y que lo hace «viendo a través de» y «en torno a», es decir, buscando abrir caminos que orienten ontológicamente. Impone también, y fundamentalmente, *hacer frente* al goce por sumergirse en la llamada «subespecialidad»: saber fragmentado, por un lado, por la región empírica llamada «historia»; por otro, por la «especialidad» dentro de ella y, como expresión suprema, por la «subespecialidad» y, aún más, por la «microespecialidad».

Ahora bien, esa llamada hacia lo microscópico encuentra una explicación biológico-cultural. Ese refugio en la «microespecialidad» dice menos de una vocación por el examen exhaustivo de «algo» y más del temor al riesgo que supone adentrarse en las vías sinuosas del conocimiento que conduce al «todo» que integra la «parte» que examina. El «especialista» sólo es posible en tanto habitante de un paradigma que proyecta entes fragmentados sin fibra humana. Conocer el «todo» no se reconoce como posibilidad, como «poder ser» que dice de poner en juego el «ahí» comprensor. Operar desde

las trincheras de la «microespecialidad» guarda sentido para sujetos que desconocen el «hacer frente a».

La *interdisciplinaridad* no resulta una opción, puesto que su raíz es resultante de la misma patología individualista. Lo interdisciplinario es una sumatoria de «partes» en la que cada parte puja con la otra en la lucha por el dominio empírico. Se trata del encuentro entre eruditos de un sólo tema, cuando el progreso del conocimiento impone conquistarse como «poder ser» que se «proyecta» hacia una visión holística del conocimiento. ¿Podríamos preguntarnos si ese historiógrafo menosprecia como irrelevante esa referencia al «todo»? La respuesta nos diría que no hay tal menosprecio, sino desconocimiento de las esencias, de la sustantividad del conocimiento en tanto interpretativo-comprensor. El paradigma que ha creado la subjetividad del discurso unívoco es deriva ontológica y, por tanto, el «especialista», hablado por su paradigma, sólo se reconoce en las «partes». Nada de miradas «rizomáticas», nada de «hacer frente» al «saber-poder» de la variopinta especie de académicos y altos mandos de las cátedras que, con ojo amenazador, vigilan desde sus «nichos» privilegios adquiridos. Nunca se advierte, desde el discurso hegemónico postmoderno de la «omnipotencia antropológica», que

el no poder «existir-por sí» *una parte no-independiente* quiere decir que los objetos no-independientes son objetos de especies puras respecto de las cuales existe la ley de esencia que dice que esos objetos, si existen, sólo pueden existir como *partes de todos* más amplios de cierta especie correspondiente .

¿[Acaso] fragmentar la duración de un proceso concreto [no] es fragmentar el proceso mismo? (HUSSERL 1949a, p. 257; 1949b, p. 283, nuestro énfasis).

206

¿Podrá objetarse esta reflexión? En el ámbito de la obturación del pensamiento como expresión del ser sí puede objetarse. Se dirá que tales afirmaciones pertenecen a otro campo, vale decir, al filosófico, y bastará el sinsentido (y lo academicista lo es por antonomasia) para ahuyentar y desmerecer cualquier mirada hereje. Pero: ¿acaso no se encuadra ese accionar historiográfico dentro de las llamadas por Husserl «ontologías regionales» (ya «reales», ya «ontológicas» o «problemáticas»?) No, pues las «ontologías regionales» son precisamente esas ciencias de las que dependen los hechos en virtud de su región respectiva y todas las ciencias de hechos dependen también de una ciencia ontológica que no se limita a ninguna región, sino que las abarca a todas.

¿Por qué? Porque Husserl da el nombre de «región» a cada ámbito que tiene por límite superior un género y por límite inferior las diferencias ínfimas de ese género. Así, pues, sostener que tal individuo pertenece a cierta región, significa que es un caso individual de alguna de las esencias universales que integran la región de que se trate (v. gr., historia) (Cf. HUSSERL 1949b, p. 30-32).³ ¿Qué le dice esto al historiógrafo? Debería decirle que conocer es avanzar sobre el «todo» y que debe leer los documentos proyectados sobre un contexto.⁴

³ Cf. (HUSSERL 1949b, p. 32-35) para una visión más completa de la voz «región» y su carácter esencial y material o fáctico, § 10. Región y categoría. La región analítica y sus categorías. Véase también (CHAUÍ 1997, p. 238).

⁴ Cf. sobre Husserl (NOIRIEL 1997, p. 80).

Echando mano libremente de las palabras de Deleuze y Guatarri, es dable afirmar que el discurso hegemónico es aquel que responde a la imagen del «árbol» o pensamiento único: «sistemas jerárquicos [que] implican centros de significancia y de subjetivación, autómatas centrales como memorias organizadas». Nos encontramos, pues, avanzando sobre un campo más amplio que el del historiógrafo, hacia la «“imagería de las arborescencias de mando” (sistemas cerrados o estructuras jerárquicas)» (DELEUZE; GUATARRI 2010, p. 37-38).

La *interpretación cotidiana y vulgar* siempre rehúsa una ontología enderezada a dar al ente fáctico la base adecuada. Actuar desde una *hermenéutica ontológica* importa poner en libertad al ser original del «ser ahí», o sea, a la comprensión. Pero «esto es algo que más bien ha de *arrancársele* a éste, *marchando contra* la tendencia a la interpretación [puramente mundana]». Para la *interpretación cotidiana*, con sus pretensiones de suficiencia y de ser algo tranquilamente comprensible «de suyo», el análisis existencial tiene constantemente el carácter de algo «violento» (HEIDEGGER 2002 § 63, p. 281). Desde la «mirada hermenéutica» que se aparta del simple «ver ante los ojos», la tematización obsesiva bajo la forma de «subespecialidad» o «microespecialidad» lejos se encuentra de acercar luz al objeto de estudio, y sólo una «mirada comprensora» ontológicamente orientada puede desplazar la tematización de su eje de privilegio para formar parte de un plexo más amplio. Ahora bien, avanzar por el camino del «saber propio o auténtico» impone necesariamente aceptar la «previa» turbiedad de la «mirada impropia».

Avanzar ontológicamente no dice que vaya a recuperarse análogamente el ente pasado («sido»), aquel que el historiógrafo que sólo «ve ante los ojos» contempla en la única dimensión de lo «impropio» y «vulgar». Importa sí «avanzar ontológicamente hacia el objeto». Para ello debe entenderse que «la construcción ontológico-existencial de la historicidad tiene que conquistarse en contra de la encubridora interpretación vulgar de la historia del ser». De allí que la premisa de toda investigación debe centrarse en los *factores que pasan comúnmente por esenciales para la historia*. La exégesis que «exige una mirada puramente ontológica» es el hilo conductor para llevar a cabo la «construcción existencial de la historicidad» (HEIDEGGER 2002, § 34 B., p. 156; § 72, p. 336). El *desafío hermenéutico* deja en evidencia que el operar del historiógrafo ve al ente histórico sólo «ante los ojos» y no «a través de» ni «en torno a». Esto dice que al apresar la «parte» emboza el «todo» (el «mundo») y, como entiende que el «todo» se explica «de suyo», la «parte» también se le escurre. En suma, el *desafío hermenéutico* propone desconfiar de la veneración «histórico-antiquaria»; propone «dejar de huir ante el pensar».

207

A manera de conclusión

Todo pueblo necesita [...] cierto conocimiento del pasado con vistas a la construcción de su futuro. Sin embargo, no lo necesita como esa bandada de pensadores puros que sólo asisten a la vida desde fuera, o como aquellos individuos ávidos de sabiduría que se contentan con el mero conocimiento, y que hallan en su acumulación un objetivo en sí (NIETZSCHE 2006, p. 50).

¿Se puede ser culto y prescindir de «cultura histórica»? Enfáticamente: sí. La cultura historiográfica, tal como solemnemente se impuso en el siglo XIX, conformó un saber rotundamente «impropio», «inauténtico» en tanto representado como «cosa-en-sí». Al doblar el siglo XX, la historia ya no se encontraba en el centro del saber. No obstante, dejó como herencia la convicción de que en los retazos del pasado se podía hallar siempre alguna respuesta a las inquietudes del presente. El pensamiento evanescente y dietético postmoderno, con su «daltonismo cognitivo» y hábilmente orientado desde las usinas del «saber-poder», encontró en la historia «vulgar», en la apariencia ilusoria de las representaciones historiográficas (HEGEL 1983, p. 49-50) una valiosa herramienta.

Importa siempre insistir: los rasgos de la subjetividad inscripta en el discurso hegemónico se caracterizan por la «pérdida del sentido activo de la historia, sea como esperanza o como memoria» (ANDERSON 2000, p. 79). Otra discursividad opera dispersa en las sombras: ¿surgirá de allí una nueva subjetividad que se muestre «perpleja por no comprender la expresión "ser"»??

Bibliografía general

- ANDERSON, Perry. **Los orígenes de la posmodernidad**. Traducción: Luis A. Brelow Barcelona: Anagrama, 2000, 195 p.
- ANKERSMIT, F. R. **Historia y tropología**: ascenso y caída de la metáfora. Traducción: Ricardo M. Rubio Ruiz. México: Fondo de Cultura Económica, 2004, 470 p.
- ANNINO, Antonio (coord.). **Historia de las elecciones en Iberoamérica, siglo XIX**: de la formación del espacio político nacional, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1995, 482 p.
- BARTHES, Roland. El discurso de la historia. En: SARLO, B. (comp). **Barthes-Todorov-Dorfles**: ensayos estructuralistas. Traducción: Beatriz Sarlo. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1971, 96 p.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditaciones pascalianas**. Traducción: Thomas Kauf. Barcelona: Anagrama, 1999, 365 p.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 8ª ed. Buenos Aires: Ática, 1997, 440 p.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Rizoma (Introducción)**. Traducción: José Vázquez Pérez y Umbelina Larraceleta. Valencia: Pre-Textos, 2010. [1976]
- ECHEVERRÍA, Javier. **Introducción a la metodología de la ciencia**: la Filosofía de la Ciencia en el siglo XX. Madrid: Cátedra, 1997, 343 p.
- ELIAS, Norbert. **Sobre el tiempo**. Traducción: Guillermo Hirata. Madrid-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1989, 217 p.
- FEBVRE, Lucien. **Combates por la historia**. Traducción: Francisco Fernández Buey y Enrique Argullol. Barcelona: Planeta-De Agostini, 1993, 246 p. [1953].
- FERRATER MORA, José. **Diccionario de Filosofía**. 5ª ed. T. 1. Buenos Aires: Sudamericana, 1975a.

- _____. **Diccionario de Filosofía**. 5ª ed. T. 2. Buenos Aires: Sudamericana, 1975b.
- FOUCAULT, Michel. **La arqueología del saber**. 3ª ed.. Traducción: Aurelio Garzón del Camino. México: Siglo XXI, 1997, 355 p. [1969]
- _____. **Microfísica del poder**. Traducción: Julia Varela. Madrid: La Piqueta, 1969, 94 p.
- _____. **El orden del discurso**. Traducción: Alberto González Troyano. Barcelo: Tusquets, 1999, 76 p.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 2. ed. Tradução: Flávio P. Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. **Verdade e método II**. Tradução: Enio P. Giachini. Petrópolis: Vozes, 2002, 621 p.
- GAOS, José. **Introducción a El Ser y el Tiempo de Martín Heidegger**. México: Fondo de Cultura Económica, 1971, 151 p.
- GAY, Peter. **O estilo na história**: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckardt. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 239 p.
- GINZBURG, Carlo. **El hilo y las huellas**: lo verdadero, lo falso, lo ficticio. Traducción: Luciano Padilla López. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, 492 p.
- HEGEL, George W. F. **Estética**: introducción. Traducción, estudio, prólogos y notas: Alfredo Llanos, tomada de la segunda edición de 1842. Buenos Aires: Leviatán, 1983, 173 p.
- HEIDEGGER, Martín, **El Ser y el Tiempo**. Traducción: José Gaos. Barcelona: Biblioteca de los Grandes Pensadores, 2002, 396 p. [1927]
- HUSSERL, Edmund. Investigaciones para la Fenomenología y Teoría del conocimiento. En: _____. **Abreviatura de Investigaciones lógicas**. Prólogo y Traducción: Fernando Vela. Buenos Aires: Revista de Occidente Argentina, 1949a, pp. 141-507, 507 p. [1900]
- _____. **Ideas relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica**. Traducción: José Gaos. México: Fondo de Cultura Económica, 1949b, 528 p.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**: para una semántica de los tiempos históricos. Traducción: Norberto Smilg. Barcelona: Paidós, 1993, 368 p.
- MARROU, Henri-Irenne. **El conocimiento histórico**. Traducción: M. García de la Mora. Barcelona: Labor, 1968, 270 p.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideración intempestiva**: sobre la utilidad y los inconvenientes de la Historia para la vida. Traducción: Joaquín Etorena. Buenos Aires: del Zorzal, 2006, 157 p. [1874]

- _____. **Genealogía de la moral**: un escrito polémico. Prólogo de Agustín Izquierdo. Traducción: José Mardomingo Sierra. Barcelona: Biblioteca de los Grandes Pensadores, 2002, 197 p. [1887]
- NÓIRIEL, Gérard. **Sobre la crisis de la Historia**. Traducción: Vicente Gómez Ibáñez. Valencia: Frónesis. Cátedra Universitat de València, 1997, 313 p.
- PÉREZ AMUCHÁSTEGUI, Antonio J. **Algo más sobre la Historia**: teoría y metodología de la investigación histórica. Buenos Aires: Ábaco, 1979, 192 p.
- VATTIMO, Gianni. **Introducción a Ser y Tiempo de Heidegger**. Traducción: A. Báez. México, D.F.: Gedisa, 1987. Disponible en: www.heideggeriana.com.ar/comentarios/introduccion_heidegger.htm. Acceso en: 10 de marzo 2010.
- WAEHLENS, Alfonso de. **Heidegger**. Traducción: Carlos A. Fayard. Buenos Aires: Losange («Colec. Filósofos y Sistemas» 2.), 1955, 79 p.
- WHITE, Hayden. **Metahistoria**: la imaginación histórica en la Europa del Siglo XIX. Traducción: Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica, 432 p.
- ZUBIRI, Xavier. El concepto descriptivo del tiempo. **Realitas II**: 1974-1975. Trabajos del Seminario Xavier Zubiri, Madrid: 1976, pp. 7-47. Disponible en www.zubiri.org/works/spanishworks/Conceptodescrip.htm. Acceso en: 3 de sept. 2011.

Gramsci para historiadores*

Gramsci for historians

Ricardo Salles

ricardohsalles@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rua Dona Mariana, 182/101 - bloco 2 - Botafogo

22280-020 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Resumo

O ensaio apresenta as reflexões de Antonio Gramsci como um trabalho teórico que, mesmo lidando com a política, trata fundamentalmente da história e da prática dos historiadores. Para o pensador e revolucionário italiano, a filosofia da práxis era o historicismo absoluto ou realista. Os conceitos gramscianos, ou cânones metodológicos e de interpretação histórica e política, como ele os considerava, são elaborados a partir de análises de situações e épocas históricas determinadas, notadamente a Itália do século XIX, em particular, e a Europa moderna, de um modo mais amplo. São, nesse sentido, conceitos históricos desenvolvidos para e a partir de uma prática historiográfica. Para afirmar esse ponto, Gramsci se engaja contra dois adversários: o mecanicismo determinista predominante na tradição marxista da Internacional Comunista, exemplificado pelo livro *A teoria do materialismo histórico: manual de sociologia marxista*, de Nikolai Bukharin, e o idealismo filosófico e historiográfico, singularizado em diversos escritos de Benedetto Croce.

211

Palavras-chave

Antonio Gramsci; Filosofia da práxis; Historiografia.

Abstract

This essay presents the reflections of Antonio Gramsci as a theoretical development that, though dealing with Politics, is fundamentally oriented towards History and the historiographical practice. For Gramsci, the philosophy of praxis was the absolute or realistic historicism. The Gramscian concepts, or canons of historical and political methodology and interpretation, as he put it, are worked out based on the analysis of historically determined situations and epochs, namely Italy in the 19th Century, in particular, and Modern Europe, in general. Therefore, they are historical concepts developed for and from a historiographical practice. To assert this point, Gramsci argues against the mechanism and determinism of the Communist International, exemplified in *The theory of historical materialism: a popular manual of Marxist sociology*, by Nikolai Bukharin, and the idealism of the philosophical and historiographical writings of Benedetto Croce.

Keywords

Antonio Gramsci; Philosophy of praxis; Historiography.

Enviado em: 21/4/2012

Aprovado em: 29/6/2012

* Versões anteriores desse texto foram apresentadas e discutidas no âmbito do grupo Gramsci e a Modernidade.

Esse título é uma alusão ao livro do historiador e psicanalista Peter Gay, *Freud para historiadores* (GAY 1989). No caso de Gay, sua tentativa foi a de considerar as possibilidades de utilização de um quadro teórico-disciplinar, ou ao menos de um conjunto de seus conceitos, procedimentos, temas e resultados significativos, aquele da psicanálise freudiana, em um outro campo disciplinar, o da História.¹ No caso de Gramsci, argumentarei que seu o esforço intelectual em seus *Cadernos do cárcere* foi o de desenvolver um quadro teórico, um conjunto de conceitos, procedimentos, buscando obter uma série de resultados significativos, no campo disciplinar da História. Seguirei, nessa colocação, o caminho aberto por Alberto Burgio, em seu *Gramsci storico* (Gramsci historiador), que considera que os *Cadernos do cárcere* contêm um grande livro de história da Europa burguesa ou moderna (BURGIO 2002).

Gramsci historiador

Logo de início, surgem duas questões quando se busca em Gramsci uma obra de história. Em primeiro lugar, não se trata de ignorar que seu esforço intelectual, empreendido entre 1929 e 1935, no cárcere do regime fascista, foi o de um revolucionário, de um militante. Em segundo lugar, é preciso salientar que, dadas as condições em que foi realizado, na prisão, este trabalho foi fragmentado, lacunar e preliminar. Fragmentado porque o escopo de seu interesse intelectual nesse período envolveu uma variedade de temas simultaneamente. É sabido que os *Cadernos* intercalam temas distintos, tratados como notas, muitas das quais retomadas em segundas anotações. Temas cuja conexão, mesmo quando possa ser intuída, não é dada de antemão aos leitores e possivelmente nem era evidente ao próprio Gramsci. Lacunar porque, como ele mesmo apontou em carta para sua cunhada Tatiana Schucht, de 31 de agosto de 1931, faltavam-lhe as fontes necessárias para aprofundar suas observações (BUTTIGIEG 2011, p. 30). Finalmente, seu trabalho foi preliminar porque, consciente dessas limitações e características, consciente de que a derrota diante do fascismo representava algo mais que um contratempo passageiro e abria todo um novo período histórico, Gramsci considerava suas notas uma etapa inicial para a um trabalho intelectual de maior fôlego, profundidade e alcance.

Para Joseph Buttigieg, o caráter fragmentário das notas de Gramsci seria algo além do que um índice das condições desfavoráveis de sua produção. Em sua importante introdução à sua edição inglesa dos *Cadernos do cárcere*, ele defende que o caráter fragmentário das notas gramscianas derivaria, em larga medida, da centralidade atribuída por Gramsci à História e ao método de uma filologia crítica, em detrimento de uma visão mais sociológica e baseada no materialismo filosófico da filosofia da práxis. A aparente fragmentação representaria o cuidado com o particular, com o detalhe, etc. (BUTTIGIEG 2011, p. 62-64, passim).

¹ Empregarei, sempre que a distinção me parecer suficientemente clara, o termo História, com maiúscula, para designar a História como disciplina do conhecimento e o termo história, com minúscula, para designar o processo histórico vivenciado e protagonizado pela Humanidade. Entretanto, nem sempre a distinção é simples. O termo filosofia da história, como optei por utilizar, poderia dizer, e, em alguns casos, diz respeito a uma filosofia da História como campo disciplinar. Inversamente, o mesmo ocorre com a expressão teoria da História.

Esta é uma interpretação possível. Contudo, considero que a ênfase de Gramsci na história, portanto no singular e no contingente, corresponde a uma visão que busca a relação desse contingente com as estruturas, as totalidades. Uma coisa é certa: o trabalho de Gramsci foi uma etapa preparatória para uma obra que ele, infelizmente, nunca pode realizar como queria. Mesmo assim, acabou ficando, e motivando, até hoje, a prática de militantes políticos e sociais, e as reflexões de intelectuais praticamente ao redor do mundo. O que não é pouco.

Mas talvez não seja bom o bastante para nossa tribo dos historiadores acadêmicos no início do século XXI. Afinal, como pode uma obra de história ser realizada contra todos os imperativos da pesquisa acadêmica, diretamente motivada pela vontade de intervir na história? Ainda mais por uma vontade que, ao fim e ao cabo, não obteve sucesso. Como pode trabalho sem pesquisa bibliográfica adequada e, principalmente, sem acesso e consulta às fontes primárias, ser rigorosamente um trabalho de História?

A resposta mais comum a essas indagações tem sido a que, de fato, a obra de Gramsci não é a de um historiador. Essa resposta tem sido dada tanto por intelectuais hostis a Gramsci quanto por aqueles que o admiram ou ao menos o aceitam. No primeiro caso, está uma grande massa de historiadores, mas também de cientistas sociais, que consideram os conceitos, temas e resultados significativos desenvolvidos e obtidos por Gramsci coisas do passado, de um discurso totalizante e superado. No segundo caso, o dos admiradores, em que estão mais os cientistas sociais e menos os historiadores, esses conceitos, temas e resultados significativos são considerados como afeitos a uma outra esfera da prática intelectual que não a da História. Dizem respeito à política, à sociologia, à educação, à filosofia, mas não à História. Podem ser sugestivos, e para alguns até decisivos, mas não são conceitos, temas e resultados de História, enquanto disciplina do conhecimento.

A bem da verdade, para a maioria dos historiadores, tanto os hostis quanto os mais favoráveis a Gramsci, essa não seria uma questão específica a respeito dele, mas concernente a qualquer teoria ou conjunto conceitual em sua relação com a disciplina da História. Reza o senso comum desse campo disciplinar que os historiadores trabalham com a reconstituição descritiva do passado, a partir da pesquisa nas fontes primárias; lidam com o único e o particular, o que aconteceu e não acontecerá mais. Se e quando usam conceitos, tomam-nos emprestado de outras disciplinas e os empregam para empreender essa reconstituição do passado. Procedimento esse que seria o contrário do que fariam os cientistas sociais. Segundo Fernando Novais e Rogério da Silva, numa recentíssima antologia sobre a Nova História, os historiadores explicariam para reconstituir e os cientistas sociais reconstituiriam para explicar, para ilustrar uma tipologia ou, no limite, uma teoria (NOVAIS; SILVA 2011, p. 41). Para esses autores, os historiadores visam a reconstituição dos eventos, do acontecido, por isso singular e total, uma vez que o vivido não pode ser recortado. Nessa tarefa, empregam os conceitos produzidos pelas ciências sociais, historicizando-os. Tais conceitos, por sua vez, seriam produzidos a partir dos diferentes recortes efetuados pelas ciências sociais no domínio da existência exatamente para produzirem suas teorias e explicações (NOVAIS; SILVA 2011, p. 40-42, *passim*).

Esses autores apontam ainda dois pontos importantes, seguindo essa linha de pensamento. O primeiro é que, na mesma época em que as ciências sociais consolidavam suas teorias e procedimentos especializados, na primeira metade do século XIX, o marxismo aparecia, buscando exatamente o contrário, um conhecimento total da realidade histórica. Nesse intento, contudo, Marx teria partido da filosofia e não da História, isto é, da prática historiográfica. Essa última seria, na tradição marxista, um lugar de chegada e não de partida (NOVAIS; SILVA 2011, p. 45). O segundo ponto é que a Nova História, em sua terceira geração,² ao propor o abandono dos grandes temas e a redução do "grau de conceitualização para ampliar o nível narrativo-empírico", se apresentou e se apresenta como uma crítica que pretende superar o marxismo, entendido enquanto uma visão totalizante da história e da prática historiográfica (NOVAIS; SILVA 2011, p. 50).

Sobre esses pontos, cabem duas observações. Em primeiro lugar, o de que o marxismo surgiu não apenas em paralelo à constituição das ciências sociais enquanto disciplinas, mas se apresentou como crítica à principal dessas ciências e disciplinas, aquela que mais se assemelhava, em termos do padrão vigente de cientificidade, às ciências naturais: a economia política. Mas não apenas isso. O marxismo foi também uma crítica à própria disciplina histórica, tal qual proposta e praticada no tempo de Marx. Isto é uma disciplina que se propunha reconstituir os fatos a partir das fontes legadas pelo passado, salientando, nesses fatos, o papel e as intenções dos indivíduos, especialmente dos grandes indivíduos, buscando tratar dos temas da evolução do espírito, da razão, da civilização, da cultura e das nações.

214

Em segundo lugar, creio que as colocações de Novais e Silva realizam uma inversão ao apontar para o fato de que a Nova História se apresenta como uma crítica ao marxismo ao privilegiar a constituição de novos temas. Acredito ser o contrário: porque a Nova História incorporou e incorpora, direta ou indiretamente, uma agenda política antimarxista, ela valorizou e valoriza o procedimento metodológico em detrimento do conceitual, o recorte extremo do objeto em detrimento da totalidade. Uma agenda antimarxista não quer dizer necessariamente conservadora, pois, em muitos casos, se tratava, nos anos de 1980, de proceder a uma crítica ao marxismo realmente existente – haveria outro? –, isto é, do marxismo soviético e mesmo do marxismo crítico que, no entanto, pregava a revolução e a ditadura do proletariado, o socialismo como solução para "novas" questões que então se colocavam com maior ênfase na agenda política. Questões como: o meio ambiente, a condição das mulheres, o desarmamento nuclear e a paz, o reconhecimento e o direito das minorias, etc. Entretanto, trinta anos depois, também é possível e necessário perceber que esse movimento intelectual jogou água no moinho do capitalismo realmente existente – há outro? –, isto é, do neoliberalismo, do desmantelamento dos direitos sociais, da crise ambiental, do congelamento e do esvaziamento da democracia, da alienação generalizada, do recrudescimento do imperialismo ocidental, etc.

² Os autores estão se referindo, genericamente, à geração de historiadores, principalmente franceses, que sucedeu Fernand Braudel a partir da segunda metade da década de 1970.

Um crítico da História Social marxizante desse período, o historiador norte-americano William Sewell, salientou, em trabalho recente, essa conexão entre a Nova História Cultural, com sua crítica e abandono das noções de totalidade e estrutura, e o predomínio de uma visão de mundo neoliberal, assim como a necessidade de retomar essas noções, ainda que em novas bases (SEWELL 2005, cap. 1 e 2, passim). Nestas condições, seria insensato querer colocar a Nova História entre parêntesis e propor pura e simplesmente uma volta ao marxismo dos anos 1960 e 1970. Tão insensato quanto colocar o marxismo entre parêntesis, ou ficar bradando que ele está morto, como se, assim, se pudesse matá-lo. Para quem quer avançar, é preciso avançar a partir da história e não contra ela.

Voltemos a Gramsci, sobre quem, aliás, Fernando Novais, Rogério Silva e os autores de sua antologia da Nova História não dizem uma só palavra. Infelizmente, porque – e esse é o ponto central desse ensaio – os conceitos e concepções gramscianos foram produzidos diretamente como uma dupla crítica. Por um lado, à ideia de Bukharin, expressa em seu *Manual popular de sociologia marxista*, de que era possível estabelecer uma sociologia marxista, no sentido positivo que a concepção vigente e dominante de sociologia conferia ao termo. Tal ideia nada mais seria, segundo Gramsci, que a expressão vulgar, por isso dotada de um certo valor didático, de um marxismo mecanicista. A crítica de Gramsci a Bukharin é toda no sentido de ressaltar a concepção reflexiva do materialismo marxista de que o real objetivo só existe, isto é, só é concebível, em relação à prática do sujeito que o conhece e transforma, e do caráter histórico, isto é, social, coletivo e relativo, dessa prática. Nesse sentido, rigorosamente, podemos dizer que, para Gramsci, a ideia de que a História pega emprestado, mesmo que historicizando-os, conceitos desenvolvidos em outras disciplinas das ciências sociais, a economia e a sociologia, por exemplo, soaria como um contrassenso.

Por outro lado, a crítica gramsciana se dirigiu a uma determinada concepção e prática historiográficas, bem como ao historicismo idealista que as embasava. Tratava-se da concepção, da historiografia e da filosofia de Benedetto Croce, este sim, citado na referida introdução e por alguns autores da antologia organizada por Novais e Silva como Braudel, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Massimo Mastrogregori e Hayden White. Gramsci se pergunta se o historicismo de Croce não seria “uma forma, habilmente mascarada, de história com uma meta predeterminada [*storia a disegno*], como é o caso de todas as concepções liberais reformistas” (GRAMSCI 1999, p. 395). Nesse, como em outros pontos de seu embate com Croce, a crítica gramsciana é filosófica, mas não deixa de lado a prática e os resultados historiográficos desse último, que sofrem inúmeras críticas ao longo dos *Cadernos*.

O tópico é importante porque, apesar de reconhecer que, antes de tudo, a reflexão gramsciana é política, tanto no sentido de que é a reflexão de um revolucionário, quanto no sentido de suas constantes referências à ciência política, gostaria de salientar que tem sido pouco notado que seu empreendimento intelectual é um trabalho de historiador. Trabalho que se dá não apenas como uma teoria da história, enquanto processo histórico coletivo da humanidade, mas, especificamente, como uma teoria da prática da História enquanto disciplina do conhecimento.

Do ponto de vista da relação entre História e política, isso não é de surpreender em se tratando de um revolucionário. Afinal, a partir de finais do século XVIII, com o advento da “era das revoluções” e da moderna concepção de revolução, política e História tornaram-se irmãs de um novo tipo. Até então, a irmandade entre política e História tinha sido marcada pelo signo da experiência do passado e das lições que o conhecimento dessa experiência acumulada propiciava aos grupos dominantes. A História ensinava a prudência, a moderação e os benefícios da ordem. *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, de Burke, marca, em 1790 – portanto antes do Terror de 1792-1793, note-se – literalmente, o último momento em que política e História gozaram de exclusividade e sossego em seu relacionamento. Desde então, a presença tumultuosa da revolução ou de seu fantasma não deixaram mais as duas em paz.

A partir das Treze Colônias, do Haiti, das Guerras de Independência da América ibérica, e, principalmente, da Paris incendiada de 1792-1794, as massas ou os grupos sociais subalternos fizeram sua entrada decisiva na história. A Revolução surgiu como um ofício e os revolucionários, como uma nova categoria social do longo século XIX, que adentrou o curto século XX, se não até os nossos dias. Para os revolucionários, o conhecimento da história passou a ser uma das condições para que obtivessem êxito em “fazer a revolução”. Também eles passaram a aprender com a história. Gramsci foi um homem desse tempo e desse ofício. Para ele, o conhecimento histórico era necessário para a construção de uma vontade política coletiva. E esse conhecimento histórico, nos *Cadernos do cárcere*, segundo Burgio, corresponde a um duplo olhar retrospectivo: “conhecimento dos fatos e compreensão da lógica (das lógicas, elas mesmas historicamente determinadas) do processo” (BURGIO 2002, p. 5).

216

E aqui passo a tratar mais diretamente da questão proposta neste ensaio: a relação entre o pensamento gramsciano e a prática historiográfica.

Historicismo

A centralidade do conhecimento histórico em Gramsci derivou, por um lado, do papel preponderante que ele atribuiu à história em relação ao pensamento e à política. Por outro lado, a insistência nas referências à História enquanto disciplina mostra que essa preponderância da história em seu pensamento derivava de seu cuidado com a História-disciplina. Por quê? Talvez Gramsci gostasse da História-disciplina, afinal sua formação era em linguística e mais especificamente numa abordagem histórica da linguística. Mas eu acredito que sua predileção pela História-disciplina tinha a ver com razões de natureza mais filosófica e política. Tinha a ver com o lugar que uma certa cultura histórica estava adquirindo na Itália dos anos 1920 e, especificamente, com os debates historiográficos que se davam em torno da questão do *Risorgimento*.³ Tais debates eram correlatos aos enfrentamentos políticos e filosóficos que se davam em torno da questão do Estado, do liberalismo, do comunismo e do fascismo. Mais especificamente, o gosto de Gramsci pela História-disciplina tinha a ver com

³ A expressão foi cunhada no século XIX e designava a necessidade de unificação política da Itália no século XIX com base em identidades culturais e históricas já formadas. Posteriormente, passou a designar o conjunto de acontecimentos que redundaram na formação do Estado nacional italiano.

seu embate com Benedetto Croce que, como grande intelectual, enfeixava tudo isso – política, filosofia, estética e história – numa clara chave anticomunista. Gramsci tinha consciência que esse não era um debate meramente italiano. E ele estava certo. Nessa mesma época, na Espanha e na Alemanha, que se constituíam em uma certa periferia dentro do centro, a revolução proletária estava na ordem do dia e, em breve, lutaria e perderia suas batalhas decisivas. Não por acaso, lá se desenvolviam os pensamentos filosóficos de Ortega y Gasset, de Heidegger. Pensamentos em que concepções de história eram centrais. Todo um tratado poderia ser desenvolvido a partir daqui. Não é a hora, nem o lugar. O importante é entender que não era algo casual, ou meramente derivado de tradições intelectuais, sem dúvidas importantes, mas não decisivas, que Gramsci considerasse o marxismo, ou mais precisamente a filosofia da práxis, como um historicismo realista e mesmo como historicismo absoluto.

Esse momento histórico, essa conjuntura decisiva, culminava todo um período da história moderna. No plano das ideias, culminava uma época relativa ao pensamento ocidental do século XIX, inclusive com o advento da sistematização da História enquanto disciplina do conhecimento no contexto da consolidação do Estado moderno, da revolução francesa, da dupla revolução-restauração, ou da revolução passiva, como problemáticas (temas, cânones, diriam Croce e Gramsci). Esses elementos estão presentes, com força, na disciplina histórica em geral, mas mais específica e explicitamente, no historicismo da escola histórica alemã do século XIX. A distinção feita por Rickert entre ciências nomotéticas e ciências idiográficas sintetiza esse movimento (MORERA 1990, p. 16). Essa distinção, ou elementos dela decorrentes, em larga medida norteia o trabalho dos historiadores ainda hoje.

De acordo com essa concepção, como a história é o reino do singular, do evento e do acaso, ela não conhece as leis da lógica e da necessidade, entendidas como relações invariantes entre eventos. Direta ou indiretamente, daí deriva que a escrita da história diz respeito à reconstrução dos fatos, tal qual eles aconteceram, como queria Ranke. Esses fatos, no entanto, só podem ser plenamente reconstituídos se também o forem as motivações de seus agentes. Motivações que, por sua vez, correspondem aos valores, razões e ideais desses protagonistas. A história diz respeito, assim, ao reino da liberdade e não da necessidade (MORERA 1990, p. 62). Esse tipo de interpretação, para não ser mera ficção, crônica e mesmo filosofia, tem que estar baseado em regras positivas – assim como é positiva a sua concepção de lei e de lógica – que validem a reconstrução, como verídica e factual, desses fatos, valores, razões e ideais. Por trás dessa concepção, encontra-se, diretamente ou indiretamente, algum tipo de entidade abstrata e imaterial. Se não Deus, a Razão, e, se essa Razão com maiúscula tornou-se ou é considerada muito abstrata, então a razão ou a racionalidade utilitária do mercado, das trocas, materiais, sociais, políticas e simbólicas. Indivíduos racionais, buscando maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas, tornam-se os elementos – os sujeitos – invariantes da história. Mesmo quando determinada mentalidade de uma época é percebida em sua singularidade, tal singularidade sobressai em relação à mentalidade racional

moderna. Nesse tipo de concepção, indivíduos imersos em uma determinada cultura comportam-se de maneira invariante, buscando estender seus benefícios e minimizar suas perdas. Para isso, buscam alianças, formam redes de relações. Cabe ao historiador reconstituir trajetórias, redes, motivações e intenções. Tais reconstituições são necessariamente recortadas e refeitas de dentro para fora. O ambiente, o contexto, se cria na ação dos agentes. Qualquer tentativa de atribuir ou depreender sentidos abrangentes e preexistentes a essas ações, mesmo que por elas modificados, é vista como teleologia ou determinismo. Tudo começa em si, acaba em si.

Na época de Gramsci e Croce, contudo, essa pulverização da história seria considerada excessiva e, no limite, comprometedora da própria noção de história e da possibilidade de seu conhecimento. O presentismo pós-moderno, ainda que já anunciado aqui e ali, não fora dito em todas suas letras. Nessa época, a história ainda representava um processo, uma acumulação. Para Croce, tal acumulação não se dava no plano material, mas no plano da razão, da moral e da ética, no reino da liberdade. Por isso sua fórmula da história ético-política, da história da Europa como história da liberdade.

Mas o que interessa é que os historicistas, ou como alguns preferem hoje em dia, os historistas, sempre tocaram na questão da transitoriedade de todos os fenômenos históricos. Os eventos do passado aconteceram e não mais acontecerão. Estão perdidos. Não se repetirão. O passado deve ser recriado pelo historiador, que só o faz a partir das ideias e da mentalidade que tem no presente. O ponto de contato que permite que essa recriação não seja completamente arbitrária ou que não se perca num caleidoscópio de traços extraídos das fontes, além dos procedimentos metodológicos adequados, é algum tipo de comunhão – o círculo hermenêutico – que permita a conexão entre presente e passado. Este tipo de comunhão, em que o presente predomina (na fórmula croceana de que “toda história é história contemporânea”) se dá sempre no plano do espírito, seja da razão, seja da moral. Gramsci, ao contrário, considera que a transitoriedade dos fenômenos históricos está sujeita a uma estrutura de necessidades. E aqui, chegamos à diferença e ao Gramsci historiador.

218

Cânones de interpretação e investigação histórica

A constatação que a correlação entre prática política e prática historiográfica não é apenas uma nota casual dos *Cadernos* parte das inúmeras e explícitas referências de Gramsci, ao longo deles, a historiadores de seu tempo, à prática disciplinar da historiografia e de suas equiparações e comparações entre prática política e prática historiográfica. Assim, por exemplo, em uma de suas passagens mais conhecidas, ao final da seção 17 do Caderno 13, sobre Maquiavel, intitulada pelo próprio Gramsci, “Análise das situações: relações de força”, ele considera que quem faz a análise de uma situação conta na situação, a não ser que seja um historiador, preocupado com o passado (GRAMSCI 2000b, p. 46). O ponto é importante porque mostra a correlação entre prática política e prática historiográfica, partindo de uma concepção filosófica, orientada pela noção marxiana de práxis, umbilicalmente imanentista e reflexiva. Mostra também

uma distinção clara, não obstante, entre o que seria uma prática voltada para compreender e criar os fatos, a prática política, e outra, a historiográfica, voltada para compreender e reconstituir os fatos já acontecidos.

Numa e em outra condição, a do político ou a do historiador, há o entendimento de que as situações históricas são, ao mesmo tempo, estruturadas, objetivadas, e contingentes, resultado da ação de sujeitos históricos. Para o Gramsci revolucionário, militante da Internacional Comunista, prisioneiro de um cárcere fascista, admirador da Revolução de Outubro — segundo suas palavras, a revolução contra *O capital* de Marx —, entender isso era crucial. Naquela quadra, a história parecia depender, de uma forma complexa e dramática, tanto da ação dos homens — indivíduos, grupos e massas — quanto das tendências estruturais, sociais, econômicas e culturais. A derrota para o fascismo parecia ser mais duradoura e com raízes mais profundas do que queriam seus companheiros da Terceira Internacional. Os rumos sombrios tomados pelo processo de construção do socialismo, a partir das decisões e orientações tomadas pela cúpula soviética, eram justificados por muitos pela inevitabilidade do socialismo, que, se errado aqui e ali, acertaria no longo curso. Voluntarismo e determinismo davam as mãos. Para Gramsci, as tendências estruturais não tinham existência autônoma frente às ações humanas. Eram por elas construídas, modificadas e, eventualmente, destruídas. Os homens, contudo, não faziam a história a partir de suas cabeças, mas exatamente a partir das condições históricas e das tendências em que se encontravam.

Nestas circunstâncias de reflexividade da história, a teoria, como forma de apreensão da realidade complexa, não podia ser uma sociologia positiva, uma elaboração sobre um objeto apartado da ação do sujeito. Para dar conta dessa dimensão da teoria na ação histórica, Gramsci, ao longo de todas as suas anotações, faz uso constante da fórmula “critérios ou cânones de interpretação da história e da política”, ou algo assemelhado. Numa leitura inicial, a expressão aparece pela primeira vez no título da seção 5 do Caderno 4, “Notas sobre filosofia I”, redigido entre 1930 e 1932: “Materialismo histórico e cânones práticos de interpretação da história e da política”. Nesta seção, Gramsci confrontava a situação do marxismo com o que representava o trabalho de Ernest Bernheim para o método histórico.⁴ Para ele, o livro de Bernheim não era um tratado de filosofia do historicismo, isto é da filosofia moderna, ainda que estivesse a ela ligado implicitamente:

219

A “sociologia marxista” (cf. o *Ensaio popular*) deveria estar para o marxismo como o livro de Bernheim está para o historicismo: um conjunto sistemático de critérios práticos de pesquisa e de interpretação, um dos aspectos do “método filológico” geral. Sob determinado ponto de vista, dever-se-ia fazer, com algumas tendências do materialismo histórico (por ventura as mais difundidas) a mesma crítica que o historicismo fez de fato ao velho método histórico e à velha filologia, que haviam levado a novas formas ingênuas de dogmatismo e substituído a interpretação

⁴ Ernest Bernheim (1860-1942), historiador alemão. Escreveu, em 1889, o *Manual do método histórico*, que, a partir de 1903, passou a se intitular *Manual do método histórico e da filosofia da história*. O manual foi publicado em italiano em 1907.

pela descrição exterior, mais ou menos acurada, dos fenômenos, repetindo sempre: "somos seguidores do método histórico!" (GRAMSCI 1977, p. 425).⁵

Essa nota foi desdobrada e retomada adiante no Caderno 23 ("Crítica literária"), redigido em 1934, e principalmente no Caderno 16 ("Temas de cultura, 1º"), redigido entre 1933 e 1934. Incluídas essa reescritura, a expressão ou expressões similares aparecem ao longo dos *Cadernos* pelo menos mais 17 vezes. A última delas no curto, mas fundamental e absolutamente atual, tanto política quanto historiograficamente, Caderno 25, intitulado "Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos)", redigido em 1934.⁶

Vejamos a primeira referência, na forma que adquiriu em sua versão no Caderno 16.

Seria necessário fazer sobre a filosofia da práxis um trabalho como aquele que Bernheim fez sobre o método histórico [...]. O livro de Berheim não é um tratado da filosofia do historicismo, mas a ela está implicitamente ligado. A chamada 'sociologia da filosofia da práxis' deveria estar para esta filosofia assim como o livro de Berheim está para o historicismo em geral, ou seja, *ser uma exposição sistemática de cânones práticos de investigação e de interpretação sobre a história e a política; uma coletânea de critérios imediatos, de cautelas críticas, etc., uma filologia da história e da política*, tal como concebida pela filosofia da práxis. Sob alguns aspectos seria preciso fazer, a propósito de algumas tendências da filosofia da práxis (e porventura as mais difundidas em razão de seu caráter tosco), uma mesma crítica (ou tipo de crítica) que o historicismo moderno fez do velho método histórico e da velha filologia, que haviam levado a formas ingênuas de dogmatismo e substituíam a *interpretação e a construção histórica* pela descrição exterior e a listagem das fontes primárias, muitas vezes acumuladas desordenadamente e incoerentemente. A força maior destas publicações consistia naquela espécie de misticismo dogmático que se havia criado e popularizado paulatinamente e se expressava na afirmação não justificada de que se era adepto do método histórico e da ciência (GRAMSCI 2001, p. 23, grifos meus).

220

O ponto do cânone de interpretação era claramente derivado de Croce e de suas indagações sobre o que seria o materialismo histórico, feitas em um ensaio de 1899 (CROCE 1948). As indagações de Croce, por sua vez, eram inspiradas em Antonio Labriola. Nesse ensaio, Croce considerava que o materialismo histórico não era mais uma filosofia da história, que lhe atribuiria um significado ou uma explicação transcendentes. O materialismo histórico era mesmo a antítese e a superação de todas as filosofias da história. Também não era uma teoria da História, o que pouco diferiria de uma filosofia da história. Mas tampouco era apenas um método, até porque o método da história já estava estabelecido nos procedimentos dos historiadores de profissão. Croce concluía

⁵ O *Ensaio popular* é o livro de Bukharin intitulado *A teoria do materialismo histórico: manual popular de sociologia marxista*, de 1921. De acordo com nota ao texto de Carlos Nelson Coutinho, Gramsci, provavelmente, citava a edição francesa, *La théorie du matérialisme historique: manuel populaire de sociologie marxiste*, de 1927 (GRAMSCI 1999, p. 460-461, notas ao texto).

⁶ A influência desse texto sobre a micro-história italiana não escapou à análise de Henrique Espada Lima, em *A micro-história italiana* (2006).

que o materialismo histórico era um conjunto de temas de interpretação histórica (a economia, as classes sociais, a luta de classes, a relação entre isso, as ideias e os acontecimentos) estabelecidos com Marx a partir de um determinado momento do processo de desenvolvimento histórico. O materialismo histórico representava um “cânone de interpretação histórica” (CROCE 1948, p. 88).

É difícil subestimar a influência de Croce em Gramsci. No entanto, visões um pouco mais doutrinárias podem levar a esse erro. Pode-se considerar que como Gramsci era um marxista, e que ser um marxista significa isso e aquilo no quadro de uma doutrina estabelecida, tudo devendo ser lido a partir dessa constatação e desse modelo previamente dado, por isso seu engajamento com Croce seria apenas uma fase juvenil e formativa. Inversamente, pode-se aplicar raciocínio semelhante a Croce: como ele era um antimarxista, o marxismo é isso e aquilo e por aí vai..., seu diálogo com o marxismo teria sido somente negativo. Alguns estudiosos chamam a atenção para a importância que Gramsci conferia à crítica de Croce, como principal representante de um pensamento antimarxista e anticomunista. Um pensamento que abria caminho para o fascismo, com o qual Croce flertara.

Isso é importante, mas é só uma parte da questão da relação Gramsci – Croce, em quem o revolucionário comunista via uma significativa contribuição, malgrado o que o próprio Croce considerava, para a filosofia da práxis. Para Gramsci, Croce – o Croce da história ético-política, e não apenas o do ensaio sobre o materialismo histórico – teria incorporado diversos elementos da filosofia da práxis, presentes em seus ensaios da década de 1890 (GRAMSCI 1999, p. 282), nos quais ele havia sido simpático ao materialismo histórico. Seu acerto de contas posterior com o marxismo não invalidava suas colocações dos ensaios sobre o materialismo histórico e economia marxista, fortemente influenciados por Labriola, para quem, aliás, eram dedicados. Mas não era apenas por isso que Croce era importante. O Croce ético-político era importante na medida em que chamava a atenção “para o estudo dos fatos de cultura e de pensamento como elementos de domínio político, para a função dos grandes intelectuais na vida dos Estados, para o momento da hegemonia como forma necessária do bloco histórico concreto”. Nesse sentido, a história ético-política seria “um dos cânones de interpretação histórica que se deve sempre ter presente no exame e no aprofundamento do desenvolvimento histórico, se é que se quer fazer história integral e não histórias parciais ou extrínsecas” (GRAMSCI 1999, p. 283). Retomar e superar Croce era fundamental para realizar a crítica ao “economicismo” e ao mecanicismo fatalista”.

Isso, no entanto, com a condição que o momento ético-político, isto é, o momento da cultura e da hegemonia, não fosse separado do momento da luta e das estruturas que essas haviam gerado.⁷ Por isso, discordava de Croce quando este reduzia o marxismo a um puro cânone empírico de interpretação.

⁷ História ético-política, como expressão do papel do arbítrio no devir humano em um quadro de evolução cultural e teórica, e não como mero acaso e arbitrariedade, foi a fórmula utilizada por Croce para se contrapor, por um lado, ao determinismo mecanicista que ele identificava com o marxismo e, por outro, às visões que não conferiam à história qualquer inteligibilidade racional, como em Nietzsche. Ver a esse respeito Roberts (1995).

O que era feito por Croce somente através das negativas de que o marxismo fosse uma filosofia ou uma teoria da História, e, por não ser nada disso, era, então, apenas um cânone empírico de interpretação (GRAMSCI 1999, p. 345). Em momento algum, Gramsci deixava de lado a dimensão teórica do marxismo, ainda e porque se tratasse de uma teoria histórica. Algumas páginas antes, ele criticava o fato de que Croce terminava por cair “numa nova e estranha forma de ‘sociologismo’ idealista, não menos ridículo e inconclusivo do que o sociologismo positivista” (GRAMSCI 1999, p. 311). Fazia isso ao reduzir a história a uma dimensão intelectual e conceitual, calcada em grandes intelectuais, que marcaria distintas épocas.

Se é necessário, no perene fluir dos acontecimentos, fixar conceitos, sem os quais a realidade não poderia ser compreendida, deve-se também – aliás, é imprescindível – fixar e recordar que realidade em movimento e conceito da realidade, se podem ser logicamente distinguidos, devem ser concebidos historicamente como unidade inseparável. De outro modo sucede o que sucedeu a Croce, isto é, que a história se torne uma história formal, uma história dos conceitos e, em última análise, uma história dos intelectuais... (GRAMSCI 1999, p. 311).

Evitar o sociologismo idealista, assim como o sociologismo positivista, era uma questão de entender, na tradição marxista, as relações entre infraestrutura e superestruturas.

222 Estrutura e superestruturas, ou estruturas e acontecimentos

Na seção 38 do já citado Caderno 4, intitulada “Relações entre estrutura e superestruturas”, cujas observações são retomadas no fundamental Caderno 13 sobre Maquiavel, de 1932-1934, nas seções 17 e 18 (“Análise das situações: relações de força” e “Alguns aspectos teóricos e práticos do ‘economicismo’”) e no Caderno 10, parte II, de 1932-1935, “A filosofia de Benedetto Croce”, na seção 12, as questões e a terminologia “mais ortodoxas” da tradição marxista sobre as relações entre estrutura e superestruturas são mantidas e aprofundadas por Gramsci. A questão é posta como “o problema crucial do materialismo histórico” (GRAMSCI 1977, p. 455). A esse respeito, segundo Gramsci, haveria dois princípios que haviam sido expostos por Marx no “Prefácio” à *Crítica da economia política*, de 1859, que deveriam orientar a reflexão: a) nenhuma sociedade se coloca problemas para cuja solução não existam já as condições necessárias e suficientes (ou que não estejam em curso de existência) e b) nenhuma sociedade desaparece se não se desenvolveram todas as formas de vida que estão implícitas em suas relações. “De tais princípios se podem extrair alguns cânones de metodologia histórica” (GRAMSCI 1977, p. 455).

Veamos a interpretação de Gramsci, naquele momento, desse ponto, colhido no texto de 1859. Era necessário distinguir, no estudo de uma estrutura, o permanente e o ocasional. O ocasional seria objeto da crítica – no sentido de análise reveladora do movimento em curso – e do juízo políticos, dos grupos e personalidades políticas. O permanente seria objeto da crítica

e do juízo histórico-social, dos grandes agrupamentos sociais. No estudo de um período histórico, aparece a grande importância dessa distinção: “[...] existe uma crise que se prolonga por dezenas de anos. Isto significa que contradições insanáveis se revelaram na estrutura” (GRAMSCI 1977, p. 455). Contradições que as forças políticas que buscam a preservação desta estrutura:

esforçam-se por sanar, dentro de certos limites; esses esforços incessantes e perseverantes (uma vez que nenhuma forma social jamais confessará ter sido superada) formam o terreno do “ocasional”, sobre o qual se organizam as forças que buscam demonstrar (em última análise, com os fatos, isto é, com seu próprio triunfo, mas imediatamente, com a polêmica ideológica, religiosa, filosófica, política, jurídica, etc.) que “já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas questões possam e devam ser resolvidas historicamente” (GRAMSCI 1977, p. 455-456).

Aparentemente, se está aqui, e talvez se esteja mesmo, diante de um texto e de uma passagem das mais deterministas e evolucionistas do pensamento marxista. Texto e passagem que foram, no entanto, cruciais para o desenvolvimento da tradição marxista e do pensamento de Gramsci, no interior dessa tradição. A insistência de Gramsci em voltar ao texto do “Prefácio” de 1859 ao longo dos *Cadernos* é um claro sinal de que ele tinha consciência do caráter central e espinhoso dessa passagem. Ela representa sua adesão ao principal problema teórico-metodológico levantado por Marx, e que se estende, a partir dele, quer se queira ou não, para todas as ciências sociais, qual seja, o da relação e mesmo oposição entre estrutura e acontecimento, como notou Portantiero (1977, p. 178). Antes de Marx não havia a noção de estrutura, e eu diria, seguindo Gramsci, de uma estrutura imanente, isto é, histórica. Desde o momento em que se considera que as forças materiais e as relações sociais que os homens estabelecem entre si a partir delas e independente de suas vontades – no claro sentido de intencionalidades – são determinantes em sua história, surge imediatamente um problema-questão. Como isso se deu e se dá? Como acontece, em que medida? Longe desse problema-questão ser uma barreira intransponível, ele é a possibilidade mesma do enriquecimento e do alargamento da interpretação histórica.

Usando uma linguagem gramsciana, certamente derivada das “Teses sobre Feuerbach”, de Marx, e da leitura de Marx por Labriola, determinar a relação entre a estrutura e o acontecimento, entre o que é mais permanente e o que é mais ocasional, é uma questão eminentemente prática, histórica, política e transitória. Daí o uso rico do conceito de práxis, derivado de uma leitura de Marx que remonta a Labriola e passa pelo Croce do final da década de 1890. A solução prática da questão estrutura-acontecimento, em política, implica o sucesso ou não dos que interpretam, agem e mais contam para que as tendências estruturais se desenvolvam de uma forma e em uma direção, entre muitas possíveis. Em historiografia, a solução também é prática e mais fácil porque realizada depois dos acontecimentos, resultado da credibilidade e da veracidade das narrativas – significando reconstrução + explicação – de

como e por que as coisas se desenvolveram deste e não de outras maneiras. E, neste ponto, fica fácil de entender a filiação de Gramsci a Lênin, para quem o marxismo era antes de tudo a análise concreta da situação concreta.

Esse é o sentido do comentário de Gramsci sobre o "Prefácio" à *Crítica da economia política*, citado acima. A estrutura não é vista como uma coisa, mas como resultado do processo histórico, fruto da ação humana, em sua dimensão permanente e ocasional. Este processo histórico, por sua vez, diz respeito tanto aos grandes agrupamentos sociais, quanto aos grupos e personalidades políticos que de fato protagonizam, produzem, preservam e modificam o processo. Não há estrutura fora da ação humana. A estrutura não entra em crise e em colapso por si só. Isso depende dos embates políticos. Embates políticos, no entanto, que são estruturados: enquanto os grupos conservadores atuam a partir do permanente, do estabelecido e consolidado, os grupos subalternos – e já veremos a utilização dessa categoria por Gramsci – atuam sobre o terreno do ocasional. A dimensão estrutural de sua ação, isto é, o quanto esta transformará o processo histórico, depende do resultado da luta política, do desenlace de uma situação histórica concreta.

Essa situação concreta, quando a história muda ou permanece, ainda que nunca da mesma maneira, é uma conjuntura determinada em que forças sociais contraditórias se enfrentam. Acompanhemos o gramsciano argentino Juan Carlos Portantiero, que escrevia sobre este ponto na década de 1970, quando o estruturalismo dominava o pensamento social e, portanto, quando a insistência de Gramsci em que o marxismo era um historicismo e um humanismo absolutos dava dores de cabeça àqueles que viam em seu pensamento uma fértil vereda de desenvolvimento para o marxismo. Para Portantiero:

224

A análise de uma conjuntura não é outra coisa, em Gramsci, que o exame de um feixe de relações contraditórias (relações de força), em cuja combinação particular, um nível delas – as 'econômicas' – opera como limite de variação, 'ou seja, permite controlar o grau de realismo e de possibilidades de diversas ideologias que nasceram [...] que seu desenvolvimento gerou' (PORTANTIERO 1977, p. 178).

As situações históricas, fruto das relações de forças seriam, ainda com Portantiero – aqui claramente ecoando Braudel –, "um encontro de temporalidades específicas que desembocam em um acontecimento".⁸ O social seria, e Portantiero está seguindo a fórmula exposta por Marx na *Introdução à crítica da economia política*, de 1857, a "síntese de múltiplas determinações", de relações sociais complexas, dadas em níveis distintos e conexos da realidade, com seus ritmos históricos particulares e não redutíveis. "Entre 'estrutura' e acontecimento', a história não é uma convidada: é a condição de possibilidade para reconstruir o modo *particular* de articulação das determinações", o instrumento que possibilita a leitura "tanto o 'acontecimento' como a 'estrutura', em sua forma 'conjuntural', isto é, como 'momento atual' das contradições sociais" (PORTANTIERO 1977, p. 179).⁹

⁸ A relação entre a concepção braudeliana dos diferentes tempos históricos e a concepção gramsciana de momentos da relação de forças é explorada por Esteve Morera (MORERA 1990, p. 74-132).

⁹ Todas as passagens citadas por Portantiero são do Caderno 13 sobre Maquiavel (GRAMSCI 2002b).

O paralelo entre historiografia e arte política está claro. A “distinção [e eu acrescentaria, acreditando estar sendo fiel ao texto gramsciano, a combinação] entre o que é permanente e o que é ocasional” é o ponto central da análise. “Estes *critérios metodológicos* podem adquirir visível e didaticamente todo seu significado quando aplicados ao exame dos fatos históricos concretos” (GRAMSCI 2000b, p. 38, grifos meus). Esta afirmação é seguida, não por acaso, por uma passagem com o exemplo da Revolução Francesa e da história desse país entre 1789 e 1870. Nesta passagem, Gramsci cita Mathiez e discute como historiadores diversos interpretam “quando” a revolução teria se concluído ou terminado, se em Valmy ou no Termidor; se Napoleão representava a revolução ou a contrarrevolução; se a história da revolução continuaria até 1830, 1848 ou 1870 (GRAMSCI 2000b, p. 39).

Em todas essas interpretações, haveria uma parte de verdade. As contradições “internas da estrutura francesa, que se desenvolveram depois de 1789, só encontram uma relativa composição com a Terceira República”, quando a França teve uma vida política equilibrada depois sucessivas transformações que se desenvolveram “em ondas cada vez mais longas: 1789, 1794, 1799, 1804, 1815, 1830, 1848, 1870”. No estudo dessas ondas, com diferentes graus de oscilação, estaria a possibilidade de “reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura, por um lado, e, por outro, entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura” (GRAMSCI 2000b, p. 39-40).

Aqui, na aquilatação de um grande acontecimento histórico, a Revolução Francesa, há uma passagem crucial do âmbito da formulação um tanto estática dos princípios e da própria questão da relação entre estrutura e superestrutura em Marx e na tradição marxista para uma formulação radicalmente historicizante. As contradições são internas à estrutura francesa – portanto, históricas, singulares, únicas, ainda que com repercussões externas e com certo caráter “epocal”, como notou, ainda que negativamente, Merquior (1989). A análise é de um período histórico, que pode ter seus limites mais ou menos alargados de acordo com o problema abordado e com a perspectiva de análise. Mas, como se vê pouco adiante, não se trata de abandonar a ideia de estrutura, entendida como conjunto de relações históricas objetivas, dotadas de maior rigidez e duração, que os homens estabelecem entre si e com a natureza no curso de sua história e na produção de suas condições materiais de existência.

Se essas observações podem parecer triviais e essenciais no campo da ciência política e da sociologia, elas não têm trânsito tão fácil entre os historiadores. Como notou John Breuilly, a grande força dos estudos históricos reside em seu foco no particular. O propósito do historiador é sempre conhecer um evento particular (BREUILLY 1994, p. 1). Essa afirmação, no entanto, envolve uma complexidade que, muitas vezes, escapa ao tipo de história que domina o campo historiográfico atual, com seus objetos recortados e fragmentados. O que se entende por evento particular, ainda de acordo com Breuilly, varia muito: pode ser um incidente em uma batalha ou a história da guerra. Tanto em um caso como no outro, o historiador faz uso de conceitos e termos gerais que lhe permitem definir e classificar os

eventos. “Mas, em princípio, tanto a história do mundo quanto a história de um incidente em uma batalha supõem a mesma preocupação com o particular” (BREUILLY 1994, p. 1).

O ponto agora, a partir do que vimos discutindo e das colocações de Portantiero, é precisar de onde surgem esses termos e conceitos. De um outro campo disciplinar, no qual os historiadores os colhem, historicizando-os? Pode ser, mas não é o suficiente.

Conceitos e termos gerais surgem na história. A observação é importante do ponto de vista gnosiológico. Os conceitos e termos gerais devem ser entendidos, isto é, elaborados, se não somente a partir da prática historiográfica levada a suas últimas consequências, ao menos incorporando a história, o transitório e o singular, enquanto processo real, prático, coletivo e vivido, no coração da reflexão teórica de qualquer das ciências sociais. Do ponto de vista de Gramsci, a história é a história dos homens, enquanto processo evolutivo coletivo, geral – isto é, que não começa com cada homem (evento) e não termina com um homem (evento) –, cumulativo, singular e objetivo – o passado não se repete, mas pesa porque existiu – e o futuro, também coletivo, geral, cumulativo e objetivo, é incerto, mas não aleatório. Esse é o ponto de seu entendimento da filosofia da práxis como historicismo absoluto ou, como ele qualificou um pouco mais frequentemente, realista.

226

Para os historiadores de ofício, a implicação prática de tudo é que o quadro geral de interpretação histórica, e não apenas os conceitos e termos gerais descarnados e desprovidos de historicidade, é, ao mesmo tempo, condição da prática historiográfica e seu resultado.¹⁰ Quadro histórico geral, totalidade, não quer dizer abstração, esquema, modelo. O historiador conhece sempre o singular, não importa tanto se a vida é de uma pessoa, de uma nação, de uma região, de uma economia-mundo, sistema-mundo, civilização. No ato de conhecer ele produz, utiliza e traduz, no sentido de transpor, de uma situação e linguagem para outras, reproduzindo-os, conceitos e noções históricas gerais.

Considerar esses conceitos e noções como cânones de interpretação, seguindo Gramsci, significa, antes de tudo, desnaturalizá-los, historicizá-los, testando-os contra as evidências primárias e em relação aos próprios parâmetros de interpretação. Assim, é possível, ou ao menos se tenta, evitar dois erros que Gramsci identifica na historiografia do *Risorgimento* de sua época: uma história fetichista, diríamos teleológica, que vê no passado, em germe, o que resultou no presente; ou uma história complementar, que ignora a necessidade de sempre problematizar o todo, o quadro geral, que, no fundo, confere inteligibilidade ao que se narra e, dessa, maneira, nunca seria contestado (GRAMSCI 2002b, p. 34-35).

História dos grupos sociais subalternos

A última referência aos critérios metodológicos aparece, em mais de uma ocasião, no Caderno 25, intitulado “Às margens da história. (História dos

¹⁰ Sobre a importância do quadro geral na consciência e na elaboração da prática e do conhecimento históricos, ver Rûsen (2011).

grupos sociais subalternos)”. A seção 2, por exemplo, se intitula “Critérios metodológicos”. Ela abre com uma afirmação que será elaborada, ainda que, como sempre, em caráter pontual, ao longo do Caderno: “A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica”. Gramsci reconhece que na história desses grupos haveria a tendência à unificação, mas que “esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso”. Os grupos subalternos sofreriam sempre a iniciativa dos grupos dominantes. “Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830)”. E por isso mesmo, considera Gramsci que “todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral” (GRAMSCI 2002b, p. 135). “Historiador integral” remete à ideia de que o historiador evite tanto a história fetichista quanto a história complementar.

O problema da unidade dos grupos subalternos, do Estado e da necessidade histórica (quando as lutas dos grupos subalternos expressam ou impulsionam novas necessidades históricas) é um problema historiográfico e, mais ainda, político atual. Se o problema político da construção e formação de um sujeito histórico coletivo que protagonize a superação do capitalismo histórico na direção de uma sociedade mais igualitária e sustentável é de difícil resolução e, provavelmente, ainda não conta com as condições necessárias e suficientes para seu encaminhamento, se é que um dia contará, no campo historiográfico, há muito que ser feito. É novamente hora, só que agora não mais apenas dos historiadores sociais, mas de todos nós, como já queria Hobsbawm em 1971, alertando contra os perigos das especializações excessivas, de caminharmos em direção à história das sociedades (HOBSBAWM 1998).

227

Referências bibliográficas

- BREUILLY, John. **Labour and liberalism in nineteenth-century Europe**: essays in comparative history. Manchester: Manchester University Press, 1994.
- BURGIO, Alberto. **Gramsci storico**: una lettura dei *Quaderni del carcere*. Roma: Laterza, 2002.
- BUTTIGIEG, Joseph. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Prison notebooks**. 3 vol. Columbia: Columbia University Press, 2011.
- CROCE, Benedetto. **Materialismo histórico e economia marxista**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.
- GAY, Peter. **Freud para historiadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. **Prison notebooks**. 3 vol. Columbia: Columbia University Press, 2011.
- _____. **Quaderni del cárcere**. 4 vol. Turim: Einaudi, 1977.
- _____. **Cartas do cárcere**. 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- _____. **Cadernos do cárcere**. 6 vol. Edição de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3. Breves notas sobre a política de Maquiavel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.
- _____. Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 4. Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 6. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. *O Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.
- HOBSBAWM, Eric J. "Da história social à história das sociedades", In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MERQUIOR, José Guilherme. "Prefácio". In: FURET, François; OZOUF, Mona (orgs.). **Dicionário crítico da Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- MORERA, Esteve. **Gramsci's historicismo: a realistic interpretation**. Londres: Routledge, 1990.
- NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério. Introdução. In: _____. **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosacnaify, 2011.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. Gramsci y el análisis de coyuntura (algunas notas). In: _____. **Los usos de Gramsci**. México: Folios, 1977.
- ROBERTS, David D. **Nothing but history: reconstruction and extremity after metaphysics**. Berkeley: University of California Press, 1995.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história. Os fundamentos da ciência histórica, 2ª ed. Brasília: UnB, 2011.
- SEWELL, William Hamilton. **Logics of history: theory and social transformation**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

Lucien Febvre reformador: notas em torno de *O problema da descrença no século XVI**

Lucien Febvre as a Reformer: notes on *The Problem of Unbelief in the 16th Century*

Marcos Antônio Lopes

marcos.lopes@pq.cnpq.br

Professor adjunto

Universidade Estadual de Londrina

Rua Amélia Tartuce Nasser, 784/304 - Jardim da Penha

29060-110 - Vitória - ES

Brasil

Resumo

O presente texto tem por propósito apresentar aspectos do processo de produção do clássico *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais*, de autoria de Lucien Febvre. Em sentido complementar, discutem-se as respostas que o autor deu (em termos de apontar falhas e deficiências) e as alternativas que ofereceu (em termos de criação e utilização de conceitos), as maneiras consagradas de se conceber e de se escrever a história nos meados do século XX. São aspectos em relação aos quais o livro em tela é especialmente revelador, mormente quando se trata das especificidades linguísticas da literatura quinhentista. Para além da análise dos princípios da teoria interpretativa firmada por Febvre, e dos efeitos de renovação exercidos por sua obra, no plano do pensamento histórico contemporâneo, pretende-se demonstrar que o livro não está morto, e que continua a alimentar o interesse de leitores na atualidade.

229

Palavras-chave

Anacronismo; Historiografia do século XX; Linguagem.

Abstract

This text has the aim of discussing aspects of the intellectual process that resulted in Lucien Febvre's classical book *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle: la religion de Rabelais*. It makes a supplementary discussion of the answers presented by the author (in terms of pointing out to flaws and weaknesses) and the alternatives that he offered (in terms of creation and usage of concepts) as the established ways of conceiving and writing history in the mid-twentieth century. The book is particularly revealing in relation to these aspects, especially when it comes to the specificities of language in the sixteenth-century literature. Beyond analyzing the principles of Febvre's interpretative theory and the book's impact on contemporary historical thought, this text intends to demonstrate that the work not only is not dead, but it is still extremely up-to-date.

Keywords

Anachronism; 20th Century Historiography; Language.

Enviado em: 18/4/2012

Aprovado em: 12/6/2012

* Pesquisador do CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa). O presente texto foi desenvolvido em meio às atividades de estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Sou grato à professora Adriana Pereira Campos pela leitura crítica do texto.

Contra Rabelais um processo é aberto. Um processo de ateísmo e de anticristianismo. [...] é, no domínio das ideias, munir Diógenes de um guarda-chuva e Marte de uma metralhadora.

Lucien Febvre

A ideia da onipotência absoluta, sem limites, sem reservas, da Divindade, é a que exprimem sem dúvida mais vigorosamente, e com mais frequência, não apenas os heróis de Rabelais, mas também, nas publicações em que fala em seu nome, diretamente, o próprio François Rabelais.

Lucien Febvre

Um grande livro de história completou, no início de 2012, setenta anos. Trata-se certamente de um dos clássicos de maior reputação da historiografia contemporânea. O título em questão já foi classificado por alguns como um dos monumentos da corrente historiográfica francesa Escola dos Annales, juntamente com *Les rois thaumaturges*, de Marc Bloch. Com efeito, *Le problème de l'incroyance au XVIIe siècle: la religion de Rabelais*, obteve reconhecimento desde o seu lançamento, em 1942. De lá para cá o livro é sempre lembrado e citado de modo recorrente por grandes historiadores ao redor do mundo, seja para referendar seja para rebater os argumentos de seu autor. A relativamente recente edição brasileira da obra parece reafirmar os seus contornos de texto canônico. A propósito do aniversário de setenta anos da obra de Lucien Febvre, aproveito para discorrer sobre alguns aspectos de seu livro justamente reputado internacionalmente por ter trazido muitas contribuições centrais ao pensamento histórico contemporâneo.

230 “Banco de ideias”

Os analistas do pensamento histórico de Lucien Febvre (1878-1956) dificilmente deixam de assinalar o espantoso volume de sua obra, concebida e produzida ao longo de aproximadamente sessenta anos de intensa atividade intelectual, fosse como o crítico de livros e de ideias de história, devido ao papel de principal animador de sua famosa revista e assíduo frequentador de outros periódicos, fosse ainda por sua condição de autor de textos importantes. Esse é bem o caso dos livros que publicou durante a Segunda Guerra Mundial, entre os quais a sua obra-prima *Le problème de l'incroyance au XVIIe siècle*, “[...] o fruto precioso e raro, de um trabalho de dez anos” (BERR 2009, p. 21). Apenas o corpo central de seus textos, ou seja, seus livros, por ora beira os vinte títulos. Cito o primeiro e o último, apenas para pontuar que, em seu país, as publicações do historiador abrangem quase um século: *La Franche-Comté* (1905) e *L'Europe: genèse d'une civilisation* (1999). Além de dois títulos póstumos (1957 e 1962), há entre os livros de Febvre um que não foi escrito por ele (caso da homenagem feita por Henry-Jean Martin, em 1958), e outros três que sequer chegaram a ser concebidos, posto que resultam de notas de cursos.¹ Os que escrevem sobre Lucien Febvre quase nunca deixam de assinalar também a diversificação de seus interesses intelectuais, diversificação em parte responsável por garantir ao seu pensamento histórico o *status* de uma reflexão sempre instigante e ousada, apesar de suas características mutantes, mas que conseguiram manter

¹ Para uma relação completa dos livros do autor, ver: AVELAR; LOPES (2013).

alguns traços ainda bem preservados de atualidade. Livros que fizeram época na historiografia francesa e mundial, e que persistem exercendo influência sobre os cultores da história – como *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle: la religion de Rabelais* (1942) –, ainda são convites a redimensionar a força criadora de seu pensamento, no quadro mais amplo da historiografia contemporânea. Para muitos, este é o seu principal trabalho, culminação de uma maturidade intelectual, que lhe chega ao ponto máximo nos anos 1940.²

É comum deparar-se com o juízo de que o conjunto de textos deixado por Febvre ainda não foi objeto de um estudo exaustivo. Uma tal investigação é dificultada pelo fato de, por vezes, emergirem materiais desaparecidos como, por exemplo, o volume de anotações descoberto no castelo de Alexis de Tocqueville, e que deu origem ao livro inacabado *Honra e pátria*. Trata-se das notas de um curso desenvolvido no Collège de France nos anos 1945-1946 e 1947, descobertas junto aos arquivos pertencentes a Fernand Braudel, e que estavam desaparecidas desde o ano de 1966. Para Charles Morazé, colaborador direto de Febvre, “A duração de uma geração, quase duas, transcorreu entre o momento do descuido e do reencontro” (MORAZÉ 1998, p. 7). Como projeto de livro, *Honra e pátria* pairou por cerca de dez anos nas mãos de seu autor, que não o concluiu (cf. CHARMASSON; MAZON 1998, p. 13). Entre os materiais “emergentes” há ainda o curso “Michelet e a Renascença”, desenvolvido por Febvre entre dezembro de 1942 e abril de 1943, e editado por Paule Braudel com título homônimo, em 1992 (FEBVRE 1992; 1995). Decerto que a natureza fragmentada de seus estudos numerosos embaraça ainda mais o intento de uma análise exaustiva do pensamento histórico de Febvre, por dificultar a identificação dos traços de unidade de suas reflexões em tantas peças dispersas. Contudo, esses traços de unidade ficam evidentes quando se lança o foco sobre o século XVI, século no qual o historiador francês desejou transitar com o vagar do especialista, o que lhe permitiu meditar e compor os seus trabalhos centrais, o *Luther e o Rabelais* à frente.

De mais a mais ele é sempre apontado como o historiador que, por seus princípios teóricos afirmados ao longo de várias décadas em defesa de um novo gênero de história, exerceu na França a maior influência individual aparente que um intelectual pode exercer ao longo de sua vida. Uma usina de planos de trabalho ou, como definiu Braudel, um “banco de ideias”. Na avaliação de Jacques Revel: “Ele é, com efeito, em sua geração, o historiador [...] cuja influência mensurável foi a mais imediatamente perceptível sobre as duas gerações de historiadores que o seguiram” (REVEL 1993, p. 531). Ora, tamanha condição alça-o à dignidade de oráculo sagrado dos estudos históricos por um período não inferior a meio século de intensas discussões e avanços, o que certamente não é pouco. Uma envergadura tendente ao gigantismo qualifica-o com toda justiça à categoria de autor clássico, o que parece ser reconhecido ontem e hoje, por sua presença em todas as coletâneas importantes de vultos renomados de seu campo, sem falar em seu nome como verbetes inumeráveis em dicionários e obras do gênero.³

231

² “The thrust of Febvre’s doctoral research, the reviewing he had been doing since before World War I, the Luther book, the content of courses given in Strasbourg and Paris, as well as of occasional lectures, all of these concerns and activities fed into *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle: la religion de Rabelais*” (KIRSOP 2010, p. 229).

³ Para apenas dois bons exemplos, cf.: BRIGGS 1990, p. 368; ROBERT 1997, p. 720.

Virtudes do anacronismo

Em *Combats pour l'histoire* figuram os canhoneios de Lucien Febvre contra Seignobos, contra Spengler e Toynbee, e contra mais uma série de outros praticantes da "má história". A propósito dos disparos desse maníaco por armas de fogo, não se pode passar ao largo dos projéteis que arremessou contra os impenitentes de seu tempo, que ousaram praticar história introduzindo nela objetos estranhos à sua têmpera. Sua rejeição a qualquer forma de teleologia retrospectiva como um pecado sem remissão é um aspecto de curiosidade que atravessa parte considerável de suas reflexões teórico-metodológicas. Charles Seignobos, por exemplo, é ironizado como o "patriota retrospectivo", por ter encontrado o sentimento nacional francês bem antes da própria França, nos velhos tempos de Vercingetorix e da resistência gaulesa a César (cf. FEBVRE 1953a). "O anacronismo, para Lucien Febvre, é ainda mais perigoso", refere-se um comentarista, "por encerrar o pensamento do historiador e de seu leitor em um jugo, em uma prisão do espírito que é inútil" (CROUZET 2011, p. 79). Para ele, as teologias retrospectivas equivalem a uma espécie de "impiedade fanática", tão absurdas como a ação de assassinar um cadáver pela segunda vez. Mas como escrever história sem vincular-se de forma estreita e irremediável ao temido anacronismo? O historiador brasileiro Hilário Franco Junior discute o problema com propriedade, suavizando a diabolização febvriana do anacronismo, agora visto não mais como um demônio traçoeiro, mas, inclusive, como um "fator de compreensão" dos tempos históricos diversos. "Se anacronismo é uma deformação cronológica, uma mistura de épocas, escrever história é sempre exercício de anacronia [...]" (FRANCO JUNIOR 2009, p. 13). Algo, aliás, também considerado por autores como Hans-Georg Gadamer, em sua definição do "preconceito produtivo". Na avaliação feita pelo teórico alemão, é o preconceito carregado pelo sujeito de uma interpretação historicamente fundada o fator que lhe propicia embarcar com maior pertinência nas profundidades da estranheza, com a possibilidade de se tornar um interlocutor dotado de algum senso de empatia. Em seu modo de entender, há uma forma produtiva de preconceito, que não cega o intérprete das antigas formas de linguagem. Bem vistas as coisas, o dito preconceito somente clareia a senda do analista, favorecendo-lhe o acesso à apreensão das ideias passadas. O preconceito, quero dizer, nossa armadura de experiências, essa nossa anacronia incontornável, não encobre, antes ajuda na melhor determinação daqueles sentidos que já se puseram à margem de nosso alcance (cf. GADAMER 2001; 2003). Em síntese, ultimamente tem se demonstrado que esse antigo pecado mortal possui as suas virtudes.

A cruzada de Febvre contra o anacronismo faz-nos recordar a corrosiva pilhéria dos barcos a vapor, que o também historiador-filosófico Robin George Collingwood dirigiu contra os historiadores realistas ingleses dos anos 1920-1930. No esforço de ler e interpretar realidades de passados remotos, os referidos historiadores jactavam-se de compreender os gregos antigos melhor do que eles mesmos, rindo-se de os homens daqueles tempos possuírem uma visão muito limitada de seus meios de locomoção, os referidos barcos a vapor, dos quais pouco ou nada sabiam. A acidez da pilhéria de Febvre situa-se no campo de visão zarolho dos que, na intenção de retratar fielmente a morte de César, fizeram-na por meio de uma descarga de *browning*. Com efeito, a metralhadora crítica manejada pelo historiador francês deixou feridas expostas e mutilações

irreparáveis nas trincheiras inimigas. O historiador Abel Lefranc (1863-1952), ainda hoje reputado especialista em temas literários do Renascimento francês, a quem Febvre denominou “príncipe dos estudos rabelaisianos” e a quem reservou uma série de outras expressões irônicas ao longo de todo o livro sobre a descrença no século XVI. Dentre elas, as troças dos nove mil trezentos e trinta para-raios da abadia de Thélème e das mulheres que parem seus filhos pelas orelhas, Lefranc teve a má sorte de, naquele momento, ocupar a vanguarda das linhas adversárias; sua obra acerca da literatura renascentista, mormente seus ensaios sobre Rabelais, renderam a Febvre sua tese do “processo de Rabelais por ateísmo” (cf. FEBVRE 2009, p. 153-155). Os ataques de Febvre foram dirigidos a uma série de ensaios esparsos de Abel Lefranc, textos em sua maioria publicados na *Revue des Études Rabelaisiennes*, incluindo ainda os “Études” introdutórios às *Oeuvres* de Rabelais. No dizer de Crouzet,

O historiador ergue-se contra o contrassenso, ele se diz indignado. Advogado, fala pela defesa da liberdade do indivíduo de outrora de poder ser o que foi, de não se ver obrigado a tornar-se um outro que não ele próprio sob o efeito do ‘erro’, da colagem sobre seu ser de um outro ser (CROUZET 2009, p. 408).

Para um novo século XVI

Sem dúvida, os comentadores da obra de Febvre nunca deixam de assinalar a tese deste sobre a impossibilidade da descrença (nem poderiam, haja vista ser este o traço mais inventivo de seu pensamento histórico) dirigida aos historiadores racionalistas. Historiadores estrábicos quanto às diferenças qualitativas dos tempos históricos, cujas limitações “racionalistas” não lhes permitiram perceber lacunas importantes na história da cultura francesa do século XVI. Exemplo notório apontado por Febvre: a ausência do sentido do impossível nas cosmovisões dos contemporâneos de Rabelais, ausência que lhes permitia crer em episódios extraordinários, em histórias de fantasmagorias dignas de divertirem as crianças do século XX. Exemplo excelente proposto pelo autor: se contamos hoje em dia que alguém, após perder sua cabeça numa decapitação, pôs-se a andar pela rua, com a própria cabeça segura pelas mãos, não seremos levados a sério. Mas, na época de Rabelais, as pessoas não sabiam duvidar quando diante do extraordinário e do maravilhoso. Apenas após o grande impulso da revolução cartesiana, que pôs termo às indecisões e vacilações do século XVI, alterou-se a percepção de uma credulidade irrefletida, entrando pouco a pouco em cena a noção do impossível. Ao longo do século XVI a credibilidade de um depoimento dispensava um conjunto consistente de provas. E o problema de considerar o adverso ainda não era uma coordenada a seguir, de modo que o espaço ocupado pelas “contradições” ficava vago, o que tornava fácil e natural conciliá-las em torno de eventos complexos e sem explicação. Aliás, o autor evita servir-se do termo “contradição”, para falar em termos de ambivalência. Na ausência da razão cartesiana, grassava um “belo” conjunto de falsos sistemas de explicação dos fenômenos naturais. Os contemporâneos imergiam num caos de opiniões, e de forma deliberada; julgavam mais cômodo afundar-se nesse caos, perdendo-se com prazer em suas torrentes prodigiosas. E isso sem deixar de saborear os encantos de um, por assim dizer, “panteísmo turvo”, aliás *habitat* natural para astrólogos e feiticeiros (cf. FEBVRE 1957). Nos

meados do século XVII, diz Febvre, Cyrano de Bergerac declarou que as pessoas não tinham de acreditar em todas as coisas que um homem dissesse. Isso porque um homem pode dizer, e frequentemente diz, as coisas mais improváveis. Por isso mesmo que, de um homem, deve-se crer somente no que é humano. A referência utilizada por Febvre é tardia e, por isso mesmo exemplificadora de sua tese, posto que Bergerac firmou-a em 1641.⁴

Mas, e quanto àquela especificidade essencial ao pensamento histórico de Lucien Febvre: a já referida célebre tese sobre o problema da descrença? Como é sabido, Febvre demonstrara em seu famoso livro sobre a incredulidade no século XVI que a cultura literária do Renascimento não dispunha de um universo linguístico suficientemente desenvolvido para propiciar aos indivíduos – incluindo entre eles as inteligências mais ilustradas no conjunto dos novos valores do humanismo –, uma capacidade que fosse suficiente para expressar, por exemplo, um agnosticismo radical. Se ainda não havia um vocabulário próprio da racionalidade específica do ateísmo, a ideia só poderia estar fora do alcance dos agentes históricos e ser, portanto, estranha à cultura humanista do século XVI: “Ateu”, exclama o autor. Tal palavra “[...] surtia efeito na metade do século XVI”. Porém, continua ele, “[...] não tinha um sentido definido. Era empregada no sentido que bem se lhe queria dar” (FEBVRE 2009, p. 131s). Nos inícios do século XX alguns críticos seguiram princípios semelhantes. Leram os documentos sobre a suposta impiedade de Rabelais de modo a só poderem fotografá-lo em poses de racionalista. Contra alguns historiadores apanhados em pleno exercício do livre direito de avaliação retrospectiva, e que tencionaram transformar Rabelais num entusiasta da descrença – ou melhor, num “crente da incredulidade”, segundo suas próprias palavras –, contando-se entre os ditos juízes retrospectivos figuras de proa como Henri Busson, Louis Thuasne e Abel Lefranc, nosso autor indagava: uma atitude intelectual de natureza “transformadora” do sentido original de antigas realidades na análise histórica não encobriria e/ou não substituiria as peculiaridades do pensamento e visões de mundo dos homens do século XVI por substâncias estranhas?

234

Só Deus sabe o que os críticos, sem dúvida ofuscados pelo brilho da prosa rabelaisiana, viram e puseram de coisas discordantes nesse documento. [...] Ora, Abel Lefranc incrimina, por aquilo que ele não diz, um Rabelais que se cala. E ora, por aquilo que ele diz, um Rabelais que fala (FEBVRE 2009, p. 163; 168).⁵

Depois de postar, logo no início do Livro Segundo, da Parte I, suas críticas contra as leituras deformantes dos rabelaisianos que o antecederam (Lefranc sempre à frente), o autor encontra meios de expressar o que julga constituir seus feitos e proezas heurísticas e exegéticas, ao ponto de poder “servir” um novo Rabelais. Um Rabelais mais parecido com o homem que ele deve ter sido no século XVI, bem distante das ficções caricaturais produzidas por retratistas vesgos, profanadores da história. Nessas alturas de seu livro, estamos numa passagem mais intensa do riso rabelaisiano. Por meio do personagem Panúrgio,

⁴ “On ne doit pas croire toute choses d’un homme – parce qu’un home peut dire toutes choses. On ne doit croire d’un homme que ce qui est humain” (FEBVRE 1968, p. 407).

⁵ O documento em referência é a célebre carta de Gargântua a seu filho, Pantagruel.

Rabelais ri à larga de seus contemporâneos, “[...] crédulos que engolem patranhas com avidez e creem como estúpidos nos milagres de todo gênero que lhes são contados” (FEBVRE 2009, p. 198). Ao que parece, a lição introduzida por Febvre tencionou mesmo expandir o seu alcance a personagens situados, digamos, um pouco além do século XVI. O que fazer? Arma de fogo serve principalmente para atirar e, convenhamos, o artilheiro nunca adquiriu boas noções de economia. Contudo, apesar do caso Lefranc (um caso de obsessão historiográfica?), Febvre mirava mais nos pecados do que nos pecadores. Esse é o sentido que ele atribuiu a seus “combates”: não foram gestões dirigidas nem em seu nome, nem em nome de outros, em um plano estritamente pessoal; os disparos que fez foram sempre em meio às suas destemidas cruzadas pela história.⁶ Mas, apesar de uma propensão manifesta pela impessoalidade da crítica, não deixa de ser para lá de curiosa sua relação com Abel Lefranc. Ele o tem em sua visada ao longo de cerradas quatrocentas páginas, como se caçasse um inseto incômodo, que em dada altura já se deseja abater a tijoladas, movido por um intenso impulso de irritação. Ao meu ver, utilizou mesmo força desproporcional. Contra Lefranc, atija labaredas infernais, como um combatente que valoriza o monopólio legítimo de seu lança-chamas. Alguns dos suplícios infligidos a Lefranc não deixam de ser engenhosos, como as séries de perguntas encadeadas em diferentes capítulos, cuja estratégia retórica é claramente a de reduzir o adversário a pó, pelo efeito dissolvente da exposição ao riso. Mas são claramente excessivos tais tormentos. Anátemas de um iluminado a quem coube a missão de promover uma cruzada purificadora da cultura historiográfica de seu tempo? Seus embates com Lefranc, contrapostos às profissões de fé de seus *Combats*, permitem assinalar um sim. Na edição brasileira, as referências diretas a Lefranc cessam apenas a partir da página 287, perfazendo um total de 35 citações diretas; na edição francesa, cessam na página 305, perfazendo 37. Já as referências alusivas por meio de estratégias retóricas oblíquas são incontáveis e persistem até o final, culminando na “clamorosa loucura” da Conclusão, na sequência de acusações de falseamentos e até de cegueira. Sentença mais ou menos tácita: Abel Lefranc sacrílego e impenitente e, talvez, o maior vilão que já figurou em um livro de história; Febvre, com certeza, o maior patrulheiro historiográfico de que se tem notícia na história da historiografia francesa do século XX. E quando se pensa que o “defunto” já merecia um pouco de paz, eis que anos mais tarde surge ressuscitado por Febvre, nas notas de curso que deram origem ao livro *Honra e pátria*, para gozar da dignidade dos “críticos que nada conseguiram perceber” das realidades passadas. Lefranc é comparado a um personagem ficcional acaciano, Monsieur Proudhomme, “homem medíocre dado a banalidades enfáticas ditas em tom sentencioso” (FEBVRE 1998, p. 127).

Quando da publicação de *Le problème de l'incroyance*, nos inícios de 1942, Abel Lefranc estava prestes a entrar na casa dos 80 anos. Sua carreira acadêmica fora longa e coberta de láureas. Em 1904 tornara-se professor no Collège de France, após ter sido secretário e bibliotecário de uma instituição que, como se sabe, admite em seus quadros somente perfis vocacionados à inovação, em

⁶ Ver especialmente as críticas dirigidas à obra de Halphen, amigo de longuíssima data (FEBVRE 1953c). Há declaração semelhante em outro texto da mesma coletânea, ao referir-se o autor a um trabalho de Seignobos. (cf. FEBVRE 1953a).

suas respectivas especialidades. Em síntese, adentram as notoriedades, mas, em alguns casos, um pouco de política pode desequilibrar o jogo. O próprio Febvre contextualiza essas intrigas de bastidores, ocorridas por ocasião das candidaturas de Michelet à cátedra de história e moral no Collège de France, em 1830 e 1838. (FEBVRE 1995, p. 41). Ao que se conta, fora esse o caso de Lefranc: na eleição de 1904, ele suplantara um adversário de maior mérito. De fato, naquele momento, Lefranc já possuía um histórico de serviços prestados à instituição fundada pelo rei Francisco I, como uma *Histoire du Collège de France*, de 1893. De todo modo, nos anos 1930-1940 a reputação de Lefranc estava bem consolidada no campo da história literária. E sabemos que, já sexagenário, Febvre ainda competia por prestígio. Nessas alturas, Lefranc ainda era um alvo de relevo pois representava os quadros da velha ordem. É bom recordar que em 1926 Febvre havia amargado derrota em certame na Sorbonne, para um adversário de menor porte (cf. NOIRIEL 2005, p. 330). Julgaram-no um pouco desajustado, do ponto de vista de suas concepções intelectuais. Ao que se diz, a rejeição fora também motivada por sua febril dedicação em criticar o ultraconservador sistema universitário francês (cf. MULLER 2003). Em suas cóleras virtuosas represadas anos a fio, e mesmo que se considere os fuzilamentos sucessivos de Lefranc em *O problema da incredulidade*, não se pode dizer que a fixação de Febvre era típica de um arrombador de portas abertas. Faltava sagrar suas cruzadas fundadoras de uma nova história com um texto explosivo, digo, revelador, ponto culminante de suas concepções de reformador do espaço historiográfico.

236

A referência que segue acerca dos efeitos de renovação lançados por seu *Rabelais* é um pouco extensa, mas vale pela reveladora autocompreensão de seu próprio trabalho:

Assim, recolhemos sobre Rabelais, sobre seus sentimentos tais como os interpretavam seus contemporâneos, os testemunhos de todos aqueles – humanistas, controversistas, ou polemistas – que nos falaram dele, bem ou mal. Esses testemunhos, nós os passamos pelo crivo de uma crítica tão cerrada quanto possível. No caminho, pudemos assinalar erros de interpretação ou de atribuição no trabalho de nossos antecessores – alguns graves e de tal importância que, do sistema por eles engendrado, na realidade não resta muita coisa de pé (FEBVRE 2009, p. 147).

Isso para indagar se atitudes transformadoras não atribuiriam às moralidades do Antigo Regime formas distintas de racionalidade, muito provavelmente discrepantes das originais. As transposições de valores no tempo não seriam reveladoras de um problema histórico mal formulado, expondo de modo flagrante e até um pouco ridículo a incapacidade do historiador em reconstituir o seu objeto de análise, nos termos que lhe eram próprios? Enfim, aplicar em Rabelais e em seus contemporâneos as mesmas tintas que coloriram Voltaire e o racionalismo do século XVIII, atribuindo ao autor de *Gargântua e Pantagruel* a ousada empresa de promover a destruição da experiência religiosa cristã. Dificuldade aumentada especialmente no interior de uma cultura em que se respirava cristianismo, como se se tratasse do próprio ar circulante ao redor de toda uma Cristandade que se afundava em guerras religiosas pela afirmação do verdadeiro Cristo. Não seria atitude por demais modernizadora

de personagens ainda muito arcaicos para prestar-se a tal papel? “Então: não somos teólogos”, diz o autor. Mas “[...] os homens do século XVI eram. Mesmo quando não haviam passado anos em um convento, como Rabelais: Rabelais que, inteligente como era e ardente no trabalho, deve ter sido submetido por seus superiores a intensos estudos de teologia” (FEBVRE 2009, p. 182). No século XX ser cristão no mundo cristão tornou-se uma escolha. Mas no século XVI não havia essa possibilidade posto que todos estavam imersos num banho de cristianismo (cf. FEBVRE 1968, p. 308).

A liturgia diária se encarregava de reger com mãos de ferro a experiência de cada um, ditando as regras de como proceder adequadamente em meio à imensa cadeia de cerimônias (cf. FEBVRE 1968, p. 308). Todos os aspectos da vida privada e pública não escapavam desse ordenamento de caserna, aliás muito revelador das conexões entre linguagem e sistemas de crenças. Segundo Peter Burke, a originalidade e a relevância da leitura de Lucien Febvre encontram-se no fato de que o ateísmo seria uma espécie de fenômeno espetacular naquele tempo, algo extemporâneo no século XVI, entre vários motivos, devido à precariedade de conceitos abstratos na língua francesa que pudessem dar sentido a tal visão de mundo (cf. BURKE s.d., p. 15; BURKE 1992). Em *O problema da incredulidade*, o autor definiu um novo modo de abordar os sistemas de crenças dos antepassados. Especial atenção foi dirigida ao perigo de interpretar os modos de sentir e de agir dos homens do século XVI pelo emprego de conceitos próprios ao século XX. Nessa obra, ele replica de modo enfático a necessidade de reler os textos antigos sem mais o auxílio de lentes impróprias: as lentes que são as de hoje. Não, escreveu, os textos de Rabelais e de seus contemporâneos precisam ser relidos com olhos de antigamente.⁷ Em análise na qual cobre de sarcamos a *Histoire sincère de la nation française*, que Charles Seignobos publicou em 1932, Febvre promove algumas de suas mais contundentes investidas contra livros. Dessa feita, ele clama por um pouco de sentido histórico nas análises levadas a cabo pelo antigo professor da Sorbonne. Depois de reunir uma seleção de platitudes proferidas por Seignobos, confessa risonhamente abrir mão da “sinceridade” oferecida, para reclamar por parte de quem pretendia educar a juventude francesa o esforço de entrar por debaixo da pele dos homens do passado (cf. FEBVRE 1953a). Anos mais tarde, em curso proferido no Collège de France acerca de Michelet e a criação do conceito de Renascença, Febvre explicitava algumas de suas exigências teóricas. Ainda que a crítica não tenha sido dirigida a Seignobos, situa bem as suas divergências em relação às visadas dele. Nessa quadra, Lucien Febvre passa a requerer uma “História que pede para nos ser explicada historicamente [...], que nos transporta para um mundo abolido e nos dá, no mais alto ponto, a *sensação de passado*” (FEBVRE 1995, p. 51, grifos do autor).

237

Identidades recompostas

Com seu livro *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle* – obra que, no plano teórico, poderíamos definir, hoje, como representante do gênero história social das ideias –, Febvre chegava à compreensão de um sistema de paradigmas,

⁷ “Car enfin, pour en revenir à Rabelais, il faudrait relire les textes en ôtant nos lunettes modernes, nos lunettes d’aujourd’hui. Les relire avec des yeux d’autrefois” (FEBVRE 1968, p. 263).

o da cultura letrada do século XVI na qual indivíduos e grupos sociais agiam e reagiam segundo convenções dadas ou determinadas por antigas tradições. Febvre percebeu algumas singularidades nos textos do século XVI e indicou, por meio de suas análises, que a penetração do historiador no bloqueio cultural de séculos de história só poderia ser empreendida pela compreensão das diferenças conceituais existentes entre o sujeito da pesquisa e seu objeto. “No fim das contas”, diz um comentador da obra do grande historiador, “ao trabalhar sobre Rabelais, Lucien Febvre talvez tenha escrito menos um trabalho de história que um discurso do método possível em relação ao passado” (CROUZET 2011, p. 74).⁸ As passagens de Crouzet e de Kirsop poderiam soar como interpretações originais, não fosse o próprio Febvre ter admitido bem antes que seu livro era a investigação de um método, um exame crítico de uma série de problemas, que lhe custou o suor de uma década de investigação (“un effort de dix ans”), e isso desde os anos de Estraburgo.⁹ Segundo a perspectiva de análise que adotou, tornava-se necessário descobrir as vias que permitissem compreender as diversidades culturais de tempos históricos tão afastados entre si: o do historiador e suas circunstâncias, e o do universo dos textos em foco. Como compreender Rabelais e os autores que viveram em sua época e transitaram pelos gêneros literários daquele tempo? Aí estava um obstáculo considerável a ser transposto pela pesquisa histórica. Uma obra de um século já apresenta sérias dificuldades de compreensão, porque a língua é uma realidade viva e dinâmica, sujeita a perturbadoras transformações semânticas. O que dizer então de textos que descem no leito largo de cinco séculos de história, tempo muito mais do que suficiente para promover alterações substanciais de sentido, no plano de uma linguagem aparentemente unívoca? “Constatação grave: as palavras que se ofereciam a esses homens quando raciocinavam em francês sobre as ciências, ou quando raciocinavam pura e simplesmente”, escreveu Febvre acerca dos limites impostos à cientificidade no século XVI,

não eram palavras feitas para o raciocínio, para a explicação e a demonstração. Palavras eruditas. Eram aquelas palavras da língua de todos, da língua corrente e viva. Palavras acordeão, se assim se pode dizer – cuja significação estendia-se, restringia-se, modificava-se e evoluía com uma liberdade que deixam de conhecer as palavras científicas. Estas têm uma imobilidade de postes de sinalização (FEBVRE 2009, p. 310).

Acerca das “barreiras e barragens” enfrentadas pelo autor no processo de composição de *O problema da incredulidade*, as reflexões críticas do filósofo Paul Ricoeur são capitais. Em *Histoire et vérité*, livro de 1955, Ricoeur afirmava que

⁸ Efeitos semelhantes foram notados por Wallace Kirsop em relação ao *Rabelais* de Febvre: “To provoke thought and to stimulate new research, these were ambitions that were certainly realized in this most notorious of all his books” (KIRSOP 2010, p. 230).

⁹ “Il a été pour moi un compagnon depuis le jour lointain où, à Strasbourg, devant Henri Pirenne, je prenais corps à corps, pour la première fois, l'éloquente théorie d'Abel Lefranc jusqu'à ce jour où, cédant aux sollicitations d'Henri Berr, je me décide à le publier tel quel, comme un acte de foi dans les destins du libre esprit, comme une affirmation de cette volonté de comprendre et de 'faire comprendre' par quoi j'aime définir la fonction de l'histoire, la tâche féconde de l'historien” (FEBVRE 1968, p. 19).

a história tem por uma de suas atribuições “rebatizar” aquilo que não mais existe ou que existe no presente de modo diferente do que foi no passado (cf. RICOEUR 1968). A história deve “dar” nome a instituições e a fenômenos diversos que já se extinguíram ou que, se ainda persistem no tempo presente do intérprete de um texto, passaram por alterações profundas em sua natureza original. Isso é o que Ricoeur denomina “a dialética do *mesmo* e do *outro*”, e que acaba gerando sérios problemas de determinação de sentido, porque as palavras têm o seu significado primitivo modificado com o tempo uma vez que, frequentemente, passam a expressar novas ideias que ainda não encontraram terminologia própria. Lucien Febvre comparara a vida dinâmica das palavras à relação do alfaiate com seus clientes: um hipotético traje feito à prova das ações desagregadoras do tempo precisaria ser reajustado algumas vezes ao corpo de seu proprietário. Com essa imagem ele “observa” as várias fases de um corpo em perpétua transformação, o que requer intervenções reparadoras na vestimenta, esta sempre incorruptível. Como sob a pena de Febvre quase tudo é metaforizável, o autor tencionou demonstrar que a linguagem e seus falantes, de algum modo, sempre se adaptam um ao outro, mediante certos estímulos, ainda que com atrasos.¹⁰ Dessa forma, o problema linguístico será uma espécie de eterna batalha a ser travada pelo historiador, em sua busca pela compreensão dos diferentes tempos da história, das diferentes formas de racionalidade, etc. “Porque se este rio, a linguagem”, metaforiza novamente, “não cessa de erodir suas margens e de carregar para o fundo de seu leito os mais diversos aluviões, como pretender fixá-lo?” (FEBVRE 1998, p. 28).

Como também argumenta o historiador neozelandês John Pocock, o historiador das ideias passadas lê e interpreta segundo os fundamentos de uma linguagem antiga, mas a tradução que faz de tal leitura e a interpretação que daí se origina devem ser necessariamente expressas em sua própria linguagem. “Ele está envolvido”, escreve Pocock,

em uma espécie de diálogo, segundo a famosa fórmula de Collingwood: aprender a linguagem de outrem para poder ‘repensar seus pensamentos’. Mas a linguagem em que o historiador expressará os pensamentos de outrem, depois de repensá-los, será a sua, não a de outrem. Isso deixa espaço tanto para o distanciamento crítico quanto para o histórico (POCOCK 2003, p. 71).

Tal declaração equivale a dizer que, se existe alguma expectativa por parte do proponente de uma pesquisa em alcançar a racionalidade específica de uma cultura que pode ser vista já a considerável distância pelos retrovisores da história e explicá-la no padrão de racionalidade de seu próprio tempo, ele forçosamente terá de utilizar os critérios de compreensão disponíveis em sua própria cultura, ou seja, terá de traduzir os termos antigos em expressões de atualidade. É o que afirma de maneira similar Quentin Skinner em dois textos diferentes (cf. SKINNER 1988; 2000). Princípio semelhante é afirmado por Peter Burke:

¹⁰ “Ils se sont toujours accommodés, mais à retardement” (FEBVRE 1968, p. 335).

O que me interessa quando escrevo sobre história é sobretudo a tarefa de fazer mediação entre duas culturas, entre o passado e o presente, de estabelecer um diálogo entre os dois sistemas de conceitos, de traduzir de uma língua para a outra (BURKE 1994, p. 18).

Em seu *Rabelais*, Febvre afirma existir um abismo entre os modos dos homens do século XVI e os do século XX.¹¹ Com efeito, o tempo histórico impõe barreiras culturais difíceis de ser transpostas. Na dimensão da língua, o tempo histórico realiza obra de essência desassimiladora, porque as palavras possuem vida própria; ao ter o seu significado alterado pela atribuição de novos significados, elas dificultam ou mesmo impedem a compreensão do passado (cf. RICOEUR 1968, p. 30ss). Em ensaio publicado originalmente no início dos anos 1970, Paul Ricoeur alertava para os perigos e as armadilhas impostas ao historiador por certa "personalidade" da linguagem em diferentes épocas, pelo "caráter" escorregadio das palavras em seu processo de evolução contínua. De acordo com Ricoeur, há um caráter polissêmico nas palavras, o que faz com que elas possuam significações diversas, e mais ainda quando as consideramos fora de seu emprego usual, ou seja, em contextos distintos. A manipulação dos contextos por um dado sujeito coloca em questão um exercício de compreensão em meio a uma troca de mensagens entre interlocutores do passado e do presente. A troca de mensagens entre passado e presente é um jogo de pergunta e de resposta; o resultado disso é a própria interpretação. Para Ricoeur, a interpretação "[...] consiste em reconhecer qual a mensagem relativamente unívoca que o locutor construiu apoiado na base polissêmica do léxico comum" (RICOEUR 1988, p. 119).

240

Tais considerações são pertinentes, pois parecem ajudar no esclarecimento dos problemas formulados por Lucien Febvre quanto à interpretação dos textos de Rabelais e seus contemporâneos. A linguagem é uma "instituição social", dependente e submissa a uma época, a um grupo, não depende de nenhum ator privado, seja ele Rabelais ou o próprio Cícero. Comentando *O problema da incredulidade*, Roger Chartier recomenda que o primeiro propósito do historiador seja o de reencontrar as representações antigas em suas especificidades, sem as envolver em categorias anacrônicas nem as comparar aos padrões da racionalidade dos tempos que correm (cf. CHARTIER 1989). Segundo Chartier, o historiador deve recompor identidades, oferecendo ao leitor de história uma sabedoria apropriada do passado, em seus registros específicos (*mentalités*). Se não conseguir operar nessa via complexa, falha em seus propósitos. No mesmo sentido argumenta Denis Crouzet, para quem a história é comparável tanto a uma filologia quanto a uma análise linguística. Portanto, deve contrapor-se a um temido risco, a saber,

¹¹ "[...] entre les façons de sentir, de penser, de parler des hommes du XVI^e siècle et les nôtres – il n'y a vraiment pas de commune mesure. Nous enchaînons: ils laissent flotter. Des générations, depuis le XVI^e siècle et Descartes, ont inventorié pour nous, analysé, organisé l'espace. [...] Tout ce grand travail, au XVI^e siècle, commençait à peine. Ses résultats n'avaient point encore, par voie de conséquence, engendré en nous le besoin impérieux d'une certaine logique, d'une certaine cohérence, d'une certaine unité" (FEBVRE 1968, p. 100).

[...] o da leitura e da recomposição do passado através das palavras que decerto têm sentido no presente do historiador, mas que, outrora e no discurso mesmo confiado pelos textos do passado em toda a sua diversidade, estavam aureoladas de outras conotações, de outros sentimentos, de outras representações (CROUZET 2009, p. 397s).

E prossegue Crouzet em passagem de um outro texto acerca de afirmações dos princípios exegéticos adotados e recomendados por Febvre:

Não é preciso mais crer, como tende o leitor não prevenido, que os textos do passado, por utilizarem uma linguagem que é mais ou menos a mesma do século XX, são imediatamente compreensíveis (CROUZET 2011, p. 80).

Nos anos 1940, Lucien Febvre terçava armas com os praticantes de uma história historizante, autores de paráfrases servis de documentos, fazendo incluir no trabalho de interpretação de textos de variada natureza uma abordagem empática que, segundo ele, faltava a seus adversários no campo rabelaisiano. Mas, ele foi além de denunciar o pecado mortal do historiador. No propósito de desvendar Rabelais, ou melhor, o seu pensamento de cristão vivendo já os tempos de fratura da catolicidade (a Reforma partira “o velho mundo cristão em frações hostis”), Febvre levou a cabo uma importante operação intelectual, principalmente por introduzir elementos para uma nova compreensão histórica dos textos do século XVI. Em seu livro, há exortações eloquentes quanto às exigências que um intérprete dos textos do passado deveria impor-se cautelosamente, na expectativa de alcançar uma compreensão histórica do tipo as ideias em seu tempo. Com efeito, ele brada no *Rabelais*:

241

[...] não se trata de ler um texto do século XVI com os olhos do século XX e de lançar gritos de assombro, declarando que esse texto é escandaloso – enquanto uma só coisa é escandalosa, o esquecimento do pequeno fato de que a mesma proposição, articulada por um homem de 1538 e depois por um homem de 1938, não produz o mesmo som. E de que todo um trabalho deve ser feito, um trabalho considerável e dos mais delicados, se se quiser devolver às palavras que cremos compreender sem mais investigações o sentido especial que tinham para aqueles mesmos que as pronunciaram há quatro séculos (FEBVRE 2009, p. 181s).

Especial preocupação com a superfície escorregadia das palavras também está espalhada por todo o seu livro-curso *Honra e pátria*. É redundante prevenir o leitor que a crítica acima visa, preferencialmente, alcançar Lefranc (1938 é a data de publicação de seu livro sobre a vida quotidiana na Renascença), por ter se espantado um pouco com certos aspectos de modernidade presentes nas concepções religiosas de François Rabelais.

Avaliações pósteras

Anos mais tarde, o livro mais famoso de Lucien Febvre também encontraria os seus “censores”. De fato, a obra foi muito criticada por historiadores e outros

especialistas que, como convém ao avanço do saber, revelaram os numerosos pontos frágeis de suas análises.¹² Alguns críticos apontaram-lhe o impressionismo, os pendores micheletianos, a imaginação por vezes excessiva. Os demais, entre outras coisas, acusaram-no de ter se debruçado apenas sobre uma elite cultural, mesmo tendo estudado autores menores, contemporâneos do gênio criador de *Gargantua et Pantagruel*. Para o linguista russo Mikhail Bakhtin, Lucien Febvre simplesmente passara por cima da cultura cômica popular da Idade Média e do Renascimento, deixando de perceber na obra de Rabelais os seus elementos folclóricos mais significativos. Suas brilhantes análises dos diferentes domínios e esferas da literatura, disse Bakhtin, não iam praticamente além da cultura oficial (cf. BAKHTIN 1987, p. 113).

Decerto que a crítica possui o seu poder de erosão sobre as reputações, no que presta excelentes serviços às ciências. Mas está fora de dúvida que Lucien Febvre é um dos mais notórios pontos de inflexão da historiografia francesa no século XX. Para Henri Berr, que acompanhou de perto (e que incentivou) o seu trabalho quando jovem, o grande mérito de Lucien Febvre é o de submeter a uma crítica implacável as ideias vagas, as leis discutíveis, as afirmações absolutas, que se têm empregado precipitadamente (cf. BERR 1955, p. VIII). Apesar das fragilidades tornadas evidentes em sua obra, após quase sessenta anos de sua morte, muitos especialistas o consideram um historiador excepcionalmente qualificado, uma inteligência realmente invulgar e diferenciada, daquelas a que se pode utilizar a conhecida máxima de Ariosto: a natureza o fez, depois quebrou a forma. Decerto que pesam sobre o grande historiador algumas avaliações reticentes quanto a seu retrato moral. Ele é muito lembrado pelas tendências centralizadoras no desenvolvimento de projetos, por um apetite voraz em açambarcar cargos e em demarcar território nas instituições pelas quais passou, atitudes típicas dos que se sentem vocacionados para exercer liderança e comando políticos. Pesa sobremaneira sobre Febvre o “episódio Marc Bloch”, durante a ocupação nazista, que muitos compreendem a seu modo e/ou não admitem como uma “estratégia de sobrevivência”, apenas para manter a salvo a integridade de um projeto de alcance restrito, quando toda a França estava em risco. Na avaliação minimizadora de Denis Crouzet,

242

As críticas lançadas nestes últimos anos contra Lucien Febvre por ter impelido Marc Bloch a apagar-se dos *Annales* talvez tenham tido o efeito perverso de provocar uma ocultação do autor do *O problema da incredulidade* em certas obras. É impressionante, de um lado, constatar a ausência de referência a Lucien Febvre na síntese de Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, *Les intellectuels en France de l'affaire Dreyfus à nous jours* [...], contra três referências a Marc Bloch. De outro lado, na obra recente de Fanny Cosandey e Robert Descimon, *L'absolutisme en France: histoire et historiographie* [...], é curioso ler que os *Annales* reduzem-se historiograficamente a Marc Bloch, 'o fundador da École des Annales' (CROUZET 2009, p. 497).

¹² Sobre os estudos que sucederam a pesquisa de Febvre, e que a incorporaram criticamente, consultar o extenso catálogo de títulos, que se acumula do ano de 1960 a 2000, conforme apresentado na bibliografia rabelaisiana final (FEBVRE 2009, p. 421ss).

De todo modo, a diversidade e a densidade temáticas da obra de Febvre, somadas ao papel de inovação cumprido por seus textos de crítica historiográfica, são fundamentos que o livraram de uma obscuridade mais densa, haja vista que o autor andou por lapso considerável pelas trevas de relativo esquecimento. Por suas guinadas renovadoras do ofício de escrever história, ele introduziu e consolidou na historiografia francesa contemporânea o senso crítico que ficou conhecido como uma das balizas dos primeiros *Annales*. Essa contribuição de heresiarca, essa condição de profanador de túmulos já ressequidos, de destemido fundador de igreja e reformador de concepções arcaicas, para alguns suas principais marcas diferenciadoras, parecem ser mesmo de difícil contestação. Nos anos 1940 Henri Berr comparou-o a Michelet, Michelet sendo a cópia. Com efeito, para Berr, Lucien Febvre seria um Michelet em ponto maior, posto que tão intuitivo quanto o primeiro, porém mais equipado, além de dotado de senso crítico superior ao do predecessor oitocentista. Nos anos 1950, o próprio Braudel (que como se sabe já não era pouca coisa àquela altura) elevou-o à categoria de maior historiador francês de todo o século XX (faltando, é claro, o transcurso da outra metade). Entre laudas e loas – levando-se em conta a época em que foram feitas, e as circunstâncias que as motivaram –, certo é que tais declarações ficam naturalmente sujeitas a interrogações. Ainda assim, essas declarações (ou *exagérations*) parecem ser suficientes para firmar uma noção aproximada das grandezas desse fuzileiro bastante estridente das brigadas de Clio, que não pestanejava em disparar sua *browning* contra todas as formas moventes do que considerava história de baixa extração. Na quadra do processo de planejamento e construção de seu grande *Rabelais*, Febvre formara uma consciência clara de sua própria estatura intelectual, quero dizer, sabia ser legítimo enxergar-se como um reformador da história, de um reinventor inspirado. As três conferências proferidas na École Normale Supérieure, em 1941, demonstra um engenheiro cômico de entregar ao público algumas maquinações inventivas, maquinações responsáveis por remodelar a história como uma nova espécie de saber cientificamente orientado. E mais: na primeira de suas conferências, apresenta-se como o arquiteto que, mirando o já respeitável conjunto da obra bem do alto, avaliava um longo caminho ainda a percorrer, comprazendo-se em recrutar trabalhadores para auxiliar na execução de seus planos. Na mesma altura, anunciava e, ao que parece, saboreava por antecipação o grande sucesso que alcançaria o seu *Le problème de l'incroyance*.

243

Uma experiência de leitura

Passar pelo tempo sem envelhecer é um sonho utópico de todas as épocas. Atualmente, tal sonho foi substituído pela expectativa de envelhecer com saúde. Clássico dos estudos históricos, o pensamento de Febvre preservou-se em boa forma, apesar de ressentir-se um pouco da perda progressiva do conteúdo paradigmático que, no passado, nutriu os seus textos. Expressão modelar da historiografia francesa nos anos em que comandou a sua grande caixa de ressonância intitulada *Annales*, em três fases distintas, nos dias que correm o seu pensamento histórico parece reviver. Ora, possuir o dom de ressuscitar não será porventura uma das propriedades distintivas de um clássico? A capacidade de renascer de tempos em tempos, na sequência de imersões involuntárias no esquecimento, “porque ainda não terminou de dizer aquilo que tinha para dizer” – segundo a expressão consagrada por Italo Calvino –, não compõe um

dos fundamentos da arquitetura de um clássico? (cf. CALVINO 1997). Assim como na França, também no Brasil a obra de Febvre tem ressurgido. De alguns anos para cá, há uma demanda por Febvre, e nosso mercado editorial “farejou” essa movimentação.¹³ O lançamento de seu *Rabelais* entre nós, em data assaz recente, apenas sublinha a evidência de que ao autor vem sendo reconhecido algo de sua vitalidade original em parte reencontrada. Sendo assim, para além da consagrada tópica “trago novidades”, o clássico de Febvre demonstra outro ângulo de sua face multiforme. A simples título de um depoimento pessoal, ler o *Rabelais* de Febvre em 1992, numa rústica edição portuguesa, sob o estresse de uma dissertação de mestrado, foi uma experiência tensa e um tanto confusa (cf. FEBVRE s.d.). Com efeito, a linguagem é para além de robusta, caudalosa mesmo, e as sutilezas retóricas e o volume de notas são fatores de atordoamento. Ler a obra vinte anos depois, no texto original (um livro completando seus setenta anos em 2012!), em paralelo com a sua bem cuidada edição brasileira – numa quadra de vida inteiramente livre das tensões de inarredáveis compromissos acadêmicos – foi uma deambulação prazerosa pela cultura literária da França quinhentista. Por extensão, foi um passeio instrutivo pela história das emoções e dos sentimentos dos homens do Renascimento e Reforma. Analisando os fatores que deram forma ao pensamento histórico de Michelet, em um curso de 1942, no Collège de France, Febvre refletia acerca dos sinais de senilidade de um livro, e o quanto um autor pode parecer cômico e absurdo decorridos cem anos de seus escritos (cf. FEBVRE 1995). Daqui a trinta anos não se pode prever ao certo o resultado de uma nova experiência de leitura de sua obra *O problema da incredulidade*. Mas, no contexto das prováveis comemorações em torno de seu centenário, me parece que este livro pouco ou nada perderá de sua impressionante loquacidade.

244

Referências bibliográficas

- AVELAR, Alexandre; LOPES, Marcos Antônio. Lucien Febvre (1878-1956). In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. (orgs.). **A constituição da história como ciência**: de Ranke a Braudel. Petrópolis: Vozes, 2013. (No prelo).
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BERR, Henri. Prefácio: psicologia coletiva e razão individual. In: FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. Prólogo: acción del médio y explotación de la tierra. In: FEBVRE, Lucien. **La tierra y la evolución humana**: introducción geográfica a la História. México: Uteha, 1955.

¹³ Além da publicação de *O problema da incredulidade no século XVI*, as edições brasileiras que conheço dos livros da autoria de Lucien Febvre, ou com a sua participação honorífica, caso específico da obra de Henry-Jean Martin, são: FEBVRE; MARTIN 1992; FEBVRE 1995, textos de curso; FEBVRE 1998, obra inacabada e derivada de curso; FEBVRE 2000, obra editada a partir do original concebido e escrito nos inícios dos anos 1930 com a parceria do geógrafo Albert Demangeon, cujos capítulos foram descartados; e FEBVRE 2004.

- BRIGGS, Asa. Febvre, Lucien. In: _____ (org.). **The Longman Encyclopedia**. Londres: Penguin Books, 1990.
- BURKE, Peter. Apresentação a Luís XIV. In: _____ **A fabricação do rei**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- _____. **Sociologia e história**. Porto: Afrontamento, s.d.
- CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos?** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CHARMASSON, Thérèse. O manuscrito reencontrado. In: FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____; MAZON, Brigitte. Introdução. In: FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1989.
- CROUZET, Denis. Lucien Febvre. In: SALES, Véronique (org.). **Os historiadores**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. Posfácio – Rabelais e seu duplo: o historiador em sinergia. In: FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI**: a religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- FEBVRE, Lucien. **La Franche-Comté**. Paris: Léopold Cerf, 1905.
- _____. Ni histoire à thèse, ni histoire-manuel. Entre Benda et Seignobos. In: _____. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1953a.
- _____. Souvenirs d'une grande histoire: Marc Bloch et Strasbourg. In: _____. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1953b.
- _____. Sur une forme d'histoire qui n'est pas la nôtre. In: _____. **Combats pour l'histoire**. Paris: Armand Colin, 1953c.
- _____. Le tricentenaire de la mort de Descartes: un homme libre. In: _____. **Au coeur religieux du XVIe siècle**. Paris: SEVPEN, 1957.
- _____. **Le problème de l'incroyance au XVIème siècle**: la religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1968.
- _____. **Michelet et la Renaissance**. Paris: Flammarion, 1992.
- _____. **Michelet e a Renascença**. São Paulo: Scritta, 1995.
- _____. **Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. **L'Europe**: genèse d'une civilisation. Paris: Perrin, 1999.
- _____. **O Reno**: história, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- _____. **A Europa: gênese de uma civilização.** Bauru: Edusc, 2004.
- _____. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. **O problema da descrença no século XVI: a religião de Rabelais.** Lisboa: Editorial Início, s.d.
- _____; MARTIN, Henry-Jean. **O aparecimento do livro.** São Paulo: Hucitec, 1992.
- FRANCO JUNIOR, Hilário. Apresentação. In: FEBVRE, Lucien. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- _____. **Verdade e método.** Vol. 02. Petrópolis: Vozes, 2003.
- KIRSOP, Wallace. Lucien Febvre (1878-1956). In: DAILEADER, Philip; WHALEN, Philip. (orgs.). **New historical writing in twentieth-century France: French historians (1900-2000).** Chichester: Blackwell Publishing, 2010.
- LEFRANC, Abel. **A vida quotidiana no tempo do Renascimento.** Lisboa: Livros do Brasil, s.d.
- _____. **La vie quotidienne au temps de la Renaissance.** Paris: Hachette, 1938.
- MORAZÉ, Charles. Prefácio. In: FEBVRE, Lucien. **Honra e pátria.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MULLER, Bertrand. **Lucien Febvre, lecteur et critique.** Paris: Albin Michel, 2003.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la crise de l'histoire.** Paris: Gallimard, 2005.
- POCOCK, John. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*. In: _____. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: Edusp, 2003.
- REVEL, Jacques. Mentalidades. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas.** Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- RICOEUR, Paul. **História e verdade.** Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- _____. **Interpretação e ideologias.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- ROBERT, Paul. Febvre, Lucien. In: **Le petit Robert des noms propres.** Paris: Dictionnaires Robert, 1997.
- SKINNER, Quentin. Entrevista. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. (org.). **As muitas faces da história.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- _____. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James. **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics.** Cambridge: Polity Press/Basil Blackwell, 1988.

O eu do historiador

The historian's self

Sabina Loriga

sabina.loriga@gmail.com

Pesquisadora

École des Hautes Études en Sciences Sociales

Bureau, 540 - 190-198 - avenue de France

75244 - Paris - cedex 13

França

Resumo

Há muito tempo, a questão da subjetividade do pesquisador assombra os historiadores. Qual é a distância certa em relação ao passado? É possível afastar-se do presente para entrar no passado em sua alteridade ou nós ainda estamos tentando projetar sobre o passado nossas próprias fantasias, interesses, preconceitos? É possível superar a alternativa entre objetivismo puro e subjetivismo radical? Depois de uma reconstrução dessas questões, o meu propósito é explorar as possibilidades de superar a alternativa entre objetivismo puro e subjetivismo radical.

Palavras-chave

Historiador; Campo historiográfico; Escrita da história.

247

Abstract

It has been a long time since the issue of the subjectivity of the researcher has been haunting historians. What is the right distance from the past? Is it possible to depart from the present to get into the past in its otherness, or are we still projecting into the past our own fantasies, interests and prejudices? Is it possible to overcome the alternative between pure objectivism and radical subjectivism? After a reconstruction of these questions, my purpose is to explore the possibilities to overcome the alternative between pure objectivism and radical subjectivism.

Keywords

Historian; Historiography field; History writing.

Recebido em: 14/5/2012

Aprovado em: 1/6/2012

Há muito tempo, a questão do eu do historiador persegue os historiadores. Por um lado, ela está ligada ao problema do *pathos*. Qual é a distância correta em relação ao passado? O historiador deve cultivar uma atitude fria ou, ao contrário, deve procurar identificar-se ao passado? Afora isso, essa questão remete ao problema da relação entre a história e o presente. É possível separar-nos do presente para apreendermos o passado, na sua alteridade, ou estamos sempre projetando sobre o passado os nossos próprios fantasmas, interesses e preconceitos? Podemos pensar da mesma forma em que no passado? Tornar-nos contemporâneos dele?¹ Parece-me que podemos distinguir, pelo menos, quatro maneiras de abordar tais questões.

I.

A primeira visa à ressurreição do passado. Nos anos 1830, o historiador inglês Thomas Carlyle escreveu que a história engloba em seu seio artistas e artesãos, "os videntes", em condições de perceber o mistério do passado, e os "simples curiosos", especuladores da causa e do efeito, que leem

o livro inescrutável da natureza como se fosse um grande livro de contos: homens que trabalham, mecanicamente, em um setor, sem olhos para o conjunto, não sentindo que haja um conjunto; e homens que iluminam e enobrecem o mais humilde domínio de uma ideia de conjunto, e sabem, habitualmente, que é apenas no conjunto que a parte pode ser, verdadeiramente, discernida (CARLYLE 1907, p. 309).

248

Essa capacidade de vidência é fundada sobre a compaixão: "um coração que ama é o início de todo o Conhecimento" (CARLYLE 1909, p. 160). Para Carlyle, o historiador-artista tem um coração sensível: sente mil vezes mais intensamente do que qualquer um. Em Paris, Jules Michelet compartilha da mesma opinião. No seu projeto de "ressurreição da vida integral, não nas suas superfícies, mas nas suas estruturas anteriores e profundas", distingue também dois tipos de historiadores: o cronista e o artista. Enquanto o primeiro anula-se em sua escrita, o segundo acrescenta-lhe um pouco de si: "se há aí uma falha, devemos reconhecer que ela nos ajuda. O historiador desprovido, que, ao escrever, procura apagar-se, não existir, seguir por trás da crônica contemporânea, não é, de maneira alguma, um historiador" (MICHELET 2002). Ao contrário do cronista, o artista é capaz de compaixão: "ter muitas chamas para reaquecer as cinzas arrefecidas há tanto tempo, era o primeiro ponto, não sem perigo. Mas o segundo, talvez o mais perigoso, era o de estar em íntimas ligações com esses mortos ressuscitados, quem sabe, ser enfim um deles" (MICHELET 2002, p. 339). Em resumo, a verdadeira história é uma potente química moral, "na qual as minhas paixões individuais transformam-se em generalidades, na qual minhas generalidades tornam-se paixões, na qual meus povos transformam-se em mim; na qual o meu eu volta a animar os povos"

¹ Todas essas perguntas, que concernem ao problema de identificação, do julgamento moral acerca do passado, e da politização da pesquisa, atravessaram o *Historikerstreit*, que irrompeu na Alemanha em 1986.

(MICHELET 2002, p. 172). A ambição de Michelet de voltar a animar os homens do passado retorna sem cessar. Recentemente, foi retomada por Alain Corbin, na medida em que ele espera “trocar o trabalho dos tratores de hoje pela obra nos cemitérios de campo” (CORBIN 1998, p. 9).

II.

Nas primeiras décadas do século XIX, o grande historiador alemão Leopold von Ranke, autor de uma célebre *Histoire de la papauté* (1834-1836) e diretor da *Historisch-Politische Zeitschrift*, propõe outra concepção para o trabalho do historiador. Para conservar sua autonomia científica, a história deve visar à verdade nua, sem embelezamentos e sem ornamentos. Em 1824, no prefácio do seu primeiro livro, *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*, apresenta uma formulação geral do problema: “Atribuiu-se à história a missão de julgar o passado e de informar o presente em benefício do futuro. Nosso ensaio não tem pretensões tão altas; deseja somente mostrar como o passado realmente ocorreu (*wie es eigentlich gewesen*)” (RANKE 1867-1890, t. 33, p. VII).²

Essa frase, com frequência mal interpretada e citada sem que seja contextualizada, é muito complexa. O termo *eigentlich* pode ser traduzido como *efetivamente*, ou seja, permite o entendimento de que o historiador deve apenas descrever os fatos. Contudo, também pode ser traduzido por *essencialmente* ou *realmente*. Se esse for o caso, implica a compreensão de que o historiador deve apreender a realidade profunda, a qual é subjacente aos fatos. De qualquer maneira, Ranke está se opondo à ideia segundo a qual o historiador deveria incitar seu leitor a amar o bem (GILBERT 1990). Embora essa visão tenha sido defendida por inúmeros historiadores, sobretudo, nos séculos precedentes, Ranke visa a criticar dois autores em particular: Niccolò Machiavelli, interessado na história para estabelecer regras políticas para o futuro, e Friedrich Christoph Schlosser, um historiador alemão, autor de uma célebre história universal, *Weltgeschichte in zusammenhängender Darstellung* (SCHLOSSER 1815-1941).

Contra a ideia de que a história tenha uma visão moral, Ranke sublinha, por várias vezes, o valor da imparcialidade – o historiador não tem paixões. Assim, em um trabalho de maturidade, *Englische Geschichte*, declara:

Eu gostaria de apagar, de alguma forma, o meu eu e deixar somente as coisas falarem e fazer aparecer as forças poderosas que, surgidas e intensificadas, dirigiram-se uma contra a outra em uma luta sangrenta e terrível, mas que traziam em si a solução dos problemas mais essenciais do mundo europeu (RANKE 2002, t. II, p. 3).³

² No original: “Man hat der Historie das Amt, die Vergangenheit zu richten, die Mitwelt zum Nutzen zukünftiger Jahre zu belehren, beigemessen: so hohoer Aemter unterwindt sich gegenwärtiger Versuch nicht: er will blos zeigen *wie es eigentlich gewesen*” (RANKE 1867-90, t. 33, p. VII).

³ No original : Ich wünschte mein Selbst gleichsam auszulöschen, und nur die Dinge reden, die mächtig Kräfte erscheinen zu lassen, die im Lanfe der Jahrhunderte mit und durch einander entsprungen und erstarkt, nunmehr gegen einander aufstanden und im einen Kampf gerieten, der, indemerer sich in blutigen und schrecklichen Schlägen entlud, zugleich für die Wichtigsten Fragen der europäischen Welt eine Entscheidung in sich trug (RANKE 2002, t. II, p. 3).

Esse trabalho de arrefecimento do eu conduz à ruptura clara entre o presente e o passado. A história só nasce para uma época quando está completamente morta. Além de sublinhar a distância temporal, recomenda que o passado não seja assimilado ao presente, que se evitem os julgamentos e que se proíba tirar do passado ensinamentos para o futuro.

Acontece frequentemente que analogias fugazes induzam ao erro o historiador que tem a intenção de continuar em contato com o presente, bem como o político que insiste em se prender ao passado. A musa da história tem o horizonte mais vasto e toda a aptidão em afirmar e em manter sua opinião, mas manifesta, no seu trabalho, uma consciência cuidadosa ao extremo, e ela parece ciumenta de sua missão. Introduzir, no trabalho histórico, preocupações que pertencem ao presente tem, geralmente, como consequência entrar o livre desenvolvimento desse trabalho (RANKE 2002, t. I, p. XI).⁴

Livre da subjetividade do pesquisador, a história pode, enfim, aspirar a se constituir em um saber seguro, estável e definitivo. Em resumo, um patrimônio para sempre.

250

A ideia de que o historiador deve arrefecer o passado, tratá-lo de forma impessoal, propagou-se, sobretudo na França, nas últimas décadas do século XIX. Numa Fustel de Coulanges, talvez o mais metódico dos historiadores franceses (segundo a definição de Seignobos), retoma a questão em diversas ocasiões. Na sua aula inaugural, na Universidade de Estrasburgo, em 1867, recomenda combater a tentação “de levar para o estudo do passado nossas ideias, nossos sentimentos, nossas preferências” (HARTOG 2001, p. 354). Ele repetirá tal argumentação em sucessivos estudos: a história não é uma arte, também não é um tipo de anexo da moral, e o historiador deve cultivar a imparcialidade, o distanciamento, o estilo impessoal. Como ele especifica em 1875, a preocupação com o passado só pode ser exclusiva. Ela implica, asceticamente, a renúncia ao presente, o esquecimento, mais completo possível, das questões atuais:

não é que se possa exigir dele que, no seu íntimo, seja desprovido de opiniões pessoais, sem nenhum tipo de preferências, sem crenças, sem patriotismos. Mas é necessário que ele tenha bastante força de espírito e bastante independência em relação a si mesmo para que, no momento do seu trabalho, no momento em que procura a verdade histórica, aja como se não tivesse nem opinião política, nem crenças pessoais, nem mesmo patriotismo (HARTOG 2001, p. 360).⁵

Na *Introduction aux études historiques*, obra de referência da escola metódica, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos não fazem da história uma ciência amalgamada às ciências da natureza.

A ciência – afirmam – é um conhecimento objetivo fundado sobre a análise, a síntese e a comparação reais. A percepção direta dos objetos guia o sábio, ditando-lhe questões a serem formuladas [...] em história,

⁴ N.T. Citação em francês no original.

⁵ Essa questão reside no centro de suas divergências com Gabriel Monod, em 1887.

não vemos nada de real, a não ser o papel escrito [...]. A análise histórica não é mais real do que a percepção dos fatos históricos. Ela só é um procedimento abstrato (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1898, p. 185).

É um conhecimento indireto, que permite alcançar, não o fenômeno em si, mas apenas seus traços.

Fatos que não vimos, descritos em termos que não nos permitem representá-los exatamente, eis os dados da história [...] a história é, necessariamente, uma ciência subjetiva. Seria ilegítimo estender a essa análise intelectual de impressões subjetivas as regras de análise real de objetos reais. A história deve, pois, proteger-se da tentação de imitar as ciências biológicas (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1898, p. 179).

Todavia, para que exista o conhecimento do passado, o historiador deve desaparecer, tornar-se neutro. Em resumo, como comentou, recentemente, Christophe Prochasson,

o historiador republicano, quando se manifesta, é um especialista: não é jamais um autor: [sic] A profissionalização da história, no fim do século XIX, e o regime universitário que selaram o seu desenvolvimento correspondem a uma contenção do sujeito que discorre. O discurso do historiador é, doravante, o do distante, do ausente, talvez, o do morto (PROCHASSON 2002, p. 210-211).

III.

O “nobre sonho da objetividade” seduziu gerações inteiras de historiadores (NOVICK 1988). No entanto, foi frequentemente prejudicado pelas ondas de ceticismo. Uma das maiores objeções concerne ao peso do presente: o historiador não é jamais um sujeito desinteressado, e, além disso, o seu olhar metamorfoseia o passado. Em 1897, o medievalista belga Henri Pirenne distingue entre a crítica histórica e a *história-erudição*, visando à descoberta dos fatos, e a *história-narrativa*, que se propõe a reconstruir o passado na sua realidade viva. Esta, que, para ele, é a única história verdadeira, seria sempre alimentada pelas inquietudes do seu tempo. Enquanto o olhar do astrônomo, do físico ou do químico continua sempre calmo e frio, já que estudam fenômenos alheios à sociedade, o historiador deve compreender e contar os acontecimentos cujos realizadores são homens como ele. Por essa razão, a objetividade completa é-lhe proibida.

[...] qualquer coisa que ele faça, o espírito público do seu tempo reage sobre ele. [...] Sua maneira de considerar a história é imposta ao historiador pelo seu tempo. O ponto de vista no qual se situa não é determinado, como *nas ciências*, pelo estado do desenvolvimento dos conhecimentos, mas pelo estado de civilização do público ao qual se dirige e ao qual ele mesmo pertence. [...]. Cada época refaz sua história, transpõe-na, de certa forma, em um tom que lhe é apropriado. [...]. O historiador é dominado, sem perceber, pelas ideias religiosas, filosóficas, políticas que circulam ao seu redor (PIRENNE 1897, p. 51-52).

Trinta anos depois, nos Estados Unidos, o historiador vinculado à história econômica, Charles Beard, retoma essa questão. Em uma conferência na *American Historical Association*, relembra que, para Benedetto Croce, a história surge diretamente da vida: só uma preocupação da vida presente pode levar-nos a fazer pesquisas sobre um fato do passado. Em seguida, sublinha que o historiador pertence ao presente. Cada historiador é o produto de sua época e sua obra reflete o espírito do seu tempo, de sua nação, de sua raça e do seu grupo social.

Hoje, nenhum estudante acredita verdadeiramente que [os textos] de Bossuet, de Gibbon, de Mommsen ou de Bancroft poderiam ser reescritos da mesma maneira. Cada estudante de história sabe que, na seleção e na disposição da documentação, seus colegas tinham sido influenciados por suas preferências, seus preconceitos, suas crenças, suas emoções, sua educação geral, assim como por sua experiência, em particular, social e econômica (BEARD 1933, p. 229).

Depois de ter percebido que mesmo a neutralidade é uma expressão política, cita o exemplo de Ranke, que escrevia depois da convulsão e da experiência da Revolução Francesa. Como todos os conservadores do seu tempo, estava cansado da história impregnada pela política ou escrita sob uma perspectiva de propaganda.

252

As classes dirigentes, às quais pertencia, tinham obtido, com o tratado de 1815, uma trégua e desejavam a paz para consolidar sua posição. Uma escrita acerca da história fria, factual, aparentemente desprovida das paixões do tempo servia perfeitamente à causa daqueles que não queriam ser colocados em discussão (BEARD 1933, p. 229-230).

O célebre historiador da cultura Arthur O. Lovejoy, fundador do *Journal of the History of Ideas*, partilha dessa opinião: “a pesquisa do historiador é sempre, nas suas intenções, instrumental à satisfação presente – ou, mais precisamente, futura – de ter uma resposta provável para a questão histórica” (LOVEJOY 1939, p. 477).

Para além das suas diferenças, a visão do conhecimento histórico proposta por Pirenne e Beard parece marcada pela lógica do pertencimento temporal – o indivíduo pertence à sua época. Trata-se de um pertencimento completo sobre o modo da crença e da adesão indefectível. Como escreveu Jacques Rancière, “A forma do tempo é idêntica à própria forma da crença [...]. Reunir em seu tempo quer dizer assemelhar-se sobre o modo da crença, ou seja, não o conhecer. Ser feito de tempo é ser feito de ignorância” (RANCIÈRE 1996, p. 6). Por muito tempo, essa lógica de pertencimento temporal assegurou a posição de verdade do discurso do historiador: ela representou um meio para transformar a realidade viva, logo, movediça e instável do passado em um objeto fixo. Mas, sobretudo, no caso de Beard, ela termina por deslegitimar o trabalho do historiador. Poderíamos dizer que, ao invés de aprisionar o passado, ela aprisiona o historiador. É ele quem é prisioneiro do seu tempo – como pode ele escapar do presente para conhecer o passado?

Nas últimas décadas, essa ideia foi retomada pelos partidários da virada linguística, o *Linguistic Turn*. Além de sublinhar os aspectos retóricos da escrita histórica, de definir a história como um gênero específico da ficção narrativa, de avaliar segundo os critérios da crítica literária, historiadores, sobretudo nos países anglo-saxões, sustentaram que, longe de remeter ao passado, a narração histórica é apenas uma projeção do pesquisador. Como afirmou o historiador inglês Keith Jenkins, cada ato de compreensão é sempre uma construção, uma autorreferência – “is always ultimately self-referencing” (JENKINS 1995, p. 83). E ele está sempre “posicionado”. O passado é concebido como um espelho capaz de refletir apenas os traços daquele que nele se olha, mas os traços daquele que se olha não têm nada de pessoal. O pesquisador não é nada além do produto de suas inscrições sociais: classe social, área cultural, gênero etc. Por seu lado, o historiador californiano Sande Cohen leva ao extremo a dimensão ideológica do discurso histórico e chega até a negar a possibilidade da interpretação, seja pelos historiadores, seja pelos leitores. A conclusão só pode ser muito obscura.

A teoria ou a história crítica busca modificar as regras da escrita da história, até ao ponto de se perguntar *se vale ainda a pena* escrever a história. É difícil de dizer, [...] mas, após 2.500 anos de deformações produzidas pelos historiadores, [...] os quais transformaram [a ideia de pensar] *após os acontecimentos (after the factness)* em um *recurso* para o controle do futuro, chegou o tempo de considerar a possibilidade de parar o jogo. Sem história, a saber, o caminho da barbárie, não é? (COHEN; LOTRINGER 2001, p. 192).

253

IV.

É possível evitar a alternativa entre objetivismo puro e subjetivismo radical? Ou, mais exatamente, entre um impossível objetivismo e um falso subjetivismo? Ao longo de todo o século XIX, os historiadores sublinharam a impossibilidade e mesmo o absurdo de se ter a intenção de apagar a dimensão subjetiva da pesquisa. É o caso de Johann Gustav Droysen, autor da *Histoire d'Alexandre le Grand* (1833) e da *Histoire de l'hellénisme* (1836-43). Na ocasião de seu curso sobre o método histórico (*Historik*), ministrado dezoito vezes entre 1857 e 1882, na presença de seus estudantes de Iena e de Berlim, explicou a sua discordância com Ranke e outros historiadores alemães partidários do método crítico. Ele lembrou que nós não podemos nem explicar nem mesmo atingir os fatos puros: “o fato que nós denominamos batalha, congresso ou concílio, grande tratado de paz não é de forma alguma um fato, mas, antes, uma abstração pela qual a consideração humana resume uma quantidade de fatos” (DROYSEN 1977, p. 114).

Persuadido de que a originalidade e a originalidade⁶ coincidem, Ranke tinha atribuído à história a tarefa de reencontrar a experiência primeira – a objetividade do fato – dissolvendo os estratos sucessivos acumulados no decorrer do tempo. Crítico em relação a essa concepção ingênua e limitada

⁶ Nota do revisor: no original *originarité*. No que diz respeito ao campo da filosofia, essa palavra deve ser compreendida como um estado daquilo que está na origem.

do fato histórico, Droysen observa que o caráter original de sua fonte não é, obrigatoriamente, uma garantia de verdade, a tal ponto que as falsas histórias podem se tornar testemunhos extremamente preciosos: “a crítica [...] torna, em certo sentido, novamente autêntico o que foi reconhecido como sendo não autêntico, ou seja, que lhe atribui o lugar, as relações que lhe pertencem e no seio das quais ele assume toda a sua significação autêntica” (DROYSEN 1977, p. 127). Apesar da sua importância, a crítica das fontes não constitui, pois, a essência da pesquisa histórica: “Trata-se do aspecto em que eu me afasto, conscientemente, do método em voga, hoje, entre os meus confrades: eles o qualificam de método crítico, ao passo que eu coloco em primeiro plano a interpretação” (DROYSEN 1977, p. 11). Na realidade, o material histórico é sempre, ao mesmo tempo, muito rico e muito lacunar:

[...] se fossem colocados juntos todos os *documentos* que podem ser encontrados, todos os tratados e as correspondências da época napoleônica, não se obteria nem mesmo uma imagem fotograficamente correta dessa época; o que se encontra nos arquivos não é a história, mas são os negócios do Estado e da administração em sua extensão desoladora, os quais são incapazes de reconstituir a história, tal como algumas manchas de cores sobre uma paleta não fazem um quadro (DROYSEN 1977, p. 21).⁷

254

O argumento mais forte de que os fragmentos do passado sobreviveram em virtude de seu valor e de seu significado é uma ilusão, pois os próprios processos de conservação são extremamente aleatórios. Também não podemos contentar-nos em compreender a documentação; é necessário pensarmos *a partir da* documentação (TAINÉ 1885).⁸

Nessa perspectiva, Droysen também afasta a ideia de pesquisa objetiva, na qual apenas vê uma banalidade que leva ao engano.

[...] só o que é desprovido de pensamento é efetivamente objetivo. A partir do momento em que o pensamento humano toca e envolve as coisas, elas deixam de ser objetivas. [...] Aqueles que veem, na tarefa suprema do historiador, o fato de não acrescentar nada de pessoal, mas de simplesmente dar a palavra aos fatos, não se dão conta de que os fatos não falam a não ser pela voz daqueles que os conceberam e os compreenderam” (DROYSEN 1977, p. 218).

O historiador não deve apagar sua subjetividade como queria Ranke. Ele deve aprender a reconhecê-la e a transformá-la em uma fonte de conhecimento. Ele deve, sobretudo, descobrir a historicidade do seu eu.

[...] o conteúdo do nosso eu é alguma coisa que é recebida (*Empfangenes*), que chegou até nós, que é nosso sem o ser. Assim, nós não somos ainda

⁷ Ranke opõe o elemento singular às abstrações da filosofia da história. Mas contesta os historiadores que consideram a história como “uma enorme confusão de fatos” e sublinha que o historiador parte do elemento singular para chegar a uma “visão geral dos acontecimentos, ao conhecimento da conexão que existe objetivamente entre eles” (RANKE 1888, p. VII-IX).

⁸ Hippolyte Taine se exprime em termos similares quando compara o documento histórico a uma concha fóssil, simples meio que serve apenas para retornar à totalidade viva.

livres em relação ao nosso saber; ele nos possui mais do que nós o possuímos. É apenas tomando consciência de que nós somos, de alguma forma, mediados (*vermittelt*), que nós o separamos de nós mesmos. Desde então, nós começamos a ser livres em nós mesmos e a dispor do que era imediatamente o nosso conteúdo. Eis um grande resultado do nosso desenvolvimento interior (DROYSEN 1977, p. 106-107).

Esse trabalho de conhecimento de si representa, pois, um trabalho de libertação temporal, uma maneira de quebrar os muros da época. No estudo do passado, existe um momento arbitrário inicial, ligado à sensibilidade pessoal do historiador. Mas a questão é apenas o preâmbulo; vem, em seguida, a procura. E é justamente nesse momento, em que ele se encontra em uma posição de mal-estar, sob a superfície, que o historiador tem a possibilidade de verificar a pertinência da questão colocada, de corrigi-la e, por que não, de encontrar outra coisa pela qual não esperava.

Já tínhamos isso e aquilo. Atualmente, é como se não tivéssemos mais nada. É necessário partir novamente do zero, é necessário recomeçar tudo desde o início. Procurando o material, verificando-o, interpretando-o, reelaboramos o pensamento e, à medida que se desenvolve, purificando-se, cada vez mais, distingue-se em toda a sua riqueza e se transforma. Arriscamo-nos mesmo a perdê-lo [...]. Muitos se esgotam na tarefa, perdem-se nas vias transversas, lançam-se em direção a novas possibilidades, prospectam mais em extensão do que em profundidade (DROYSEN 1977, p. 106-107).

Nas décadas seguintes, dois outros historiadores alemães, Eduard Meyer e Friedrich Meinecke, sublinharam que o passado não é um patrimônio perdido que deva ser recuperado, mas uma herança viva, uma força, uma energia geradora de sentidos. Isso significa que, longe de ser um saber independente das paixões do momento, como pensava Ranke, a história é uma forma de pensamento aberta, que modifica, sem cessar, a hierarquia dos fenômenos.

[...] a obra histórica mais significativa do passado [...] não pode jamais satisfazer inteiramente o presente: todos os momentos presentes apresentam outras questões em relação àquelas das gerações precedentes, pois consideram outros fatores como determinantes (MEYER 1910, p. 48).

É nessa perspectiva que o valor da subjetividade do pesquisador é colocado em evidência. Não só o historiador não pode apagar a sua personalidade, mas não deve mesmo procurar fazê-lo, pois renunciaria a uma fonte fundamental de conhecimento. Tucídides foi um grande historiador, pois conferiu a sua obra uma dimensão objetiva graças aos recursos da arte subjetiva. Reconhecendo o papel da subjetividade e do presente, Meyer e Meinecke não acreditam que o vínculo com a atualidade é indissolúvel. Obviamente, o historiador tende a projetar as vicissitudes da atualidade, mas não é, inevitavelmente, um adepto fiel do seu tempo. Como dirá, anos depois, Siegfried Kracauer, a viagem ao passado “não é apenas uma viagem de ida e de volta” (KRACAUER 2006): quando o historiador volta do passado, não é mais o mesmo, ele mudou suas possibilidades de pensar.

V.

Parece-me que a reflexão de Paul Ricoeur permite-nos enriquecer, de maneira fundamental, essa quarta perspectiva.⁹ Já em 1952, ele amplia as noções de objetividade e de subjetividade. Ele nos diz que não existe uma objetividade única e unívoca: “há tantos níveis de objetividade quanto comportamentos metódicos. Esperamos, pois, que a história acrescente uma nova província ao império variado da objetividade” (RICOEUR 1967, p. 23-24). Ora, a objetividade da história não é uma postura ou um resultado, mas uma aspiração. Isso conduz a dois elementos. Primeiramente, sua natureza mutante: “A objetividade da história está ligada ao movimento: a história a faz ao se fazer” (RICOEUR 1967, p. 23-24). Em seguida, o reconhecimento dos seus limites: sempre incompleto, o conhecimento histórico fundamenta-se sobre a renúncia em coincidir com a realidade passada. Ricoeur voltará a esse ponto nos anos seguintes.

No *Temps et récit*, define o passado como o *contraposto* ao qual o conhecimento histórico esforça-se por corresponder de maneira apropriada.

Através do documento e por meio da prova documental, o historiador é submetido *ao que, um dia, foi*. Ele tem uma *dívida* em relação ao passado, uma dívida de reconhecimento em relação aos mortos que fazem dele um devedor insolvente (RICOEUR 1983-1985, t. III, p. 253).

256

No entanto, precisamente porque a história persegue um projeto de objetividade, ela pode revelar, como um problema específico, a questão dos limites da objetividade. Por essa razão, toda visão ingênua do conceito de “realidade”, aplicada ao fato de ter sido do passado, é recusada: “o *ter-sido* é um problema na medida exata em que não é observável, quer se trate do ter sido do acontecimento ou do ter sido do testemunho” (RICOEUR 1983-1985, t. III, p. 285).

Ricoeur parece rever sua posição em *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, quando sustenta que, ao contrário da memória coletiva, a história é caracterizada por sua postura objetiva (RICOEUR 2000, p. 239-274). Mas, eu creio que, mais uma vez, ele está sublinhando a ambição veritativa da história (o fato de que ela visa a representar *em verdade* o passado). Donde a necessidade de reconhecer os limites ligados ao saber histórico, particularmente seu limite interno, dizendo respeito à correlação entre o projeto de verdade e a componente interpretativa da operação historiográfica. Longe de representar uma fase da operação historiográfica, a interpretação toca todo o desenvolvimento dessa operação. Assim, Ricoeur procura superar a oposição entre a história objetiva e a história subjetiva para sublinhar a importância de uma boa subjetividade: primeiramente, o historiador procura esclarecer os significados obscuros, em seguida, deve admitir um grau inevitável de controvérsia e dotar a interpretação de argumentos plausíveis, enfim, deve aceitar a existência de um fundo impenetrável e opaco (RICOEUR 2000, p. 440-444).

Da mesma forma que não existe uma única objetividade, também não existe uma única subjetividade. No seu texto *Objectivité et subjectivité en histoire*, publicado, novamente, em *Histoire et vérité*, afirma:

⁹ Daniel Creutz já notou as relações existentes entre a reflexão de Droysen e a de Ricoeur. Ver CREUTZ, 2007.

Essa espera implica em uma outra: nós esperamos do historiador uma certa qualidade de *subjetividade*, [...] uma subjetividade que seja precisamente apropriada à objetividade que convém à história. Nós pressentimos, conseqüentemente, que existe uma boa e uma má subjetividade (RICOEUR 2000, p. 24).

Mas, como distinguir a boa subjetividade da má? Por seu componente dialógico. Ela é marcada, essencialmente, pela sua abertura ao outro e ao inesperado. A história

é movimentada tanto por uma vontade de conhecimento quanto por uma vontade de *explicação*. O historiador vai aos homens do passado com sua experiência humana própria. O momento em que a subjetividade do historiador toma um relevo surpreendente é aquele no qual, para além de toda cronologia crítica, a história faz surgir os valores de vida dos homens de outrora. Essa evocação dos valores [...] não é possível sem que o historiador seja, vitalmente, 'interessado' nesses valores e tenha com ela uma afinidade profunda (RICOEUR 2000, p. 31).

Como Ricœur especifica, o historiador só encontra o outro (um outro de outrora) na imaginação.

Ora, essa transferência para um outro presente, que valoriza o tipo de objetividade da história, é bem uma espécie de *imaginação*; uma imaginação temporal se desejarmos, já que um outro presente é re-apresentado, re-portado no fundo da 'distância temporal', - 'outrora' (RICOEUR 2000, p. 30).

257

De qualquer maneira, esse trabalho de imaginação implica uma descentralização em relação a si próprio. Assim, Ricœur distingue um eu de *pesquisa* de um eu *patético*, à deriva, "o eu dos ressentimentos, dos ódios, das acusações". Com uma atualização previdente – se pensarmos que o texto foi escrito em um período marcado pelas paixões políticas – ele especifica que o eu *patético* não é, necessariamente, o engajado, o qual fulmina:

pode ser também a aparente 'apatia' da hiper crítica, que denigre toda a grandeza reputada e deprecia todos os valores que ela encontra; essa cólera intelectual pertence ao eu patético da mesma forma que a paixão política desviada do combate político contemporâneo e reportada ao passado (RICOEUR 2000, p. 34).

No rastro de Ricœur, poderíamos dizer que o eu do historiador não é uma substância, dada *a priori*, mas uma aspiração ou mesmo *um lugar de trabalho*. Para desenvolver uma "boa subjetividade", o historiador deve renunciar aos sonhos de ressurreição do passado, aceitar que vive em um terceiro lugar, o qual não coincide nem com o presente, nem com o passado, e reconhecer que a contemporaneidade não é uma condição, um estado, mas uma experiência, inacabada e inacabável, de redução da alteridade.

Referências bibliográficas

- FERRY, L. *et al.* **Devant l'histoire**: les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des juifs par le régime nazi. Paris: Ed. du Cerf, 1988.
- BOUCHINDHOMME, C. *et al.* **Temps et récit de Paul Ricœur en débat**: entretiens. Paris: Ed. du Cerf, 1990.
- BEARD, C. Written History as an Act of Faith, **American Historical Review**, v. 39, n. 2, Dez., 1933, p. 219-231.
- CARLYLE, T. Sur l'histoire. In : _____. **Essais choisis de critique et de morale**. Paris: Société du Mercure de France, 1907.
- CARLYLE, T. **Love letters of Thomas Carlyle and Jane Welsh**. Tomo III. Ed. par Alexander Carlyle. Londres; New York: John Lane, 1909.
- COHEN, S.; LOTRINGER, S. **French theory in America**. London; New York: Routledge, 2001.
- CORBIN, A. **Le monde retrouvé de Louis-François Pinagot**: sur les traces d'un inconnu (1798-1876). Paris: Flammarion, 1998.
- CREUTZ, D. **Théorie critique de l'histoire selon Droysen et Ricœur**: exposé au séminaire doctoral du Fonds Ricœur. [Paris]: novembre 2007.
- CROCE, B. **Théorie et histoire de l'historiographie**. Paris: Éditions Dalloz, 1968.
- 258 DILTHEY, W. Psychologie descriptive et analytique. In : _____. **Le monde de l'esprit**. Paris: Aubier, 1947.
- DROYSEN, J. G. **Historik**. Die Vorlesungen von 1857, hrgs. von P. Leyh. Stuttgart: Bad Canstatt, 1977.
- _____. **Historie d'Alexander le Grand**. Paris: Complexe, 2005.
- _____. **Histoire de l'hellénisme**. [Paris]: Editions Jérôme Millon, 2005.
- GILBERT, F. **History**: Politics or Culture? Reflections on Ranke and Burckhardt. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- HARTOG, F. **Le XIX^e siècle et l'histoire**: le cas Fustel de Coulanges (1988). Paris: Editions du Seuil, 2001.
- JENKINS, K. **On "What is History?"**. From Carr and Elton to Rorty and White. London-New York: Routledge, 1995.
- KRACAUER, S. **L'histoire des avant-dernières choses**. Paris: Stock, 2006.
- LANGLOIS, C. V; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Hachette, 1898.
- LORIGA, S. **Le petit X**: de la biographie à l'histoire. Paris: Seuil, 2010.
- LOVEJOY, A. Present Standpoints and Past History, **Journal of Philosophy**, v. 36, n. 18, august, 1939, p. 477-489.

- MEYER, E. Zur Theorie und Methodik der Geschichte. In: _____. **Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur Wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums**. Halle: Verlag Max Niemeyer, 1910.
- MICHELET, J. Préface de L'Histoire de France. In: GAUCHET, M. (org.). **Philosophie des sciences historiques: le moment romantique**. Textes réunis et présentés par Marcel Gauchet. Paris: Editions du Seuil, 2002.
- NOVICK, P. **That noble dream: the "objectivity question" and the American historical profession**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- PIRENNE, H. Une polémique historique en Allemagne, **Revue Historique**, n. 54, 1897, p. 50-57.
- PROCHASSON, C. Les jeux du « je »: aperçus sur la subjectivité de l'historien, **Sociétés & Représentations**, v. 1, n. 13 (Jan. 2002) p. 207-226.
- RANCIERE, J. Le concept d'anachronisme et la vérité de l'historien, **L'inactuel**, n. 6, 1996, p. 53-68.
- RANKE, L. **Englische Geschichte, vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert (1859-1869)**. Berlin: Duncker und Humblot, 2002.
- _____. **Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514**. T. 33. Leipzig: Duncker & Humblot, 1867-1890.
- _____. **Über die Epochen der neuen Geschichte**. München-Wien: R. Oldenbourg Verlag, 1971.
- _____. Vorlesungseinleitungen. In: DOTTERWEICH, V. e FUCHS, W. P. (dir.). **Aus Werk und Nachlass**. T. IV. München: Wien, 1975.
- _____. Vorwort. In: _____. **Weltgeschichte**. Leipzig : s/e, 1888.
- RICŒUR, P. Objectivité et subjectivité en histoire. In: _____. **Histoire et vérité**. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- _____. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- _____. **Soi-même comme un autre**. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- _____. **Temps et récit, l'oubli**. T. III. Paris: Éditions du Seuil, 1983-1985.
- SCHLOSSER, F. C. **Weltgeschichte in zusammenhängender Darstellung**. S/I: s/e, 1815-1841.
- TAINÉ, H. **Histoire de la littérature anglaise**. Paris: Hachette, 1885.

Le moi de l'historien

The historian's self

Sabina Loriga

sabina.loriga@gmail.com

Chercheuse

École des Hautes Études en Sciences Sociales

Bureau, 540 - 190-198 - avenue de France

cedex 13 - 75244 - Paris

France

Résumé

Depuis longtemps la question de la subjectivité du chercheur hante les historiens. Quelle est la juste distance vis-à-vis du passé? Est-il possible de se détacher du présent pour saisir le passé, dans son altérité, ou bien on est toujours en train de projeter sur le passé nos propres fantasmes, intérêts, préjugés? Est-il possible de sortir de l'alternative entre objectivisme pur et subjectivisme radical? Après une reconstruction de ces questions, dans mon propos j'explore les possibilités de sortir de l'alternative entre objectivisme pur et subjectivisme radical.

Mots-clés

Historien; Champ historiographique; Histoire écrite.

260

Abstract

It has been a long time since the issue of the subjectivity of the researcher has been haunting historians. What is the right distance from the past? Is it possible to depart from the present to get into the past in its otherness, or are we still projecting into the past our own fantasies, interests and prejudices? Is it possible to overcome the alternative between pure objectivism and radical subjectivism? After a reconstruction of these questions, my purpose is to explore the possibilities to overcome the alternative between pure objectivism and radical subjectivism.

Keywords

Historian; Historiography field; History writing.

Reçu le: 14/5/2012

Approuvé le: 1/6/2012

Depuis longtemps, la question du moi de l'historien hante les historiens. D'une part, elle est liée au problème du *pathos*. Quelle est la juste distance vis-à-vis du passé ? Est-ce que l'historien doit cultiver une attitude froide ou, au contraire, doit-il chercher à s'identifier avec le passé ? Par ailleurs, cette question renvoie au problème du rapport entre l'histoire et le présent. Est-il possible de se détacher du présent pour saisir le passé, dans son altérité, ou bien sommes-nous toujours en train de projeter sur le passé nos propres fantasmes, intérêts et préjugés ? Peut-on en penser dans les mêmes termes ? S'en faire contemporains?¹ Il me semble que nous pouvons distinguer au moins quatre manières d'aborder ces questions.

I.

La première vise la résurrection du passé. Dans les années 1830, l'historien anglais Thomas Carlyle écrit que l'histoire compte en son sein des artistes et des artisans, « des voyants », en mesure de percevoir le mystère du passé, et « de simples badauds », spéculateurs de la cause et de l'effet, qui lisent

le livre inscrutable de la nature comme si c'était un grand livre de comptes : des hommes qui travaillent machinalement dans un secteur, sans yeux pour l'ensemble, ne sentant pas qu'il y ait un ensemble ; et des hommes qui éclairent et ennoblissent le plus humble domaine d'une idée d'ensemble, et savent habituellement que c'est seulement dans l'ensemble que la partie peut être véritablement discernée (CARLYLE 1907, p. 309).

261

Cette capacité de voyance est fondée sur la compassion : « un cœur aimant est le commencement de toute Connaissance » (CARLYLE 1909, p. 160). Pour Carlyle, l'historien-artiste a un cœur impressionnable, il sent mille fois plus vivement que chacun sent. À Paris, Jules Michelet partage son avis. Dans son projet de « résurrection de la vie intégrale, non pas dans ses surfaces, mais dans ses organismes antérieurs et profonds », il distingue, lui aussi, entre deux types d'historiens, le chroniqueur et l'artiste. Alors que le premier s'annule dans l'écriture, le deuxième y met en peu de lui : « si c'est là un défaut, il nous faut avouer qu'il nous rend bien service. L'historien qui en est dépourvu, qui entreprend de s'effacer en écrivant, de ne pas être, de suivre par derrière la chronique contemporaine, n'est point de tout un historien » (MICHELET 2002). Au contraire que le chroniqueur, l'artiste est capable de compassion : « avoir assez de flammes pour réchauffer des cendres refroidies si longtemps, c'était le premier point, non sans péril. Mais le second, plus périlleux peut-être c'était d'être en commerce intime avec ces morts ressuscités, qui sait, d'être enfin un des leurs » (MICHELET 2002, p. 339). Bref, la véritable histoire est une puissante chimie morale, « où mes passions individuelles tournent en généralités, où mes généralités deviennent passions, où mes peuples se font moi ; où mon moi retourne animer les peuples » (MICHELET 2002, p. 172). L'ambition de Michelet

¹ Toutes ces interrogations, concernant les problèmes de l'identification, du jugement moral à porter sur le passé, et de la politisation de la recherche ont traversé l'*Historikerstreit*, éclaté en Allemagne, en 1986.

de retourner animer les hommes du passé revient sans cesse. Récemment, elle a été reprise par Alain Corbin, lorsqu'il espère « inverser le travail des bulldozers aujourd'hui à l'œuvre dans les cimetières de campagne » (CORBIN 1998, p. 9).

II.

Toujours dans les premières décennies du XIX^e siècle, le grand historien allemand Leopold von Ranke, l'auteur d'une célèbre *Histoire de la papauté* (1834-36) et directeur de la *Historisch-Politische Zeitschrift*, propose une autre conception du travail de l'historien. Pour garder son autonomie scientifique, l'histoire doit viser la vérité nue, sans embellissements et ornements. En 1824, dans la préface de son premier livre *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*, il donne une formulation générale du problème : « On a assigné à l'histoire la mission de juger le passé et d'informer le présent au bénéfice de l'avenir. Notre essai n'élève pas d'aussi hautes prétentions. Il veut seulement montrer comment cela s'est réellement passé (*Wie es eigentlich gewesen*) » (RANKE 1867-1890, p. VII).²

Cette phrase, souvent mal interprétée et citée sans contexte, est très complexe. Le terme *eigentlich* peut être traduit comme *effectivement*, donc laisser entendre que l'historien ne doit que décrire les faits. Mais il peut être traduit également par *essentiellement* ou *réellement* : le cas échéant, il implique que l'historien doit saisir la réalité profonde, qui demeure derrière les faits. De toute manière, Ranke est en train de s'opposer à l'idée selon laquelle l'historien devrait disposer son lecteur à aimer le bien (GILBERT 1990). Bien que cette vision ait été défendue par de nombreux historiens, surtout dans les siècles précédents, il vise deux cibles en particulier: Niccolò Machiavelli, intéressé à l'histoire pour établir des règles politiques pour l'avenir, et Friedrich Christoph Schlosser, un historien allemand, auteur d'une célèbre histoire universelle, *Weltgeschichte in zusammenhängender Darstellung* (SCHLOSSER 1815-1841).

Contre l'idée que l'histoire ait une visée morale, Ranke souligne à plusieurs reprises la valeur de l'impartialité : l'historien n'a pas de passions. Ainsi, dans un travail de maturité, *Englische Geschichte*, il déclare :

Je voudrais éteindre en quelque sorte mon moi et laisser seulement parler les choses, et faire apparaître les forces puissantes qui, surgies et accrues, se sont dressées l'une contre l'autre dans une lutte sanglante et terrible, mais qui portaient en elles la solution des plus essentiels problèmes du monde européen (RANKE 2002, t. II, p. 3).³

² "Man hat der Historie das Amt, die Vergangenheit zu richten, die Mitwelt zum Nutzen zukünftiger Jahre zu belehren, beigemessen: so hohoer Aemter unterwindt sich gegenwärtiger Versuch nicht: er will blos zeigen wie es eigentlich gewesen" (RANKE 1867-1890, p. VII).

³ « Ich wünschte mein Selbst gleichsam auszulöschen, und nur die Dinge reden, die mächtigen Kräfte erscheinen zu lassen, die im Lanfe der Jahrhunderte mit und durch einander entsprungen und erstarkt, nunmehr gegen einander aufstanden und im einen Kampf gerieten, der, indem er sich in blutigen und schrecklichen Schlägen enttud, zugleich für die Wichtigsten Fragen der europäischen Welt eine Entscheidung in sich trug » (RANKE 2002, t. II, p. 3).

Ce travail de refroidissement du moi implique une coupure nette entre le présent et le passé : l'histoire ne naît pour une époque que quand elle est morte tout entière. Outre à souligner la distance temporelle, Ranke recommande de ne pas assimiler le passé au présent, d'éviter les jugements et de s'interdire de tirer du passé des enseignements pour le futur.

Il arrive souvent que des analogies fugitives induisent en erreur l'historien qui entend rester en contact avec le présent, tout comme le politicien qui tient à se rattacher au passé. La muse de l'histoire a l'horizon le plus vaste et l'entier courage de son opinion ; mais elle manifeste dans son travail une conscience sourcilleuse à l'extrême et elle est comme jalouse de sa mission. Introduire dans le travail historique des préoccupations qui appartiennent au présent a généralement comme conséquence d'entraver le libre développement de ce travail (RANKE 2002, t. I, p. XI).

Nettoyée de la subjectivité du chercheur, l'histoire peut enfin aspirer à se constituer en tant que savoir sûr, stable et arrêté. Bref, un patrimoine pour toujours.

L'idée que l'historien doit refroidir le passé, le traiter de manière impersonnelle, se répand, surtout en France, dans les dernières décennies du XIX^e siècle. Numa Fustel de Coulanges, peut-être le plus méthodique des historiens français (selon la définition de Seignobos), revient sur la question à plusieurs reprises. Dans sa leçon d'ouverture à l'Université de Strasbourg, en 1867, il recommande de combattre la tentation « de porter dans l'étude du passé nos idées, nos sentiments, nos prédilections » (HARTOG 2001, p. 354). Il le répétera dans d'autres études successives : l'histoire n'est pas un art, elle est non plus une sorte d'annexe de la morale, et l'historien doit cultiver l'impartialité, le détachement, le style impersonnel. Comme il le précise en 1875, la préoccupation du passé ne peut qu'être exclusive. Elle implique, ascétiquement, le renoncement au présent, l'oubli, aussi complet que possible, des questions actuelles :

263

ce n'est pas qu'on puisse exiger de lui qu'il soit au fond de son cœur sans opinions personnelles, sans préférences, d'aucune sorte, sans croyances, sans patriotismes. Mais il faut qu'il ait assez de force d'esprit et assez d'indépendance à l'égard de soi-même pour que, dans le moment de son travail, dans le moment où il cherche la vérité historique, il soit comme s'il n'avait ni opinion politique, ni croyances personnelles, ni patriotisme même (HARTOG 2001, p. 360).⁴

Dans *l'Introduction aux études historiques*, l'ouvrage de référence de l'école méthodique, Charles-Victor Langlois et Charles Seignobos ne font pas de l'histoire une science amalgamée aux sciences de la nature.

La science – écrivent-ils – est une connaissance objective fondée sur l'analyse, la synthèse, la comparaison réelles ; la vue directe des objets guide le savant et lui dicte les questions à poser [...] en histoire on ne voit rien de réel que du papier écrit [...]. L'analyse historique n'est pas plus réelle que la vue des faits historiques ; elle n'est qu'un procédé abstrait (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1898, p. 185).

⁴ Cette question demeure au centre de ses divergences avec Gabriel Monod, en 1887.

C'est une connaissance indirecte, qui permet d'atteindre non le phénomène lui-même, mais seulement ses traces.

Des faits que nous n'avons pas vus, décrits dans des termes qui ne nous permettent pas de nous les représenter exactement, voilà les données de l'histoire. [...] l'histoire est forcément une science subjective. Il serait illégitime d'étendre à cette analyse intellectuelle d'impressions subjectives les règles de l'analyse réelle d'objets réels. L'histoire doit donc se défendre de la tentation d'imiter les sciences biologiques (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1898, p. 179).

Toutefois, pour qu'il y ait de la connaissance du passé, l'historien doit disparaître, se faire neutre. Bref, comme l'a récemment commenté Christophe Prochasson,

l'historien républicain, lorsqu'il se dévoile, est un spécialiste : il n'est jamais un auteur : La professionnalisation de l'histoire à la fin du XIX^e siècle et le régime universitaire qui présida à son développement correspondent à un refoulement du sujet discourant. Le discours de l'historien est désormais celui du lointain, de l'absent, peut-être celui du mort (PROCHASSON 2002, p. 210-211).

III.

264

Le « noble rêve de l'objectivité » a séduit des entières générations d'historiens (NOVICK 1988). Toutefois, il a souvent été mis à mal par des vagues de scepticisme. L'une des objections majeures concerne le poids du présent : l'historien n'est jamais un sujet désintéressé et, par ailleurs, son regard métamorphose le passé. En 1897, le médiéviste belge Henri Pirenne distingue entre la critique historique et l'*histoire-érudition*, visant la découverte des faits, et l'*histoire-récit*, qui se propose de reconstruire le passé dans sa réalité vivante. Celle-ci, qui à ces yeux est la seule histoire véritable, serait toujours nourrie par les inquiétudes de son temps. Alors que le regard de l'astronome, du physicien ou du chimiste reste toujours calme et froid, car ils étudient des séries de phénomènes étrangers à la société, l'historien doit comprendre et raconter des événements dont les facteurs sont des hommes comme lui. Pour cette raison, l'objectivité complète lui est interdite :

[...] quoi qu'il fasse l'esprit public de son temps réagit sur lui. [...] Sa manière d'envisager l'histoire est imposée à l'historien par son temps. Le point de vue auquel il se place n'est pas déterminé, comme dans les sciences, par l'état du développement des connaissances, mais par l'état de civilisation du public auquel il s'adresse et auquel il appartient lui-même. [...] Chaque époque refait son histoire, la transpose en quelque sorte dans un ton qui lui soit approprié. [...] L'historien est dominé à son insu par les idées religieuses, philosophiques, politiques qui circulent autour de lui (PIRENNE 1897, p. 51-52).

Trente ans plus tard, aux États-Unis, l'historien économique Charles Beard revient sur cette question. Dans une conférence à l'*American Historical Association*, il rappelle que, pour Benedetto Croce, l'histoire surgit directement de la vie : seule une préoccupation de la vie présente peut nous

pousser à faire des recherches sur un fait du passé. Ensuite, il souligne que l'historien appartient au présent. Chaque historien est le produit de son époque, et son œuvre reflète l'esprit du temps, de sa nation, de sa race et de son groupe social.

Aujourd'hui, aucun étudiant croit vraiment que [les textes] de Bossuet, de Gibbon, de Mommsen, ou de Bancroft pourraient être réécrits de la même manière. Chaque étudiant en histoire sait que, dans la sélection et dans la disposition de la documentation, ses collègues ont été influencés par leurs préférences, leurs préjugés, leurs croyances, leurs émotions, leur éducation générale, ainsi que par leur expérience, en particulier sociale et économique (BEARD 1933, p. 229).

Après avoir remarqué que même la neutralité est une expression politique, il donne l'exemple de Ranke, qui écrivait après la tempête et l'épreuve de la Révolution française. Comme tous les conservateurs de son époque, il était las de l'histoire imprégnée par la politique ou écrite dans une perspective de propagande.

Les classes dirigeantes, auxquelles il appartenait, avaient obtenu un répit avec le traité de 1815 et elles désiraient la paix à fin de consolider leur position. Une écriture de l'histoire froide, événementielle, apparemment dépourvue des passions du temps servait parfaitement la cause de ceux qui ne voulaient pas être mis en discussion (BEARD 1933, p. 229-230).

Le célèbre historien de la culture Arthur O. Lovejoy, fondateur du *Journal of the History of Ideas*, partage cet avis : « l'enquête de l'historien est toujours, dans ses intentions, instrumentale à la satisfaction présente – ou, plus précisément future – d'avoir une réponse probable à la question historique » (LOVEJOY 1939, p. 477).

Au-delà de leurs différences, la vision de la connaissance historique proposée par Pirenne et Beard semble marquée par la logique de l'appartenance temporelle : l'individu appartient à son époque. Il s'agit d'une appartenance complète, sur le mode de la croyance et de l'adhésion indéfectible. Comme l'écrit Jacques Rancière, « La forme du temps est identique à la forme même de la croyance [...]. Rassembler à son temps veut dire ressembler sur le mode de la croyance, c'est-à-dire ne pas le connaître. Être fait de temps, c'est être fait d'ignorance » (RANCIÈRE 1996, p. 6). Longtemps, cette logique de l'appartenance temporelle a assuré la position de vérité du discours de l'historien : à savoir qu'elle a représenté un moyen pour transformer la réalité vivante, donc mouvante et instable, du passé dans un objet fixe. Mais, surtout dans le cas de Beard, elle finit par délégitimer le travail de l'historien. On pourrait dire qu'au lieu d'enfermer le passé, elle emprisonne l'historien. C'est lui qui est prisonnier de son temps : comment peut-il s'évader du présent pour connaître le passé ?

Dans les dernières décennies, cette idée a été reprise par des partisans du tournant linguistique, le *Linguistic Turn*. Outre à souligner les aspects rhétoriques de l'écriture historique, et définir l'histoire comme un genre spécifique de la fiction narrative, à évaluer selon les critères de la critique littéraire, des historiens, surtout dans les pays anglo-saxons, ont affirmé que, loin de renvoyer

au passé, le récit historique n'est qu'une projection du chercheur. Comme l'écrit l'historien anglais Keith Jenkins, chaque acte de compréhension est toujours une construction, une autoréférence (« is always ultimately self-referencing ») (JENKINS 1995, p. 83). Et il est toujours « positionné ». Le passé est conçu comme un miroir qui ne reflète que les traits de celui qui s'y mire, mais les traits de celui qui s'y mire n'ont rien de personnel. Le chercheur n'est que le produit de ses inscriptions sociales : position économique, aire culturelle, genre, etc. Pour sa part, l'historien californien Sande Cohen pousse à l'extrême la dimension idéologique du discours historique, jusqu'à nier la possibilité même de l'interprétation, soit par les historiens, soit par les lecteurs. La conclusion ne peut qu'être très sombre.

La théorie ou l'histoire critique cherche à changer les règles de l'écriture de l'histoire, jusqu'au point de se demander *s'il vaut encore la peine* d'écrire de l'histoire. Il est difficile à dire, [...] mais, après 2.500 années de déformations produites par les historiens, [...] qui ont transformé [l'idée de penser] *après les événements (after the factness)* dans une *ressource* pour le contrôle du futur, le temps est venu de considérer la possibilité d'arrêter le jeu. Pas d'histoire, à savoir le chemin de la barbarie, n'est ce pas? (COHEN; LOTRINGER 2001, p. 192).

IV.

266

Est-il possible de sortir de l'alternative entre objectivisme pur et subjectivisme radical? Ou, plus exactement, entre un impossible objectivisme et un faux subjectivisme? Tout au long du XIX^e siècle, des historiens ont souligné l'impossibilité et même l'absurdité de vouloir effacer la dimension subjective de la recherche. C'est le cas de Johann Gustav Droysen, l'auteur de *l'Histoire d'Alexandre le Grand* (1833) et de *l'Histoire de l'hellénisme* (1836-1843). A l'occasion de son cours sur la méthode historique, *l'Historik*, tenu dix-huit fois entre 1857 et 1882 devant ses étudiants d'Iéna et de Berlin, il explique son désaccord avec Ranke et d'autres historiens allemands partisans de la méthode critique. Il rappelle que nous ne pouvons ni expliquer ni même atteindre aux faits purs : « le fait que nous dénommons bataille, congrès ou concile, grand traité de paix, n'est en aucune façon un fait, mais plutôt une abstraction par laquelle la considération humaine résume une quantité de faits » (DROYSEN 1977, p. 114).

Persuadé que l'originalité et l'originarité coïncident, Ranke avait attribué à l'historien la tâche de retrouver l'expérience première - l'objectivité du fait -, en dissolvant les strates successives accumulées au cours du temps. Critique envers cette conception naïve et étriquée du fait historique, Droysen observe que le caractère originel de la source n'est pas forcément une garantie de vérité, à tel point que les faux historiques peuvent devenir des témoignages extrêmement précieux: « la critique [...] rend en un certain sens à nouveau authentique ce qui a été reconnu comme étant inauthentique, c'est-à-dire qu'elle lui attribue la place, les rapports qui lui reviennent et au sein desquels il assume toute sa signification authentique » (DROYSEN 1977, p. 127). Malgré son importance, la critique des sources ne constitue donc pas l'essence de la recherche historique :

« C'est là où je m'écarte sciemment de la méthode aujourd'hui en vogue chez mes confrères : ils la qualifient de méthode critique, tandis que moi je mets au premier plan l'interprétation » (DROYSEN 1977, p. 11). En effet, le matériel historique est toujours trop riche et trop lacunaire à la fois :

si l'on mettait ensemble tous les *mémoires* qu'il est possible de retrouver, tous les traités et les correspondances de l'époque napoléonienne, on n'obtiendrait pas même une image photographiquement correcte de l'époque ; ce que l'on trouve dans les archives ce n'est pas l'histoire, mais ce sont les affaires de l'État et de l'administration dans leur désolante étendue, qui ne relèvent pas plus de l'histoire que quelques taches de couleurs sur une palette ne font un tableau (DROYSEN 1977, p. 21).⁵

La plus forte raison, l'idée que les fragments du passé ont survécu en vertu de leur valeur et de leur signification est une illusion car les processus de conservation eux-mêmes sont extrêmement aléatoires. Aussi ne pouvons-nous pas nous contenter de comprendre *la* documentation, il nous faut penser *à partir de la* documentation (TAINÉ 1885).⁶

Dans cette perspective, Droysen écarte également l'idée de recherche objective dans laquelle il ne voit qu'une banalité fourvoyante :

[...] seul ce qui est dénué de pensée est effectivement objectif. Dès que la pensée humaine touche et embrasse les choses, celles-ci cessent d'être objectives. [...] Ceux qui voient dans la tâche suprême de l'historien le fait de ne rien ajouter de personnel, mais de donner simplement la parole aux faits, ne se rendent pas compte que les faits ne parlent pas si ce n'est par la voix de ceux qui les ont conçus et compris (DROYSEN 1977, p. 218).

267

L'historien ne doit pas effacer sa subjectivité, comme le voulait Ranke. Il doit apprendre à la reconnaître et à en faire une source de connaissance. En particulier, il doit découvrir l'historicité de son moi.

[...] le contenu de notre moi est quelque chose de reçu (*Empfangenes*), qui nous est parvenu, qui est nôtre tout en ne l'étant pas. Ainsi nous ne sommes pas encore libres au regard de notre savoir ; il nous possède plus que nous ne le possédons. Ce n'est qu'en prenant conscience que nous sommes en quelque sorte médiatisés (*vermittelt*), que nous le séparons de nous-mêmes. Dès lors nous commençons à être libres en nous-mêmes et à disposer de ce qui était immédiatement notre contenu. C'est là un grand résultat de notre développement intérieur (DROYSEN 1977, p. 106-107).

Ce travail de connaissance de soi représente donc un travail d'affranchissement temporel, une façon pour briser les murs de l'époque. A savoir que, dans l'étude du passé, il y a un moment arbitraire initial, lié à la sensibilité personnelle de

⁵ Ranke oppose l'élément singulier aux abstractions de la philosophie de l'histoire. Mais il conteste les historiens qui considèrent l'histoire comme « un énorme fatras de faits » et souligne que l'historien part de l'élément singulier pour arriver à une « vision générale des événements, à la connaissance de la connexion qui existe objectivement en ceux-ci » (RANKE 1888, p. VII-IX).

⁶ Hippolyte Taine s'exprime en termes similaires lorsqu'il compare le document historique à une coquille fossile, simple moyen ne servant qu'à remonter à une totalité vivante.

l'historien. Mais la question n'est que le préambule ; vient ensuite la fouille. Et c'est justement alors qu'il se trouve dans une position malaisée, sous la surface, que l'historien a la possibilité de vérifier la pertinence de la question qu'il a posé, de la corriger et, pourquoi pas, de trouver autre chose auquel il ne s'attendait pas.

On avait déjà ceci et cela ; à présent c'est comme si l'on ne possédait plus rien, il faut repartir de zéro, il faut reprendre le tout depuis le début. En cherchant du matériel, en le vérifiant, en l'interprétant, on réélabore la pensée et à mesure que celle-ci se développe en s'affinant de plus en plus, elle se précise dans toute sa richesse et se transforme ; on risque même de la perdre [...] Beaucoup s'épuisent à la tâche, se perdent dans des voies traverses, se lancent vers de nouveaux possibles, prospectent en l'étendue plutôt qu'en profondeur (DROYSEN 1977, p. 106-107).

Dans les décennies suivantes, deux autres historiens allemands, Eduard Meyer et Friedrich Meinecke, soulignent que le passé n'est pas un patrimoine perdu qui doit être récupéré, mais un héritage vivant, une force, une énergie génératrice de sens. Cela signifie que, loin d'être un savoir indépendant des passions du moment, comme le pensait Ranke, l'histoire est une forme de pensée ouverte, qui modifie sans cesse la hiérarchie des phénomènes :

l'ouvrage historique le plus significatif du passé [...] ne peut jamais satisfaire entièrement le présent : tout présent pose d'autres problèmes par rapport à ceux des générations précédentes, car il considère d'autres facteurs comme déterminants (MEYER 1910, p. 48).

268

C'est dans cette perspective que la valeur de la subjectivité du chercheur est mise en lumière. Non seulement l'historien n'est pas en mesure d'effacer sa personnalité, mais il ne doit même pas chercher à le faire, car il renoncerait à une source fondamentale de connaissance. Thucydide a été un grand historien, car il a conféré à son œuvre une dimension objective, grâce aux ressources de l'art subjectif. Tout en reconnaissant le rôle de la subjectivité et du présent, Meyer et Meinecke ne pensent pas que le lien avec l'aujourd'hui est indissoluble. Bien sûr, l'historien tend à projeter les vicissitudes de l'actualité, mais il n'est pas inévitablement un adepte fidèle de son temps. Comme le dira, des années plus tard, Siegfried Kracauer, le voyage dans le passé « n'est pas seulement un voyage d'aller et retour » (KRACAUER 2006): lorsqu'il revient du passé, l'historien n'est plus le même, il a changé ses possibilités de penser.

V.

Il me semble que la réflexion de Paul Ricœur nous permet d'enrichir de manière fondamentale cette quatrième perspective.⁷ Déjà en 1952, il ouvre les notions d'objectivité et subjectivité. Il nous dit qu'il n'y a pas une seule et univoque objectivité : « il y a autant de niveaux d'objectivité qu'il y a de comportements méthodiques. Nous attendons donc que l'histoire ajoute une nouvelle province à l'empire varié de l'objectivité » (RICOEUR 1967, p. 23-24). Or, l'objectivité

⁷ Daniel Creutz a déjà remarqué les liens existant entre la réflexion de Droysen et celle de Ricœur. Cf. CREUTZ 2007.

de l'histoire n'est pas une posture ou un résultat, mais une aspiration. Cela implique deux éléments. Tout d'abord, sa nature changeante : « L'objectivité de l'histoire est liée au mouvement : l'histoire la fait en se faisant » (RICOEUR 1967, p. 23-24). Ensuite, la reconnaissance de ses limites : toujours incomplète, la connaissance historique est fondée sur le renoncement à coïncider avec la réalité passée. Ricoeur reviendra sur ce point dans les années suivantes.

Dans *Temps et récit*, il définit le passé comme le *vis-à-vis* auquel la connaissance historique s'efforce de correspondre de manière appropriée.

À travers le document et au moyen de la preuve documentaire, l'historien est soumis à *ce qui, un jour, fut*. Il a une *dette* à l'égard du passé, une dette de reconnaissance à l'égard des morts qui fait de lui un débiteur insolvable (RICOEUR 1983-1985, t. III, p. 253).

Toutefois, précisément parce que l'histoire poursuit un projet d'objectivité, elle peut soulever, en tant que problème spécifique, la question des limites de l'objectivité. Pour cette raison, toute vision naïve du concept de « réalité », appliquée à la passéité du passé, est récusée : « *l'avoir-été* fait problème dans la mesure exacte où il n'est pas observable, qu'il s'agisse de l'avoir été de l'événement ou de l'avoir été du témoignage » (RICOEUR 1983-1985, t. III, p. 285).

Ricoeur semble revoir sa position dans *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, lorsqu'il écrit qu'à l'envers de la mémoire collective, l'histoire est caractérisée par sa posture objective (RICOEUR 2000, p. 239-274). Mais je crois qu'encore une fois il est en train de souligner l'ambition véridative de l'histoire (le fait qu'elle vise à représenter *en vérité* le passé). D'où la nécessité de reconnaître les limites attachées au savoir historique : en particulier, sa limite interne, concernant la corrélation entre le projet de vérité et la composante interprétative de l'opération historiographique. Loin de représenter une phase de l'opération historiographique, l'interprétation touche au cours entier de cette opération. Ainsi, Ricoeur cherche à surmonter l'opposition entre l'histoire objective et l'histoire subjective pour souligner l'importance d'une bonne subjectivité : tout d'abord l'historien cherche à clarifier des significations obscures, ensuite il doit admettre un degré inévitable de controverse et doter l'interprétation d'arguments plausibles, enfin il doit accepter l'existence d'un fond impénétrable et opaque (RICOEUR 2000, p. 440-444).

De la même manière qu'il n'y a pas une seule objectivité, il n'y a pas non plus une seule subjectivité. Toujours dans son texte *Objectivité et subjectivité en histoire*, republié ensuite dans *Histoire et vérité*, il écrit :

Cette attente en implique une autre : nous attendons de l'historien une certaine qualité de *subjectivité*, [...] une subjectivité qui soit précisément appropriée à l'objectivité qui convient à l'histoire. Nous pressentons par conséquent qu'il y a une bonne et une mauvaise subjectivité (RICOEUR 2000, p. 24).

Mais comment distinguer la bonne subjectivité de la mauvaise ? Par sa composante dialogique. Elle est marquée essentiellement par son ouverture à l'autrui et à l'inattendu. L'histoire

est animée par une volonté de rencontre autant que par une volonté d'*explication*. L'historien va aux hommes du passé avec son expérience humaine propre. Le moment où la subjectivité de l'historien prend un relief saisissant, c'est celui où par delà toute chronologie critique, l'histoire fait surgir les valeurs de vie des hommes d'autrefois. Cette évocation des valeurs [...] n'est pas possible sans que l'historien soit vitalemment 'intéressé' à ces valeurs et n'ait avec elle une affinité en profondeur (RICOEUR 2000, p. 31).

Comme Ricœur le précise, l'historien ne rencontre l'autre (un autrui de jadis) qu'en imagination : « Or ce transfert dans un autre présent, qui tient au type d'objectivité de l'histoire, est bien une espèce d'*imagination* ; une imagination temporelle si on veut, puisque un autre présent est re-présenté, reporté au fond de la 'distance temporelle', – 'autrefois' » (RICOEUR 2000, p. 30).

De toute manière, ce travail d'imagination implique un décentrement à l'égard de soi-même. Ainsi, Ricœur distingue entre un moi de *recherche* et un moi *pathétique*, à la dérive, « le moi des ressentiments, des haines, des réquisitoires ». Avec une mise à point prévoyante – si l'on pense que le texte a été écrit dans une période marquée par les passions politiques – il précise que le moi *pathétique* n'est pas forcément celui engagé, qui fulmine :

ce peut être aussi l'apparente 'apathie' de l'hypercritique, qui dénigre toute grandeur réputée et déprécie toutes les valeurs qu'elle rencontre ; cette hargne intellectuelle appartient au moi pathétique au même titre que la passion politique détournée du combat politique contemporain et reporté sur le passé (RICOEUR 2000, p. 34).

270

Dans le sillage de Ricœur, on pourrait dire que le moi de l'historien n'est pas une substance, donnée à l'avance, mais une aspiration ou même *un lieu de travail*. Pour développer une « bonne subjectivité », l'historien doit renoncer aux rêves de résurrection du passé, accepter d'habiter un lieu tiers, qui ne coïncide ni avec le présent ni avec le passé, et reconnaître que la contemporanéité n'est pas une condition, un état, mais une expérience, inachevée et inachevable, de réduction de l'altérité.

Bibliographie

FERRY, L. *et al.* **Devant l'histoire**: les documents de la controverse sur la singularité de l'extermination des juifs par le régime nazi. Paris: Ed. du Cerf, 1988.

BOUCHINDHOMME, C. *et al.* **Temps et récit de Paul Ricœur en débat**: entretiens. Paris: Ed. du Cerf, 1990.

BEARD, C. Written History as an Act of Faith, **American Historical Review**, v. 39, n. 2, Dez., 1933, p. 219-231.

CARLYLE, T. Sur l'histoire. In : _____. **Essais choisis de critique et de morale**. Paris: Société du Mercure de France, 1907.

CARLYLE, T. **Love Letters of Thomas Carlyle and Jane Welsh**. Tomo III. Ed. par Alexander Carlyle. Londres; New York: John Lane, 1909.

- COHEN, S.; LOTRINGER, S. **French Theory in America**. London; New York: Routledge, 2001.
- CORBIN, A. **Le Monde retrouvé de Louis-François Pinagot**: sur les traces d'un inconnu (1798-1876). Paris: Flammarion, 1998.
- CREUTZ, D. **Théorie critique de l'histoire selon Droysen et Ricœur**: exposé au séminaire doctoral du Fonds Ricœur. [Paris]: novembre 2007.
- CROCE, B. **Théorie et histoire de l'historiographie**. Paris: Éditions Dalloz, 1968.
- DILTHEY, W. Psychologie descriptive et analytique. In : _____. **Le monde de l'esprit**. Paris: Aubier, 1947.
- DROYSEN, J. G. **Historik**. Die Vorlesungen von 1857, hrgs. von P. Leyh. Stuttgart: Bad Canstatt, 1977.
- _____. **Historie d'Alexander le Grand**. Paris: Complexe, 2005.
- _____. **Histoire de l'hellénisme..** [Paris]: Editions Jérôme Millon, 2005.
- GILBERT, F. **History**: Politics or Culture? Reflections on Ranke and Burckhardt. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- HARTOG, F. **Le XIX^e siècle et l'histoire**: le cas Fustel de Coulanges (1988). Paris: Editions du Seuil, 2001.
- JENKINS, K. **On "What is History?"**. From Carr and Elton to Rorty and White. London-New York: Routledge, 1995.
- KRACAUER, S. **L'histoire des avant-dernières choses**. Paris: Stock, 2006.
- LANGLOIS, C. V; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Hachette, 1898.
- LORIGA, S. **Le petit X**: de la biographie à l'histoire. Paris: Seuil, 2010.
- LOVEJOY, A. Present Standpoints and Past History, **Journal of Philosophy**, v. 36, n. 18, august, 1939, p. 477-489.
- MEYER, E. Zur Theorie und Methodik der Geschichte. In: _____. **Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur Wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums**. Halle: Verlag Max Niemeyer, 1910.
- MICHELET, J. Préface de L'Histoire de France. In: GAUCHET, M. (org.). **Philosophie des sciences historiques**: le moment romantique. Textes réunis et présentés par Marcel Gauchet. Paris: Editions du Seuil, 2002.
- NOVICK, P. **That Noble Dream**: the "objectivity question" and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- PIRENNE, H. Une polémique historique en Allemagne, **Revue Historique**, n. 54, 1897, p. 50-57.
- PROCHASSON, C. Les jeux du « je »: aperçus sur la subjectivité de l'historien, **Sociétés & Représentations**, v. 1, n. 13 (Jan. 2002) p. 207-226.

- RANCIERE, J. Le concept d'anachronisme et la vérité de l'historien, **L'inactuel**, n. 6, 1996, p. 53-68.
- RANKE, L. **Englische Geschichte, vornehmlich im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert (1859–1869)**. Berlin: Duncker und Humblot, 2002.
- _____. **Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514**. T. 33. Leipzig: Duncker & Humblot, 1867-1890.
- _____. **Über die Epochen der neuen Geschichte**. München-Wien: R. Oldenbourg Verlag, 1971.
- _____. Vorlesungseinleitungen. In: DOTTERWEICH, V. e FUCHS, W. P. (dir.). **Aus Werk und Nachlass**. T. IV. München: Wien, 1975.
- _____. Vorwort. In: _____. **Weltgeschichte**. Leipzig : s/e, 1888.
- RICŒUR, P. Objectivité et subjectivité en histoire. In: _____. **Histoire et vérité**. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- _____. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.
- _____. **Soi-même comme un autre**. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- _____. **Temps et récit, l'oubli**. T. III. Paris: Éditions du Seuil, 1983-1985.
- SCHLOSSER, F. C. **Weltgeschichte in zusammenhängender Darstellung**. S/l: s/e, 1815-1841.
- 272 TAINÉ, H. **Histoire de la littérature anglaise**. Paris: Hachette, 1885.

Resenhas

review essays

A história da historiografia brasileira e suas evidências

The history of Brazilian historiography and its evidences

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 266 p.

Maria da Glória de Oliveira

mgloriaprof@gmail.com

Professora adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica - BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) - Km 7

23890-000 - Seropédica - RJ

Brasil

Palavras-chave

História da historiografia; Fonte histórica; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Keywords

History of historiography; Historical source; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

274

Enviado em: 30/4/2012

Aprovado em: 30/5/2012

A emergência dos estudos historiográficos costuma ser compreendida como sintoma de um momento peculiar de crise da disciplina nas décadas finais do século XX, marcada por uma guinada reflexiva dos historiadores acerca de seu ofício e pressupostos de pesquisa. Mais do que expediente pontual frente às inquietações do campo disciplinar, o que se observa é que o advento de uma “consciência historiográfica”, para usarmos a expressão de Pierre Nora, contribuiu decisivamente para o entendimento da historiografia como lugar de memória e, por conseguinte, como objeto, entre outros, da investigação dos historiadores. Na busca por desfazer a identificação do conhecimento do passado com o exercício de rememoração, a história da história, afinada às demandas dessa nova “etapa epistemológica” da disciplina, passou a se orientar por uma série de indagações acerca dos procedimentos e categorias conceituais que tornam possível a sua elaboração, bem como das mediações sociais de sua difusão.

No entanto, para além dessa aproximação recente com a epistemologia, a história da historiografia não pode ser considerada um empreendimento absolutamente novo. Basta lembrarmos que, entre os trabalhos que contribuíram para a demarcação desse campo, estão os célebres artigos em torno dos problemas da historiografia antiga e moderna, de Arnaldo Momigliano, escritos a partir dos anos de 1950.¹ No contexto brasileiro, aos estudos de José Honório Rodrigues, costuma-se atribuir um caráter pioneiro para a historicização da produção historiográfica nacional (GUIMARÃES 1995). Em suma, desde que passou a ser concebida como dotada de historicidade, ou seja, condicionada pelo ponto de vista de seu autor, pelo tempo e lugar de sua elaboração, a pesquisa e a escrita da história passaram a demandar a abordagem crítica das produções historiográficas precedentes.²

275

Nas páginas introdutórias do *Livro de fontes da historiografia brasileira*, Manoel Luiz Salgado Guimarães apresenta um ensaio vigoroso acerca das articulações entre os estudos de historiografia e o trabalho de reflexão teórica acerca do conhecimento histórico, entendendo esses estudos como campo específico de investigação e, de modo mais abrangente, como componente fundamental da formação dos historiadores. A escrita da história, uma das formas possíveis de elaboração da experiência do tempo, vinculada às práticas sociais de reconstrução do passado e de sua memorização, também se inscreve em uma “cultura histórica”, expressão que denota a dimensão sistêmica dos dispositivos coletivos de produção de sentido para o passado, que se manifestam em diferenciados campos da vida social. A historiografia, como *corpus* de textos dados à leitura de uma coletividade como parte de seu próprio esforço de construção identitária, seria a evidência mais tangível das operações intelectuais que transformam os tempos pretéritos em narrativa e objeto de conhecimento,

¹ O artigo emblemático, neste sentido, é “Ancient history and the antiquarian”, cuja primeira publicação data de 1950. Cf. MOMIGLIANO 1983.

² De fato, o advento de um conceito reflexivo de história corresponde à consciência de que a historiografia está condicionada pelo ponto de vista de quem a elabora. Reinhart Koselleck atribui a Chladenius (1710-1759) a demarcação epistemológica na qual o perspectivismo – o estar vinculado a uma situação ou ponto de vista – transforma-se em pressuposto do conhecimento histórico. Cf. KOSELLECK 2006, p. 173-191.

visando às demandas de um tempo presente e aos anseios de projeção do futuro. Daí o seu estatuto de fonte (esse recurso imperativo que circunscreve o trabalho do historiador desde sempre) e vestígio material privilegiado para a compreensão dos modos com que a história se constituiu como gênero discursivo e disciplina, dotada de procedimentos específicos e regras de validação próprias.

Se considerarmos que o trabalho do historiador começa com o gesto de reunir, selecionar e transformar as marcas do passado em fontes documentais, não será difícil reconhecer a relevância da edição crítica de documentos no espectro diversificado de tarefas que compõem a operação historiográfica. A necessidade de ultrapassar a confecção de catálogos de autores e obras ou de balanços bibliográficos que, tradicionalmente, se confundiram com os estudos de historiografia, tornou imprescindível uma demarcação dos seus objetos, a formulação de problemas e de pautas específicas de investigação, como parte de um processo que Paul Ricoeur denominou de "momento do arquivo", patamar inaugural de todo percurso investigativo.

Em território brasileiro, sempre foram tímidos os investimentos em publicações de edições críticas e comentadas de textos historiográficos e/ou de teoria da história, sobretudo para circulação mais ampla entre alunos de graduação e de pós-graduação, na área das humanidades. Recentemente, esse nicho editorial começou a ser preenchido por iniciativas como as de Estevão de Rezende Martins, com a edição da antologia *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX* (MARTINS 2010) e de Jurandir Malerba, com *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX* (MALERBA 2011). Como parte dos esforços promissores de publicações do gênero, também se destacam as traduções comentadas das obras dos alemães Johann Gustav Droysen (DROYSEN 2009) e Gervinus (GERVINUS 2010), empreendidas por Sara Baldus e Julio Bentivoglio.

276

A coletânea organizada por Manoel Salgado, cuja publicação se materializou logo após a sua prematura morte em 2011, deve ser saudada como uma das iniciativas precursoras no âmbito da edição de fontes textuais para a história da historiografia no Brasil. Sua tese sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), *A escrita da história no século XIX: historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*, defendida em 1987, na Universidade de Berlim e, em especial, o artigo que a condensa, "Nação e civilização nos trópicos" (1988), estão situados hoje entre os trabalhos de leitura obrigatória para os pesquisadores da história da historiografia brasileira, campo de investigação dentro do qual se evidencia um volume crescente e renovado de teses e dissertações.

O *Livro de fontes* é composto por discursos, dissertações e memórias, originalmente publicados na revista do IHGB, ao longo do século XIX, e nomeados por Manoel Salgado como "textos de fundação" por dois aspectos entrecruzados: são textos que inauguram uma forma peculiar de escrita, ou seja, a escrita da história do ponto de vista nacional, e sinalizam o surgimento de uma nova especialidade no mundo das atividades letradas – a figura do historiador do Brasil, como aquele que organiza a narrativa do passado da nação a partir de protocolos discursivos específicos. Dito de outro modo, tais textos podem

ser lidos como fundadores por remeterem a formas possíveis de representação do passado, cujo valor não está na atualidade nem tampouco na invalidação definitiva de seu conteúdo, mas porque, neles, podemos reconhecer modos de pesquisar e escrever a história.

Os nove documentos historiográficos, estampados em sua ortografia e pontuação originais e acrescidos de elucidativas notas do organizador, representam emblematicamente o processo de “disputa em torno do passado desejado” no Oitocentos brasileiro, momento marcado por debates em torno das formas necessárias para uma adequada escrita da história nacional, quando não se havia fixado ainda um modelo canônico para a sua elaboração. Assim, no célebre “Discurso” [1839], proferido na inauguração do IHGB, por Januário da Cunha Barbosa, é possível flagrar certo tipo de consciência histórica que se expressa em consonância com as demandas de consolidação do Estado monárquico imperial, não apenas pela defesa da finalidade magisterial para o conhecimento do passado, mas também no esboço de prescrição de certos procedimentos normativos. As reflexões acerca dos modos de se escrever a história do Brasil permaneceriam presentes em uma série de trabalhos apresentados pelos sócios do Instituto, nas décadas seguintes à sua criação. A preocupação perpassa a “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil” [1840], na qual Raimundo da Cunha Matos define a história como a ciência cujo objetivo primeiro seria o de descrever os acontecimentos do presente e do passado. Transformada em tema de concurso, a questão acerca de como se deveria escrever a história nacional daria origem a outra “Dissertação”, desta vez, de autoria do naturalista bávaro Carl Friedrich Phillip von Martius, premiado pelo IHGB em 1847. O único texto concorrente, a “Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”, do diplomata prussiano Henrique Wallenstein, juntamente com o “Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil” no qual se justificou a escolha do plano de Martius, apresentam-se como peças documentais importantes para a reconstituição dos termos do debate. Por fim, entre os documentos coligidos na coletânea, o artigo “Indicações sobre a história nacional” [1894], de Tristão de Alencar Araripe, recicla a fórmula da *historia magistra vitae*, já em pleno contexto republicano, para defender a utilidade da história em explicar “o que a pátria é e o que pode vir a ser”, porquanto sem a narração dos acontecimentos do passado, não seria possível decifrar “a condição presente e futura do Brasil”.

Ao longo do Oitocentos, distintas visões acerca da pesquisa e escrita históricas sempre foram tacitamente acolhidas entre os sócios do IHGB, em nome dos objetivos estabelecidos para a agremiação, desde a formulação dos seus estatutos fundamentais. Os textos reunidos e anotados por Manoel Salgado apresentam-se como fontes genuínas para o estudo dessa história intelectual, são evidências documentais de um debate cujos vencedores não estavam definidos de antemão e, em seus desdobramentos, prefiguraram respostas possíveis para o problema da representação do passado da nação.

Referências bibliográficas

- DROYSEN, J. Gustav. **Manual de teoria da história**. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentifoglio. Petrópolis: Vozes, 2009.
- GERVINUS, Georg G. **Fundamentos de teoria da história**. Tradução de Sara Baldus e Julio Bentifoglio. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**: revista de história e geografia, Santa Cruz do Sul, vol.1, n.1, março 1995.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-Rio / Contraponto, 2006.
- MALERBA, Jurandir (org.) **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.). **A história pensada**: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983.

Ensaaios com a história cultural

Essays on cultural history

MARTINS, William de Souza; SANGLARD, Gisele (orgs). *História cultural: ensaios sobre linguagens, identidades e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, 236 p.

Maria da Conceição Francisca Pires

conceicao.pires@uol.com.br

Professora adjunta

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 458 - Urca

22290-240 Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Palavras-chave

História cultural; Linguagem; Representação.

Keywords

Cultural history; Language; Representation.

279

Recebido em: 15/5/2012

Aprovado em: 4/6/2012

A cultura, definida como a capacidade de pensamento simbólico, é parte da verdadeira natureza do homem. A cultura não é suplementar ao pensamento humano, mas seu ingrediente intrínseco (LEVI 1992).

Em palestra proferida na Universidade Estadual de Maringá,¹ em 23/3/1996, Peter Burke utiliza a obra do historiador suíço de meados do século XIX Jacob Burckardt, e do holandês J. Huizinga, para apontar quatro aspectos que, a seu ver, inviabilizariam uma aceitação contemporânea de uma história cultural nos "moldes clássicos".

Em linhas gerais Burke aponta as seguintes questões como fundamentais para o reforço da necessidade de revisão da história cultural no decorrer do século XX, a saber: 1) a necessidade de romper com uma história da cultura dissociada da infraestrutura econômica e da estrutura política, ou seja, uma história da cultura "suspensa no ar"; 2) a história cultural "tradicional" parte do pressuposto da existência de consensos culturais; 3) "a ideia clássica de cultura era estreita demais"; e 4) os moldes tradicionais da história cultural produzida entre o século XIX e começo do XX não correspondem mais às expectativas contemporâneas.

Com esse ponto de partida crítico, Burke defende a premissa de que o que distingue a nova história cultural desse modelo "clássico" seria a abrangência acerca da ideia de cultura que a caracteriza. Além disso, para esse autor "Talvez fique mais claro dizer que a grande inovação é a incorporação ou, ao menos, a tentativa de incorporar a vida cotidiana na história cultural" (BURKE 1997, p. 5).

280

No debate que se desenvolveu na mesma mesa, após as considerações de Peter Burke, o historiador Elias Thomé Saliba apresenta uma intrigante e fundamentada crítica ao historiador inglês ao chamar a atenção para questões "essenciais" que passaram ao largo das reflexões de Burke. Para Saliba, os aspectos apontados por Burke correspondem apenas a "sintomas", e o que fundamenta a mudança no enfoque da história cultural é, especificamente, um conjunto de "alterações do estatuto teórico na compreensão da cultura e da história" (SALIBA 1997, p. 16). A revisão da história cultural tratou-se, assim, de um processo de emancipação "de modelos que remetiam o social a outra coisa e não a si mesmo", desse modo a cultura passou a relacionar-se com a totalidade histórica.

Um segundo elemento assinalado por Saliba diz respeito aos novos contornos que são acentuados pela nova história cultural à dimensão cultural, de modo que ela torna-se "um estudo dos processos e práticas das quais se constrói um sentido e se forjam os significantes do mundo social" (SALIBA 1997, p. 12). Assim, em sua concepção a nova "missão" dos historiadores da cultura seria "compreender como os homens do passado se compreendiam, como eles se constituíam a si mesmos, à sua totalidade e à sua própria história" (SALIBA 1997, p. 12).

Penso que as considerações de Saliba sintetizam, de forma singular, as questões que explicam e justificam a pertinência e ampliação dos estudos contemporâneos no âmbito da história cultural.

¹ Publicada na revista *Diálogos*, BURKE 1997. As ideias discutidas nessa palestra estão diluídas no livreto BURKE 2008.

Atualmente é extenso o número de trabalhos acadêmicos ligados a história cultural. Sem me estender na discussão sobre os precursores dessa forma de abordagem – os *Annales* e a sua contribuição para o redimensionamento da noção de documento – em geral o que se observa nesses estudos é a preocupação em acentuar as viabilidades teórico-metodológicas das categorias que formam o patamar conceitual da história cultural. Representações, imaginário, cultura, memória, sensibilidades, apropriação... indubitavelmente, esses conceitos são o esteio da história cultural e orientam os historiadores que adentram pelo amplo terreno da cultura, problematizando seus estudos e demarcando o espaço historiográfico ocupado pela história cultural como uma corrente estabelecida.

Respondem, assim, às críticas correntes durante as décadas de 1980 e 1990, período em que se destacaram no Brasil as pesquisas no âmbito da história cultural, referentes ao seu estatuto teórico e epistemológico. A multiplicidade dos enfoques que norteavam as premissas dos estudos em história cultural era um segundo aspecto que suscitou críticas dos que percebiam a multiplicidade como prova de “desacerto e incongruências” (VAINFAS 1997), e não como uma característica de um campo de estudo que buscava colocar em relevo exatamente a pluralidade das relações sociais e da cultura.

Em contrapartida, algumas tentativas de apontar os méritos da história cultural, parecem não ter obtido êxito, sobretudo quando se ancoraram em designações como “refúgio das mentalidades” (VAINFAS 1997) e se ocuparam mais em indicar seus campos temáticos, que em discutir os conceitos e o embasamento teórico-metodológico que serviu de alicerce para esse campo de estudo.

Associada à definição conceitual, foi fundamental para demarcar a contribuição da história cultural na renovação da pesquisa histórica e da sua escrita a delimitação de um suporte metodológico próprio, que prima pela junção de estratégias e que proporciona condições para que o historiador possa:

contrapor opostos, apostando nas revelações possíveis desse enfrentamento; [...] de um método detetivesco, que sairia do texto para encontrar outros discursos, em um diálogo intertextual; de um método que prestaria atenção nos detalhes, nos sintomas [...] (PESAVENTO 2008, p. 17).

Ao delimitar de forma mais clara sua base metodológica, a história cultural respondeu aos reclamos de que “apesar de uma enxurrada de prolegômenos e discursos sobre o método..., os franceses não elaboraram uma concepção coerente de *mentalités* enquanto campo de estudo” (DARTON *apud* HUNT 2001, p. 12).

Um olhar panorâmico sobre as pesquisas recentes permite constatar a inegável importância que essas têm demonstrado para o alcance das sensibilidades, valores e códigos específicos de diferentes contextos históricos e para o trabalho de reconstrução da memória política e cultural do país. É o que se torna visível após a leitura de *História cultural: ensaios sobre linguagens, identidades e práticas de poder*, livro publicado pela editora Apicuri e organizado por William de Souza Martins e Gisele Sanglard.

Passado um pouco mais de um quarto de século de debates em torno dos pressupostos que se tornaram o fundamento da história cultural, os nove

artigos que compõem esse livro contribuem de forma incisiva para demonstrar a maturidade alcançada por esse campo de estudos. Em primeiro lugar, destaca-se a preocupação em expor aos leitores os conceitos e metodologias empregadas, problematizando-os através de diferentes exercícios empíricos. Aos conceitos vitais para a história cultural, foram associados os de território, identidade, subjetividades, poder, linguagens proporcionando a visualização da reconfiguração assumida pela história cultural nos últimos anos.

Um segundo aspecto que singulariza o livro refere-se a bem sucedida proposta interdisciplinar contemplada pelos trabalhos apresentados. Às categorias analíticas próprias da história foram agregadas categorias de outras disciplinas, como literatura, linguística, artes, antropologia, sem que houvesse um ofuscamento do nosso reduto disciplinar. Assim, munidos de conceitos tomados de empréstimos das outras disciplinas, os autores em questão souberam aprofundar seus recortes e construir seus objetos de pesquisa evidenciando aos leitores as posturas historiográficas assumidas.

Embora o título apresente a proposta de que o livro seja uma reunião de "ensaios", apenas os artigos "Encontros com a história cultural, a partir do estudo das festas, das ordens religiosas e da santidade feminina no Antigo Regime", de William de Souza Martins, "Entre Tramas, jogos e ressonâncias: reflexões sobre uma pesquisa em história cultural", de Fabio Henrique Lopes, "Texto e contexto em história e literatura: a crise do mito da democracia racial brasileira", de Jose Jorge Siqueira e "Cinema e história cultural", de Rosângela de Oliveira Dias, cumprem tal intento ensaístico.

282

Entretanto, o pequeno "desvio de rota" dos demais autores não compromete o intuito de oferecer aos leitores resultados de pesquisas que englobaram recentes categorias conceituais incorporadas pela história cultural e que transitam com bastante desenvoltura por caminhos interdisciplinares, sofisticando, sobremaneira, suas análises.

Como informado na apresentação do livro, em seus ensaios William de Souza Martins e Fabio Henrique Lopes fizeram a opção de dialogar de forma livre com referenciais nos seus respectivos campos temáticos. No primeiro caso, a análise das festas no Antigo Regime encontrou aporte nas reflexões de Mikhail Bakhtin e Peter Burke, e com extrema sutileza se aproximou dos estudos antropológicos no que tange ao exame dos rituais, valores e normas que dão sentido aos símbolos, apontando para as suas imbricações com as relações de poder.

Também pensando nas redes de poder, o ensaio de Fabio Henrique Lopes, por sua vez, transita com bastante desenvoltura pelas categorias desenvolvidas por Michel Foucault para estudar a relação entre as práticas discursivas médicas e as relações sociais, discutindo, através destas relações, a *anatomia do poder*. O exame das relações entre práticas discursivas e tecnologias de poder, reitera a afirmação de Foucault acerca das contingências históricas que delimitam as formações discursivas. Finalmente, sua análise contribui para ampliar o leque de alternativas para a compreensão das redes de poder através de uma abordagem que prioriza as descontinuidades. É uma perspectiva que corrobora com o pressuposto de que "nas relações de dominação, os dominantes não

anulam os dominados, ainda que haja desequilíbrio de força entre os dois lados” (GOMES 2005, p. 24).

Os ensaios de Jose Jorge Siqueira e Rosangela Oliveira Dias, por outro lado, dão visibilidade às potencialidades do texto literário e do cinema como fontes do conhecimento histórico, em ambos os casos assinalando a importância do rigor crítico no exame dessas fontes e da seleção dos conceitos para o processo de decifração associado a uma atitude hermenêutica.

Siqueira inicia estabelecendo um profícuo diálogo com Luiz Costa Lima, Jean Starobinsk e Antonio Candido. Em seguida, discute como o processo seletivo dos conceitos é decisivo para que as questões e os problemas colocados abarquem a multiplicidade dos sentidos que as fontes proporcionam. Como demonstrado pelo autor, a seleção conceitual é uma etapa fundamental para valorizar e expandir possibilidades que nem sempre são devidamente contempladas nessas fontes. Outro importante debate promovido pelo autor refere-se à ação interpretativa do leitor. Ladeando as reflexões de Roger Chartier acerca das questões que envolvem a recepção e a leitura dos textos, o autor confere a essa prática um estatuto de produção do conhecimento.

Rosangela Dias fundamenta parte de sua discussão nas colaborações de Marc Ferro e através de um estudo de caso, discorre sobre as questões de fundo que devem e podem ser consideradas – sem que suas recomendações representem um cativeiro metodológico – para a realização da leitura histórica dos filmes, assinalando a complexidade que envolve as relações de produção no campo cinematográfico. Afinal, colocar em evidência o fato de que um filme é fruto de “elementos cinematográficos e extracinematográficos” é fundamental para que se torne possível apreendê-lo em sua totalidade (ROSSINI 2008).

Metodologicamente suas reflexões mostram-se de suma importância para que se evite incorrer no equívoco comum, sobretudo, no ensino de história, de efetuar uma repetição instrumentalizada da narrativa cinematográfica que exclui as significações possíveis em seu interior.

Os artigos “Da valorização das favelas na década de 1920: uma reflexão sobre o samba Não quero saber mais dela, de Sinhô”, de Romulo Costa Mattos, e “O samba do crioulo doido: de manifestação cultural afro-brasileira em um território étnico a símbolo da cultura nacional”, de Lúcia Silva, se aproximam, em primeiro lugar, no tema eleito para apreciação, no caso as manifestações culturais. Ambos acompanham a noção de cultura a partir dos pressupostos desenvolvidos por E. P. Thompson, acentuando as contradições e fraturas existentes dentro de um mesmo conjunto cultural. Comungam, por fim, de uma perspectiva interdisciplinar, ostentando um rico intercâmbio com a antropologia.

Estabelecem também um interessante *link* com o artigo de Ana Maria Dietrich, “Repressão, controle e vida associativa social e cultural dos imigrantes germânicos em São Paulo”, ao evocarem os indivíduos, as trajetórias pessoais, as histórias de vida e as subjetividades para capturar universos de sentido de grupos diferentes e distantes, que integram o campo do informal e do popular. Os três autores usufruem com bastante desenvoltura do interesse da história social pelos “de baixo”, incluindo em suas observações não apenas a condição de classes, mas de etnia, gerações

e as outras formações identitárias que construíram suas identidades de forma diversa, valendo-se da cultura como principal instrumento de coesão.

Os artigos “Cultura, sociedade e saúde no Rio de Janeiro durante a Primeira República”, de Gisele Sanglard, e “Memórias de si, sentidos revisitados: o Conselho Federal de Cultura e as comemorações em torno do movimento modernista (1967-1972)”, de Tatyana de Amaral Maia, constituem exemplos preciosos da fértil proximidade que é possível estabelecer com a história política ao explorarem outras dimensões do político, no segundo caso especificamente pensando em termos de cultura política e política cultural. Propõem um exame sobre as malhas do poder, ao mesmo tempo em que discutem o caráter relacional que envolve as relações de poder.

Em comum os autores de *História cultural: ensaios sobre linguagens, identidades e práticas de poder* expressaram a preocupação em pontuar o conjunto de pesquisas referenciais que gabaritou e orientou suas interpretações pessoais, bem como as metodologias empregadas no trabalho empírico.

O livro favorece a compreensão e visualização de práticas e grupos considerados pela historiografia tradicional como marginais. Faculta ainda um exame apurado acerca dos procedimentos empregados pelos mesmos para conferir legitimidade às suas ações, colocando em relevo aspectos que tangenciam questões econômicas, mas que se alicerçam fundamentalmente nos referenciais socioculturais dos atores em questão.

Desse modo, é um livro que auxilia a dirimir as eventuais dúvidas que persistam quanto aos conceitos e métodos da história cultural por explorar, com maturidade e refinamento, o seu embasamento teórico-metodológico. Torna-se, portanto, uma importante contribuição para os interessados em acompanhar de forma mais próxima as mudanças, rupturas e também as permanências que caracterizam a história cultural.

284

Referências bibliográficas

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Faperj, 2003.
- BURKE, Peter. Culturas populares e cultura de elite. **Diálogos**, Maringá, v. 1, n. 1, 1997.
- _____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- GOMES, Ângela de C. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria F.B.; GOUVÊA, Maria de F.S. (orgs.) **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PESAVENTO, Sandra J.; SANTOS, Nadia M. W.; ROSSINI, Miriam de S. (orgs.) **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.
- SALIBA, Elias T. Perspectivas para uma historiografia cultural. **Diálogos**, Maringá, v. 1, n. 1, 1997.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C.F; VAINFAS, R. (orgs). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Clio no espelho

Clio in the mirror

FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de teoria da história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2011, 206 p.

Lidiane Soares Rodrigues

lidianesr@uol.com.br

Doutora

Universidade de São Paulo

Rua Bento Freitas, 139/ 81 - Vila Buarque

01220-000 - São Paulo - SP

Brasil

Palavras-chave

História da historiografia; Historiadores; Temporalidades.

Keywords

History of historiography; Historians; Temporalities.

286

Enviado em: 13/5/2012

Aprovado em: 23/6/2012

“Nada de regressar ao passado, nada de regressar a mim mesmo” – assim Lucien Febvre começava sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1933. Considerando-se o título que deu a ela – “De 1892 a 1933: exame de consciência de uma história e de um historiador” – e, naturalmente, seu andamento, é factível asseverar: o mote com que abria a aula dava ensejo para virar do avesso o que afirmava. Era incontornável falar de si próprio (FEBVRE 1977, p. 17).

Lembrar dessa aula e de sua abertura esquivada tem interesse para uma apresentação do livro de Francisco José Calazans Falcon, *Estudos de teoria da história e historiografia*, vindo à lume, pela editora Hucitec, em 2011, no interior da coleção *Estudos históricos*. O livro reúne onze textos do historiador, apresentados por prefácio de Ciro Flamarion Cardoso, e pela “orelha” de Marly de Almeida Vianna.

Eles foram produzidos para ocasiões muito diferentes – aulas, conferências, mesas redondas, dossiês – e, a despeito disso, guardam certa unidade que justifica reuni-los na publicação. É esta coesão que interessa apresentar, e, parece-nos, além dos textos tratarem de teoria da história e história da historiografia, há uma dimensão reflexiva, no sentido autobiográfico que esta noção assume, arrematando o alinhamento do conjunto. Nessa dupla dimensão, talvez se possa ler o livro sob a rubrica de Lucien Febvre – “exame de consciência do historiador” – e se formular uma questão, a qual, os jovens historiadores, ou encaramos com coragem, ou dificilmente produziremos algo de valor.

Naquela aula, Febvre, ao introduzir o inevitável – regressar à historiografia, sinuoso caminho que o levaria a contragosto, a si próprio – afirmava: “historiador que sou, irei direto às datas” (FEBVRE 1977, p. 17). Sigamos o exemplo.

Os artigos reunidos em *Estudos de teoria da história e historiografia* foram produzidos entre 1989 e 2005. Para a geração do autor, animada em seus anos de formação pelas vertentes à esquerda do espectro político, tendo o marxismo como um de seus interlocutores teóricos privilegiados, atingida pela arbitrariedade do regime civil-militar instituído em 1964 – e que vivenciou o paradoxo de assistir a este mesmo regime fomentar o aparato institucional que viabilizou seu trabalho profissional, especialmente, a pós-graduação em nível nacional – “1989” não é um ano qualquer. Não nos parece, assim, gratuito que o primeiro artigo do livro se denomine “Fim da história?”. É como se as páginas que o sucedem quisessem testemunhar a resposta negativa a esta indagação, e pagassem o preço por isso. Dito de outro modo: fazendo história da historiografia, discutindo teorias e antiteorias a incidir nas pesquisas, denunciando e combatendo modismos, buscando o equilíbrio entre a tendência tão comum a se apegar a modelos de formação pretéritos e o entusiasmo alvoroçado pelas novidades.

Os três primeiros artigos – “Fim da história?”, “Crise da história?” e “Utopia e modernidade”, datados, respectivamente, de 1989, 1991 e 1993 – dialogam, como não poderia deixar de ser, com o clima de fim de festa e desnorteio que acometeu espaços profissionais e políticos afeitos à esquerda, em função da “queda do muro” e do fim da URSS. Como se sabe, a escatologia secular da “crise” e “fim” da história – espécie de equivalente da utopia secular cristalizada nas expectativas de emancipação das diferenças sociais promovidas

pelo capitalismo, nas mais variadas apostas políticas revolucionárias – obrigou historiadores a refletirem a respeito de seu ofício, à luz da ordem mundial que sucedeu à guerra fria. O autor não se furtou a isso - “reconheçamos com sinceridade a enorme parcela de responsabilidade que temos em tal processo de destruição da História”. Trata-se de “uma dupla responsabilidade por sinal, ao menos para nós que pertencemos a uma geração mais antiga, uma vez que se trata tanto da História-conhecimento quanto da História-realidade” (FALCON 2011, p. 17). Se o enredo é conhecido, vale retomá-lo em apoio ao argumento. Em tom de sobriedade, diga-se de passagem, rara, quando se trata dessa experiência, o autor pontua: “acreditávamos na história com ‘H’ maiúsculo”, e, por isso, apostávamos conhecer sua “verdadeira essência” – em decorrência, “como profissionais de História, podíamos proclamar a cada momento as nossas certezas em relação ao rumo/destino da História real, fruto de nossas próprias convicções teóricas” (FALCON 2011, p. 17). No entanto, “a História real incumbiu-se a pouco e pouco de nos contradizer, desmentindo certezas, semeando confusões, baralhando cartas, cortando antigas visões/perspectivas mais ou menos teleológicas (FALCON 2011, p. 18). Nessa esteira, afirma: “a História não chegou ao fim [...] os homens e suas sociedades continuam a existir”, e propõe a divisa: “não devemos misturar as coisas: não atribuíamos à História problemas e perplexidades, insuficiências, sobretudo, que são exclusivamente nossos. Precisamos assumir o quanto antes que residem no nosso próprio território as verdadeiras dificuldades [...]” (FALCON 2011, p. 18). Há, afinal, uma “persistente confusão” entre dois processos: “o de ‘crise da História’ entendida como processo real”, e “o da ‘crise da historiografia’” – diferentes, embora inter-relacionados. Para ele, “a primeira reflete os efeitos da ‘História Contemporânea’, sobretudo dos acontecimentos de 1989-1991 e o fim do chamado ‘socialismo real’”, porém “a segunda, expressa os problemas atuais da história-disciplina, dentro e fora de sua oficina, tendo como ponto de partida uma crise paradigmática” (FALCON 2011, p. 173).

Ora, do reconhecimento do nexos entre expectativas e apostas dos historiadores e a grande política ao diagnóstico de que nem tudo pode ser atribuído a este nexos, parece-nos: há uma vasta agenda de pesquisa esboçada, no âmbito da teoria da história e da história da historiografia. É isso o que se evidencia nos estudos reunidos neste livro, e, em especial, se atentarmos para algumas de suas advertências a respeito do que é ainda lacunar na área de história da historiografia. Não é raro se estabelecer o paralelo que liga a história da “macro” política – grosso modo: aposta na emancipação / revolução; crítica ao autoritarismo/totalitarismo dos regimes socialistas, desde os desdobramentos de 1968; valorização da ação local e da “pequena política – à variação das tendências historiográficas – paradigmas explicativos racionalistas, com destaque para o marxismo; crítica ao explicativo/racionalismo e adoção do modelo “compreensivo”; atenção à micro-história, aposta no desconstrucionismo e pós-modernismo. Porém, o historiador chama atenção: à sucessão das tendências mais amplas da história política contemporânea não corresponde de maneira direta a sucessão das tendências temáticas e teóricas na historiografia. Como se dissesse: não se enlacen as duas paralelas história

política em escala global / historiografia, como se esta respondesse àquela de modo não mediado.

É notável o modo como o historiador acompanha as novas inclinações temáticas e as novas ondas que vão dando os contornos da produção historiográfica nos anos noventa e início do novo século. Não se exime de participar de discussões como "História e cidadania" ou "História e violência": artigos homônimos que o autor elaborou em função do convite da Associação Nacional de História. O primeiro foi apresentado no VII Encontro Regional, em 1996; o segundo, no XIX Simpósio Nacional, em 1997. E em ambos, o procedimento é o mesmo: o reconhecimento de que se tratam de temas que, além de requerer especialistas, concernem ao pesquisador como cidadão. Por que constatá-lo? Porque há implicações, para a pesquisa, que ultrapassam a dimensão política mais ou menos contundente e o tom de denúncia que pode animar as mais justas intenções na escolha de tais temas, comprometendo o *métier*. Nos termos do historiador: a "denúncia tem sido, na verdade, a mola propulsora de não poucos trabalhos", é, contudo, "glória e calcanhar de Aquiles ao mesmo tempo" – tendo à espreita, tanto o presentismo quanto o historicismo. As "tentações" do primeiro arriscam "instrumentalizarem a investigação histórica segundo as preocupações e interesses do presente, conduzem a toda sorte de anacronismos e simplificações abusivas, uma vez que ignoram a própria historicidade". Em contrapartida, "o perigo historicista se manifesta na relativização absoluta da violência de tal maneira que explicá-la e compreendê-la se torna, na prática, um exercício de justificação ancorada na *diferença* individualizadora de outras épocas e sociedades" (FALCON 2011, p. 89).

289

Impasse, decerto, a que não sucumbe. Não por acaso, há dois ensaios de fôlego a respeito do historicismo: "Historicismo: a atualidade de uma questão aparentemente inatual" e "O historicismo: antigas e novas questões". Na impossibilidade de apresentar os passos de seu argumento a respeito, vale chamar atenção para a ponderação, que, a bem dizer, testemunha franqueza mais do que necessária e bem vinda. Ele afirma, no segundo ensaio: "quando da nossa primeira tentativa de análise do historicismo, imaginamos na verdade uma história dupla – a do historicismo dos pontos de vista ontológico e epistemológico". Contudo, esse enquadramento, "longe de facilitar, complica bastante a inteligibilidade do percurso histórico do historicismo, daí preferirmos, agora, uma exposição mais cronológica que contemple, para cada época, as características daquelas duas principais vertentes" (FALCON 2011, p. 141). Não por acaso, neste ensaio fica acentuada a diferença entre o historicismo germânico e os demais; tampouco parece casual que a escolha pela exposição mais simples dê suporte à proposta: entendamos as tomadas de posição e as máximas – referindo-se, àquela, sobejamente conhecida, "narrar os acontecimentos tal como realmente ocorreram", de Ranke – "em seus termos originais, ou seja, conforme a visão de mundo e as formas de pensamento e ação realmente existentes à época" (FALCON 2011, p. 149). Constatando a adoção de posturas historicistas, de modo não explícito, tanto quanto petições de princípio historicistas, que não necessariamente redundam em pesquisas

historiográficas com ela coerentes, sentencia: “se o grande princípio subversivo da modernidade é o historicismo”, por ser “uma forma de relativismo que situa o significado das ideias e dos acontecimentos no seu contexto histórico, e no qual a história, em lugar da filosofia e da natureza, se torna o árbitro da verdade”, o pós-modernismo atual confronta-nos “com uma forma de relativismo muito mais subversiva, um relativismo ao radical, tão absoluto, a ponto de ser antitético tanto em relação à história, quanto à verdade” (FALCON 2011, p. 133). Não nos parece, aliás, indiferente a esta constatação, que o autor provoque criticamente o entusiasmo dos incautos com a advertência que clama pela coesão entre argumentos, tomadas de posição e prática de pesquisa: “a crítica ao ‘modelo documental’, tão em moda na atualidade, significa escrever história sem ir aos arquivos, sem pesquisar as fontes, sem ‘documentos’, em suma?” (FALCON 2011, p. 182).

O tema do historicismo tem no livro dois ensaios de fôlego. E, apesar do receio de parecer acintosa uma sugestão, arriscamos fazê-la, em nome do compromisso com o ofício e por acreditar que ela faça coro com o autor. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*, de Fritz Ringer (2000), livro que veio a público pela primeira vez em 1968, ainda não foi suficientemente incorporado às nossas reflexões a respeito de teoria da história e história da historiografia. Para levar às últimas consequências, contudo, a proposta de entender o historicismo, em “seus termos originais”, e de acordo com “a visão de mundo e as formas de pensamento e ação” que lhes foram coevas, urge que o mencionado livro o seja. É que, ao investigar os nexos entre a morfologia do sistema universitário, alternativas epistemológicas e tomadas de posição ideológicas, mapeando as clivagens no interior do “tipo mandarim”, o autor pode compreender linhas de força da tradição intelectual e da composição social na emergência de linhagens, que, entre nós, são por vezes importadas de modo constrangedoramente irrefletido. Ringer não dissocia as grandes realizações do “*Geist*” do sistema educacional superior como elemento de estratificação social, nem da necessidade de defesa das barreiras sociais ameaçadas pela aceleração da modernização alemã na virada do século XIX para o XX. De Weber a Simmel e de Dilthey a Meinecke: talvez nossa leitura desses clássicos e do nosso sistema universitário avançassem em novas direções ao incorporarmos o trabalho de Ringer.

Se o mencionamos é por entender que se alinha com incômodos subreptícios do historiador, evidentes nesta coletânea, nas lacunas que, com contundência, assinala nos nossos estudos de historiografia, nas indagações que a eles dirige, e em passagens, cujo tom de depoimento desperta muito interesse. Essas inquietações concentram-se em dois artigos: “A historiografia contemporânea e a identidade do historiador”; “Teoria e história da historiografia contemporânea”. Segundo ele, antes da estruturação da pós-graduação, em nível nacional, era patente a oposição entre tradição e inovação atizando conflitos “crescentes em função da radicalização de perspectivas e das disputas movidas por interesses e posições institucionais e rivalidades pessoais e de grupos, no seio especialmente dos departamentos que tinha a seu cargo os cursos de graduação em História,

nas Faculdades de Filosofia". Naqueles anos, "a disputa entre tradicionalistas e inovadores concentrou-se em torno do ensino de História e ganhou as salas de aula", de modo que, a dicotomia "teorização versus empirismo" norteou cursos, aulas, obras, indexando as identidades. De um lado, os dito "empiristas, meramente informativos e os reconhecidamente teóricos, interpretativos. Também os docentes caíram sob o jugo desse maniqueísmo, classificados/rotulados, na sua maioria, ou como empiristas ou como teóricos" (FALCON 2011, p. 61). Em contrapartida, detecta, no reordenamento institucional imposto ao quadro da produção historiográfica, a partir dos anos 1970, nos "primórdios da pós-graduação": "certo compromisso entre as antigas designações, próprias da graduação (História do Brasil, História da América, História Antiga e Medieval) e as de caráter temático, mais 'modernas' (História Econômica, História Social, História Cultural) [...]". Contudo, era "confusa e flutuante", a maneira de se "conceber e designar as linhas de pesquisa, já que, frequentemente, elas tinham muito pouco a ver com a estrutura curricular ou mesmo com a(s) área(s) de concentração, mas, sim, com os projetos individuais ou de grupos dos próprios docentes" (FALCON 2011, p. 186). As duas observações, lidas em conjunto, dão o que pensar. A primeira – constatando oposição *logicamente* falsa, mas *sociologicamente* condicionante e definidora de grupos e filiações – não teria ensejado, ao seu modo, pesquisas animadas por premissas questionáveis? A segunda, em contrapartida – referindo-se à ordenação institucional não correspondente às linhas de pesquisa – não teria, ao mesmo tempo estrangido uns e animado outros? Tanto a formulação dessas questões quanto o encaminhamento delas, requer, ao fim e ao cabo, a consideração da morfologia social e institucional que mencionávamos – condicionando os rumos da historiografia. Vale, nesse sentido, retomar a advertência colhida no livro em tela, que destacamos inicialmente: tal *approach* talvez seja alternativa mais profícua que a ligação por vezes estabelecida entre o arco da macropolítica – da revolução ao desbunde – e a historiografia – da grande narrativa teleológica à crítica da razão. O próprio historiador dá a pista para tal pesquisa: as "linhas de força da ordenação da pós-graduação" eram "historiografia tradicional, a *Nouvelle Histoire* (dos *Annales*) e a crítica teorizante predominantemente marxista" e, "cada curso/programa constitui, nos anos [19]70 e começos dos [19]80, um caso específico de articulação, em proporções bastante variadas, dessas três tendências ou perspectivas historiográficas" (FALCON 2011, p. 63).

Lentamente, temos assistido à legitimação de uma jovem área de estudos, segmentação interna aos estudos dos historiadores: história da historiografia. Agregando pesquisas com recortes muito diversificados já se qualifica o setor como conformado, com dimensões "epistêmicas e metodológicas, como campo de conhecimento específico" (NEVES 2011, p. 9) – e, com efeito, o volume de trabalhos e pesquisas acumuladas neste âmbito corrobora este juízo. Sendo já reconhecido que, com propósitos diversos, todo historiador encontra-se sempre preocupado com historiografia – seria preciso extrair as consequências dessa diversidade de motivos. Apresentando o livro em questão, ocorre-nos, neste caso, tal consideração não se desvencilha de uma questão a dividir a geração

atual das anteriores, no quadro da produção historiográfica brasileira. A divisa proposta é simples, porém útil: os mais jovens se formam em contexto no qual história da historiografia é um “campo de conhecimento específico”, e, como tal, chancela o início da carreira no interior dela. Gerações anteriores seguiram outro padrão – no qual não estava previsto tal início, porém a dedicação a este setor em fase já avançada, não por acaso batizada, não apenas por Lucien Febvre, como “exame de consciência do historiador”.

Nos dias que correm, esses dois modelos estão convivendo – e, talvez por isso, ele seja dos mais instigantes, para as duas pontas geracionais. Quando se termina a leitura do livro de Falcon, atentando-se para preocupações que pontilham o conjunto – a preocupação com a coerência entre pressupostos teóricos (ou antiteóricos) e trabalho com as fontes, também no âmbito da história da historiografia, o incômodo com generalizações apressadas (FALCON 2011, p. 194) – é difícil não se indagar: nós, os jovens historiadores formados no tempo presente, ao avançarmos em nossos trabalhos, teremos tal clareza a respeito dos impasses lógicos do que fazemos? Se é impossível responder, é igualmente inevitável pontuar a diferença que baliza os dois perfis da formação. Francisco José Calazans Falcon licenciou-se em 1955, em história e geografia, na antiga Universidade do Brasil. Sua pesquisa historiográfica – na qual a história da historiografia equivale *mutatis mutandis* a balanço bibliográfico, e não área de especialização – deu origem ao já clássico *A época pombalina* (FALCON 1982), por meio da qual conquistou o título de livre-docente doutor em história moderna pela Universidade Federal Fluminense, em 1976. Não surpreende que, dirigindo o recado a historiadores, ironize “o que eu acho graça é que as pessoas pensam que as coisas sempre existiram tal como existem hoje”, como se nos desafiasse a voltar nossa “utensilhagem mental e intelectual” a nós próprios – e discorra a respeito do “meio século em que as coisas mudaram radicalmente” (FALCON 2006), dando destaque às possibilidades e coerções de pesquisa propiciadas pelas rotações na ordenação institucional universitária. Não há dúvidas que os jovens da jovem área “história da historiografia” encontramos advertência e programa de pesquisa mesclados nesse espelho de Clio, e que nossos desafios são grandes, pois nem só de vantagens vivem os que se iniciam já na área autorreflexiva do *métier*, como deixam evidentes as entrelinhas desse livro. Esperamos estar à altura deles.

292

Referências bibliográficas

FALCON, Francisco José Calazans. **Estudos de teoria da história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2011.

_____. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

_____. A História andou para trás. **Revista de história da Biblioteca Nacional**, n. 9, abril de 2006.

FEBVRE, Lucien. De 1892 a 1933. Exame de consciência de uma história e de um historiador. In: _____. **Combates pela História I**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, *et al* (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães**: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edusp, 2000.

Michel de Certeau: entre a história e a psicanálise

Michel de Certeau: between history and psychoanalysis

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, 256 p.

Raul Max Lucas da Costa

raulmaxpsi@yahoo.com.br

Mestre

Universidade Federal do Ceará

Rua Zeferino Pedro dos Santos, 648 - São José

63024-390 - Juazeiro do Norte - CE

Brasil

Palavras-chave

Historiografia; Ciência; Michel de Certeau.

294

Keywords

Historiography; Science; Michel de Certeau.

Enviado em: 16/5/2012

Aprovado em: 6/8/2012

O historiador francês Michel de Certeau é referência constante no campo da história e das ciências sociais em pesquisas que problematizam o cotidiano citadino, a diversidade cultural, as práticas religiosas e a escrita da história. Conhecido por sua erudição e escrita prolixa, De Certeau causa em seus leitores fascínio e estranhamento, retirando-os dos lugares comuns, próprios da ordem discursiva acadêmica, levando-os a uma travessia, aparentemente arriscada, por referências antropológicas, etnográficas, místicas, linguísticas e psicanalíticas sem perder a direção de sua reflexão histórica.

Reunindo textos dedicados à reflexão sobre o fazer historiográfico em diálogo com o saber psicanalítico, o livro *História e psicanálise: entre ciência e ficção* (2011) de Michel de Certeau, traduzido recentemente para o português, suscita questões sobre as proximidades entre história e psicanálise. O livro consiste numa publicação póstuma organizada por sua colaboradora Luce Giard e originalmente lançado em 1987, em francês, pela editora Gallimard. Para o historiador interessado num diálogo maduro e profícuo entre história e psicanálise, longe da superficialidade comum das meditações propedêuticas, o livro torna-se mais uma referência obrigatória. Ao leitor psicanalista poderá interessar a discussão sobre a escrita ficcional, a epistemologia, a temporalidade, a literatura e o pertencimento institucional como questões afins entre o ofício do historiador e do psicanalista.

Apesar de ressaltar o saber psicanalítico como interlocutor central de sua reflexão historiográfica, o livro também reúne textos do autor sobre o filósofo Michel Foucault, convidando o leitor a pensar o fazer historiográfico a partir da linguagem, da escrita e da subjetividade. No tocante a psicanálise, Freud é a referência maior, sobretudo, os textos freudianos dedicados à religião como "Moisés e o monoteísmo" (1939), "Sobre uma neurose demoníaca do séc. XVII/XVIII" (1922) e "O caso Schreber" (1911). Além de Freud, o psicanalista francês Jacques Lacan é outra referência constante, não tanto por seus escritos, mas por seu ensino que marcou profundamente o movimento psicanalítico contemporâneo. De Certeau participou ativamente como membro da Escola Freudiana de Paris idealizada por Lacan desde sua fundação em 1964 até sua dissolução em 1980. Apesar de sua filiação a instituição psicanalítica, De Certeau não se autorizava como psicanalista. Era como historiador que buscava na psicanálise elementos para realizar seu ofício.

A obra está dividida em dez capítulos, sendo os três primeiros dedicados à relação entre história, psicanálise, enquanto disciplinas fronteiriças entre a ciência e a ficção, daí a invocação ao texto literário, ao romance e ao procedimento científico como elementos comuns entre o historiador e o psicanalista. Os capítulos IV, V e VI são dedicados a Michel Foucault, consistindo respectivamente, numa resenha sobre a obra *As palavras e as coisas*, um obituário sobre o falecimento do filósofo em 1984 e um texto sobre a obra *Vigiar e punir*. Os capítulos seguintes (VII a IX) destacam a noção de estrutura, a heterologia e a mística. O lugar do historiador, as condições de possibilidades de sua prática, a funcionalidade da nomeação e da linguagem são tematizados. O último capítulo é um texto obituário a Lacan, falecido em 1981, lembrado aqui como um mestre

referenciado pela fala/palavra, leitor subversivo da obra freudiana e reformador da instituição, da política e da ética psicanalítica.

Em "A história, ciência e ficção", capítulo inaugural do livro, a presença da ficção na escrita do historiador é problematizada, considerando a aspiração científica da disciplina histórica e a referência à realidade como parâmetro da verdade. Daí o autor afirmar que "ciência" e "ficção" são palavras perigosas, amplamente utilizadas para distinguir a prática histórica como disciplina. No discurso do historiador, quatro funcionamentos da ficção são identificáveis: 1) a ficção (mitos, lendas, fábulas) é entendida como um erro, elemento de falseabilidade que deve ser distanciado; 2) a realidade surge como parâmetro de verdade; 3) paradoxalmente a ficção excluída retorna ao campo científico na linguagem formal explicativa e organizadora; 4) o discurso fictício é considerado impuro, carente de cientificidade. Apesar desses desencontros entre o ficcional e o científico, De Certeau ressalta que a ficção em suas diferentes modalidades da forma ao real, não pretendendo representá-lo ou ser autorizado pelo o mesmo. No campo historiográfico existiria uma "ambição de dizer o real" atitude que recusa sua perda.

Um ponto importante sobre o estatuto científico do discurso historiográfico é sua relação com a instituição que lhe autoriza. A obra do historiador escamoteia a instituição guardiã da verdade do real que reconhece e autoriza seu lugar, desde que tenha um fundamento mínimo estatístico e seja reconhecido por uma "autoridade reinante". Ao falar em nome do real, a escrita histórica seria uma "narrativa imperativa".

296

Em sua produção científica, o texto escrito, o discurso do historiador recorre à narrativa e ao ordinário, dando linearidade, ordem e sentido aos seus objetos. Em suma:

[...] essa ficção-científica funciona, à semelhança de outras heterologias, no ponto de junção entre discurso científico e linguagem ordinária, exatamente no ponto em que o passado se conjuga com o presente e em que as indagações sem tratamento técnico retornam como metáforas narrativas (CERTEAU 2011, p. 63).

Em "Psicanálise e história", as noções psicanalíticas de tempo, memória e historicidade são apresentadas ao leitor, destacando-se suas diferenças com a operação historiográfica. A própria particularidade da inserção do saber psicanalítico em diferentes países também é tematizada. Enquanto a historiografia trabalha com a cisão sequencial entre passado e presente, a psicanálise inclui o passado no presente como bem demonstra a ideia freudiana de recalçamento e seu retorno.

A relação de Freud com a história foi bastante singular ao promover rupturas com os antagonismos clássicos entre o individual e o social, o normal e o patológico, e por fim entre a realidade e o ficcional. A obra *Totem e tabu* (1913) revela de forma exemplar essa ultrapassagem desses dualismos e a própria condição ficcional do sujeito na cultura. Desde já, uma questão apresentada por De Certeau vem à tona: ao romper com a cisão entre passado e presente

não estaria à psicanálise realizando uma interpretação anacrônica do social ao considerar o inconsciente uma categoria atemporal?

Outra faceta na interface entre história e psicanálise diz respeito à própria historicidade da psicanálise enquanto saber e instituição, fato considerado por De Certeau como rechaçado, denegado entre os psicanalistas.

O capítulo "O 'romance' psicanalítico: história e literatura" aborda o impacto do "freudismo" no campo das ciências, sobretudo na historiografia. A novidade da psicanálise freudiana foi reintroduzir a arte literária, sobretudo o romance na escrita científica, já que a modernidade desde o século XVIII produziu uma cisão entre as "letras" e as "ciências". O recurso literário na construção epistemológica da psicanálise está presente desde a construção dos casos clínicos freudianos cuja marca maior foi romper com a anamnese médica criando uma *krankegeschichte*, ou seja, uma "história de paciente" profundamente marcada pelo estilo romântico. A narrativa na construção do caso clínico aponta para o limite dos conceitos teóricos perante o factual. Mais do que um uso estilístico a marca literária na obra freudiana consiste numa recuperação da subjetividade no campo da ciência. A tese De Certeau é de que a literatura é o discurso teórico dos processos históricos, pois "sem romance, não há historicidade" (CERTEAU 2011, p. 96). Contudo, a instituição acadêmica confere ao historiador um lugar de autoridade e a forma metodológica de seu ofício tendo como parâmetro a realidade. Nesse movimento, a ficção é exorcizada e a criação literária devolvida ao contexto real no qual foi produzida.

Nos capítulos seguintes (IV, V e VI) De Certeau realiza uma análise dos efeitos do pensamento foucaultiano no campo das ciências. Em "O riso de Foucault", o estilo irônico do filósofo francês é sintetizado na resposta a interrogação dos interlocutores brasileiros sobre qual a sua qualificação e especialidade acadêmica: "Quem sou eu? Um leitor" (CERTEAU 2011, p. 118).

Sabemos que De Certeau também compartilhava de uma formação não exclusiva a um campo específico, daí talvez sua referência constante ao trabalho de Foucault ora para homenageá-lo, ora para criticá-lo. Isso fica patente no comentário do autor sobre a publicação de *As palavras e as coisas*: "O brilho e, às vezes, a preciosidade do estilo, a minuciosa destreza da análise, abrem para uma obscuridade em que se perdem, conjuntamente, o autor e o leitor" (CERTEAU 2011, p. 132).

O projeto arqueogenealógico foucaultiano ultrapassava as fronteiras institucionais e a ordem do discurso vigente nas universidades, daí sua recusa a participar ou identificar-se com um campo específico do saber. A descontinuidade e a desconstrução dos saberes provocam um "espanto", uma surpresa no leitor que se depara com sua obra ritmada por imagens (quadros, gravuras) e citações que fornecem a sua obra um estilo óptico.

Em "O sol negro da linguagem: Michel Foucault" o eixo de discussão parte de uma resenha crítica ao livro *As palavras e as coisas* considerando seu impacto social e intelectual a época de seu lançamento. Mais uma vez a obra de Foucault é analisada em aspectos visuais ao ser considerada brilhante. Brilhante até demais, dirá De Certeau ao ponto de ofuscar o autor e o leitor, obscurecendo o conteúdo o qual o a obra se propõe discutir.

No capítulo "Microtécnicas e discurso panóptico: um quiproquó" De Certeau elege o livro *Vigiar e punir* de Foucault para discutir os limites e os efeitos metodológicos de sua obra. O estudo sobre as prisões e sobre as instituições disciplinares é permeado de referências de controle: técnicas, máquinas, aparelhos, instrumentos, dentre outros. De Certeau critica a pretensão foucaultiana de elaborar uma teoria sobre os domínios não verbais: "Foucault trabalha à beira da falésia, tentando inventar um discurso para abordar práticas não discursivas" (CERTEAU 2011, p. 157). O método foucaultiano seria semelhante a um aparelho panóptico, ou seja, uma análise panóptica que não deixa escapar nada.

O diálogo entre história e psicanálise é retomado nos capítulos que finalizam a obra (capítulos VII, VIII, IX e X). Em "História e estrutura", a partir da historiografia religiosa, De Certeau concentra sua análise na estrutura do passado e sua relação com o presente. A ausência seria o operador do trabalho historiográfico, sua "condição de possibilidade" que permitiria realçar a diferença entre o passado e o presente. A história cristã seria a tentativa emblemática de homogeneizar o tempo e as diferenças culturais e geográficas, não deixando nenhum resto ausente. Nesse sentido, De Certeau se recusa a utilização retórica dos conceitos psicanalíticos como forma interpretação da história.

O capítulo seguinte "O ausente da história" prossegue com a discussão anterior. A heterologia, o estudo do outro, seria a marca discursiva da historiografia. Ainda, o outro, objeto do historiador é o que está ausente. O trabalho historiográfico teria como efeito a multiplicação das "marcas da alteridade" através da série de nomes, datas e outros pormenores. Outro efeito da escrita da história seria uma marca de ausência no presente, causando uma falta semelhante ao efeito *nonsense* da irrupção do sonho para o sonhador conforme Freud: "A escrita historiográfica cria 'a-topias'; ela abre 'não lugares' (ausências) no presente; [...] Ela coloca-se, então, do lado do sonho. [...] a análise freudiana, de maneira mais aprofundada, nos ensinou: a alteridade do real ressurgue na ficção" (CERTEAU 2011, p. 185).

"A instituição da podridão: Luder", capítulo IX, consiste em uma comunicação realizada na Escola Freudiana de Paris. Trata-se de um comentário sobre o estudo freudiano da autobiografia de Schreber. De Certeau aproxima às alucinações visuais e auditivas da paranoia à experiência dos místicos cristãos. Em seus delírios paranoicos, Schreber recebeu a nomeação de Luder (pobre, lixo) fato que provocou uma série de episódios de degradação de seu corpo. Partindo desse fato, De Certeau examina a degradação do corpo nas experiências místicas, semelhantes às torturas institucionais. As instituições políticas são comumente alvos de reformas que pretendem livrar a corrupção, a podridão em nome do ideal de pureza.

Acredito que essa reflexão sobre o lugar do podre no funcionamento institucional não estava desvinculada ao momento político da instituição psicanalítica do qual De Certeau era engajado, ou seja, a crítica lacaniana à tradição e aos desvios da Associação Psicanalítica Internacional.

O capítulo X consiste em um texto necrológico dedicado à memória de Jacques Lacan falecido em 1981. Lacan é lembrado como um mestre da fala de retórica e estilo marcado por jogos de linguagem. Os seminários lacanianos tratavam justamente de realizar um retorno à Freud perante a uma plateia de seguidores. Seu ensino marcado mais pela locução do que pela escrita, revela uma ética que estende a clínica onde à fala do sujeito sobressai o silêncio do analista e a proposta de uma instituição psicanalítica no modelo de Escola. A proposta lacaniana radicalizou a formação do analista ao enfatizar a análise pessoal como possibilidade de autorizar-se psicanalista. A Escola seria o lugar de reunião daqueles (analistas e analisandos) marcados por essa ética da fala e que mantinham dedicação à causa analítica. De Certeau interroga sobre os destinos dessa proposta, sobre sua viabilidade após a morte de seu mestre criador.

Por fim, o livro de Michel de Certeau *História e psicanálise: entre ciência e ficção* é referência indispensável para aqueles que pretendem se aventurar na discussão sobre a subjetividade na fronteira entre história e psicanálise.

À sombra da tradição: produção, difusão e consumo do saber histórico no Brasil

In the shadow of tradition: production, distribution and consumption of historical knowledge in Brazil

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro: Edições Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010, 308 p.

Rebeca Gontijo

rebeca_gontijo@hotmail.com

Professora adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica - BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) - Km 7

23890-000 - Seropédica - RJ

Brasil

Palavras-chave

Historiografia; Coleção Documentos Brasileiros; Gilberto Freyre.

300

Keywords

Historiography; Brazilians Documents Collection; Gilberto Freyre.

Recebido em: 28/5/2012

Aprovado em: 21/9/2012

A escrita da história da historiografia, como produção intelectual e, também, política – uma vez que envolve a constituição do campo disciplinar da história, com suas disposições metodológicas, institucionais, corporativas, editoriais e pedagógicas, que configuram um terreno em disputas –, é frequentemente relacionada ao processo de construção da história como disciplina autônoma no século XIX (CARBONELL 1982; BLANKE 2006). Mas, para que fosse possível e desejável escrevê-la foi preciso que houvesse não apenas uma concepção de história enquanto gênero dotado de especificidades – algo admitido desde a antiguidade –, mas uma consciência da condição histórica da própria historiografia, além da compreensão de que a história escrita constitui um tipo de documento.¹ Supostamente, tais aspectos autorizaram a constituição de uma espécie de arquivo, capaz de servir de base para a elaboração desse tipo de história.² E essa produção adotou, por muito tempo, uma forma característica: o registro dos progressos da pesquisa, indicando historiadores e obras referenciais, de modo a conformar formas antigas e modernas de investigar, escrever e ler a história.³

Mais recentemente, François Hartog afirmou que, pensar a historiografia supõe ir além de uma história da história restrita a “uma coletânea dos erros passados cometidos por historiadores que não podiam ter uma visão *exata* do passado”. Essa perspectiva nada mais faria, a não ser afirmar uma história “pré-científica” – assim como, “conservadora” ou “tradicional” – que é ou deve ser ultrapassada (HARTOG 2009).⁴

Uma forma de ir além dessa perspectiva cômoda, que é observar os “progressos” e “atrasos” da historiografia, é reconstituir as mediações sociais da produção e difusão do saber histórico. E essa é a proposta de Fábio Franzini em seu livro, fruto de sua tese de doutorado,⁵ que recebeu o Prêmio da Casa de Rui Barbosa 2004.

O estudo de Franzini focaliza as mediações sociais que regem a difusão do conhecimento histórico, contribuindo para a compreensão da história da historiografia como o estudo da constituição de um sistema intelectual, por

301

¹ Anthony Grafton (2007) reconstituiu as práticas de exegese textual e de crítica histórica anteriores ao século XIX. Ao fazer isso, ajuda a compreender não apenas as relações entre tais práticas e as formas de representação do passado entre os séculos XV e XVIII, mas, também, os modos como seus produtos, as histórias escritas, podiam ser lidos e historicizados. Portanto, é possível dizer que a história da historiografia se desenvolveu *pari passu* à temporalização e à ascensão de um moderno conceito de história. Resta compreender as formas que essa história da historiografia assumiu desde então. As classificações elaboradas por BLANKE (2006) são úteis nesse sentido.

² Essa proposição acompanha as reflexões de GUMBRECHT 1996; SOUZA 1987. Ambos abordam a história da literatura.

³ É interessante observar que, no Brasil, há indícios de uma consciência historiográfica ao longo do século XIX (ARAUJO 2011; ABREU 1878, 1882). Ao mesmo tempo, a história da historiografia permaneceu como parte da história da literatura até o início do século XX. E embora haja algumas narrativas autônomas sobre essa história nas décadas de 1920 e 1930 (BEZERRA 1927; HAUSER 1937), é possível dizer que o trabalho mais sistemático de estudo e escrita foi posto em prática por José Honório Rodrigues entre os anos 1940 e 1970.

⁴ Essa mudança de rumo no estudo da história da historiografia – apontada por HARTOG (2009) e autores como MALERBA (2006) e BLANKE (2006) – está relacionada ao chamado *giro linguístico*, que colocou em questão o estatuto do texto histórico, reafirmando a historicidade do discurso produzido pelos historiadores. Uma síntese da discussão sobre a narrativa histórica hoje é oferecida por REVEL 2010. Para o aprofundamento da reflexão sobre as possibilidades e funções da história da historiografia como campo de estudos, a partir de questões contemporâneas, ver: CERTEAU 1982; MALERBA 2006; ANKERSMIT 2006; HARTOG 2009; GUIMARÃES 2007; ARAUJO 2006; SILVA 2001.

⁵ A tese de Franzini foi defendida na Universidade de São Paulo, em 2007, sob a orientação de Nicolau Sevcenko.

meio do qual a história é produzida e dada a ler. Dessa forma, reconstituir os “impactos intelectuais” de obras conhecidas e outras, nem tanto, pois que não tiveram o mesmo peso, nem repercutiram da mesma forma em sua própria época e além dela.

A frase utilizada pelo autor para sintetizar as razões da escolha do tema foi extraída de Robert Darnton: “[...] os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem” (DARNTON 1990, p. 130-131). Com esse mote, Franzini realiza um “estudo das condições materiais de produção, difusão e consumo do saber histórico no Brasil da primeira metade do século XX” (FRANZINI 2010, p. 21). O objeto escolhido foi a coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio Editora, vista como ponto de convergência entre os diferentes sujeitos que constituíram esse sistema intelectual, entre 1936 e 1959.

De fato, trata-se de um empreendimento incomum no terreno ainda pouco explorado dos estudos sobre a historiografia realizados no Brasil.⁶ Por um lado, tais estudos têm sido marcados pela questão nacional, vista como eixo norteador da pesquisa e da escrita da história, atrelando de forma profícua a história da historiografia à história política;⁷ por outro e em menor grau,

302

⁶ Entre os anos 1940 e 1970, observa-se o investimento de alguns pesquisadores isolados no estudo da história e da história da historiografia no Brasil, tais como: RODRIGUES (1949, 1952, 1965), CAMPOS (1961), FIGUEIRA (1973), DIAS (1974), ODÁLIA (1979), LAPA (1976), GLEZER (1977), JANOTTI (1977), cujos trabalhos foram produzidos num contexto marcado pelo desenvolvimento dos cursos universitários de história. Trata-se de uma produção que, de modo bastante genérico, caracteriza-se pelo empenho em apresentar um panorama da historiografia e dos historiadores do Brasil, a exceção de Dias, Glezer e Janotti, cujos estudos têm caráter monográfico, pois estão restritos à análise de um historiador – Robert Southey, Honório Rodrigues e João Francisco Lisboa, respectivamente – e sua obra. Nos anos 1980 e 1990, além de alguns trabalhos pontuais (BOTTMAN 1985; ARAÚJO 1988; IGLÉSIAS 1988) destacam-se as pesquisas de GUIMARÃES (1988), WEHLING (1989, 1992, 1999), PASCHOAL GUIMARÃES (1994, 2006), que tratam de temas relativos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como os de FALCON (1999), GOMES (1996) – que se dedica ao estudo da cultura histórica no século XX, com foco na primeira metade do século XX, período pouco estudado –, DIEHL (1993, 1998) e REIS (1994, 1999, 2003), os dois últimos autores de várias obras de síntese sobre historiografia brasileira e teoria da história. As contribuições de Falcon e Wehling para o estudo do historicismo no Brasil e de Manoel Guimarães, para a compreensão da história / memória disciplinar e da cultura histórica oitocentista, bem como, para a divulgação no país de importantes reflexões de historiadores franceses e alemães, somam-se ao esforço para o entendimento das relações entre a escrita da história e a questão nacional no Oitocentos. Nesse sentido, Manoel Salgado Guimarães e Lucia Paschoal Guimarães também se destacam na orientação de várias pesquisas que articulam a escrita da história à história política, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da história da historiografia como campo de estudos. Mais recentemente, entre os anos 1990 e a primeira década do século XXI, as pesquisas de: KANTOR (2004), sobre as academias ilustradas do Setecentos; CEZAR (2003, 2007, 2008, 2009), que também focaliza a produção historiográfica oitocentista vinculada ao IHGB, destacando-se no estudo da obra de Varnhagen; e ARAÚJO (2008), que procura ir além dos institutos na investigação das concepções de história oitocentistas. Por diferentes caminhos, esses autores verticalizam as análises, aprofundando o estudo dos textos e, no caso do segundo, deslocando o foco da questão nacional. Atualmente, grande parte dos estudos sobre historiografia no Brasil se detém sobre o século XIX.

⁷ Na década de 1970, dois livros se destacavam por abordar a produção historiográfica oitocentista na interseção com a história política e a questão nacional, ambos frutos de teses de doutoramento: *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil* (1974), de Maria Odila Leite da Silva Dias; e *João Francisco Lisboa: jornalista e historiador* (1977), de Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Posteriormente, o trabalho de Manoel Luiz Salgado Guimarães apontou outro caminho para articular o estudo da historiografia à história política, focalizando uma instituição: o IHGB. O artigo “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, publicado em 1988, apresenta a síntese de sua tese de doutorado, *A escrita da história no século XIX. Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*, defendida no ano anterior, na Universidade Livre de Berlim, sob a orientação de Hagen Schulze. A tese foi traduzida e publicada no Brasil postumamente, em 2011, com o título de *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Desde o início dos anos 1990, várias pesquisas sobre o tema, com foco no IHGB do século XIX, foram desenvolvidas no âmbito das pós-graduações, com difusão, sobretudo, por meio de revistas acadêmicas. Importante observar que os estudos de Manoel Guimarães desdobraram-se, permitindo-lhe esboçar um projeto para a historiografia enquanto campo de investigação, que propunha articular política e cultura histórica, assemelhando-se a “uma história das formas de lembrar-se”. Caberia à historiografia como área de investigação, entre outras coisas, a tarefa de “interrogar acerca das inúmeras formas de produção do passado e dos regimes correlatos de escrita que se instauram para significar esse conjunto pretérito de

privilegiam problemas de ordem discursiva ou formal, convergindo o foco para o texto historiográfico. Daí a discussão sobre narrativa, estilo, retórica, bem como sobre as práticas, os métodos de investigação.⁸ De forma preliminar, é possível dizer que parte significativa dos estudos sobre historiografia no Brasil versa sobre autores e/ou obras em contraste com os estudos sobre uma instituição: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O livro *À sombra das palmeiras*, árvore-símbolo da coleção, abre outra trilha, que também pode ser muito rica, sobretudo se considerarmos certas características de uma cultura histórica relativas à produção de coleções destinadas a explicar o país e dizer *quem* e *o que* devemos ler para conhecê-lo.

No primeiro capítulo, "Dilemas e embates da historiografia tropical", o autor demonstra a força da tradição historiográfica oitocentista no século XX, mas também chama atenção para as mudanças significativas ocorridas ao longo de cem anos, entre a criação do IHGB, em 1838, e 1938, ano de realização do 3º Congresso de História Nacional, promovido pelo mesmo Instituto.⁹ Tais mudanças são relacionadas à submissão da história à sociologia, percebida pelos contemporâneos, indicando o progressivo esgotamento do modelo estabelecido por Varnhagen, fundado na noção de história geral. De acordo com Franzini, na virada do século XIX, a pesquisa histórica já ultrapassava os limites da documentação oficial e a colocava ao lado de "narrativas de viagem, inventários, testamentos, memórias e outros papéis privados" (FRANZINI 2006, p. 47). Considerando que "novas fontes exigem novos métodos", tais mudanças suscitavam novas interpretações e formas narrativas. Destacando a presença de Capistrano de Abreu nesse contexto como alguém que "se fez especialista entre polígrafos", Franzini também o situa como "o primeiro *historiador* brasileiro no sentido moderno do termo", cujas características seriam: a erudição e o rigor metodológico. Um contraponto ao "paradigma Varnhagen" (FRANZINI 2010, p. 49-50).¹⁰

303

experiências". Em outras palavras, "interrogar as formas do discurso histórico", considerando sua relação, enquanto forma específica de produção de conhecimento sobre o passado, com a cultura histórica mais ampla. Ver GUIMARÃES 2007, p. 31; 36.

⁸ A partir do final dos anos 1980 e ao longo da primeira década do século XXI, é possível notar certo interesse por problemas relacionados ao discurso histórico, à narrativa, às práticas de investigação e às concepções de história que as orientam, geralmente mantendo o referencial da história política e da questão nacional, mas também expressando outras preocupações, por vezes relacionadas à cultura histórica, à experiência do tempo e à recepção das obras historiográficas, assim como enfrentando problemas de teoria da história ou da história dos conceitos. O livro de Ricardo Benzaquen de Araújo, *Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30* (1994) é exemplar nesse sentido. Cabe lembrar que, um artigo do mesmo autor, *Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*, foi publicado em 1988, no primeiro número da revista *Estudos Históricos*, no qual também foi incluído o citado artigo de Guimarães, "Nação e civilização nos trópicos". De certa forma, ambos apresentavam novas possibilidades para o estudo da historiografia, que desde então têm se expandido no país. Sendo difícil oferecer um balanço, mesmo que preliminar, dessa recente produção, cito apenas alguns exemplos que considero ilustrativos e que não focalizam unicamente o caso brasileiro: KODAMA (1999); SINKEVISQUE (2000); MARQUES (2000); CEZAR (2002); CALDAS (2004); ASSIS (2004, 2009); ARAUJO (2008); OLIVEIRA (2006, 2012); SILVA (2006, 2011); NICODEMO (2008, 2011); GONÇALVES (2009); VARELLA (2011); TURIN (2005, 2009); CHARBEL (2010); NICOLAZZI (2011). Essa pequena seleção visa apenas assinalar um movimento que contribui para a definição de um campo de estudos, que, certamente, é bem mais amplo e variado.

⁹ Os dois primeiros Congressos Nacionais de História foram realizados pelo IHGB em 1914 e 1931.

¹⁰ Embora haja mudanças significativas em relação ao modo de pensar a história nacional de Varnhagen, indicando a existência de modelos de escrita distintos, a afirmação de que Capistrano apresenta uma mudança no paradigma da pesquisa, que diz respeito ao trato de documentos com perspectiva moderna, tem sido matizada por estudos como: OLIVEIRA 2006; CEZAR 2000, 2003, 2004, 2005; SILVA 2006.

Outro aspecto a ser destacado no capítulo diz respeito ao esforço do autor para relacionar as mudanças em curso no Brasil com aquelas observadas no cenário europeu, particularmente, na França e nos Estados Unidos.

Na sequência, o segundo capítulo, intitulado "O Brasil descobre a história, a história descobre o Brasil", analisa a consolidação da história como um saber estratégico para a construção dos nexos entre passado e futuro e chama atenção para os limites materiais da produção intelectual no país no início do século XX. É o mundo das pequenas editoras que eram, também, livrarias, com a dupla função de indústria e mercado, num cenário tão grande como mal servido de vias de comunicação e difusão da cultura letrada, com escassez de livrarias, periódicos e bibliotecas. Outro aspecto importante é a metamorfose dos polígrafos homens de letras em historiadores, uma identidade repleta de nuances, num contexto em que a escrita da história era vista por alguns como seca e sem cor, o que restringia seu interesse e alcance comerciais.¹¹ Os principais canais de divulgação, segundo Franzini, eram a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, publicada desde 1839, e as publicações similares estaduais. Eram, no dizer do autor, a expressão de um "nicho especializado, produtor de um saber quase sacralizado e, por isso mesmo, restrito aos nele iniciados" (FRANZINI 2006, p. 81). E havia também o espaço das revistas e jornais das principais cidades do país, onde os autores supostamente podiam alcançar um número maior de leitores, ainda que esse tipo de divulgação impedisse o aprofundamento e sistematização do conhecimento histórico.

304

O autor também lembra que, embora os estudos históricos tivessem pouquíssima visibilidade pública, é possível arriscar que a parte mais expressiva dessa repercussão era devida aos manuais escolares, como a *História do Brasil* – em três versões dirigidas a distintas faixas de escolaridade –, de João Ribeiro (FRANZINI 2006, p. 82-83). Publicado em 1900, esse manual alcançou a marca de dezenove edições em 1966, sendo que a 7ª fora publicada nos anos 1920, pela editora Francisco Alves.¹²

O capítulo acompanha o movimento editorial da época com o objetivo de caracterizar as expectativas dos homens de letras num meio em que mal se distinguia a missão intelectual da missão política, e a escrita da história ainda pouco diferia da literatura. O sucesso editorial de *Os sertões*, de Euclides da Cunha é lembrado com tal propósito. Lançado em 1902, cinco anos depois de *Canudos*, com tiragem excepcional de 1.000 exemplares que se esgotaram em apenas dois meses! No ano seguinte, a segunda edição e, em 1904, a terceira, totalizando dez mil exemplares rapidamente vendidos. Poucos anos depois, em 1911, uma tiragem de 3.300 exemplares, feito repetido em 1914. Até o fim da década de 1920, seriam lançadas outras seis edições com sucesso absoluto de vendas.

¹¹ Franzini cita o crítico literário José Veríssimo, para quem a produção historiográfica apresentava "a segura e o incolorido de um relatório", crítica que, aliás, já era vigente antes da virada do século.

¹² A versão destinada ao Curso Superior (equivalente ao Ensino Médio) evidenciava uma abordagem sociocultural da história do Brasil sintonizada com a *Kulturgeschichte* alemã, compartilhada por João Ribeiro e, também, por Capistrano de Abreu.

Conclui Franzini que, a repercussão atípica de um texto atípico como *Os sertões* indicava a ansiedade do público leitor por interpretações sobre o país que fossem além da rua do Ouvidor. Nesse sentido, o estudo revela o contraste entre “os frágeis suportes materiais do trabalho intelectual e a existência de sólida base social para reflexões dedicadas à realidade brasileira” (FRANZINI 2006, p. 86-87).

É nesse terreno frágil, mas fértil, que o autor procura situar a coleção Documentos Brasileiros, criada nos anos 1930. Esse é o tema do terceiro capítulo, “Artífices e artifícios de uma coleção”, que focaliza as ações de um grupo de intelectuais empenhado em criar, divulgar e consolidar uma publicação destinada a *fazer* a história do Brasil. Franzini acompanha a expectativa em torno do livro *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre. Antes mesmo de seu lançamento, em 1933, já provocava comentários na imprensa, o que só foi possível porque os mesmos intelectuais que utilizam esse espaço para expressar suas ideias eram, também, amigos de Freyre, o que lhes garantia acesso prévio aos originais antes mesmo da publicação. É nesse pequeno mundo, repleto de “igrejinhas” e “panelinhas”, que aos poucos se define o que se deve ler para conhecer o Brasil. O livro ainda não disponível era apresentado ao potencial público leitor como algo distinto das obras então conhecidas. E após a publicação, na virada de 1933 para 1934, foi definitivamente consagrado como algo novo: novos sujeitos históricos, nova abordagem, nova explicação, enfatizando a positividade da miscigenação, novas fontes e nova linguagem, sendo que a novidade maior era, justamente, a reunião de todas essas novidades em uma única obra, tal como acontecera antes com *Os sertões*, publicado em 1902.¹³ Mas, ao contrário de Euclides da Cunha, que teve a vida interrompida prematura e tragicamente em 1909, Freyre passou de “quase desconhecido” a intelectual mais importante do país.¹⁴

305

Dois anos depois, no prefácio de seu segundo livro, *Sobrados e mucambos*, afirmou aquilo que Franzini identifica como um “verdadeiro manifesto por uma nova história do Brasil”: uma história livre de ideias preconcebidas; permeada pela sociologia, pela antropologia e pela psicologia; apoiada em fontes diversas, com o objetivo de reconstituir o passado de forma multifacetada e global, bem como, compreender sua dinâmica. Por fim, uma história caracterizada pelo comprometimento do historiador com seu objeto, resultado do cruzamento entre objetividade científica e subjetividade analítica (FRANZINI 2006, p. 144). Era o ano de 1936 e foi então que esse mesmo Freyre aceitou dirigir a coleção Documentos Brasileiros, a convite do editor José Olympio, este último movido por interesses patrióticos e, também, comerciais.

Como observa Franzini, “mais que um autor, ele agora assumia o papel de legitimador de outros autores, e não deixaria de aproveitá-lo para estabelecer um programa de ação centrado em seus próprios interesses intelectuais”.¹⁵ O capítulo

¹³ Importante lembrar que Gilberto Freyre é o autor de 13 dos 108 títulos da Coleção Documentos Brasileiros. A quarta edição de *Casa-grande e senzala* foi publicada na Coleção, em 1943.

¹⁴ Outro estudo importante que traça um paralelo entre as obras de Gilberto Freyre e Euclides da Cunha é o livro *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande e senzala e a representação do passado* (2011), de Fernando Nicolazzi.

¹⁵ A interpretação de Franzini aproxima-se, nesse ponto, da leitura de Gustavo Sorá, que analisou o “programa de ação” de Freyre na tese de doutorado *Brasília: a casa José Olympio e a instituição do livro nacional* (UFRJ, 1998). Contudo, enquanto Sorá restringe tal programa à afirmação do nordeste como lugar

acompanha a intensa troca de cartas entre Freyre e interlocutores como José Lins do Rego e José Olympio, que define os rumos da coleção, a ser inaugurada com o livro de Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, em 1936.

O prefácio de Freyre anunciava que a nova série vinha atender à ânsia de "introspecção social", tida como traço marcante da inteligência brasileira, por meio de uma diversidade de materiais: "do inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio" (FREYRE 1936, p. 5-9), sendo que a característica considerada mais evidente é a objetividade (FRANZINI 2006, p. 151). Note-se a semelhança desse projeto editorial com o da coleção Brasileira, publicada pela Companhia Editora Nacional entre os anos 1930 e 1950 (PONTES 2001), sendo que Franzini observa uma significativa diferença: no cerne da nova série estava o compromisso com o documento, tomado como evidência necessária para a construção de um conhecimento "verdadeiro" sobre o Brasil, fundado em interpretações "comprováveis". Nas palavras do autor: "tratava-se de afirmar o conhecimento *científico* sobre o Brasil, elaborado por *especialistas* que davam 'vida' aos documentos para juntá-los 'à história social do brasileiro'" (FRANZINI 2006, p. 153).

306

O capítulo acompanha ainda a entrada em cena de Octávio Tarquínio de Souza, com destacada trajetória no serviço público e, também, como intelectual. Em 1938 assumiu a direção da Coleção, ao mesmo tempo em que atuava no cargo de editor da *Revista do Brasil*. Assim como Freyre, Tarquínio de Sousa também ambicionava projetar na coleção as suas próprias concepções de história, que ficavam evidentes nos livros de sua autoria: uma série de biografias de personagens da história imperial, cujo objetivo era situar o homem no meio histórico da forma mais objetiva possível (FRANZINI 2006, p. 173-174). Essa contextualização rigorosa fundamentada em documentos, procurava fazer da biografia um meio para a modernização da historiografia, num contexto em que se observava "uma inumana anulação do indivíduo" (SOUSA 1944, p. 21).

Por fim, o quarto capítulo, "Os espelhos da história", acompanha e analisa as mutações da coleção ocorridas ao longo dos anos 1940 e 1950, uma "'nova história' em moto-contínuo" (FRANZINI 2006, p. 189). O trabalho inicia focalizando a quarta edição de *Casa-grande e senzala*, publicada na Coleção Documentos Brasileiros em 1943. No prefácio, Freyre procura rebater as críticas que atacavam o corte limitado da obra, seu caráter meramente regional, desqualificando suas intenções de analisar a formação da sociedade brasileira.¹⁶ Para driblá-las, apresenta o livro como um ensaio "antes de sociologia genética do que de história convencional". A importância de sua obra deveria ser medida pela legitimidade dessa escolha, reforçada ao longo de vários livros,

simbólico por meio do qual Freyre procuraria sintetizar as essências do caráter nacional, Franzini procura ampliar a perspectiva, revelando a ambição maior da interpretação de Freyre, que almeja consolidar uma interpretação do Brasil.

¹⁶ Cabe aqui lembrar que, nos anos 1940, vigorava um movimento de afirmação de outro regionalismo, o dos historiadores paulistas, que objetivavam demarcar as especificidades locais, recusando o modelo abrangente de Freyre. Com relação a isso, Franzini chama atenção para os trabalhos de Afonso Taunay e Washington Vita (FRANZINI 2006, p. 195). Ver também DE LUCA (1999) e FERRETTI (2004), ambos citados por Franzini.

especialmente aqueles dados a ler como continuções de *Casa-grande e senzala* (1933): *Nordeste: aspectos da influência da cana-de-açúcar sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil* (1937), *Sobrados e mucambos* (1936), *Ordem e progresso* (1959). Livros complementares, capazes de oferecer uma arquitetura sócio-histórica essencialmente idêntica para todas as regiões.¹⁷

O argumento central de Franzini é o de que esse projeto histórico-sociológico de Freyre se materializou, em larga medida, na Coleção Documentos Brasileiros,¹⁸ cujos princípios foram por ele definidos, assim como indicou e prefaciou autores e obras ali publicadas. E, a cada introdução ele não se furtou de reiterar os pressupostos de uma nova forma de pensar o Brasil que era a sua, uma história social bastante distinta de uma outra história: aquela de corte político-biográfico que conformara a tradição historiográfica oitocentista presente nos institutos históricos. Trata-se da difusão, ao longo dos anos 1930, do “projeto freiriano de interpretação do Brasil”, que passou de proposta a modelo de uma história dita “social”, ou ainda, “cultural, num contexto em que a indistinção dos saberes ainda prevalecia” (FRANZINI 2006, p. 200; 212).

Embora com menos espaço no capítulo final, Octávio Tarquínio de Souza também está presente como o outro importante artífice da Coleção. Na interpretação de Franzini, o refinamento do trabalho de Tarquínio lhe conferiu uma posição única na historiografia brasileira do período.¹⁹ Contudo, essa posição não lhe garantiu o papel de modelo a ser seguido, tal como no caso de Freyre. Sua posição de isolamento é refletida nos desdobramentos tímidos que seu projeto historiográfico alcançou. Nas palavras de Franzini, “seu interesse e sua atenção ao biográfico não chegavam a se configurar, ou a se implementar, como um *projeto* intelectual abrangente”. Prevalece a ideia de que, “antes de sobrepor-se à coleção, [Tarquínio] nela se diluía”, ainda que seu projeto estivesse afinado com seu próprio tempo, mostrando-se interessado na divulgação dos testemunhos de época e sensível diante das novas visões do passado brasileiro (FRANZINI 2006, p. 235-237).

O prefácio à obra *D. João VI no Brasil (1808-1821)*, cuja 2ª edição foi publicada na Coleção em 1945, apresenta uma concepção moderna de história. Situando o autor, Oliveira Lima, como precursor de um novo modo de pensar e interpretar o passado nacional, que antecipa as abordagens presentes na Coleção, como a do próprio Freyre, aliás, Tarquínio de Sousa indica as características dessa outra história, gestada no interior do IHGB,²⁰ a saber: uma história viva que ia além do mundo da política, sem rigorismo cronológico, apresentada como um “largo panorama” de “uma comunidade moça, incerta de seus rumos, a sofrer o influxo

¹⁷ Observo que, para Ricardo Benzaquene de Araújo, as obras de Freyre indicam menos um esforço de repetição, do que desdobramentos de suas ideias-força, sendo que *Casa-grande e senzala* era tido por Freyre como fonte inspiradora de si mesmo, um ponto de partida do seu próprio pensamento e obra (ARAÚJO 1994, p. 107-108).

¹⁸ Como o próprio Franzini observa, além de publicar seus livros na Coleção Documentos Brasileiros, Freyre também almejava a criação de um selo próprio para abrigá-los na mesma editora: a Gilbertiana (FRANZINI 2006, p. 219-220).

¹⁹ Ver também GONÇALVES 2010.

²⁰ Franzini nos lembra que, após a publicação da obra de Oliveira Lima na Documentos Brasileiros, a Revista do IHGB deu lugar, pela primeira vez, para a Coleção, ao publicar a resenha de “D. João VI no Brasil (1808-1921)”, escrita por Hélio Viana.

e a repercussão de acontecimentos que se desenrolavam em outros lugares” (SOUSA 1945, p. 3; 7-9), resultado de pesquisa direta em arquivos e do uso de fontes variadas (FRANZINI 2006, p. 238-239).

Ainda no capítulo quatro, Franzini chama atenção para uma presença, uma ausência e uma recorrência no âmbito da Coleção. Uma história dita “das ideias” está presente em alguma medida, sendo a obra de João Cruz Costa, *Contribuição à história das ideias no Brasil* (1956), o exemplo mais notável. Quanto à ausência, trata-se do materialismo histórico, ignorado pela Documentos Brasileiros, num momento de significativa difusão de obras marxistas, tanto clássicas como contemporâneas, geralmente publicadas por pequenas editoras. Como hipótese, Franzini argumenta que essa ausência talvez possa ser explicada devido ao perfil dos diretores da Coleção (FRANZINI 2006, p. 253-255). Tanto Gilberto Freyre como Octávio Tarquínio, por razões diversas, mostravam-se refratários ao materialismo histórico. O primeiro buscava consolidar a interpretação sociocultural e, o segundo, ao optar pelo biográfico, ainda que buscando entender o homem em si mesmo e em relação ao meio e ao momento, também deixou pouca margem para o marxismo. Por fim, uma recorrência: a presença da historiografia “de corte mais tradicional”, que privilegia personagens e acontecimentos políticos. Observa-se uma certa continuidade da história *événementielle*, só que aberta a novas questões e temas, no que Franzini acompanha a avaliação de José Roberto do Amaral Lapa (LAPA 1976). O exemplo escolhido dessa historiografia presa entre o “tradicional” e o “moderno” é *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* (1938), de Lindolfo Collor. Nessa obra, encontramos tanto a visão de que a importância de uma época é dada por seus homens mais representativos, quanto à relativização da “verdade dos documentos”, ou ainda, o esforço para construir uma visão integral do passado, reconstituindo os nexos causais entre os acontecimentos (FRANZINI 2006, p. 259-263).

308

O autor conclui afirmando que a Coleção Documentos Brasileiros construiu um lugar “legítimo e respeitado”, capaz de acolher uma produção historiográfica que não se ajustava mais à rigidez identificada no IHGB e ainda não se identificava plenamente com outro *locus* de produção, recém-criado: as faculdades de filosofia.

À *sombra das palmeiras* oferece ao leitor a possibilidade de articular a história da historiografia à história intelectual e à história do livro e da leitura. Explorando os bastidores da Coleção Documentos Brasileiros por meio das cartas trocadas por dois de seus artífices, Gilberto Freyre e Octávio Tarquínio de Souza, Franzini dá vida à rede de intelectuais que pensaram e escreveram o Brasil. Por esse caminho sombreado, ilumina seus projetos, expressos por meio de escritos diversos, dos prefácios aos livros, passando pelas resenhas críticas. Nesse sentido, serve como exemplo de que o estudo da historiografia pode, hoje, interrogar as várias formas de transformar o passado em história que constituem uma cultura histórica. Ao fazer isso, a historiografia interroga a si mesma, num esforço de reflexão sobre os mecanismos de produção de sentido, bem como sobre seu trabalho de silenciar e esquecer (GUIMARÃES 2007).

Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, FRANK R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 95-114.
- ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro [1878]. In: _____. **Ensaio e estudos: crítica e história**, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 81-91.
- _____. Sobre o Visconde de Porto Seguro [1882]. In: _____. **Ensaio e estudos: crítica e história**, 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 131-147.
- ARAÚJO, Ricardo Bezanquen de. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, vol. 1, n. 1, 1988, p. 28-54.
- _____. **Guerra e paz: Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. São Paulo: Ed. 34, 1994.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- _____. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**, vol. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.
- _____. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das et al (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 75-92.
- ASSIS, Arthur Alfaix. **O que fazem os historiadores, quando fazem história? A teoria da história de Jörn Rüsen e "Do Império à República", de Sergio Buarque de Holanda**. Brasília: UnB, dissertação de mestrado, 2004.
- _____. **Historical thinking value function history: Johann Gustav Droysen on the Value and Function of History**. Witten, Alemanha: Universidade de Witten, 2009.
- BEZERRA, Alcides. Os historiadores do Brasil no século XIX. Conferência realizada no Centro de Cultura Brasileira, em 05/08/1926. In: ARQUIVO NACIONAL. **Relatório Anual do Director, referente a 1926**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1927, p. 61-76.
- BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BOTTMAN, Denise. **Padrões explicativos da historiografia brasileira**. Campinas: Unicamp, dissertação de mestrado em História, 1985.
- CALDAS, Pedro. **Que significa pensar historicamente: uma interpretação da teoria da história de Johan Gustav Droysen**. Rio de Janeiro: PUC, tese de doutorado em História, 2004.

- CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean (org.). **Iniciação aos estudos históricos**. São Paulo: DIFEL, 1961.
- CARBONELL, Charles-Olivier. Pour une histoire de l'historiographie. **Histoire de la Historiographie**, n. 1, 1992, p. 7-25.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119. [1954]
- CEZAR, Temístocles. **L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle**: essai sur une rhétorique de la nationalité: le cas Varnhagen. 2 tomes. Paris: EHESS, tese de doutorado, 2002.
- _____. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. **Diálogos** (Maringá), vol. 8, p. 11-29, 2004.
- _____. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. **História em revista** (Pelotas), vol. 6, p. 37-58, 2000.
- _____. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 173-208.
- _____. Antigos, modernos e "selvagens" na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Comparação e paralelo na escrita da história brasileira oitocentista. In: PIRES, Francisco Murari (org.). **Antigos e modernos**: diálogos sobre a (escrita da) história. São Paulo: Alameda, 2009, p. 169-186.
- _____. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, vol. 8, 2007, p. 159-207.
- _____. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008, p. 29-41.
- COLLOR, Lindolfo. **Garibaldi e a Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: José Olympio, Col. Documentos Brasileiros, 1938.
- COSTA, João Cruz. **Contribuição à história das ideias no Brasil**: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, Col. Documentos Brasileiros, 1956.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1902.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, política e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DIEHL, Astor Antônio. **Matrizes da cultura histórica brasileira**: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica - Uma introdução. 1ª ed. Porto Alegre: Edipucrs, 1993. v. 1. 80 p.

- _____. **A cultura historiográfica brasileira (do IHGB aos anos 1930)**. 1ª ed. v. 1. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FALCON, Francisco José Calazans. As ideias e noções de “moderno” e “nação” nos textos de Capistrano de Abreu. Os Ensaios e estudos, 4ª série – comentários. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1 / 2, jan./dez., 1999, p. 5-26.
- FERRETTI, Danilo. **A construção da paulistanidade**: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930). São Paulo: USP, tese de doutorado, 2004.
- FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. **Historiografia brasileira**: 1900-1930. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tese de História, 1974, mimeo.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- _____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Série Brasileira, 1936.
- _____. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, Col. Documentos Brasileiros, 1937.
- _____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, Col. Documentos Brasileiros, 1951.
- GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues**: um modelo de análise historiográfica. São Paulo: USP, tese de doutorado em História, 1977.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. **Em terreno movediço**: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Souza. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2009.
- GRAFTON, Anthony. **What was history?** The art of History in Early Modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). São Paulo: USP, tese de doutorado, 1994.
- _____. **Da escola palatina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional, **Estudos Históricos** – Dossiê Caminhos da Historiografia. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 1988, p. 5-27.

- _____. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 24-41.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmentos de uma totalidade desaparecida? In: OLINTO, Heidrun Krieger. **História da literatura**: as novas teorias alemãs. São Paulo: Ática, 1996.
- HARTOG, François. **O século XIX e a história**: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2009.
- HAUSER, Henri. Notes et réflexions sur le travail historique au Brésil. **Revue Historique**, Paris, t. XXXI, jan./mar. 1937, p. 89-90.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **João Francisco Lisboa**: jornalista e escritor. São Paulo: Ática, 1977.
- KODAMA, Kaori. **Martius e o IHGB**: um naturalista e os letrados na construção de uma história. Rio de Janeiro: PUC, dissertação de mestrado, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão**: historiografia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- 312 LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Unesp, 1999.
- MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARQUES, Ana Luiza. **José Honório Rodrigues**: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da história do Brasil. Rio de Janeiro: PUC, dissertação de mestrado, 2000.
- NICODEMO, Thiago Lima. **Urdidura do vivido**: *Visão do Paraíso* e a obra de Sergio Buarque de Holanda nos anos 1950. São Paulo: USP, 2008.
- _____. **Alegoria moderna**: consciência histórica e figuração do passado na crítica literária de Sergio Buarque de Holanda. São Paulo: USP, 2011.
- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-grande e senzala e a representação do passado. São Paulo: Unesp, 2011.
- ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna [1979]. São Paulo, Unesp, 1997.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado, 2006.

- _____. **Escrever vidas, narrar a história:** a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sergio (org.). **História das ciências sociais no Brasil**, vol. 1. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001, p. 419-476.
- REIS, José Carlos. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papyrus, 1994.
- _____. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. **História e teoria:** historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- REVEL, Jacques. Recursos narrativos e conhecimento histórico. In: _____. **História e historiografia:** exercícios críticos. Curitiba: UFPR, 2010, p. 205-233.
- RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil:** introdução metodológica. 1ª ed. 1949. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1978a. 4ª edição.
- _____. **História e historiadores**. São Paulo: Fulgor, 1965.
- _____. **História da história do Brasil – 1ª parte:** Historiografia colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- _____. **História da história do Brasil – volume 2 – tomo 1:** A historiografia conservadora. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.
- _____. **História da história do Brasil – volume 2 – tomo 2:** A metafísica do Latifúndio: O ultrarreacionário Oliveira Viana. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, INL, 1978b.
- _____. **A pesquisa histórica no Brasil**. 1ª edição 1952. São Paulo, Companhia Editora Nacional; Brasília, INL, 1952. 2ª edição revista e aumentada 1969.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia:** capítulos para uma história das histórias da historiografia. Bauru: EDUSC, 2001.
- SILVA, Taise Tatiana Quadros da. **A escrita da tradição:** a invenção historiográfica na obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolpho de Varnhagen (1854-1857). Rio de Janeiro: UFRJ, dissertação de mestrado, 2006.
- _____. **Maquinações da razão discreta:** operação historiográfica e experiência do tempo na classe de literatura portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado, 2010.
- SINKEVISQUE, Eduardo. **Retórica e política:** a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – introdução a um debate sobre gênero. São Paulo: USP, dissertação de mestrado, 2000.

- SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: a casa José Olympio e a instituição do livro nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional – UFRJ, tese de doutorado, 1998.
- SOUSA, Octávio Tarquínio de. Prefácio. In: RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.
- _____. Prefácio: In: LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil (1808-1821)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945. 2ª. edição.
- SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **Formação da teoria da literatura**: inventário de pendências e protocolo de intenções. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico; Niterói: EDUFF, 1987.
- VARELLA, Flavia Florentino. **Da impossibilidade de aprender com o passado**: sentimento, comércio e escrita da história do Brasil de John Armitage. São Paulo: USP, 2011.
- TEIXEIRA, Felipe Charbel. **Timoneiros**: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini. Campinas: Unicamp, 2010.
- TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Porto Alegre: UFRGS, dissertação de mestrado, 2005.
- _____. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: UFRJ, tese de doutorado, 2009.
- 314 WEHLING, Arno. **Estado, história, memória**: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

Fontes históricas: desafios, propostas e debates

Historical sources: challenges, proposals and debates

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, 333 p.

Fabio Henrique Lopes

lopesfh@yahoo.com

Professor adjunto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus de Seropédica - BR 465 (Antiga Rio-São Paulo) - Km 7

23890-000 - Seropédica - RJ

Brasil

Palavras-chave

Fonte histórica; Historiador; Historiografia.

Keywords

Historical source; Historian; Historiography.

315

Enviado em: 7/8/2012

Aprovado em: 14/8/2012

“A história se utiliza de documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador”. Esta frase inicial indica dois dos principais objetivos dos autores dos 12 capítulos que compõem a coletânea: a) oferecer reflexão sobre como os historiadores entendem e como trabalham com suas fontes; b) apresentar, de maneira cuidadosa e acertada, conjuntos e séries documentais, indicando possíveis usos e necessários cuidados àqueles que, porventura, aceitem o desafio de trabalhar a partir e com as fontes focalizadas, ou seja, fotografias, literatura, testamentos, inventários, processos criminais, registros paroquiais e civis, arquivos de regimes repressivos, cartas, discursos e pronunciamentos, diários pessoais e patrimônio cultural.

Para além dos conjuntos documentais abordados, a obra se destaca pelo dinamismo dos capítulos, pela escrita clara e concisa, pelo diálogo com autores e textos de referência, pela indispensável preocupação em abordar a historicidade das fontes, pela constante apresentação visual dos documentos, pela indicação de arquivos, de acervos disponíveis, de instituições de pesquisa e de preservação, além das indicações bibliográficas. Dessa maneira, a obra se torna possível e necessária para uma gama variada de leitores, não só alunos ingressantes em curso de graduação em história. Pela abordagem e pelo *corpus* documental, pesquisadores dos mais variados níveis e de diversos campos do saber serão seduzidos e provocados a refletir cuidadosamente sobre suas fontes, ou para ser mais preciso, sobre as fontes históricas.

316

Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch buscam polemizar o entendimento aceito e difundido de o documento ser a pedra fundamental do pensamento histórico. Duas preocupações merecem destaque: as diferentes leituras de um mesmo documento e a ideia de que todo documento histórico é uma construção permanente. Para apresentar suas reflexões, analisam a carta escrita por Pero Vaz de Caminha. Resumidamente, narram, em tom sempre provocativo, a história deste documento, relato do “descobrimento” do Brasil, folha transformada em verdadeiro “documento histórico”. Contextualizam a produção da carta, o valor e os objetivos iniciais, seguido pelo longo tempo em que esteve esquecida na Torre do Tombo, em Portugal, até sua publicação, já no século XIX, num contexto de valorização da entidade nacional no Brasil independente, transformada em “certidão de nascimento do Brasil”, incansavelmente reproduzida em livros didáticos. A partir deste exemplo, o leitor entenderá que nenhum documento tem seu valor *a priori*, ou seja, a importância, a valorização de uma fonte, o valor oscilante de um texto, as leituras distintas, os sentidos atribuídos a personagens e a fatos são históricos e datados. Se hoje é inegável a expansão documental, ou seja, daquilo que pode ser considerado como fonte para pesquisa histórica e historiográfica, com este capítulo não esquecemos que tal expansão acompanhou uma profunda alteração do trabalho do historiador.

Para focalizar os usos sociais e historiográficos das fotografias, Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho organizam o capítulo em eixos temáticos. Com o primeiro, apresentam as históricas articulações entre fotografia e sociedade, sinalizando que a fotografia integra muitos setores da vida social urbana e atende às mais diferentes demandas sociais. Em seguida,

buscam problematizar as relações entre fotografia e história, de seu contexto de invenção, dos iniciais retratos fotográficos – símbolos de modernidade e urbanidade –, à difusão entre as ciências. Enfatizam a diferenciação entre o uso da fotografia como documento complementar, como coadjuvante, num contexto de valorização dos documentos textuais e a valorização da fotografia como fonte de pesquisa. Em seguida, apontam para as implicações da fotografia como obra de arte, como prática de significação e como artefato, ou seja, para a inserção legitimada da fotografia no campo das artes plásticas, concluindo com os mecanismos socialmente estruturados de produção de sentidos e o circuito de consumo de imagens. Em seguida, reconhecem a necessidade de focalizar os contextos de circulação e os cuidados de uma análise morfológica. Sobre esta última consideração, sugerem a possibilidade de abordar as análises de enquadramento da figura humana, a gestualidade, os padrões de pose e ambientação do estúdio, a composição formal, os elementos cênicos, os ornamentos arquitetônicos, entre outros elementos de composição. Por fim, concluem apresentando acervos, fundos e coleções para possíveis pesquisas.

Antonio Celso Ferreira propõe abordar a literatura como fecunda fonte histórica. Dois momentos do texto são fundamentais para todos que trabalham ou refletem sobre tal *corpus* documental: a fonte literária na historiografia e a diversidade de textos literários. Ferreira reconhece que a historiografia levou algum tempo para admitir que a literatura pudesse contribuir para o conhecimento das experiências individuais e coletivas de homens e mulheres no tempo, às vezes acusada de ser excessivamente subjetiva, ou de não ser documento fidedigno para atestar a verdade histórica, na mesma direção condenada por não documentar o real. Como em praticamente todos os demais capítulos desta coletânea, o autor reconhece a historicidade dos textos considerados literários, sublinhando que seus usos, suas leituras, os sentidos a eles atribuídos não são a-históricos, no lugar disso, são datados, possuem condições de possibilidade. No que diz respeito à diversidade de textos literários, ou o (re)conhecimento das semelhanças, das diferenças e das relações entre a narrativa histórica e a narrativa literária, o autor salienta que se não é mais possível encontrar uma definição canônica de literatura, válida para qualquer tempo e circunstância, já que ela é histórica, nem por isso se deve diluir sua significação. A pesquisa histórica, portanto, tem contribuído para a compreensão dos modos como a literatura foi concebida e, sobretudo, para o entendimento dos distintos papéis que, ao longo do tempo, ela desempenhou na existência dos seres humanos, em suas várias dimensões sociais e subjetivas. Por fim, Ferreira enfatiza o caráter polifônico dos textos literários, que possibilita a investigação da complexidade do imaginário histórico, da diversidade das ideologias e dos modos como os diferentes indivíduos ou grupos sociais se inserem dentro dele em determinadas épocas.

Júnia Ferreira Furtado focaliza a morte com testemunho da vida por meio dos testamentos e dos inventários. Ao mesmo tempo em que destaca as diferenças entre esses dois tipos ou gêneros documentais, alerta para as suas aproximações e semelhanças, já que são produzidos no contexto da morte. Para ela, esses documentos contêm ricas e variadas informações sobre múltiplos aspectos

da vida do morto, bem como da sociedade em que ele viveu, testemunhos, portanto, sobre a morte e sobre a vida. Inicialmente, Furtado constitui a história de tais documentos em terras brasileiras, das Ordenações Filipinas ao novo Código Civil brasileiro. Em relação aos testamentos, destaca que no Brasil os tipos possíveis de serem feitos e legalizados pouco variaram ao longo do tempo. Reconhece a necessidade de o pesquisador analisar em que momentos eles são realizados, o valor que a sociedade atribui a cada tipo de testamento, os históricos limites ao direito de testar e os impedimentos socialmente instituídos àqueles considerados incapazes de testar. O codicilo, instrumento usado para o indivíduo arrolar algumas disposições finais, ou seja, disposições de última vontade, também é focalizado como documento que fornece pistas e vestígios sobre a vida e a morte, sobre os costumes e as crenças não só do indivíduo, como de sua sociedade e de seu tempo. Sobre o inventário *post-mortem*, o arrolamento dos bens de um indivíduo feito após sua morte para transmissão ou partilha entre herdeiros, a autora analisa as partes mais comuns do processo, sugerindo referências metodológicas, como a forma serial, e certos cuidados como, por exemplo, o fato de eles serem produzidos apenas por uma parcela da sociedade, aquela que dispõe de bens. Conclui sugerindo quatro principais temáticas em que o historiador pode utilizar testamentos e inventários como fontes documentais: a religiosa, a escravidão, a família e a cultura material, mas reconhece a possibilidade de muitas outras, como as condições de saúde e o movimento de expansão das fronteiras coloniais.

318

Keila Grinberg parte do assassinato de Antonio Homem Abranches Brandão, na cidade de Resende, centro importante da província do Rio de Janeiro, para focalizar os processos criminais como fonte para a análise histórica, seja como forma de compreender melhor as relações entre os agentes sociais em outra época ou sociedade, seja para estudar a própria justiça e seus agentes em diversas temporalidades. Para este tipo de fonte, torna-se impossível desconectá-la da noção, também histórica, de criminalidade, crime e processo criminais. Dessa maneira, a autora focaliza as Ordenações Filipinas, passando pela regulamentação do Código Criminal de 1830, pelo Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891, substituídos ao longo do século XX, para historicizar não só as fontes, como as criminalidades, as investigações policiais, as legislações, os depoimentos das testemunhas, as sentenças proferidas, as notícias divulgadas pelos jornais e as compilações de casos. A partir do assassinato, a autora reconhece a possibilidade de cotejar informações não só sobre o crime, sobre a violência, como também de encontrar pistas sobre a região onde o crime ocorreu, sobre a reconstituição de trajetórias de família de escravos e libertos, evidências da constituição de famílias escravas e relações sociais de famílias. Como conclusão, Grinberg afirma que tão importante quanto desvendar o caso e extrair dele todas as informações possíveis e disponíveis, é o historiador ter a sensibilidade de perceber onde estão as ausências, os pontos obscuros, as entrelinhas nos e dos documentos.

Maria Silvia Bassanezi também parte de excertos de documentos para demonstrar a riqueza de informações e as diversas possibilidades de pesquisa

com os chamados registros paroquiais e civis, isto é, registros dos eventos vitais: nascimento/batismo, casamento e óbito. Este tipo de fonte considerada nominativa possibilita cruzamentos com outras, para a reconstituição de famílias e de redes sociais, para a identificação de diversos aspectos que marcam as vidas de pessoas e dos grupos, relacionados às hierarquias sociais, às práticas religiosas e aos sistemas de compadrio. Da mesma maneira, tais fontes abrem uma variedade temática: o mundo da infância, da família de livres e escravos, das mulheres, as condições de saúde e das mortes, doenças e epidemias. O capítulo é subdividido em registro paroquial e registro civil. Para as duas partes, a autora busca historicizar não só a origem de tais documentos no Brasil, como seus usos e seus limites. Para o paroquial, destaca os batismos, os casamentos e os óbitos. Alerta que os historiadores devem estar atentos não só ao conteúdo informativo, mais direto e evidente, mas também às fórmulas usadas, ao como algo é dito. Para o registro civil, o destaque é a Proclamação da República e as leis republicanas, que exigirão novas modificações jurídicas. Tais registros oferecem inúmeras possibilidades para a reconstrução da história demográfica e sociocultural brasileira. Fonte rica para a exploração quantitativa, para cruzamento de dados, para o acompanhamento da trajetória dos eventos vitais de pessoas, de grupos ou das populações.

Caroline Silveira Bauer e René Gertz se propõem analisar os arquivos de regimes repressivos. Logo nas primeiras páginas, os autores definem arquivos de repressão como conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos. Em sua maioria, esses arquivos se compõem de registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana, mas também de documentos roubados, declarações em interrogatórios que desrespeitam os códigos penais e os direitos humanos. No que diz respeito às especificidades desses arquivos e de seus documentos, os autores insistem que eles afetam, de forma direta, a sociedade em que foram produzidos e recuperados (Estado, agentes de repressão, vítimas, familiares, organizações de Direitos Humanos, Forças Armadas), principalmente porque seus protagonistas ainda estão vivos e por constituírem fatos do passado recente dessas sociedades. Essa constatação é maximizada pela discussão, ainda na pauta do dia, sobre o que seria considerado conveniente aos novos regimes para a preservação e a disponibilização de tais fundos documentais, já que implicariam em exercícios de direitos individuais, como anistia, indenizações e pensões. Os autores lembram que essa documentação é de inegáveis usos políticos, pois asseguram direitos e memórias coletivas, estão sujeitos à legislação federal, que regulamenta a abertura, a disponibilização, a destruição de documentos, os prazos de sigilo e a burocratização das regras de acesso. Como instruções indispensáveis para o trabalho de pesquisa, destacam a imprescindível atenção às sutilezas que essas fontes possuem e às evidências que trazem subentendidas, pois raramente um documento demonstrará, de forma explícita, práticas como o sequestro como forma de detenção; a tortura física e psicológica como fonte de informação e punição.

Teresa Malatian busca problematizar o estudo das cartas, abrindo espaço para discussão dos escritos autobiográficos, das escritas de si, para os documentos que expressam a palavra como meio privilegiado de acesso a atitudes e representações do sujeito. Alerta, acertadamente, que as cartas, como as demais fontes, devem ser historicizadas. Por isso, busca na cultura e no gênero epistolar, na arte de escrever cartas, as condições históricas, sociais e culturais para problematizar não só a escrita, como os temas abordados, os objetivos, os estilos, as estratégias, o uso de pseudônimos, de cifras e de códigos para driblar a censura ou a espionagem. Documentos que expressam a vida privada segundo regras de boas maneiras e que apresenta uma imagem de si controladoras da espontaneidade e da revelação da intimidade, remete para o jogo sutil entre o público e o privado, entre o íntimo e o ostensivo. Para o leitor, destaca a análise do suporte material, das redes de sociabilidade, a distribuição temporal, sua periodicidade e a regularidade das trocas. Por fim, cabe sublinhar uma necessária advertência, a de o historiador conseguir com tais fragmentos espiar por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época.

320

Durval Muniz de Albuquerque Júnior analisa a dimensão retórica da historiografia a partir do trabalho com discursos e pronunciamentos, tomados como fontes historiográficas. Discursos e pronunciamentos são abordados em suas especificidades e semelhanças. São conceitos polissêmicos, com sentidos históricos, não idênticos, tampouco universais. Discurso como peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Pronunciamento como ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, éticas, econômicas, jurídicas, estéticas, ato de exprimir-se verbalmente. Os discursos e pronunciamentos são analisados dentro e a partir de regimes de historicidades. Mais do que fontes de informação ou instrumentos de prova, os discursos e pronunciamentos dos partícipes dos eventos faziam parte da encenação da história, de sua colocação em cena, de sua reapresentação em um regime de historicidade. O passado, dessa maneira, se materializa, se realiza na narrativa, vem à cena no texto, enfim, ele é o texto. A partir dessas considerações, Albuquerque Júnior reflete sobre as condições de possibilidade da produção historiográfica, sobre o lugar da autoria no texto historiográfico, sobre a perigosa indiferenciação entre o documento, o evento e a história, lembrando que as fontes não são transparentes, não são lentes ou espelhos através dos quais vemos o que está fora ou para além dele simplesmente.

Maria Teresa Cunha focaliza os diários pessoais como novos territórios abertos para a história. A autora evidencia que a escrita registra, inventa e conserva muitos atos da experiência humana, podendo salvar do esquecimento ao fixar no tempo vestígios de passados. Após as devidas considerações em torno da importância do texto escrito como remédio eficaz contra o esquecimento, capaz de transcender a fugacidade da vida, Cunha direciona a atenção aos diários pessoais, por meio dos quais é possível compreender as práticas culturais de uma

época, rastrear muitas das maneiras de viver e de pensar de um determinado recorte temporal. Além de apresentar o referido *corpus* documental, evidencia e sinaliza que o exercício interpretativo diferenciado é indispensável. Se por muito tempo os diários pessoais foram desconsiderados pelos historiadores, a partir da década de 1980 – momento de articulação entre a história com as sensibilidades que dão forma ao cotidiano em suas diferentes matizes, período também de revalorização do indivíduo –, tal realidade muda visivelmente, passando a ser vistos como documentos valiosos para a compreensão de vidas cotidianas de determinada época. Dessa maneira, tais diários tornam-se importantes para um maior entendimento das possibilidades de construção de subjetividades e para possível reflexão sobre as experiências que ocorreram em espaços e tempos distintos daquele em que vive o pesquisador. Ao mesmo tempo, permitem estudar as formas de linguagem utilizadas, as maneiras de narrar em uma determinada época, os usos e apropriações da língua, a conversão de formas orais de comunicação em formas escriturais, os diferentes níveis de alfabetização, revelando as transformações históricas nas tecnologias de escrita.

Ana Luiz Martins analisa o patrimônio cultural como fonte histórica. Dada a amplitude e diversidade de fontes requeridas pelo historiador do patrimônio cultural, a autora propõe como recorte para sua reflexão o estudo de bens afetos ao patrimônio cultural, conforme praticados pelos órgãos institucionais. A reflexão articula abordagem histórica do patrimônio plural com as legislações, as regulamentações, as convenções internacionais, as instituições e os organismos definidores e responsáveis pelo patrimônio. A autora destaca as dimensões material e imaterial do patrimônio, simultaneamente; defende o uso de uma diversidade de fontes para aqueles que atuam na área, na qual a interdisciplinaridade se impõe para a ampla apreensão do patrimônio em suas tantas dimensões. Explicita que não só sobrados, palacetes, igrejas, fortes, casas, como o urbano, a paisagem urbana, a conjuntura em que emergiram, o entendimento e a seleção de marcos simbólicos e vetores de significações, as relações entre história e memória, até a seleção de bens simbólicos, a identificação e proteção do patrimônio imaterial são apresentados como temas, fontes e possibilidades de reflexão. O que se percebe é o esforço em complexificar e diversificar a noção de “patrimônio cultural”, no bojo da ampliação temática da historiografia brasileira, sobretudo em relação aos temas: práticas culturais de afrodescendentes, inseridas no bojo de inúmeros estudos acadêmicos sobre a escravidão; a imigração e a contribuição dos imigrantes para a pluralização das paisagens urbanas e rurais; os estudos de gênero; as histórias do trabalho e a história operária; por fim, a história da técnica e dos serviços urbanos.

Elias Thomé Saliba, no último capítulo, articula sucessivas guinadas de significado do documento para nossa cultura. De um lado, uma prepotência, misturada com uma certa dose de ingênuo otimismo, dos chamados *positivistas* ao, segundo o autor, mais entranhado e desencantado niilismo pós-moderno, um longo percurso foi traçado. Com a diferenciação de concepções, usos, práticas e preceptivas a respeito dos documentos um fio condutor é oferecido para ressaltar as mudanças das histórias e de suas fontes. Da busca de autenticidade

e da verdade ao desprezo pela procura da evidência, da verdade encontrada na existência do documento isolado e bruto à compreensão que ele não é apenas um resto, um vestígio do passado, mas um produto do passado, não esquecendo de considerar o ponto de vista do observador e os mecanismos de produção do documento, constituem os caminhos trilhados pelo autor para sua reflexão. Flaubert, Langlois e Seignobos, Mabillon, Zola, Febvre, Bloch, Certeau, Le Goff, Borges estão presentes, compondo o texto, em reverberações ou citações diretas, em ecos ou no espelho, sugerindo, assim, mudanças e alterações nas formas pelas quais o documento foi definido, entendido, trabalhado, como seu valor foi alterado, redefinido. No lugar de respostas prontas e acabadas, Saliba provoca os historiadores que, em face aos documentos, estariam doravante atirados numa espécie de buraco negro, assistindo ao progressivo deslizamento do registro escrito, que saía do âmbito da história para integrar o universo difuso e obtuso da memória coletiva.

Para concluir, a leitura é recomendada e indispensável, pois não pretende ser um manual ou um guia de ofício. No lugar disso, a obra oferece reflexão em torno da história, acerca da operação historiográfica e sobre a produção do conhecimento histórico; amplia e diversifica o rol das fontes históricas e as suas históricas condições de compreensão e de produção; reúne autores de reconhecida experiência, com produção em torno e a partir das fontes focalizadas para reflexão.

Textos e documentos historiográficos

historiographical texts
and documents

Paul Ricoeur e a representação historiadora: a marca do passado entre epistemologia e ontologia da história

Paul Ricoeur and the historical representation: the mark of the past between epistemology and ontology of history

Breno Mendes

mendes.breno@gmail.com

Mestrando

Universidade Federal de Minas Gerais

FAFICH/Programa de Pós-Graduação em História

Avenida Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte - MG

Brasil

Guilherme Cruz e Zica

gczica@gmail.com

Graduando

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Letras

Avenida Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha

31270-901 - Belo Horizonte - MG

Brasil

324

Palavras-chave

Paul Ricoeur; História da historiografia; Teoria da história.

Keywords

Paul Ricoeur; History of historiography; Theory of history.

Recebido em: 15/5/2012

Aprovado em: 26/6/2012

Uma ação deixa um “rastro”, põe sua “marca” quando contribui para a emergência de tais configurações que se tornam os documentos da ação humana. [...] Não se poderia dizer que a história constitui por si mesma o dossiê da ação humana? A história é esta quase-“coisa” em que a ação humana deixa um rastro, põe a sua marca. Daí a possibilidade dos arquivos (RICOEUR 1989, p. 195-196).

O conhecido jogo de palavras italiano *traduttore, traditore* (tradutor, traidor) indica que a atividade de traduzir um texto nunca atinge plenamente seu objetivo, mas sempre incorre em uma “traição” em relação ao texto original. A impossibilidade da tradução perfeita, que aboliria a diferença entre original e tradução, é também assumida pelo filósofo francês Paul Ricoeur em seus estudos sobre tradução publicados em 2004.

Traducere, em latim, pode significar transpor, ou conduzir algo para outro lugar. Com nosso trabalho, pretendemos realizar essa tarefa de mediação entre o autor e o leitor estrangeiro. Logo de saída foi necessário renunciar ao ideal da tradução perfeita e admitir que o texto original não será redobrado. A partir disso foi aberta a trilha para aquilo que Ricoeur chamou de felicidade (*bonheur*) da tradução, que consiste na irredutibilidade da diferença entre o próprio e o estrangeiro, o autor e o leitor. Isto imprime o “estatuto incontornável da dialogicidade” no ato de traduzir. A árdua tarefa do tradutor encontra sua felicidade ao promover uma *hospitalidade linguística* que conduz o leitor a habitar a língua do outro (autor) e o ajuda a acolher em sua morada, em sua língua, a palavra do estrangeiro (RICOEUR 2011).

O artigo que apresentamos é de um filósofo estreitamente relacionado com o conhecimento histórico. O que se constata a partir da frequente utilização de seus estudos pela historiografia contemporânea. Se é verdade que na historiografia francesa, durante a primeira metade do século XX, a interação entre filosofia e historiografia foi um “diálogo de surdos”,¹ a partir da década de 1970 a relação entre ambas se tornou mais amena, tornando o clima favorável a entrelaces e discussões. Prova disso são os textos de Paul Veyne (1978) e François Dosse (1995) apontarem Foucault e Ricoeur como autores revolucionários no âmbito da história da historiografia (VEYNE 1995; DOSSE 2001; MENDES 2011).

O texto “A marca do passado” está situado entre as duas investigações de fôlego que Ricoeur dedicou à teoria e filosofia da história, a saber, *Tempo e narrativa* (3 volumes escritos entre 1983-1985) e *A memória, a história, o esquecimento* (2000).² É um artigo que traz um traço que marca as reflexões ricoeurianas sobre a história: a passagem entre a dimensão epistemológica e a ontológica.

Como o título indica, a metáfora da marca – que se insere no enigma da presença do ausente – será o fio condutor da discussão. O que está em jogo é o clássico debate em historiografia a respeito do alcance da representação dos

¹ Seja em virtude dos filósofos praticarem uma história da filosofia internalista, sem contextualização histórica, seja por causa dos historiadores das primeiras gerações da Escola dos *Annales* e sua antipatia em relação às filosofias da história produzidas no século XIX.

² Antes dessas obras o filósofo francês já havia se aproximado da historiografia no 1º capítulo de *História e verdade* [1955] e em outros artigos, dos quais destacamos *Husserl e o sentido da história* (1949), que foi retomado na coletânea de artigos *Na escola da fenomenologia* (1986).

acontecimentos do passado na escrita da história. A representação historiadora rerepresentaria novamente os acontecimentos? Seria ela uma reconstrução? Se sim, o que a diferencia de uma reconstrução ficcional? Aqueles que se dedicarem a uma leitura atenta do texto a seguir certamente encontrarão acuradas reflexões sobre estes problemas.

Recuperando o contexto da publicação original de "A marca do passado", em 1998, é possível colocá-lo em uma posição de charneira entre os livros acima citados: ao mesmo tempo em que aprofunda teses presentes em *Tempo e narrativa*, prenuncia discussões que viriam à luz em *A memória, a história, o esquecimento*. Para que isto fique mais claro, retomemos as principais ideias destas obras.

"O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que desenha os traços da experiência temporal" (RICOEUR 1991b, p. 17). Dessa forma, Ricoeur enuncia a tese central de *Tempo e narrativa*, destacando a impossibilidade de apreensão da temporalidade sem a mediação da linguagem, da narrativa. Dito de outra forma, à experiência temporal apenas temos acesso através de sua representação em uma intriga.

Na impossibilidade de nos aprofundarmos em todas as teses da trilogia façamos uma breve relação das principais. Nos três volumes da obra o filósofo francês empreende uma substancial pesquisa sobre a narrativa na escrita da história e na ficção e suas relações com a temporalidade. Em páginas densas e luminosas Ricoeur propõe a) uma articulação original entre as reflexões sobre o tempo de Santo Agostinho e a *Poética* de Aristóteles; b) defende que a narrativa não chegou a ser completamente abandonada da prática historiográfica no início do século XX – o que inviabiliza a noção de "retorno da narrativa" sustentada por L. Stone; c) discute a possibilidade do tempo histórico ser um terceiro tempo que realiza uma inscrição do tempo vivido no tempo cosmológico; d) sustenta haver um entrecruzamento (e não oposição ou fusão) entre historiografia e ficção; e) Ainda há uma renúncia a Hegel e a sua pretensão de mediação total, saber absoluto; e f) uma proposta de hermenêutica da consciência histórica. Nas conclusões foi cunhado o conceito de identidade narrativa que seria largamente explorado em obra posterior, *O si mesmo como um outro* (1990).

O conceito de *representância* (*représentance*) mostra bem a posição de charneira que reivindicamos para as discussões de "A marca do passado". Esse conceito, elaborado inicialmente no terceiro tomo de *Tempo e narrativa* a partir de um neologismo em língua francesa, buscava interpretar a relação entre a historiografia e o passado. Vejamos a passagem em que esta categoria emerge: "Nós daremos o nome de *representância* (ou de lugar-tenência) às relações entre as construções da história e seu *contraponto*, ou seja, um passado simultaneamente abolido e preservado nos rastros" (RICOEUR 1991b, p. 183).

É importante sublinhar que a *representância* não pretende resolver o paradoxo da aplicação do conceito de "realidade" ao passado, mas problematizá-lo. Uma das implicações epistemológicas que incorre do fato de o passado ser, ao mesmo tempo, preservado e abolido nas marcas deixadas pelo passado é que

a narrativa historiográfica jamais consegue reafetá-lo plenamente. Por outro lado, o conhecimento histórico tem a intencionalidade de visar e de representar os acontecimentos, um comprometimento que o submete ao que um dia foi (RICOEUR 1991b).

Em "A marca do passado", Ricoeur dá um passo adiante no exame deste conceito ao entrelaçá-lo a noção de testemunho e de sua demanda por credibilidade. Este liame entre ambas as categorias é consolidado em *A memória, a história, o esquecimento* na discussão sobre a operação historiográfica. Outro avanço dado pelo filósofo diz respeito à passagem da discussão sobre a representância do nível epistemológico para o ontológico. Em *Tempo e narrativa*, ela se concentrava em aspectos epistêmicos ao passo que em "A marca do passado" e em *A memória, a história, o esquecimento*, o acento é colocado no solo ontológico. Isto quer dizer que embora o passado não seja imutável, isto é, que esteja aberto a várias interpretações, a sua existência é inapagável: "A representação historiadora é de fato uma imagem presente de uma coisa ausente; mas a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência no passado. As coisas passadas são abolidas, mas ninguém pode fazer com que não tenham sido" (RICOEUR 2000, p. 367).

Um ponto sempre presente no pensamento ricoeuriano sobre a história aponta para as múltiplas possibilidades de narração e interpretação dos acontecimentos de outrora. Algo semelhante, sustenta Ricoeur, ocorre no ofício do tradutor. Assim como a língua pura – para usar a expressão de Walter Benjamin –, a tradução perfeita é inatingível. Existe sempre a possibilidade e o convite de "retraduzir após o tradutor", pois, assim "como ocorre no ato de contar, pode-se traduzir de outro modo, sem esperança de eliminar a distância entre equivalência e adequação total" (RICOEUR 2011, p. 30). A cada novo trabalho renova-se a esperança da tradução encontrar sua felicidade, contribuindo para a *hospitalidade linguística*, para o diálogo e para o encontro, em terceira margem, do autor e do leitor, até então, afastados pela fluida corrente textual.

327

Referências bibliográficas

- DOSSE, François. Paul Ricoeur revoluciona a história. In: _____. **A história à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- MENDES, Breno. Relações de força e relações de sentido: Michel Foucault e Paul Ricoeur revolucionam a historiografia. **Revista de teoria da história**, ano 2, nº 5, Junho 2011.
- RICOEUR, Paul. **Sobre a tradução**. Tradução e prefácio de Patrícia Lavelle. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- _____. **Temps et récit**: l'intrigue et le récit historique. Paris: Éditions du Seuil, Tome I, 1991a. [Collection Points Essais]
- _____. **Temps et récit**: le temps raconté. Paris: Éditions du Seuil, Tome III, 1991b. [Collection Points Essais]

_____. **Do texto à acção**: ensaios de hermenêutica II. Porto: RÉS Editora, 1989.

_____. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1995.

A marca do passado*

The sign of the past

Paul Ricoeur

Resumo

Este artigo se interroga sobre o estatuto ao mesmo tempo epistemológico e ontológico de um passado que “foi” (*a été*) e do qual os indivíduos, assim como as sociedades, se lembram, mas, que, como a linguagem ordinária exprime, “não é mais” (*n’est plus*). Toda uma tradição de reflexão sobre a conservação do passado pela memória desde Platão e Aristóteles quis conduzir a memória à metáfora da impressão (*empreinte*). Em contrapartida, este artigo tenta mostrar que a memória, da qual o conhecimento histórico muito depende, não é simplesmente assimilável a este topos tradicional. O que caracteriza a memória plural e pública que alimenta o trabalho do historiador é o estatuto privilegiado do testemunho, a possibilidade de confrontar diferentes testemunhos uns com os outros, dos quais depende a credibilidade da narrativa histórica. Assim, o que nos faz assistir ao evento narrado é menos a problemática de uma semelhança entre narrativa e acontecimentos narrados – a problemática do rastro, herdada de uma tendência tradicional de identificar a memória com a impressão – do que a confrontação dos testemunhos em seus diferentes graus de fiabilidade.

329

* Originalmente publicado em: RICOEUR, Paul. La marque du passé. *Revue de Métaphysique et de Morale*, Paris, nº 1, Janvier-Mars, 1998. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica. Os direitos para publicação deste texto foram gentilmente cedidos pelo comitê editorial do *Fonds Ricoeur*. O copyright desta publicação é: © Comité éditorial du Fonds Ricoeur.

A questão colocada neste estudo se situa na fronteira da epistemologia e da ontologia. É ainda uma questão de epistemologia na medida em que ela concerne à legitimidade da pretensão da memória à fidelidade e da história à verdade; chamemos esta questão a do referente. Ela está implícita na declaração de Aristóteles na *Péri Mnèmès kai anamnêseôs*: “A memória é do passado”. Mas, já é uma questão de ontologia, na medida em que o que está em jogo é o caráter de *passéité*¹ do passado: o que significa, então, ser passado? Decerto, ontologia não quer dizer substancialidade, mesmo no sentido amplo de entidade. Passado é um adjetivo substantivado: é o caráter, para um fato alegado, de ser passado. É, diria Wittgenstein, por erro gramatical que se substantivou o passado, particularmente tratando-lhe como um lugar em que se depositariam as experiências vividas uma vez que elas passaram; a própria imagem do passado como trânsito, tal qual se encontra em Santo Agostinho, induz esta deriva lexical; mais gravemente, a persistência, e talvez o caráter inexpugnável de certas metáforas espaciais com as quais nós não cessamos de nos confrontar, encoraja este prestígio do substantivo: em primeiro lugar, aquela da impressão feita por um sinete sobre a cera dá vigor à ideia de uma localização da lembrança, a qual seria armazenada, estocada em alguma parte, num lugar em que estaria conservada e do qual se iria extraí-la para evocá-la, lembrá-la. É contra esta deriva, à qual a linguagem ordinária oferece pouca resistência, que se faz necessário manter o estatuto lexical do passado como adjetivo substantivado. Nós diremos, portanto: caráter passado, *passéité*. Para continuar ainda um momento na linguagem, é preciso sublinhar dois outros notáveis modos de expressão que independem do domínio do substantivo; são, inicialmente, os advérbios de tempo: então, outrora, primeiramente, depois, antes, etc.; eles expressam os graus de distância, de profundidade no tempo – traço que nos fez caracterizar a memória como guardiã da distância temporal –, bem como as relações de anterioridade-posterioridade, que regem a sucessão, e, dessa forma, em combinação com os precedentes, o escalonamento na distância, os graus de profundidade temporal. Vêm, em seguida, os tempos verbais, dos quais Harald Weinrich, em sua grande obra *Tempus*, mostrou a surpreendente sutileza: pense apenas no jogo combinado do *imparfait* e do *passé-simple*² em francês: ele ainda dormia quando alguém bateu à porta. É notável que seja no nível da frase, isto é, da primeira unidade de discurso, e mais ainda no fraseado do discurso, que os diversos tempos exercem suas funções discriminativa e opositiva. Além disso, são essencialmente os verbos de ação, de estado, de posição, que os advérbios de tempo e os tempos verbais modificam. Retenho deste rápido percurso pelo léxico e pela sintaxe do passado uma salvaguarda

¹ Qualidade passada do que um dia se passou [*passéité*]. Essa noção, assim como a de representância, pretende lançar luz sobre a aplicação do conceito de ‘real’ ao passado histórico. O passado, visado pela representância historiográfica, não é apenas algo ausente, mas também algo anterior. O enigma do passado constitui-se no fato de se remeter em sua *passéité*, simultaneamente, àquilo que foi (*ce qui a été*) e àquilo que não é mais (*ce qui n’est plus*). (N. dos T.)

² O tempo verbal denominado *imparfait*, na língua francesa, corresponde ao pretérito imperfeito da língua portuguesa; no mesmo sentido, o *passé simple* equivale às conjugações do pretérito perfeito do português. O primeiro, além de indicar costumes e hábitos mantidos no passado, associa-se a ações inconclusas, enquanto que o segundo aporta em si a ideia de uma ação iniciada e terminada no pretérito. (N. dos T.)

contra a tendência, que é também aquela da linguagem, de tratar o passado como uma entidade, uma localidade onde residiriam as lembranças esquecidas e de onde a *anamnésis* as extrairia.

Esta advertência me guiou na elaboração da estratégia deste estudo. Eu proponho proceder em duas etapas: Na primeira, continuaremos a isolar o passado de sua relação, senão com o presente, pelo menos com o futuro. É neste quadro provisório que enfrentaremos uma primeira vez a pretensão à fidelidade da memória e à verdade da história. Aparecerá muito rapidamente que esta abstração da dimensão de passividade não conduz a outra coisa senão a reforçar o lado talvez ultimamente aporético, enigmático, da reivindicação de verdade, condenada a uma oscilação sem fim entre confiança e suspeita. Nós seremos, assim, constrangidos, pelo que poderíamos chamar de fracasso, a retrabalhar tudo o que foi dito sobre a passividade do passado, dando-lhe por moldura a dialética das três orientações ou dimensões temporais em direção ao passado, ao presente, ao futuro. Terminaremos pelo que chamarei choque do retorno da visada do futuro sobre a do passado no coração do conhecimento histórico.

O referente da memória e da história

Não é arbitrário limitar a interrogação sobre o estatuto da passividade. O que significa dizer que alguma coisa tenha se passado anteriormente, isto é, antes que se lembre e que se fale dela? A fórmula de Aristóteles, que gosto de repetir: "A memória é do passado", não necessita mobilizar o futuro para dar sentido a sua afirmação. O presente, é verdade, está implicado no paradoxo da presença da ausência, paradoxo comum à imaginação do irreal e à memória do anterior. Retornarei mais adiante à discussão sobre a verdadeira natureza desta presença. Mas, de alguma maneira, o futuro é colocado entre parênteses. Não é o que acontece quando procuramos uma lembrança, que nos entreguemos ao trabalho de memória, ao culto da lembrança? Assim, Husserl desenvolve extensamente uma teoria da retenção e da relembração e não aborda mais do que sumariamente a protensão,³ como se tratasse de uma simetria obrigada. A cultura da memória, como *ars memoriae*, como técnica de memorização, se constrói sobre igual abstração do futuro. Mas é, sobretudo, à história que concerne metodologicamente este eclipse do futuro. É por isso que o que seremos levados a dizer, no fim do percurso, sobre a inclusão da futuridade na apreensão do passado histórico irá fortemente na contramão da orientação claramente retrospectiva do conhecimento histórico. Objetar-se-á a esta redução da história à retrospectiva, que o historiador, enquanto ator da história e cidadão (como dissemos no fim do Quarto Estudo),⁴ inclui na sua motivação de arteção

331

³ Conceito cunhado por Edmund Husserl em suas *Lições para uma fenomenologia da consciência íntima do tempo* (1905). Ele está diretamente relacionado à noção de retenção, que indica a lembrança que retemos das vivências passadas após a percepção de um processo temporal. De acordo com Husserl, é em função dessas experiências passadas que antecipamos as futuras. A protensão se dirige ao futuro buscando contato com as vivências que virão. O principal exemplo utilizado pelo filósofo é o da percepção de uma melodia musical. Para ele, quando ouvimos uma canção, uma determinada nota musical fica retida em nossa consciência. Assim, a protensão indicaria nossa expectativa pelas próximas notas que preencheriam o fluxo temporal. (N. dos T.)

⁴ O presente texto foi extraído da Sexta e última aula do seminário ofertado por Paul Ricoeur no *Collège International de Philosophie*, em 1997. Aqui, Ricoeur faz referência à Quarta aula deste seminário. (N. dos T.)

da história sua própria relação com o futuro da cidade. Isto é verdade, mas ele não inclui esta relação no objeto de seu estudo, no tema que ele recorta no passado concluído; observou-se a este respeito que a investigação do passado histórico não implica mais do que três posições temporais: a do evento-alvo, a dos eventos intercalados entre este e a posição temporal do historiador, e, enfim, o momento da escrita da história: três momentos, dois no passado e um no presente. Quanto à definição de história proposta por Marc Bloch, a saber: "A ciência dos homens no tempo", ela não deve mascarar este limite metodológico do ponto de vista retrospectivo da história: os homens no tempo são, de fato, de outrora, tendo vivido antes que o historiador escrevesse sobre eles; a discussão que se segue sobre a ideia de rastro confirmará esta limitação da história ao passado de sua própria escrita. Há uma legitimidade provisória em se colocar a questão do referente da memória e da história sob a condição da abstração do futuro. A questão será, portanto, de saber se uma solução para o enigma da passividade pode ser encontrada nos limites desta abstração.

332

Eu disse: o enigma do passado. Na verdade, trata-se de um rosário de enigmas. O primeiro que vem à mente encontra-se na linha da investigação iniciada acima sobre o léxico e a sintaxe da temporalidade. Falamos do passado simultaneamente como o que não é mais (*n'est plus*) e como o que foi (*a été*). A primeira designação, adverbial, é de caráter negativo: não mais; a segunda, que remete à nomenclatura dos tempos verbais, é de caráter positivo: foi. Caberia escolher entre os dois, e, mesmo, hierarquizá-los? Abordaremos, na segunda parte deste estudo, ao tratarmos a dialética das três instâncias da temporalidade, as razões que conduziram Heidegger, no quadro de uma ontologia do *Dasein* centrada no cuidado (*souci*), a promover o ter sido – le *gewesen* – à posição do autêntico e do originário, e a fazer recuar o passado, tomado no sentido de concluído, à posição dos modos de ser colocados sob o signo do *vorhanden*, do *zuhanden*, do dado e do meneável. Eu gostaria de defender desde agora, no quadro de uma fenomenologia provisoriamente fechada sobre a passividade enquanto tal, o igual direito destas duas designações. Falar de ação concluída, não é somente ver no passado o que escapa aos nossos sentidos, aquilo a respeito do que não podemos mais agir, é também significar que o objeto da lembrança traz a marca indelével da perda. O objeto do passado enquanto concluído é um objeto (de amor, de ódio) perdido. A ideia da perda é a este respeito um critério decisivo da passividade. Nós a encontramos no Segundo Estudo em relação com a noção de profundidade temporal, de escalonamento e de distância no tempo. Se for realmente assim, o não poder agir sobre o passado é apenas um corolário da perda, pelo viés da capitulação, em direção à interiorização da perda. Neste sentido, eu diria que o ato de colocar o "real no passado" (para retomar uma expressão de Sartre no *Imaginário*), como ter sido (*ayant été*), passa pela prova da perda e, portanto, pelo não mais ser. É sob a condição de separação que a distância significa e que o ter sido se coloca. O enigma do par "não mais ser" e "ter sido" não nos deixará daqui por diante.

Ele ressurgue no horizonte de um novo enigma, bastante antigo, uma vez que ele aparece no *Teeteto* e no *Sofista* de Platão, prolonga-se no pequeno

Tratado de Aristóteles, e reaparece em Agostinho. Trata-se do enigma da *eikôn*, da imagem, se quisermos, mas em um dos sentidos da palavra *eikôn* que compreende, como também vimos no Segundo Estudo, os dois modos de presença, o de ausente como irreal e o de anterioridade como passado. A “lembrança pura” é posta em cena e colocada sob os olhos, como dissemos no fim deste estudo, em forma de imagem. Assim, o enigma da *eikôn* cobre as duas formas de presença da ausência, a do irreal e a do anterior. Ora, o que há de enigmático aqui?

O enigma se dá em dois graus, duas etapas. A princípio, é o recurso à metáfora da marca, tal qual impressa por um sinete sobre a cera; é, em seguida, a postulação de uma relação de similitude entre a evocação presente e a marca na cavidade. Enigma da marca, enigma da semelhança. Por que enigma e, mesmo, duplo enigma?

Tomemos, inicialmente, a metáfora da marca: enquanto deixada, ela é presente. Mas, como sabemos que ela foi deixada, e por quem? Ou pelo quê? O enigma da presença do ausente é somente abordado mais à frente, na pressuposição de um agente que imprimiu a marca como signo de sua passagem; ora, esta representação da causa é exterior a função do signo da impressão. Em outras palavras, para valer como marca, uma forma na cavidade deve comportar de antemão uma dimensão de alteridade concernente à origem da impressão. Por trás da marca do sinete há o ato de selar, de imprimir. Relembramos como Aristóteles, ao se recordar do *Teeteto* e do *Sofista*, propõe resolver esta dificuldade: ele desloca a metáfora do sinete e de sua impressão para o plano gráfico. Imagine, diz ele, um quadro: pode-se considerá-lo em si mesmo como conjunto de traços desenhados e pintados, ou como se se remetesse a outra coisa, a um original significado, representado, ou como apropriadamente se diz, a uma coisa retratada. Este deslocamento da metáfora da marca do sinete sobre a cera àquela do quadro não constitui uma solução, mas um desnudamento do enigma, a saber, a dupla significação tanto do quadro quanto da impressão como simples presença e como reenvio ao ausente, seja este um irreal ou um real passado.

Acrescente-se o segundo enigma que traz à tona a metáfora gráfica da inscrição. O enigma concerne à ligação presumida da semelhança entre o quadro e o original. Lembramo-nos do embaraço de Platão no *Sofista* ao propor a distinção de duas artes miméticas, uma fantasmática, enganadora, e a outra, eikástica,⁵ presumidamente verídica. Mas, em relação a que reconhecemos que uma imagem é verídica? Todo o enigma da lembrança está aqui resumido sob seu duplo aspecto: para que a marca seja signo de outra coisa, é preciso que ela aponte de alguma maneira a causa que a produziu. Quanto à semelhança presumida entre o retrato e seu modelo, como a apreciar na ausência de um *tertium comparationis*? Uma dúvida nos acomete: não nos confundimos, desde o início, com a metáfora do *tupos*, da marca enquanto presença do ausente? E não nos confundimos, novamente, com a designação de uma relação de semelhança entre a coisa presente e a coisa ausente, relação imposta pela metáfora do

⁵ Forma neologizada por Ricoeur a partir de derivação do termo *eikôn*. (N. dos T.)

quadro? Posta bruscamente, a questão é a seguinte: seria a lembrança uma imagem análoga de um acontecimento do qual se guarda uma impressão? Toda a nossa moderna problemática da "representação" não faz mais do que repetir esta velha aporia do ícone. Representar é apresentar de novo? É a mesma coisa ainda outra vez? Ou é outra coisa que não uma reanimação do primeiro encontro? Uma reconstrução? Mas em que uma reconstrução se distingue de uma construção fantástica, fantasiosa, isto é, de uma ficção? Como a posição de real passado, de passado real, é preservada na reconstrução?

É notável que o conhecimento histórico reanime esta velha aporia da *eikôn*. Considere a série que colocamos na base da coleta dos fatos, ao nível do que chamamos de história documental; a série era esta: arquivo – documento – rastro; o arquivo direcionando-se ao documento e o documento ao rastro. Dessa forma, tudo convergia no rastro, a tal ponto que Marc Bloch pôde definir a história como "uma ciência por rastros". Os documentos são rastros e os arquivos reservas de rastros inventariados. Ora, o que é o rastro senão o equivalente moderno da marca segundo os Gregos? A metáfora se deslocou da marca do sinete sobre a cera para a passagem de um animal no campo. Porém, o fundo da metáfora continua o mesmo: o rastro deixado é também uma marca oferecida para decifração. Assim como é preciso saber, por um saber anterior e exterior, que alguém marcou a cera com seu sinete, é necessário saber que um animal passou por aqui e, além disso, saber distinguir o rastro de um javali do de um cervo. O enigma da marca se repete, assim, no enigma do rastro; é preciso um saber teórico prévio sobre os costumes de quem deixou um rastro e um saber prático sobre a arte de decifração do rastro que funciona como efeito-signo da passagem que o deixou.

334

Dessa forma, o conhecimento histórico apenas repetiria o enigma da *eikôn*? Não, ele traz um elemento novo, suscetível, se não de resolver o enigma, ao menos de torná-lo tolerável. Este elemento novo é o testemunho em que observamos a estrutura de transição entre a memória e a história. Ora, o testemunho introduz uma dimensão de uso linguístico ausente na metáfora da marca, a saber, a fala do testemunho que relata o que viu e pede para que se acredite nele. A marca que o acontecimento deixa é o ver que se reveza entre o dizer e o crer. Da mesma feita, o enigma da relação de semelhança se substitui pelo da relação fiduciária – talvez menos intratável – constituinte da credibilidade do testemunho. Assim, não se trata mais da semelhança de um quadro, mas da credibilidade de um testemunho de que a boa fé presumida pode ser colocada à prova por uma confrontação de testemunhos. Desde já, é desnecessário dizer que o rastro simplesmente repete o enigma da marca. Substituindo a marca, o testemunho desloca a problemática do rastro; é preciso pensar o rastro a partir do testemunho e não o inverso.

O que resulta disso para a relação com o passado? Negativamente, a injunção de sair da problemática da semelhança. É preciso deixar de se perguntar se uma narrativa assemelha-se a um acontecimento; para se perguntar se o conjunto de testemunhos, confrontados entre si, é fiável. Se for o caso, podemos dizer que a testemunha nos proporcionou assistir ao acontecimento narrado.

Retomando esta última expressão, assistir, pode-se questionar se é possível ir até o fim da substituição da problemática do testemunho pela do ícone. A resistência desta à redução não deve se dar sem alguma razão. Sem dúvida, é preciso remontar aqui a nossa discussão anterior concernente às relações entre a memória e a imaginação.⁶ Depois de termos dissociado tão radicalmente quanto possível o ato de colocar um real passado, aquele de suspender toda posição de realidade a fim de visar o irreal enquanto tal, assistimos ao retorno da imagem sobre o trajeto de efetuação da “lebrança pura”. A lembrança, precisamos reconhecer, reaparece como imagem, em imagem. É a este estado, que Bergson descreve como aquele da lembrança-imagem, que a problemática do ícone se remete imediatamente. A história não está a salvo desta espécie de revanche do imaginário. A imaginação, como sublinhava o próprio Collingwood, grande defensor, no entanto, da ideia de reanimação, de reafetuação (*reenactment*) do passado no presente da narrativa, opera em todos os níveis do questionamento, desde a formação de hipóteses, passando pela comparação entre os diversos cursos dos acontecimentos, até o nível mesmo da explicação, em particular sob a forma da imputação causal singular. A ficção se insinua de maneira ainda mais flagrante nas grandes composições literárias, em que o quadro o disputa com a narrativa, neste nível de complexidade e amplitude em que a história merece seu nome de historiografia, de escrita da história. É a favor desta *mise-en-scène*, pela qual a história põe sob os olhos aquilo que ela testemunha, que a metáfora do retrato, afastada acima, retoma vigor. É preciso, certamente, inverter à condição prévia as relações de prioridade entre o testemunho e o quadro, e dizer que o quadro propõe um ícone de seu modelo somente porque, inicialmente, este se quer fiel àquele, à maneira de um testemunho. O quadro, sugeriríamos, é imagem apenas secundariamente, a favor do movimento pelo qual ele iconiza seu próprio elã de fidelidade ao seu modelo.

Paralelamente ao questionamento da metáfora do quadro, seria preciso submeter o modelo da tradução a um exame semelhante.⁷ Traduzir, declara Antoine Berman (BERMAN 1984), é ao mesmo tempo habitar a língua do estrangeiro e dar hospitalidade a este estrangeiro no coração de sua própria língua. Da mesma maneira, não poderíamos dizer que a memória e a história traduzem o que foi transmitido de um acontecimento na língua de recepção do narrador? Traduzir, diz o provérbio, é trair. Que seja, mas, a traição diz respeito à categoria do testemunho, e não à da imagem.

É no prolongamento destas complexas trocas entre memória e imaginação que retomarei, hoje, a proposta, feita em *Tempo e Narrativa III*, de interpretar a relação entre a história e o passado à luz do conceito de representância⁸

⁶ Esta discussão foi incluída como primeiro capítulo da obra *A memória, a história, o esquecimento*. (N. dos T.)

⁷ Uma coletânea com três conferências de Ricoeur a propósito da teoria da tradução foi recentemente publicada em português sob o título *Sobre a tradução*. (N. dos T.)

⁸ Esse conceito emerge na discussão sobre a realidade do passado histórico. “A questão da representância do passado ‘real’ pelo conhecimento histórico nasce da simples pergunta: que significa o termo ‘real’ aplicado ao passado histórico? Que queremos dizer quando dizemos que algo ‘realmente’ aconteceu?” (RICOEUR 2010, p. 236). Nesse momento, o autor distinguia duas noções de representação: 1) Representar no sentido de estar no lugar de alguma coisa (*vertretung*); 2) Representar no sentido de criar para si uma imagem de algo exterior, ausente (*vorstellung*). Embora reconheça que as duas acepções estejam implicadas na representação historiadora, Ricoeur diz que o rastro, o qual é

(*représentance*) ou de lugar-tenência (*lieutenance*), modalidade notável do que eu chamava, então, a refiguração do passado pela narrativa. Naquela oportunidade, eu distinguia o conceito de representância, ou de lugar-tenência, daquele de representação, na esteira do termo alemão *Vertretung*, distinto do *Vorstellung*. Hoje, tentarei salvar o conceito de representância, ou de lugar-tenência, dispondo-o ao lado do “como” do testemunho antes que do “como” da metáfora, ainda que este esteja associado ao “ser como”, elaborado no oitavo estudo de *A metáfora viva*. A representância, posso dizer, exprime a opaca mistura entre a lembrança e a ficção na reconstrução do passado. Pelas mesmas razões, espero, hoje, menos luzes do que outrora da dialética entre o mesmo, o outro e o análogo, por meio da qual eu tentava articular conceitualmente a relação de representância. Este recurso à analogia, para além da oposição entre o mesmo e o outro, parece-me, atualmente, excessivamente tributária da problemática da *eikôn*, talvez por não ter passado pelo crivo do testemunho.⁹

Voltando uma última vez à carga, pergunto-me se a resistência da problemática do ícone à sua absorção na do testemunho não teria ainda uma razão mais profunda que o fenômeno de iconização, de *mise-en-tableau*, da lembrança. Talvez reste alguma coisa de mais irredutível na problemática do rastro, e que se insinua no cerne do testemunho, ou antes em seu lugar de

336

deixado pelo passado, assumiria o próprio papel deste. Por isso, ele tem uma função de lugar-tenência em relação ao passado numa função de representância. Como a historiografia é uma ciência por rastros, fica evidenciado que sua referência, sua forma de acesso ao passado é indireta, mediada pelos vestígios deixados por ele. (N. dos T.)

⁹ O que dizer, de maneira mais geral, sobre a releitura, do capítulo de *Tempo e Narrativa III*, consagrado à realidade do passado histórico? Eu o havia feito preceder de um capítulo sobre “as variações imaginativas sobre o tempo”, tendo em vista incluir a dimensão ficcional no processo de refiguração do tempo pela narrativa. Eu me interessava, então, pela maneira como a ficção explora “a falha aberta pelo pensamento reflexivo entre o tempo fenomenológico e o tempo cósmico” (RICOEUR 2010, p. 216). Esta dificuldade perdeu sua acuidade na presente obra, na medida em que, ao encontro de Agostinho e de Husserl, e mesmo de Heidegger, o tempo fenomenológico me parece comportar, a título primordial, os traços tais como a databilidade pelos quais o tempo do mundo é incorporado à escansão do próprio tempo fenomenológico. Em compensação, continuei a assumir de uma parte a oposição entre narrativa histórica e ficção com risco de dar lugar a seu emaranhamento sobre o caminho da lembrança pura à lembrança imagem, em particular no plano de elaboração dos grandes afrescos históricos em que a *mise-en-tableau* se faz *mise-en-scène*. Quanto ao capítulo consagrado à “realidade do tempo histórico”, ele é o objeto da revisão, em profundidade, mais acentuada em razão do entrelaçamento entre a problemática do rastro e a do testemunho. O enigma da representância, como eu dizia naquele momento, parece-me, ainda hoje, bem colocado. Os ensaios semânticos em torno do termo alemão *Vertretung*, distinto de *Vorstellung*, parecem-me ainda pertinentes; a narrativa histórica está em uma função de lugar-tenência em relação ao passado histórico: “Essa função caracteriza a referência *indireta*, própria de um conhecimento por vestígio, e distingue de qualquer outro o modo referencial da história com relação ao passado” (RICOEUR 2010, p. 238). E eu acrescentaria: “É claro que esse modo referencial é inseparável do próprio trabalho de configuração: com efeito, é só por meio de uma retificação sem fim de nossas configurações que formamos uma ideia do inesgotável recurso do passado” (RICOEUR 2010, p. 238). Mas, nesta época, eu compreendia a noção de rastro como o término da sequência de encaminhamentos que, os arquivos, conduzem aos documentos, e os documentos ao rastro. Na ausência da correlação entre rastro e testemunho, eu continuava, sem que me desse conta, prisioneiro do enigma da *eikôn*, enigma que não havia identificado. Resultava-se disso que a dialética, inspirada pelos Grandes Gêneros platônicos do Mesmo, do Outro e do Análogo, se ela permitia, de um lado, transcender a oposição entre a reafirmação segundo Collingwood (eu poderia ter acrescentado a ressurreição do passado de acordo com Michelet) e, de outro, o elogio da diferença, feito por Paul Veyne e Michel de Certeau, ao benefício da ideia de analogia, esta dialética não se desligava, ainda que devesse, da fascinação não assumida pela velha problemática da *eikôn*. O preço disso era o atolamento na tropologia de Hayden White que me parece hoje inadequada para resolver a aporia, bem colocada, da representância. Voltando ao que foi dito acima sobre a salvação parcial da metáfora do quadro, eu gostaria de insistir sobre a distância fundamental entre quadro e cópia. É o destino da ideia de *mimêsis* que está em jogo aqui. Um quadro não é uma cópia, na medida em que ele é uma interpretação, ou, eu preferiria dizer, uma busca da verdade pela interpretação. Talvez fosse preciso dizer o mesmo quanto à fotografia. Pense em Cartier-Bresson, em Doisneau. A foto não é menos configuração em vista da reconfiguração do que o quadro. Ela também visa a fidelidade além da reduplicação pela cópia. Quadro e fotografia, em sua fase de mais alta perfeição, remetem-se à fase de iconização da lembrança e, através deste processo, apontam para a problemática da fidelidade.

origem. Trata-se do reenvio do ícone, assim como do rastro, ao acontecimento anterior à marca, à incisão, à inscrição, acontecimento cujo paralelo se apresenta na própria passagem que deixou o rastro. Ora, o testemunho contém em sua raiz um enigma comparável. Antes de se expressar, a testemunha viu, ouviu, experimentou (ou acreditou ver, ouvir, experimentar, pouco importa). Em suma, ele foi afetado, talvez marcado, abalado, ferido, em todo caso, *atingido*, pelo acontecimento. O que ele transmite através de suas palavras é algo deste *ser afetado por...*; neste sentido, pode-se falar de marca do acontecimento anterior, anterior ao próprio testemunho, marca de certa forma transmitida pelo testemunho, o qual comporta uma face de passividade, de *pathos*, termo que se encontra na definição inicial da memória por Aristóteles. Encontramos este traço "pático" no nível da consciência histórica sob a sábia forma designada por Gadamer como "consciência do efeito da história" (*Wirkungsgeschichtliches Bewusstsein*) – expressão que se pode traduzir por "ser-afetado pela história".¹⁰ Através da narrativa, o ouvinte torna-se testemunha de segundo grau, encontra-se, por sua vez, colocado sob o efeito do acontecimento cujo testemunho transmite a energia, ou até, a violência, mas, às vezes, também a jubilação. A partir deste ponto de vista de passividade, a problemática do rastro se prolonga, de certa maneira, na de testemunho sem nela se dissolver completamente.

Eu gostaria de concluir estas observações, em grande parte exploratórias, sublinhando a última indecibilidade do estatuto da verdade fidelidade da memória e, por implicação, da história. Não somente o enigma da iconicidade não é inteiramente dissipado pela problemática substituída ou superordenada do testemunho, mas, mesmo na hipótese em que o testemunho seria suscetível de resolver o enigma do ícone e do rastro, ele conservaria sua problematidade própria, a saber, a de sua fiabilidade, de sua credibilidade. O contrário da fiabilidade, já dissemos acima, não é a dúvida no sentido estritamente epistêmico do termo, mas a suspeição. A questão da verdade, com efeito, tornou-se a da veracidade. Nós podemos sempre, no limite, opor um testemunho a um outro testemunho. Esta distância insuperável entre veracidade-fiabilidade e verdade-prova faz da fidelidade um elemento especial da verdade. O acreditar em acompanha o acreditar que. Da mesma forma, a oposição verdadeiro-falso se duplica na oposição confiança-suspeita. O empreendimento corretivo da história não abole a suspeita de que se pudesse ser enganado por algum falso testemunho. Assim, a verdade, em história, continua em suspenso, plausível, provável, contestável, enfim, em contínuo curso de reescrita.

Deste modo, o destino desta verdade em suspenso, desta veracidade inatingível dependerá, em última instância, do restabelecimento da problemática da passividade do passado no grande ciclo da temporalidade.

¹⁰ P. Ricoeur explorou com mais detalhes a problemática do "ser-afetado-pela-história" no capítulo final de *Tempo e narrativa III*, "Rumo a uma hermenêutica da consciência histórica" (RICOEUR 2010, p. 391-414). Nesta discussão, Ricoeur retoma o argumento desenvolvido por K. Marx, em *18 Brumário*, segundo o qual os homens são tanto agentes quanto pacientes da história, na medida em que eles a fazem, mas em condições e circunstâncias que lhes são legadas pelo passado. O conceito de "tradição" está no núcleo desta problemática que levou o filósofo francês a dialogar com as considerações da hermenêutica de H.G. Gadamer. (N. dos T.)

O passado e a dialética temporal

De acordo com a discussão anterior, o tratamento isolado do passado conduz a uma situação largamente indecível: de um lado, persiste-se o compromisso de fidelidade da memória, e do outro, impõe-se a falta de fiabilidade desta. Infelizmente, a memória é tudo o que temos para nos assegurar de que algo efetivamente aconteceu no passado! “A memória é do passado”, repetimos com obstinação após Aristóteles. Vem-nos, então, a ideia, como uma contra-suspeita, de que seja a própria ambição de apreender a passividade do passado enquanto tal, abstração feita de sua ligação dialética com as outras duas instâncias do tempo, o que leva a este impasse. Uma nova diretiva se propõe a reinserir a memória no movimento de troca com a espera do futuro e a presença do presente; e de se perguntar o que nós fazemos com nossa memória hoje e amanhã. Ora, esta viravolta se remete simplesmente à concepção agostiniana de tempo, desenvolvida no capítulo XI das *Confissões*, e nos incita a associá-la à concepção heideggeriana do tempo. Agostinho e Heidegger são, com efeito, pelo menos para mim, os únicos pensadores que tomaram por tema diretor de sua concepção do tempo a dialética do passado, do presente e do futuro.¹¹

Não procuraremos, no que se segue, reescrever as duas monografias consagradas por *Tempo e narrativa* ao Livro XI das *Confissões* e ao capítulo de *Ser e tempo* concernente à temporalidade. Intencionamos, sobretudo, uma livre meditação, deslocando-se livremente entre Agostinho e Heidegger, misturando empréstimo e crítica, em uma preocupação dupla de justiça com relação aos textos evocados e de responsabilidade com relação à situação de indecidibilidade, resultada da intenção precedente de tematização isolada da passividade do passado enquanto tal.

Minhas considerações se organizam em torno de dois temas, o da impossível totalização das três dimensões temporais – e, portanto, sua *diáspora* originária –, e aquele, corolário do precedente, da primordialidade equivalente de cada uma destas duas instâncias. O empréstimo e a crítica se entremearão sobre estes dois temas.

No que concerne ao primeiro tema, Agostinho e Heidegger afirmaram com veemência aquilo que chamo em *Tempo e narrativa I*, a propósito de Agostinho, de dissonância entre as três instâncias da temporalidade: o tema da *distentio animi* – que traduz a *diastasis* dos neoplatônicos – é anunciado nas *Confissões* sob o tom doloroso da deploração; é na “região de dessemelhança” que a alma faz ouvir sua lamúria. Heidegger, por sua vez, retoma o termo *ekstasis*, o qual ele traduz literalmente pelo fora de si: “A temporalidade é o fora de si (*Ausser sich*) originário, em si e por si” (HEIDEGGER 2008, p. 413). Este caráter *ekstático* da temporalidade originária, de acordo com Heidegger, encontra-se nivelado, na

¹¹ Apontei em duas oportunidades as minhas reservas em relação a estas duas grandes doutrinas: primeiramente para contestar a prioridade dada por ambos à memória do próprio em detrimento à memória coletiva; uma segunda vez para lamentar a disjunção que, para fins diferentes, um e outro instauram entre o tempo fenomenológico e o tempo cósmico, – estas duas tomadas de posição se revelam definitivamente indissociáveis. No entanto, jamais duvidei da legitimidade de princípio de uma investigação centrada na dialética das três dimensões do tempo. Pensaria, mais propriamente, que o aporte de sua descoberta foi amputado tanto pela redução à esfera do indivíduo quanto pela disjunção entre as abordagens fenomenológica e cosmológica.

compreensão vulgar do tempo, “a uma pura sequência de agoras, sem começo nem fim” (HEIDEGGER 2008, p. 413).

Mas terão ambos chegado ao limite daquilo que exige sua descoberta? Em Santo Agostinho, é o presente que aponta para três direções “Diga-se também que há três tempos: pretérito, presente e futuro” (AGOSTINHO 1980, p. 222). E ainda: “Se me é lícito empregar tais expressões, vejo (*video*) então três tempos e confesso (*fateorque*) que são três” (AGOSTINHO 1980, p. 222). Ora: “lembrança presente das coisas passada, visão (*contuitus*) presente das coisas presentes [tem-se mais à frente *attentio*], esperança presente das coisas futuras” (AGOSTINHO 1980, p. 222). Triplo presente, portanto. Certamente, Agostinho não está desprovido de argumentos: nós não enxergamos o passado senão através de *vestigia* – de imagens-impressões, presentes na alma; as mesmas que aparecem nas antecipações presentes das coisas por vir. É, portanto, a problemática (e o enigma que a acompanha) da presença do ausente que impõe a tripla referência ao presente; contudo, poderíamos objetar, os *vestigia*, os traços, considerando a necessidade de postular sua presença, não são vistos enquanto tais em termos do presente vivido; não é a eles que damos atenção, mas à passividade das coisas passadas e à futuridade das coisas futuras; é, então, legítimo suspeitar, como o fazem as críticas modernas e pós-modernas da “representação”, alguma “metafísica da presença”, veladamente eludida na instância da presença em termos do presente do presente, estranho presente reduplicado. Assim, encontram-se atenuadas a *distentio animi* e a equi-primordialidade das três instâncias da temporalidade, que se defenderá mais adiante.¹² Ouçamos bem: a dupla preocupação de manter a dissociação destas instâncias e de preservar seu direito equivalente não proíbe elevar ao estágio de problema último a possibilidade de unidade daquilo que Agostinho designa como três tempos – *tria tempora* –; na minha opinião, entretanto, a questão enigmática da temporalidade única deverá ser confiada *in fine* à dialética resultante da estrita balança entre instâncias distintas e seu direito equivalente.

Quanto a Heidegger, parece evidente que o problema de diferenciação das três instâncias de tempo seja estabelecido a partir de sua presumida unidade.¹³ O capítulo-chave de *Ser e tempo* a este respeito é o capítulo III da Segunda Seção, intitulado “O poder-ser todo em sentido próprio da presença (*Dasein*) e a temporalidade como sentido ontológico da cura (*Sorge*)” (HEIDEGGER 2008, p. 384). Assim, encontra-se localizada, além da questão da pluralização, e ainda de dispersão das três instâncias, a de sua articulação: lê-se isto desde as primeiras linhas do parágrafo 61:

Projetou-se existencialmente um poder-ser todo em sentido próprio da presença (*Dasein*). A análise e interpretação do fenômeno desvelou o ser-para-a-morte próprio como *antecipar*. Em seu testemunho existenciário,

¹² Uma razão própria ao cristianismo platonizante de privilegiar o presente diz respeito à referência do presente vivido dada à eternidade, concebida como um *nunc stans*, dito de outro modo, um presente eterno.

¹³ Não me refiro aqui ao percurso das longas análises preparatórias relacionadas, de um lado, à fenomenologia hermenêutica (*Tempo e narrativa III*, p. 103-107), e de outro, à posição axial do cuidado na ontologia do *Dasein* (RICOEUR 2010, p. 107-115).

o poder-ser próprio da presença (*Dasein*) mostrou-se na *decisão*, tendo sido, ao mesmo tempo, interpretado existencialmente. Como se devem conjugar ambos os fenômenos? O projeto ontológico do poder-ser todo em sentido próprio não levou a uma dimensão da presença muito distante do fenômeno da decisão? O que a morte tem em comum com a 'situação concreta' da ação? Será que a tentativa de forçar a união entre decisão e antecipação não leva a uma construção insuportável, de todo não fenomenológica, que nem é capaz de reivindicar o caráter de um projeto ontológico com base fenomenal? (HEIDEGGER 2008, p. 384).

Heidegger tem bons motivos para se interrogar assim. Com efeito, tem-se a impressão, desde o princípio, de que o privilégio concedido à futuridade, sob o sinal do ser-em direção (ou para) a morte, condiciona a análise da unidade fundamental das três instâncias de tempo. Da mesma forma que em Santo Agostinho, a primazia do presente determinaria a unidade das três instâncias, trata-se da antecipação do futuro e, mais precisamente, do "antecipar em direção" à morte, que estabelece antes a questão da integralidade do ser-aí: O "antecipar em direção" à morte, a "decisão antecipadora" afrontada por sua ineluctabilidade, constituem o senso originário do "poder-ser todo autêntico do *Dasein*". Correlativamente, a finitude implacável do tempo do *Dasein* é o que fornece seu senso último à noção inaugural do "poder-ser-todo": "Fenomenalmente, a temporalidade é experimentada de modo originário no ser-todo em sentido próprio da presença (do *Dasein*), no fenômeno da decisão antecipadora" (HEIDEGGER 2008, p, 386). Poderá se alegar que o privilégio concedido ao futuro tem, em Heidegger, sua razão de ser mais primitiva na estrutura do cuidado, eixo diretivo da fenomenologia do *Dasein*. A primeira implicação temporal da noção de cuidado é, na verdade, a do ser antes de si (*das Sich vorwegen*). Entretanto, acredito que esta noção não apresenta limites definitivos, ao contrário, ela sempre deixa algo a haver, em suspenso, e permanece incompleta em virtude do caráter de poder-ser (*Seinkönnen*) do ser-aí (*Tempo e narrativa III*). Pode-se questionar, desde já, a necessidade de se liberar o *Seinkönnen* – o ser-antes de si – do jugo do ser-para-a-morte, e ainda da totalização do tempo imposta por esta categoria. Certamente, nenhum questionamento sobre o tempo poderia evitar a questão de sua integralidade estrutural. Mas esta questão poderia ser transmitida, como já foi sugerido acima, como uma questão ulterior, resultante do entrecruzamento das problemáticas discordantes do futuro, do passado e do presente. Nesse sentido, é preciso explorar, antes de tudo, os recursos da experiência do poder-ser aquém de sua captura pelo ser-para-a-morte.

Gostaria de contribuir, com as considerações que se seguem, a esta fenomenologia *aberta* da futuridade em direção à fenomenologia *fechada* do ser-para-a-morte.

Esta abertura era melhor preservada pela ideia agostiniana de espera, a qual ecoa naquela de horizonte de expectativa (ou de espera) de Koselleck. O eco produzido entre uma notação que releva o tempo do próprio em Santo Agostinho e uma notação relevando o tempo histórico em Koselleck é precisamente o que me sugeriu aplicar ao futuro a polissemia que eu propusera, desde o

primeiro Estudo, para a análise da memória e que, além do mais, já valia pela experiência completa da temporalidade. Esta polissemia, eu insisto, repousava sobre a distinção entre o próprio, o próximo e o distante. Proponho a seguir, portanto, conjugar a tríade passado-presente-futuro com a tríade do próprio, do próximo, do distante.

Todos os jogos do desejo que posicionam a marca do futuro sobre o amor e o ódio, sobre o júbilo e a tristeza remontam à espera do próprio. Descartes já notava, em *As paixões da alma*, no parágrafo 37, que o desejo é o princípio das paixões que “leva a olhar muito mais o porvir do que o presente ou o passado”. Dele derivam a esperança, o temor, o ciúme, a segurança e o desespero, de acordo com a variedade das dificuldades às quais o desejo se propõe. É notável que a morte figure somente em uma coluna subordinada ao parágrafo 89 intitulado “Qual é o desejo que nasce do horror”: “O horror”, pode-se ler, “é instituído pela natureza para representar à alma uma morte súbita e inopinada”; assim, o que está tematizado aqui é “o perigo de morte” e não o “antecipar em direção” à morte. As paixões apropriadas são, nesse sentido, “a fuga e a aversão” (DESCARTES 1973, p. 261). Descartes teria se esquivado perante o destino da mortalidade? Eu diria, diferentemente, que ele não previu um lugar para ela entre as paixões. E com razão. A mortalidade não é um conteúdo passional; ela é uma situação limite que se reporta à estrutura terminada da existência. Deverá ela, contudo, ser levada em conta nas *atitudes* com relação ao futuro? Parece-me intencional que Descartes considere apenas o perigo de morte e não proponha transformar “o temor da morte” em antecipação ou em decisão. O acontecimento “morrer” não pode ser temido, e eventualmente aceito e assumido, a não ser como interrupção aleatória, e, assim, descoordenável em relação ao desejo e ao temor. Neste sentido, Sartre e, poderia dizer, Lévinas¹⁴ estão de acordo ao dizer que a morte não é um acontecimento suscetível de ser esperado e antecipado.

Neste ponto, sugiro a intervenção da distinção entre próprio, próximo e distante. A morte tem neles cada vez um estatuto diferente. No tempo do próprio, nem o nascimento é uma lembrança, nem a morte é o objeto de uma espera. Eu me preparo para morrer, não aguardo a morte. Eu espero permanecer vivo até à morte. Até à morte – não em vista de ... tampouco em direção ... a morte. Ora, para quem o nascimento e a morte são acontecimentos? Pois bem, para os próximos, para os meus próximos. Somente eles se rejubilaram da vinda ao mundo de um recém-nascido que foi eu. Hannah Arendt se apraz em repetir, no fim da seção “Ação” de *A condição humana*: “Um menino nos nasceu” (ela acredita, antes de tudo, se tratar de uma passagem do Evangelho; é uma citação do profeta Isaías).¹⁵ O “nós” que se rejubila aqui é aquele dos próximos,

341

¹⁴ Em seu último curso público, palestrando sobre a morte, Lévinas ironiza: “Nada é, sem dúvida, mais cômico do que o zelo que um ser toma por uma existência da qual ele não poderá evitar a destruição, como no conto de Tolstói em que uma encomenda de botas para vinte e cinco anos é feita por alguém que morrerá na mesma tarde de seu pedido”.

¹⁵ “It is this faith and hope for the world that found perhaps its most glorious and most succinct expression in the few words with which the Gospels announced their ‘glad tidings’: a child has been born unto us” (ARENDRT 1958, p. 247).

dos meus próximos. E é para eles que minha morte será um acontecimento, não para mim. Tudo o que posso antecipar e, nesse sentido, esperar constitui o luto deles. Mas não é minha tarefa trazê-lo até eles antecipadamente; ainda que eu possa me arriscar – com pudor– a imaginá-lo. Quanto ao futuro do tempo distante, a morte não se lhe inscreve como acontecimento. Heidegger tem razão quanto a este ponto: morre-se. A verdade é que este se não é ninguém; a categoria apropriada ao público é a noção de *população*, familiar aos epidemiologistas e, em geral, aos funcionários da saúde pública. Em dimensão social, nascimento e morte se reduzem a inscrições sobre registros de estado civil com vistas a estatísticas de fecundidade, de matrimônio e de mortalidade. Neste nível, os homens não são insubstituíveis: os novos viventes não cessam de substituir os mortos na contínua renovação das gerações, fazendo com que a turbulenta cidade perdure em relação aos mortais, os quais se substituem um a um. Neste nível, não existe, portanto, minha morte, mas a desaparecimento de um *épsilon* da população registrada. Não se trata de dizer que o futuro dos distantes não disponha de modalidades particulares de expectativa; mas que elas não poderiam derivar daquelas do próprio, nem mesmo daquelas dos próximos. A previsão econômica, o prospeto social, a conspiração do poder político e a durabilidade institucional a que aspira Machiavel, os projetos culturais, enfim, e talvez as utopias, dentre as quais a do progresso, a qual reaparece no futuro tal como já não é mais (no “futuro pretérito” de Koselleck), projetam-se sobre o horizonte de expectativa do coletivo. Mas estas expectativas nada têm a ver com a resistência do próprio até à morte, nem com o júbilo ou o luto dos próximos, testemunhos e guardiões do nascimento e da morte. O erro, aqui, consistiria em construir o futuro da comunidade sobre o modelo de destino trágico de cada mortal. Tal erro pode, desafortunadamente, conduzir a um desacerto político. Do *Dasein* ao *Mitsein* (ser-com), há descontinuidade sobre este ponto.¹⁶

Permitam, antes de responder à questão de confiança que sustenta todo este estudo, a saber, o destino da passividade do passado após ter sido recolocada no movimento da temporalidade tomada a partir de sua tripla membrura, deter-me por um momento sobre a condição do presente nesta arquitetura. Referimo-nos anteriormente à acusação feita à “metafísica da presença”, interpretada como

¹⁶ Para dizer a verdade, não há, em Heidegger, como em Husserl, uma problemática distinta da comunidade e das comunidades. O tema do *se (on)* nos reenvia rapidamente ao do *Selbst* (§25); e isto bem antes que a questão da temporalidade seja tematizada. Há uma única alusão à temporalidade originária do ser-si: “Somente a decisão de si mesma coloca a presença (*Dasein*) na possibilidade de, sendo com outros, se deixar ‘ser’ em seu poder-ser mais próprio e, juntamente com este, abrir a preocupação liberadora e antecipadora. A presença (*Dasein*) decidida pode tornar-se ‘consciência’ dos outros. Somente a partir do ser si-mesma próprio da decisão é que brota a convivência em sentido próprio. Esta não brota nem dos compromissos ambíguos e invejosos das alianças tagarelas características do impessoal e nem de qualquer coisa que, impessoalmente, se queira empreender” (HEIDEGGER 2008, p. 379-380). No parágrafo consagrado à *Geschichtlichkeit*, elabora-se a tríade *Schicksal, Geschick, Geschichte* (destino, sina, história) mais propriamente no prolongamento da ideia de dívida do que na de antecipação. A possibilidade de um *Mitgeschehen*, de uma “co-historicidade”, é evocada justamente neste contexto. Assim, sugere-se certa homologia entre destino comunitário e destino individual, “com o risco de deixar vago o lugar das categorias mais especificamente apropriadas ao ser-em-comum: luta, obediência combativa, lealdade” (RICOEUR 2010, p. 127). Eu lamentava, portanto, a “transferência sem precauções para a esfera comunitária do tema mais fundamental de todos, o ser-para-a-morte, apesar da afirmação incessantemente reiterada de que o ser-para-a-morte não é transferível” (RICOEUR 2010, p. 128, nota 29). E acrescentava: “Essa transferência é responsável pelo esboço de uma filosofia política heroica e trágica exposta a todos os maus usos” (RICOEUR 2010, p. 128, nota 29). As discussões concernentes ao engajamento político de Heidegger, publicadas após *Tempo e narrativa III*, confirmam minhas antigas reservas.

responsável pela proeminência do presente, observada em Agostinho, Locke e Husserl, e que se atribui, geralmente, à tradição da interioridade (cf. Estudo I). Minha dúvida aqui é a seguinte: pode-se assegurar que a significação fenomenológica do presente e a reivindicação metafísica atrelada à ideia de presença, admitida como imediata e transparente a si mesma, superpõem-se? Já expus acima minhas reservas a respeito da exploração do indiscreto tema do *tupos*, do *eikôn*, dos *vestigia*, em benefício da primazia do presente; eu o repito: a impressão, como o vestígio e o documento, e também a ruína, são certamente presentes; entretanto, eles não são tomados como tais. Através deles, ou sobre a base de seu substrato, é o ausente irreal ou anterior que se pretende ver. Quanto ao presente visado, ele não se reduz de maneira alguma à intuição sensível, nem à intuição intelectual, tampouco à admiração cartesiana, que ecoa na estupefação socrática. O presente é também o agora da iniciativa, do começo do exercício do poder de agir sobre as coisas, por consequência, o *initium* da imputabilidade; ele é, enfim, a intensidade vivida do regozijar e do sofrer. Rendamos ao presente uma polissemia proporcional àquela do futuro e do passado. Multipliquemos o presente do próprio, do próximo e do distante, pois é desta maneira que honraremos “a equiprimordialidade” dos três *ekstases* do tempo, que Heidegger recomenda, mas não respeita verdadeiramente.

A passeidade no movimento da temporalidade

O que é feito da situação de indecidibilidade sobre a qual se assentou a tentativa de atribuir sentido à passeidade do passado, abstração feita a partir de sua relação com o presente e o futuro?

Deve-se recolocar em questão a limitação que o conhecimento histórico deve a sua orientação retrospectiva. Repito o que foi dito mais acima: o historiador, enquanto indivíduo apaixonado e cidadão responsável, analisa seu tema de acordo com suas expectativas, seus desejos, seus temores, suas utopias, sem dizer seu ceticismo. Esta relação com o presente e o futuro influi, incontestavelmente, na escolha de seu objeto de estudo, nas questões e nas hipóteses que ele forma, no peso dos argumentos que sustentam suas explicações e suas interpretações; não obstante, suas posições com relação ao presente e ao futuro não fazem parte, tematicamente, de seu objeto de estudo. Os arquivos, as documentações e os vestígios são “do” passado. Nesse sentido, tanto a memória privada quanto a pública, em segundo plano na história documental, permanecem organicamente ligadas ao presente e ao futuro. Utilizo a memória tanto privada quanto pública: a este respeito, com efeito, Santo Agostinho e Koselleck empregam a mesma linguagem: o primeiro fala do triplo presente, conjugando o presente do passado ao presente do futuro; o segundo insiste na polaridade entre horizonte de expectativa e espaço de experiência, polaridade da qual, aliás, ele expõe as variações para se escrever a história: é assim que ele pode falar do futuro passado, do passado tal como fora e tal como já não é mais. Resta saber se, a despeito da postura retrospectiva do conhecimento histórico, algum efeito secundário da visão do futuro poderia ser discernida no cerne do próprio conhecimento dos homens de outrora.

Gostaria de demonstrar que o choque compensatório da visão do futuro sobre aquela do passado é a contraparte do movimento inverso de controle da representação do passado sobre aquela do futuro. O que tenho em vista aqui é a categoria de *dívida*, à qual se aludiu várias vezes, particularmente na ocasião de nossa meditação sobre o perdão. A dívida é o fardo que o passado faz pesar sobre o futuro e que o perdão gostaria de aliviar. Mas, antes de tudo, este fardo pesa. Ele pesa sobre o futuro. A dívida obriga. Se se trata de um dever de memória, é em virtude da dívida que, vertendo a memória em direção ao futuro, se envia, propriamente, a memória para o futuro: tu lembrarás! Tu não esquecerás! Nesse sentido, a dívida não é um simples corolário, menos ainda um sinônimo, do vestígio. O vestígio requer ser remetido; ele é puro reenvio ao passado; ele significa, não obriga.

344

Devemos a Heidegger a mais desenvolvida fenomenologia da dívida, a despeito do privilégio dado ao futuro e ao tema do ser-para-a-morte. Chego a pensar que as considerações de *Ser e tempo* sobre a *dívida* se favorecem, em certa medida, por serem contempladas independentemente, apesar do próprio tema do ser-para-a-morte. Da mesma forma, proporei mais adiante uma interpretação do que acabei de considerar como choque compensatório do futuro sobre a memória e sobre a história, que se associa àquilo que trato como uma redução ilegítima exercida pelo ser-para-a-morte sobre o horizonte de expectativa e sua ampla abertura. A importância das considerações a respeito da dívida resulta diretamente da proposta central referente à denominação do passado, pelo menos no plano mais fundamental de originariedade, a saber, a substituição de *gewesen*, ter sido (etimologicamente "sendo/estando sido") por *vergangen* (passado), tema tratado como mero sinônimo de consumado, de abolido. Apresentei, mais acima, as razões pelas quais o "não mais do passado consumado" deve ser considerado sob o mesmo plano que o "ter sido". Isto não impede mensurar o benefício da promoção do "ter sido" na categoria de originariedade maximal em razão do passado. A própria língua testemunha esta originariedade sob a forma adverbial do já, já presente, irreduzível ao não mais. Em torno deste advérbio se reúnem múltiplos temas caros aos leitores de *Ser e tempo*: o estar disponível (*Befindlichkeit*) (§29) – estar-lançado ou decadência (§38). Estes temas são apresentados na primeira seção de *Ser e tempo* sem que se dê, é verdade, aparente atenção à temporalidade. Mas não é difícil reintegrá-los neste quadro. Assim, falando do *Dasein* como afeição, Heidegger evoca as características de "carga", de "peso" e de "fardo" do *Dasein* (HEIDEGGER 2008, p. 193). A ênfase recai, é verdade, sobre o pré (*là*) do *Dasein*. Mas o já do "ter sido" faz uma primeira aparição neste contexto "O ente que possui o caráter da presença (*Dasein*) é o seu pre, no sentido de dispor-se implícita ou explicitamente em seu estar-lançado. Na disposição, a presença (*Dasein*) já se colocou sempre diante de si mesma e já sempre se encontrou" (HEIDEGGER 2008, p. 194). O já feito retorna com a decadência, o *Verfallen*: "Enquanto ser-no-mundo fático, a presença (*Dasein*), na decadência, já decaiu de *si mesma*; mas não decaiu em algo ôntico com o que ela se deparou ou não se deparou no curso do seu ser, e sim no *mundo* que, em si mesmo, pertence

ao ser da presença (*Dasein*)” (HEIDEGGER 2008, p. 241). A noção de ser em dívida, no famoso capítulo III da segunda seção “O poder-ser todo em sentido próprio da presença (*Dasein*) e a temporalidade como sentido ontológico da cura” (HEIDEGGER 2008, p. 384), é, certamente, examinada sob a égide do “antecipar” da ou em direção à morte: “A cura abriga em si, de modo igualmente originário, morte e dívida” (HEIDEGGER 2008, p. 389). Que seja. Mas o vis-à-vis da dívida é o poder-ser, e é ele próprio que a dívida ancora no passado. “[...] Porque pertence ao ser da presença, deve-se conceber o ser e estar em dívida como poder-ser e estar em dívida” (HEIDEGGER 2008, p. 389). Gostaria de enfatizar esta ligação forte na perspectiva do poder-ser aberto a outros horizontes que não a morte. A dívida reveste ainda uma significação mais profunda para ser confrontada com uma espera indeterminada que ela delimita por trás. A este respeito, Heidegger tem razão de dissociar a dívida do *status corruptionis* no sentido teológico (HEIDEGGER 2008, p. 386). O pecado, com efeito, é a figura histórica existencial que a dívida carrega sob o signo de uma interpretação transmitida pelas Escrituras bíblicas. A ligação tradicional entre dívida e pecado constitui, desde então, um problema distinto sobre o fundamento da análise existencial da dívida. É necessário restituir à noção de dívida a dimensão que considerações aparentadas tais como herança, “posição prévia” (*Vorhabe*), “visão prévia orientadora” (HEIDEGGER 2008, p. 394), contribuem para preservar. Sustento a ideia de uma dependência antecedente no seio da projeção de meus poderes e, então, de minhas expectativas. Uma reserva de poderes e de não poderes confere ao poder-ser uma determinação e uma orientação preliminares. Ser-e-estar em dívida e poder-ser (§ 66) conjugam-se na “manutenção de si”, sinônima de ipseidade. O texto mais notável em que estas diversas noções, gravitando em torno do *já*, coordenam-se ao passado ter-sido é o seguinte:

345

A decisão antecipadora compreende a presença (*Dasein*) em seu ser-e-estar em dívida essencial. Este compreender diz assumir, na existência, o ser e estar em dívida, diz *ser-fundamento* lançado do nada. Assumir o estar-lançado significa, porém, *ser*, em sentido próprio, a presença (*Dasein*), no modo em que ela sempre foi (*wie es je schon war*). Só é possível assumir o estar-lançado na medida em que a presença por vir possa ser ‘como já sempre foi’, no sentido mais próprio, isto é, possa ser o seu ‘ter-sido’. Somente enquanto a presença (*Dasein*) é como eu sou o ter-sido é que ela, enquanto porvir, pode vir-a-si de maneira a vir de volta. Própria e porvindoura, a presença (*Dasein*) é propriamente o *ter sido* (N 80). Antecipar da possibilidade mais própria e extrema é vir de volta, em compreendendo, para o ter sido mais próprio. A presença (*Dasein*) só pode ser o ter sido sendo por-vindoura. O vigor de ter sido surge, de certo modo, do porvir (HEIDEGGER 2008, p. 410).

Notar-se-á, *en passant*, o *wie* de “tal como ele já foi cada vez”. Não é este *wie* parente do “tal como” do testemunho? É esta sugestão, sobre a qual gostaria de me estender em nosso estudo sobre a passeidade da memória e da história, que Heidegger reporta no âmbito de uma categoria derivada, na minha opinião erroneamente, portanto, menos originária, aquela de *Geschichtlichkeit*, historicidade.

A questão, a meu ver, é a seguinte: o que a noção de dívida acrescenta à de vestígio para uma fenomenologia da memória e da história? Começamos a responder esta questão tentando compreender a carga que o passado faz pesar sobre o futuro. Mas a dívida, mesmo que ela obrigue, e, assim, conecte o futuro, não se esgota na ideia de fardo. A herança é também recurso. Dessa forma, ela reúne o esquecimento de reserva evocado no início do estudo precedente. Mas isto não é tudo: retomando a sugestão que conclui a primeira parte deste estudo, segundo a qual a ideia de vestígio implica a passividade do choque sofrido pelo acontecimento determinado, eu diria que a noção de dívida, solidária ao passado ter-sido, inclina-se a religar a ideia de dívida àquela de um estar-disponível pelo choque do acontecimento. Dir-se-ia, portanto, que o passado que não é mais, mas que foi, reclama o dizer da narrativa do fundo de sua ausência. Michel de Certeau sugere coisa parecida em *L'absent de l'histoire*; ausente do dizer da história, o passado tendo-sido necessita dizer. Este seria o sentido mais forte que se poderia atribuir à ideia de aproximação do passado pelo conhecimento histórico. Se o discurso histórico se mantém uma construção, a construção pretende ser uma reconstrução. Ora, o que rege a visão de reconstrução senão a aspiração de *responder* àquilo que não pode não ser interpretado como pedido de discurso vindo do ter-sido? Retornaríamos, para tanto, à situação de indecidibilidade sobre a qual se atém nossa investigação a respeito da noção de vestígio? De modo algum. A vinculação da dívida ao poder-ser direcionada para o futuro livra o vestígio de sua indecidibilidade epistemológica. A dívida, repitamos, obriga. A requisição do ter-sido do passado consumado se endereça ao futuro do discurso. É justamente o inesgotável que nos exige recontar, reescrever, retomar de novo e de novo a escritura da história.¹⁷

346

Sobre o segundo plano desta fenomenologia da dívida gostaria de sublinhar aquilo que chamei de choque compensatório do futuro sobre o passado. O caráter retrospectivo da história não encerra o que se tem a dizer sobre o conhecimento histórico. Ele o encerraria se nos prendêssemos à opinião comum de que o passado não pode mais ser alterado, razão pela qual ele parece determinado; de acordo com esta opinião, somente o futuro pode ser considerado incerto, aberto e, nesse sentido, indeterminado. Mas não é esta a realidade. Se, efetivamente, os fatos são indelévels, se se não pode desfazer o que está feito, nem fazer com que o que aconteceu não o seja, por outro lado, o sentido do que aconteceu não está fixado de uma vez por todas; além dos acontecimentos do passado poderem ser interpretados diferentemente, a carga moral ligada à relação de dívida com respeito ao passado pode ser adensada ou atenuada, desde que a acusação encerre o culpado no sentimento doloroso do irreversível ou que o perdão abra a perspectiva de uma liberação da dívida que equivalha a uma conversão do próprio sentido do acontecimento. Pode-se considerar este fenômeno de reinterpretação, tanto no plano moral quanto no da simples narrativa, como um caso de ação retroativa da visão do futuro sobre a interpretação do passado.

¹⁷ Uma comparação com a pintura, que não é inesperada neste contexto, impõe-se novamente. Não dizemos que uma grande obra pintada "revela" a verdade de uma paisagem? E por que Cézanne se obstina em pintar e repintar a montanha *Sainte Victoire*? Não será na esperança de que a série inteira encerre o mais próximo a paisagem pelo "revelado" na pintura?

É a partir desse tipo de ação que a memória revisitada pelo projeto oferece o modelo ao conhecimento histórico. Esta instrução da história pela memória está na contracorrente de uma disposição espontânea da marcha da história, que é, por vocação, pura retrospectão. Apesar de seu projeto de abordagem dos homens “no tempo”, ela se ocupa, na verdade, dos homens no passado. Como já foi dito, o historiador é, enquanto sujeito do conhecimento histórico, um homem de seu tempo, a respeito do qual compartilha certas expectativas relativas ao futuro de seu país ou da humanidade. Neste sentido, a temporalidade do historiador não escapa à constituição tripartite de toda consciência histórica. Essas antecipações, contudo, não fazem parte do objeto histórico. Elas são, o mais que possível, mantidas à distância do campo de investigação, e esta exclusão – nunca completa – faz parte da ética profissional do historiador: *sine ira nec studio*. Dito isto, a lição da memória, tardiamente remodelada pelo projeto, não é inacessível ao historiador. Ele a aplica simplesmente em sua abordagem do passado. O historiador pode se reportar, em imaginação, a um momento qualquer do passado como tendo sido presente (ter sido), e, portanto, como tendo sido vivido pelas pessoas de outrora, como representação presente de seu passado e presente de seu futuro, para retomar, ainda uma vez, as fórmulas de Santo Agostinho. Assim como nós, os homens do passado foram sujeitos de iniciativa, de retrospectão e de prospecção. As consequências epistemológicas desta consideração são consideráveis. Constatar que os homens do passado formularam expectativas, previsões, desejos, temores e projetos é fraturar o determinismo histórico, reintroduzindo, retrospectivamente, contingência na história.

347

Reencontramos aqui um tema trabalhado insistentemente por Raymond Aron, em *Introdução à filosofia da história* (1938), a saber, sua luta contra “a ilusão retrospectiva de fatalidade” (ARON 1938, p. 187). Ele introduzia este tema de acordo com o uso de construções irreais pelo historiador, em que ele reencontrava o conceito weberiano de “imputação causal singular”, evocado mais acima. Mas ele expandia o mesmo tema através da reflexão sobre a ligação entre contingência e necessidade na causalidade histórica: “Entendemos por contingência aqui, ao mesmo tempo, a possibilidade de conceber outro acontecimento e a impossibilidade de deduzir o acontecimento do conjunto da situação anterior” (ARON 1938, p. 223). Esta consideração geral sobre a causalidade histórica nos inclina à associar a reação contra a ilusão retrospectiva de fatalidade a uma concepção global da história, definida pelo “esforço de ressurreição, mais precisamente, o esforço de se reportar ao momento da ação, de se fazer contemporâneo do ator” (ARON 1938, p. 234).

Entretanto, não gostaria de me ater somente às consequências para a epistemologia ou a filosofia da história, mas também aos recursos terapêuticos que resultam da crítica da ilusão retrospectiva de fatalidade. Não somente os homens do passado, imaginados em seu presente vivido, projetaram um determinado porvir, mas também sua ação teve consequências indesejadas que frustraram seus projetos e decepcionaram suas esperanças mais caras. O intervalo que separa o historiador destes homens do passado aparece, portanto, como um cemitério de promessas não cumpridas. Não

é mais tarefa do historiador de gabinete, mas certamente daqueles que poderíamos chamar de educadores públicos, aos quais deveriam pertencer os homens políticos, despertar e reanimar essas promessas não cumpridas. Esta ressurreição de promessas não cumpridas do passado, sobre o prolongamento da ressurreição do passado dos atores da história, revela, como dissemos, uma significação terapêutica com relação a patologias da consciência histórica de numerosos povos após o fim da Guerra Fria. Esta terapêutica diz respeito, acima de tudo, à utilização que os povos fazem de suas *tradições* e daquilo que essas tradições transmitem sobre os acontecimentos fundadores e os heróis históricos ligados a eles. É, sobretudo, em relação a esses povos que vale o preceito anunciado acima de aprender a narrar diferentemente e a conhecer a narrativa dos outros, mais precisamente pela história escrita por historiadores pertencentes a povos diferentes do nosso, bem como a outras grandes culturas distintas daquelas que participaram da tecelagem das culturas fundadoras de nossa atmosfera cultural. A partir deste intercâmbio de memórias, conduzido pelo intercâmbio de narrativas históricas, o problema do uso adequado das tradições pode ser retomado. De certa forma, tradição e memória são fenômenos solidários e de estrutura narrativa paralela. Todavia, é necessário aprendermos, sob a pressão da crítica histórica, a desdobrar o fenômeno de tradição assim como aprendemos a desdobrar a memória em memória-repetição e memória-reconstrução. A tradição, tratada como depósito morto, deriva da mesma compulsão de repetição que a memória traumática. Ao se libertar, por meio da história, das promessas não cumpridas, mesmo impedidas e reprimidas pelo curso ulterior da história, um povo, uma nação, uma entidade cultural pode aspirar a uma concepção aberta e vívida de suas tradições. A que se faz acrescentar que o inacabado do passado pode, por sua vez, alimentar de ricos conteúdos expectativas capazes de relançar a consciência histórica em direção ao futuro. Outro déficit da consciência histórica encontra-se, aliás, corrigido, a saber, a pobreza da capacidade de projeção em direção ao futuro que acompanha, ordinariamente, a obstinação pelo passado e a ruminação das glórias perdidas e das humilhações sofridas.

Ao final deste exame das trocas entre memória e história, o que podemos dizer a respeito da oposição entre verdade e fidelidade, introduzida por François Bédarida? Minha sugestão seria a de que estas duas virtudes não estão opostas uma à outra, mas que deveriam ser reformuladas em função da dialética que acaba de ser elaborada entre memória e história. Somente uma história reduzida a sua função crítica satisfaria o único imperativo de verdade. Somente uma memória privada da dimensão crítica da história satisfaria, por sua vez, o único imperativo de fidelidade, como se lhe inclina um uso não crítico da ideia de tradição. Mas uma memória submetida à prova crítica da história não pode aspirar à fidelidade sem passar pelo crivo da verdade. E uma história, substituída pela memória no movimento da dialética da representação e do projeto, não pode mais separar a verdade da fidelidade que se prende, em última análise, às promessas não cumpridas do passado. Pois é com relação a estas que estamos primordialmente endividados.

No mesmo momento em que as duas virtudes – da fidelidade memorial e da verdade histórica – são dispostas em uma relação dialética, os dois significados maiores da história se reconciliam: não é possível “fazer história” sem, da mesma forma, “fazer a história”.¹⁸

Referências bibliográficas

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores)
- ARENDT, Hannah. **The human condition**. The University of Chicago Press, 1958.
- ARON, Raymond. **Introduction à la philosophie de l’histoire**. Paris: Gallimard, 1938.
- BERMAN, Antoine. **L’épreuve de l’étranger: culture et traduction dans l’Allemagne romantique**. Paris: Gallimard, 1984.
- DESCARTES, René. **As paixões da alma. Discurso do método. Meditações. Objeções e respostas. Cartas**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os pensadores)
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa III**. O Tempo narrado. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

¹⁸ O presente ensaio reproduz a sexta e última das Lições do seminário ministrado em 1997 no quadro do *Collège international de philosophie*, a cujo presidente eu agradeço por sua cordial hospitalidade.

Entrevistas

interviews

Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente

Interview with François Hartog: history, historiography and present time

Henrique Estrada Rodrigues

henriqueestrada@hotmail.com
Professor adjunto
Rua Julio de Castilhos, 35/509
22081-025 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Fernando Nicolazzi

f.nicolazzi@hotmail.com
Professor adjunto
Avenida Bento Gonçalves, 9500 - IFCH/DEHIS
91501-970 - Porto Alegre - RS
Brasil

Palavras-chave

François Hartog; Historiadores; Historiografia.

Keywords

François Hartog; Historians; Historiography.

351

Enviado em: 10/7/2012
Aprovado em: 13/9/2012

Professor na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, onde, desde meados dos anos 1980, ministra o seminário de historiografia antiga e moderna, François Hartog vem há algum tempo se dedicando a pensar as variadas formas de prática historiográfica no Ocidente, bem como as diferentes modalidades de experiência de tempo que definem a cultura ocidental. Transitando sempre na fronteira de práticas historiográficas variadas, entre antigos e modernos, mas também nos limites de temporalidades distintas, entre o “selvagem” e o “civilizado”, Hartog oferece aos historiadores contemporâneos uma reflexão original e erudita sobre os meandros do seu próprio ofício. Sua obra é composta por uma pluralidade de escritos, variando desde o importante estudo sobre os modos de representação da alteridade nas *Histórias de Heródoto*, resultado da sua tese de doutorado publicada com o título *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*, até artigos, prefácios, entrevistas disponibilizadas em periódicos internacionais e em coletâneas como, por exemplo, *Evidência da história. O que os historiadores veem*. Sua atuação entre historiadores brasileiros também é relevante de se mencionar, seja pelas constantes viagens que realiza ao Brasil, seja pelo trabalho de orientação de historiadores que realizam ou realizaram parte de sua formação na França, como é o caso, entre outros, de Temístocles Cezar, que defendeu em 2002 a tese *L'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle: essai sur une rhétorique de la nationalité, le cas Varnhagen* e José Otávio Guimarães, com a tese *Jean-Pierre Vernant "Polumetis": essais historiographiques sur une anthropologie historique de la Grèce antique*, defendida em 2009.

352

Foi em uma de suas passagens pelo Brasil que François Hartog concedeu a entrevista que ora segue publicada. Contando com a participação de Eliana de Freitas Dutra/UFMG, José Antônio Dabdab Trabulsi/UFMG, Flávia Lemos Mota de Azevedo/UNB-FUNEDI, Mariana de Moraes Silveira/UFMG, Mateus Henrique de Faria Pereira/UFOP-NEHM, Henrique Estrada Rodrigues/PUC-RJ, Fernando Nicolazzi/UFRGS-NEHM, a conversa foi realizada nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais, na manhã do dia 11 de outubro de 2011.¹

Um historiador à sua maneira

1. *De Heródoto a Pierre Vidal-Naquet, passando por Fustel de Coulanges, o senhor faz da sua interrogação sobre a história também uma interrogação sobre historiadores e suas maneiras de trabalhar. Poderia começar nos falando sobre sua formação "enquanto historiador", do lugar da viagem e da literatura em seus trabalhos?*

François Hartog: Sim, “enquanto historiador”, expressão que, como vocês sabem, utilizei para refletir sobre o trabalho de Pierre Vidal-Naquet (1930-2006).²

¹ Agradecemos ao Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares – IEAT/UFMG e ao projeto *Coleção Brasileira: escritos e leituras da nação*, por terem possibilitado a vinda do professor François Hartog ao Brasil, não apenas disponibilizando tempo dentro da intensa programação elaborada, mas também um lugar agradável e propício à realização da entrevista.

² “*En tant qu'historien*” é uma referência à maneira pela qual François Hartog escreveu, mais recentemente, sobre Pierre Vidal-Naquet que foi para ele, nas suas próprias palavras, “o primeiro rosto de historiador” (*le premier visage de l'historien*). Ver HARTOG 2007.

Eis a questão que me coloquei escrevendo este livro após seu falecimento: eis um homem que fez coisas bastante diferentes, que tinha um modo de intervenção bastante diferente, muito mais amplo que o comum dos historiadores; ele é precisamente aquele que não ficou em seu gabinete de trabalho, ou no arquivo, ou em um sítio arqueológico. Não obstante, ele sempre disse que aquilo que fazia, o fazia enquanto historiador. É este “enquanto historiador” que eu tentei melhor apreender e melhor compreender. Eu deixo por ora Vidal-Naquet, mesmo se aqui, bem entendido, esta maneira de fazer a história me apresentou à história. Foi no fundo por sua intermediação que eu me tornei pouco a pouco historiador. Ou historiador à minha maneira.

O outro personagem, o outro erudito (*savant*) que também desempenhou um papel muito próximo, foi [Jean-Pierre] Vernant (1914-2007).³ Mas Vernant é também alguém que jamais se apresentou e jamais pretendeu ser historiador, e que tinha um modo de trabalho diferente do de Vidal-Naquet. Vernant foi durante um tempo, mais do que muitos, um homem de ação, no momento do seu engajamento ativo na Resistência, até a clandestinidade.⁴ E quando ele veio à Grécia, consagrou-se ao terreno grego. Não esqueceu nem renegou, evidentemente, nada do que havia feito. Mas, no fundo, seu engajamento sobre o terreno grego parecia mais inscrito nas coordenadas do mundo grego que aquele de Vidal-Naquet. Houve outras pessoas que tiveram um papel importante, Michel de Certeau (1925-1986), notadamente, que possuía uma maneira diferente de encarar o que significava este “enquanto historiador”.⁵

Assim, no que me concerne, meu primeiro engajamento com a história e com um historiador, foi Heródoto.⁶ Ele se impôs a mim. Eu não pretendi, desde o início, fazer uma tese – uma *thèse d'État*, como se chamava à época – sobre Heródoto. Mas tal engajamento, então, tornou-se um trabalho sobre Heródoto. Creio que o ponto de partida, se posso chamar assim, foi resultado de uma discussão com Moses Finley (1912-1986), que eu conheci em Cambridge. Eu fui para lá para encontrá-lo, pois havia acabado de traduzir seu livro sobre a Grécia arcaica para a coleção da Maspero, dirigida, naquele momento, por Vidal-Naquet.⁷ Ele me recebeu de maneira bastante gentil e com muita disponibilidade; era alguém muito caloroso, acolhedor e atento. Um pouco como Vernant, mas com percurso completamente distinto, além da sua obrigação de ter que deixar os Estados Unidos por conta do macartismo. Eu me interessava, então, pela Grécia, pelo que significava ser grego, embora certamente a problemática da identidade não estivesse ainda no primeiro plano, mas sim, talvez, esta espécie de rede de pertencimento (*réseau d'appartenance*). Então, me voltei evidentemente a Heródoto para refletir sobre isso. E depois havia também esta velha questão, da qual se ocupou bastante a historiografia alemã para dizer

353

³ Hartog dedicou seu livro *Régimes d'historicité* a Vernant (Jipé).

⁴ Trata-se do movimento de resistência francesa à ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial, na qual Vernant participou ativamente. Ver VERNANT 1996.

⁵ Ver HARTOG 2005. Ali, Hartog confessa que foi com o contato de Certeau que começou “a compreender que a história tornar-se-ia a questão de uma vida”.

⁶ *Le miroir d'Hérodote: essai sur la représentation de l'autre*, foi a tese de Hartog, defendida em 1979 e publicada em 1980 com segunda edição em 1991.

⁷ Ver FINLEY 1973 (título original: *Early Greece: the Bronze and Archaic ages*, 1970).

que os alemães foram bem sucedidos naquilo que os gregos jamais alcançaram fazer, quer dizer, constituir-se enquanto uma unidade nacional. Assim, foram coisas relativas a este tipo de questões que me fizeram retornar a Heródoto. Em seguida, li, notadamente, o artigo de Michel de Certeau sobre Jean de Léry e sua viagem ao Brasil.⁸ E esta reflexão – isto foi antes de 1975 – me deu ideias sobre as maneiras pelas quais se poderia interrogar um texto como o de Heródoto, sobre esta construção e tratamento da alteridade.

E um último elemento que desempenhou um papel importante: no momento em que deixei a *École Normale*,⁹ eu pude obter uma bolsa de viagem ao exterior e viajei durante um ano atravessando o mundo e passando um bom tempo na Indonésia. Eis a temática da viagem e da navegação, que para mim tem um significado importante. Era preciso dar um objeto oficial à viagem, então decidi pela navegação tradicional no Oceano Índico. Eu havia decidido fazer esta viagem a maior parte de tempo possível em um barco. Eu parti de Marselha em um cargueiro. Bem, este é o lado mais literário das coisas, o que inclui também a leitura de Joseph Conrad (1857-1924).

Mas esta viagem teve como efeito despertar em mim a questão de por que não me tornar um etnólogo? Afinal de contas, justamente na Indonésia se passaram histórias muito interessantes, talvez mais que estar nesta via um tanto já traçada que era a *École Normale*, a *agrégation*,¹⁰ o mundo clássico, a Grécia... Finalmente, eu não o fiz. Não sei se há uma explicação para isso, falta de audácia, talvez. De todo modo, isto me fez perceber, no fundo, minha relação com a Grécia de forma diferente. Eu já havia lido, evidentemente, [Claude] Lévi-Strauss (1908-2009), então eu já assumia este aspecto e esta abertura antropológica já estava presente, obviamente. Era o momento dos anos da chamada antropologia histórica. Ou seja, não foi uma descoberta aleatória.

Assim, a conjunção de tudo isso, fez com que, pouco a pouco, este tema de tese se tornasse esta reflexão sobre os gregos e os outros através dos citas¹¹ e uma reflexão sobre antropologia e história, mas também, e este é o âmago da dimensão historiográfica, Heródoto como, ao mesmo tempo, este pai da história ocidental e esta figura do mentiroso, de alguém que não cessa de contar *fabulae*. Então, qual é o estatuto deste discurso histórico? Estávamos também nesses anos, no meio e no final da década de 1970, nos interrogando sobre a história, a narrativa, o real e a ficção etc. Com isso, Heródoto reuniu ou, em todo caso, introduziu todos estes diferentes fios. Não se pode dizer que ele tratou de todos estes temas ou que ele tratou de tudo igualmente, mas foi preciso tudo isso para que surgisse *O espelho de Heródoto*.

2. *Aqueles também foram os anos da publicação de Civilização material e capitalismo,¹² no qual a Indonésia e a navegação por aquela região*

⁸ Ver CERTEAU 1975.

⁹ *École Normale Supérieure*, prestigiosa instituição de ensino superior situada na *rue d'Ulm*, em Paris.

¹⁰ Concurso nacional para recrutamento de professores na França.

¹¹ Hartog dedica a primeira parte de *O espelho de Heródoto* ao estudo do *logos* cita na obra do historiador grego, considerando um momento fundamental no processo que este realiza de representação da alteridade.

¹² Ver BRAUDEL 1979.

ocupam um espaço muito importante. Naquele momento você levou isto em consideração? Além disso, parece que Fernand Braudel (1902-1985) é, cada vez mais, uma referência para sua reflexão. Poderia, então, comentar um pouco sobre a importância de Braudel em sua formação?

FH: Quando da viagem pela Indonésia, eu não pensava ainda em Fernand Braudel (1902-1985). Mas ele foi, inevitavelmente, alguém que existia para mim, mas, no fundo, sem ainda uma grande importância. Pois eu tive esta formação voltada, no início, para a antiguidade, em seguida fiz estudos de história no âmbito da *agrégation* em história e Braudel estava ali. Mas eu nunca segui o seminário de Braudel e nunca, naquela época, trabalhei com o que se chama "história moderna". Braudel foi uma referência: havia o *La Méditerranée*,¹³ e havia também o que eu começara a ler com mais atenção, os *Escritos sobre a história*,¹⁴ quando eu tentei, no momento em que comecei a ensinar na Universidade de Strasbourg, em 1975, a introduzir a historiografia. Ela não existia, com isso eu me dei a possibilidade de fazer um pouco de historiografia e os *Escritos sobre a história* faziam parte dos textos que passava aos estudantes e, com isso, eu me forcei a lê-los também. Então, ali há uma relação mais direta com Braudel, em todo caso mais próxima, mas Braudel não refletia da mesma maneira sobre a história.

Braudel continuou a estar presente, mas sob um modo diferente, pois eu pude perceber que esta "longa duração" braudeliana, tinha alguma relação com o que se passou entre a Guerra de 1914 e a Segunda Guerra Mundial. Não se trata de fazer aqui um elo imediato, dizendo "a longa duração é para recusar o que se passou" – isso seria muito redutor. Mas isso não impede que Braudel dê melhor ele mesmo alguns elementos. *La Méditerranée*, este livro que praticamente foi concluído antes da guerra, ele o refez enquanto prisioneiro em um campo de oficiais. Esta atitude que consiste em se desviar do evento ou de dizer que o evento é apenas a superficialidade, uma agitação de superfície, as ondas que as marés elevam, não foi totalmente separado da situação em que ele se encontrava, da situação em que se encontrava a França vencida e da situação também em que se encontrava a França após a guerra. Assim, se eu posso ter um olhar diferente sobre Braudel hoje, não o tenho para dizer, de modo algum, que ele não se implicava no que se passou – não se trata de denunciar Braudel –, mas para dizer, para colocar em perspectiva, o que nos anos 1960 se colocou como uma evidência. Esta história da longa duração, estas disposições em camadas das temporalidades, a recusa do evento, tudo isso foi tirado dali.

De todo modo, era inegável que toda esta construção histórica e historiadora trouxe elementos, maneiras de trabalhar e questões que não eram colocadas até este momento. Que o questionário do historiador se encontrou deslocado, transformado, renovado, alargado e tudo isso foi excelente. Mas se pode também perceber isto em uma perspectiva historiográfica e historicizar estas proposições braudelianas dos anos 1950 e 1960.

¹³ Ver BRAUDEL 1949. Trata-se da tese defendida por Braudel em 1947, escrita no momento de sua experiência no cativeiro alemão, entre 1940 e 1945.

¹⁴ Ver BRAUDEL 1969.

A história da historiografia em questão

3. Parece-nos que o ensino de história da historiografia na França é alguma coisa bastante recente. O senhor poderia falar um pouco sobre isso e sobre a forma com que este tipo de ensino contribuiu para sua formação, quer dizer, tornar-se professor de uma disciplina talvez nova na universidade e de que maneira isso tocou em suas preocupações? Além disso, como o senhor vê a história da historiografia? É parte da história intelectual, por exemplo, ou um campo autônomo dentro da disciplina? Como se pode pensar o lugar da historiografia em relação à história? Trata-se de uma vitória do relativismo diante dos deslocamentos da noção de verdade e de sentido da história?

FH: Eu acredito que houve um momento historiográfico. Na França não havia nenhum ensino de história da historiografia. Aquele que tentou defender a historiografia¹⁵ naquele momento é este historiador que talvez vocês conheçam, chamado Charles-Olivier Carbonell (1930-...), que, no fundo, fez a primeira tese sobre historiografia.¹⁶ Este homem tentou criar um ramo de historiografia em congressos, em associações internacionais de história etc. Enfim, este é o lado institucionalizado da questão. Mas, se isto foi um sucesso ou algo assim, pessoalmente penso que não. Em todos estes elementos institucionais, eu jamais participei, mesmo considerando que isto pode ter certa importância. Todavia, não aprecio muito o gesto destas pessoas que se autoproclamam especialistas e que querem organizar um domínio sobre o qual vão poder reinar.

356

A historiografia estava presente na França, mas não ainda na forma de ensino. Houve, pois se desenvolveu nas universidades, isto que chamamos de metodologia, cursos de metodologia, e creio que eles ainda existem. Porém, o que se coloca dentro disso? E a quem se endereçam estes cursos de metodologia? E me parece, sem conhecer mais a situação das universidades, uma vez que não mais atuo nelas há um bom tempo, que para este curso de metodologia há tendência de colocá-lo no primeiro ano curricular. Quer dizer em um momento em que os alunos não têm ainda condições de saber do que se trata. E me parece ainda, quando se lhes levanta esta questão e se lhes mostra que há uma história da história, que os problemas são colocados em situações diferentes segundo o momento. Sim, mas para refletir sobre essas questões no sentido mais abrangente da escrita da história, penso que um exercício preferível é que eles tenham uma experiência um pouco mais afirmada do que seja o trabalho histórico. Eles passam do Liceu, onde lhes dizem que "o curso da história é 'assim e assado'", à Universidade, onde se diz "vocês sabem que a história não é tão simples assim": não estou certo que

¹⁵ Ao longo da entrevista, Hartog se vale do termo francês *historiographie* tanto para o sentido em que atualmente se confere, pelo menos no Brasil, aos estudos de história da historiografia quanto para os aspectos gráficos da história, isto é, sua escrita.

¹⁶ Tese defendida em 1972 e publicada em 1976 (CARBONELL 1976). Carbonell é autor ainda do manual clássico *L'historiographie* (1981). Foi o primeiro presidente (1980-1990) da Comissão sobre Historiografia, criada em 1980 no âmbito do 15º. Congresso Internacional de Ciências Históricas, além de um dos fundadores do periódico internacional *Storia della storiografia* e autor do texto manifesto publicado no seu primeiro número, "Pour une histoire de l'historiographie" (CARBONELL 1982).

isto tenha muitos efeitos positivos. Mas eu não tenho experiência direta que me permita falar com mais precisão.

Em seguida: no ensino de historiografia propriamente dito, não conheço muitos exemplos. Quer dizer, há o que François Dosse (1950-...) tem feito em seu grupo no Instituto para formar futuros professores,¹⁷ mas eu não sei qual a situação hoje, pois estes institutos de formação de mestres foram mais ou menos suprimidos então o que fazem e se continuam a fazer a mesma coisa eu não sei. Há também minha atuação na *École des Hautes Études* e a daquele que sucedeu a Carbonell em Toulouse, que se chama Christian Almavi (1954-...), mas que oficialmente deveria ensinar história contemporânea. Não sei bem como ele organiza sua prática docente, mas, como se vê, é muito pouca coisa.

Dito isso, houve alguma coisa como um momento historiográfico e podemos relacioná-lo justamente com o que venho de dizer, com o momento em que começamos a nos interrogar sobre as disciplinas, sobre os arquivos. Em poucas palavras, entramos em um momento reflexivo que podemos, em todo caso, relacionar com a mudança em nossa relação com o tempo. O momento historiográfico é também o tempo da parada (*temps d'arrêt*) onde tentamos dizer o que se passou, pelo que se passou. E depois, podemos fazer um uso puramente defensivo e conservador ou, pelo contrário, podemos fazer um uso muito mais crítico; as coisas não são dadas de antemão. Mas, penso que o interesse por uma reflexão historiográfica, para além de qualquer pessoa, se ele existiu, ele foi colocado em relação a este movimento mais geral. O fato de que algumas instituições comecem a se interessar por sua história, preocupam-se com seus arquivos, e, mais largamente, o avanço desta questão do patrimônio mostra isso.

Agora, sobre a relação da história com a historiografia, não sei muito bem como responder à questão. Penso que isto está ligado ao que se chama de *linguistic turn*. Sobre isso, é possível criar uma imagem um tanto quanto caricatural. Mas não creio que a historiografia desapareça com o giro linguístico, mesmo se a tensão da linguagem e as interrogações sobre ela se constitui como uma parte do que definiu a historiografia durante os últimos vinte ou trinta anos. Mas eu distinguiria ambos.

357

4. Podemos retornar ao tema colocado sobre François Dosse e pensar que o trabalho de Dosse, Patrick Garcia (1958-...), Christian Delacroix (1950-...) era uma tentativa de dominar um campo de estudos sobre historiografia na França.¹⁸ O senhor não acredita que isso seja verdadeiro?

FH: Sim, trata-se justamente da questão se a historiografia é uma disciplina ou não. Houve a tentativa de Carbonell como ponto de partida, que publicou outrora na pequena coleção "Que sais je?" da Imprensa Universitária da França (*Presses Universitaire de France*), *L'historiographie*. Era a maneira de dizer:

¹⁷ Hartog faz referência ao *Institut Universitaire de Formation des Maîtres* da *Académie de Créteil*, no qual atua François Dosse.

¹⁸ Os três são autores e organizadores, entre outras, das seguintes obras: DELACROIX; DOSSE; GARCIA; OFFENSTADT 2010, DELACROIX; DOSSE; GARCIA 1999, 2003, 2009.

“isto existe”! E sua vocação era de ser uma disciplina ou, ao menos, uma subdisciplina. Todavia, por diferentes razões Carbonell saiu de cena e, de todo modo, sua maneira de agir não era tão interessante assim. Depois veio François Dosse, Patrick Garcia e Christian Delacroix, este trio que, à sua maneira, há alguns anos tenta constituir alguma coisa como um campo de historiografia. Isso começou com a revista *Espaces temps*, continuando em suas práticas docentes, e enfim com a edição publicada pela Gallimard, em dois volumes *Historiographies: concepts et débats*. É uma obra coletiva, com a ideia de que há um domínio e do qual eles são os fiadores e organizadores. Domínio bastante amplo e internacionalizado, considerando seu sumário.

Pessoalmente, eu mantenho certa distância disso tudo. Eu não acredito que a historiografia seja uma subdisciplina. E talvez seja preciso distinguir entre uma posição, eu diria, intelectual e necessidades institucionais. Talvez seja necessário que haja pessoas que cuidem desta dimensão institucional, para permitir o exercício de uma atividade intelectual. E talvez eu seja excessivamente indiferente a isto. Então, eu compreendo que se tenha esta atitude, mas não é um papel que tenho interesse em assumir, não é um papel que me convém. Não aprecio as fronteiras, nem os limites, nem as “atribuições de residência”, que seja na antiguidade ou na contemporaneidade, seja na literatura. Não concebo de outra maneira meu trabalho senão por este deslocamento. Não tenho, de forma alguma, a pretensão de dar isso como exemplo. Eu aceito mesmo que se possa estar em desacordo com isso. Acontece, finalmente, que sempre foi assim que trabalhei e que, dada a idade que tenho, é difícil que isso vá mudar.

358

As “fronteiras” da história

5. Isto toca em outra questão justamente sobre a fronteira. Suas considerações sobre a epistemologia da história levam em consideração os desafios colocados por aqueles que você já denominou como outsiders, isto é, os não historiadores: Aristóteles, Claude Lévi-Strauss, Paul Ricoeur, Primo Levi, mas também autores da literatura: Don Delillo, Georges Perec, Charles Péguy. O senhor acredita que a reflexão epistemológica sobre a história e a história da historiografia são os lugares do desafio para os historiadores, quer dizer, lugares de fronteira enquanto lugares de passagem e de deslocamento, lugar de encontro intelectual ou, tomando o vocabulário de Michel de Certeau, uma “heterologia”? E ainda, em um regime de historicidade presentista, o desafio vem de onde? Da literatura, das ciências sociais, talvez do jornalismo?

FH: Eu normalmente digo, quando a ocasião se apresenta, que eu não sou um teórico ou um filósofo da história. A teoria e a filosofia da história me interessam, mas o que tento fazer é refletir sobre a história praticando a história. Um certo tipo de história, sim, história intelectual. Leio história social e história econômica, mesmo se minha abordagem não se manifesta dessa maneira. No fundo, e é a mesma resposta dada anteriormente, eu não creio em uma epistemologia da história que “toma” a história, como se houvesse de um lado a história e de

outro sua epistemologia. Não creio que as coisas se passam desse jeito. Pode-se fazer a epistemologia da física, da química ou da matemática, pois há, ali, um *corpus* bem constituído e é possível se mover dentro deste *corpus*.

Para a história, porém, eu não acredito nisso, porque o ensino da história não é alguma coisa que seja constituída de maneira estável desde a noite dos tempos. É alguma coisa que não cessou de variar, como não se parou de dizer que isto é história e aquilo não. Porém, não há um *corpus* de doutrinas constituído. E, conseqüentemente, ocorre que a epistemologia da história corre o risco de se tornar rapidamente vazia. Como uma grande ou pequena máquina que abarca [*brasse*] elementos cuja capacidade heurística se encontra, finalmente, muito fraca. Dizendo de outro modo, corre-se o risco de se tornar uma máquina alimentada por uma longa tagarelice de especialistas que discutem a inclusão de tal operação, se é legítima ou não, quais são os limites que se devem colocar, o que se deve fazer, quais são os erros de argumentação, enfim. Ali podemos ter um pequeno universo perfeitamente constituído, mas, depois de tudo, o que isso nos traz para um questionário histórico? A meu ver, não muita coisa. Então eu não sou um teórico da história e não procuro sê-lo.

Já sobre o desafio para os historiadores em um regime presentista, eu diria novamente que a história não é este universo fechado com um corpus de postulados. Ela é, necessariamente, tomada naquilo que se passa, por exemplo, na literatura, na filosofia, na sociologia, e é uma solicitação perpétua. Creio que se pode, a partir destes domínios, compreender melhor quais podem ser, em um dado momento, as apostas, não apenas da história, mas também do momento. E, por consequência, como o historiador pode, visando eventualmente um determinado contexto, ter dele uma ideia. Penso que, considerando um exemplo distante que já utilizei, a saber, [François-René de] Chateaubriand (1768-1848),¹⁹ parece-me que ele, melhor do que muitos, apreendeu o que se passou entre 1789 e 1815. E que, neste ponto, ele se deu conta de que foi isso o que determinou com que se tornasse escritor e fundasse toda sua escrita sobre esta questão dos lapsos entre o regime antigo e o regime moderno de historicidade. E isto se transformou, como já disse, na fonte mesma da sua escrita. E que ele terminou por inventar esta forma, absolutamente única, de escrita, que foram as *Mémoires d'outre-tombe*.²⁰ Ninguém escreveu algo assim antes nem depois.

Então, eu diria mesmo que, para acrescentar alguma coisa a propósito de Chateaubriand, foi quando ele, durante muito tempo, ambicionou de se tornar o grande historiador da França. Este foi seu projeto durante muitos anos. E, de fato, ele escreveu alguns volumes de estudos históricos. E depois, escreveu as *Mémoires d'outre-tombe*. Então, creio que, nesse sentido, seria possível colocá-lo entre estes *outsiders*, quer dizer pessoas que não são historiadores profissionais, supondo que a história fosse uma profissão quando eles escreveram. À época de Aristóteles isto pode ser discutível. Mas são eruditos ou intelectuais que por sua reflexão contribuem, em alguns casos muito mais, que os historiadores profissionais a questionar o que

¹⁹ Ver HARTOG 2003.

²⁰ Escritas entre 1809 e 1841, foram publicadas originalmente em 12 volumes entre 1849 e 1850.

estes profissionais fazem ou que deixam de fazer ou poderiam fazer. Assim, se vocês escreverem uma história da história puramente “historiadora”, começando por Heródoto e terminando com quem vocês desejarem, perderiam uma parte essencial do que se tramou, pois os historiadores jamais leram senão os próprios historiadores.

Eu tomei também o exemplo de Políbio. Ele me parece particularmente interessante, uma vez que, para conceber seu projeto de uma história nova, para este mundo novo que resulta da conquista do Mediterrâneo por Roma – e alguns gregos permaneceram um pouco avessos a isso, pois não conseguiram compreender o que, em cinquenta anos mudou extremamente rápido – ele não podia fazer história como antes e este é o ponto de partida de Políbio. Era preciso escrever um novo conceito de história, eu diria hoje. E para elaborar este novo conceito de história ou, em todo caso, para o tentar, ele se serve de Aristóteles. Talvez de uma forma um pouco criticável, é possível dizer que ele não o compreendeu, pouco importa. Ele talvez sequer tenha lido diretamente Aristóteles, não sei. Mas é o capítulo IX da *Poética* de Aristóteles, que lhe serve para formular seu projeto de uma história universal.

No fundo, é este tipo de interrelação que me interessa e que parece trazer um pouco de compreensão e de inteligibilidade suplementar. Tomemos [Paul] Ricoeur (1913-2005), no artigo que eu publiquei recentemente na revista *Esprit*,²¹ podemos tomá-lo como um *outsider*. Mas um *outsider* que é também muito próximo, quase um *insider*. Muito próximo pois ele se propôs a ler os historiadores, à diferença dos filósofos que, de modo geral, fazem filosofia *sobre a história* a partir de exemplos estúpidos que eles mesmo fabricam. Ele, por outro lado, se propôs a ler notadamente Braudel e também outros.²² Isto é uma escolha para sua reflexão filosófica, quer dizer que ele sempre pensou seu posicionamento pessoal e particular, tendo como seu material de reflexão as ciências humanas e sociais, mas não para fazer filosofia das ciências humanas e sim sua filosofia, seu projeto filosófico e, para isso, ele leu historiadores. Mas, quem é este *outsider* que tinha seu próprio projeto e este passava notadamente pela leitura dos historiadores? Ele teve um efeito, talvez não por toda parte, mas ao menos em alguns países, sobre os historiadores. De fato, nem sempre um efeito benéfico. Ele se tornou uma espécie de referência; ou melhor, não uma espécie, mas *uma referência* a partir da qual os historiadores se dispensaram de refletir. Sobre história e narrativa, remete-se a Ricoeur, que regrou a questão e não se coloca a questão por si mesmo. Sobre a memória e a história, a mesma coisa. Assim, isso pode ter um efeito negativo, do qual ele não é em nada responsável. Ele não encoraja a preguiça dos historiadores.

6. *O senhor falou sobre as relações entre Políbio e Aristóteles, mas podemos pensar no século XX a importância da antropologia para os historiadores também. Além disso, tomando aqui sua conferência de ontem na qual o senhor mencionou Don Delilo,²³ o desafio vem da literatura para o tempo presente,*

²¹ Ver HARTOG 2011.

²² Ver RICOEUR 1983-1985; 2000.

²³ O texto da conferência proferida por Hartog em Belo Horizonte havia sido publicado em HARTOG 2010.

para o presentismo? Ela oferece um suplemento de inteligibilidade para pensar os eventos do mundo contemporâneo?

FH: No meu entendimento, ele não vem *da* literatura, mas ele *pode vir* da literatura. Ocorre que eu li este livro, e essas coisas acontecem um pouco por acaso, mas eu desejei lê-lo e pronto.²⁴ E isso veio ao encontro das minhas interrogações sobre o presentismo e para alguma outra pessoa isto pode significar outra coisa. Porém, por que a literatura? Talvez por isso: se você tomar um historiador ou um sociólogo, mesmo os demais praticantes das ciências humanas e sociais, eles trabalham em uma posição reflexiva. Em certo sentido, eles vêm depois, eles chegam depois. Eles apreendem um fenômeno, uma conjuntura com certo recuo e é esta posição, daqueles que vêm depois, que lhes permite desenvolver uma perspectiva crítica que possibilita tentar melhor compreender o que se passou, pois eles obedecem a certo número de regras, que são regras de ofício, como exigências de argumentação e exigências de prova. Eles devem, em princípio apresentar as provas daquilo que sustentam. E é isso que define seu modo de trabalhar e de intervenção. As provas talvez nem sempre apareçam, mas há estas exigências.

O escritor não está de modo algum na mesma situação. Ao escritor ninguém solicita provar aquilo que escreve. E me parece que o escritor, o verdadeiro escritor, se posso assim dizer, é aquele que considera ser seu trabalho *dizer* o mundo de múltiplas maneiras. Ele pode, não havendo estas amarras que estão no domínio das ciências humanas e sociais, apreender, de modo mais rápido e imediato as coisas que estão se passando. E, é preciso dizer, ele pode se equivocar completamente. Todavia, ele pode também, deste modo, dar uma expressão aos fenômenos, uma expressão que eles ainda não possuem. E assim, penso, ele pode ser muito precioso para um historiador ou para homens das ciências humanas e sociais. Evidentemente, este escritor assume riscos, ele não possui esta espécie de segurança para se fiar que nós possuímos; nós não nos arriscamos ou muito pouco. E é isto, entre outras coisas, que faz eu me voltar de bom grado à literatura. Isto é verdade para Chateaubriand como é verdade para os escritores contemporâneos.

E quando eu evoco isso, não passo em absoluto por uma perspectiva que é aquela da vanguarda. Não é isso que vislumbro, não se trata de um regime futurista. Mas simplesmente, esta possibilidade que tem um escritor de estar *ali* imediatamente.

7. No livro Evidência da história, o senhor afirma que, nos últimos vinte anos, a história foi tentada pela epistemologia, que ela teria entrado em sua fase epistemológica e que assumiu uma atitude mais reflexiva. Houve uma aproximação entre os termos "epistemologia" e "historiografia", sempre evitando a epistemologia dura e abstrata, bem como uma historiografia internalista, tornando-se uma epistemologia histórica ou uma historiografia epistemológica.

²⁴ Ver DELILLO 2007.

*Se a herança mais importante dos Annales é epistemológica, a história-problema, a história estrutural, a reconstrução da temporalidade histórica, a interdisciplinaridade, por que a história não se interessou, senão nas últimas décadas, pela epistemologia. Por que os Annales excluíram de importância intelectuais como Henri Berr, Henri-Irenée Marrou, Paul Ricoeur, Raymond Aron, François Dosse, e não acolheram senão o senhor e Michel de Certeau? Os Annales teriam recusado a epistemologia, pois se tratava de uma discussão alemã sobre a história?*²⁵

FH: Este artigo do *Evidência da história* ao qual se faz alusão é precisamente uma maneira de dizer isto que acabo de colocar. Já sobre os *Annales*, justamente desde seus fundadores, sempre se viu com grande desconfiança a epistemologia e a filosofia da história, isso é constante e cada um fez questão de reafirmar. Lucien Febvre também sempre foi alguém que colocou em primeiro lugar o fazer da história, como fazer, em quais condições. Colocam-se algumas questões, mas sobretudo o tema do questionário e da abertura [para outros saberes] o que é uma constante nos *Annales*. Os *Annales* jamais pretenderam ser um lugar de fabricação de uma epistemologia da história.

Sobre as proposições sobre os *Annales* terem acolhido alguns e não outros, me parece que não é bem assim que as coisas se apresentam. Enfim, fala-se dos *Annales* como se se tratasse de uma espécie identidade ou de divindade situada no céu, mas é preciso ter em mente que são pessoas que se entendem em alguns pontos e não em outros, com apreciações divergentes, como a vida comum de uma revista. É verdade, tomando o exemplo de Paul Ricoeur, que os *Annales* tiveram um pouco de dificuldades com ele. Não me recordo, posso estar enganado, mas não creio ter havido alguma resenha de *Tempo e narrativa*.²⁶ Isto não quer dizer que não se queria uma resenha sobre a obra de Ricoeur, que não se queria Ricoeur entre nós. Isto quer dizer, e me parece mais interessante, que não se soube encontrar alguém a quem solicitar uma resenha sobre Ricoeur ou que a quem se demandou não o fez. É possível e isso pode acontecer. Era algo que não fazia parte das preocupações naquele momento. Já sobre *A memória, a história, o esquecimento*, houve resenha, a qual não foi feita por um historiador, mas por um filósofo próximo a Ricoeur, Olivier Abel.²⁷

362

Regimes de historicidade

7. Após quase uma década desde a publicação do livro Regimes d'historicité, o senhor poderia comentar um pouco sobre suas impressões com relação à recepção da obra?

FH: O livro apareceu em 2003 e acaba de aparecer em edição de bolso, para a qual escrevi um novo prefácio que tenta colocar em perspectiva parte da

²⁵ Esta questão foi encaminhada por escrito pelo professor José Carlos Reis (UFMG).

²⁶ Em 1983, na revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* (vol. 38, nº. 6), o primeiro tomo de *Temps et récit* aparece apenas indicado na seção *Le choix des Annales*.

²⁷ Ver ABEL 2002.

recepção da obra. E neste prefácio, que fará parte da edição brasileira do livro, me aprofundo em três pontos que tocam a sua questão. No primeiro ponto, parto daquilo que, felizmente, não está tão presente aqui no Brasil: a crise econômica, presente na Europa desde 2008. Ainda que sem a competência devida no assunto, eu poderia considerar que esta crise confirma o diagnóstico presentista. Trata-se justamente deste capitalismo que se desdobra em uma maneira presentista, quase no paroxismo. Então, isto confirma minha tese e suscita também a segunda questão sobre a possibilidade de escapar ao presentismo. O que conduz a outra segunda observação. No momento em que escrevi e publiquei *Regimes d'historicité*, as coisas estavam menos claras e o tema do presente e do presentismo tornou-se uma palavra que muitas pessoas utilizam. Regimes de historicidade e presentismo são termos que circulam e que se tornaram bastante comuns nos meios intelectuais. Eu fui tomando consciência nos anos seguintes desta indagação: se este presentismo é um momento – o que chamo de presentismo por necessidade (*par défaut*), na falta de outro termo – uma espécie de momento de parada, tomando a imagem de Hanna Arendt (1906-1975), um momento de brecha.²⁸ Ou se retomo as formulações de Reinhart Koselleck (1923-2006), de *horizonte de expectativa* e *espaço de experiência*,²⁹ já que para ele, na sua construção, é a tensão entre ambas que torna possível o tempo histórico, estaríamos em um momento onde há justamente uma ruptura entre eles e, do mesmo modo, mais um presente isolado, sem passado ou futuro. Seria isto um presentismo *par default*, pois não se encontrou provisoriamente uma forma de recolocar em marcha o tempo, uma maneira de fazer e construir esta experiência do tempo, ou seria um presentismo que chamo de pleno, quer dizer verdadeiramente o que poderíamos chamar de um novo regime de historicidade, com todas as consequências que daí decorrem? Quer dizer, que é preciso reconstruir totalmente nossa relação com o tempo, reconstruir o encadeamento de nossas categorias de presente, de passado e de futuro, pois se trata de um presente diferente, com uma categoria do passado que se precisa fabricar de outra forma e também uma categoria de futuro que se precisa perceber de outra maneira. Pois é pouco provável que se renuncie a estas três categorias. Não é possível imaginar que nossa sociedade prescindia de todas as interferências que podem ser estabelecidas entre as três categorias. Não podemos renunciar a esta tripartição que me parece ser alguma coisa de universal, estando entendido que o que é universal é a estrutura destas três categorias e não seu conteúdo e menos ainda a maneira de organizá-las uma em relação ao outra.

Como terceiro elemento há, talvez, uma má compreensão daquilo que propus, quando sugerem que sou um nostálgico do tempo passado, que considero ter sido melhor no passado e que o presentismo não é nada bom. Creio que se tem o direito de pensar assim sobre o que escrevi, mas não é de modo algum minha perspectiva. Que eu seja nostálgico ou não, isso não interessa a ninguém e não é isso um problema. Eu não creio ser alguém que louva e exalta o tempo

²⁸ A filósofa alemã utiliza o termo inglês *gap* para dar conta da dissimetria temporal entre passado e futuro. Ver ARENDT 1961. Na edição brasileira, o termo é traduzido como "quebra".

²⁹ Ver KOSELLECK 2006.

passado. O simples fato da minha biografia atravessar momentos diferentes e de ter vivido em uma época sobre a qual estava consciente e ter refletido sobre estas transformações da relação do tempo, parece-me fazer parte das coisas. O que posso fazer é tentar compreender o que se passa, mas não sou nenhum nostálgico dos anos 1970. Apenas, talvez, que naquela época eu era mais jovem...

8. O senhor fala sobre uma dupla dimensão da memória e sobre as duas faces do presentismo. Poderia, então, precisar estas dimensões contempladas no livro, comentando também sobre as razões da montante presentista?

FH: Sobre a dupla dimensão, sobre os dois aspectos do presentismo, eu ainda não sei qual deles é o predominante. Como eu dizia em outra oportunidade, não sei o que vai acontecer, mas o que tenho certeza é que, presentismo *par default* e presentismo pleno, não será na Europa que algo acontecerá. Talvez aqui, na Índia ou na China, não sei, tampouco como isso se passará e em quanto tempo. Sua perspectiva não é exatamente a mesma, na medida em que existe uma abertura ao futuro, não é um futuro radiante, mas ainda assim um futuro e que vocês aqui no Brasil também estão neste tempo da globalização que é um tempo presentista. A questão é, então, de negociação entre este tempo presentista do capitalismo contemporâneo e a vida das sociedades elas mesmas.

364 Talvez eu acrescente ainda um ponto. O presentismo, e isso é algo que se enxerga melhor desde alguns anos, não é, de modo algum, unívoco. Quer dizer, é o tempo do instantâneo, do imediato, da circulação generalizada, da rapidez das trocas, da mobilidade, em todos os sentidos do termo, mas é também o tempo da desaceleração, é também o tempo de todas essas pessoas que estão na incapacidade de encontrar os meios da sua sobrevivência, todos os imigrantes, todos os desempregados, todos os jovens, particularmente na Europa, que não encontram trabalho, que vivem no que o sociólogo Robert Castel (1933-...) define como *précarariat*. Ou seja, passa-se de uma situação precária, que normalmente não dura muito, a uma situação chamada *précarariat*, que é justamente alguma coisa na qual nós nos instalamos. A *précarariat* tem por consequência imediata que todos os projetos são interditos. Projeto no sentido etimológico, isto é, poder se projetar em direção ao futuro, poder dizer "eu vou comprar um automóvel" ou "eu vou alugar um apartamento". Tudo isto fica interdito. O presentismo, então, é um pouco isso: vive-se em um presente aí também perpétuo, mas de qualidade diferente daquele que passa sua vida nos aviões.

8. No livro já antigo, de 1975, organizado pela Unesco a propósito do tempo, Les cultures et le temps, Paul Ricoeur escreveu uma introdução para assegurar justamente que há diferentes formas de viver, de conceber e de perceber o tempo. No livro, fala-se de um tempo cristão, de um tempo judaico, um tempo chinês, também das concepções árabes e muçulmanas de tempo etc. Enfim, fala-se de um tempo esperançoso que vem de diferentes tradições culturais. Diante de uma situação onde a mundialização científica da cultura histórica do ocidente, sobretudo com as universidades e com a circulação das ideias, é tão

propalada pelo mundo, qual é a relação entre os regimes de historicidade e a percepção do tempo pelas diferentes sociedades em sua diversidade? Seria uma relação estreita entre ambos?

FH: É alguma coisa que se aproxima do que já se disse sobre regime de historicidade, que seria, sobretudo, um instrumento eurocentrista. Não creio nisso, pois se trata de uma má compreensão do que tentei dizer, talvez de forma insuficientemente clara. O regime de historicidade é apenas uma das maneiras de articular as categorias do passado, do presente e do futuro. Isso não implica que haja uma maneira boa e outra ruim de articulá-las. E isso não implica que as formas que já existiram devam sempre existir ou que devam ser impostas a outras. Penso o contrário, embora não tenha feito a investigação empírica necessária. Podemos empregar este instrumento para refletir sobre outras experiências do tempo, e me parece que pode ser um instrumento comparatista. Isto seria meu desejo, fundamentalmente. Antes de vir ao Brasil, eu recebi um livro de um historiador que se chama Romain Bertrand e que trabalha sobre a Indonésia na época moderna e colonial.³⁰ Ali se fez um certo uso da noção de regime de historicidade. Ainda não tive tempo de ler o livro para saber que tipo de uso se trata. De todo modo, ele parte do conhecimento sobre o mundo índico, para tratar do “não encontro” entre holandeses ou portugueses e os indonésios, através do que se escreveu em crônicas de diferentes sultanados e outros principados indonésios. Aquilo que foi apresentado do lado europeu como encontro, conquista etc., percebe-se que há um lugar não negligenciável nestes relatos e crônicas e que a percepção não é a mesma. Afinal, há justamente um problema de tempo que se coloca. Então, este tipo de pesquisa mostra como regime de historicidade pode ajudar a apreender, no fundo, quiproquós e incompreensões.

365

9. Haveria um tipo de homologia entre regimes de historicidade, o discurso da história e a temporalização do tempo, tal como ela é manipulada pelas sociedades? Relacionado a isso, o senhor acredita que os regimes de historicidade, seja o regime da historia magistra vitae, com toda sua dimensão de exemplaridade, seja o regime moderno, seja o regime presentista, se eles podem sempre se traduzir em uma forma politizada do discurso histórico? O senhor poderia também refletir sobre o outro lado da questão, isto é, se o regime de historicidade pode despolitizar o discurso histórico e se houve uma recepção da sua obra, considerando o presentismo como despolitização, não a constatação, mas sim a análise ela mesma?

FH: Não acredito que tenha havido este tipo de recepção. Exceto se se considerar que é uma maneira ou uma expressão de nostalgia por outra coisa, onde as coisas eram diferentes. Mas fora disso, não me parece. Por outro lado, considerando a relação da noção de regime de historicidades com o contexto político, talvez seja outra forma de reprovação que se pode fazer. Quer dizer que parto de momentos

³⁰ Ver BERTRAND 2011.

de crise, da Revolução Francesa, da queda do muro de Berlim e outros. Momentos de crise, nesse sentido, onde a parte do político, do acontecimento político seria muito forte e daria o primeiro papel à dimensão política. E alguém que fizesse história econômica poderia dizer que não é nada disso, as coisas não funcionaram assim, a crise foi anterior a 1789 etc. E isso seria, no fundo, um instrumento de decifração do político. Esta não é a resposta à questão, mas é um elemento que se pode acrescentar à pergunta. A isto eu diria que sim, mas isto não me incomoda.

Sobre regime de historicidade e que usos se podem fazer dele? É um instrumento para fazer história, para um historiador fazer história, ou é um instrumento que pode ser útil ao cidadão ou que pode ser levado em consideração pelos políticos? Considerando a maneira como tento construir esta noção, me parece que certamente há uma dimensão historiadora e que utilizei historiadores e sua produção para elaborar esta noção ou para interrogá-la. Mas, desde que ela não se limita ao campo da história e me parece que se pode utilizá-la para além deste e que, depois de tudo, isso pode permitir ao cidadão melhor apreender o mundo em que vive. Isso pode permitir também, e é esta a dimensão crítica, fazer aparecer o lado terrivelmente presentista da vida política e do comportamento dos políticos.

Esta espécie de comportamento que se tornou a regra em todo lugar, a saber, o que conta não é o que se faz, mas sim ser o primeiro a reagir, seja em uma catástrofe, seja de um acontecimento feliz ou infeliz. E este é um dos efeitos da comunicação política onde se espera do homem político que ele *reaja* a. E o que se calcula não é o que ele vai dizer ou propor, mas sim o tempo que ele levou para fazê-lo. E foi possível ver uma caricatura deste comportamento há alguns anos com o Ministro [Dominique de] Villepin, após uma agressão no RER sofrida por uma mulher que estava grávida, quando os agressores gravaram uma cruz gamada em seu ventre. E instantaneamente Villepin se pronunciou a respeito, mas, descobriu-se mais tarde, que se tratou de uma fabulação.³¹

366

Não é preciso passar pelo presentismo para perceber como isso é ridículo, mas ao mesmo tempo o presentismo mostra a lógica deste tipo de comportamento e os absurdos dessa situação. É preciso encontrar uma outra relação com o tempo. Pode-se declarar que o historiador não possui grande poder neste tipo de matéria, não se pode dizer que isto terminará depois de amanhã, que voltaremos a um outro tipo de presente. O historiador não tem esta capacidade. Porém, penso mesmo assim, espero, que, com certa constância e certa pertinência, colocando ênfase neste tipo de absurdo grotesco, poderemos pensar que as sociedades perceberão que não se pode continuar assim e poderão ter uma tomada de consciência. Um pequeno exemplo que certamente não mudou a face do mundo, mas me parece significativo: o jornal *Le Monde*, faz todos os anos matérias, com o título "O mundo de *Le Monde*" e este ano [2011] o tema é sobre o tempo.

³¹ Trata-se do chamado "affaire du RER D", que teve considerável repercussão na mídia francesa à época (julho de 2004), quando uma jovem mulher prestou queixa por supostamente ter sido agredida com seu bebê dentro de um vagão de trem. Ela atribuiu o ato a jovens com características marroquinas e deu a ele uma conotação antissemita. Várias autoridades e jornalistas franceses responderam imediatamente demonstrando indignação ao que Villepin definiu como uma "ignóbil agressão". Três dias depois, descobriu-se que a mulher havia inventado a história.

História, memória, presentismo

10. *Estamos diante de um contexto onde há algumas iniciativas para se legislar em temas pertinentes à história. Na França, uma série de iniciativas já ocuparam lugar de debate entre políticos e intelectuais. Aqui no Brasil, em 2010, houve uma tentativa para se censurar parte da obra de Monteiro Lobato, com a alegação de que ela teria forte cunho racista.³² Qual seria, a ser ver, as relações entre leis memoriais e presentismo?*

FH: Creio justamente que se trata do problema da memória, com sua dupla perspectiva. A memória como este movimento que se impôs praticamente em todo o mundo deve ser colocada em relação com os acontecimentos traumáticos do passado. E também com uma dúvida em relação à história, já que se considera que a história não é capaz de apreender este passado. Em seguida, a memória é presentista, pois ela é convocação do passado ou de certos momentos do passado no presente em função do presente, para responder às questões do presente.

Mas ela é também, o que torna complexa a coisa, este fenômeno que permite, em um certo sentido, escapar ao presentismo em razão de certa convocação do passado. Mas sob um modo da memória ou do que chamamos de memória, pois na realidade, em muitos casos não se trata de memória. Trata-se de reconstrução de alguma coisa, sobre a qual, em realidade, não se tem acesso. Podemos perceber isso em todo o debate em torno da memória escravidão. Mesmo no Brasil, onde a escravidão foi abolida muito tarde, o que significa a memória da escravidão? Então a memória é presentista, mas também uma tentativa de escapar ao presentismo e em todo caso, ao mesmo tempo, deve ser colocada em relação a uma perda, se tomo meu vocabulário, da evidência da história. As leis memoriais estão exatamente dentro disso. Elas visam denunciar crimes, dos quais se estima que não foram levados em consideração. A França fabricou muitas leis que chamamos memoriais que são diferentes umas das outras. A primeira lei é a dita lei Gaisot de 1990 e é dela que todas as outras se desdobram. Ela tinha um objetivo muito específico: reprimir, não o negacionismo, mas reprimir a expressão pública do negacionismo. Você tem o direito de ser negacionista em sua casa, mas desde o momento que você o torna público, a lei pesa sobre você.

Dois historiadores foram contrários à lei: Vidal-Naquet e Madeleine Rebérioux (1920-2005), em nome do fato de que é sempre perigoso que o Estado legisle em matérias de história e que os exemplos que houve precedentemente não encorajavam este tipo de comportamento. Não sobre o fundo, mas sobre o fato mesmo de se legislar sobre isso. A lei Gaisot foi recorrentemente mal-entendida, pois ela não condenava o negacionismo, mas sua expressão pública. Quer dizer

367

³² Em 2010, a partir de denúncia feita pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu um parecer considerando "racista" o livro *Caçadas de Pedrinho*, publicado em 1933 por Monteiro de Lobato. Foi solicitado ainda um veto ao uso do livro nas escolas públicas. A alegação, que havia sido aprovada por unanimidade pela Câmara de Educação Básica do CNE, foi rejeitada pelo Ministério da Educação, que recusou o veto, e também por entidades tais como a Academia Brasileira de Letras.

que ela tinha como efeito dispensar juízes de fazer a história, e não se colocava a questão de saber como o Sr. Faurisson tomou os elementos sobre os quais se poderia discutir os fundamentos da sua posição, como se passou na Inglaterra com David Irving.³³

Desde que se pode estabelecer que Faurisson, entre outros, defendeu posições negacionistas, isto foi suficiente para responder à lei. Então o juiz não precisava se transformar em historiador. Em seguida vieram outras lei, como a lei sobre o genocídio armeno, e depois sobre a condenação do tráfico escravista como crime contra a humanidade. Em seguida, o famoso caso do artigo sobre a lei geral da colonização na Argélia.³⁴ Houve então a associação *Liberté pour l'histoire*, com [René] Rémond (1918-2007), [Pierre] Nora (1931-...) e outros que conduziu uma comissão pelo Presidente da Assembleia Nacional, que fez um relatório muito bom, que mobilizou muitas pessoas, notadamente Robert Badinter (1928-...), e a conclusão foi que o Parlamento não pode legislar neste tipo de matéria.

Esta é uma maneira para o legislador de se aplicar a si mesmo e a todos o que se chama de "dever da memória". E sobre a forma também desta outra prática, que se retoma recorrentemente, do arrependimento. O arrependimento da Igreja Católica do qual o legislador aplica sob uma forma leiga o dever de arrependimento. E na Europa, onde as coisas são muito mais preocupantes, pois houve uma diretiva europeia, em princípio votada, que não está ainda verdadeiramente aplicada, mas que condena o negacionismo e não somente o negacionismo, mas todas as expressões que colocam em dúvida de genocídios, de crimes contra a humanidade, crimes de guerra etc., com uma formulação extremamente inquietante, que se volta para a dita "banalização grosseira" destes crimes. O que quer dizer "banalização grosseira"? Quem decide sobre ela? De fato, o que está em causa é a condenação dos crimes do comunismo. Toda esta redação é sustentada pelos antigos países do Leste, com o risco de saber se é o governo em voga que decide se isto é um crime contra a humanidade, um crime de guerra ou uma banalização grosseira.

Então as coisas estão no âmbito da Europa, onde estas questões têm uma grande importância, em razão do Leste, pois foi lá que as memórias são as mais inconciliáveis e conflitivas. Elas são também objetos de instrumentalizações políticas muito fortes, quer estejamos na Ucrânia, na Rússia, na Polônia. Não me recordo em que país foi modificada a resolução, acrescentando justamente crimes do comunismo. Este projeto que visava uma espécie de unificação da Europa vai conduzir no início a uma dispersão em que cada um acrescenta suas coisas para dizer "disso nós tratamos, daquilo não".

³³ Robert Faurisson (1929-...), professor de literatura francês e David Irving (1938-...), historiador britânico que responderam juridicamente por acusações de negacionismo em relação ao Holocausto.

³⁴ No ano de 2005, foi editada na França uma lei voltada notadamente à questão da história colonial francesa. A lei, entre outras coisas, prescrevia aos programas escolares o reconhecimento do "papel positivo da presença francesa no ultramar", o que gerou diversas polêmicas entre historiadores. Alguns deles assinaram uma petição contra essa forma de legislar em temas históricos, definindo juridicamente uma história oficial. A petição tinha por título *Liberté pour l'histoire*, que engendrou posteriormente a criação de uma associação com o mesmo nome, hoje presidida por Pierre Nora. Já em 2010, um grupo de 125 deputados argelinos encaminhou à Assembleia Geral argelina um projeto para criação de tribunais especiais para se estabelecer responsabilidades penais em termos de "crimes coloniais".

O historiador como ensaísta

11. *Seus livros mais recentes, sobretudo Regimes de historicidade e Evidência da história, assumem um notável traço reflexivo, seja sobre o mundo contemporâneo, com os acontecimentos de 1989 e de 2001, seja sobre autores que lhe são contemporâneos, Reinhart Koselleck, Marshal Sahlins, Paul Ricoeur e em alguns casos o próprio autor produz eventos, como o caso dos Lugares da memória, de Pierre Nora. Nesse sentido, o senhor é ao mesmo tempo historiador e testemunha dos indícios que são os fundamentos da sua argumentação. Como o senhor trabalha a partir desta ambiguidade? O senhor está de acordo com isso?*

FH: Bem, é difícil não estar de acordo com isso. Eu nunca refleti nestes termos, isso é indubitável, mas não suscitou em mim interrogações particulares, pelo menos até o momento e talvez a questão me fará refletir sobre isso. Isto faz parte da minha maneira de trabalhar. Não importa se é Ricoeur, Nora ou Chateaubriand. Não digo que trato todos da mesma maneira, que eu lhes coloco as mesmas questões, mas não creio que haja diferenças de princípio ou de método nesta abordagem. Desde que eu me autorizo a tomar em conta os contemporâneos, seria surpreendente não passar por aqueles que são os intérpretes deste momento. Como Chateaubriand me serve para pensar a Revolução, alguém que elaborou alguma coisa. Ele não me dá o evento bruto, e não sei se isto existe, mas sim uma interpretação sobre isso, ele metabolizou as coisas. Do mesmo modo, para os contemporâneos que seguramente são mais difíceis de apreender, pois há poucos amparos para os contemporâneos. Então você se prende, no fundo, ao que você pode achar por si mesmo ou às proposições que são feitas. Se é a melhor forma, não sei. Ao menos é aquela a qual tenho acesso, que me diz alguma coisa, aquela a partir da qual desejo refletir.

369

12. *No começo desta entrevista, o senhor disse que faz história intelectual. Então, a questão que lhe propomos para finalizar esta entrevista, é justamente saber o que significa para o senhor a história intelectual e qual é seu engajamento neste domínio.*

FH: Eu disse história intelectual, pois se trata de trabalhar com textos, com autores, com eruditos, com livros, revistas. Eu poderia alargar, dizendo que é uma forma de história cultural que toma como matéria principal tudo isso que acabo de dizer, todo este material intelectual. Disse também história intelectual para não correr o risco do fechamento em uma única palavra, como *historiografia*, a qual não renego, mas que pelas razões que disse mais acima, não é minha forma de trabalhar de forma tão especializada.

Ainda sobre a variedade de uso dos termos – história intelectual, história cultural, história intelectual da cultura –, no fundo, há um gênero que não é bem visto no mundo acadêmico, mas que considero sua força, sua pertinência e sua nobreza, quando bem praticado, que é o ensaio. No fundo, terminarei dizendo que sou alguém que tenta escrever ensaios...

Referências bibliográficas

- ABEL, Olivier. Paul Ricœur: la mémoire, l'histoire, l'oubli. **Annales: histoire et sciences sociales**, vol. 57, n. 1, 2002.
- BERTRAND, Romain. **L'histoire à parts égales**: récits d'une rencontre Orient-Occident (XVIe-XVIIe siècle). Paris: Seuil, 2011.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme (XV^e-XVIII^e siècles)**. 3 volumes. Paris: Armand Colin, 1979.
- _____. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. Paris: Armand Colin, 1949.
- _____. **Écrit sur l'histoire**. Paris: Flammarion, 1969.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **Histoire et historiens**: une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885. Toulouse: Privat, 1976.
- _____. **L'historiographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.
- _____. Pour une histoire de l'historiographie. **Storia della storiografia**, n. 1, 1982, p. 7-25.
- CERTEAU, Michel de. Ethno-graphie. L'oralité, ou l'espace de l'autre: Léry. In: _____. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (dir.). **Historiographies**: concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010.
- _____. **Historicités**. Paris: Éd. la Découverte, 2009.
- _____. **Histoire et historiens en France depuis 1945**. Paris: ADPF, 2003.
- _____. **Les courants historiques en France**: XIXe-XXe siècle. Paris: A. Colin, 1999.
- DELILLO, Don. **Falling man**. New York: Scribner, 2007.
- FINLEY, Moses. **Les premiers temps de la Grèce**: l'âge du bronze et l'époque archaïque. Tradução de François Hartog. Paris: F. Maspero, 1973.
- HARTOG, François. **Épilogue**: Michel de Certeau. Paris: Éditions EHESS, 2005.
- _____. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- _____. Chateaubriand: entre l'ancien et le nouveau régime d'historicité. In: _____. **Régimes d'historicité**: présentisme et expérience du temps. Paris: Seuil, 2003.
- _____. L'inquiétante étrangeté de l'histoire. **Esprit**, février, 2011.
- _____. La temporalisation du temps: une longue marche. In: ANDRÉ, Jacques; DREYFUS-ASSÉO, Sylvie. **Les récits du temps**. Paris: PUF, 2010.

_____. **Vidal-Naquet, historien en personne: l'homme-mémoire et le moment-mémoire.** Paris: La Découverte, 2007.

_____. **RICOEUR, Paul. Temps et récit.** 3 volumes. Paris: Seuil, 1983-1985.

_____. **La mémoire, l'histoire, l'oubli.** Paris: Gallimar, 2000.

_____. **Les cultures et le temps.** Paris: Payot, 1975.

_____. **VERNANT, Jean-Pierre. La traversée des frontières.** Paris: Seuil, 2004.

_____. **Entre mythe et politique.** Paris: Seuil, 1996.

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)
Alberto Luiz Schneider (USP)
Ana Lúcia Lana Nemi (UNIFESP)
Antonio Celso Ferreira (UNESP-Assis)
Armando Luis Gomes Carvalho Homem (Universidade do Porto)
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Carlos Fico (UFRJ)
Cláudio Lopes Maia (UFG)
Claus Rommel Rodarte (UnB)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Estevão C. de Rezende Martins (UnB)
Fábio Faversani (UFOP)
Fábio Henrique Lopes (UFRRJ)
Felipe Charbel Teixeira (UFRJ)
Flavia Eyler (PUC-Rio)
Geraldo Antonio Soares (UFES)
Hélio Rebello Cardoso Jr. (UNESP- Assis)
Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)
Iris Kantor (USP)
Isabel Ferreira da Mota (Universidade de Coimbra)
João Couvaneiro (Instituto Piaget)
João Marcio Mendes Pereira (UFRRJ)
José Antônio Trabulsi (UFMG)
José Carlos Reis (UFMG)
Karina Anhezini de Araujo (UNESP-Assis)
Lucia Bastos Pereira das Neves (UERJ)
Lucia Paschoal Guimarães (UERJ)
Marcos Aurélio Pereira (UnB)
Maria Eugenia Gay (PUC-Rio)
Maria Filomena Coelho (UnB)
Maria Aparecida Rezende Mota (UFRJ)
Marlon Salomon (UFG)
Pedro Henrique Pedreira (UFF)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)
Pedro Geraldo Tosi (UNESP-Franca)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)
Ricardo Figueiredo de Castro (UFRJ)
Ricardo Salles (UNIRIO)
Rodrigo Turin (UNIRIO)
Sérgio da Mata (UFOP)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa)

373

Taise T. Quadros da Silva (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás)
Teresa Malatian (UNESP-Franca)
Tereza Kirschner (UnB)
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade Nova de Lisboa)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)
Wanderley Guilherme dos Santos (Universidade Candido Mendes)

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas). Recomenda-se que os autores dividam o artigo em seções.

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

376

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como recensão crítica. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

5) Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

6) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

7) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

8) Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

9) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

377

10) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou textos e documentos historiográficos.

11) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

12) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

13) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

14) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

15) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/periódico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

16) A partir do seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

17) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

18) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: www.ichs.ufop.br/rhh.

Diretrizes para autores

guidelines for authors

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

Meio: apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

Fim: indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

380

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.